

PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

20

2023 SÉRIE 3

É com grato prazer que publicamos mais um número de *Páginas a&b*, dando cumprimento ao compromisso editorial de publicação semestral, com regularidade, o que é fundamental para que a revista continue a ser indexada em diversas bases de dados de referência.

Este número é particularmente extenso, ultrapassando as dimensões habituais, o que se deve ao facto de a revista estar progressivamente a atrair mais autores, sobretudo provenientes do Brasil, tendência que se vem acentuando nos últimos anos, dada a muito baixa participação dos autores nacionais. Na verdade, as submissões de trabalhos para avaliação têm crescido substancialmente, tendo atingido quase meia centena no presente número, o que implica uma seleção com critérios de qualidade mais apertados e a rejeição daqueles artigos que não atingem a classificação mais alta nos diversos parâmetros avaliativos.

O aumento do número de artigos é também sinónimo de maior abrangência e diversidade nas respetivas temáticas, o que resulta num volume com uma variedade grande de assuntos, que se centram quer naquilo que são os aspetos identitários e mais clássicos da Ciência da Informação, quer em temas de carácter mais interdisciplinar, que se situam em áreas de fronteira e que se cruzam ou mesmo entrecruzam com a Ciência da Informação.

O volume inicia-se com artigos de pendor mais teórico, aos quais se seguem trabalhos com enfoque em problemáticas relativas aos arquivos, relevando-se aqui o texto de Silva sobre o acesso à informação, via Internet e redes sociais, nos arquivos municipais portugueses, na última década, uma vez que é o único que incide sobre a realidade do nosso País.

De seguida, temos dois textos sobre bibliotecas, universitárias e especializadas, e depois uma série de estudos sobre aspetos mais técnicos, relativos à organização e representação da informação (modelos de descrição, vocabulários controlados, tratamento de tipos especiais de documentos...) que, por certo, interessam a uma ampla gama de leitores.

Os aspetos culturais e patrimoniais estão também presentes neste número, abordados tanto no âmbito das bibliotecas públicas, como em coleções particulares, destacando-se um estudo relativo à filatelia, que se poderia considerar menos provável; e a problemática da cultura digital e da hibridização nos espaços de leitura é também tema de estudo neste grupo de textos.

Marcam ainda presença, a temática da *information literacy*, abordada de forma bastante desenvolvida, a problemática dos direitos e imagem na Internet e, por último, um

interessante estudo sobre questões de acessibilidade e inclusão, no contexto de uma comunidade académica.

Temos, pois, temas e problemas que, acreditamos, suscitam o interesse de múltiplos leitores e vão ao encontro de necessidades informacionais diversas, tanto da comunidade de investigadores e académicos, como de estudantes e profissionais da área da Ciência da Informação.

Mesmo a fechar 2023, formulamos votos para que o novo ano continue a motivar os autores, especialmente os da comunidade lusófona e ibero-americana, que conferem identidade a *Páginas a&b*, e despedimo-nos, como sempre, desejando “boas leituras”!

Fernanda Ribeiro

A CONTRIBUIÇÃO DA NOVA BIBLIOTECONOMIA DE LANKES PARA DECOLONIALIZAR O CONHECIMENTO

THE CONTRIBUTION OF LANKES' NEW LIBRARIANSHIP TO KNOWLEDGE DECOLONIALIZATION

Emanuelle Geórgia Amaral Ferreira | Carlos Alberto Ávila Araújo

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a1>

Resumo: O presente trabalho apresenta a contribuição da perspectiva concebida por R. David Lankes com a publicação do *Atlas of the New Librarianship*, em 2011 - a Nova Biblioteconomia -, para decolonializar o conhecimento. A construção deste trabalho teve como princípio para análise a missão do bibliotecário, que é a base da perspectiva da Nova Biblioteconomia, a apresentação e conceitualização deste conceito e os conceitos de colonialidade e decolonialidade. A Nova Biblioteconomia de Lankes traz a reflexão acerca da importância de empoderar as comunidades por meio da criação do conhecimento e posiciona o bibliotecário como sujeito ativo na participação desta construção coletiva. Assim, a perspectiva contribui com a decolonialidade do conhecimento ao posicionar a comunidade como o verdadeiro insumo informacional além das fronteiras do livro como registro informacional do conhecimento. O conhecimento se encontra em cada membro da comunidade e é papel do bibliotecário dar voz a esse conhecimento.

Palavras-chave: Construção do conhecimento; David Lankes; Decolonialidade; Nova Biblioteconomia.

Abstract: This work presents the contribution of the perspective conceived by R. David Lankes with the publication of the *Atlas of the New Librarianship*, in 2011 - the New Librarianship -, to decolonialize knowledge. The construction of this work had as a principle for analysis the mission of the librarian, which is the basis of the New Librarianship's perspective, the presentation and conceptualization of this concept and coloniality and decoloniality concepts. Lankes' New Librarianship brings reflection on the importance of empowering communities through the creation of knowledge and positions the librarian as an active subject in the participation of this collective construction. Thus, the perspective contributes to the decoloniality of knowledge by positioning the community as the true informational input beyond the boundaries of the book as an informational record of knowledge. Knowledge is found in every member of the community and it is the librarian's role to give voice to that knowledge.

Keywords: Knowledge construction; David Lankes; Decoloniality; New Librarianship.

1. Introdução

O termo “Nova Biblioteconomia”, do inglês *New Librarianship*, foi cunhado por Richard David Lankes, que após o desenvolvimento de pesquisas na Universidade de Syracuse tornou o termo conhecido por meio da publicação do *Atlas of the New Librarianship*, em 2011. Na publicação desta obra, Lankes chama a atenção do bibliotecário no tocante a sua responsabilidade social e engajamento em prol da comunidade. Assim, estabelece uma missão norteadora para atuação do bibliotecário, onde quer que seja o seu local de trabalho.

Em 2012, Lankes publica a obra *Expect more: demanding better libraries for today's complex world*. Com uma linguagem simples e em tom de conversa, o autor explicita a necessidade de melhores bibliotecas para contribuir com o aprendizado e defesa das comunidades atuais. Em 2016, Lankes publica o livro intitulado *The New Librarianship*:

field guide, onde fornece ferramentas, argumentos, recursos e ideias para cumprir a missão do bibliotecário. Lankes conta com uma página na Internet¹ onde disponibiliza em acesso livre o *Atlas of the New Librarianship* e o *Expect more: demanding better libraries for today's complex world*, compartilha suas publicações, projetos e pesquisa, textos autorais no *blog*, e onde divulga áudios e resumos das palestras que realiza sobre o tema.

No Brasil, o termo 'Nova Biblioteconomia' tornou-se amplamente conhecido a partir de 2015, durante o XXVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) ocorrido em São Paulo, quando R. David Lankes apresentou em sua videoconferência algumas ideias de sua obra publicada em 2012 *Expect more: demanding better libraries for today's complex world*. A escolha pelo autor refletia o sentimento e a convicção da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) de que "a mudança de cenário tão almejada por nós, de valorização das bibliotecas, sempre estará nas nossas mãos" (FERRARI, 2016:11). Na ocasião, Lankes afirmou que a ênfase em torno da Biblioteconomia é sobre o "como". "Como organizamos materiais? Como construímos os prédios das bibliotecas? Como oferecemos certos programas?" Contudo, há demasiados "comos" e se não compreendermos os "porquês", os "comos" podem se tornar obsoletos.

Assim, o ponto principal para o desenvolvimento de uma Nova Biblioteconomia é a relação da biblioteca diretamente com a sua comunidade. Neste sentido, Lankes (2011, 2016) esclarece que devemos encarar a comunidade como membro, e não como usuário, cliente ou outros termos que usamos recorrentemente. Desse modo, os serviços das bibliotecas são para atender as necessidades **da comunidade** e não **para a comunidade**.

Desse modo, o autor estabelece uma missão não para a Biblioteconomia ou para as bibliotecas, mas uma missão para o bibliotecário, assinalando a importância desse profissional para construir uma Biblioteconomia alinhada com as necessidades sociais. "A missão dos bibliotecários é melhorar a sociedade por meio de facilitação da criação de conhecimento em suas comunidades" (LANKES, 2011:13, *tradução nossa*). O autor utiliza a palavra 'comunidade' no sentido mais amplo, não restringindo a determinado grupo ou espaço geográfico. No âmbito da nova Biblioteconomia, a comunidade é entendida como um grupo de pessoas que possui uma variável em comum e tem conhecimento disso.

Assim sendo, a teoria de Lankes nos propõe uma nova perspectiva em torno do entendimento do papel das bibliotecas ao trazer a visão de que bibliotecas deveriam ser como comunidades, pensando nas pessoas e não nos dispositivos que armazenam a informação. O autor fundamenta a perspectiva da Nova Biblioteconomia por meio de exemplos de bibliotecas que trabalham nesta perspectiva. Pensar nestes vários exemplos que Lankes nos apresenta ao longo de suas obras nos faz indagar sobre a Biblioteconomia brasileira e a maneira como enxergamos os nossos usuários, ou melhor, nossos membros da comunidade.

A missão do bibliotecário estabelece que a melhoria da sociedade ocorre por meio da facilitação da criação de conhecimento nas comunidades. Ao pensar nas comunidades, não podemos ignorar que, por muito tempo, determinadas comunidades tiveram seu conhecimento invisibilizado. Ao propor tal missão, Lankes (2011) direciona o olhar do

¹ R. David Lankes. Disponível em: <https://davidlankes.org/>. Consult. 29 jan. 2023.

bibliotecário para o protagonismo das comunidades e para o conhecimento que cada indivíduo possui e pode construir coletivamente. Neste sentido, conforme pontua Silva (2020),

A pessoa bibliotecária que entende esses contextos e dimensões de opressão pode se tornar mediadora da informação para a transformação social de povos marginalizados, assim como agente político fundamental na construção de um projeto de sociedade focado na equidade e nas perspectivas antirracista, decolonial, antissexista e antiLGBTQIAfóbica de mundo (SILVA, 2020: 456).

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo pontuar a contribuição da Nova Biblioteconomia de Lankes para a decolonialização do conhecimento das comunidades. Ressalta-se que o termo ‘decolonialidade’ não é empregado pelo autor ao longo de suas obras, mas há muito deste termo implícito em seu discurso.

2. A Nova Biblioteconomia de Lankes

Da Antiguidade à contemporaneidade, a biblioteca e, por conseguinte, a Biblioteconomia e seu processo de formação de bibliotecários, ao atravessar as grandes evoluções históricas e tecnológicas, assimilou o contexto de diferentes realidades e assumiu perspectivas diferenciadas. De início, a biblioteca, que podemos denominar como tradicional, que privilegiava a perspectiva tecnicista, as grandes coleções e os edifícios; à perspectiva centrada no acesso e disponibilização da informação; a perspectiva que hoje se desenha na contemporaneidade, que privilegia o pertencimento e o empoderamento das comunidades por meio da construção do conhecimento e da utilização do espaço das bibliotecas para além do uso do livro como objeto fundamental para a existência das bibliotecas.

Desse modo, a Biblioteconomia contemporânea se configura hoje com ações voltadas para as comunidades utilizando as diferentes potencialidades das tecnologias de informação e comunicação, sobretudo, aquelas voltadas para a interação e para o protagonismo social em rede, com interação e construção do conhecimento (FERREIRA, 2016:82). Portanto, a Biblioteconomia contemporânea deve ser entendida como um “conhecimento que contribui para o desenvolvimento da sociedade ao disponibilizar o acesso democrático à informação” (FERREIRA, 2016:169).

Neste sentido, a perspectiva da Nova Biblioteconomia proposta por Lankes, se alinha a concepção de Biblioteconomia contemporânea e ao momento que a sociedade contemporânea vivencia: há a disponibilidade de recursos informacionais infintos, mas há a necessidade de proporcionar um ambiente seguro para que haja a conexão entre as informações disponíveis, as comunidades e o conhecimento. Embora haja mais informações disponíveis, sobretudo, em rede, pensar que todos têm acesso à informação conforme prediz o mundo globalizado é reforçar ainda mais o cenário de desigualdades e desinformação da contemporaneidade.

Em trabalhos anteriores a publicação do *Atlas of New Librarianship*, Lankes trabalhava com a concepção de *Participatory Librarianship* (“Biblioteconomia Participativa”), que podemos apontar como a precursora do que é a Nova Biblioteconomia. Da mesma forma que a Nova Biblioteconomia, a concepção de Biblioteconomia Participativa está fundamentada na teoria de que o conhecimento é criado por meio de conversas e de que, à

medida que um indivíduo ou a comunidade aprende ou procura se envolver em um processo de comunicação, se estabelecem acordos (LANKES, 2008:241).

O *Atlas of the New Librarianship* está organizado em torno de seis grandes conceitos da missão das bibliotecas (Missão, Criação de Conhecimento, Facilitação, Comunidades, Melhorar a Sociedade, e Bibliotecários), visto que o destaque que norteia cada tópico é a missão do bibliotecário: “A **missão dos bibliotecários é melhorar a sociedade** por meio de **facilitação da criação de conhecimento** em suas **comunidades**” (LANKES, 2011:13, *tradução nossa, grifo nosso*).

A mudança fundamental é de coisas para o conhecimento humano. Ele muda o foco do trabalho dos bibliotecários de artefatos e os produtos de aprendizagem (como livros, páginas da web e DVDs) para o processo de aprendizagem. Ao invés de se preocupar com algum conceito exteriorizado como informações (ou, pior, "conhecimento registrado" [sic]), ele (Teoria da Conversação) coloca o foco da Biblioteconomia diretamente sobre o comportamento e os efeitos dos serviços sobre o indivíduo. Em essência, o valor de um livro, ou bibliotecário para essa matéria, é avaliada outra vez a necessidade de a capacidade dos membros da biblioteca para aprender (LANKES, 2011:23, *tradução nossa*).

A perspectiva da Nova Biblioteconomia proposta por R. David Lankes, emerge de uma ruptura com as tradições da Biblioteconomia. Trata-se de uma Biblioteconomia reformulada através do foco nas comunidades e no aprendizado. O trabalho de Lankes foi propor essa reformulação com uma perspectiva global, estimulando bibliotecários a atuar com uma missão norteadora para o desenvolvimento da Biblioteconomia. Lankes (2011) pontua que a missão dos bibliotecários é melhorar a sociedade por meio da facilitação da aprendizagem, contribuir com a construção do conhecimento coletivo nas comunidades. Com a definição da missão para o bibliotecário, ele convida os bibliotecários a ressignificar o impacto de sua atuação nas sociedades, voltando o olhar para o conhecimento humano ao invés de focar somente no que ele nomeia como artefatos, que são os suportes informacionais.

Para Lankes (2011), o conhecimento não é simplesmente um conjunto de fatos acumulados, mas sim uma rede de verdades pessoais e a sua relação com o outro (dentro de um contexto). Conforme pontua Duque Cardona e Restrepo Fernandez (2021:2), o fato de o ser humano se comunicar por natureza é definitivo para entender que “a razão humana não se baseia na experiência ou busca a transcendência como fim último e superior, mas que a razão comunicativa é o cerne do ser humano em sua sociedade”. Sendo a relação com o outro e a comunicação processos indissociáveis para a construção do conhecimento, conforme poderemos ver com a perspectiva de R. David Lankes.

Conhecimento não pode ser registrado, catalogado e arquivado como recipientes estéreis. Conhecimento é paixão e o impulso perpétuo que existe em nós seres humanos para compreender melhor e tentar controlar nosso destino, e, derradeiramente, para acharmos significado (LANKES, 2021:2).

Para o autor da Nova Biblioteconomia, ao fundamentar as bibliotecas no conhecimento, ganhamos uma herança não de quietude, mas um poder explosivo para moldar como as pessoas veem o mundo. No entanto, a fundamentação das bibliotecas, vinculada ao

conhecimento e as conversas, não é nova. Lankes (2011:220-223) ao descrever a teoria da conversa em seu Atlas, utiliza como aporte teórico alguns autores, dentre eles Joan M. Bechtel.

Em 1986, ao vislumbrar uma atuação diferente para as bibliotecas universitárias, Joan Bechtel já apontava como alternativa para a imagem da Biblioteconomia, pensarmos as bibliotecas como centros de conversação e os bibliotecários como mediadores e participantes das conversas do mundo (BECHTEL, 1986:219). Para Bechtel (1986) as bibliotecas seriam fiéis a sua finalidade se buscassem coletar pessoas e ideias, facilitando a conversa entre as pessoas, ao invés de coletar, organizar, armazenar livros e informações.

Em linhas gerais, o que as bibliotecas e os bibliotecários fazem é facilitar a criação do conhecimento, e isso é apenas um aspecto da missão, trabalhando para tornar a comunidade mais inteligente por meio do fornecimento do acesso e da criação do conhecimento; ao fornecer treinamentos, contribuindo com a aprendizagem; proporcionando segurança física e intelectual e motivando a comunidade (LANKES, 2011).

3. A Decolonialidade do conhecimento

Para compreender a decolonialidade do conhecimento, faz-se necessário inicialmente apresentar um conceito que podemos considerar como anterior nesta perspectiva: a colonialidade, termo criado por Aníbal Quijano, no final dos anos 1980. Quijano (2014), afirma que a colonialidade trata sobre a constituição de um padrão de poder que não se restringe às questões formais de exploração ou dominação colonial, envolve também as diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade. Assim sendo, a colonialidade pode ser compreendida como uma prática que através da ciência moderna/colonial produziu um modelo único, universal e objetivo tendo o pensamento eurocêntrico como referência.

No discurso colonial, o corpo colonizado foi visto como corpo destituído de vontade, subjetividade, pronto para servir e destituído de voz (Hooks, 1995). Corpos destituídos de alma, em que o homem colonizado foi reduzido a mão de obra, enquanto a mulher colonizada tornou-se objeto de uma economia de prazer e do desejo. [...] as feministas negras argumentaram que a epistemologia dominante, embora travestida de neutra e universal, é masculina e branca. Diante disso, a trajetória individual e coletiva dos sujeitos subalternos (especialmente das mulheres negras) é vista como um privilégio epistemológico de onde se elabora também um pensamento de fronteira a partir de uma perspectiva subalterna (BERNARDINO-COSTA e GROSGUÉL, 2016).

Suess e Silva (2019) pontuam que desde a colonização, o direito e o poder foram pautados por uma legalidade racista e discriminatória que culminou na composição da história da formação social e política que ignora ou desvaloriza o conhecimento e os valores da população africana, afro-brasileira e indígena. Contudo, os autores mencionam que além da população africana, afro-brasileira e indígena, outros grupos sociais historicamente renegados como: as mulheres; *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, etc.; trabalhadores rurais sem terra; quilombolas; ciganos e comunidades tradicionais compõem a parcela da população excluída do processo de construção do país.

Há uma longa história de valorização e desvalorização dos conhecimentos, que marcou a relação entre as culturas dominantes e as dominadas. Esses conhecimentos são reproduzidos pelos sistemas educativos, que, para isso, utilizam o mecanismo da imposição de uma política educacional oficial, desde a época da dominação colonial e pós-colonial. A escola oficial encarregou-se de transmitir a visão de mundo, a língua e a cultura dominante, sendo uma instituição eficaz no seu objetivo de reduzir, denegrir e marginalizar as línguas, as visões de mundo e os conhecimentos ou saberes locais (MARÍN, 2009:129).

Conforme aponta Marín (2009:137), no contexto europeu, o racismo é uma ideologia política de massa. "A dominação cultural e linguística é coadjuvante da perda de patrimônio cultural de toda a humanidade" (MARÍN, 2009:137). As populações colonizadas tiveram suas formas de produção de conhecimentos, língua, sentidos, simbologias, subjetividade, religiosidade, cultura e manifestações dos colonizados marcando a América Latina como um local onde há uma subcultura camponesa iletrada e sem herança cultural.

Neste sentido, "a perspectiva decolonial se constitui em um importante movimento de renovação epistemológica para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI" (SUESS e SILVA, 2019:4). Conforme pontuam Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) a perspectiva decolonial se iniciou com a reação do sujeito colonizado aos desígnios imperiais, iniciada em 1492, ao sistema do mundo moderno e colonial, consistindo em ação de oposição e intervenção a realidade vivenciada.

Apesar da longa história colonial na América Latina e da constituição da perspectiva decolonial do conhecimento, Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) assinalam que os intelectuais da referida região não estão incluídos no campo de estudos pós-coloniais e não há menção à América Latina nos estudos de autores de tal área de estudos, como Homi Bhabha, Edward Said e Gayatri Spivak. É importante frisar que a decolonialidade não se constitui como um projeto acadêmico em que há determinação da adoção de autores e conceitos de autores como uma nova versão de colonialidade entre pares.

A produção e o controle de informação e construção do conhecimento são instrumentos fortalecedores de uma sociedade baseada na colonialidade. Conforme pontua Quijano (2014, *tradução nossa*) "a colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser", que se orientam nas concepções de controle econômico e político; centralização do conhecimento eurocêntrico; colonialidade de gênero, de sexualidade, da natureza e dos recursos naturais.

Saber é poder. Essa afirmação resume nossa premissa. O saber é um dos pontos de sustentação da dominação, em todos os territórios das atividades humanas. E, no processo atual da globalização, o domínio do saber tecnológico é simbolicamente determinante das relações de poder (MARÍN, 2009:129).

No Brasil, os projetos de ações afirmativas possibilitam a incorporação do conhecimento e soluções para problemas do cotidiano por povos colonizados, como a população afro-brasileira e indígena. Em 2003, foi promulgada a Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, alterando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passando a determinar a obrigatoriedade do ensino da "História e

da Cultura Afro-brasileira e Africana” nos currículos escolares, nos níveis fundamental e médio em todas as instituições de ensino do país (BRASIL, 2003). Em 2008, a referida lei foi alterada pela Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. De acordo com a lei, o conteúdo programático das disciplinas deve contemplar

[...] o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008).

As leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 foram um passo importante de avanço para dar visibilidade a contribuição da população africana, afro-brasileira e indígena na constituição da formação da população brasileira, da cultura, da religião, da economia e do conhecimento. No entanto, faz-se necessário ressaltar que houve a inclusão obrigatoriedade do estudo da história e da cultura indígena, africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, porém a lei não previu a obrigatoriedade nos cursos de licenciatura dos estabelecimentos de ensino superior que formam os professores que ministram tais conteúdos. A ausência destes conteúdos na formação dos professores da educação básica, oriundos dos cursos de licenciatura, contribui para a perpetuação de uma visão de mundo colonialista e eurocêntrica, reforçando preconceitos e estereótipos raciais.

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

O artigo 7º do texto da referida lei, conhecida popularmente como ‘Lei de Cotas’, menciona que após dez anos da sua publicação, a legislação deveria passar por uma revisão, por se tratar de uma política afirmativa temporária. No entanto, essa revisão não aconteceu em 2022. Há poucos dias de completar onze anos da ‘Lei de Cotas’, no dia 9 de agosto de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou em votação simbólica o projeto de lei que revisa o sistema de cotas nas instituições federais de educação superior e de ensino técnico. Dentre as alterações, a revisão da lei estabelece cotas para os cursos de pós-graduação e para a população quilombola. Assim, após 300 anos de escravidão, a lei possibilita uma reparação histórica viabilizando a construção do pensamento deconolonial no Brasil e o diálogo intercultural.

4. A Teoria de Lankes e a decolonialidade do conhecimento

O papel das bibliotecas contemporâneas abarca a emancipação e o empoderamento das comunidades, para uma atuação em função de uma sociedade mais justa, igualitária, decolonial e atuante nas esferas sociais, políticas e econômicas, garantindo um amplo acesso à informação e a aprendizagem para diferentes grupos sociais, observando as singularidades e a identidade das comunidades.

Neste sentido, ao abordar a palavra “comunidade” na missão do bibliotecário, Lankes (2011, 2016) trabalha com um sentido amplo, sem restringir a palavra a um determinado

público ou espaço geográfico, como já apontado anteriormente. Essa ideia de inclusão da comunidade diretamente nos processos da biblioteca também incluiu ideias de oferecer às organizações comunitárias espaço para que elas alojem (e mantenham) seus próprios documentos.

Paulo Freire (2017), ao explicar sobre as bibliotecas populares, afirma que a constituição do acervo, as atividades desenvolvidas, a escolha dos métodos, técnicas, processos, a previsão orçamentária e a equipe de trabalho, se refere a decisões definidas por uma “certa política cultural”, ou seja, não há espaço para neutralidade.

Para oferecer serviços a grupos minoritários e socialmente vulneráveis, é necessário eliminar todas as formas de discriminação nos sistemas de informação, documentos e bibliotecas: por sexo, raça, etnia, ideologia, condição econômica, classe social, deficiência, migração, orientação sexual, religião e idioma (DECLARATION..., 2004:52, tradução nossa).

Baptista (2023) ao mencionar o contexto das bibliotecas universitárias – e podemos estender a outras tipologias de bibliotecas de forma genérica –, pontua que durante anos, as coleções bibliográficas das bibliotecas foram constituídas e utilizadas por pessoas de determinadas camadas sociais, que tinham o privilégio de frequentar determinados espaços como uma universidade ou as bibliotecas. Desse modo, podemos ver, inclusive nas áreas de literatura e história, a figura do homem branco de origem eurocêntrica, abordada como o protagonista. Contudo, há uma diversidade de discursos que foram silenciados ao longo da história da humanidade e é necessário que as bibliotecas se atentem quanto à necessidade da representatividade dos distintos grupos sociais que foram colonizados e marginalizados.

Dar o protagonismo à comunidade, aos saberes das comunidades e possibilitar que em conjunto construam novos conhecimentos é uma nova maneira de enxergar e exercer a Biblioteconomia. Além de ampliar o discurso de autores renomados por muito tempo, as bibliotecas sempre associaram o conhecimento como um produto registrado nos livros do acervo ou numa figura de renome ou com titulação acadêmica. O conhecimento precisa ser decolonializado nas bibliotecas. A partir disso, Freire (2017) pontua que

Um excelente trabalho, numa área popular, sobretudo camponesa, que poderia ser desenvolvido por bibliotecárias, documentalistas, educadoras, historiadoras seria, por exemplo, o do levantamento da história da área através de entrevistas gravadas, em que as mais velhas e os mais velhos habitantes da área, como testemunhos presentes, fossem fixando os momentos fundamentais da sua história comum. Dentro de algum tempo se teria um acervo de histórias que, no fundo, fariam parte vida da História da área (FREIRE, 2017).

Nesse sentido, Freire (2017) nos lembra que “o Brasil [e sua construção histórica e informacional] foi “inventado” de cima para baixo, autoritariamente. Precisamos reinventá-lo em outros termos”. De acordo com Amaral (2021:473), “a decolonialidade se articula na intenção de oferecer outra ordem política acerca da construção do conhecimento para além das propostas reconhecidas no meio acadêmico-científico e das formas de representação”. “Bibliotecários devem ajudar a comunidade a acessar o trabalho e as ideias de outros, e promover uma plataforma para usuários mostrarem seu trabalho”

(LANKES, 2021:4). Cada membro da comunidade tem conhecimento e pode compartilhar com os seus.

Por séculos, bibliotecas amplificam as histórias de autores renomados. É hora da biblioteca virar uma **plataforma para as histórias e experiências da comunidade**, do aluno com dificuldade ao advogado mais culto. **Nosso papel não é mais reunir as histórias de elite de vozes fora da comunidade**. Esse papel é importante, mas atualmente **devemos amplificar as vozes da comunidade**. Devemos amplificar através de aprendizado, de criar ligações, e também, de ativismo (LANKES, 2021:3, *grifo nosso*).

Lankes (2016) afirma que um edifício, ou uma construção esteticamente bela, ou um espaço com muitos livros e mesas, não torna a biblioteca um espaço para criação do conhecimento. O que proporciona que as bibliotecas se tornem esse ambiente seguro e propício para a construção do conhecimento é o compromisso da comunidade e um “grupo de facilitadores dedicados a construir a transformação, tijolo por tijolo. Felizmente estes facilitadores existem e os chamamos de bibliotecários”. Neste sentido, Duarte (2018:72-73) pontua que o bibliotecário precisa ter sua potencialidade como agente de mudança social explorada, por meio de ações que sejam significativas consoante com a diversidade informacionais dos indivíduos.

Corroborando a isto, Lankes (2016) afirma que a nova visão da biblioteca não se configura como um local ou uma coleção de livros, mas uma plataforma para que a comunidade crie e compartilhe conhecimento.

Mas por que falamos somente de objetos? Por que não tornar a biblioteca como um local para compartilhar a própria comunidade? Bibliotecas ao redor do mundo estão começando a emprestar pessoas. [...]. Quem é especialista em algum assunto e que queira compartilhar o seu conhecimento, pode procurar a biblioteca para divulgar esta vontade. Na Europa existem agora as bibliotecas anti-preconceito. Nunca conversei com um muçulmano? Com um gay ou uma lésbica? Um latino? Um republicano? Agora você pode por meio da biblioteca que oferece um local cívico e seguro para estas conversas (LANKES, 2016:127).

Neste sentido, Duarte (2018) menciona que é papel das bibliotecas a emancipação dos indivíduos por meio da atuação com diferentes grupos. Para tanto, faz-se necessário que bibliotecários e bibliotecas assumam o compromisso com a comunidade de atuar em pautas importantes coletivamente, o que envolve a tomada de decisões e o compromisso ativo com as comunidades em prol de uma postura antirracista e que não privilegie o apagamento do conhecimento de grupos sociais excluídos socialmente.

Assim sendo, de acordo com Lankes (2016) a comunidade deve ser um lugar melhor por ter uma biblioteca. A biblioteca e os bibliotecários devem adicionar novos valores à comunidade e a perspectiva decolonial assume, neste sentido, um papel primordial, ao possibilitar que a comunidade se enxergue como potente diante de seus pares por meio de seus conhecimentos, valores e cultura. O bibliotecário deve adotar, conforme destaca Lankes (2016) menos o termo “mediador” e mais o termo “participante”, trabalhando junto

à comunidade, de modo a facilitar a construção do conhecimento e promover o empoderamento, sendo um sujeito ativo no desenvolvimento da comunidade.

Duarte (2018:79) retoma as leis da Biblioteconomia de Ranganathan e menciona que a quinta lei prediz que a biblioteca é um organismo em crescimento. No entanto, a autora assinala que é necessário ampliar as fronteiras de espaço-tempo e extrapolar a visão da biblioteca como apenas um ambiente, devendo ser concebida como uma estrutura social de informação que possibilita mudanças. Assim sendo, tendo uma missão norteadora para o trabalho do bibliotecário pautada no melhoramento das comunidades por meio do conhecimento, deve-se voltar o olhar para ocupar esses espaços vulneráveis e tão esquecidos, sobretudo no contexto brasileiro que é amplo e diverso, lembrando nem sempre será possível montar um ambiente com a infraestrutura ideal, mas se faz necessária a iniciativa, bem como é preciso engajar a participação e atuação da comunidade na construção do conhecimento.

Considerações finais

As bibliotecas estão intrinsecamente vinculadas a aprendizagem, a educação e ao desenvolvimento humano, ao possibilitar o acesso a distintos recursos informacionais que vão desde o seu acervo físico e virtual, a programas de formação e capacitação, acesso à Internet, conexão entre pessoas e construção do conhecimento pela comunidade. Em linhas gerais, as bibliotecas são espaços promotores da melhoria social, que por meio do engajamento bibliotecário com as comunidades impulsionam o desenvolvimento social e cultural e conferem o protagonismo social de distintos grupos sociais. Neste sentido, a decolonialidade encontra no ambiente de aprendizagem e conhecimento que as bibliotecas proporcionam, o empoderamento epistemológico para dar voz as populações silenciadas pelo colonialismo.

A partir da constituição de uma missão norteadora para a atuação do bibliotecário, Lankes confere ao bibliotecário a necessidade de um posicionamento proativo acerca da importância de sua atuação ativa como facilitador da criação do conhecimento pelas comunidades e a responsabilidade social que lhe cabe. Assim sendo, a missão situa o bibliotecário da importância de trabalhar sob a perspectiva contemporânea da construção do conhecimento, de dar voz a comunidade, não somente de prover o acesso.

Quando o autor afirma que o conhecimento está na comunidade, para além da concepção de que o conhecimento se encontra nos livros sob a guarda dos bibliotecários, a decolonialidade – mesmo que o termo não seja utilizado propriamente na perspectiva da Nova Biblioteconomia de Lankes – toma o seu espaço fundamental no ambiente das bibliotecas. Com a reflexão em torno de uma Nova Biblioteconomia para a sociedade contemporânea associada a perspectiva da decolonialidade, há o entendimento da necessidade de romper com a perspectiva de que o conhecimento se encontra materializado nas obras, sejam elas físicas ou virtuais. Ao contrário, o conhecimento está em cada pessoa e em sua subjetividade, identidade e no seu pertencimento ao coletivo, as comunidades. A comunidade é o próprio acervo e o papel do bibliotecário é atuar juntamente com a comunidade para engajar, empoderar e decolonializar o conhecimento.

Referências bibliográficas

AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do

2021 Notas sobre o pensamento decolonial e os estudos da comunicação. *Extraprensa: cultura e comunicação na América-Latina*. 14:2 (jan./jun. 2021) 471-487.

BAPTISTA, Michele Marques

2023 A Decolonialidade no campo da Biblioteconomia: a intersecção com a biblioteca universitária. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série, 19 (2023) 78-89. [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/13142/12144>.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón

2016 Decolonialidade e perspectiva negra. Dossiê: Decolonialidade e Perspectiva Negra. *Sociedade e Estado*. [Em linha]. 31:1 (jan./abr. 2016). [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/#>.

BECHTEL, Joan M.

1986 Conversation, a new paradigm for Librarianship? *College & Research Libraries*. [Em linha]. 47:3 (maio 1986) 219-224. [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: <https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/view/14208/15654>.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2012 Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. [Em linha]. (29 ago. 2012). [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2008 Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". [Em linha]. Brasília, DF: Presidência da República, 10 mar. 2008. [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2003 Lei nº. 10.639, de 10 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. [Em linha]. (9 jan. 2003). [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

DECLARATION FROM BUENOS AIRES...

2004 *Declaration from Buenos Aires on information, documentation and libraries*. [Em linha]. 2004. [Consult. 23 jun. 2021]. Disponível em: <http://www.progressivelibrariansguild.org/PL/PL24/050.pdf>.

DUARTE, Yacira Mendes

2018 A Sociedade da desinformação e os desafios do bibliotecário em busca da biblioteconomia social. In *Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade*. Org. Anna Carolina Mendonça Lemos Ribeiro, Pedro Cavalcanti Gonçalves Ferreira. Brasília, DF: Ipea, 2018, p. 67-82.

DUQUE CARDONA, Natalia; RESTREPO FERNÁNDEZ, María Camila

2021 Bibliotecología para América Latina y el Caribe: propuesta teórica y filosófica para la discusión. *Liinc em Revista*. [Em linha]. 17:2 (2021). [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5727/5409>.

FERRARI, Adriana Cybele

2016 Prefácio à edição brasileira. In LANKES, R. D. - *Expect more: melhores bibliotecas para um mundo complexo*. São Paulo: FEBAB, 2016.

FERREIRA, Emanuelle Geórgia Amaral

2016 *Biblioteconomia contemporânea: desafios e realidades*. Belo Horizonte, 2016. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais.

LANKES, R. David

2021 Bibliotecários construindo o novo normal. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. 17 (2021) 1-19.

LANKES, R. David

2016 *Expect more: melhores bibliotecas para um mundo complexo*. São Paulo: FEBAB, 2016.

LANKES, R. David

2011 *The Atlas of New Librarianship*. Cambridge: The MIT Press, 2011.

LANKES, R. David

2008 The Ethics of participatory Librarianship. *Journal of Library Administration*. 47:3 (jul. 2008) 233-241.

MARÍN, José

2009 Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal no contexto da globalização. *Visão Global*. [Em linha]. 12:2 (jul./dez. 2009) 127-154. [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/617/278>.

QUIJANO, Anibal

2014 La Tensión del pensamiento latino americano. In *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. [Em linha]. Buenos Aires: Clacso, 2014 [1986], 697-704. [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507093456/eje3-3.pdf>.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da

2020 Bibliotecária de editoração de livros científicos com enfoque social. In *O Perfil das novas competências na atuação bibliotecária*. Org. Fabiano Couto Corrêa da Silva. [Em linha]. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020, p. 455-463. [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: <http://biblio.eci.ufmg.br/ebooks/2021010003.pdf>.

SUESS, Rodrigo Capelle; SILVA, Alcinéia de Souza

2019 A Perspectiva descolonial e a(re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. *Geografia Ensino e Pesquisa*. [Em linha]. 23:7 (2019) 1-36. [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/35469/pdf>.

Emanuelle Geórgia Amaral Ferreira | emanuelle.gaf@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

Carlos Alberto Ávila Araújo | carlosaraujoufmg@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

Resumo: Os desafios da gestão de projetos envolvem o reconhecimento de recursos tecnológicos e da competência em dados para o desenvolvimento de produtos e serviços de informação. Este artigo apresenta um relato de ensino de uma disciplina sobre métodos ágeis no contexto da Ciência da Informação. Com abordagem quantitativa e qualitativa, por meio de técnicas de observação e pesquisa documental, a disciplina foi ofertada no Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento, na Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, no segundo semestre de 2022 e 2023. Para mensurar os resultados foi considerado o desempenho acadêmico e um formulário de avaliação de preenchimento opcional e sem identificação. Como resultados destacam-se os artefatos desenvolvidos para a disciplina com um eixo teórico e outro prático, o preenchimento das vagas, a motivação e interação dos discentes e a apropriação do Scrum, por meio da execução de um projeto no final da disciplina.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Competência em dados; Métodos ágeis; Scrum.

Abstract: The challenges of project management involve the reconstitution of technological resources and the abilities in data for the development of products and information services. This article presents a teaching report of a discipline about agile methods in the context of Information Science. With a quantitative and qualitative approach, through observation techniques and documentary research, the course has been offered in the postgraduate Program in Management & Knowledge Organization, at the Federal University of Minas Gerais, Brazil, in the second semester of 2022 and 2023. For measuring the results was considered academic performance and an optional form filling without identification. As results, we highlight the artifacts developed for the course with a theoretical and a practical approach, the filling of the vacancies, the students' motivation and interaction and the appropriation of Scrum, through a final project at the end of the course.

Keywords: Information Science; Data competence; Agile methods; Scrum.

1. Introdução

Com as evoluções tecnológicas e as novas demandas por serviços e produtos informacionais, o profissional da informação é cada vez mais requisitado em diversos projetos, visto sua notoriedade e compreensão da temática na designada era dos dados, e a competência em dados. A competência em dados compreende as habilidades técnicas e tecnológicas, reconhecimento de recursos de dados, e principalmente a facilidade de comunicação oral com seus usuários e o gerenciamento de projetos (FEDERER, 2018; KOLTAY, 2019).

A transformação digital em instituições e organizações impulsionou o uso de novas tecnologias digitais utilizadas para melhorar a experiência do cliente, otimizar operações e criar novos modelos de negócio (FITZGERALD *et al.*, 2014). Acelerada pela pandemia da

COVID-19, em 2020, a dimensão dos dados passou a ser observada e valorizada em projetos que ainda não compreendiam o significado e a importância dessa temática.

Desenvolver competências na gestão de projetos é uma habilidade esperada por um bibliotecário e pelo profissional da informação e essa foi uma das motivações para criação de uma disciplina que abordasse métodos ágeis de desenvolvimento de produtos e serviços informacionais. A crescente demanda por profissionais da informação em equipes de desenvolvimento de produtos e serviços digitais faz com que competências e habilidades para integrar equipes ágeis seja habitual para esse profissional. Assim, diante da relevância da temática e da necessidade de sua inserção na academia, este estudo justifica-se para compartilhar as experiências vivenciadas pela docente na proposição de uma disciplina optativa para a pós-graduação *stricto sensu*.

O objetivo do artigo é relatar a modelagem, o desenvolvimento e os resultados de uma disciplina optativa sobre métodos ágeis, com enfoque no Scrum, no contexto de produtos e serviços de informação no Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento, na Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. A disciplina visa capacitar profissionais da informação em métodos ágeis para integrar equipes multidisciplinares em diferentes áreas do conhecimento. Para tanto foram definidos cinco objetivos específicos: (i) Identificar as publicações da área sobre a temática, (ii) Identificar as demandas de mercado associadas ao profissional da informação, (iii) Realizar um levantamento bibliográfico sobre métodos ágeis, com foco no Scrum (iv) Elaborar o plano de ensino e conteúdo da disciplina e (v) Avaliar a oferta da disciplina.

A inclusão desta disciplina em um curso de pós-graduação visa contribuir com a formação dos profissionais de informação, apresentando práticas de mercado e estimulando os discentes a ampliarem as possibilidades de atuação. Destaca-se que este artigo é parte de um projeto de ensino maior que reúne práticas das áreas de Computação, Biblioteconomia e Ciência da Informação.

2. Metodologias ágeis

Os expressivos volumes de dados advindos de diversas fontes heterogêneas aumentaram a complexidade da temática de dados que integra um dos desafios da sociedade da informação. A análise massiva de dados, a criação de plataformas digitais são atividades em expansão (BERRÍO-ZAPATA, RODRIGUES e GOMES, 2022) e campos de atuação do profissional da informação. A adoção de ciclos curtos e interativos no desenvolvimento de produtos é uma das principais características do desenvolvimento ágil (PRESSMAN, 2006) e tem sido uma das estratégias para gestão de atividades que envolvem muitas mudanças e entregas constantes.

Originados do desenvolvimento de *software*, os modelos ágeis foram considerados um arquétipo para vencer as fraquezas percebidas e reais da engenharia de *software* convencional, onde os resultados eram apresentados somente no final do projeto (processo *waterfall*). Assim, os métodos ágeis surgiram nos processos de desenvolvimento de *software* nos anos 1990 e foram implementados por grandes empresas a partir dos anos 2000. A característica principal de processos ágeis é a adoção de ciclos curtos e iterativos de desenvolvimento, por meio dos quais um sistema é implementado de forma gradativa, começando por aquilo que é mais urgente para o cliente (PRESSMAN, 2006).

Apesar de os modelos prescritivos de processos já considerarem modelos incrementais e evolutivos, o manifesto ágil foi o marco para adoção destas práticas. Em 2001, Kent Beck e mais 16 relevantes desenvolvedores, produtores e consultores de *software* conhecidos como “Aliança Ágil” assinaram o *Manifesto para o desenvolvimento ágil de software*. Neste documento passa a se valorizar indivíduos e interações, mais que processos e ferramentas, *software* em funcionamento, mais do que documentação abrangente, colaboração com o cliente, mais do que negociação de contratos e resposta a mudanças, mais do que seguir um plano. Com isso, novos modelos para o desenvolvimento de produtos são implementados, pensado cada vez mais na satisfação dos clientes e na entrega contínua. Baseados no modelo ágil, muitos métodos surgiram e foram implementados como o Extreme Programming (XP), Kanban, Scrum, Lean, dentre outros (PRESSMAN, 2006; SOMMERVILLE, 2011).

Os métodos ágeis têm como premissa a adaptação contínua, trabalhando com incrementos onde adaptações podem ser realizadas. A abordagem incremental considera a entrega de incrementos em curtos períodos de tempo, permitindo adaptações conforme modificações e riscos do projeto, como a imprevisibilidade existente em alguns contextos. Os fatores humanos também são elementos essenciais em projetos ágeis, uma vez que os talentos e habilidades individuais dentro de equipes específicas são importantes, mas não tanto quanto a construção coletiva envolvendo competências comuns, foco e colaboração. A auto-organização da equipe é essencial, pois irá adequar o processo para acomodar seu ambiente local e o cronograma para conseguir entregar os resultados planejados (PRESSMAN, 2006).

Um dos primeiros métodos ágeis criados foi o XP, cujo primeiro trabalho foi publicado em 1999. O XP é um método ágil, muito conhecido e focado para o desenvolvimento de *software*, onde os requisitos são expressos como cenários (chamados de histórias do usuário) e são implementados diretamente como uma série de tarefas. Como particularidade da área em que foi criado, o XP integra algumas boas práticas de programação, como: *releases* frequentes do *software*, melhorias contínuas do *software* e participação do cliente na equipe de desenvolvimento (SOMMERVILLE, 2011).

Dentre os métodos ágeis, o Scrum é o mais conhecido e usado na atualidade. Diferentemente do XP, o Scrum não pressupõe nenhuma prática de programação, o que favoreceu sua utilização em diferentes domínios. Os métodos ágeis têm sido utilizados em diferentes domínios como alternativa para projetos complexos envolvendo desenvolvedores, pesquisadores, analistas, cientistas e outros especialistas (SCHWABER e SUTHERLAND, 2020; VALENTE, 2020). Destaca-se que empresas que aderiram ao trabalho remoto ou híbrido também têm utilizado métodos ágeis para coordenar atividades realizadas pelos seus colaboradores domiciliados em diversas localidades.

3. Scrum

O Scrum é um *framework* iterativo e incremental para gerenciamento de projetos e foi proposto por Jeffrey Sutherland e Ken Schwaber, em um artigo publicado pela primeira vez em 1995. Seu nome é derivado de uma atividade que ocorre durante o jogo de *rugby*. Seu maior objetivo é ter todos trabalhando juntos e com um único objetivo.

O Scrum está baseado em três pilares: transparência, inspeção e adaptação. Na transparência todos os *stakeholders* responsáveis pelo resultado final do projeto devem ter a mesma visão de entendimento de tudo que está acontecendo. Na inspeção todo o progresso do projeto deve ser inspecionado frequentemente para garantir a qualidade e para que possam ser detectados desvios indesejáveis o quanto antes. Na adaptação, o projeto visa a necessidade do negócio do cliente, ou seja, se surgem mudanças, serão realizadas adaptações o mais rápido possível (PRESSMAN, 2006; SCHWABER e SUTHERLAND, 2020).

Considera-se que parte do sucesso do método seja explicada pela existência de uma indústria associada à sua adoção, a qual inclui a publicação de livros, cursos, consultorias e certificações e também por ser o método melhor definido. Essa definição do método inclui um conjunto preciso de **papéis**: Dono do Produto (*Product Owner*), *Scrum Master* e Desenvolvedor; **artefatos**: *Backlog* do Produto, *Backlog* do *Sprint*, Quadro Scrum e Gráfico de *Burndown* e **eventos ou cerimônias**: Planejamento do *Sprint*, *Sprint*, Reuniões Diárias, Revisão do *Sprint* e Retrospectiva (VALENTE, 2020). Todas essas definições são essenciais para guiar as atividades do projeto e devem ser cumpridas rigorosamente por toda a equipe. O Quadro 1 apresenta uma breve descrição de todos os papéis, artefatos e eventos definidos no método Scrum.

Quadro 1 – Definições do Scrum

Papéis	Descrição
Dono do Produto (<i>Product Owner</i>)	Representante do cliente que possui a visão do produto que será construído, sendo responsável também por maximizar o retorno do investimento feito no projeto. Cabe ao Dono do Produto escrever as histórias dos usuários e, por isso, ele deve estar sempre disponível para tirar dúvidas do time.
<i>Scrum Master</i>	Especialista Scrum do time. É responsável por garantir que as regras do método estão sendo seguidas. Ele também deve desempenhar funções de um facilitador dos trabalhos e removedor de impedimentos.
Desenvolvedor	Especialista necessário para desenvolver o produto.
Artefatos	Descrição
<i>Backlog</i> do produto	Lista de histórias (e outros itens de trabalho relevantes), ordenada por prioridades. As histórias são escritas e priorizadas pelo Dono do Produto e constituem uma descrição resumida das funcionalidades que devem ser implementadas no projeto. O <i>Backlog</i> do Produto é um artefato dinâmico, isto é, ele deve ser continuamente atualizado, de forma a refletir mudanças nos requisitos e na visão do produto.
<i>Backlog</i> da <i>Sprint</i>	Artefato gerado ao final do Planejamento da <i>Sprint</i> . Ele é uma lista com as tarefas da <i>sprint</i> , bem como inclui a duração das mesmas. O <i>Backlog</i> da <i>Sprint</i> também é dinâmico e pode-se alterar a estimativa de horas previstas para uma tarefa. Porém, o que não pode ser alterado é o objetivo da <i>sprint</i> (<i>sprint goal</i>), isto é, a lista de histórias que o dono do produto selecionou para a <i>sprint</i> e que o time de desenvolvimento se comprometeu a implementar na duração do mesmo.

Quadro Scrum	Quadro com tarefas a fazer, em andamento e finalizadas de determinada <i>sprint</i> . Permite que o time tenha diariamente uma sensação visual sobre o andamento da <i>sprint</i> .
Gráfico <i>Burndown</i>	Gráfico que ilustra o progresso das atividades, mostrando quantas horas são necessárias para se implementar as tarefas que ainda não estão concluídas.
Eventos ou Cerimônias	Descrição
Planejamento da <i>Sprint</i> (<i>Sprint Planning</i>)	Reunião na qual todo o time se reúne para decidir as histórias que serão implementadas no <i>sprint</i> que vai se iniciar. Essa reunião é dividida em duas partes. A primeira é comandada pelo Dono do Produto. Ele propõe histórias para a <i>sprint</i> e o restante do time decide se tem velocidade para implementá-las. A segunda parte é comandada pelos desenvolvedores. Nela, eles quebram as histórias em tarefas e estimam a duração delas. No entanto, o Dono do Produto deve continuar presente nessa parte final, para tirar dúvidas sobre as histórias selecionadas para a <i>sprint</i> .
<i>Sprint</i>	Nome dado no Scrum para uma iteração. Como todo método ágil, o Scrum é um método iterativo, no qual o desenvolvimento é dividido em <i>sprints</i> , de até um mês. Ao final de uma <i>sprint</i> , deve-se entregar um produto com valor tangível para o cliente. O resultado de uma <i>sprint</i> é chamado de um produto potencialmente pronto para entrar em produção (<i>potentially shippable product</i>).
Reuniões Diárias (<i>Daily Scrum Meeting</i>)	Reuniões rápidas, de até 15 minutos, onde todos os membros do time informam as atividades que desenvolveram no dia anterior, as que estão fazendo no dia corrente e informam se estão enfrentando algum impedimento. Essas reuniões para serem rápidas devem ocorrer com os membros em pé, daí serem também conhecidas como reuniões em pé (<i>standup meetings</i> , ou ainda <i>daily scrum</i>).
Revisão da <i>Sprint</i> (<i>Sprint Review</i>)	Reunião para mostrar os resultados de uma <i>sprint</i> . Devem participar todos os membros do time e idealmente outros <i>stakeholders</i> , convidados pelo Dono do Produto, que estejam envolvidos com o resultado da <i>sprint</i> . Durante essa reunião o time demonstra, ao vivo, o produto para os clientes. Como resultado, todas as histórias da <i>sprint</i> podem ser aprovadas pelo Dono do Produto. Caso seja detectado algum problema em alguma história, ela deve voltar para o <i>Backlog</i> do Produto, para ser retrabalhada em uma próxima <i>sprint</i> . O mesmo deve ocorrer com as histórias que o time não concluiu durante a <i>sprint</i> .
Retrospectiva (<i>Sprint Retrospective</i>)	Reunião do time Scrum com o objetivo de refletir sobre a <i>sprint</i> que está terminando e possíveis melhorias no processo, nas pessoas, nos relacionamentos e nas ferramentas usadas. Depois da retrospectiva, o ciclo irá se repetir, com uma nova <i>sprint</i> até que o produto seja concluído.

Fonte: Adaptado de Valente (2020:58-62).

O Scrum emprega uma abordagem iterativa e incremental para otimizar a previsibilidade e controlar o risco. Com isso, o Scrum envolve grupos de pessoas (*Scrum team*) que, coletivamente, possuem todas as habilidades e conhecimentos necessários para fazer o trabalho e compartilhar ou adquirir essas habilidades conforme necessário. Dentro de um

Scrum time não há sub-times ou hierarquias. Ele é uma unidade coesa de profissionais focados em um objetivo de cada vez, ou seja, a meta do produto. Para tanto, o Scrum combina eventos formais para inspeção e adaptação, contidos dentro de um evento ou cerimônia, que pode ser denominada o(a) *Sprint*. Esses eventos funcionam porque implementam os três pilares: transparência, inspeção e adaptação (SCHWABER e SUTHERLAND, 2020).

A Ciência da Informação tem pautado novos caminhos na era baseada em dados, através dos conceitos e tecnologias que envolvem Web Semântica, Ontologia, Dados Ligados, dentre outras temáticas relacionadas às tecnologias de informação e comunicação, computação e sistemas de informação. Assim, a área entra definitivamente na rota de interesse de muitas outras áreas de conhecimento, que têm entendido que grande parte desses estudos competem e dependem de pesquisas realizadas estritamente na Ciência da Informação, com significativo apoio da Ciência da Computação (SANTARÉM SEGUNDO, 2018). Com isso, além de compartilhar técnicas, as áreas compartilham métodos e formas de trabalho em projetos que integram diversos profissionais.

4. Procedimentos metodológicos

O estudo apresentado é um relato de experiência com abordagem quantitativa e qualitativa, por meio de técnicas de observação e pesquisa documental. Para concepção da disciplina foram utilizados elementos da aprendizagem baseada em problemas, ou *Problem Based Learning* (PBL). A PBL tem foco em integrar problemas reais com habilidades de aprendizagem autônoma e de trabalho em equipe, favorecendo a adaptabilidade a mudanças e, principalmente, a solução de problemas, como pensamento crítico, criativo e aperfeiçoamento contínuo (RIBEIRO, 2008), elementos que estão diretamente relacionados aos modelos ágeis.

Para alcançar o objetivo geral da proposta que compreende a modelagem, o desenvolvimento da disciplina bem como mensurar os resultados da oferta, os procedimentos a seguir foram delineados conforme os objetivos específicos i, ii, iii e v. O objetivo específico iv foi apresentado na seção de resultados juntamente com o detalhamento da disciplina.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa na base de dados BRAPCI que é uma das bases de dados referenciais de artigos e de periódicos mais populares na área de Ciência da Informação no contexto brasileiro. A busca foi realizada em julho de 2022 utilizando o descritor “scrum”, sem recorte temporal, e retornou apenas oito trabalhos. Destes trabalhos, somente um estava relacionado às competências do profissional da informação. Uma pesquisa também foi realizada no Portal Capes, utilizando a busca por assunto que consulta todas as bases indexadas no Portal, em julho de 2022, sem recorte temporal, utilizando os descritores “scrum” e “ciência da informação” combinados, para qualquer campo. Foram retornados somente quatro artigos, sendo que dois estavam fora da temática e os outros dois já tinham sido listados na busca da base BRAPCI. Ao pesquisar por “scrum” e “biblioteconomia” combinados não foi retornado nenhum resultado.

Para identificar as demandas de mercado foi realizada uma busca na rede social LinkedIn, em agosto de 2022. Utilizou-se do recurso de busca simples na opção “vagas”. Ao pesquisar utilizando o descritor “bibliotecário” observou-se que algumas vagas indicavam além de

bibliotecário os cargos: *Product Owner*, *Data Product Owner*, *Data Librarian*, *Product Manager*. Ao pesquisar por “cientista da informação” as vagas estavam relacionadas aos cargos: *Data Scientist*, *Research Scientist*, cientista de dados. Observou-se também que a descrição das vagas, principalmente as vagas relacionadas aos cargos com nomenclatura de papéis ágeis, indicavam o conhecimento em “práticas ágeis” e em “cultura ágil”. É importante destacar que foi utilizado um acesso gratuito à plataforma LinkedIn e não foi possível buscar o histórico de vagas já preenchidas ou disponíveis para candidatura ao longo dos anos, limitando a pesquisa ao momento atual da consulta.

O levantamento bibliográfico sobre os modelos ágeis e Scrum foi realizado no Sistema de Bibliotecas da Instituição, que abrange todas as áreas de conhecimento, e na Internet (três primeiras páginas de resultados no Google Acadêmico). Os resultados envolveram obras que abordavam a gestão de projetos e principalmente a engenharia de *software*, área em que os modelos foram criados originalmente. Publicações específicas sobre a temática como o *Scrum Guide* e obras popularmente comercializadas em grandes *marketplaces* também foram consideradas. Estes parâmetros orientaram a seleção da bibliografia da disciplina que também prezou pela experiência técnica da autora na temática.

Após selecionar as referências, uma leitura analítica foi realizada em busca das principais características dos modelos e formas de aplicação. A formulação da disciplina considerou definições, tipos e exemplos de modelos e métodos ágeis, o método Scrum e suas aplicações no contexto da ciência da informação. Por fim, para avaliar a oferta da disciplina foi criado um formulário *online*, com preenchimento opcional, para coletar as impressões e *feedbacks* dos discentes matriculados. As perguntas não permitiam a identificação dos alunos e buscou observar a percepção dos mesmos após a oferta da disciplina, por meio de perguntas fechadas, com a escala *likert* adaptada, e dissertativas conforme apresentado no Apêndice A. Na seção *Resultados* são apresentadas as reflexões da autora e docente e a proposta desenvolvida para a disciplina.

5. Resultados

No contexto da Ciência da Informação, as buscas realizadas nas bases de dados sobre a temática Scrum retornaram poucos documentos, demonstrando que o método ainda é pouco difundido em projetos e estudos da área. Contudo, a pesquisa de mercado realçou que várias empresas já utilizam papéis do Scrum para cargos e atividades que indicam o bibliotecário como formação/escolaridade desejada. Estes resultados evidenciam que muitas empresas já reconhecem a importância da Biblioteconomia e da Ciência da Informação em seus domínios de atuação e incluem nomenclaturas e termos das metodologias ágeis em seus processos de trabalho e inclusive na descrição do cargo a ser ocupado pelo profissional da informação.

Com isso, optou-se por modelar uma disciplina optativa com conteúdo variável, para permitir sua constante atualização, com a carga horária de 30 horas. A ementa perpassa a origem e visão geral das metodologias ágeis finalizando com um maior detalhamento sobre o método Scrum. A disciplina foi planejada para o ensino presencial, com atividades condensadas em uma semana (15 horas) e atividades espaçadas (15 horas), possibilitando que profissionais e discentes consigam adequar seus horários para participar da atividade acadêmica.

O plano de ensino da disciplina, apresentado no Quadro 2, abrangeu discussões conceituais com suporte para atividades aplicadas intercaladas, conforme conteúdo programático e atividades avaliativas planejadas, sendo estruturado em dois eixos: (1) Eixo teórico e (2) Eixo aplicado, conforme detalhado nas seções 5.1 e 5.2.

Quadro 2 – Plano de ensino

<p>EMENTA Introdução à Engenharia de <i>Software</i>. Manifesto Ágil. Métodos ágeis. Scrum. Aplicações. Outros métodos.</p> <p>OBJETIVO A disciplina visa capacitar o aluno para trabalhar com metodologias ágeis na gestão de projetos, apoiando no desenvolvimento de produtos e serviços de informação, com foco na adaptação à mudança e na redução do tempo de entrega de produtos. Além disso, prepara o aluno para atuar em equipes que utilizam o método Scrum, um dos métodos mais utilizados no mercado atualmente, apresentado os papéis, cerimônias e artefatos do método.</p> <p>PROGRAMA</p> <ul style="list-style-type: none">• UNIDADE 1: Introdução à Engenharia de <i>Software</i> Introdução à Engenharia de <i>Software</i>. Modelos Prescritivos de Processos. Desenvolvimento Ágil. Produtos e Serviços de Informação. Introdução à Gestão de Projetos.• UNIDADE 2: Métodos ágeis Métodos Ágeis. Extreme Programming (XP). Kanban. Aplicação.• UNIDADE 3: Scrum Conceitos e definições. Ciclo. Atores/papéis, artefatos, cerimônias/eventos. Refinamento de Backlog. Dimensionamento. Priorização. Refinamento. Cases. Aplicação. Outros métodos. <p>ATIVIDADES AVALIATIVAS</p> <ul style="list-style-type: none">• Exercícios de fixação - 50 pontos<ul style="list-style-type: none">Exercício de fixação 1 - (Individual) - (20 pontos)Exercício de fixação 2 - (Individual) - (10 pontos)Exercício de fixação 3 - (Em grupo) - (20 pontos)• Projeto Aplicado - 50 Pontos<ul style="list-style-type: none">Projeto - (Individual) - (40 pontos)Comunicação oral - (Individual) - (10 pontos) <p>METODOLOGIA DE ENSINO</p> <ul style="list-style-type: none">• Aulas expositivas presenciais com abordagem teórica e prática do tema. Uso de metodologias ativas (aprendizagem baseada em problema e estudo de caso) estimulando o diálogo e interações entre alunos e o professor, a fim de que a compreensão do conteúdo e a crítica sejam resultados da aprendizagem.• Aulas práticas para estimular a inovação e elaboração de projetos. <p>RECURSOS DIDÁTICOS Plataformas <i>online</i>, sala de aula Moodle, recursos audiovisuais, laboratório de informática.</p>
--

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

5.1. Eixo teórico

O eixo teórico centrou-se em uma fundamentação teórica, resgatando as bases e princípios dos processos de desenvolvimento de *software*, perpassando sua evolução, até a apresentação dos primeiros modelos e métodos ágeis, destacando suas características e definições.

O desenvolvimento ágil surgiu para flexibilizar o desenvolvimento de *software* que envolvia grandes e complexos sistemas. As principais características desse novo processo envolviam a mudança de requisitos, advindas das pressões externas, alterações de prioridade nas organizações e a entrega incremental, onde incrementos são entregues ao cliente para comentários e experimentação (SOMMERVILLE, 2011).

Os princípios dos métodos ágeis foram utilizados em diversas propostas resultando em vários métodos como o *Extreme Programming* (XP), o Kanban e o Scrum que são abordados separadamente nas aulas. Outros métodos ágeis de desenvolvimento de produto e instrumentos como: *Lean*, *Design Thinking*, *Design Sprints*, *Objectives and Key Results* (OKR) foram brevemente apresentados, mas a disciplina evidenciou o ensino do Scrum, por ser um dos principais métodos para o desenvolvimento de produtos e serviços de informação na atualidade.

O material didático incluiu o Guia do Scrum (*Scrum Guide*) que é um documento criado pelos fundadores do método, Ken Schwaber e Jeff Sutherland, e contém a definição completa do *framework*. O Guia foi traduzido para mais de 50 idiomas e sua última versão, publicada em novembro de 2020, pode ser baixada gratuitamente no *site* oficial¹. Conforme definido no Guia, o *framework* Scrum é simples e propositalmente incompleto, apenas definindo as partes necessárias para implementar a teoria Scrum. A inteligência coletiva das pessoas é que irá construir o método, determinando sua filosofia, teoria e estrutura para atingir objetivos e criar valor. Em vez de fornecer às pessoas instruções detalhadas, as regras do Guia do Scrum irão orientar os relacionamentos e interações (SCHWABER e SUTHERLAND, 2020).

Ainda que existam definições e nomenclaturas no Scrum, a possibilidade de adaptação é um dos pilares que deve ser sempre observado, especialmente pelo profissional da informação que poderá atuar em diferentes contextos e áreas de negócio. Desta forma, a construção teórica abordada na disciplina permitiu que os discentes visualizassem a flexibilidade e adequação do *framework* e, principalmente, a transparência dos processos para todos os atores envolvidos. Bibliografias que não possuem foco acadêmico também foram brevemente abordadas com o objetivo de apresentar outras fontes e discussões de outros autores sobre a temática. Como resultado do eixo teórico foi produzido o material didático das aulas expositivas e atividades avaliativas no formato de exercícios para fixação do conteúdo.

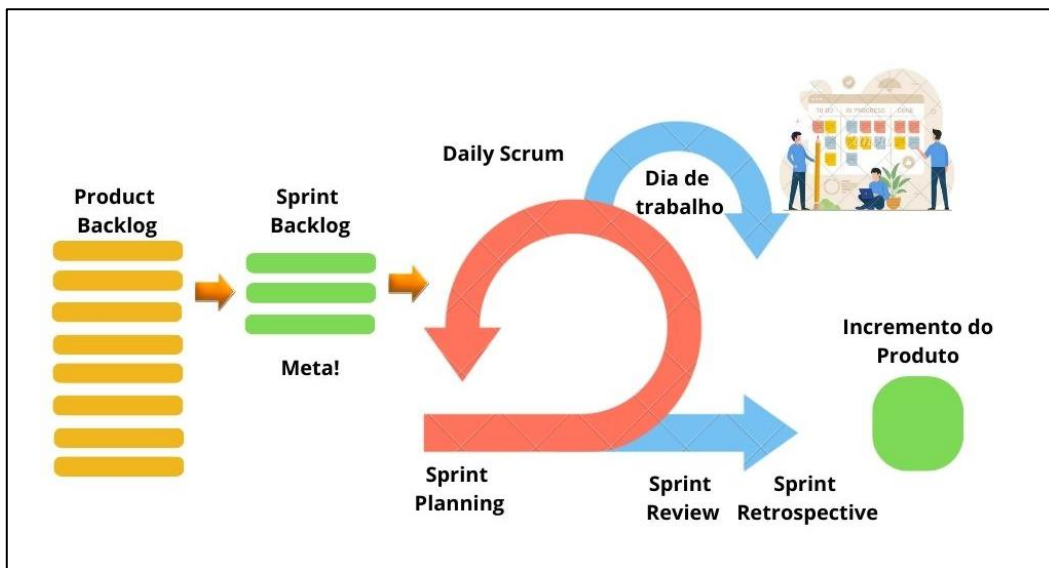
5.2. Eixo aplicado

O eixo aplicado centrou-se em atividades práticas e interativas da turma simulando papéis e cerimônias do método Scrum, ao longo de todo o ciclo (Fig. 1), no contexto de projetos da

¹ <https://www.scrum.org/>

Ciência da Informação. Para tanto, inicialmente, foram elaboradas atividades individuais para fixação dos conceitos em projetos individuais, abordando questões como o *Backlog* do produto, o refinamento de requisitos e a priorização de itens. Em um segundo momento os discentes foram incentivados a trabalharem em grupos, discutindo os papéis propostos pelo método e simulando as cerimônias como, por exemplo, a reunião de planejamento da *Sprint*, a reunião diária e a reunião de revisão da *Sprint*.

Fig. 1 – Ciclo do Scrum



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Na Fig. 1 são apresentadas as cerimônias do Scrum: *Sprint Planning*, *Daily Scrum*, *Sprint Review* e *Sprint Retrospective* onde os atores *Product Owner*, *Scrum Master* e *Team* trabalham nos artefatos: *Product Backlog*, *Sprint Backlog* até concluir um incremento do produto. No decorrer de um projeto com o Scrum as *Sprints* são executadas, em sequência, sem intervalos, tornando o produto cada vez mais completo, até o projeto ser concluído (SABBAGH, 2013).

Foram elaborados casos práticos que envolviam problemas de gestão e organização de dados e informações em unidades de informação e também o desenvolvimento de produtos digitais, no contexto da ciência de dados, todos abordando problemas reais e atuais. A metodologia PBL foi uma das metodologias ativas selecionadas para a construção e orientação da disciplina, justamente por abordar problemas reais onde os discentes podem visualizar com mais clareza onde aplicar a teoria. Além disso, a metodologia empreende a autonomia do aluno na resolução de problemas e o pensamento crítico. O acompanhamento do percurso dos discentes, com *feedbacks* rápidos e o contato direto, foi uma proposta implementada para gerar uma maior motivação dos estudantes e aumentar a interação entre a professora e a turma.

Um dos *cases* criados para disciplina envolveu a implantação de uma solução para curadoria digital para gestão de contratos em uma organização. Nesta atividade os discentes precisaram rever conceitos da Ciência da Informação, formular o ciclo de vida

dos dados e analisar ferramentas tecnológicas para adequar à solução, tudo isso em consonância com os papéis e artefatos do Scrum, envolvendo o “cliente” e apresentando resultados (artefatos) para cada uma das etapas do método.

A apresentação de ferramentas para subsidiar a implantação dos modelos ágeis foi empreendida ao longo das aulas expositivas, mas as indicações orientaram-se como sugestões. Com isso, diante da adaptabilidade existente, nas práticas com o Scrum, os estudantes foram estimulados a identificar ferramentas que pudessem ser utilizadas, incluindo desde uma planilha eletrônica até *softwares* específicos para gestão de projetos e controle de tarefas.

5.3. Ofertas da disciplina em 2022 e 2023

Os resultados foram identificados ao longo das ofertas da disciplina, pelo desempenho acadêmico obtido pelos discentes, por meio do formulário de avaliação disponibilizado após a conclusão da disciplina e também pela observação direta da professora.

Nas duas ofertas realizadas (2022/2 e 2023/2) todas as vagas (15) foram preenchidas, sendo que na segunda oferta foram aceitos mais 3 alunos, somando 33 matrículas. Deste total, um discente não concluiu a disciplina, devido a um afastamento por problemas de saúde e outro discente não apresentou o projeto final, sendo reprovado. Na primeira oferta, em 2022, dos 15 alunos matriculados, 14 preencheram o formulário e na segunda, 2023, dos 18 matriculados, 16 preencheram o formulário. Desta forma, o instrumento alcançou uma adesão de mais de 90% dos alunos matriculados. Antes de cursarem a disciplina, 20 alunos (60%) não utilizavam nenhum método de gestão ágil em suas atividades profissionais ou acadêmicas.

Destaca-se que todos os respondentes estavam satisfeitos ou muito satisfeitos com a estrutura, cronograma e atividades planejadas e 85% estavam muito satisfeitos com os recursos metodológicos (estudos de caso, exemplos práticos, situações problema e projeto aplicado) propostos. O acompanhamento do percurso dos discentes pela docente, por meio dos *feedbacks* e comunicações frequentes aos alunos, em consonância com a metodologia PBL, foi percebido de forma positiva (concordo e concordo totalmente) por todos os alunos respondentes e contribuiu para maior engajamento da turma e maior motivação na realização das atividades propostas.

Como pontos positivos foram apontadas as dinâmicas das aulas que envolviam atividades práticas, contribuindo para aprendizagem e melhor entendimento e aplicação dos métodos. Os relatos e práticas da professora, que envolviam experiências de mercado e exemplos reais com os métodos ágeis, foram destacados pelos discentes com um diferencial da disciplina.

Como pontos a melhorar dois respondentes sugeriram aumentar a carga horária da disciplina para explorar mais a temática. Organização, disciplina e trabalho em equipe foram destacadas como as competências mais desenvolvidas e todos os respondentes pretendem utilizar o método Scrum em outros projetos, profissionais ou acadêmicos.

Com relação ao desempenho acadêmico, mesurado a partir da nota obtida pelos alunos, dos 31 alunos aprovados, 96% obtiveram conceito A (entre 90 e 100 pontos). A média geral das notas foi 89 pontos e a mediana foi 90 pontos.

Todas as atividades avaliativas foram explanadas e discutidas em sala e o projeto final contou com um roteiro detalhando todas as etapas a serem desenvolvidas para definição e implementação de ciclo Scrum. A disciplina também contou com fóruns *online* e contato direto com a professora, por meio de *chat* na ferramenta Moodle, para envio de dúvidas. Todas as atividades avaliativas foram postadas no Moodle e cada atividade avaliativa possuía um barema que era enviado juntamente com a correção, por meio da funcionalidade "Comentários de *feedback*", individualmente para cada aluno, mesmo em atividades realizadas em grupo. Estas práticas foram destacadas pelos estudantes como um diferencial, e na visão da professora foi essencial para motivar e envolver os discentes na realização das atividades.

No projeto final da disciplina foi possível observar que os alunos compreenderam os métodos e as definições e propuseram adaptações para aplicação em diferentes contextos do profissional da informação. Alguns alunos produziram relatos de experiências detalhadas cujo ciclo poderá ser replicado e publicado.

Por fim, os métodos ágeis, em especial o Scrum, foram bem avaliados pelos alunos que puderam compreender todo o seu ciclo e visualizar sua aplicabilidade, principalmente em projetos da Ciência da Informação.

6. Conclusão

Na proposta modelada para a disciplina *Processos Ágeis de Desenvolvimento de Produtos*, a docente apropriou-se, principalmente, dos conceitos das metodologias ativas e das metodologias ágeis, a fim de tentar estabelecer instrumentos que permitissem utilizar estes conceitos, de ambos os métodos, relacionados respectivamente ao ensino e a gestão de projetos, experimentando novas expectativas no processo de ensino-aprendizagem.

Como resultado pode-se destacar todos os artefatos desenvolvidos para a disciplina (eixo teórico e eixo aplicado) e a grande aceitação dos alunos que preencheram todas as vagas ofertadas. Alguns estudantes relataram que a procura foi impulsionada por acompanhar ofertas de mercado que utilizam vários termos e conceitos das metodologias ágeis e outros por trabalharem em projetos na área de tecnologia. No eixo teórico, os discentes se mostraram curiosos e interessados em saber as origens e definições dos métodos. No eixo aplicado, os discentes se mantiveram motivados e interagindo com toda a turma. O emprego de cenários e exemplos reais suscitaram comentários sobre situações vivenciadas pelos discentes em experiências profissionais e discussões sobre o posicionamento do profissional da informação e do bibliotecário frente às novas demandas e competências esperadas pela academia e pelo mercado.

Por meio das atividades propostas ao longo da disciplina foi perceptível que o método Scrum requer processos bem definidos e adaptados ao contexto aplicado. Para isso, almeja-se que o profissional da informação possua competências relacionadas à análise e modelagem de processos, à gestão de projetos e conheça as principais ferramentas destas áreas. Além disso, os métodos ágeis exigem conformidade e transparência por parte da equipe para seguir as cerimônias e executar as atividades conforme os papéis assumidos. Comunicação, desenvoltura e negociação também são indispensáveis a estes profissionais.

Apesar das limitações existentes ao se mensurar o ensino e a aprendizagem, na visão da docente o objetivo da disciplina foi alcançado, uma vez que os métodos ágeis se mostram adaptáveis a produtos e serviços de informação, estimulando o trabalho em equipes multidisciplinares, onde espera-se que o profissional da informação alcance posições de liderança. Como trabalho futuro pretende-se continuar mensurando os resultados das próximas ofertas e a percepção dos egressos do Programa.

Referências bibliográficas

BERRÍO-ZAPATA, C; RODRIGUES, A. C.; GOMES, L. R. G.

2022 *Plataformas, plataformização e ecossistemas de software nas bases de dados acadêmicas: aspectos conceituais*. [Em linha]. 2019, p. 361-371. [Consult.19 out. 2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/125315>.

FEDERER, L.

2018 Defining data librarianship: a survey of competencies, skills, and training. *Journal of the Medical Library Association*. 106:3 (2018) 294-303.

FITZGERALD, M., et al.

2014 Embracing digital technology: a new strategic imperative. *MIT sloan management review*. 55:2 (2014) 1.

KOLTAY, T.

2019 Accepted and emerging roles of academic libraries in supporting research 2.0. *The Journal of Academic Librarianship*. 45:2 (2019) 75-80.

PRESSMAN, R. S.

2006 *Engenharia de software*. 6ª ed. São Paulo: Makron Books, 2006.

RIBEIRO, L. R. C.

2008 *Aprendizado baseado em problemas*. São Carlos: UFSCAR; Fundação de Apoio Institucional, 2008.

SABBAGH, R.

2013 *Scrum: gestão ágil para projetos de sucesso*. São Paulo: Casa do Código, 2013.

SCHWABER, K.; SUTHERLAND, J.

2020 *The Scrum guide-the definitive guide to scrum: the rules of the game*. [Em linha]. 2020. [Consult. 19 out. 2023]. Disponível em: <https://scrumguides.org/docs/scrumguide/v2020/2020-Scrum-Guide-PortugueseBR-3.0.pdf>.

SANTARÉM SEGUNDO, J. E.

2018 Web semântica: fluxo para publicação de dados abertos e ligados. *Informação em Pauta*. [Em linha]. 3:nº especial (26 nov. 2018) 117-140. [Consult.19 out. 2023]. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/39721>.

SOMMERVILLE, I.

2011 *Engenharia de Software*. 9ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

VALENTE, M. T.

2020 *Engenharia de software moderna: princípios e práticas para desenvolvimento de software com produtividade*. [Em linha]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. [Consult. 14 dez. 2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/37905>.

Patrícia Nascimento Silva | patricians.prof@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

Apêndice A

Formulário de avaliação da disciplina *Processos Ágeis de Desenvolvimento de Produtos*

Oferta em 2022/2 e 2023/2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) aluno(a),

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma atividade através de um questionário *online*.

A pesquisa sobre o ensino-aprendizagem na disciplina *Processos Ágeis de Desenvolvimento de Produtos* tem o objetivo de investigar as impressões e resultados identificados pelos discentes na oferta de 2022/2 (ou 2023/2), com a intenção de avaliar os recursos didáticos, formas de comunicação e a metodologia utilizada na oferta da disciplina.

A participação consistirá apenas em responder algumas perguntas, de um questionário *online*, relativas a percepção do aluno em relação a orientação recebida na disciplina.

Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.
2. Fui informado(a) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.
3. Minha participação nesta pesquisa tem um caráter eminentemente voluntário. Neste sentido, não haverá nenhum prejuízo para mim, caso não deseje tomar parte. Além disso, poderei decidir interromper a qualquer momento, sem que isto signifique ônus ou penalização. Em contrapartida, a participação na atividade para qual estou sendo convidado não implicará em benefício imediato de qualquer natureza, seja este monetário-financeiro ou compensação profissional.

Assim, declaro ter sido informado(a) e concordo em participar, como voluntário(a), do projeto de pesquisa acima descrito.

Perguntas:

1) Qual sua satisfação com o cronograma da disciplina especificamente em relação a estrutura (1 semana condensada + atividades distribuídas + projeto final), atividades propostas e a divisão em entregas.

- Muito satisfeito
- Parcialmente satisfeito
- Nem satisfeito, nem insatisfeito
- Parcialmente insatisfeito
- Muito insatisfeito

2) Sobre os recursos metodológicos (estudos de caso, exemplos práticos, situações problema, *sprint* simulada, projeto aplicado).

- Muito satisfeito
- Parcialmente satisfeito
- Nem satisfeito, nem insatisfeito
- Parcialmente insatisfeito
- Muito insatisfeito

3) O *feedback* das correções realizadas pelos professores, por meio do prazo de correção e comentários no Moodle, era claro e objetivo permitindo o entendimento do aluno.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

4) Cite pontos positivos ou a melhorar na metodologia utilizada na disciplina.

5) Quais competências você desenvolveu ao longo da disciplina?

6) Você pretende aplicar o método Scrum em suas atividades? Quais?

7) Qual é a avaliação final do seu aproveitamento sobre as metodologias ágeis, especificamente sobre o Scrum? Caso tenha alguma observação comente.

RELAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS ENTRE A GRAMÁTICA GERATIVA TRANSFORMACIONAL DE NOAM CHOMSKY E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

EPISTEMOLOGICAL RELATIONSHIP BETWEEN NOAM CHOMSKY'S TRANSFORMATIONAL GENERATIVE GRAMMAR AND KNOWLEDGE ORGANIZATION

Wilson Roberto Veronez Júnior

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a3>

Resumo: Noam Chomsky é considerado um dos maiores pensadores do século XX, sendo evidente a contribuição que ele trouxe à Linguagem. O artigo analisa um possível diálogo entre a Gramática Gerativa Transformacional, o gerativismo e o inatismo de Chomsky e a Organização do Conhecimento. Ao estabelecer relações epistemológicas e disciplinares com a Organização do Conhecimento, a Gramática Gerativa Transformacional ressalta o aspecto criativo de quem está construindo um determinado Sistema, que, por sua vez, requer a incorporação de linguagens documentárias, tesouros e ontologias, entre outros elementos, por exemplo. Na elaboração desses sistemas, além do conhecimento do contexto social ao qual o sujeito está inserido culturalmente, o idealizador deve ter conhecimento sólido sobre as principais relações existentes entre aquela comunidade e suas principais necessidades informacionais. Para análises futuras, esta investigação discutirá de forma aprofundada a relação da Gramática Gerativa Transformacional de Chomsky e a Organização do Conhecimento para a elaboração de linguagens documentárias.

Palavras-chave: Gramática Gerativa Transformacional; Interdisciplinaridade; Linguagem; Organização do Conhecimento.

Abstract: Noam Chomsky is considered one of the greatest thinkers of the 20th century, and his contribution to Language is evident. The article analyses a possible dialogue between Transformational Generative Grammar, Chomsky's generativism and innatism, and the Knowledge Organization. By establishing epistemological and disciplinary relations with Knowledge Organization, Transformational Generative Grammar highlights the creative aspect of those who are building a given System, which in turn requires the incorporation of documentary languages, thesauri and ontologies, among other elements, for example. When designing these systems, in addition to knowledge of the social context in which the subject is culturally inserted, the designer must have solid knowledge of the main relationships between that community and its main informational needs. For future analyses, this research will discuss in depth the relationship between Chomsky's Transformational Generative Grammar and Knowledge Organization for the development of documentary languages.

Keywords: Transformational Generative Grammar; Interdisciplinarity; Language; Knowledge Organization.

1. Introdução

Diante das inúmeras teorias da linguagem - estruturalismo, construtivismo, interacionismo, behaviorismo, inatismo, gerativismo, entre outras -, na década de 1950, podemos destacar as pesquisas do linguista, filósofo e cientista político estadunidense Noam Chomsky (1928-....), com os estudos inatistas/gerativistas, ou seja, para ele, a língua é um fenômeno que está presente no código genético humano e com o tempo ela se evidencia a partir de processos endógenos provocados pela criatividade do ser humano e sua interação com o meio social.

Sobre as contribuições do linguista estadunidense, Veloso (2015), acredita que na primeira metade do século XX, foi Chomsky que reconstruiu a linguística, assim como os renascentistas Nicolau Copérnico e Galileu Galilei nos ensinaram a observar o universo, do mesmo modo como Carl Gauss e alguns dos seus contemporâneos, pesquisadores e continuadores conseguiram, no apagar das luzes e ao longo do século XIX, uma reconceitualização da geometria de Euclides de Alexandria, da mesma maneira que Albert Einstein, no século XX, redimensionou toda física a partir dos estudos sobre a Teoria da relatividade.

Com relação a Organização do Conhecimento, segundo Esteban Navarro e García Marco (1995) e Hjørland (2003, 2008), podemos entendê-la como um campo científico interdisciplinar, dialógico e preocupado com os processos de organização, classificação e representação do conhecimento em unidades de informação, movimentos sociais, partidos políticos, entre outras instituições que produzem informações e documentos, podendo ser analisado de um ponto de vista teórico-epistemológico aos estudos linguísticos oriundos da Gramática Gerativa Transformacional.

O artigo tem por objetivo analisar um possível diálogo do ponto de vista teórico-epistemológico e interdisciplinar entre o gerativismo e o inatismo de Chomsky e a Organização do Conhecimento. Assim, questiona-se: qual o conceito de linguagem na perspectiva inatista e gerativista de Chomsky? Podemos considerar que há uma relação epistemológica e interdisciplinar entre a Organização do Conhecimento e a Gramática Gerativa Transformacional? É possível discutir a proposição e elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento a partir da Gramática Gerativa Transformacional?

Sobre os objetivos específicos, a intenção é desenvolver e elucidar os seguintes elementos: a) analisar a literatura acerca dos conceitos de Linguagem Chomskyana, Inatismo, Gerativismo, Organização do Conhecimento e Gramática Gerativa Transformacional; b) revisão de literatura sobre a linguagem na concepção inatista e gerativista; c) apresentar parâmetros teóricos para a melhoria dos Sistemas de Organização do Conhecimento a partir da gramática gerativa de matriz chomskyana.

No que diz respeito à possibilidade de discussão sobre a Organização do Conhecimento e os estudos linguísticos chomskyanos, é preciso recorrer a interdisciplinaridade, e que segundo Japiassu e Marcondes (1989:190), ela torna possível a complementaridade dos métodos, das ideias, dos fundamentos e dos fatos iniciais sobre os quais se fundam as diversas práticas científicas. Somado a isso, há uma sustentação de que no escopo da Ciência da Informação, domínios como Organização do Conhecimento e Linguística estão interconectados, em que nessa discussão, Saracevic (1995), entende que o campo está concentrado em quatro campos principais: Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciências Cognitivas e a Ciência da Comunicação. Dentre esses domínios, compreende-se que a discussão sobre a Linguística, Ciência da Informação e Organização do Conhecimento estão sedimentadas principalmente no contexto da Biblioteconomia e Ciências Cognitivas.

Sobre a metodologia adotada neste artigo, no que orienta Pando (2018:36), deve ser desenvolvida por meio de um cuidadoso emprego de métodos e técnicas, assim como outros procedimentos científicos, isto é, a escolha de trabalhos, bem como a preocupação com o levantamento bibliográfico de materiais fidedignos, com base em fontes bibliográficas confiáveis. Dessa maneira, a pesquisa é caracterizada como bibliográfica, na medida em que analisa, seleciona, organiza e coleta materiais relacionados à Organização do

Conhecimento, Gramática Gerativa Transformacional e Teoria Linguística de Noam Chomsky. Como resultado se espera colaborar para uma melhor compreensão das possibilidades que as teorias do linguista estadunidense podem contribuir a Organização do Conhecimento na sua vertente mais influenciável pela linguística num sentido amplo, e que essa relação dialógica e interdisciplinaridade possa contribuir no desenvolvimento de estudos mais profícuos e de Sistemas de Informação e de Organização do Conhecimento baseados na realidade social dos sujeitos informacionais.

A pesquisa possui caráter bibliográfico e qualitativo, os materiais foram localizados, recuperados e analisados em bases de dados, como a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapi), Scielo, Scopus e Web of Science, eventos científicos, como o Encontro de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), International Society for Knowledge Organization (ISKO), Seminário em Ciência da Informação (SECIN), Colóquio em Organização, Acesso, Apropriação da Informação e do Conhecimento (COAIC), os Encuentros Internacionales sobre Sistemas de Información y Documentación (IBERSID) e a Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC), Dialnet, além de periódicos, revistas, manuais e dicionários especializados em Linguística, Linguagem, Gramática e Organização do Conhecimento.

No processo de recuperação dos materiais nas fontes de informação, optou-se pelos seguintes termos em português, inglês e espanhol, respectivamente: a) Epistemologia da Linguagem, Inatismo, Gerativismo, Linguagem Chomskyana, Gramática Gerativa e Gramática Gerativa Transformacional, Organização do Conhecimento; b) *Language Epistemology, Innatism, Generativism, Chomsky Language, Generative Grammar and Transformational Generative Grammar, Knowledge Organization*; c) *Epistemología del lenguaje, innatismo, generativismo, Lenguaje de Chomsky, gramática generativa, gramática generativa transformacional, Organización del Conocimiento*. Para a recuperação dos materiais teóricos, não foi delimitado nenhum período em específico.

A etapa de levantamento dos materiais foi realizada no período de fevereiro a abril de 2023, já a análise dos materiais e dos dados foi realizada nos meses de maio e junho, a escrita do artigo foi desenvolvida entre os meses de julho a outubro do corrente ano.

2. A Linguagem segundo Chomsky

Segundo Chomsky (1980), um dos motivos para estudar a linguagem, o mais imediato deles é a oportunidade instigante de ver a linguagem como um espelho do espírito, como diz a expressão clássica. Segundo o autor, a linguagem é, assim, um produto da inteligência humana, uma criação renovada em cada ser humano por meio de operações que ultrapassam o alcance da vontade ou da consciência.

Para Souza (2015), a linguagem chomskyana é entendida como um complexo de comunicação, onde ela gera línguas humanas/sociais que são naturais e socioculturais que produzem expressões, em que palavras compreendem textos e evoluem de maneira espontânea e criativa, a língua pode ser analisada do ponto de vista interno e externo. No primeiro caso, ela é individual, cognitiva, mental e psicológica, dado que esses aspectos são intrínsecos ao ser humano. Já no segundo, ela é um fenômeno sociocultural, uma vez que

compreende os sons, palavras, regras gramaticais, escrita, gerando comunicação e interação, perpassando pelos aspectos cognitivos e psicológicos do sujeito.

Deste modo, Chomsky (2006) aborda a linguagem como uma competência inata ao ser humano, como um componente genético radicado na mente/cérebro dos indivíduos, cuja investigação deve ser realizada no âmbito do naturalismo metodológico, com o modo de construção teórica e de utilização de procedimentos coerente com a lógica das ciências naturais. Chomsky (2006) defende que existe uma gramática própria na mente de cada indivíduo, que é colocada em uso e é capaz de produzir inúmeras sentenças em nível de desempenho, uma espécie de gatilho ou estalo mental e que se manifesta a partir da interação social com outros indivíduos e da relação com a natureza advinda de processos socioculturais.

Segundo Augusto (1995), a proposta de Chomsky é mentalista, no sentido em que o ser humano observa o conhecimento como uma sequência de representações e processos mentais, isto é, o sujeito não tem acesso direto ao universo. No entanto, esse acesso é mediado por operações mentais, assim, a linguagem não depende somente de ações externas da natureza ou da sociedade, lembrando que por fatores externos, ele entende que a linguagem se manifesta de maneira secundária. Assim, é possível estabelecer diálogos com outras teorias da aprendizagem e da aquisição da linguagem, como a sócio interacionista e construtivista.

Nessa continuidade, no debate com o filósofo e historiador da ciência francês Michel Foucault (1926-1984), em 1971, no Colégio Técnico de *Eindhoven*, Holanda, Chomsky ao ser questionado pelo mediador da discussão, filósofo holandês Fons Elders (1936-), apresenta o seguinte cenário:

um indivíduo que se interessa pela investigação da linguagem se confronta com um problema claramente definido. Porque há um organismo, um falante experiente, que de alguma maneira tem adquirido uma impressionante variedade de competências que concretamente permite dizer o que ele quer dizer, compreender o que as outras pessoas dizem, e fazer de uma forma que me parece adequadamente qualificada como incrivelmente criativa (CHOMSKY e FOUCAULT, 2006, não paginado).

Desse modo, Chomsky (2006) introduz o que ele defende por aspecto criativo da linguagem, sendo esse um elemento fundamental da natureza humana, melhor dizendo, a aquisição da linguagem se constitui de maneira criativa e se desenvolve de acordo com a interação do sujeito com outros indivíduos em um determinado contexto social.

Na subseção seguinte, serão apresentados aspectos fundamentais sobre a aquisição da linguagem por meio do inatismo, uma das teses mais defendidas pelos estudiosos da linguística chomskyana e que procura se ancorar na filosofia de Platão, Descartes e na linguística de Wilhelm von Humboldt, e que tem sido muitas vezes questionada pela comunidade científica, seja por interpretação equivocada, ou mesmo pela inconsistência de sua aplicação em determinado contexto social, histórico, cultural e científico.

2.1. A Aquisição da linguagem segundo o inatismo

Segundo Japiassu e Marcondes (1989), o inatismo é a visão segundo a qual determinadas ideias, princípios ou estruturas do pensamento são inatas em virtude de pertencerem à

natureza humana, isto é, à mente ou ao espírito, sendo, portanto, nesse sentido, universais. Encontramos nas teorias linguísticas de Chomsky uma concepção inatista, já que ele defende a ideia de que há uma estrutura linguística do pensamento universal e instintiva, que constituiria a competência do falante, tornando possível o aprendizado da língua por um indivíduo e que o seu desenvolvimento se manifesta de forma criativa.

No que afirma Sell (2002), o inatismo pode ser analisado a partir de pensadores como Platão, Plotino e Santo Agostinho, e que para eles têm como principal peculiaridade o argumento de que aquilo que é inato se trata do próprio conteúdo conhecido pelo ser humano. Na contemporaneidade, todavia, opera-se uma mudança substancial em relação a essa ideia, surgindo uma nova noção de inatismo a partir dos estudos dos linguistas gerativistas.

Chomsky, segundo Sell (2002:20), defende o inatismo, visto que para ele esse parece ser um ponto sobre o qual não há divergências. O que não significa ser um ponto desprovido de problema; longe disso. Justamente por ser um ponto que desperte polêmica, o inatismo chomskyano tem sido muitas vezes mal interpretado. O inatismo de Chomsky chega a ser muitas vezes confundido com concepções incrivelmente descaracterizadas que só existem na imaginação daqueles que não aceitam a possibilidade de algo que não derive da experiência. Assim, ao final desta declaração, fica evidente a crítica dos gerativistas acerca do empirismo.

A capacidade humana de falar e entender uma língua, isto é, no entendimento de Bezerra e Souza (2013), deve ser compreendida como o resultado de um dispositivo inato, de uma capacidade genética, e, logo, interna ao organismo humano. Este dispositivo linguístico é de domínio particular da espécie humana e torna o ser humano capaz de adquirir espontaneamente um sistema tão interessante e complexo como o é uma língua natural.

Para Sell (2002), Chomsky vai escolher como caminho privilegiado para examinar as capacidades cognitivas humanas, isto é, a investigação das modificações biológicas sofridas pelo indivíduo desde o seu nascimento. E para investigar a origem das capacidades cognitivas em sua universalidade, propõe que investiguemos uma delas em particular, a linguagem.

De acordo com Parot (1978), para Chomsky, as estruturas sociais, ideologias, manifestações culturais e a linguagem são como as estruturas de nossos espíritos, ou seja, conseqüentemente a teoria chomskyana pode explicar os fenômenos sociais em termos biológicos, ainda, ele declara que a hipótese inatista inclui igualmente os princípios sobre o lugar e o papel dos indivíduos na sociedade, na natureza e nas condições de trabalho.

Em consonância com Souza (2015), no momento que Chomsky diz que a linguagem surge naturalmente, também afirma que na língua há propriedades e estruturas características e próprias que já são conhecidas desde sempre pelas crianças ao se apropriar das primeiras falas num discurso oral.

Sobre essa discussão, para Lyons, Mota e Hegenberg (1973), os filósofos, educadores e psicólogos debatem, há décadas, a questão de saber se o pensamento, no sentido estrito da palavra, poderia ser concebido fora do contexto de fala ou da escrita. Podendo ou não, é óbvio que a linguagem é de importância vital em todos os aspectos da atividade humana, como é notório que, sem a linguagem, qualquer forma de comunicação, excluídas, talvez, algumas formas extremamente rudimentares, seria impossível.

No entendimento de Carneiro (2010), Chomsky postula que a faculdade da linguagem é particular de nossa espécie e está inscrita no próprio DNA humano. Compreendida como dotação biológica, a linguagem seria equiparada a outros aspectos relativos ao desenvolvimento da estrutura física do corpo; nascemos programados para falar, assim como para ter membros superiores e inferiores. A influência do meio ou da experiência seria secundária, nesse caso, face à programação prevista no mapa da evolução das espécies.

Na seção a seguir, discutem-se aspectos elementares acerca da Organização do Conhecimento, enquanto campo científico e no desenvolvimento de processos.

3. Aspectos conceituais sobre a Organização do Conhecimento

Enquanto campo científico, nas reflexões de Garcia Marco (1997) e Hjørland (2008), entre outros autores especialistas no tema, a Organização do Conhecimento estabelece diálogos com outras disciplinas – podemos citar Arquivologia, Biblioteconomia, Computação, Documentação, Filosofia, Matemática – assim como abordagens semióticas, abordagens ‘crítico-hermenêuticas’, abordagens analíticas do discurso e abordagens baseadas em gênero. Uma tendência importante também é a ênfase nas representações de documentos, tipologia e descrição de documentos, linguagens de marcação, arquiteturas de documentos, entre outras.

Segundo Hjørland (2008), a Organização do Conhecimento não é apenas algo que a profissão de arquivista, bibliotecário e cientista da informação possa fazer sem considerar a pesquisa em outros domínios, a título de exemplo, Ciência da Computação, Linguística e Processamento de Linguagem Natural, Teoria do Conhecimento, Teoria da Organização Social, etc. Em particular, uma compreensão da natureza do conhecimento, cognição, linguagem e organização social são decisivas para a compreensão de Organização do Conhecimento e, portanto, para a capacidade de projetar, avaliar e usar processos de organização do conhecimento e sistemas de organização do conhecimento. Muitos campos podem ter interesse nas questões definidoras da organização do conhecimento ou podem ser consideradas disciplinas relacionadas.

No sentido estrito do termo, como prática, a ideia de organização do conhecimento, segundo Hjørland (2008:86), trata-se de atividades como a descrição de documentos, indexação, classificação executadas em bibliotecas, bancos de dados bibliográficos, arquivos, bem como em outras ‘instituições de memória’ por bibliotecários, arquivistas, especialistas em informação, especialistas em assuntos, assim como por algoritmos de computador e aprendizes.

O ato de organizar envolve um conjunto de processos – análise, classificação e recuperação da informação e do conhecimento – sendo que o processo de organizar é um pouco diferente de representar, pois a representação está ligada com o objeto (LIMA e ALVARES, 2012:23). Ao resgatar a concepção de Dahlberg (1993) sobre a Organização do Conhecimento, Rodrigues (2015) argumenta que esta é uma ciência que organiza e estrutura sistematicamente as unidades de conhecimento, que por sua vez são entendidas como os conceitos e também os seus elementos de conhecimento, isto é, as características.

Segundo Hjørland (2003:87), a Organização do Conhecimento no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação está relacionada a diversos fatores, dentre eles, podemos destacar a organização de dados em registros bibliográficos, e também a informação produzida em ambientes virtuais. Para Hjørland (2003), o conceito de Organização do Conhecimento está ligado ao aprimoramento dos procedimentos de classificação e indexação em bibliotecas, documentação e bases de dados eletrônicas.

Em relação ao campo de estudo, de acordo com Café e Medeiros (2011:25) a Organização do Conhecimento está fundamentada essencialmente em análises de cunho semântico. Dessa maneira, entende-se que a Organização do Conhecimento tem por finalidade analisar os significados dos dispositivos e das técnicas empregadas pelos arquivistas e bibliotecários no processo de organização e representação do conhecimento.

Para o entendimento da relação entre Linguística e Biblioteconomia e Ciência da Informação, para Hjørland (2008:99), é importante ressaltar que ambos os campos são influenciados pela mudança de visões epistemológicas e tendências interdisciplinares. Em especial, a epistemologia é simplesmente uma maneira mais profunda de entender os dois campos. Infelizmente, esta situação torna mais difícil para todas as partes, incluindo a organização do conhecimento.

Na próxima seção, discutem-se os principais aspectos sobre a Gramática Gerativa Transformacional na perspectiva dos estudos da linguagem de Noam Chomsky.

4. Gramática gerativa transformacional

A gramática gerativa, ou ainda, o gerativismo é uma corrente de estudos da ciência da linguagem que teve início nos Estados Unidos, no final da década de 1950, a partir dos estudos dos linguistas estadunidenses Noam Chomsky e Zellig Harris, pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). Considera-se o ano de 1957 a data do nascimento da linguística gerativa, ano em que Chomsky publicou seu primeiro livro, denominado *Estruturas Sintáticas*.

Segundo Foppa (2011), Chomsky elaborou, assim, quatro questões elementares que se tornaram o programa de investigação da GGT:

1. Qual é o conteúdo do sistema de conhecimento? O que está na mente/cérebro do falante de uma determinada língua (inglês, japonês, mandarim, francês, alemão, holandês, português, etc.)?
2. De que maneira esse sistema de conhecimento se manifesta na mente do falante?
3. Como esse conhecimento é empregado na fala ou na escrita?
4. Quais são os dispositivos físicos no cérebro do falante que servem de estrutura para o sistema de conhecimento linguístico e para seu uso?

No que expõe Kenedy (2008), após tais questionamentos, Chomsky elabora uma resenha crítica (CHOMSKY, 1959:26-58) da obra *Verbal Behavior* de Frederic Skinner (1957), onde o linguista chama a atenção para o fato de um indivíduo sempre agir criativamente no uso

da linguagem, isto é, a todo momento, os seres humanos estão construindo frases novas, ou seja, jamais ditas antes pelo próprio falante que as produziu ou por qualquer outro sujeito. A gramática de matriz chomskyana a todo momento procura ressaltar o aspecto criativo do ser humano, sendo assim, ele chegou a afirmar, inclusive, que a criatividade é o principal aspecto caracterizador do comportamento linguístico humano, aquilo que mais fundamentalmente distingue a linguagem humana dos sistemas de comunicação animal e da natureza.

Conforme explica Borges Neto (1991), Chomsky sempre foi crítico a todas as teorias empiristas e behavioristas, fossem elas teorias da aprendizagem, do funcionamento da mente humana ou da estrutura linguística. Para o linguista estadunidense, seria difícil compreender a aquisição da linguagem sem o processo endógeno, ou seja, sem a internalização da informação por parte do sujeito falante. Contudo, nos dias atuais, Chomsky não descarta de forma radical outras formas de aquisição da linguagem e da aprendizagem.

A Filosofia tinha descoberto a importância da linguagem há muito tempo, sendo que filósofos e lógicos já atentavam para as línguas naturais, ainda que para afirmar que elas não eram passíveis de receberem um tratamento formal. Estudiosos como Frege, Russell, Tarski haviam todos, em meados da década de 1940, refletido sobre as línguas naturais (OLIVEIRA, 2010).

Sell (2002), defende que a hipótese proposta por Chomsky é a de que o conjunto das capacidades cognitivas humanas possui uma estrutura fundamental determinada biologicamente. Tal possibilidade, apesar de seu valor especulativo, é irrefutável. Por outro lado, se o problema é apenas o escopo da suposição que se estende a domínios imprecisamente estabelecidos, tem-se como uma alternativa viável restringir tal objetivo a uma capacidade particular.

Apresentada uma breve introdução sobre a Gramática Gerativa Transformacional, a seguir, analisaremos as relações epistemológicas e interdisciplinares entre essa teoria da linguagem chomskyana e sua relação com a Organização do Conhecimento.

5. Gramática gerativa transformacional e Organização do Conhecimento: relações dialógicas e interdisciplinares

Dado que a aquisição da linguagem, na concepção de Chomsky (1959, 1968, 1980, 2006, 2017), é realizada por meio de por ações endógenas e que se manifesta a partir da criatividade do sujeito, discute-se que esse processo pode ser analisado no âmbito da Organização do Conhecimento, sobretudo quando se trata da representação do conhecimento por meio de ações cognitivas e seus desdobramentos para a elaboração de Sistemas de Informação e de Organização do Conhecimento, instrumentos imprescindíveis para a manifestação do pensamento e das ações dos sujeitos informacionais.

Nessa perspectiva teórica, especificamente quando se discute a criação de Sistemas de Organização do Conhecimento, não devemos levar em consideração apenas uma teoria da linguagem, mas um conjunto de teorias que dialogam com a Organização do Conhecimento e com outras matrizes linguísticas. A depender da finalidade e contexto, esses Sistemas

podem adotar parâmetros concernentes ao estruturalismo, construtivismo, semiótica, gerativismo, inatismo, entre outras abordagens epistemológicas.

Ao estabelecer relações epistemológicas e disciplinares com a Organização do Conhecimento, a Gramática Gerativa Transformacional, de abordagem chomskyana, ressalta o aspecto criativo de quem está construindo um determinado Sistema, que por sua vez requer a incorporação de linguagens documentárias, tesouros e ontologias, entre outros elementos, por exemplo. Na elaboração desses Sistemas, além do conhecimento do contexto social ao qual o sujeito informacional está inserido culturalmente, o idealizador deve ter conhecimento sólido sobre as principais relações existentes entre aquela comunidade e diagnosticar suas principais necessidades informacionais.

Nessa discussão, o simples fato de se elaborar um Sistema em uma perspectiva social, deve levar em consideração a análise de requisitos mínimos, como: se a comunidade está representada, se a comunidade tem acesso, se a comunidade possui condições básicas para a operacionalização de tesouros, ontologias, linguagens documentárias e Sistemas de Informação como um todo, entre outros fatores que contribuirão na elaboração de Sistemas mais justos, inclusivos e democráticos.

Apenas para exemplificar, em um determinado arquivo, biblioteca, centro de informação/documentação ou museu, alguns preceitos básicos já estão previamente estabelecidos, pois existem normas, manuais e diretrizes e que estão sedimentados em métodos tradicionais. Contudo, em comunidades denominadas de “marginalizadas” pelo poder público e pela própria sociedade, esses parâmetros não atendem a normalizações tradicionais, uma vez que os processos de produção, organização e representação de Sistemas são desenvolvidos e executados por meio de ações próprias, isto é, existe um saber local e um *modus operandi* de execução das práticas. Assim, a ideia de não seguir parâmetros tradicionais está presente nas práxis dessas comunidades.

Nessa reflexão, embora Chomsky (1980) apresente um contraponto às teorias sociointeracionistas/construtivistas, sobretudo de Jean Piaget e Lev Vygotsky, é possível estabelecer um ponto de consenso entre essas teorias, visto que elas não se estendem apenas a aquisição da linguagem e da aprendizagem, mas também ao processo de organização, representação, apropriação e mediação da informação e do conhecimento.

As contribuições iniciais da Gramática Gerativa Transformacional para a elaboração de Sistemas de Informação e de Organização do Conhecimento é uma prova de que a linguagem que opera os sistemas de informação e organização do conhecimento necessita de atualização constante para que possa operar de maneira eficiente, inclusiva e democrática a fim de estabelecer a comunicação entre o sujeito informacional e a máquina por meio de operações linguísticas, com base em códigos, esquemas, gráficos e a partir de operações mentais. Desse modo, a elaboração de Sistemas de Informação e de Organização do Conhecimento, deve partir do estabelecimento e do aprofundamento de estudos sobre a teoria chomskyana e o campo da Organização do Conhecimento.

Em síntese, compreende-se que a construção e a discussão acerca das relações dialógicas e interdisciplinares entre a Gramática Gerativa Transformacional e a Organização do Conhecimento não se limitam a este artigo inicial, pois alguns aspectos ainda precisam ser aprofundados, mas que até aqui se demonstrou que é possível estabelecer relações entre os

mais diversos domínios e na convergência das mais diversas teorias em benefício de elucidar um determinado fenômeno.

6. Considerações parciais

Antes de tudo, o intuito deste artigo não foi defender uma única via para a aquisição da linguagem, no caso, o inatismo/gerativismo. Sendo assim, é preciso ressaltar que a linguagem é um fenômeno a ser estudado com grande acuidade e disciplina, no sentido de que não existe um único campo científico que apresente uma solução para a elucidação de tal fenômeno, é preciso lidar com todos os pontos de vistas, teorias e matrizes epistemológicas, assim como se valendo da interdisciplinaridade entre os mais variados campos científicos e abordagens.

O artigo teve por objetivo estabelecer um possível diálogo teórico-epistemológico e interdisciplinar do ponto de vista da Organização do Conhecimento, tendo como ponto de intersecção a Gramática Gerativa Transformacional de cunho gerativo e inato, proposta por Noam Chomsky e Zellig Harris, bem como outros linguistas em meados da década de 1950.

Como pudemos observar, na literatura de Organização do Conhecimento/Ciência da Informação, a noção de Gramática Gerativa Transformacional ainda é muito incipiente, isto é, não há estudos preliminares, nem concretos, acerca de tal proposição de interdisciplinaridade teórica e epistemológica entre os referidos campos. Sendo assim, este estudo trata de um apontamento inicial; porém é preciso estabelecer mais diálogos e relações epistemológicas e interdisciplinares vinculados aos estudos oriundos da Linguística, neste caso, a gramática gerativa, gerativismo e o inatismo.

Para pesquisas e análises futuras, por meio de um ponto de vista teórico, será dada continuidade a esta investigação com o objetivo de discutir de forma aprofundada a relação da Gramática Gerativa Transformacional de Chomsky e a Organização do Conhecimento no sentido de elaboração de linguagens documentárias, em especial, os tesouros.

Referências bibliográficas

AUGUSTO, M. R. A.

1995 Teoria gerativa e aquisição da linguagem. *Sitientibus*. 13 (1995) 115-120.

BEZERRA, G. B.; SOUZA, L. B. de

2013 A Aquisição da linguagem por Chomsky e por Tomasello. *DLCV*. 10:1-2 (jan.-dez. 2013) 19-32.

BORGES NETO, J.

1991 *A Gramática Gerativa Transformacional: um ensaio de filosofia da linguística*. Campinas, 1991.

Tese de Doutorado em Linguística - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

CAFÉ, L. M. A.; MEDEIROS, M. B. B.

2011 Organização do Conhecimento: teorias semânticas como base para estudo e representação de conceitos. *Informação & informação*. 16 (2011) 25-51.

CARNEIRO, P. L.

2010 A Hipótese inatista de aquisição da linguagem em perspectiva: aspectos realçados e encobertos. *DLCV*. 7:1 (jan.-jun. 2010) 57-68.

CHOMSKY, N.

2017 *Quem manda no mundo?* Trad. Renato Marques. São Paulo: Planeta, 2017.

CHOMSKY, N.

2006 *Sobre natureza e linguagem*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.

CHOMSKY, N.

2003 *11 de setembro*. Trad. Luiz Antonio Aguiar. 8 ed^a. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHOMSKY, N.

1980 *Reflexões sobre a linguagem*. Trad. Carlos Vogt... *et al.* São Paulo: Cultrix, 1980.

CHOMSKY, N.

1968 *A Responsabilidade dos intelectuais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1968.

CHOMSKY, N.

1959 A Review of BF Skinner's Verbal Behavior. *Language*. 35:1 (1959) 26-58.

CHOMSKY, N.; FOUCAULT, M.

2006 *La Naturaleza humana, justicia versus poder: un debate*. Buenos Aires: Editora Katz, 2006.

COLEPICOLO, E. [et al.]

2006 MeSH: de cabeçalho de assunto a tesouro. In CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA EM SAÚDE, 10^o, Florianópolis, 2006 - *Anais...* [Em linha]. Florianópolis: CBIS, 2006. [Consult. 18 jul. 2020]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228885645_MeSH_de_cabecalho_de_assunto_a_tesouro.

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J.

1995 Las Primeras jornadas sobre Organización del Conocimiento: organización del conocimiento e información científica. In *Scire: representación y organización del conocimiento*. 1995, p. 149-157.

FOPPA, C. T.

2011 Sobre a aquisição e o aspecto criativo da linguagem: as respostas de Noam Chomsky aos problemas de Platão e Descartes. *Letrônica*. 4:2 (2011) 94-103.

GARCIA MARCO, F. J.

1997 Avances en Organización del Conocimiento en España: los II encuentros sobre organización del conocimiento en los sistemas de información y documentación. In ENCUENTRO DE ISKO-ESPAÑA, 2^o, Getafe, 1995 - *Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación: actas...* Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1997, p. 7-12.

HJØRLAND, B.

2008 What is knowledge organization (KO)? *Knowledge Organization*. 35:2-3 (2008) 86-101.

HJØRLAND, B.

2003 Fundamentals of knowledge organization. *Knowledge Organization*. 30:2 (2003) 87-111.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D.

1989 *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

KENEDY, E.

2008 Gerativismo. In *Manual de lingüística*. Org. Mário Eduardo Toscano Martelotta. São Paulo: Contexto, 2008, vol. 1, p. 127-140.

LE COADIC, Y.-F.

1996 *A Ciência da Informação*. Trad. Maria Yêda F. S. Filgueiras Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos - Livros, 1996.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L.

2012 Organização e representação da informação e do conhecimento. In *Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações*. Org. L. Álvares. São Paulo: B4 Editores, 2012, cap. 1, p. 21-48.

LYONS, J.; MOTA, O. S. da; HEGENBERG, L.

1973 *As Idéias de Chomsky*. [S. l.]: Cultrix, 1973.

MOTTA, D. F.

1986 *Método relacional como nova abordagem para a construção de tesouros*. Rio de Janeiro, 1986.
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – IBICT / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, R. P. de

2010 A Linguística sem Chomsky e o método negativo. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*. 8 (2010).

PANDO, D. A.

2018 Epistemologia da Organização da Informação: uma análise de sua cientificidade no contexto brasileiro. 2018.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP).

PAROT, F.

1978 Algumas notas sobre as teorias da aquisição da linguagem: Piaget, Chomsky, Skinner. *Análise Psicológica*. 2 (1978) 115-124.

PINKER, S.

2002 *O Instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SANTOS, C. A. C. M.; MAZINI, E. S.

2011 Organização do conhecimento: das classificações e vocabulários controlados às taxonomias e ontologias na web. In *Tendências contemporâneas na gestão da informação*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2011, p. 125-142.

SARACEVIC, T.

1995 Interdisciplinary nature of information science. *Ciência da informação*. 24:1 (1995).

SELL, S.

2002 Chomsky e o inatismo cartesiano. *Working Papers em Linguística*. 6:1 (2002) 7-29.

SKINNER, B. F.

1957 *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1957.

SOUZA, L. V. A. de

2015 A Linguagem: teorias que explicam o seu uso e funcionamento. In *Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional*. Vol. 8, nº 1, 2015.

VELOSO, J.

2015 *Noam Chomsky, o homem e a obra: a propósito de um filme de Michel Gondry (2013) Is the man who is tall happy? : an animated conversation with Noam Chomsky*. [Em linha]. 2015. [Consult. 3 ago. 2023]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/84937/2/112408.pdf>.

Wilson Roberto Veronez Júnior | wilson.veronez@unesp.br

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil

REPRESENTAÇÃO DE ARTEFATOS CULTURAIS NO ÂMBITO DO CIDOC CRM: a modelagem conceitual sob a perspectiva das práticas semióticas

REPRESENTATION OF CULTURAL ARTIFACTS WITHIN THE SCOPE OF CIDOC CRM: conceptual modeling from the perspective of semiotic practices

Etefania Cristina Pavarina | Alexandre Robson Martines | Carlos Cândido de Almeida

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a4>

Resumo: O objetivo é analisar como a semiótica prática de Fontanille pode auxiliar na representação da informação de artefatos culturais no âmbito do CIDOC Conceptual Reference Model (CRM). Aplicou-se uma metodologia qualitativa, descritiva e exploratória, tratando-se de uma pesquisa bibliográfica, sob a qual se estabeleceu uma análise crítica. Desse modo, aponta-se que os modelos conceituais na organização do conhecimento incluem hierarquias e redes, coleções interconectadas de signos. Essas estruturas permitem representar a relação entre os signos, possibilitando uma compreensão dos recursos informacionais e seu contexto, o que muitas vezes é delimitado como domínio, ou seja, determinado conceito tem determinado efeito de sentido, uma conduta de acordo com a concepção de formas de vida. A compreensão semiótica também auxilia na identificação das propriedades relevantes para descrever os artefatos culturais no CIDOC CRM. Essas propriedades capturam características específicas dos artefatos, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada dos significados culturais, promovendo preservação e disseminação do conhecimento no campo do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Artefato cultural; CIDOC CRM; Modelos conceituais; Práticas Semióticas.

Abstract: The objective is to analyze how Fontanille practical semiotics can assist in the representation of information about cultural artifacts within the scope of the CIDOC Conceptual Reference Model (CRM). A qualitative, descriptive, and exploratory methodology was applied, conducting bibliographic research in which a critical analysis was established. Thus, it is pointed out that conceptual models in knowledge organization include hierarchies and networks, interconnected collections of signs. These structures allow representing the relationship between signs, enabling an understanding of informational resources and their context, which is often delimited as a domain, meaning that a specific concept has a certain effect of meaning, a behavior in accordance with the conception of ways of life. Semiotic understanding also aids in identifying the relevant properties to describe cultural artifacts in the CIDOC CRM. These properties capture specific characteristics of the artifacts, contributing to a deeper understanding of cultural meanings, promoting preservation, and dissemination of knowledge in the field of cultural heritage.

Keywords: Cultural artifact; CIDOC CRM; Conceptual models; Semiotic Practices.

1. Introdução

A representação da informação de artefatos culturais desempenha um papel fundamental na preservação e compreensão das sociedades passadas, bem como no enriquecimento do conhecimento humano. No entanto, a representação adequada desses artefatos, tanto em termos de seus significados simbólicos quanto de suas características físicas, apresenta desafios significativos. De acordo com a pesquisa conduzida por Noor *et al.* (2019), esses desafios decorrem, em parte, da complexidade das informações associadas aos artefatos culturais, que são dependentes do contexto, variando em tipo (manuscritos, pinturas, objetos artísticos e arquitetônicos, monumentos, edifícios históricos, moedas, fotos etc.),

tempo e origem. Nesse contexto, a semiótica e a modelagem conceitual podem ser identificadas como abordagens promissoras para o tratamento da informação de artefatos culturais.

A semiótica, como teoria da linguagem e dos signos, fornece um arcabouço teórico para analisar os símbolos e significados presentes nos artefatos culturais. Ela busca compreender como esses símbolos são interpretados e comunicam mensagens dentro de um contexto cultural específico. Por meio da análise semiótica, é possível identificar os elementos simbólicos presentes nos artefatos, bem como suas relações e significados subjacentes.

Por outro lado, os modelos conceituais surgem “[...] como uma abordagem alternativa para a representação formal de um determinado domínio em que o recurso informacional está inserido, permitindo delimitar termos das classes de entidades e suas possíveis relações” (REIS, CASTRO e FUJITA, 2023:2), desempenhando, assim, um papel fundamental no tratamento de artefatos culturais, estabelecendo conexões entre termos e conceitos, com o objetivo de construir uma base informacional sólida para objetos culturais (REIS, CASTRO e FUJITA, 2023).

No âmbito da Ciência da Informação, destaca-se a utilização do CIDOC Conceptual Reference Model (CRM) como um modelo conceitual em instituições voltadas para o patrimônio cultural. O CRM tem como objetivo integrar, representar e relacionar diversos patrimônios a fontes culturais variadas, por meio da identificação de entidades e propriedades presentes em sua arquitetura de metadados. Esse modelo conceitual proporciona uma estrutura unificada para a organização e descrição da informação relacionada aos artefatos culturais, permitindo a interconexão e interoperabilidade entre diferentes sistemas e instituições.

Ao adotar o CRM, as instituições de patrimônio cultural visam a facilitar o acesso, a pesquisa e a preservação dos registros culturais, contribuindo para a compreensão e valorização do patrimônio cultural em níveis global e local.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar como o aporte teórico da semiótica prática de Fontanille pode auxiliar na representação da informação de artefatos culturais no âmbito do CIDOC Conceptual Reference Model (CRM), a fim de correlacionar mecanismos de representação das entidades e propriedades desses artefatos através dos níveis de pertinência que compõem o percurso gerativo da expressão.

A hipótese desta pesquisa é que a combinação das práticas semióticas e da modelagem conceitual oferece uma abordagem abrangente para a representação da informação de artefatos culturais, a fim de padronizar a análise de artefatos culturais e a atribuição de significado com mais precisão para garantir a interoperabilidade semântica e compartilhamento de dados. Ao integrar a análise dos símbolos e significados com a estruturação conceitual dos dados, é possível obter uma compreensão mais profunda e abrangente dos artefatos, sua história e seus contextos culturais, contribuindo assim para a preservação e valorização das identidades culturais, pois estas são construídas frente a uma cena prática e a configuração de formas de vida.

Fusco (2010) ressalta a relevância dos estudos relacionados aos modelos conceituais no contexto da representação da informação, pois eles possibilitam uma descrição abrangente e eficaz da informação por meio da modelagem conceitual de dados. Esses modelos, tanto

conceituais quanto lógicos, visam a proporcionar uma nova perspectiva aos profissionais da área de informação, abordando os princípios fundamentais subjacentes aos códigos, regras e padrões de catalogação, permitindo uma representação mais ampla e eficiente em todas as dimensões da informação.

Para tanto, aplicou-se uma metodologia qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, tendo em vista a descrição da concepção de artefatos culturais, suas aplicabilidades e representações, bem como a descrição e análise da teoria das práticas semióticas e os apontamentos dos níveis de pertinência e imanência. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, sob a qual se estabeleceu uma análise crítica. A coleta ocorreu diante do acesso às bases de dados JSTOR, Google *Scholar*, ACM *Digital Library* e BRAPCI, onde se utilizaram os seguintes termos de busca/descriptores – “representação da informação”, “modelagem conceitual”, “artefato cultural”, “CIDOC CRM”, “semiótica”, “práticas semióticas” – em estratégias de busca simples e compostas, nos idiomas português e inglês, para uma visão ampla sobre a temática, além da consulta em livros especializados. Diante dos materiais analisados, destacam-se Doerr (2003), Stead (2008) e Carrasco (2019) para tratar da modelagem conceitual, mais especificamente no contexto do CIDOC CRM, como ainda Fontanille (2008a, 2008b, 2015, 2016) para tratar de práticas semióticas e formas de vida. A análise ocorreu a partir dos conceitos de artefatos culturais, modelagem conceitual, elementos do CIDOC CRM (entidades e atributos) percurso gerativo do plano da expressão, práticas semióticas, cenas práticas, níveis de pertinência, nível de imanência, formas de vida. Assim, a interpretação se estabeleceu diante da inter-relação entre as teorias de modo interdisciplinar, o que permitiu a realização de inferências e a construção dos resultados.

Com isso, espera-se que esta pesquisa contribua para reflexão e análise simbólica dos artefatos culturais, bem como tenha como proposto uma teoria que demonstre caminhos para tratar a significação através das formas de vida e, assim, seja possível construir um processo de representação da informação que garanta a representatividade e a valorização das identidades.

2. Recurso informacional como artefato cultural

As acepções do termo, bem como o que é considerado artefato cultural, geralmente são temas de discussão de pesquisadores da área de Antropologia, Etnologia e Sociologia, dentre outros pesquisadores situados nas Ciências Sociais. A noção de artefato está vinculada, de maneira mais restrita, a objetos recuperados em sítios arqueológicos (os artefatos arqueológicos), por outro lado, em um sentido mais amplo e difundido, o termo se vincula a objetos e/ou coisas confeccionadas por humanos que possuem informações e/ou valores culturais sobre seus criadores ou usuários.

Cole (1996a:117) define o artefato como “[...] um aspecto do mundo material que foi modificado ao longo da história de sua incorporação em ação humana”. Posteriormente, o autor explica que os artefatos são, simultaneamente, ideias (conceituais) e materiais, isto é:

São ideais na medida em que contêm, na forma codificada, as interações das quais eles previamente fizeram parte. Tais artefatos existem apenas na medida em que estejam corporificados na materialidade. Isto se aplica à

linguagem/discurso tanto quanto às formas de artefato mais usualmente assinaladas. Na medida em que medeiam a interação com o mundo, os artefatos culturais podem, também, ser considerados instrumentos (COLE, 1996b:87).

A partir das concepções do autor supracitado, depreende-se que os artefatos são instrumentos que se caracterizam como uma parte material de determinada cultura e são, concomitantemente, instrumentos de ordem conceitual que evidenciam valores não materiais impregnados de subjetividade. Portanto, são objetos que representam elementos e/ou aspectos do mundo material, criados e modificados a partir de processos culturais, sendo incorporados às ações humanas a fim de elaborar determinadas atividades, registrar determinada cultura, práticas sociais e, conseqüentemente, viabilizar a compreensão do modo de agir de determinada comunidade/cultura.

Essa visão do artefato, não apenas como um objeto material, mas como um meio de expressão e representação do homem, foi explorada, também, por Fleming (1974:153, *tradução nossa*) ao explicar que “os artefatos feitos e usados por um povo não são apenas uma expressão básica desse povo; são, como a própria cultura, um meio necessário de autorrealização do homem”. Concomitantemente, os artefatos atuam como “objetivações de necessidades e intenções humanas já investidas de conteúdo cognitivo e afetivo” (FLEMING, 1974:204, *tradução nossa*), o que evidencia o caráter do artefato não apenas como um objeto externo e prático, mas também como um produto cognitivo de representações internas, como os modelos mentais (ENGSTRÖM, 1999). Assim, o artefato se constrói a partir de componentes internos e externos aos indivíduos em uma relação dialógica, passando por constantes fluxos e transformações em detrimento da criação do objeto como tal, a partir do desenrolar de determinadas atividades.

No campo da Ciência da Informação, o recurso informacional pode ser considerado um artefato cultural. No entanto, essa caracterização levanta a necessidade de compreender conceitos importantes, como recurso, documento e artefato. Para abordar essas questões, Glushko (2016:35, *grifo do autor, tradução nossa*) explica que:

O recurso possui um sentido comum de qualquer coisa de valor que possa apoiar a atividade orientada a um objetivo. Esta definição significa que um recurso pode ser uma coisa física, uma coisa não-física, informações sobre coisas físicas, informações sobre coisas não-físicas ou qualquer coisa que você queira organizar. Em outras palavras, o que direciona este amplo escopo são **entidade, objeto, item e instância**. O termo **documento** é frequentemente utilizado para um recurso informacional, seja ele em formato digital ou analógico; o termo **artefato** refere-se a recursos criados por pessoas, e ativo para recursos com valores econômicos.

Em uma perspectiva similar, Santos, Simionato e Arakaki (2014) definem o recurso informacional como uma informação que foi objetivada dentro de um domínio do conhecimento, apresentando-se em uma estrutura analógica ou digital, com valor informacional que caracteriza conceitos expressos em manifestações concretas estruturadas em um ou mais itens. Assim, os autores referem-se ao recurso informacional também como informação registrada, item informacional e artefato.

Nesse sentido, a concepção de recurso informacional está alinhada com o que Buckland (1991) caracterizou como "informação-como-coisa". Isso significa que a informação é expressa, descrita e registrada em algum suporte ou representada de alguma forma física, por meio de signos, textos, imagens ou outros meios de comunicação. Essa forma de informação é tangível e pode ser medida e mensurada. Portanto, os objetos materiais são considerados portadores de informações que representam e transmitem conhecimento para acesso e uso.

Desde Otlet, a ampliação do termo "documento" abrange objetos além dos textuais, visuais e sonoros, incluindo animais em um zoológico, objetos arqueológicos e monumentos. Esses objetos são considerados recursos informacionais por serem evidências simbólicas com significados socio-histórico-culturais e potencial informativo em contextos específicos (BUCKLAND, 2017). Segundo Pagès (1948), o termo "documento" refere-se a qualquer coisa material significante, um signo ou conjunto de símbolos naturais ou artificiais. Documentos são símbolos que, com apoio tecnológico, podem perdurar ao longo do tempo.

Smiraglia (2008) destaca que os documentos não são apenas pacotes de informações, mas sim artefatos do conhecimento que refletem o meio cultural em que surgiram, o que torna cada documento um produto de seu tempo e circunstância. Esses documentos são considerados recursos informacionais que fazem parte do patrimônio cultural de uma sociedade, conferindo-lhes o caráter de artefatos culturais. De maneira semelhante, Pacheco (1995) apresenta a informação como um artefato, uma vez que é um produto das atividades humanas, materializada em diversas formas, formatos e suportes.

A informação não existe independentemente na natureza, sendo uma ferramenta produzida, percebida e utilizada pelos indivíduos como um elemento necessário para a construção do conhecimento. Portanto, como artefato, a informação só existe quando é reconhecida como tal, e esse reconhecimento está relacionado ao processo de construção de significados que a identificam, estabelecidos a partir do contexto específico de sua criação. Nessa perspectiva, Almeida e Azevedo Netto (2019) ressaltam que entender a informação como um artefato implica em observá-la em um conjunto contextualizado em termos de espaço, tempo e morfologia, resultado de um processo histórico, social e cultural.

Dessa forma, ao considerar a informação, o documento e/ou recurso informacional como artefatos culturais, é essencial analisá-los como portadores da cultura em que foram criados, compreendendo o contexto de produção e os contextos de uso. Esses recursos não são meramente coleções de informações em um suporte, conforme evidenciado por Smiraglia (2008), mas sim parte de uma cultura específica, carregando informações sobre a sociedade que os produziu e sendo influenciados por ideologias.

Como artefatos, eles não apenas fornecem informações, mas também são expressões culturais e registros históricos que auxiliam no estudo de eventos em um determinado espaço-tempo, revelando aspectos socioculturais e refletindo a identidade de seus autores/criadores, incluindo seus valores, crenças, sentimentos e concepções. Além de evidenciar marcas do contexto histórico-sócio-cultural em que foram produzidos, esses recursos se tornam registros valiosos que demarcam eventos importantes em determinadas épocas e refletem estudos sobre a memória cultural, local e institucional.

Os indivíduos utilizam sistemas culturais, linguísticos e semióticos para criar recursos informacionais com significados simbólicos. No entanto, um mesmo recurso pode ter

significados diferentes quando inserido em culturas distintas ou em épocas diferentes. Isso ocorre porque, como artefato cultural, o recurso informacional carrega significados, e a interpretação desse conteúdo e do significado associado depende do contexto de produção e recepção. O artefato pode ter um significado "concreto" atribuído por seus criadores, mas também pode ter um significado situacional e/ou subjetivo ao ser inserido em um contexto sócio-histórico diferente daquele em que foi produzido, sendo interpretado pelos indivíduos de acordo com suas experiências pessoais, culturais e sociais. Sob essa perspectiva, Smiraglia (2008) destaca que o conteúdo intelectual é moldado por influências culturais, e cada artefato representa uma combinação particular de seu domínio de conhecimento, finalidade, intenção e tecnologias utilizados em sua produção.

Esse fato leva à compreensão de que o significado de um artefato não é fixo e imutável, porque pode sofrer alterações de acordo com os valores e crenças de determinada comunidade. Conforme pontua Dornelles (2010:n. p.), “os artefatos culturais não têm significados únicos, fixos e intocáveis, seu significado depende do que eles significam em determinado contexto [...]”. Em perspectiva complementar, Pacheco evidencia que “um artefato é o registro de vários conteúdos, e incorpora diferentes registros. Ele é fruto e formador de contextos” (PACHECO, 1995:23).

O recurso informacional passa por vários níveis de interpretação e, conseqüentemente, de contextualização e recontextualização. Em analogia às inferências de Pacheco (1995), depreende-se que um recurso informacional é criado num dado tempo, espaço e forma específica, a partir do qual se é estabelecido um dos contextos pelos quais deve ser interpretado – seu contexto de geração. Como artefato, o mesmo recurso pode ser utilizado em um contexto distinto para o qual e no qual foi produzido, tornando-se, portanto, passível de recontextualização. Em tais circunstâncias, Azevedo Netto (2007) indica que a recontextualização deve levar em conta dois fatores (tempo e espaço) para viabilizar novas interpretações de informações. O autor esclarece que “[...] estes dois fatores não devem ser levados em conta sob seu aspecto físico, mas sim sob o prisma da cultura, ou seja, a distância espaço-temporal de uma cultura, ou seu momento, para outra” (AZEVEDO NETTO, 2007:6).

Assim sendo, compreender o recurso informacional como um registro da cultura material, materializada em diferentes tipos de suporte, veiculada por ferramentas tecnológicas, leva à necessidade de compreensão de características dos recursos além das comumente descritas nos registros bibliográficos, tanto nos aspectos descritivos quanto temáticos. Pacheco (1995:22) explica que “[...] o produto, o artigo, o artefato informação, como concebido nos dias de hoje, se destaca mais por suas características físicas, que são na realidade as características de seu suporte, do que por suas características sociais [...]”. Nesse sentido, Smiraglia (2008) aponta que cada recurso informacional deve ser visto como parte integrante – ou efêmera, em alguns casos – de um domínio do conhecimento, o que incita, aos profissionais da informação, a colocá-los em seu meio cultural para descrever além das informações bibliográficas essenciais (autor, título, assunto, etc.), informações referentes à cultura e ao contexto. Deste modo, salienta-se nesta pesquisa a necessidade de um olhar acurado para as formas de representação dos recursos informacionais, considerando suas características de forma, conteúdo e contexto.

3. Representação da informação e CIDOC CRM

A representação da informação remonta às primeiras tentativas de registro do conhecimento em meios tangíveis, com o intuito de armazená-los e posteriormente recuperá-los para utilização. As atividades de representação da informação desempenham o papel de retratar tanto a forma como o conteúdo dos recursos informacionais, isto é, fornecem uma descrição das características relacionadas à representação física ou bibliográfica do item em questão. Esses dados incluem informações como o autor, título, edição, editora, data e paginação, entre outros, seguindo as diretrizes de um ou mais código de catalogação. Além disso, a representação de conteúdo ou temática, que se concentra no próprio conteúdo do recurso informacional ao possibilitar a identificação de termos descritores, atribuição de um número de classificação com base nos assuntos identificados, bem como elaborar um resumo do recurso informacional.

No contexto atual, com os avanços tecnológicos constantes nas áreas de comunicação e informação, as informações digitais e o ambiente web desempenham um papel fundamental nesse cenário. Diante dessa realidade, torna-se indispensável o estabelecimento de estruturas de representação e mecanismos de acesso capazes de lidar com a modelagem e representação desse novo ambiente e tipo de recurso informacional. É nesse contexto que a representação da informação, em especial no que diz respeito à representação descritiva e à modelagem da informação, conecta-se a temas contemporâneos, tais como metadados, usabilidade de recursos digitais e modelagem de dados, entre outros (AGANETTE, TEIXEIRA e AGANETTE, 2017).

Um dos métodos de representação da informação que tem sido proposto como uma forma de agregar semântica aos conteúdos trocados entre sistemas heterogêneos, como os provenientes de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, são os modelos conceituais, como o FRBR, CRM/CIDOC e EDM. Os modelos conceituais são representações formais de um domínio que descrevem as classes de entidades e suas relações dentro desse domínio. O objetivo principal dos modelos conceituais é facilitar a interoperabilidade entre os acervos de diferentes instituições de memória e cultura (MARCONDES, 2015). Especificamente, essa é uma das metas explícitas do Modelo Conceitual de Referência (CRM) do CIDOC/ICOM.

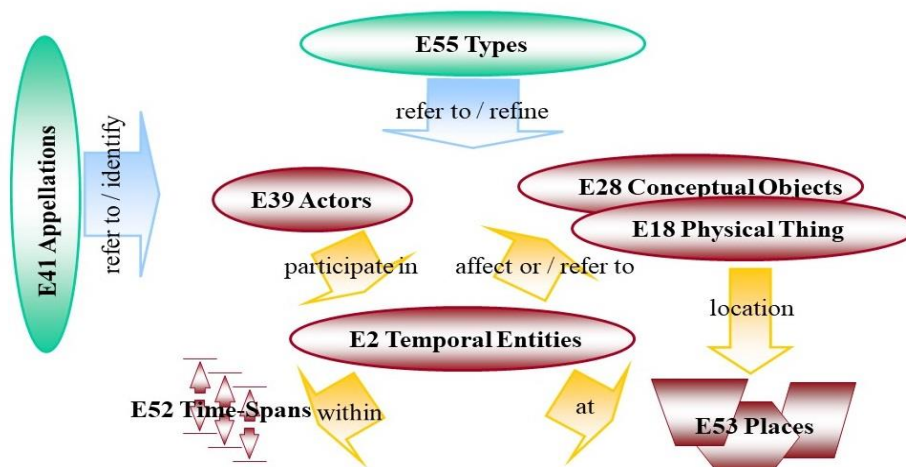
O CIDOC-CRM é uma ferramenta resultante de esforços multidisciplinares realizados pelo Grupo de Documentação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), que se estabeleceu como um modelo de padrão internacional. Em setembro de 2000, esse modelo foi aceito pela Organização Internacional de Normalização (ISO) por meio do Comitê Técnico ISO46, seguindo o processo ISO 21127, e foi oficialmente reconhecido como um padrão em 2006. Posteriormente, em dezembro de 2014, uma nova versão do modelo (baseada na versão 5.0.4 do CRM CIDOC) foi disponibilizada, denominada ISO 21127:2014. O objetivo principal desse modelo é facilitar a integração, mediação e troca de informações heterogêneas no domínio do Patrimônio Cultural (INTERNATIONAL..., 2021).

O CIDOC CRM é uma ontologia de alto nível que permite a integração de informações relacionadas ao patrimônio cultural, estabelecendo conexões entre dados provenientes de museus, bibliotecas e arquivos. Além disso, é possível converter essas informações para outros formatos legíveis por máquina, como RDF (*Resource Description Framework*) e XML (*Extensible Markup Language*). Devido à sua adequação em arquiteturas de

integração, existem diversos mapeamentos de metadados em XML para o CIDOC CRM, sendo considerado um dos modelos mais apropriados para esse propósito (CARRASCO, 2019).

É importante destacar que o CIDOC CRM foi originalmente desenvolvido no contexto dos museus e, posteriormente, ampliado para abranger o domínio do patrimônio cultural de modo geral que incorpora classes e lógicas de grupos de propriedades relacionadas às noções de participação, parte e estrutura, localização, avaliação e identificação, objetivo, motivação e uso, entre outras. A versão mais recente do CIDOC-CRM (7.1.1), conta com um total de 81 classes e 160 propriedades distintas que descrevem as os elementos dos recursos informacionais. De acordo com Doer (2003), essas propriedades conferem às Entidades Temporais e, conseqüentemente, aos eventos, uma posição central no modelo, como ilustrado simbolicamente na fig. 1.

Fig. 1 - Principais entidades e propriedades do CIDOC CRM



Fonte: Stead (2008:16)

No modelo em questão, destacam-se as seguintes entidades: E2 *Temporal Entities* (entidade temporal), E18 *Physical Stuff* (objeto físico), E28 *Conceptual Object* (objeto conceitual), E39 *Actor* (ator), E41 *Appellation* (denominação), E50 *Date* (data), E52 *Time-Span* (período), E53 *Place* (local) e E55 *Type* (tipo).

A entidade *Temporal Entities* desempenha um papel fundamental ao estabelecer conexões entre outras entidades, pois esse modelo é centrado em eventos. Os atores estão relacionados a entidades físicas e conceituais, sejam objetos materiais ou imateriais, apenas por meio das entidades temporais relacionadas aos eventos, ou seja, não é permitido que objetos ou pessoas sejam vinculados ao tempo, é permitido apenas que os eventos sejam vinculados ao tempo e que pessoas, objetos ou lugares sejam vinculados a esses eventos (STEAD, 2008).

Cada instância de uma classe pode ser identificada por meio de denominações, que incluem nomes, rótulos, títulos ou qualquer outra forma de designação utilizada no contexto

histórico. Nesse sentido, a entidade *Appellations* identifica a entidade *Actors*, que participa da entidade *Temporal Entities* dentro de um período expresso pela entidade *Time-Spans*, em um local expresso pela entidade *Physical Things*, e por sua concepção, expressa pela entidade *Conceptual Objects*. Além disso, a entidade *Types* é utilizada para aprimorar a descrição e classificação dessas entidades (DOEER, 2003; CARRASCO, 2019).

4. Práticas semióticas: o conceito construído nas formas de vida

O processo de significação é uma construção bastante complexa. Muitas abordagens das teorias relacionadas à linguagem entendem que há uma aproximação daquilo que Louis Hjelmslev denominou de plano da expressão e de plano do conteúdo. De modo geral, os aspectos semânticos direcionados ao significado estão mais conectados ao plano da expressão, já que, baseado nos fundamentos linguísticos, o texto oferece a correlação lexical, ou ainda a correlação predicativa através de construção sintática. Por sua vez, vários fatores atrelados ao plano do conteúdo estão alinhados à cognição e ao extralinguístico e, por isso, erroneamente, há o entendimento, por parte de pesquisadores das linhas da linguística, da informação e da comunicação, de que esse setor é de responsabilidade somente da psicologia ou da filosofia, sendo que há avanços importantes no processo interdisciplinar entre essas áreas.

Proceder análises baseadas apenas no plano da expressão, conseqüentemente, proporcionará investigações superficiais, pois, equivocadamente, acaba-se explorando apenas o potencial lexical, ou ainda se atribui ao termo, devido à sua função como estrato técnico-científico, a capacidade de revocar todo um pensamento, ou um conhecimento. Evidentemente, o termo exerce uma função importante no cenário técnico, cultural, científico, visto que atua como uma catálise, ou seja, uma palavra que recupera uma gama de pressupostos e discussões implícitas. Porém, é preciso refletir que esse potencial da terminologia só é possível porque está inserida em um contexto e uma configuração discursiva, a qual explora a significação de modo mais abrangente que o efeito de sentido atualizado nas proposições.

Diante disso, é válido destacar que o processo de representação da informação e do conhecimento realizado no campo da Ciência da Informação, em sua maioria, realiza-se fundamentado pelo plano da expressão, distanciadamente das correlações com o plano do conteúdo, visto que este é reduzido à compreensão temática, enquanto as práticas alinhadas ao plano da expressão concentram a classificação dos valores em relações semânticas nucleares, ou seja, sem a verificação dos aspectos que interferem no efeito de sentido tampouco há verificação dos aspectos que constroem a significação, ou seja, há o descarte da semiótica no processo de representação da informação e do conhecimento.

Assim, realiza-se uma análise do conteúdo temático, justificado sobre a informação registrada em seu enunciado, descartando tanto as informações presentes na enunciação, como também a construção dos discursos, ou melhor, nem as marcas enunciativas, como aspectos implícitos, nem as marcas discursivas, pois, quando muito, apenas identifica-se a comunidade discursiva e o ajustamento dos conceitos a ela.

Frente a isso, o objetivo desta seção é discutir sobre uma abordagem da semiótica de linha francesa, denominada de práticas semióticas, desenvolvida por Jacques Fontanille, em 2008, cuja a prerrogativa de análise é evidenciar o percurso gerativo do plano da expressão,

sendo este o caminho para, através dos níveis de pertinência e dos níveis de imanência que se configuram em cada nível de pertinência, analisar as práxis enunciativa e discursiva e, assim, alcançar a congruência das formas manifestadas nos níveis de imanência, as quais estabelecem uma hegemonia semântica, denominada de isotopia, responsável por apontar a significação realizada no plano do conteúdo.

Inspirado nas definições de Hjelmslev, Fontanille (2015:n. p., *tradução nossa*) afirma que “[...] expressão e conteúdo são nada mais e nada menos que os funtivos resultantes da função semiótica e são estritamente análogos em sua relação com ela”, ou seja, “nada em linguagem, seja o que seja, está predestinado a ser expressão ou a ser conteúdo, independentemente, da função semiótica”. Com isso, é válido destacar que uma função semiótica está relacionada à enunciação, ou melhor, a enunciação determina a disposição da função semiótica e estabelece a semiose (FONTANILLE, 2015; 2016).

Diante disso, entende-se que práticas semióticas são “[...] um curso de ação (aberto pelos dois lados das extremidades da cadeia) que se define a partir de um predicado temático e de um operador, rodeados um e outro, ao menos, por um objeto e por um horizonte estratégico” (FONTANILLE, 2015:n. p., *tradução nossa*). Além disso, as práticas são conduzidas por regularização do curso de ação que “[...] obedece a um princípio de acomodação (programação e ajuste)”, com isso “a natureza dessa acomodação define ao mesmo tempo o gênero de prática (conduta, protocolo, ritual etc.) e sua maior ou menor capacidade para resistir às outras práticas” (FONTANILLE, 2015:n. p., *tradução nossa*).

As práticas semióticas são constituídas por dois fatores fundamentais em sua execução e realização: o nível de imanência e os níveis de pertinência. Por nível de imanência pode-se entender que é “[...] o princípio que permite definir o campo de dependências que deve ser verificado pela análise semiótica. Esse campo é limitado, pois somente admite dependências homogêneas; pode-se dizer, portanto, que forma um plano de imanência” (FONTANILLE, 2015:n. p., *tradução nossa*).

Por outro lado, “[...] para dar conta de um fenômeno semiótico qualquer, pode ser necessário verificar dependências que não são homogêneas; trata-se, portanto, de vários planos de imanência”. Dessa forma, a noção de plano “[...] ecoa das noções de plano da expressão e plano do conteúdo, de sorte que todo plano de imanência deve comportar, no final da análise, os dois planos de uma semiose” (FONTANILLE, 2015:n. p., *tradução nossa*). Outrossim, “[...] por trás do princípio da imanência perfila-se uma hipótese forte e produtiva, segundo a qual a própria práxis semiótica (a enunciação “em ato”) desenvolve uma atividade de esquematização, uma “metasemiótica interna”, ou seja, é possível apreender o sentido, através de uma metalinguagem (FONTANILLE, 2008a, 2016).

Já os planos de pertinência são um modelo hierárquico diante do qual ocorre o percurso gerativo da expressão. É constituído por seis níveis e três funções, as quais são denominadas de tipos de experiência, instâncias formais e instâncias materiais. Importante destacar que o cerne da análise e o avanço na cadeia hierárquica se estabelece a partir das instâncias formais. Com isso, para cada instância formal, há um tipo de experiência e uma instância material condizentes com sua modalidade sígnica.

Frente a isso, tem-se nível 1: a forma está centrada nas figuras-signo, e a experiência provê a figuratividade, o que evidência em sua materialidade propriedades sensíveis e materiais das figuras, ou seja, ancora-se na percepção e reconhecimentos dos signos mínimos que

compõem o objeto, os atributos formais, nucleares e estanques (FONTANILLE, 2008a, 2008b, 2016).

No nível 2: a forma está centrada no texto-enunciado, e a experiência permite a interpretação, já que há a correlação das propriedades sensíveis e materiais do texto, ou seja, sua relação sintagmática, modelos de progressão temática, aspectos de coesão e coerência, além da constituição da isotopia (FONTANILLE, 2008a, 2008b, 2016).

No nível 3: a forma está centrada no objeto, e a experiência se realiza pela corporeidade do objeto, sua anatomia, cor, densidade, volume e tantos outros critérios físicos, assim há a evidência das propriedades sensíveis e materiais desse objeto, que, por alguma razão, é produtor de sentido (FONTANILLE, 2008a, 2008b, 2016).

No nível 4: a forma está centrada nas cenas práticas, ou ainda denominadas de cenas predicativas, e a experiência está concentrada nas práticas das quais evocam as propriedades sensíveis e materiais que demonstram a cena a que o objeto de análise se ajusta e se encaixa, ou as descrições predicativas em um processo metalinguístico (FONTANILLE, 2008a, 2008b, 2016).

No nível 5: a forma está centrada nas estratégias, e a experiência promove uma conjuntura em que se utiliza das propriedades sensíveis e materiais das estratégias para organizar a realização das práticas, bem como recursos e efeitos de correção (FONTANILLE, 2008a, 2008b, 2016).

No nível 6: a forma está centrada nas formas de vida, e a experiência revela um modelo de comportamento, ou seja, há a demonstração de conduta realizada através de símbolos, rituais, crenças, ações, discursos, fator que se realiza na linguagem através de um *ethos*, o qual demonstra a composição conceitual dos valores pertinentes às propriedades sensíveis e materiais das formas de vida (FONTANILLE, 2008a, 2008b, 2016).

As práticas semióticas permitem observar a semiose que confere às formas de vida o entendimento da simbologia das ações e dos discursos, visto que uma forma de vida é “[...] deformação coerente que afeta todos os níveis do percurso generativo de um discurso ou de um universo semiótico qualquer, desde os esquemas sensoriais e perceptivos até as estruturas narrativas, modais e axiológicas” (FONTANILLE, 2015:n. p., *tradução nossa*). Ademais, toda forma de vida é uma semiose, que se constitui pela “[...] forma sintagmática de um curso de existência (plano da expressão), e pelo conjunto de seleção congruente operada sobre as configurações axiológicas, modais, passionais e figurativas (plano do conteúdo)” (FONTANILLE, 2015:n. p., *tradução nossa*).

Frente a isso, entende-se que as cenas práticas são fundamentais para compreender a constituição da informação, a qual em conjunto com outras informações, organizadas de modo estratégico, revelam significações constituídas através do discurso, o qual identifica condutas inerentes à compreensão dos conceitos na configuração do *ethos* que simboliza as formas de vida.

Sendo assim, para a análise semiótica a partir das práticas semióticas é importante evidenciar que o plano da expressão se constitui através da imanência, pois as formas apresentam-se de tal forma que ocorre a manifestação da significação, que pode ser verificado por uma metalinguagem, assim, em um conjunto de imanências decorrente de cada nível de pertinência, provê a semiose e, com isso, o acesso ao plano do conteúdo.

Importante destacar que as cenas práticas inserem os objetos em um conjunto de ações, as quais são delineadas consoante as formas de vida, ou seja, as formas de vida revelam, simbolicamente, a conduta a ser aplicada nas cenas, por isso as formas de vida são modelizadoras de conceitos.

5. CIDOC CRM e as Práticas Semióticas

No contexto da organização da informação, os profissionais de instituições de patrimônio cultural, como os bibliotecários, sempre buscaram utilizar diversos signos que evocassem um conceito específico para os usuários. Isso requer uma representação lógica e coerente dos recursos informacionais, de forma que os usuários possam recuperar e se apropriar das informações presentes nesses recursos de maneira mais precisa e significativa.

A semiótica desempenha um papel relevante na organização e representação da informação e do conhecimento, abrangendo desde a construção dos sistemas de organização do conhecimento até as estratégias e modelos de análise dos recursos informacionais representados nesses sistemas. De acordo com Moradi e Sharifabadi (2008), os sistemas de organização do conhecimento utilizam elementos como palavras, termos, conceitos, categorias ou signos para estruturar e classificar o conhecimento. Cada um desses elementos possui um significado formal que estabelece sua relação com outros signos. Somado a isso, a configuração dos conceitos prevê uma alocação conforme a teoria do conhecimento, assim perfazendo-se em uma prática, uma ação ou em um conjunto de estratégias para ajustar os objetos tratados.

Além dos elementos que expressam significados, os modelos conceituais na organização do conhecimento incluem hierarquias e redes, que são coleções interconectadas de signos. Essas estruturas permitem representar a relação entre os signos de forma mais abrangente e complexa, possibilitando uma compreensão mais aprofundada dos recursos informacionais e seu contexto, bem como uma experiência de busca e recuperação da informação mais eficiente e satisfatória, o que muitas vezes é delimitado como domínio, ou seja, determinado conceito tem determinado efeito de sentido, por conseguinte uma conduta de acordo com o cenário em que se é aplicado, tal situação expressa a concepção de formas de vida, delineada na semiótica de Fontanille.

A representação de artefatos culturais possui diversidade em termos de forma, natureza, ênfase em aspectos ou características específicas, graus de fidelidade e gramáticas utilizadas para codificar a informação. Essas representações não têm a finalidade de simplesmente exibir ou interagir com uma imitação do objeto, mas sim de serem instrumentos para análise e formulação de afirmações sobre o mundo (CARBONI e LUCA, 2019).

Por essas razões, é fundamental obter uma compreensão aprofundada de como atribuímos significado aos artefatos culturais e de como identificamos e diferenciamos suas diversas composições. Para alcançar esse objetivo, os modelos conceituais desempenham um papel crucial na representação estruturada desses artefatos. Nesse contexto, destaca-se o CIDOC CRM, uma ontologia de nível superior que fornece uma estrutura conceitual para a modelagem de artefatos culturais.

Neste estudo, foi realizada uma análise das definições de entidade e descrição das propriedades fundamentais do CIDOC CRM, conforme expressas na documentação oficial desse modelo. Essas definições são de extrema importância para a representação semântica de artefatos culturais. O foco da análise recaiu sobre os atributos destacados na representação desses artefatos, buscando explorar a contribuição da semiótica prática de Fontanille para a descrição das entidades relacionadas a eles.

No Quadro 1, foram identificadas e discutidas as possíveis contribuições da semiótica prática de Fontanille no contexto da representação de artefatos culturais. Essas contribuições foram analisadas em relação aos atributos específicos utilizados para descrever as entidades relacionadas a esses artefatos no CIDOC CRM. Através dessa análise, buscou-se compreender como a semiótica prática pode enriquecer a descrição e representação semântica desses artefatos, oferecendo uma perspectiva teórica valiosa para a compreensão dos significados e das relações simbólicas associadas a eles.

Quadro 1 - Relação entre as entidades do CIDOC CRM e a semiótica prática

Entidade	Descrição da entidade	Correspondência com nível ou função semiótica	Descrição de análise semiótica
E2 <i>Temporal Entity</i>	“Período”, que une o fenômeno relacionado e o fenômeno sociocultural delimitado no espaço e no tempo. Essa extensão no tempo deve ser contígua, ou seja, sem lacunas.	Nível 2 – texto-enunciado	Por se tratar de abordagem temporal, os aspectos discursivos ao serem retomados precisam garantir a isotopia.
E3 <i>Condition State</i>	Esta classe compreende os estados de objetos caracterizados por uma certa condição ao longo de um intervalo de tempo.	Nível 3 – objetos	Por estar direcionado à análise das condições informacionais do objeto, sua estrutura, anatomia e preservação são fundamentais.
E5 <i>Event</i>	Compreende processos e interações distintos, delimitados e coerentes de natureza material, em sistemas culturais, sociais ou físicos.	Nível 4 – cenas práticas	Por se tratar de eventos que preveem a interação, é importante haver a descrição e a compreensão de como as ações foram realizadas.
E7 <i>Activity</i>	Compreende ações realizadas intencionalmente por instâncias do Ator E39 que resultam em mudanças de estado nos sistemas culturais, sociais ou físicos documentados.	Nível 5 – estratégias	Por se tratar de conjecturas e conjunto de informações, atos e decisões.
E18 <i>Physical Thing</i>	Compreende todos os objetos físicos, feitos pelo homem e naturais.	Nível 1 – figuras-signos Nível 3 – objeto	Atribui-se a presença do nível 1 devido ao reconhecimento de elementos mínimos que perfazem as imagens propostas; A presença marcante do nível 3 é devido à concentração da informação na constituição do objeto.

E21 <i>Person</i>	Compreende pessoas reais que vivem ou supostamente viveram.	Nível 6 – formas de vida	As pessoas são simbólicas pela sua conduta, ou seja, pela atuação de um <i>ethos</i> frente às dinâmicas sociais, culturais, políticas, históricas e científicas.
E28 <i>Conceptual Object</i>	Compreende produtos não materiais de nossas mentes e outros dados produzidos pelo homem que se tornaram objetos de um discurso sobre sua identidade, circunstâncias de criação ou implicação histórica.	Nível 3 – Objetos Nível 6 – formas de vida	Embora se trate de resultados de cultura não-material, o resultado, o produto que estabelece um símbolo no cerne cultural é um objeto; A conduta e a aplicabilidade estão alinhadas a formação de um <i>ethos</i> , que direciona a formação conceptual, por isso a presença das formas de vida.
E31 <i>Document</i>	Compreende itens imateriais identificáveis que fazem proposições sobre a realidade. Essas proposições podem ser expressas em texto, gráficos, imagens, audiogramas, videogramas ou outros meios semelhantes.	Nível 1 – figuras-signos Nível 3 – objeto	O nível 1 é importante para o apontamento dos elementos mínimos que constituem os sentidos; O nível 3 evidencia a existência do próprio objeto, assim há a inter-relação entre o objeto e as marcas que o constitui.
E33 <i>Linguistic Object</i>	Esta classe compreende expressões identificáveis em linguagem ou linguagens naturais.	Nível 2 – texto-enunciado	É a manifestação do sentido através do texto, a veiculação de uma mensagem.
E36 <i>Visual Item</i>	Compreende os aspectos intelectuais ou conceituais de marcas reconhecíveis, imagens e outras obras visuais.	Nível 4 – cenas práticas Nível 5 – estratégias	Reconhecer as práticas aplicadas para a reprodução de cenas conhecidas; A aplicação de conjecturas para garantir a reprodução de elementos que configurem a intertextualidade e a interdiscursividade em uma práxis enunciativa.
E39 <i>Actor</i>	Compreende pessoas, individualmente ou em grupos, que têm o potencial de realizar ações intencionais de tipos pelos quais alguém pode ser responsabilizado.	Nível 6 – formas de vida	A conduta e a aplicabilidade estão alinhadas a formação de um <i>ethos</i> , que direciona a formação conceptual, por isso a presença das formas de vida.
E41 <i>Appellation</i>	Compreende signos, significativos ou não, ou arranjos de signos seguindo uma sintaxe específica, que são usados ou podem ser usados para se referir e identificar uma instância específica de algum classe ou categoria dentro de um determinado contexto.	Nível 1 – figura-signos	A valorização dos elementos mínimos de sentido, como signos, figuras e suas correlações na composição da informação.
E73 <i>Information Object</i>	Compreende itens imateriais identificáveis, como poemas, piadas, conjuntos de dados, imagens, textos, objetos	Nível 2 – texto-enunciado Nível 3 –	Além da constituição da informação materializada em textos e enunciados, há também a materialidade e a

	multimídia, prescrições processuais, código de programa de computador, algoritmo ou fórmulas matemáticas, que possuem uma estrutura objetivamente reconhecível e são documentados como unidades únicas.	objeto	fiscalização desses textos em documentos.
E89 <i>Propositional Object</i>	Compreende itens imateriais, incluindo, entre outros, histórias, enredos, prescrições processuais, algoritmos, leis da física ou imagens que são, ou representam em algum sentido, conjuntos de proposições sobre coisas reais ou imaginárias e que são documentadas como unidades únicas ou servir como tópico do discurso.	Nível 2 – texto-enunciado Nível 4 – cenas práticas	A presença do conteúdo manifestado em texto, além da reconfiguração da cena prática para que possa compreender o cenário de sua aplicação.
E90 <i>Symbolic Object</i>	Compreende símbolos identificáveis e qualquer agregação de símbolos. Inclui conjuntos de signos de qualquer natureza, que podem servir para designar algo, ou para comunicar algum conteúdo proposicional.	Nível 1 – figura-signo Nível 2 – texto-enunciado Nível 4 – cenas práticas Nível 6 – formas de vida	A presença de elementos mínimos como forma, cor, tom, volume, espessura, além do teor comunicativo presente no enunciado do texto. Esses fatores configuram uma cena fundamentada por práticas de uma cultura ou de um tempo, os quais ganham destaques em sua simbologia porque representa um ethos determinado, que estabelece uma conduta inconfundível.

Fonte: Elaboração própria, com base em ICOM-CIDOC (2021).

A relação entre as entidades do CIDOC CRM e as práticas semióticas propostas no Quadro 1 evidencia o potencial das práticas seculares no campo da informação, sobretudo, as que são objeto da Organização e Representação do Conhecimento, serem investigadas e aperfeiçoadas a partir da vinculação do conceito, isto é, o processo de significação, ser construído e amparado a partir das formas de vida e, para tanto, a semiótica ao longo dos últimos anos se revela a base fundamental.

Ressalta-se que os níveis de pertinência do percurso gerativo da expressão não manifestam significação de forma isolada, mas operam em uma progressão hierárquica. No entanto, o esboço apresentado no Quadro 1 demonstra em quais níveis as atividades de significação estão concentradas, enfatizando a importância do nível de imanência. Os níveis destacados para cada classificação indicam a ênfase no plano da expressão que conduzirá à análise da semiose.

Ao tratar da representação da informação de artefatos para modelagem conceitual, torna-se importante destacar que a significação não está pronta no próprio artefato cultural, a significação é construída, conforme destaca Martines e Almeida (2021), no ato enunciativo, por meio da estabilização da isotopia nos diferentes níveis de pertinência. Isso implica

reconhecer que a interpretação e a atribuição de metadados para modelagem conceitual são processos ativos que ocorrem durante a descrição dos artefatos. Os metadados fornecem informações contextuais e descritivas sobre os artefatos, enriquecendo sua representação e facilitando o acesso e a recuperação das informações.

Com base em Martines e Almeida (2021), os níveis de pertinência destacados na representação da informação envolvem as figuras-signos, textos-enunciados, objetos, cenas predicativas, estratégias e formas de vida. Depreende-se nesta pesquisa que cada nível desempenha um papel na construção dos significados atribuídos aos artefatos culturais. As figuras-signos são responsáveis pela identificação dos signos e conceitos veiculados no artefato cultural. Os textos-enunciados são os níveis em que ocorre a interpretação e a identificação da rede semântica que estabelece a malha de significados do artefato cultural. Os objetos se referem à corporeidade física do artefato cultural e ao seu suporte material. As cenas predicativas representam a materialidade das descrições conceituais, ou seja, o conjunto informacional que configura o conhecimento articulado no artefato, além de rememorar os procedimentos práticos de uso e manuseio do objeto, ou ainda a sua ocupação em um cenário. As estratégias envolvem a construção de conjunturas, tanto na estruturação e concepção do artefato por parte do produtor e do profissional da modelagem, quanto pelo usuário informacional. Por fim, as formas de vida representam pontos de identificação da forma informacional que revela comportamentos, condutas, *ethos* e hábitos, podendo ser decorrentes das descrições ou da representação.

As classes no modelo CIDOC CRM, por sua vez, incluem Entidades, Atividades, Lugares, Tempos, Conceitos e informações sobre relações temporais, espaciais e contextuais. Essas classes são relevantes para a representação dos artefatos culturais e a atribuição de metadados, pois abrangem diferentes aspectos dos artefatos. As propriedades, por sua vez, descrevem as relações entre essas classes e permitem capturar características específicas dos artefatos, como sua proveniência, função, materialidade, contexto cultural e outros aspectos relevantes para a sua compreensão e interpretação.

Ao relacionar a semiótica prática de Fontanille com a modelagem conceitual e a atribuição de metadados aos artefatos culturais, percebe-se que essa abordagem oferece uma perspectiva rica para compreender as dimensões semânticas presentes nesses artefatos, principalmente por aquilo que se revela nos níveis de imanência e incidem na constituição da práxis enunciativa. A análise dos diferentes níveis de pertinência proposta pela semiótica prática, juntamente com a consideração das classes e propriedades no modelo CIDOC CRM, contribui para uma representação mais abrangente e precisa dos significados atribuídos aos artefatos culturais. Essa abordagem permite uma compreensão mais aprofundada dos processos semânticos envolvidos na construção e interpretação desses artefatos, promovendo uma análise enriquecedora e abrangente da significação presente neles, já que fornece condições de representar as formas de vida.

6. Considerações finais

No contexto da representação da informação, a compreensão semiótica dos sistemas de organização do conhecimento e dos processos de representação desempenha um papel crucial, especialmente ao ser relacionada à modelagem conceitual e ao modelo CIDOC

Conceptual Reference Model (CRM), devido à sua capacidade de oferecer uma base teórica e metodológica para uma representação coerente e significativa dos artefatos culturais.

A modelagem conceitual é um processo que envolve a criação de modelos que representam os conceitos e as relações de um determinado domínio de conhecimento. A compreensão semiótica dos sistemas de organização do conhecimento contribui para esse processo ao fornecer uma estrutura conceitual que permite a análise dos signos e dos processos de significação presentes na representação da informação.

Ao utilizar a compreensão semiótica, é possível identificar e analisar os diferentes níveis de pertinência presentes na representação da informação. Isso inclui a análise das figuras-signos, textos-enunciados, objetos, cenas predicativas, estratégias e formas de vida, conforme discutido ao longo da pesquisa. Esses níveis desempenham um papel fundamental na construção dos significados atribuídos aos artefatos culturais e em sua representação adequada no contexto do CIDOC CRM, ampliada pela isotopia concernente aos níveis de imanência.

A compreensão semiótica dos sistemas de organização do conhecimento também auxilia na identificação das propriedades relevantes para descrever os artefatos culturais no CIDOC CRM. Essas propriedades capturam características específicas dos artefatos, como sua proveniência, função, materialidade, contexto cultural, entre outros aspectos relevantes. A análise semiótica permite compreender como essas propriedades se relacionam com os conceitos e as estruturas de significação presentes nos artefatos culturais, o que contribui para uma compreensão mais aprofundada dos significados culturais presentes nos artefatos, promovendo a preservação e a disseminação do conhecimento no campo do patrimônio cultural, visto a importância das formas de vida.

Conclui-se que ao adotar a abordagem da semiótica prática de Fontanille e ao explorar as definições e propriedades do CIDOC CRM, torna-se possível aprofundar a análise das entidades relacionadas aos artefatos culturais. Essa abordagem permite uma compreensão mais abrangente dos processos semânticos envolvidos na representação desses elementos, contribuindo assim para uma representação adequada e coerente dos objetos informacionais. Assim, esse estudo contribui para o desenvolvimento teórico no campo da representação do patrimônio cultural, permitindo uma melhor compreensão e comunicação dos significados culturais presentes nos artefatos e, conseqüentemente uma melhor visualização das cenas práticas.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências bibliográficas

AGANETTE, C.; TEIXEIRA, M. D.; AGANETTE, J. P.

2017 A Representação descritiva nas perspectivas do século XXI: um estudo evolutivo dos modelos conceituais. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*. [Em linha]. 22:50 (2017) 176-187. [Consult. 23 jun. 2023]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p176>.

ALMEIDA, C. M.; AZEVEDO NETTO, C. X.

2019 Entre escombros e resistência: a memória da Jurema em Alhandra/PB. In *XX Encontro Nacional de Ciência da Informação*. [Em linha]. Florianópolis: UFSC, 2019, p. 1-20. [Consult. 19 dez. 2023]. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1095/711>.

AZEVEDO NETTO, C. X.

2007 Informação e Memória: as relações na pesquisa. *Revista História em reflexão*. [Em linha] 1:2 (2007) 1-20. [Consult. 20 jun. 2023]. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/412>.

BUCKLAND, M.

2017 Reflections on Suzanne Briet. In *Fondements épistémologiques et théoriques de la science de l'information-documentation: Actes du 11^e colloque ISKO França*. Paris: [s. n.], 2017, p. 10-21.

BUCKLAND, M.

1991 Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*. 45:5 (1991) 351-360.

CARBONI, N.; LUCA, L.

2019 An Ontological approach to the description of visual and iconographical representations. *Heritage*. [Em linha]. 2:2 (2019). [Consult. 25 jun. 2023]. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2571-9408/2/2/78>.

CARRASCO, L. B.

2019 *Integração de conteúdos culturais heterogêneos em ambientes digitais do patrimônio cultural: harmonização de modelos culturais*. [Em linha]. 2019. [Consult. 23 jun. 2023]. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/182113/carrasco_lb_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y.

Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista.

COLE, M.

1996a *Cultural psychology: a once and future discipline*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

COLE, M.

1996b Desenvolvimento cognitivo e escolarização formal: a evidência da pesquisa transcultural. In *Vygotsky e a educação: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica*. Org. L. C. Moll. Porto Alegre: Artmed, 1996, p. 85-105.

DOEER, M.

2003 The CIDOC Conceptual Reference Module: an ontological approach to semantic interoperability of metadata. *AI Magazine*. [Em linha]. 24:3 (2003). [Consult. 24 jun. 2023]. Disponível em: <https://ojs.aaai.org/aimagazine/index.php/aimagazine/article/view/1720>.

DORNELLES, L. A.

2010 A Representação nos estudos culturais: artefatos culturais comunicadores de significados. *Webartigos*. [Em linha]. 2010. [Consult. 25 jun. 2023]. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-representacao-nos-estudos-culturais-artefatos-culturais-comunicadores-de-significados/45698>.

ENGESTRÖM, Y.

1999 Innovative learning in work teams: analysing cycles of knowledge creation in practice. In *Perspectives on activity theory*. Ed. Y. Engeström *et al.* Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 377-404.

FLEMING, E. M.

1974 Artifact study: a proposed model. *Winterthur Portfolio*. [Em linha]. 9 (1974) 153-173. [Consult. 15 jun. 2023]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1180572>.

FONTANILLE, J.

2016 *Práticas semióticas*. Trad. Desiderio Blanco. Lima: Fondo Editorial, 2016.

FONTANILLE, J.

2015 *Formas de vida*. Trad. Desiderio Blanco. Lima: Fondo Editorial, 2015.

FONTANILLE, J.

2008a Práticas semióticas: a imanência e pertinência, eficiência e otimização. In *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Org. Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz, Jean Cristtus Portela. Bauru: UNESP/FAAC, 2008.

FONTANILLE, J.

2008b Semiótica do discurso: balanço e perspectivas. Trad. Jean Cristtus Portela, Matheus Nogueira Schwartzmann. *Cadernos de Semiótica Aplicada*. [Em linha]. 6:1 (2008). [Consult. 10 jun. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.21709/casa.v6i1.951>.

FUSCO, E.

2010 *Modelos conceituais de dados como parte do processo da catalogação: perspectiva de uso dos FRBR no desenvolvimento de catálogos bibliográficos digitais*. 2010. Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista.

GLUSHKO, R. J. (Ed.).

2016 *The Discipline of organizing: informatics edition*. 4^a ed. Massachusetts: MIT Press, 2016.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. CIDOC CRM Special Interest Group

2021 *Definition of the CIDOC Conceptual Reference Model: version 7.1.1*. [Em linha]. 2021. [Consult. 23 jun. 2023]. Disponível em: <http://www.cidoc-crm.org/version/version-7.1.1>.

MARCONDES, C. H.

2015 O Papel dos modelos conceituais para interoperabilidade entre acervos digitais de arquivos, bibliotecas e museus. In *Desafíos y oportunidades de las Ciencias de la Información y la Documentación en la era digital: actas del VII Encuentro Ibérico EDICIC*. 2015.

MARTINÊS, A. R.; ALMEIDA, C. C.

2021 Semiótica documental: retomando um diálogo. In *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde*. Org. Carlos Guardado da Silva, Jorge Revez, Luís Corujo. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos; Colibri, 2021, p. 569-581.

MORADI, K.; SHARIFABADI, S. R.

2018 Semiotics and FRBR. *Journal of Studies in Library and Information Science*. [Em linha]. 10:23 (2018) 1-14. [Consult. 20 jun. 2023]. Disponível em: https://slis.scu.ac.ir/article_13933.html?lang=en.

PACHECO, L. M. S.

1995 Informação enquanto artefato. *Informare*. 1:1 (1995) 20-24.

PAGÈS, R.

1948 Transformations documentaires et milieu culturel, *Review of documentation*. [Em linha] 15:3 (1948) 53-64. [Consult. 19 dez. 2023]. Disponível em: <https://ideaexchange.uakron.edu/docam/vol8/iss1/3/>.

REIS, M. S.; CASTRO, F. F.; FUJITA, M. S. L.

2023 Análisis del modelo conceptual CIDOC-CRM desde los principios básicos de la catalogación descriptiva en museos. *Anales de Documentación*. [Em linha]. 26 (2023) 1-12. [Consult. 19 dez. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.6018/analesdoc.536221>.

SANTOS, P. L. V. A. C.; SIMIONATO, A. C.; ARAKAKI, F. A.

2014 Definição de metadados para recursos informacionais: apresentação da metodologia BEAM. *Informação & informação*. [Em linha]. 19:1 (2014) 146-163. [Consult. 15 jun. 2023]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/44884>.

SMIRAGLIA, R. P.

2008 Rethinking what we catalog: documents as cultural artifacts. *Cataloging & Classification Quarterly*. [Em linha]. 45:3 (2008) 25-37. [Consult. 20 jun. 2023]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233294218_Rethinking_What_We_Catalog_Documents_as_Cultural_Artifacts.

STEAD, S.

2008 *The CIDOC CRM, a standard for the integration of cultural information*. [Em linha]. Crete: ICS-FORTH, 2008. [Consult. 27 jun. 2023]. Disponível em: <https://cidoc-crm.org/cidoc-crm-tutorial>.

Etefania Cristina Pavarina | e.pavarina@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Alexandre Robson Martines | alexandre.martines@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Carlos Cândido de Almeida | carlos.c.almeida@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS NAS PESQUISAS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO BRASIL

ARCHIVAL PUBLIC POLICIES IN THE RESEARCH OF *STRICTO SENSU* POSTGRADUATE PROGRAMS IN INFORMATION SCIENCE IN BRAZIL

Eliane Silveira Gonçalves | Angelica Alves da Cunha Marques

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a5>

Resumo: Este artigo objetiva mapear a produção científica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação do Brasil, para estudar as políticas públicas arquivísticas, tema de uma tese em andamento. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, exploratória e descritiva pesquisa, realizada em duas etapas. Na primeira, identificaram-se 74 obras, em buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na segunda, com técnicas da pesquisa bibliográfica, foram realizadas leituras reflexivas para elaboração da revisão sistemática de literatura com os dados identificados. Das 74 obras, 46 foram utilizadas na pesquisa por terem sido produzidas em programas de Ciência da Informação. A partir da sua análise, conclui-se que existe concordância quanto ao uso dos termos políticas arquivísticas e políticas públicas arquivísticas como sinônimos, bem como em torno da inexistência de políticas públicas arquivísticas no Brasil, apesar da legislação na área. As obras de José Maria Jardim são as referências mais utilizadas nas discussões sobre políticas arquivísticas e políticas públicas arquivísticas, no material analisado.

Palavras-chave: Arquivologia; Ciência da Informação; Política nacional de arquivo; Políticas arquivísticas; Políticas públicas arquivísticas.

Abstract: This article aims to map the scientific production of *stricto sensu* postgraduate programs in Information Science in Brazil, in order to study archival public policies, the subject of an ongoing thesis. This is a quali-quantitative, exploratory and descriptive research carried out in two stages. In the first, 74 works were identified, through searches in the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). In the second, using bibliographical research techniques, reflective readings were carried out to prepare a systematic literature review with the identified data. Of the 74 works, 46 were used in the research because they were produced in Information Science programs. From its analysis, it is concluded that there is agreement on the use of the terms archival policies and archival public policies as synonyms, as well as on the lack of archival public policies in Brazil, despite the legislation in the area. The works of José Maria Jardim are the most used references in discussions about archival policies and archival public policies, in the analyzed material.

Keywords: Archivology; Information Science; National archival policy; Archival policies; Archival public policies.

Introdução

A Ciência da Informação é uma disciplina que promove o estudo da comunicação científica (convencional ou não), como um meio de legitimação da pesquisa científica que contribui para a ciência, por intermédio de atividades relacionadas com a sua produção, disseminação e (re)utilização. Assim, a comunicação científica se torna um instrumento de cooperação que orienta a produção e a promoção da ciência na sociedade, que, fortalecida pela Ciência da Informação (PINHEIRO, 2012), amplia a sua finalidade ao longo dos anos,

tendo, como aliados, as universidades e os seus espaços de desenvolvimento da ciência, influenciados pelos avanços técnicos e tecnológicos.

O conhecimento científico passou a ser disseminado de formas variadas, tanto por quem o produz quanto por aqueles que o utilizam para criar outros saberes em diferentes áreas de especialização. Assim, com paradigmas sendo quebrados ou reestruturados, a comunicação científica se revela um campo fértil para inúmeros diálogos em diferentes temas, por meio de comunicações convencionais e não convencionais.

As comunicações convencionais – também conhecidas como literatura branca ou literatura comercial –, são produções divulgadas em meios formais, como livros e periódicos científicos, em formato físico ou digital. Essas comunicações apresentam circulação rápida, vasta visibilidade e fácil recuperação por canais comunicacionais reconhecidos no universo científico (BOTELHO *et al.*, 2015).

A comunicação não convencional – também conhecida como literatura cinzenta ou literatura não comercial –, refere-se às produções desenvolvidas em espaços limitados e, em determinados casos, de difícil disseminação. Mesmo não sendo uma literatura convencional, possui sua importância, uma vez que é desenvolvida com rigor metodológico e suscita discussões e reflexões no campo científico. São exemplos desse tipo de comunicação: relatórios institucionais, técnicos, de pesquisas, de mercado, anais de eventos científicos, documentos oficiais, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), dissertações e teses (BOTELHO *et al.*, 2015).

Este artigo objetiva mapear a produção científica dos programas de pós-graduação (PPG) *stricto sensu* em Ciência da Informação do Brasil, a fim de subsidiar uma revisão de literatura de uma tese em andamento, sobre políticas públicas arquivísticas.

Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, de caráter exploratório e descritivo, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento dos trabalhos identificados com o tema supramencionado, no Catálogo de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹. As discussões levarão em conta apontamentos da comunicação científica na análise dos resultados.

Produção de literatura cinzenta no catálogo da CAPES

Existem diversos tipos de literatura cinzenta, mas a produção científica resultante de pesquisas de mestrado e doutorado profissionais e acadêmicos, nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, merece destaque, uma vez que segue rigor metodológico e contribui para a divulgação científica de um determinado tema.

Essa produção se insere em cursos que são classificados, de acordo com a definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (2011) em Mestrado e Doutorado

¹Pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>, em fevereiro e julho de 2023.

Profissional, Mestrado e Doutorado Acadêmico. Quanto aos TCCs, produtos finais dos Mestrados e Doutorados Profissionais, temos:

Art. 11º Os trabalhos de conclusão dos cursos profissionais deverão atender às demandas da sociedade, alinhadas com o objetivo do programa, utilizando-se o método científico e o estado da arte do conhecimento, seguindo-se os princípios da ética. Parágrafo único. O regulamento do programa Profissional deverá indicar os formatos dos trabalhos de conclusão, assim como os mecanismos de registro documentado sobre o conhecimento gerado pela pesquisa, para fins de verificação e avaliação.

Art. 12º As orientações específicas para os formatos dos trabalhos de conclusão serão explicitadas nos documentos orientadores de cada área de avaliação, permitindo formatos inovadores, com destaque para a relevância, inovação e aplicabilidade desses trabalhos para o segmento da sociedade na qual o egresso poderá atuar (BRASIL, 2019:26).

Quanto à dissertação, desenvolvida em Mestrados Acadêmicos, temos:

[...] documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato (ASSOCIAÇÃO..., 2011:2).

A tese, por sua vez, é definida como:

[...] documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão (ASSOCIAÇÃO..., 2011:4).

Com o apoio das tecnologias e suas ferramentas, a produção científica tem, paulatinamente, ampliado seu acesso, auxiliando no desenvolvimento da ciência e expondo novos debates e metodologias. A produção supramencionada é elaborada por meio de pesquisas científicas que utilizam base teórica, métodos e técnicas com rigor científico e normalização amplamente conhecida nas dinâmicas institucionais de ensino (COSTA, 2019). É fonte importante de informação, que merece atenção por parte dos autores, orientadores e instituições de fomento à pesquisa, no que diz respeito ao conteúdo, ao formato, ao armazenamento e à divulgação das obras produzidas (MOURA, 2009).

Com o intuito de disseminar a produção das instituições de ensino e dos programas de pós-graduação, a CAPES utiliza o Catálogo de Teses e Dissertações, no qual são disponibilizadas referências das pesquisas de mestrados e doutorados do Brasil. A plataforma, criada em 2002, oferece acesso aos referenciais e aos resumos da produção científica, sendo possível obter informações por região, estados, ano, área de avaliação, área do conhecimento, Instituições de Ensino Superior (IES), PPGs, entre outros. Os PPGs alimentam a plataforma, em conformidade com a lei de direitos autorais – Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998). A decisão da obrigatoriedade da disponibilização

da referida produção, em meios digitais dá-se pela Portaria nº 13/2006 (BRASIL, 2006)², apresentada pela CAPES, que acabou por facilitar o acesso às obras.

No momento desta pesquisa, o Catálogo de Teses e Dissertações possuía 44.959 dissertações e 20.827 teses, totalizando 65.786³ pesquisas, produzidas desde 1987. Com a maior porcentagem de indexação, destacava-se a Região Sudeste, com 41,36% de dissertações e 52,33% de teses, sendo responsável por 44,83% da produção científica referenciada naquele momento. A Região Norte concentrava a menor quantidade, com 5,20% das dissertações e 2,83% das teses, representando, assim, 4,45% da produção.

Pesquisa bibliográfica: breves considerações

As comunicações científicas, tanto a literatura cinzenta quanto a não cinzenta, promovem o aprimoramento da pesquisa científica ao introduzir novos conhecimentos. A pesquisa bibliográfica é uma metodologia que facilita essa dinâmica, ao proporcionar a consecução do objetivo principal do estudo a ser realizado. Ela começa com a definição do percurso metodológico, a escolha dos procedimentos e termina com a trajetória que a pesquisa seguirá. Embora as etapas sejam flexíveis, como apontam Lima *et al.* (2007), algumas partes são essenciais para delimitar o campo de estudo e estabelecer os procedimentos para a coleta de dados, de acordo com os parâmetros temáticos, linguísticos, cronológicos e as principais fontes de consulta.

Assim, seguem as técnicas que serão aplicadas para facilitar a identificação e as relações entre as informações: leitura de reconhecimento do material bibliográfico, leitura exploratória, leitura seletiva, leitura reflexiva ou crítica e leitura interpretativa. Após a conclusão das diferentes leituras, procede-se à coleta de informações, que segue o roteiro: identificação, caracterização e contribuições da obra para o estudo proposto.

A pesquisa bibliográfica possibilita uma visão dos estudos produzidos no passado na comunicação científica e, agora, apresenta, de forma sistemática, o que já foi pesquisado e divulgado. Embora restrita, ela proporciona novas evidências, inquietações e novos conhecimentos científicos sobre o objeto de estudo deste artigo: as políticas públicas arquivísticas.

² Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006 – que institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf [consult. 20 fev. 2023]. O documento teve duas alterações: a primeira, em 2018, com a Portaria Capes nº 182, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre processos avaliativos das propostas de cursos novos e dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento; a segunda, em 2021, com a Portaria CAPES nº 95, de 14 de junho de 2021, que altera o artigo 11º da Portaria Capes nº 182, de 14 de agosto de 2018.

³ Dados quantificados em dois momentos, fevereiro de 2023 e julho de 2023, por Grande Área e Área do Conhecimento, IES e PPG, classificados por grande região, UFF e ano. Informação disponível em: http://visaoanalitica.capes.gov.br/SASVisualAnalyticsViewer/VisualAnalyticsViewer_guest.jsp?reportName=Banco+de+Teses+e+Disserta%C3%A7%C3%B5es+-+Informa%C3%A7%C3%B5es+quantitativas&reportPath=/DTI/Banco_de_teses_e_dissertacoes/Relatorios&reportViewOnly=false&appSwitcherDisabled=true [consult. 19 jul. 2023].

Nesse sentido, a abordagem da comunicação científica, mais especificamente da literatura cinzenta via pesquisa bibliográfica, propicia reflexões sobre o tema "políticas públicas arquivísticas", contemplado na produção científica dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil.

Os dados foram coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES em fevereiro de 2023 e também em julho de 2023, sem recorte temporal, pois o foco inicial foi identificar as pesquisas defendidas com a referida temática, independentemente do ano de defesa. A definição dos termos nas buscas foi baseada na leitura de referências bibliográficas de José Maria Jardim (1995, 2003, 2006, 2009, 2011), resultando na seleção dos seguintes termos: políticas públicas arquivísticas, política pública de arquivo, políticas arquivísticas, política de arquivo e política nacional de arquivo.

Os dados coletados foram analisados por meio de uma leitura seletiva, complementada por consultas à Plataforma Lattes, a fim de se obter informações preliminares relevantes para a pesquisa, como a modalidade da pós-graduação (mestrado acadêmico, mestrado profissional ou doutorado), o ano de defesa dos TCCs, dissertações e teses, a instituição de ensino responsável pela produção, bem como a região do país, a área do conhecimento do programa de pós-graduação e as palavras-chave utilizadas nas pesquisas.

Essas demandas permitiram uma melhor identificação das temáticas abordadas na produção científica. Essas informações foram coletadas com viés quantitativo e exibidas em gráficos e tabelas.

A seguir, os resultados serão apresentados de acordo com esses termos, encontrados nos títulos, nos resumos e nas palavras-chave dos trabalhos.

Resultados

A seleção de termos para a presente pesquisa foi realizada a partir de leituras que subsidiassem a compreensão do termo políticas públicas arquivísticas, nas interfaces entre a Arquivologia e as Ciências Políticas. Verificou-se que o objetivo dessas políticas é desenvolver, com apoio do Estado, maneiras adequadas de organizar, preservar e fornecer acesso amplo aos documentos arquivísticos e suas informações.

A partir da análise da produção científica mapeada neste estudo, compreende-se que, no campo do saber da Arquivologia, a definição de políticas públicas arquivísticas comumente utilizada é o que José Maria Jardim aponta como:

[...] o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais, em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (JARDIM, 2003:38-39).

Em um de seus artigos, Jardim (2013) afirma que o tema das políticas públicas arquivísticas tem sido abordado não apenas por agentes responsáveis pela gestão de acervos públicos, como também é objeto de pesquisa em todas as esferas, tanto públicas quanto privadas.

Com base nas leituras da produção científica identificada, observa-se que Jardim tem significativa expertise sobre o tema políticas públicas arquivísticas:

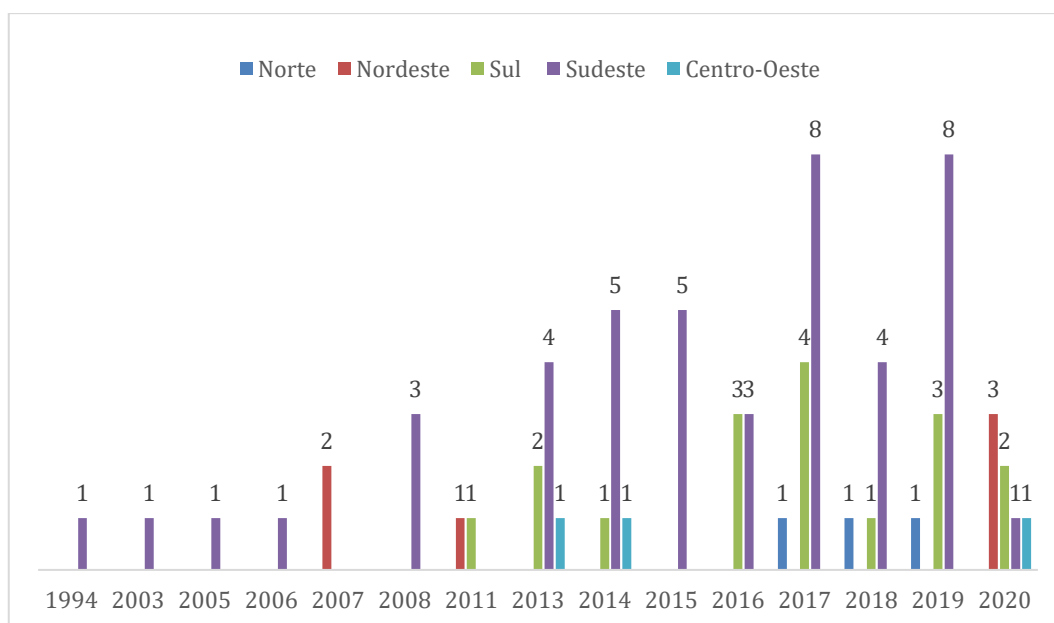
O autor Jardim mantém certa regularidade nas publicações, donde constatamos, no período de 2000 a 2018, a produção de 06 artigos com a temática governança, 09 artigos com a temática política de arquivo e 04 artigos focando outros temas (arquivos, política de informação, usuários e educação) (SILVA, 2020:61).

Assim, sobre as obras mapeadas no Catálogo da CAPES, foram obtidas inicialmente 81. Após leitura de reconhecimento e exploratória, os dados foram reduzidos para 74 obras (apêndice A).

Das 74 obras analisadas, há uma predominância de pesquisas vinculadas aos mestrados acadêmicas e profissionais (65) em relação aos doutorados (9), produzidas entre 1994 e 2020, sobre o tema em estudo. Conforme o gráfico 1, os anos de 2017 e 2019 foram os que apresentaram maior número de defesas, com 13 e 8, respectivamente.

Nota-se que a primeira dissertação foi produzida em 1994, quatro anos após a promulgação da Lei nº 8.159 de 1991, também conhecida como Lei de Arquivos (BRASIL, 1991). Apesar de algumas limitações, como a falta de uma definição clara sobre a Política Nacional de Arquivos, a lei contribuiu para ampliar o diálogo entre o campo arquivístico e o político no âmbito das políticas públicas.

Gráfico 1 – Ano de defesa das teses e dissertações e regiões dos programas de pós-graduação



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Catálogo Teses e Dissertações da CAPES (2023)

As pesquisas foram desenvolvidas em diferentes estados, instituições, programas de pós-graduação e áreas do conhecimento. O Rio de Janeiro lidera com 27 delas, seguido pelo Rio Grande do Sul (16), Minas Gerais (16), Distrito Federal (3), Paraíba (3), Bahia (2), São Paulo (2), Amazonas (1), Ceará (1), Pará (1), Santa Catarina (1) e Tocantins (1). Desse modo, a região sudeste concentra 45 pesquisas, a exemplo do que já foi constatado em outras pesquisas (MARQUES, 2011, 2020). Embora não seja o foco deste trabalho, considera-se relevante que futuros estudos analisem a situação, os impactos e influências das pesquisas em Arquivologia nas diferentes regiões do país.

Quanto às instituições, 69 pesquisas foram realizadas em instituições públicas, destacadamente em universidades federais; cinco o foram em instituições privadas, o que evidencia a importância da cultura de pesquisa promovida nos espaços universitários, conforme apontado por Couture *et al.* (1999).

As áreas de conhecimento identificadas nas 74 pesquisas foram, predominantemente, a Ciência da Informação (46), seguida da Interdisciplinaridade (18), da História (4), da Educação (2), da Engenharia de Produção (1), do Direito (1), do Planejamento Urbano e Regional (1) e das Ciências Ambientais (1), reiterando a pluridisciplinaridade do conhecimento arquivístico (MARQUES, 2020), como pode ser observado a partir do gráfico 2.

Gráfico 2 – Áreas de conhecimento das pesquisas científicas mapeadas



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Catálogo Teses e Dissertações da CAPES (2023)

Com o objetivo de identificar os principais assuntos abordados nos 74 trabalhos, foram utilizadas as palavras-chave que constam nos trabalhos. Os assuntos foram listados e computados em ordem de frequência, resultando no gráfico 3, apresentado a seguir.

Gráfico 4 – Temas presentes nas pesquisas científicas identificadas



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Catálogo Teses e Dissertações da CAPES (2023) e na plataforma Lattes (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2023)

Esses dados evidenciam as intensas relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, que compartilham espaços institucionais, sendo a Ciência da Informação estabelecida como uma área e a Arquivologia, como uma subárea (BRASIL, 1984). Ambos os campos mantêm discussões científicas, respeitando suas especificidades.

Quarenta destes trabalhos apresentaram definições, características e discussões relacionados às políticas arquivísticas, às políticas públicas arquivísticas e à política nacional de arquivo. Em relação às convergências, novamente é possível observar a frequente referência à obra de Jardim (2003), especificamente à seguinte citação:

[...] o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (JARDIM, 2003:38).

José Maria Jardim é o autor mais citado nos estudos sobre políticas públicas arquivísticas e políticas arquivísticas, com publicações que abrangem o período de 1995 a 2015. O seu texto mais utilizado pelos pesquisadores é *O Inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas*, publicado em 2003, no livro *Acesso à informação e política de arquivos*. Não por acaso, pois Jardim é um dos principais especialistas sobre o assunto no Brasil. Sua dissertação, intitulada *Cartografia de uma ordem imaginária: uma análise do Sistema Nacional de Arquivos*, defendida em 1994, foi a primeira obra identificada nesta pesquisa. Além disso, é importante destacar que a tese *A Preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil*, de Sergio Conde de Albite Silva, defendida em 1998, foi orientada por Jardim, sendo uma das primeiras teses identificadas, nesta pesquisa, sobre o tema trabalhado.

Verificou-se que as publicações de Jardim foram utilizadas tanto para definir políticas públicas arquivísticas quanto para compreender as políticas arquivísticas, o que nos sugere que, para a maioria dos pesquisadores, os dois termos são usados de forma intercambiável.

No entanto, em algumas pesquisas, foi identificada discordância em relação ao uso dos termos. Por exemplo, em uma tese, foi levantada a seguinte reflexão:

Nossa concepção de política de arquivos difere, portanto, do autor, uma vez que defendemos que uma política de arquivos é aquela que orienta o estabelecimento das linhas de trabalho de determinado serviço arquivístico, público ou privado. Nesse sentido, o que a difere de uma política pública arquivística é o fato de que a política de arquivos não resulta da atividade política e, conseqüentemente da ação do Estado, mas, sim, de decisões internas que são tomadas pelos gestores considerando-se as metas e objetivos do arquivo e, conseqüentemente, da instituição que o abriga (ADÃO, 2017:119).

Outro ponto amplamente aceito é a ideia de que as políticas públicas arquivísticas estão incluídas na esfera mais ampla das políticas públicas de informação.

Políticas públicas arquivísticas constituem uma das dimensões das políticas públicas informacionais. Por serem parte integrante do contexto informacional, as políticas voltadas para a questão dos arquivos deveriam dialogar com outros processos do campo informacional, compartilhando e recebendo recursos, com vistas à sua consolidação (SILVA, 2019:31).

De acordo com uma das dissertações, "as políticas públicas de informação são moldadas, implementadas e redefinidas a partir de um cenário de forças que atuam não apenas dentro do Estado, mas também na sociedade" (BANDEIRA, 2007:41). Porém, Jardim (2013) aponta que em algumas instituições, as políticas públicas arquivísticas são discutidas sem levar em consideração as políticas públicas de informação:

Da mesma forma, são frequentes situações nas quais políticas públicas de informação – muitas vezes em nível nacional – desconhecem por completo as peculiaridades do universo arquivístico. Em alguns casos, por exemplo, políticas arquivísticas e políticas de governo eletrônico são concebidas e desenvolvidas como se pertencessem a universos paralelos ou vice-versa (JARDIM, 2013:200).

A relevância da pesquisa sobre o tema é enfatizada em todos os estudos, com argumentos variados que convergem para o que é apresentado na introdução da dissertação de Cerqueira (2018).

Em sentido bastante amplo, as políticas públicas para arquivos teriam como objetivo consolidar ações, programas, decisões, recursos, entre outros fatores voltados à gestão, preservação, conservação e auxílio à administração dos arquivos públicos e privados, baseando-se na integração entre os arquivos públicos brasileiros e outras instituições públicas detentoras de arquivos (CERQUEIRA, 2018:12).

Como também apresenta Carvalho (2014), em sua dissertação:

As políticas públicas arquivísticas, então, têm uma importância significativa nesse contexto, haja vista que, são os arquivos produzidos pelo Estado no curso de suas atividades, um dos lócus [sic] da informação produzida, armazenada e recuperada relativa a estas funções e, que tanto interessam ao indivíduo, à sociedade e ao próprio Estado (CARVALHO, 2014:41).

Um dos aspectos interessantes desta revisão de literatura foi a identificação de que, para alguns pesquisadores, não existem políticas públicas arquivísticas no Brasil como apontado por Silva (2008), Santos (2013), Carvalho (2014), Martins (2014), Oliveira (2016), Carvalho (2017), Rodrigues (2017), Trindade (2018), Coutinho (2019), Martins (2019), Bueno (2019), Vilela (2019 e Silva (2019). Bueno (2019) retoma obras de José Maria Jardim, para lembrar que “são discussões com poucos estudos, estimuladas nas últimas duas décadas principalmente pela escassez ou ausência de reflexões mais aprofundadas na literatura arquivística” (BUENO, 2019:98).

Assim, ao término da leitura dos 46 trabalhos, notamos outras questões relevantes, como: leis e normas, mesmo que direcionadas ao campo arquivístico, não garantem políticas públicas, conforme sinalizado por Freixo (2007), Indolfo (2008, 2013), Rodrigues (2013), Silva (2014), Nascimento (2014), Adão (2017), Cerqueira (2018), Bueno (2019), Silva (2020); embora o tema de políticas públicas arquivísticas esteja presente no campo da Arquivologia, é necessário um aprofundamento desse debate, conforme apontado por Bandeira (2007), Rodrigues (2013), Santos (2013), Adão (2017), Martins (2019), Bueno (2019), Vilela (2019) e Silva (2019); as políticas públicas arquivísticas são vistas como uma maneira de fortalecer as instituições arquivísticas e os seus acervos, especialmente aqueles vinculados ao Estado e aos serviços arquivísticos, como demonstrado nas pesquisas de Santos (2013), Rodrigues (2013), Oliveira (2016), Carvalho (2017), Trindade (2018), Vilela (2019) e Silva (2020).

Considerações finais

A partir da análise dos dados coletados nesta pesquisa, vislumbramos diálogos profícuos entre a Arquivologia e a Ciência Política, especialmente no que diz respeito às políticas públicas e seus desdobramentos. Ao mapear 74 TCCs, dissertações e teses no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, verificamos a presença do tema políticas públicas arquivísticas na produção científica de PPG's em Ciência da Informação, reiterando as relações desta disciplina com a Arquivologia e suas abordagens teóricas mais caras em torno de discussões sobre políticas públicas.

Além disso, constatamos que as discussões envolvendo a Arquivologia e elementos da Ciência Política se estendem a outras áreas e temas, como História, Administração, Direito, Cultura e Democracia, o que evidencia as diversas fronteiras e diálogos interdisciplinares entre essas disciplinas e os temas de interesse.

Necessário destacar a importância da verticalização desses estudos. A leitura dos 46 trabalhos caracterizados como literatura cinzenta, produzidos na área da Ciência da Informação se mostrou fundamental para fundamentar reflexões acerca das políticas (públicas) arquivísticas. Tais políticas são entendidas como premissas, decisões e ações

inseridas nas agendas governamentais do Estado e das instituições, visando atender aos interesses da sociedade em relação à (co)produção, (re)uso e preservação dos documentos e informações arquivísticas.

Algumas questões precisam ser aprofundadas no que diz respeito ao tema, como as relações entre políticas públicas e práticas arquivísticas, as intersecções entre a Arquivologia e as Ciências Políticas, a inclusão das políticas públicas arquivísticas nas agendas de pesquisa da Arquivologia, entre outras.

Observa-se que, apesar das dúvidas que persistem, as políticas públicas arquivísticas – seja ou não sinônimo de políticas arquivísticas – são fundamentais para a organização, o controle, a preservação e a promoção do acesso à informação no desenvolvimento da sociedade, em plena consonância com os direitos dos cidadãos no o exercício da Democracia.

Referências bibliográficas

ADÃO, Sheila Margareth Teixeira

2017 1ª CNARQ: a Conferência Nacional de Arquivos e a construção de uma política nacional para os arquivos brasileiros. Belo Horizonte, 2017.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

2018 *NBR 6.028: Informação e documentação: resumo: apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

2011 *NBR 14.724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BANDEIRA, Aline Alves

2007 *A Lei de Arquivo no Brasil e o Direito à Informação*. Salvador, 2007.~
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade Federal da Bahia.

BOTELHO, Rafael Guimarães; OLIVEIRA, Cristina da Cruz

2015 Literaturas branca e cinzenta: uma revisão conceitual. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 44:3 (2015). [Consult. 2 mar. 2023]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1804/3251>.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

2021 *Portaria CAPES nº 95, de 14 de junho de 2021*. Altera o artigo 11º da Portaria Capes nº 182, de 14 de agosto de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

2018 *Portaria CAPES nº 182, de 14 de agosto de 2018*. Dispõe sobre processos avaliativos das propostas de cursos novos e dos programas de pós-graduação stricto sensu em funcionamento. [Em linha]. 2018. [Consult. 28 fev. 2023]. Disponível em: [CAPES - Catálogo de Atos Administrativos](https://catálogo.de.atos.administrativos).

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

[20--] *Currículo Lattes*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 28 fev. 2023]. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/>.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

1984 *Áreas do conhecimento: classificação*. Brasília: CNPq, 1984.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2006 *Ministério da Educação – MEC, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES: Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006*. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1998 Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 1998.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1991 Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 1991.

CARVALHO, Priscila Freitas de

2014 *Os Efeitos da lei de acesso à informação na gestão das informações arquivísticas: caso da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, 2014.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal Fluminense.

CERQUEIRA, Genevieve da Cruz de

2018 *A Política nacional de arquivos públicos e privados sob a ótica de novos acontecimentos: a I Conferência Nacional de Arquivos e plano nacional setorial de arquivos*. Niterói, 2018.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal Fluminense.

COSTA, Belkiz Inez Rezende

2019 *Visibilidade e impacto da literatura cinzenta produzida na Universidade Federal de Minas Gerais: os impactos acadêmico e social das teses e dissertações*. Belo Horizonte, 2019.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel

1999 *A Formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. Trad. Luís Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999.

HOLLÓS, Adriana Cox

2014 *O Futuro da memória digital na administração pública federal brasileira*. Rio de Janeiro, 2014.

Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

JARDIM, José Maria

2015 *Caminhos e perspectivas da Gestão de Documentos em cenários de transformações*. *Acervo*. 28 (2015) 19-50.

JARDIM, José Maria

2013 *De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? : percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo federal*. *Ciência da Informação*. 42 (2013) 35-49.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio de Albite; NHARRELUGA, Rafael S.

2009 Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 14:1 (2009) 2-22. [Consult. 2 mar. 2023]. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/32975>.

JARDIM, José Maria

2008 Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006) In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9º, Brasília, 2008 - *Anais ...* [Em linha]. Brasília, DF: UNB, 2008. [Consult. 1 jan. 2023]. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/180386>.

JARDIM, José Maria

2006 Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo e Administração*. 5 (2006).

JARDIM, José Maria

2003 O Inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In *Acesso à informação e política de arquivos*. Org. Eliana Mattar. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 37-52.

JARDIM, José Maria

1995 *Sistemas e políticas públicas de Arquivos no Brasil*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.

JARDIM, José Maria

1994 *Cartografia de uma ordem imaginária: uma análise do Sistema Nacional de Arquivos*. Rio de Janeiro, 1994.
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LIMA, Telma Cristina Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso

2007 Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*. [Em linha]. 10:10 (2007) 37-45. [Consult. 15 jan. 2023]. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/abstract/?lang=pt#>.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

2020 L'État de la recherche archivistique dans les masters et doctorats brésiliens (1972-2018). *La Gazette des Archives*. 257 (2020) 121-136.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

2011 *Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. Brasília, 2011.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade de Brasília.

MOURA, Eliene Maria Vieira de

2009 *Normalização das teses e dissertações no contexto da biblioteca digital*. Fortaleza, 2009.
Dissertação de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior – Universidade Federal do Ceará.

PINHEIRO, Lena Vânia; OLIVEIRA, Eloísa da C. P de, org.

2012 Múltiplas facetas da comunicação e divulgação científicas: transformações em cinco séculos. [Em linha]. Brasília: Ibict, 2012. [Consult. 25 fev. 2023]. *E-book* disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/711/1/M%C3%BAltiplas%20facetas%20da%20comunicação%3%A7%C3%A3o%20e%20divulgação%3%A7%C3%A3o%20científicas.pdf>.

SILVA, Ney Lúcio da

2019 *Políticas de arquivo e gestão de documentos no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Belo Horizonte, 2019.
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVA, Sérgio Conde de Albite

2008 *A Preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil*. Rio de Janeiro, 2008.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia / Universidade Federal Fluminense.

Eliane Silveira Gonçalves | elianegoncalves@ufam.edu.br

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Angelica Alves da Cunha Marques | profangelicamarques@gmail.com

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

APÊNDICE A – Produção científica sobre políticas públicas arquivísticas, políticas arquivísticas e política nacional de arquivo dos PPGs brasileiros

Ano	Area Conhecimento	Autor	Título das pesquisas	Modalidade
1994	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	José Maria Jardim	Cartografia de uma ordem imaginária: uma análise do sistema nacional de arquivos	Mestrado
2003	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Maria Cristina Vieira de Freitas	Tudo passa e tudo fica no caminho que se faz: um estudo qualitativo de acervo e fundo de arquivo de instituição cultural, sob o paradigma que insere a arquivologia no contexto de uma Ciência da Informação	Mestrado
2005	HISTÓRIA	Maria de Lourdes Ferreira	Os Arquivos da administração pública nos municípios do Grande ABC Paulista: a busca do fio de Ariadne	Mestrado
2006	HISTÓRIA	Silvia Regina Dain Gandelman	Acervos culturais e acesso ao público: questões jurídicas	Mestrado
2007	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Aline Alves Bandeira	A Lei de Arquivo no Brasil e o Direito à Informação	Mestrado
2007	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Aurora Leonor Freixo	Gestão de Arquivos na administração pública do Estado da Bahia: da prática burocrática ao discurso gerencialista	Mestrado
2008	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Ana Celeste Indolfo	O Uso de normas arquivísticas no estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal	Mestrado
2008	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Sergio Conde de Albite Silva	A Preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil	Doutorado
2008	HISTÓRIA	Paulo Sérgio de Souza e Silva	Políticas culturais e arquivos públicos: difusão cultural, acesso e preservação do patrimônio cultural em Minas Gerias: 1995-2005	Mestrado
2011	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Ana Andrea Vieira Castro de Amorim	Arquivo e Informação: os caminhos da Gestão de Documentos na Universidade Federal da Paraíba	Mestrado
2011	INTERDISCIPLINAR	Maria Candida da Silveira Skrebsky	Os Abas largas da brigada militar em fotografias: políticas arquivísticas para preservação e difusão da memória	Mestrado
2013	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Ana Celeste Indolfo	Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na administração pública federal: 2004-2012	Doutorado

Ano	Area Conhecimento	Autor	Título das pesquisas	Modalidade
2013	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Caroline Lopes Durce	Requisitos para implementação de políticas arquivísticas institucionais: estudo do caso da Universidade de Brasília	Mestrado
2013	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Rosilene Silva dos Santos	Gestão de Documentos na administração pública estadual de Minas Gerais: um estudo de caso	Mestrado
2013	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Ana Marcia Lutterbach Rodrigues	A Construção de uma política nacional de arquivos: bases conceituais, ações e problemas	Doutorado
2013	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Luiz Carlos da Silva	Políticas Públicas de Arquivo: a gestão documental do arquivo público do estado do Espírito Santo	Mestrado
2013	INTERDISCIPLINAR	Rosilaine Zoch Bello	Sistema de Arquivos da UFSM: a capacitação profissional em gestão arquivística na modalidade à distância	Mestrado
2013	INTERDISCIPLINAR	Sergio Renato Lampert	Repositório digital para o patrimônio arquivístico documental: subsídio para acesso e preservação do diário de classe	Mestrado
2014	INTERDISCIPLINAR	Marco Antônio da Luz	A Lei de acesso às informações públicas em consonância com o patrimônio documental dos municípios da grande Santa Rosa: recomendações e diretrizes para uma política pública arquivística	Mestrado
2014	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Paola Rodrigues Bittencourt	Implementação da Lei de Acesso à Informação no poder executivo federal: uma análise a partir dos serviços arquivísticos	Mestrado Profissional
2014	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Fabiane Silva Martins	Olhares e perspectivas da imprensa sobre a LAI: pontuações acerca do acesso à informação	Mestrado Profissional
2014	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Priscila Freitas de Carvalho	Os Efeitos da lei de acesso à informação na gestão das informações arquivísticas: caso da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Mestrado
2014	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Adriana Lucia Cox Hollos	O Futuro da memória digital da administração pública federal brasileira	Doutorado
2014	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Cristiane Basques da Cunha Silva	O Patrimônio arquivístico brasileiro diante dos riscos de destruição: estudo sobre a vulnerabilidade dos acervos, as ações estatais de proteção e os seus limites	Mestrado

Ano	Area Conhecimento	Autor	Título das pesquisas	Modalidade
2014	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Francisco Jose Tavares do Nascimento	O Acesso nos arquivos de instituições de saúde: entre o direito à informação e o direito à intimidade	Mestrado Profissional
2015	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Wendell Lopes de Assis	Arquivos legislativos: a política pública arquivística em instituições legislativas municipais	Mestrado
2015	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Leandro Pinheiro de Carvalho	Diagnóstico dos serviços arquivístico do poder executivo do município de Duque de Caxias	Mestrado Profissional
2015	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Ana Lucia da Silva do Carmo	Estratégias de mediação arquivística nas instituições federais de ensino superior	Mestrado
2015	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Ramon Maciel Ferreira	Universidade Federal de Juiz de Fora: um estudo de caso sobre a implantação de procedimentos arquivísticos para a otimização da gestão por PDCA	Mestrado
2015	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	Valdete Barros Barbosa	Gestão documental em instituições educacionais	Mestrado
2016	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Cintia Aparecida Chagas Arreguy	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil	Doutorado
2016	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Thais Nodare de Oliveira	Centros de Memória e Documentação da Universidade Federal de Minas Gerais: perfis institucionais e políticas de acervo	Mestrado
2016	INTERDISCIPLINAR	Medianeira Aparecida Pereira Goulart	Políticas arquivísticas no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: arquivo central e cultural organizacional, um elo indissociável	Mestrado
2016	INTERDISCIPLINAR	Eliseu dos Santos Lima	Arquivos universitários: o acesso e a difusão dos acervos e serviços dos setores de arquivo das IFES da Região Sul do Brasil	Mestrado
2016	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Anna Beatriz Castro e Oliveira	Gestão de documentos e arquivos no Poder Executivo Estadual Brasileiro: estudo de identificação das políticas, programas e instrumentos metodológicos	Mestrado
2016	INTERDISCIPLINAR	Graziella Ce	Uma Política de identificação de fundos, descrição e difusão documental em instituições federais de ensino superior	mestrado

Ano	Area Conhecimento	Autor	Título das pesquisas	Modalidade
2017	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Bruno Gomes da Silveira	Preservação digital dos processos judiciais eletrônicos: políticas arquivísticas no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais	Mestrado
2017	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Gleice Carlos Nogueira Rodrigues	Arquivos, Estado e Sociedade: atores e concepções arquivísticas no contexto político: 2011-2014	Mestrado Profissional
2017	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Alessandra de Carvalho Germano	Diretrizes para aquisição de arquivos: uma contribuição à política de arquivos da Universidade Federal de Juiz de Fora	Mestrado Profissional
2017	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Juliana Loureiro Alvim Carvalho	O Arquivo público de Macaé: cenário institucional e arquivístico: 2005-2016	Mestrado Profissional
2017	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Igor Jose de Jesus Garcez	Proposta para a política e o sistema de arquivos da Universidade Federal Fluminense	Mestrado Profissional
2017	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Sheila Margareth Teixeira Adao	1ª CNARQ: a Conferência Nacional de Arquivos e a construção de uma política nacional para os arquivos brasileiros	Doutorado
2017	INTERDISCIPLINAR	Gislaine Pinto Kramer	Arquivo e Sociedade: formação e acesso ao patrimônio arquivístico nos municípios do estado do Rio Grande do Sul	Mestrado
2017	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Zenobio Dos Santos Junior	Acervo acadêmico das instituições federais de ensino superior (IFES): manutenção, guarda e acesso aos documentos de arquivo	Mestrado
2017	DIREITO	Felipe Braga de Oliveira	Patrimônio cultural e gestão documental nos arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	Mestrado
2017	INTERDISCIPLINAR	William Jeronimo Gontijo Silva	A Preservação do patrimônio documental arquivístico da federação espírita do Rio Grande do Sul	Mestrado
2017	EDUCAÇÃO	Felipe Henrique Alves de Andrade	Os Desafios na implementação do sistema de arquivos na Universidade Federal de Juiz de Fora: o caso da CAP/PROGEPE	Mestrado
2017	INTERDISCIPLINAR	Elisangela Gorete Fantinel	Arquivo universitário: preservação e acesso ao patrimônio documental arquivístico da Universidade Federal do Rio Grande - FURG	Mestrado

Ano	Area Conhecimento	Autor	Título das pesquisas	Modalidade
2017	INTERDISCIPLINAR	Cinara Reis Flores	Treinamento de servidores via <i>moodle</i> com vistas a preservação do patrimônio documental da Universidade Federal do Pampa	Mestrado
2018	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Martha Myrrha Ribeiro Soares	Os Arquivos municipais da região Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro: identificação do patrimônio documental arquivístico e a proposta de criação do arquivo público municipal de Angra dos Reis	Mestrado Profissional
2018	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Flavio Monteiro da Trindade	Gestão de documentos na UFRJ: a cartografia profissional arquivística	Mestrado Profissional
2018	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Luiza Morgana Klueger Souza	Legislação arquivística e Gestão de Documentos do município de Joinville (SC): preservação do patrimônio documental arquivístico	Mestrado Profissional
2018	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	Marco Aurelio Aguiar Reis	Sistema de Arquivos: uma proposta de gestão documental coordenação para a UFT	Mestrado
2018	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Genevieve da Cruz de Cerqueira	A Política nacional de arquivos públicos e privados sob a ótica de novos acontecimentos: a I Conferência Nacional de Arquivos e o plano nacional setorial de arquivos	Mestrado
2018	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Rafaela Augusta de Almeida	Identificação arquivística como base do programa de Gestão de Documentos da defensoria pública do estado de São Paulo (PGD-DPESP)	Mestrado
2019	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Luiz Antonio Santana da Silva	Documentos audiovisuais no Brasil: trajetória, institucionalização e novas perspectivas	Doutorado
2019	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Silvia de Araujo Coutinho	Políticas, programas e serviços arquivísticos: uma abordagem das instituições federais de ensino superior	Mestrado Profissional
2019	HISTÓRIA	Glauce Cristina da Conceição Silva	Proposta para tratamento da massa documental acumulada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ	Mestrado
2019	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Wanessa Rodrigues Martins	Representação arquivística: o papel do CIA e do CONARQ para o desenvolvimento de políticas de descrição	Mestrado

Ano	Area Conhecimento	Autor	Título das pesquisas	Modalidade
2019	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Suellen Alves de Melo	Difusão de documentos fotográficos: análise de experiências de três instituições arquivísticas brasileiras no Facebook	Mestrado
2019	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Ney Lucio da Silva	Políticas de arquivo e Gestão de Documentos no âmbito da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica	Mestrado
2019	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Danilo Andre Bueno	Gestão de documentos no âmbito das políticas públicas arquivísticas do poder executivo estadual no Brasil	Doutorado
2019	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Amanda Barbosa Vilela	Os Arquivos no contexto das ações de transparência do poder executivo do município de Niterói, RJ	Mestrado
2019	INTERDISCIPLINAR	Priscila Marcondes da Silva	O Patrimônio documental como fonte de conhecimento para a conservação do acervo do LabDoc - UFRRJ	Mestrado
2019	INTERDISCIPLINAR	Claudinei Carin Seiffert	Acesso e transparências ativas de informações e documentos do IFRS através da plataforma arquivística ATOM	Mestrado
2019	INTERDISCIPLINAR	Sandra Messa A Silva	Análise do assentamento funcional digital (AFD) sob a perspectiva arquivística e sua implantação no âmbito das IFES	Mestrado
2019	INTERDISCIPLINAR	Eduardo Rafael Miranda Feitoza	Implantação de gestão de documentos arquivísticos digitais na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica sob o prisma da Norma ISO 15.489:2016	Mestrado
2020	INTERDISCIPLINAR	Dayana Ribeiro Rodrigues	Políticas de preservação de documentos arquivísticos digitais produzidos pelo sistema eletrônico de informações (SEI) nas instituições federais de ensino superior	Mestrado
2020	INTERDISCIPLINAR	Priscila Lucrecio Duarte	Atores e seus critérios na aferição de valor histórico nos Processos Judiciais Gaúchos	Mestrado
2020	INTERDISCIPLINAR	Rosana Bortoluzzi	O Assentamento funcional digital: elaboração de um instrumento de padronização de procedimentos para a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFSM	Mestrado

Ano	Area Conhecimento	Autor	Título das pesquisas	Modalidade
2020	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Luiz Carlos da Silva	Desafio da implementação da política pública de arquivos: as funções arquivísticas e o acesso à informação na prefeitura municipal de Vitória, ES	Doutorado
2020	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Barbara Carvalho Diniz	Gestão da Informação no sistema de processo judicial eletrônico (PJe) do Tribunal Regional do Trabalho - TRT 13ª REGIÃO	Mestrado
2020	EDUCAÇÃO	Arlene Xavier Santos Costa	PEN-SEI: a implantação do processo eletrônico nacional através do sistema eletrônico de informações na Universidade Federal de Juiz de Fora	Mestrado
2020	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Marisa Vieira Leite da Silva	Análise comparativa entre as legislações brasileira, canadense e espanhola aplicadas à digitalização de documentos arquivísticos	Mestrado

ANÁLISE COMPARATIVA DO ACESSO À INFORMAÇÃO DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS PORTUGUESES NA INTERNET E NAS REDES SOCIAIS ENTRE 2013 E 2023

COMPARATIVE ANALYSIS OF INFORMATION ACCESS BOTH ON INTERNET AND ON SOCIAL NETWORKS BY THE PORTUGUESE MUNICIPAL ARCHIVES, BETWEEN 2013 AND 2023

Ana Margarida Dias da Silva

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a6>

Resumo: A mediação da informação em arquivos tem sofrido uma importante mudança de foco, associada à rápida evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com particular destaque para o desenvolvimento da Web 2.0. Com o objetivo de analisar comparativamente o acesso à informação dos arquivos municipais portugueses na Internet e nas redes sociais na última década, parte-se da recolha feita por Silva em 2013, com atualização de dados recolhidos entre 1 e 31 de janeiro de 2023. Conclui-se que, atualmente, 54,87% dos 308 arquivos municipais portugueses têm presença na World Wide Web (WWW), mas menos de 6% nas redes sociais. Em 2023, Portugal ainda não dispõe de orientações da tutela sobre a comunicabilidade dos arquivos nas redes sociais e se os estudos realizados na última década, assim como a análise comparativa, evidenciam um aumento gradual dos arquivos municipais portugueses na WWW, a presença nas redes sociais continua tímida¹.

Palavras-chave: Arquivos 2.0; Facebook; Mediação da informação; Web 2.0.

Abstract: Information mediation in archives has undergone an important change of focus, associated with the rapid evolution of Information and Communication Technologies (ICT), with particular emphasis on the development of Web 2.0. With the aim of comparatively analysing access to information on the Internet and social networks over the last decade by the Portuguese municipal archives, the data collected by Silva in 2013 is taken as a starting point, with updated data collected between January, 1st to 31st 2023. It concludes that 54.87 % of Portugal's 308 municipal archives currently have a presence on the World Wide Web (WWW), but under 6% on social networks. In 2023, Portugal still has no guidelines on the communicability of archives on social networks and while the studies carried out over the last decade, as well as the comparative analysis, show a gradual increase in Portuguese municipal archives on the WWW, their presence on social networks remains timid.

Keywords: Archives 2.0; Facebook; Information mediation; Web 2.0.

Introdução

Se a humanidade tem vivido sempre com base em “procesos informativos aunque no por cierto con la forma mediática actual de la información digital” (CAPURRO, 2014:112), a eletrónica, a mais recente tecnologia de manipulação de registos, trouxe consigo uma das maiores revoluções da história, cujas enormes consequências ainda estão por compreender na totalidade (GEJMAN, 2009:389).

¹ Este texto resulta, com atualizações, da comunicação por convite realizada no encontro “Arquivos da Administração Local. Património, Acesso e Investigação”, realizado na Fundação Mário Soares e Maria Barroso (Lisboa), nos dias 6 e 7 de julho de 2022.

A sociedade conheceu impressionante progresso com a “Máquina de Turing”, o primeiro “computador”² criado por Alan Turing, em 1936. Este matemático inglês concebeu um dispositivo teórico para representar conceitos com apenas um dos símbolos “0” ou “1”, funcionando numa sucessão de passos definidos no controlo, e a cuja única tarefa a máquina estava dedicada.

Com a evolução dos avanços tecnológicos, da invenção e comercialização dos computadores, a memória eletrónica surgia como ilimitada, quando comparada à memória humana, que, embora milenarmente auxiliada pela existência de arquivos, bibliotecas e dicionários, ganhava no computador um aliado que congregaria “toda a memória do mundo” (MORIN, 1977:215).

A criação da *World Wide Web*, o advento da Sociedade da Informação³ e o desenvolvimento das ferramentas colaborativas, naquilo que se designa por Web 2.0, revolucionaram a forma de relacionamento entre utilizadores e produtores com a informação. “A construção colaborativa do conhecimento faz uso da inteligência coletiva, onde todos são, simultaneamente, consumidores e produtores de informação” (SILVA, 2014a:73). Necessariamente, assiste-se a uma importante mudança de foco na mediação da informação feita pelos arquivos.

Na mediação da informação pós-custodial (um paradigma contextual, informacional, dinâmico, sistémico e científico), com o advento das TIC e das redes sociais, potenciou-se uma nova dinâmica na forma como a informação é comunicada e difundida. Uma das consequências práticas é o aumento da disponibilização de arquivos, de documentos e de informação em formato digital, levando a que a informação, que antes estava apenas disponível a um grupo restrito de investigadores, passe agora a estar acessível a um grupo mais vasto, a que se juntam estratégias de promoção da participação, através de um conjunto de ferramentas e plataformas colaborativas, que permitem maior interação e novas oportunidades de promoção institucional.

Os arquivos municipais, na qualidade de serviços das câmaras municipais, têm como principais funções a gestão da documentação/informação produzida e recebida no âmbito das atividades das edilidades, a conservação e preservação de documentação/informação de conservação permanente do organismo por que são tutelados, a incorporação e a salvaguarda de arquivos extintos de proveniência diversa, e a promoção da acessibilidade, comunicação e difusão dessa documentação/informação. Ao mesmo tempo, os arquivos municipais devem assentar na prossecução de uma administração aberta e inclusiva, garante dos direitos e de resposta às solicitações dos serviços municipais e dos seus cidadãos (MARIZ, 1992; RIBEIRO, 1998; PEIXOTO, 2000; SILVA, 2013).

² Este só foi criado em 1943 (MORIN, 1996:40).

³ Um conceito tão poderoso que dá nome à sociedade atual: a “Sociedade da Informação”, termo cuja origem é atribuída a “Machlup (1962), no livro *The Production and distribution of knowledge in the United States*, e Parker (1973), no *Information and society*, ou a autores japoneses, como Hayashi (1969) na obra *The Information Society: from hard to soft*, e Masuda (1968), no *Introdução à Sociedade da Informação*, ganhando destaque nas décadas posteriores.” (MONTEIRO e ALMEIDA JÚNIOR, 2021:295). Surgem também outras designações como: *Era da Informação*, *Revolução da Informação*, *Sociedade em Rede*, *Sociedade Digital*, *Sociedade Bit*, *Sociedade do Conhecimento*.

Em 2013, a dissertação de mestrado *O Uso da Internet e da Web 2.0 na difusão e acesso à informação arquivística: o caso dos arquivos municipais portugueses* teve como objetivo responder à pergunta: a Internet e a Web 2.0 são usadas pelos arquivos municipais portugueses para promover o acesso e a difusão da informação arquivística? (SILVA, 2013). Os resultados evidenciaram uma fraca presença dos arquivos municipais na WWW (37,66%) (SILVA, 2013:24) e o mesmo foi sendo constatado por outros autores ao longo da última década, com valores pouco acima dos 40% (PENTEADO e HENRIQUES, 2008:17; FREITAS e MARINHO, 2014:4; FREITAS e BORGES, 2017; FREITAS, BORGES e REVEZ, 2017; SILVA, 2014a; SILVA, BORGES e FREITAS, 2019:3).

Dez anos após o primeiro estudo sobre a presença dos arquivos municipais na WWW e a mediação da informação na Web 2.0, procura-se uma atualização dos dados, e a compreensão da sua evolução através de uma análise comparativa, para verificar de que forma os arquivos municipais têm aproveitado e apostado nas vantagens que o ambiente digital e as redes sociais têm para divulgação de conteúdos, alinhando-se com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Metodologia

Este é um estudo de análise comparativa relativamente à presença dos arquivos municipais portugueses na WWW e da utilização das redes sociais e da Web 2.0 na difusão e comunicação da informação entre 2013 e 2023. Foram utilizados métodos mistos para poder quantificar e qualificar a análise. A grelha de análise utilizada por Silva (2013) com dados recolhidos entre março e maio de 2013 (SILVA, 2013:19) foi utilizada para a recolha de dados de 2023, no período entre 1 e 31 de janeiro, de forma a permitir uma análise comparativa com os resultados registados e analisados há uma década.

Os arquivos dos municípios das regiões autónomas da Madeira e dos Açores ficaram excluídos da análise por se encontrarem maioritariamente localizados nos arquivos regionais respetivos. Justifica-se esta decisão porque o objetivo do trabalho, quer em 2013, quer agora, é analisar a forma como os arquivos municipais usam a WWW e a Web 2.0 no acesso e difusão da informação que produzem e salvaguardam.

Relativamente à presença dos arquivos municipais portugueses em redes sociais, em 2013 Silva analisou as plataformas do Facebook, do Flickr e do Twitter, a utilização de blogues, e a dinamização de projetos colaborativos. Em 2023, com a quase não utilização de blogues estes são excluídos na análise; no entanto, optou-se por incluir o Instagram, plataforma em forte crescimento de utilização.

No caso da presença na Web 2.0 e redes sociais, ficam excluídos da análise todos os arquivos municipais sem presença autónoma, ou seja, todos os arquivos municipais que não têm perfil ou página de utilizador, embora possam estar presentes, mas incluídos na página da edilidade respetiva, como por exemplo, os arquivos municipais de Sines e de Ponte de Sor, que partilham conteúdos nas páginas de Facebook das edilidades, conjuntamente com outros serviços das câmaras municipais, entre outros.

Análise comparativa: 2013-2023

1. Presença dos arquivos municipais portugueses na World Wide Web: resultados e discussão

A WWW e a Internet são hoje veículo primordial para o acesso, difusão e comunicação da informação e são cada vez mais os arquivos que se encontram digitalizados e *online*, para além de um crescimento do arquivos nado-digítals. A comunicação da informação através da mediação em ambiente digital, permite aos arquivos ganhar visibilidade e melhorar a qualidade do acesso à informação, independentemente do seu suporte e/ou localização física.

Yves Le Coadic afirma que a comunicação é “o processo intermediário que permite a troca de informações entre pessoas” (LE COADIC, 1996:13). De facto, comunicar pressupõe um intercâmbio para a satisfação de uma necessidade, que envolve um emissor e um recetor, ambos conhecedores dos mesmos signos e símbolos que compõem a mensagem a transmitir.

As alterações tecnológicas ocorridas ao longo dos séculos revolucionaram a forma de comunicar dos seres humanos entre si e em sociedade; e a perspetiva histórica demonstra essa correlação entre tecnologia e comunicação (SILVA, 2021:103-111).

De forma breve, a transmissão de mensagens foi e é feita de formas diversificadas, com a comunicação a ser feita, “dos tempos primitivos até hoje, (...) cara a cara, pessoa a pessoa” (TOFFLER, 2000:37), mas com a tradição da oralidade a ser complementada (para não dizer quase esmagada) pela utilização da escrita e do escrito, do visual e do sonoro, registados e como intermediários, que possibilitam uma comunicação no tempo e no espaço, de forma assíncrona e multidireccional.

Em 2013, apenas 116 (37,66%) dos arquivos municipais portugueses tinham presença na WWW, enquanto em 2023 são já mais de metade (54,87%), ou seja, 169 dos arquivos municipais portugueses encontram-se na WWW. Globalmente, isto significa, também, uma maior disponibilização de Instrumentos de Descrição Documental (IDD), objetos digitais e exposições virtuais *online* em números absolutos. Em paralelo, verifica-se uma maior quantidade de projetos colaborativos dinamizados pelos arquivos municipais portugueses (Tabela 1).

Tabela 1 – Acesso e comunicação da informação na WWW

	N.º absolutos	%	N.º absolutos	%
Presença na WWW	116	37,66	169	54,87
IDD em PDF	69	59,48	96	56,8
Plataforma de descrição online	16	13,79	27	15,97
Objetos digitais	11	9,48	27	15,97
Exposições virtuais	17	14,66	25	14
Projetos colaborativos	9	7,75	13	7,69

Fonte: SILVA (2013) e elaboração própria.

Se compararmos a evolução de 2013 para 2023 por distritos de Portugal continental, verificamos que todos aumentaram o número de arquivos municipais com presença na WWW, com destaque para os distritos de Setúbal, com 12 dos 13 arquivos municipais na WWW, e de Viana do Castelo, com 100% dos seus municípios *online* (Tabela 2).

Tabela 2 – Presença dos Arquivos Municipais Portugueses na WWW

Distritos	N.º Municípios	2013		2023	
		WWW	%	WWW	%
Aveiro	19	12	63,16	14	73,68
Beja	14	5	35,71	9	64,28
Braga	14	6	42,86	8	57,14
Bragança	12	5	41,67	6	50
Castelo Branco	11	4	36,36	6	54,54
Coimbra	17	6	35,29	8	47,05
Évora	14	8	57,14	11	78,57
Faro	16	10	62,50	11	68,75
Guarda	14	3	21,43	6	42,85
Leiria	16	6	37,50	8	50
Lisboa	16	9	56,25	12	75
Portalegre	15	5	33,33	6	49
Porto	18	10	55,56	12	66,66
Santarém	21	5	23,80	8	38,09
Setúbal	13	9	69,23	12	92,30
Viana do Castelo	10	9	90	10	100
Vila Real	14	2	14,29	8	51,14
Viseu	24	6	25	8	33,33
TOTAL	278	116	41,72	169	60,79

Fonte: SILVA (2013) e elaboração própria.

2. Presença dos arquivos municipais portugueses nas redes sociais: resultados e discussão

A flexibilidade da Web 2.0, apoiada em plataformas de comunicação e interação gratuitas e intuitivas, sem estrutura imposta, que permitem a edição em grupo, que estimulam a colaboração e a participação personalizada e individual na elaboração de todo o género de projetos e na partilha de informação, contribuiu decisivamente para o seu sucesso.

“As particularidades do ambiente internet, onde se destacam aspectos como a interatividade, a democratização do acesso às informações, a quebra de barreiras geográficas e o desenvolvimento da tecnologia de telecomunicações, modificaram não apenas a forma de lidar com padrões de representação e organização da informação até então estabelecidos mas, também, o comportamento humano e a forma de comunicação da sociedade contemporânea” (BARROS, 2011:16).

Na verdade, as formas de comunicação atuais passam pela inclusão dos utilizadores no processo infocomunicacional. Essa alteração da relação dos serviços com os utilizadores verifica-se, por exemplo, com a adoção das ferramentas da *Web 2.0* e as *folksonomias*, no convite feito à participação e colaboração de todos em funções tradicionalmente desempenhadas exclusivamente pelos técnicos, nomeadamente, a descrição de conteúdos e a criação de pontos de acesso (SILVA, 2021:110).

Alvin Toffler, no seu livro de 1980, *A Terceira Vaga*, cunhou o termo *prosumidor* (*prosumer*) que mistura os conceitos de “produtor” e de “consumidor”, naquilo que entende ser “um aumento fenomenal da auto-ajuda e da actividade de faça-você-mesmo” (TOFFLER, 2000:383)⁴, e, na aceção de que todos somos consumidores e produtores de informação, os serviços das instituições de memória podem ver aqui uma oportunidade de mudança.

As ferramentas colaborativas da Web 2.0 são na sua maioria gratuitas, de fácil edição, permitem maior visibilidade dos arquivos junto da sociedade e interagir com públicos que podem nunca entrar num edifício de arquivo. São instrumentos de verdadeira democratização ao acesso à informação, que utilizam a criatividade, a inteligência e o saber-fazer de um grande número de internautas na produção e comunicação da informação.

2.1. Facebook

O Facebook foi fundado em 2004 por Marl Zuckerberg e colegas da faculdade e destaca-se por ser uma rede social virtual onde pessoas individuais ou coletivas, públicas ou privadas, criam perfis ou páginas destinadas à comunicação e partilha de informação entre pessoas num contexto de interação social, ao mesmo tempo que permite partilhar informação a partir de outras redes sociais, assim como de outros tipos e de diferentes meios de comunicação social (SILVA, 2013:11; SILVA e ALVIM, 2016).

Em Portugal, a investigação sobre os arquivos municipais e a mediação da informação no Facebook é ainda incipiente, destacando-se os trabalhos de Silva (2013, 2014b), Silva e

⁴ Alvin Toffler dá como exemplos desta mudança civilizacional – do consumidor passivo ao prosumidor ativo – os testes de gravidez feitos em casa (TOFFLER, 2000:264-265) ou os sistemas de auto-serviço nas bombas de gasolina (TOFFLER, 2000:269).

Alvim (2016), apenas para a Área Metropolitana de Lisboa, Gabriel (2019), e para o período do confinamento provocado pela pandemia de COVID-19, Silva *et al.* (2023).

Em 2013, apenas 10 arquivos municipais portugueses (Albergaria-a-Velha, Cascais, Figueira da Foz, Guimarães, Mangualde, Oliveira de Azeméis, Penafiel, Ponte de Lima, Torres Novas, Valongo) tinham página no Facebook. Destes, destacavam-se o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, em Guimarães, e o Arquivo Municipal Ponte de Lima como exemplos de boa utilização desta plataforma para publicidade dos novos instrumentos de pesquisa elaborados e para partilha da documentação/informação disponível nos respetivos catálogos *online*, das exposições virtuais e dos álbuns de fotografias existentes nos sítios de Internet de ambos os arquivos.

Em 2016, Silva e Alvim localizaram 14 arquivos municipais com página no Facebook; em 2020 eram 17 (SILVA *et al.*, 2023:245) e, em 2023, são já 18 os arquivos municipais com página ou perfil no Facebook (Alenquer, Arcos de Valdevez, Cascais, Coimbra, Guimarães, Leiria, Lisboa, Loulé, Loures, Melgaço, Monção, Oliveira de Azeméis, Penafiel, Ponte de Lima, Torres Novas, Valongo, Santa Maria e Vila Real). A presença nesta rede social continua a ser utilizada principalmente para publicidade das atividades realizadas nos arquivos, para partilha de documentação/informação disponível nos respetivos catálogos *online*, mas cada vez mais para pedidos de colaboração e como forma de interação com os munícipes e os cidadãos em geral.

O Facebook é, sem dúvida, a rede social mais utilizada pelos arquivos municipais portugueses. No entanto, o seu sucesso depende da constante atualização dos conteúdos. Tal como em 2013, o que se verifica em 2023 é que os utilizadores desta rede social são vistos ainda como “consumidores de informação” e não como uma inteligência coletiva que pode ser aproveitada (SILVA, 2013:47). Mesmo os serviços de arquivo que têm presença no Facebook estão ainda longe dos conceitos Web 2.0 e de Arquivos 2.0 (SILVA, 2014b:103).

Os utilizadores podem “gostar” da página e dos conteúdos disponibilizados pelos arquivos municipais portugueses, podem partilhar e comentar os seus conteúdos, mas raras vezes são convidados a colaborar na sua descrição, indexação e identificação (SILVA, 2014b:111). Assim, a informação partilhada pelos arquivos municipais portugueses “parece não motivar a participação dos utilizadores” (SILVA e ALVIM, 2016).

Silva e Alvim (2016) pela “observação das atividades desenvolvidas pelos arquivos nesta rede social e a fraca adesão à mesma pela maioria dos arquivos” questionaram-se “sobre se esta plataforma é a mais adequada para a partilha e difusão de informação arquivística. Ou se a função de gestão da informação, enquanto serviço às edilidades, às autarquias, se sobrepõe ao serviço de comunicação e difusão da informação com os munícipes”.

Em 2023, com uma realidade não muito diferente relativamente a 2013, podemos questionar o mesmo. Se a falta de recursos humanos e materiais (GABRIEL, 2019) pode ajudar a explicar a fraca difusão de conteúdos nesta rede social, Silva *et al.* (2023) verificaram que seis arquivos municipais (Lisboa, Loulé, Loures, Penafiel, Ponto de Lima e Vila Real) conseguiram fazê-lo de uma forma expressiva, sendo, de uma forma geral, bastante proativos durante o encerramento, aumentando o número de publicações.

2.2. Blogues

Os blogues são plataformas ou espaços na Web onde se publicam conteúdos ordenados cronologicamente, de fácil e rápida atualização, como “diários virtuais” que possibilitam a partilha de texto, vídeo, imagens, ao mesmo tempo permitem a interação com os utilizadores através de comentários, colocação de *tags* ou etiquetas e partilha de conteúdos noutras plataformas sociais através de links (SILVA, 2013:10).

Em 2013, quatro arquivos municipais portugueses (Aveiro, Alenquer, Cadaval, Mirandela) tinham blogues, utilizados pela facilidade de edição (sem necessidade de auxílio de técnicos especialistas) e da possibilidade de articulação entre texto, imagens e *links*.

2.3. Instagram

O Instagram, lançado em 2010, é uma rede social virtual de partilha de fotografias e vídeos, que permite aplicar filtros digitais e partilhar os seus conteúdos noutras redes sociais, como o Facebook, o Twitter, o Tumblr e o Flickr.

Em 2023, existem 11 arquivos municipais no Instagram: Albufeira, Cascais, Coimbra, Guimarães, Leiria, Lisboa, Pombal, Oliveira do Hospital, Sesimbra, Valongo, Vila Real e a Rede Arquivos Algarve.

Os arquivos municipais presentes nesta rede social utilizam-na para partilhar fotografias, cartazes de eventos e atividades promovidas por estes serviços, os “Documentos do Mês” ou dos “Destaques do Mês”

2.4. Flickr

O Flickr é um sítio *web* de partilha de materiais gráficos (fotografias, desenhos e ilustrações) ou multimédia (vídeos). É uma rede social que permite aos utilizadores criar álbuns e organizar fotografias e vídeos, e ao mesmo tempo contactar com outros utilizadores em todo o mundo. O Flickr permite um alto nível de interatividade através da categorização por etiquetas (*tags*). Em parceria com a Library of Congress, lançou o projeto Commons, com o objetivo de congregar arquivos, bibliotecas e museus de todo o mundo, para “facultar ao público novos documentos e simultaneamente receber informação que permita a estas instituições enriquecer o conhecimento acerca das suas coleções” (GABRIEL, 2019:35).

Em 2013 apenas o arquivo municipal de Cascais tinha presença nesta rede social, que era utilizada para a descrição colaborativa de fotografias, num apelo direto à colaboração dos cidadãos.

Em 2023, ao arquivo municipal de Cascais, acrescem os arquivos municipais de Oliveira do Hospital, de Sesimbra e de Vagos, o que continua a ser uma presença escassa. Estes arquivos municipais usam esta plataforma para partilha de fotografias.

2.5. Twitter

O Twitter, lançado em 2006 e recentemente nomeado X porque adquirido por Elon Musk, é uma rede social que permite aos utilizadores enviar e receber atualizações pessoais de outros contactos em textos de 280 caracteres, por isso por vezes designado como o “SMS da Internet”.

Em 2013 apenas o arquivo municipal de Gaia estava nesta rede social. Em 2023 estão os arquivos municipais de Albufeira e Lisboa e a Rede de Arquivos do Algarve.

Como é óbvio, não é uma rede social utilizada pela generalidade dos arquivos municipais portugueses.

3. Arquivos municipais portugueses e projetos de colaboração

Em 2013, Silva, destacou o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães) como um arquivo 2.0 “não só pela qualidade no nível de acesso à informação arquivística, mas porque usa a tecnologia participativa para difusão da sua documentação/informação aproveitando a página do Flickr para solicitar a colaboração dos utilizadores na recolha e identificação de fotografias” (SILVA, 2013:43).

Neste quadro recebiam também menção de destaque os arquivos municipais de Albufeira, Oliveira de Azeméis, Palmela, Trofa e Vale de Cambra pelas “iniciativas de recolha de documentos textuais e fotográficos, solicitando desta forma colaboração das populações” num espírito 2.0, no entanto, sem a “componente tecnológica” que o caracteriza (SILVA, 2013:44).

Em 2023 o panorama não é muito diferente.

Os arquivos municipais de Castro Marim, Lisboa, Loulé, Loures e Penafiel merecem destaque.

O Arquivo Municipal de Castro Marim, em 2019, deu início ao projeto “100 Memórias de Castro Marim”, com a solicitação à população da cedência de recordações pessoais e/ou familiares ao município,

“numa iniciativa que pretende desdobrar a consciência histórica do concelho, de modo a desenvolver esforços para a sua preservação e valorização. Esta ação foi inspirada na necessidade de fomentar e enriquecer um arquivo digital de valor cultural, e na importância da recolha de património material que contribua para dignificar a memória coletiva de Castro Marim. A preservação e catalogação desse espólio, resultará num arquivo digital que fornecerá às futuras gerações um conhecimento alargado sobre o nosso passado”⁵.

O objetivo é aumentar o património documental fotográfico do concelho com a recolha de fotografias, postais, imprensa e outra documentação junto da população e, ainda, de entidades públicas e privadas. O projeto inclui, ainda, “um levantamento radiográfico de manifestações de património imaterial do concelho junto dos artesãos detentores do conhecimento, como parte da herança cultural coletiva de Castro Marim”, para “evitar que a memória se perca definitivamente e que permita o seu conhecimento a gerações futuras”. Todo o material recolhido é disponibilizado através do AtoM do arquivo municipal.

⁵ O projeto das “100 Memórias de Castro Marim” é cofinanciado pelo Programa Interreg Espanha-Portugal 2014-2020, apoiado pela União Europeia, cofinanciado a 75% pelo FEDER, projeto 0131_FORTOURS_5_E, e conta com a colaboração de todas as juntas de freguesia e da comunidade. Disponível em: <https://100memorias.cm-castromarim.pt/site/conteudo/o-projeto>.

O Arquivo Municipal de Lisboa apela, de igual forma, à recolha de memórias: “No âmbito da sua missão e com o intuito de contribuir para a memória viva da cidade, o Arquivo Municipal de Lisboa não só guarda, trata e preserva as imagens em movimento que possui no seu acervo como também exerce uma política ativa na recolha e angariação de novos suportes fílmicos”⁶.

Em parceria com a Biblioteca Municipal de Alcântara desenvolve o projeto de recolha de testemunhos orais, “Histórias & Memórias de Alcântara”, “que tem como objetivos reconhecer e valorizar o contributo das coletividades e associações de cultura, recreio e desporto, na comunidade, compreender o associativismo popular enquanto redes de intervenção cívica e democrática e salvaguardar e valorizar a história e a cultura local, o património material e imaterial”⁷.

Durante o período de confinamento (18 de março a 2 de maio de 2020), o serviço educativo do Arquivo Municipal de Lisboa foi lançando desafios às crianças e aos jovens e a todos os cidadãos, no âmbito do primeiro festival ecovídeo de Lisboa (SILVA *et al.*, 2023).

O Arquivo Municipal de Loulé tem apostado fortemente na área educativa com rubricas como: “Vamos conhecer o arquivo municipal!”, “Vamos fazer uma árvore de família!”, “Vamos limpar um Documento!”, “Vamos pintar uma iluminura!”, “Vamos ser arquivistas!”, “Vamos descobrir marcas de água!”, “Dedo no Ar”, “A escola no arquivo” e “O Arquivo entre famílias”⁸.

Durante o confinamento ditado pela pandemia de COVID-19, foram criadas as rubricas “No Depósito do Arquivo Municipal”, “Loulé no Arquivo Nacional da Torre do Tombo” e “O Arquivo peça a peça” (SILVA *et al.*, 2023).

O Arquivo Municipal de Oliveira do Hospital, por ocasião do Dia Internacional dos Arquivos (9 de junho) de 2020, inaugurou o projeto “OHArquiva'te” com o objetivo de conservar e preservar o acervo fotográfico e documental do vasto património do concelho de Oliveira do Hospital. Define-se como “um projeto aberto a toda a comunidade, possibilitando a interação e o despertar da memória dos nossos cidadãos. A ideia é criar um espaço interativo, acessível a todos quantos o queiram visitar e onde possam contribuir, se assim o desejarem através de doação (a) ou empréstimo (b) de imagens/documentação histórica, entre outros”⁹.

O Arquivo Municipal de Loures, durante a pandemia de COVID-19, lançou o repto à população para que cedesse património fotográfico ao arquivo.

O Arquivo Municipal de Penafiel, a 8 de maio de 2020, deu início ao projeto “Registar Penafiel” com o pedido aos penafidelenses para enviar fotografias que tenham tirado de “paisagens, monumentos, cantos e recantos, festas, romarias, tradições, entre outras, referentes ao concelho”, entre os anos de 2010 e 2020. O desafio tinha assim uma dupla intenção: dar a conhecer as imagens do concelho e “enriquecer o nosso espólio fotográfico

⁶ <https://arquivomunicipal.lisboa.pt/servicos/recolha-de-memorias>

⁷ <https://arquivomunicipal.lisboa.pt/servicos/recolha-de-memorias>

⁸ <https://www.cm-loule.pt/pt/menu/1453/area-educativa.aspx>

⁹ <https://arquivomunicipaloh.wixsite.com/geral/oharquiva-te>

digital”. A iniciativa foi bem-sucedida, tendo sido produzidos 168 *posts* com as suas regras e disponibilização de fotografias enviadas (SILVA *et al.*, 2023). De tempos a tempos, lança o desafio de identificação de fotografias (lugares, monumentos e/ou pessoas).

O Arquivo Municipal de Santiago do Cacém, em 2018, iniciou o projeto “Imagens com História” cujo “objetivo é a criação de um grande álbum digital, que consubstancie a história das gentes e dos lugares do nosso município”. Para isso, pede-se a colaboração dos munícipes e das instituições, públicas e privadas, na cedência de fotografias para digitalizar para a utilização exclusiva em atividades culturais, de estudo e de investigação. A exposição “Lugares de Agora, Lugares de Outrora” foi a primeira ação pública do projeto¹⁰.

Pela análise dos projetos acima citados, verifica-se o aproximar de alguns arquivos municipais à sociedade e aos seus munícipes com pedidos, sobretudo, de cedência de imagens (fotografias ou vídeos) e a ajuda na sua identificação. Com iniciativas programadas e pensadas para envolver as populações, estes arquivos municipais vão gradualmente aceitando a participação de não profissionais na geração de conteúdos e no auxílio às descrições, ainda que de forma tímida.

Conclusões

Em 2013, Silva concluía que a maioria dos arquivos municipais portugueses não tinha presença na Internet, que existia uma baixa percentagem de IDD e de OD *online*, estávamos perante Arquivos 1.0, com fraco aproveitamento da inteligência coletiva, embora se apontasse para o importante número de arquivistas em serviços municipais.

Em 2023, pode concluir-se que a maioria dos arquivos municipais portugueses já tem presença na Internet, embora continue baixa a percentagem de IDD e OD *online*. Continua a perspetiva maioritária Arquivos 1.0, com exceções, e permanece um desaproveitamento generalizado da inteligência coletiva, pese embora o número importante de arquivistas em serviços municipais.

Referências bibliográficas

BARROS, L. M. S.

2011 *A Folksonomia como prática de classificação colaborativa para a recuperação da informação*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 2011. [Consult. 23 mar. 2023]. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/737>.
Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CAPURRO, R.

2014 Pasado, presente y futuro de la noción de información. *Logeion: Filosofia da Informação*. [Em linha] 1:1 (2014) 110-136. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logcion.2014v1n1.p110-136>.

¹⁰ <https://www.cm-santiagocacem.pt/autarquia/equipamentos-municipais/arquivo-municipal/>

FREITAS, C.; BORGES, M. M.

2017 Open Cultural Data entre a realidade e a utopia: o acesso aberto à informação nos arquivos municipais portugueses. In ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 8º, Coimbra, 2017 - *Ciência aberta. o contributo da Ciência da Informação: atas*. [Em linha]. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2017, p. 865-876. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/45734>

FREITAS, C.; BORGES, M. M.; REVEZ, J.

2017 Archives' call to Digital Humanities: a case study of Portuguese municipal archives. In TEEM 2017 - INTERNATIONAL CONFERENCE ON TECHNOLOGICAL ECOSYSTEMS FOR ENHANCING MULTICULTURALITY, 5th, Cadiz, 2017 - *Proceedings...* Ed. Juan Manuel Dodero, María Soledad Ibarra Sáiz. [Em linha]. New York: Association for Computing Machinery, 2017, p. 1-5. [Consult. 28 out. 2023]. DOI: <https://doi.org/10.1145/3144826.3145383>.

FREITAS, C.; MARINHO, V.

2014 Arquivos municipais: nótulas ao 4º inquérito nacional. In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 11º, Esposende, 2014 - *Arquivística e competitividade na administração local: ferramentas inovadoras para a gestão da informação: actas*. [Em linha]. Esposende: Câmara Municipal, 2014. [Consult. 18 fev. 2023]. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1064>

GABRIEL, G. G.

2019 *A Comunicação nos arquivos municipais: Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, 2019. [Em linha]. Lisboa, 2019. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/30437>.
Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

GEJMAN, R.

2009 An Integrated framework for information, communication and knowledge definitions. *TripleC*. [Em linha]. 7:2 (2009) 386-398. [Consult. 18 fev. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.31269/triplec.v7i2.103>.

LE COADIC, Y.-F.

1996 *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MARIZ, J.

1992 Arquivos municipais: proposta de quadro de classificação. In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 2º, Montemor-o-Novo, 1988 - *Actas*. [Em linha]. Lisboa: BAD, 1992, p. 143-154. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/124>.

MONTEIRO, C. A. B.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F.

2021 A Ilusão de uma sociedade da informação na Ciência da Informação: o termo sob a perspectiva crítica de Mattelart, Bauman e García Canclini. *Em Questão*. [Em linha]. 27:2 (2021) 294-322. [Consult. 18 fev. 2023]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/102122>.

MORIN, E.

1996 *O Método. 3. Conhecimento do conhecimento*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.

MORIN, E.

1977 *O Método. 1. A natureza da Natureza*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

PEIXOTO, A. M.

2002 Arquivos municipais: evolução e afirmação. *Cadernos BAD*. [Em linha]. 2 (2002) 96-104. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em:

<https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/869>.

PENTEADO, P.; HENRIQUES, C.

2008 A DGARQ na rota da qualificação dos arquivos municipais. In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 9º, Évora, 2008 - *Novos desafios da Gestão Documental*. [Em linha]. 2008. [Consult. 19 fev. 2023]. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/149>.

RIBEIRO, F.

1998 *O Acesso à informação nos arquivos*. [Em linha]. Porto, 1998. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/7058>.

Tese de doutoramento à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SILVA, A. M. D. da

2013 *O Uso da Internet e da Web 2.0 na difusão e acesso à informação arquivística: o caso dos arquivos municipais portugueses*. [Em linha]. Lisboa, 2013. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/12014>.

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SILVA, A. M. D. da

2014a Arquivos municipais portugueses na Web: realidade virtual? *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série, 1 (2014) 72-90. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/571/571>.

SILVA, A. M. D. da

2014b Arquivos municipais portugueses no Facebook: “Gosto!”. *Cadernos BAD*. [Em linha]. 1 (2014) 103-114. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1049/pdf>.

SILVA, A. M. D. da

2021 *O Sistema de Informação Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: perspetiva sistémica e visão holística da informação*. [Em linha]. Coimbra, 2021. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/100364>.

Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SILVA, A. M. D. da; ALVIM, L.

2016 Acesso global à informação local: arquivos municipais portugueses no Facebook. In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 12º, Castelo Branco, 2016 - *Atas* [Em linha]. 2016. Lisboa: BAD, 2016. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1568>.

SILVA, A. M. D. da; BORGES, L. C.; FREITAS, C.

2019 A Práxis da classificação nos arquivos municipais portugueses. In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 13^o, Cascais, 2019 - *Atas*. [Em linha]. Lisboa: BAD, 2019. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1976>

SILVA, A. M. D. da [et al.]

2023 O Acesso à informação dos arquivos municipais portugueses em tempos de pandemia COVID-19. In *Arquivos, democracia e justiça social*. Org. Mariana Lousada, Marcia Pazin, Paulo Elian. [Em linha]. São Paulo: ARQ-SP, 2023, p. 242-252. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Arquivos-democracia-e-justica-social_FINAL-1.pdf

TOFFLER, A.

2000 *A Terceira Vaga*. [S. l.]: Livros do Brasil, 2000.

Ana Margarida Dias da Silva | margaridadiasdasilva@gmail.com

Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras / Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC-UC), Portugal

Resumo: As mulheres, por muito tempo, estiveram em uma posição de cuidadoras do lar e educação dos filhos. Tendo como direcionamento a pesquisa, buscou-se analisar o seu papel enquanto pesquisadoras. Analisamos o seu progresso no campo arquivístico, cuja base para tal análise é o Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) durante as últimas oito edições. E para esta pesquisa nos direcionamos a entender e a verificar a representação feminina nas publicações no que se refere a autoria, coautoria e colaboração, além das principais temáticas em que elas tenham se dedicado no campo científico. Os dados foram analisados de forma quali-quantitativa, descritiva e explicativa em pontos cruciais dos dados tabulados. Desta forma, constatamos uma participação ativa, porém, ainda em processo de crescimento em comparação aos autores do sexo masculino.

Palavras-chave: Congresso Nacional de Arquivologia (CNA); Publicações científicas; Representação feminina.

Abstract: Women, for a long time, were in a position of caring for the home and raising children. Having as direction the research sought to analyze their role as researchers. We analyze its progress in the archival field, the basis for such analysis is the National Archives Congress (NCA) during the last eight editions. And for this research, we aimed at understanding and verifying the female representation in publications with regard to authorship, co-authorship and collaboration, in addition to the main themes in which they have been dedicated in the scientific field. The data were analyzed in a quali-quantitative, descriptive and explanatory way in crucial points of the tabulated data. In this way, we found an active participation, however, still in a process of growth compared to male authors.

Keywords: National Congress of Archivology (NCA); Scientific publications; Female representation.

1. Introdução

Às mulheres sempre lhes foi atribuída a vocação de trabalhos referentes à educação e cuidado do lar, papel esse que vem mudando e, com a expansão feminina em diferentes âmbitos da sociedade, essa caracterização vem deixando de existir. Em produções científicas o seu papel é cada vez mais de protagonismo e visibilidade, é possível observar essa mudança ao tempo que as mesmas passaram a ser vistas em trabalhos e principalmente em diálogos científicos.

Ao modo que as mulheres fazem a opção pela carreira de cientistas, inúmeros outros fatores precisam ser equilibrados em conjuntura a carreira, e conforme Velho:

Uma vez feita a opção pela carreira científica, a mulher se depara com o conflito da maternidade, da atenção e obrigação com a família *vis-a-vis* as exigências da vida acadêmica. Algumas sucumbem e optam pela família,

outras, pela academia, e um número decidiu combinar as duas. Sobre essas últimas, não é necessário dizer quanto têm que se desdobrar para dar conta não apenas das tarefas múltiplas, mas também para conviver com a consciência duplamente culposa: por não se dedicar mais aos filhos e por não ser tão produtivo quanto se esperaria (ou gostaria) (VELHO, 2006:xv).

Portanto, este trabalho visa analisar a participação feminina nos trabalhos apresentados no Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), e para isso a delimitação da fonte está datada de 2004 a 2018, período dos últimos congressos realizados. Nesse sentido, a coleta dos dados foi realizada por meio dos *Anais* publicados de cada evento.

A partir dessa análise é possível apresentar o perfil das autoras e o papel em que foram enquadradas em cada artigo, bem como identificar o papel empregado em questão de autoria e coautoria, baseado na participação feminina. Desta maneira, esse trabalho irá proporcionar uma percepção de como a participação feminina vem sendo apresentada no maior evento de Arquivologia do Brasil.

2. Metodologia

O estudo assumiu uma abordagem quali-quantitativa, que objetivou um estudo de natureza descritiva e explicativa ao modo que se “tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (GIL, 2017:26). Também seguiu um objetivo explicativo; após a coleta dos dados, foi apresentada a compreensão do panorama da participação feminina nas publicações científicas no CNA.

E para tanto, foram realizado os seguintes passos: planejamento da pesquisa no qual o objetivo era analisar a amostra, mais precisamente a participação feminina em produções científicas de 2004 a 2018; foram selecionados os artigos a partir dos *Anais* dos congressos publicados em *sites* do evento; foi feita a tabulação e análise dos dados coletados de forma quantificável e qualificável com uso de tabelas e gráficos e assim apontar como se encontra a participação feminina no congresso através da autoria e coautoria nas publicações, quantidade de trabalhos em que elas participam, assim como foram identificados a edição em que se teve alta participação feminina nos eventos; e por fim identificar áreas temáticas em que as mulheres mais se interessam em publicar.

3. Uma observação da contextualização feminina na sociedade e ciência

Os movimentos feministas, que iniciaram no século XIX e conduziram sua luta até os dias de hoje, de certo modo ressignificam o papel da mulher em diversas áreas da sociedade e ciência. Percebe-se que a partir desses movimentos, a percepção acerca da realidade feminina foi moldada, e desde então, mudanças foram acontecendo, resultando em impactos positivos perante a luta feminina.

O feminismo contemporâneo consistiu em questionar de modo geral o porquê da falta de representação feminina na política, assim como o papel da mulher como subordinada, seja em casa ou no trabalho, atrelando sua existência apenas ao fator reprodutivo. Simone de

Beauvoir em seu livro *O Segundo Sexo* (1967) já questionava a diferenciação entre sexo e gênero, e resultou no esclarecimento de que: o sexo é determinante apenas biológico, como pode-se observar:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que se qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro (BEAUVOIR, 1967:9).

Foi na segunda onda feminista, com início na década de 50 até os anos 90, que a igualdade entre homens e mulheres começou a entrar em pauta e as discussões focavam principalmente na “igualdade na diferença”, já que as integrantes da luta viam o termo “diferença” como algo positivo, pois não precisavam necessariamente levantar uma bandeira em prol de serem respeitadas como um homem, mas sim por serem mulheres de fato, e que sim, o feminino pode contribuir positivamente para a sociedade e seus diversos âmbitos.

Diante disso, no que concerne ao cenário educacional, houve um aumento considerável da participação feminina, e é possível notar de acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que desde 1991 a maior parte dos indivíduos inscritos em vestibulares eram mulheres, assim como a grande maioria dos ingressantes e concluintes. Em 1998, os candidatas inscritos em curso de graduação no Brasil apresentavam um total de 2.895.176, sendo do sexo feminino um número interessante de 1.647.187 (56,9%), em alusão dos números masculinos que obtinham um total de 1.247.985 (43,1%). Já no ano de 2005 era um total de 5.060.956 inscritos ao todo, sendo de mulheres 2.806.913 inscritas (55,5%) e de homens 2.254.043 (44,5%), sendo possível perceber uma pequena redução na porcentagem feminina mas que continua sendo a maioria em relação aos homens.

Verifica-se também que os números em relação às mulheres matriculadas e concluintes dos cursos de graduação nesse mesmo período mostram certa superioridade em alusão ao sexo masculino, já que no ano de 1991 as mulheres eram representadas por uma porcentagem de 53,3%, a qual aumentou em 2005 para 55,9%, enquanto os homens representavam 46,7%, reduzindo para 44,1% no que se refere a matrícula. Sendo assim, 59,9% das estudantes do sexo feminino finalizaram seus cursos de graduação enquanto os concluintes masculinos representam um total de 40,1%, em 1991, e em 2005 a porcentagem feminina destaca-se pelos seus 62,2% enquanto os homens são refletidos apenas por 37,8%, onde é possível analisar uma redução no seu quantitativo de concluintes.

Porém, ainda sim é notória a falta de representatividade feminina em espaços de liderança e confiabilidade, justamente por o Brasil ainda beber de uma fonte discriminatória de gênero. Por isso, muitas mulheres ainda são excluídas da produção de conhecimento e mesmo que haja um número significativo de mulheres nas universidades brasileiras e na ciência, essa participação vem acontecendo de modo dicotomizado. Em áreas como Psicologia, Linguística, Nutrição, Serviço Social, Fonoaudiologia, Economia Doméstica e Enfermagem, pode-se notar uma grande participação feminina; entretanto, nas áreas da Geociência, Matemática, Engenharias, Ciência da Computação, Economia e Física, o indício da participação de mulheres é bem reduzido.

Diante do exposto, acerca dos movimentos feministas e seus resultados, nota-se, principalmente, o aumento significativo da participação feminina na ciência, porém ainda existe um longo caminho a ser percorrido, visto que ainda pode-se perceber a hegemonia masculina não só em determinadas áreas científicas como também na sociedade em si. A exclusão histórica das mulheres na ciência faz com que cada vez mais a luta feminista seja amplamente abordada e praticada, para que haja uma mudança estrutural e que esse erro histórico seja devidamente reparado.

4. Apresentação dos dados

Com base nos dados referenciais desta pesquisa, o artigo continuará a apresentar o Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) de modo geral, direcionando para a apresentação da representação feminina nas publicações encontradas no período de 2004 a 2018.

Para isso, na tabela 1 identificamos as edições, temas e o total de trabalhos apresentados em cada edição do evento, que foram coletados nos *Anais* disponíveis na Internet e no *site* das associações de arquivistas dos estados brasileiros.

Tabela 1 – TEMAS DO CNA

EDIÇÃO	ANO	TEMA	TOTAL
I	2004	Os Arquivos do século XXI: políticas e práticas de acesso às informações	75
II	2006	Os Desafios do arquivista na Sociedade do Conhecimento	30
III	2008	Arquivologia e suas múltiplas interfaces	38
IV	2010	A Gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação	90
V	2012	Arquivologia e Internet: conexões para o futuro	117
VI	2014	Arquivologia, sustentabilidade e inovação	86
VII	2016	Da Interdisciplinaridade à Interoperabilidade	69
VIII	2018	Ética, responsabilidade social e políticas de acessibilidade para Arquivologia	69

Fonte: Rodrigues e Azevedo (2020).

Conforme a tabela 1, o CNA está em sua oitava edição até o momento e dentro das quais trabalhou diferentes temas que proporcionaram discussões e preocupações emergentes de acordo com o período de cada evento. E verificando os temas retratados em cada edição do CNA, em um período de 2004 a 2018, tem-se uma visão das preocupações e principalmente dos avanços em relação à tecnologia no âmbito arquivístico.

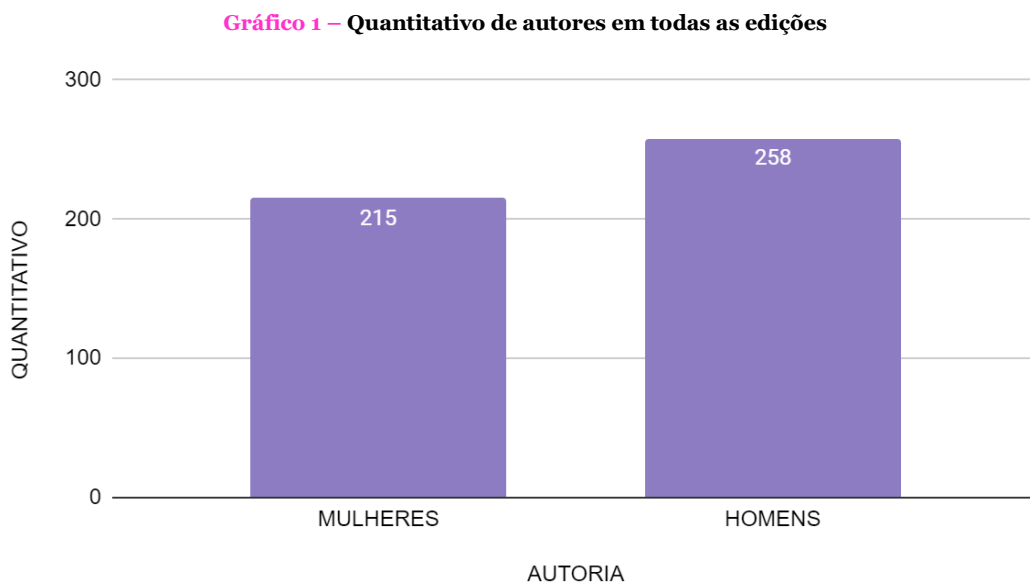
Nas oito edições do evento, há um total de 574 trabalhos, sendo destaque a 5ª edição com 117 trabalhos apresentados, que contou como tema *Arquivologia e Internet: conexões para*

o futuro. Segue-se a 4ª edição com 90 trabalhos que teve como tema *A Gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação*. Salienta-se a proposição com o tema em tecnologia da informação e comunicação, que tem sido um dos principais movimentos neste século. E contudo, surge a necessidade de entender como as mulheres estão sendo apresentadas nessas publicações, e para isso foram verificadas características interessantes acerca das publicações e como elas estão sendo representadas de fato.

4.1. Uma análise sobre a representação feminina nas publicações do CNA

- **Um olhar sobre a autoria feminina e masculina**

Neste ponto estaremos analisando como está sendo apresentado no que se refere a autoria, coautoria e a participação feminina em trabalhos em que elas colaboram com autores masculinos. No gráfico 1 apresentamos de forma individual os autores, identificando o quantitativo de autores masculinos e femininos nas 8 edições.



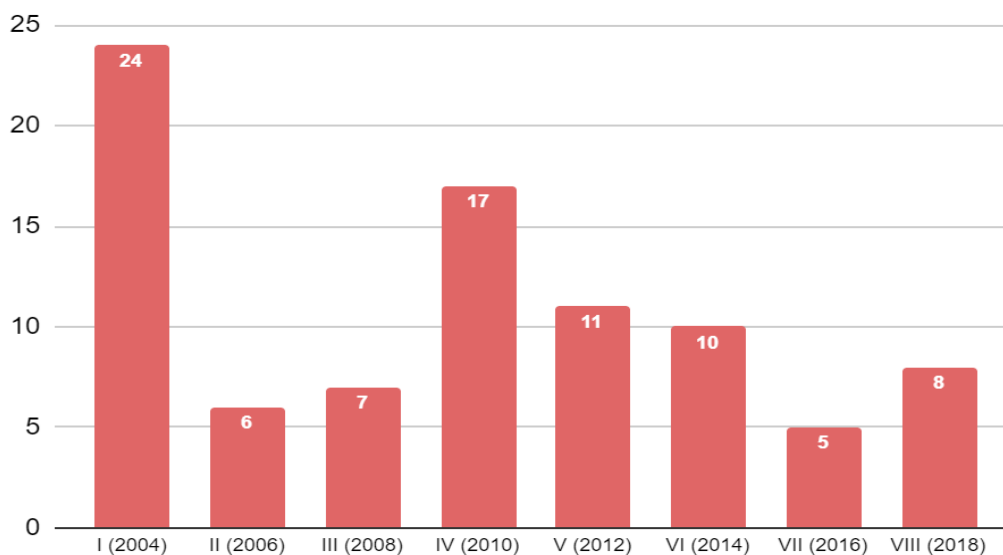
Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o gráfico 1, identificamos um total de 473 autores em todas as edições, esse total foi calculado de forma individual e excluindo repetições, onde cada autor ganha um ponto dentro da análise. Com isso se tem um total de 215 mulheres que representam 45% dos autores totais, os autores masculinos aparecem com 258 autores, uma diferença de 43 autores em comparação às mulheres, e onde eles representam 55% de autores totais. Nos tópicos seguintes é apresentado como as mulheres estão inseridas dentro desse quantitativo, analisando a sua representação dentro dos resultados obtidos.

- **Análise das publicações femininas**

Neste ponto faremos a análise da autoria e coautoria no quesito colaboração e analisaremos também trabalhos em que a colaboração é realizada somente por mulheres. No gráfico 2 analisamos o total de trabalhos por edição em que as mulheres publicaram como autoras únicas.

Gráfico 2 – Autoria feminina

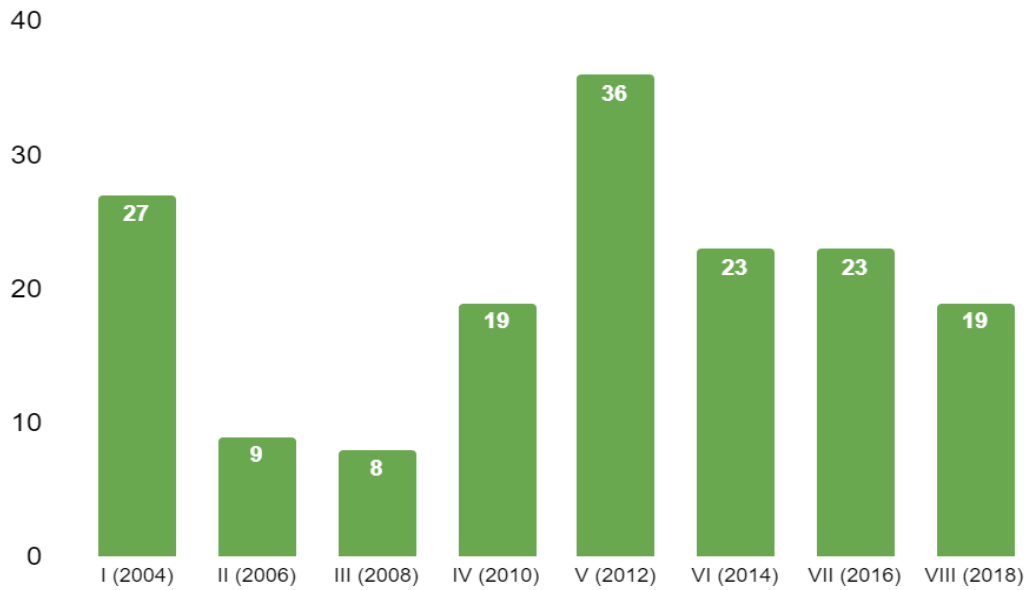


Fonte: Dados da pesquisa.

Ao realizar uma análise mais detalhada do gráfico 2, a representação feminina já começa bastante significativa logo no I CNA (2004) o que reverbera outras afirmações acerca do papel crucial de pesquisadoras que contribuíram e contribuem para a Arquivologia como um todo. De acordo com Lima e Pedrazzi (2015) ao fazer um levantamento dos egressos no curso de arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), constatou-se que 73% dos egressos eram constituídos por pessoas do sexo feminino.

Nas duas edições seguintes II (2006) e III (2008) CNA, tem-se um hiato no que consiste a mulheres publicando como autoria única, esta pesquisa não tem como foco aprofundar as discussões para explicar de fato as causas de tal efeito. As edições seguintes do CNA revelam um aumento de mulheres como autoras e colaborando entre si, demonstrando sua representação no que concerne à atividade científica.

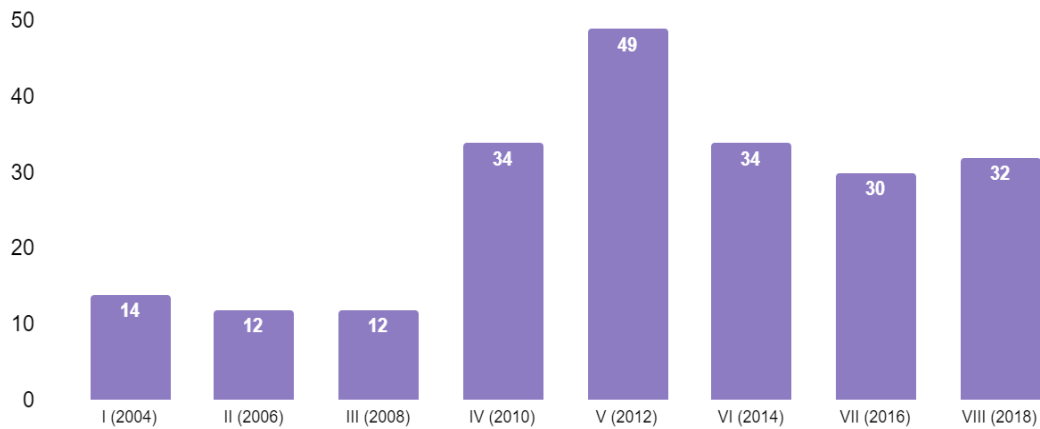
Gráfico 3 – Colaboração totalmente feminina



Fonte: Dados da pesquisa.

Neste gráfico temos uma visão sobre como as mulheres estão sendo apresentadas em colaborações científicas; nos dados obtidos temos um quantitativo exponencial que demonstra um aumento significativo a partir dos anos de 2010 a 2018. Em 2004, temos um quantitativo importante demonstrando a sua representação dentro da área arquivística. Destacamos o ano de 2012, tendo um quantitativo bem fora da curva se comparado aos anos anteriores e posteriores, no congresso deste ano analisamos que as suas publicações foram pautadas no ambiente digital, que eram as pautas do CNA e recebeu como tema *Arquivologia e Internet: conexões para o futuro*.

Gráfico 4 – Mulheres colaborando em trabalhos com Homens



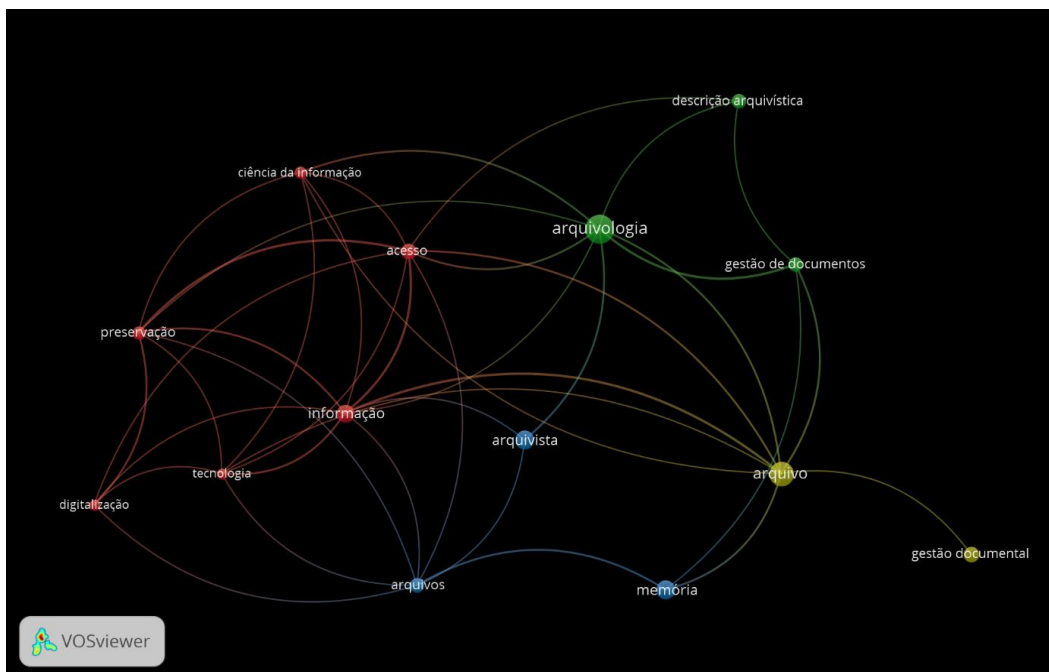
Fonte: Dados da pesquisa.

Neste cenário de colaboração foram analisadas elas como autoras e coautoras e, para que fizesse sentido, observou-se que essas colaborações ocorreram de forma parcial nos primeiros eventos, visualizando que de 2004 a 2008 ficaram estáveis e nos anos seguintes passaram a ser mais evidenciadas e em crescimento exponencial, destacando o ano de 2012 por ser o ano em que o evento mais recebeu produções científicas.

4.2. Análise sobre as temáticas mais publicadas pelas mulheres

Para este ponto de análise, levamos em consideração os trabalhos de autoria única, colaborações totalmente femininas e as colaborações com autores masculinos. As temáticas tiveram como base uma análise métrica através da ferramenta Vosviewer.

Gráfico 5 – Co-ocorrência de palavras-chave



Fonte: Dados da pesquisa.

Analisamos quatro *clusters*, no destaque da pesquisa foram observados os conjuntos com mais ocorrências. Abaixo foram descritas cada conjunto para melhor discussão.

Cluster 1 (vermelho): acesso; ciência da informação; digitalização; informação preservação; tecnologia

Cluster 2 (verde): arquivologia; descrição arquivística; gestão de documentos

Cluster 3 (azul): arquivista; arquivos; memória

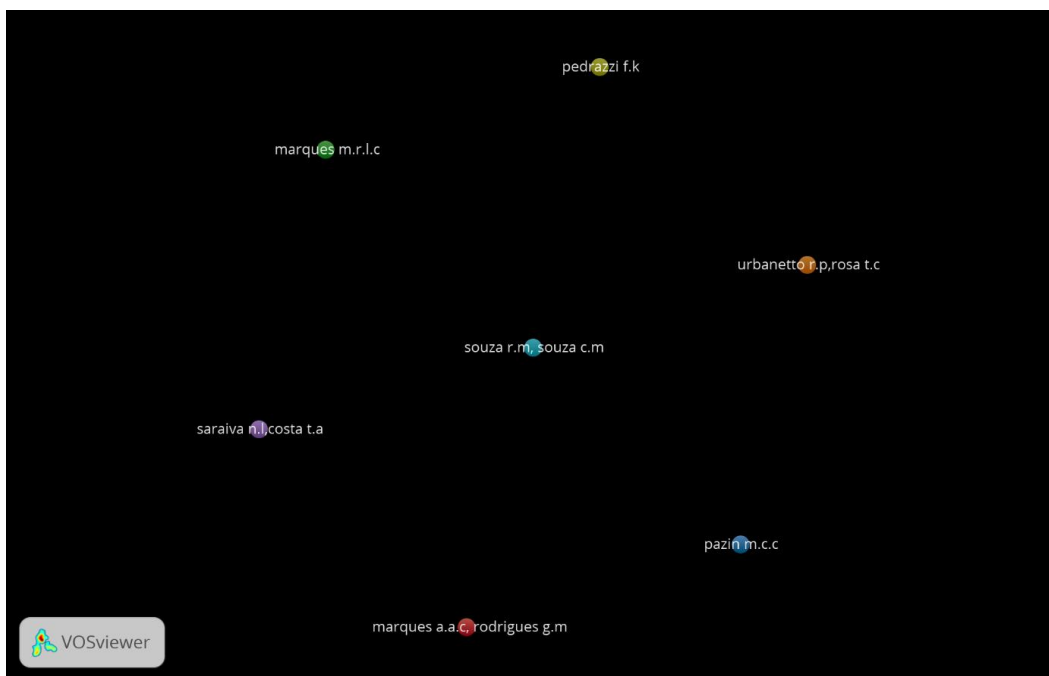
Cluster 4 (amarelo): arquivo; gestão documental

Os destaques dos *clusters* demonstram preocupações interessantes e necessárias, se tratando de um recorte de 2004 a 2018 damos destaque a tecnologia como pauta presente

nas publicações perpassando pela memória, gestão de documentos e descrição propriamente arquivística. De acordo com Rondinelli (2002) durante o século XXI surgem iniciativas institucionais e acadêmicas, dentro do Brasil, obviamente que são discussões em todo o mundo acerca de como utilizar de forma efetiva as tecnologias e as ferramentas para atividades cotidianas do profissional e, nesse sentido, estão inseridas nesse processo 'gestão de documentos', 'preservação da informação' em todos os suportes, bem como o 'acesso' e a 'memória'.

Todas as temáticas apresentadas pelas produções das mulheres em sua totalidade apresentam preocupações eminentes e necessárias dentro do contexto do Brasil.

Gráfico 6 – Evidência das Autoras com mais publicações



Fonte: Dados da pesquisa.

As produções científicas apresentadas e tabuladas para esta pesquisa evidenciam cerca de 10 autoras; nesse sentido, estamos levando em consideração o quantitativo de trabalhos. Com os destaques no gráfico acima, evidenciamos na tabela 2 as autoras e o quantitativo de produção, salientando-se que suas contribuições aparecem com maior ocorrência dentro do conjunto analisado.

Dentro do conjunto, observou-se que as autoras listadas aparecem como autoras em produções únicas, bem como colaborações totalmente femininas e com outros autores do sexo masculino apresentando-se como coautoras e autoras respectivamente.

Tabela 2 – Autoras

Autoras evidenciadas	Produções
Angelica Alves da Cunha Marques	Mais de 2
Maria Raquel Lisboa Costa Marques	Mais de 2
Marcia Cristina de Carvalho Pazin	Mais de 2
Fernanda Kieling Pedrazzi	Mais de 2
Natália de Lima Saraiva	Mais de 2
Rosale de Mattos Souza	Mais de 2
Rosanara Pacheco Urbanetto	Mais de 2
Clarice Muhlethaler de Souza	Mais de 2
Thiara de Almeida Costa	Mais de 2
Georgete Medleg Rodrigues	Mais de 2

Fonte: Dados da pesquisa.

5. Considerações finais

A presente pesquisa teve como principal direcionamento e objetivo analisar a representação feminina no maior evento de arquivologia do Brasil, o CNA. Para isso, levantamos dados do quantitativo no que concerne à autoria, coautoria e colaboração das mulheres nas publicações das 8 edições do evento, a fim de observar os dados levantados, interpretá-los e relacionarmos com a trajetória social da mulher e o início da expressão de sua participação na ciência.

Gênero é uma construção social, e no que diz respeito às mulheres, a elas foram condicionados papéis de gêneros relacionados à performance de feminilidade, adesão a uma maternidade compulsória, a cuidados domésticos e submissão ao homem. É verdade que ao longo dos anos é influenciada pelas ondas dos movimentos feministas; essa é uma realidade que vem sendo modificada com o tempo, todavia, são claras as consequências do apagamento feminino no que concerne sua participação na ciência e atuação em posições de liderança. Comparada aos homens, a trajetória da mulher enquanto cientista, chefe, líder e pesquisadora é bem menos expressiva no contexto mundial e podemos relacionar essa constatação aos vários obstáculos sociais que a mulher encontra ao decidir pela carreira acadêmica, profissional e científica.

À luz desse pensamento, trazemos um resumo dos dados obtidos e sua relação com a fundamentação teórica. As oitos edições do CNA contabilizam 574 trabalhos produzidos por 473 autores dos quais 215 (45%) são mulheres e 258 (55%) são homens. O CNA é o maior e mais importante evento de Arquivologia do Brasil, portanto, consolida-se como um relevante termômetro para a averiguação e análise da progressão editorial da área de Arquivologia. Apesar da diferença não ser muito discrepante, mulheres ainda são minorias nas participações das produções das publicações comparadas aos homens.

Contudo, apesar desse fato, os dados referentes a progressão da participação das mulheres são otimistas, pois apresentam que no decorrer das edições, sobretudo a partir da III edição, as mulheres manifestaram uma maior participação no quesito autoria e colaboração entre si.

Para a pesquisa, foi utilizada a ferramenta VOSviewer para verificar a co-ocorrência das palavras-chave a fim de verificar que temáticas demonstraram maior predominância nos trabalhos onde há a participação feminina, sendo constatado que, acesso, ciência da informação, digitalização, informação, preservação, tecnologia, arquivologia, descrição arquivística, gestão de documentos, arquivista, arquivos, memória, arquivo e gestão documental, não necessariamente nessa ordem, são as temáticas que demonstraram estar no radar das autoras que participaram do CNA nas últimas oito edições.

É interessante pontuar que, a Arquivologia é uma área que atravessa uma mudança de seus paradigmas em função das mudanças do suporte dos documentos e do aparecimento da informação arquivística como um novo objeto de estudo da área e que, atrelado a esta mudança, é positivo o fato de que, no que diz respeito às temáticas mais abordadas pelas mulheres (acesso, ciência da informação, digitalização, informação, preservação e tecnologia) as mesmas têm colaborado com contribuições relevantes e atuais de acordo com as preocupações da área.

Com base na análise do CNA durante suas oito edições, buscamos entender e examinar a representação feminina nas publicações no que se refere à autoria, coautoria e colaboração, mediante dados que pudessem responder à percepção de como a participação feminina vem sendo apresentada no maior evento de Arquivologia do Brasil, identificando suas principais áreas de interesse para publicação.

Embora seja pequena a diferença apresentada no quantitativo de autores em todas as edições, vale observar que o curso de Arquivologia é majoritariamente mais frequentado por mulheres, logo o resultado esperado era que a participação feminina fosse um pouco maior em relação aos homens. Quando falamos da participação de autoria somente feminina, o evento com maior expressividade é o primeiro CNA(2004). No que se refere a colaboração totalmente feminina, sobressai o evento do ano 2012 e em seguida os eventos ocorridos nos anos de 2004, 2014 e 2016. Por último, nos trabalhos que mostram mulheres colaborando em trabalhos com homens, logo nas primeiras edições a participação feminina ocorre de forma tímida, aos poucos vemos um perceptível crescimento a partir do IV evento do CNA(2010).

Como resultado destacamos uma participação bastante significativa em processo de expansão quando comparada com a participação masculina, sendo sua maior preocupação temáticas importantes no contexto brasileiro. Tratando-se de um recorte de 2004 a 2018, os temas de maior ocorrência são memória, gestão de documentos, descrição arquivística e a tecnologia sendo a pauta mais presente nas publicações.

Referências bibliográficas

GIL, A. C.

2017 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, E. dos S.; PEDRAZZI, F. K.

2015 O Perfil do profissional arquivista formado pela Universidade Federal de Santa Maria. *PontodeAcesso*, [Em linha]. 9:1 (2015) 64-90. [Consult. 7 fev. 2023]. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8371>.

RISTOFF, D. [et al.]

2007 *A Mulher na educação superior brasileira: 1991-2005*. [Em linha]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. [Consult. 28 jan. 2023]. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_da_educacao_superior/a_mulher_na_educacao_superior_brasileira_1991_2005.pdf.

RODRIGUES, G. S.; AZEVEDO, R. A.

2020 A Memória científica em Arquivologia: um mapeamento cientométrico do CNA. In *Simpósio Internacional de Arquivos*. [Em linha]. 2020. [Consult. 28 jan. 2023]. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/>.

RONDINELLI, R. C.

2002 *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

TAVARES, R. F.; GOMES, P. R.

2017 Delimitação do perfil do arquivista no mercado laboral: o caso da força aérea brasileira. *Archeion Online*. [Em linha]. 5 (2017) 138-156. [Consult. 20 set. 2021]. DOI: [10.22478/ufpb.2318-6186.2017v5n4.36261](https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-6186.2017v5n4.36261).

VELHO, L.

2006 Prefácio. In *Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Org. L. W. Santos, E. Y. Ichikawa, D. F. Cargano. Londrina: IAPAR, 2006, p. xiii-xviii.

Glenda Silva Rodrigues | glenda.rodrigues@ufam.edu.br

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

Beatriz Barroso Casagrande | beacasagrande00@gmail.com

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

Eduarda de Oliveira Braga | eduardabragao73@gmail.com

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

Luciana Oliveira dos Santos | luciana.lods90@gmail.com

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

MARKETING E COMUNICAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: da teoria aos estudos aplicados (2015-2021) no contexto informacional digital

MARKETING AND COMMUNICATION IN UNIVERSITY LIBRARIES: from theory to applied studies (2015-2021) in the digital informational context

Liliana Isabel Esteves Gomes | Viviana Fernández Marcial

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a8>

Resumo: Este artigo tem como objetivos identificar a produção científica relativa a *Marketing* e Comunicação em bibliotecas universitárias e analisar o foco dos estudos aplicados. A metodologia qualitativa compreende a abordagem exploratória mediante revisão da literatura. Dos resultados obtidos destaca-se: a divulgação e promoção crescente dos serviços das bibliotecas universitárias através de ferramentas disponibilizadas pela Web 2.0; a utilização frequente de redes sociais como meio de Comunicação; a contradição entre os princípios do *marketing*, que enfatizam a importância do cliente no centro das decisões sobre as estratégias promocionais, e a prática das bibliotecas que colocam nesse centro os gestores de serviços e os profissionais da informação. Conclui-se que o foco dos estudos aplicados se concentra na perspectiva dos profissionais da informação ou das instituições. Considera-se premente uma mudança nas estratégias de *Marketing* e Comunicação adotadas pelas bibliotecas universitárias e destaca-se como fundamental a identificação das necessidades reais e do perfil informacional do cliente, bem como a avaliação periódica dos resultados das estratégias de *Marketing* e Comunicação implementadas.

Palavras-chave: Bibliotecas Universitárias; *Marketing* e Comunicação; Redes sociais; Serviços de informação.

Abstract: This article aims to identify scientific production related to Marketing and Communication in university libraries and to analyse the focus of applied studies. The qualitative methodology adopted comprises an exploratory approach through the literature review. From the results obtained we highlight: the gradual dissemination and promotion of the university library services through tools provided by Web 2.0; the growing use of social networks as means of communication; the contradiction between Marketing principles, which emphasise the importance of the customer at the centre of decisions on promotional strategies, and library practice, which places service managers and information professionals at the centre. All in all, the focus of applied studies is on the perspective of information professionals or institutions. A change in the Marketing and Communication strategies adopted by university libraries is considered urgent and it is essential to identify the real needs and information profile of the client, as well as to periodically evaluate the results of the Marketing and Communication strategies implemented.

Keywords: University Libraries; Marketing and Communication; Social networks; Information services.

1. Introdução

A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), principal órgão internacional que representa os interesses das bibliotecas e seus serviços, dos seus utilizadores e profissionais criou, em 1997, a secção *Management and Marketing* (INTERNATIONAL..., 2019). Esta secção, atribuí desde 2003 o *IFLA International Marketing Award*, cuja finalidade passa por reconhecer e premiar bibliotecas que implementem os melhores projetos ou campanhas criativas de marketing. “Este premio busca no solo reconocer las mejores campañas de marketing a nivel mundial, sino también

inspirar a las bibliotecas con ideas para mejorar sus propias prácticas de marketing” (INTERNATIONAL..., 2022). Desde 2019, “the IFLA Section on Management and Marketing has partnered with PressReader for the IFLA PressReader International Marketing Award” (INTERNATIONAL..., 2022).

Em 2022, Yarra Libraries (Austrália) venceu o supramencionado prêmio com a campanha “We’re ready for the next chapter. Help us write it”, uma mistura inteligente de digital e impresso, divulgação não tradicional, bem como participação efetiva dos utilizadores. As bibliotecas da Monash University (Austrália) e da Penn State University (Estados Unidos da América) partilharam, em 2021, o primeiro lugar deste prêmio, com a iniciativa “Great Rare Books Bake Off”, um concurso que envolveu as respetivas comunidades. Durante a pandemia, os participantes cozinham receitas destacadas das respetivas coleções e publicaram o resultado, mediante fotos ou vídeos, nas redes sociais (INTERNATIONAL..., 2022). Em 2020, a Foshan Library (China) venceu o referido prêmio, com o projeto “N-Library: To Forge a Closer Community of Shared Future”, que visou ajudar famílias a construir bibliotecas em casa, com os livros e recursos de bibliotecas públicas. Com o auxílio da tecnologia, as 818 N-Bibliotecas (Neighborhood Library), funcionam como minibibliotecas públicas, atendendo parentes e amigos, vizinhos, pessoas com deficiência e idosos (INTERNATIONAL..., 2022).

Nos últimos anos (2003-2019), foram diversos os projetos e instituições premiadas, o que evidencia a importância atribuída pela IFLA a projetos e campanhas de *marketing* criativas e orientadas para os resultados (INTERNATIONAL..., 2022). Contudo, a revisão da literatura indica que o *marketing* em bibliotecas não é uma temática que tenha registado crescimento, centrando-se maioritariamente os estudos em bibliotecas universitárias e, em menor número, em bibliotecas públicas. “Library marketing research is yet to emerge as a popular research area in library and information science. The USA dominates” (...) e “the use of social media has emerged as an alternative to traditional library marketing techniques” (GUPTA, GUPTA e GUPTA, 2019).

No âmbito desta temática, por um lado são diversos os estudos teóricos que se centram na revisão sistemática de literatura, contudo identifica-se a ausência de uma análise dos estudos aplicados em bibliotecas universitárias que permita ter uma visão diacrónica acerca das suas tendências e perspetivas. Por outro lado, no atual contexto informacional digital, verifica-se que as bibliotecas universitárias comunicam e promovem os seus serviços, de modo crescente, através das ferramentas disponibilizadas pela Web 2.0.

Este artigo tem como objetivos identificar produção científica relativa a *Marketing* e Comunicação em bibliotecas universitárias e analisar o foco dos estudos aplicados no âmbito da referida temática.

2. Metodologia

A metodologia qualitativa utilizada compreendeu a revisão da literatura, “(...) that uses systematic and explicit methods to identify, select, and critically appraise relevant research, and to collect and analyze data from the studies that are included in the review” (MOHER *et al.*, 2009:1). Para tal, foi essencial a identificação, análise e seleção da produção científica sobre a temática em estudo, na área científica da Ciência da Informação (CI).

Como estratégias, optou-se pela pesquisa inicial no EBSCO Discovery Service. A pesquisa avançada foi concretizada na base de dados especializada Library & Information Science Source. Com recurso a operadores booleanos, foram conjugados os termos: “Marketing” AND “Bibliotecas universitárias” OR “académicas”; “Comunicação” AND “Bibliotecas universitárias” OR “académicas”. Termos relacionados identificados na sequência da pesquisa foram igualmente explorados, como “Library promotion”, “Library communication” ou “Social media marketing”. A pesquisa foi realizada em português, espanhol e inglês, nos campos título e assunto.

As revisões da literatura oferecem múltiplas oportunidades para envolvimento e interação com a teoria (BOOTH, SUTTON e PAPAIOANNOU, 2016). Nesta pesquisa, de modo a cartografar-se o foco dos estudos aplicados, o principal critério de seleção foi identificar estudos recentes (2015-2021) que relatam práticas de bibliotecas universitárias, pelo que a seleção dos documentos foi orientada apenas por esta finalidade. Usando palavras-chave e filtros apropriados, foram selecionados artigos para análise, no limite cronológico acima identificado. Seguidamente, concretizou-se uma análise crítica e reflexiva da literatura científica, a discussão de teorias e estudos aplicados, para o enriquecimento do campo de investigação proposto.

3. Resultados e discussão

3.1. Visões e perspetivas da produção científica

O *marketing* está em constante evolução e mudança, pelo que são diversas as definições do termo, do seu conteúdo, da sua função e finalidade. Não sendo objetivo deste artigo analisá-las, é incontornável a referência a autores como Philip Kotler, Kevin Lane Keller, William Stanton ou Miguel Santesmases.

Para Kotler (2000), *marketing* é um processo social que combina análise, desenho, implementação e controlo, abrangendo bens, serviços e ideias, com base no conceito de troca e visando gerar satisfação para as partes envolvidas. A American Marketing Association define *marketing* como “the activity, set of institutions, and processes for creating, communicating, delivering, and exchanging offerings that have value for customers, clients, partners, and society at large” (AMERICAN..., 2017).

Kotler, Setiawan e Kartajaya (2021:3-5) traçam a evolução do *marketing*: “product-driven marketing (1.0) to customer-oriented marketing (2.0) to human-centric marketing (3.0)” passando pelo “the technology-empowerment of Marketing 4.0” até ao atual Marketing 5.0, que definem como “the application of human-mimicking technologies to create, communicate, deliver, and enhance value across the customer journey” (p. 6).

As características particulares dos serviços de informação (SI) (GOMES e FERNÁNDEZ MARCIAL, 2019) conduzem a uma conceção e implementação do *marketing* que é, muitas vezes, substancialmente diferente da sua aplicação aos produtos tangíveis (LINDON *et al.*, 2004). O “*marketing* de serviços” começou por ser aceite devido à aplicação do *marketing* a empresas. Apesar de ter a sua origem na ligação à esfera lucrativa, desde 1969 Kotler e Levy consideraram a viabilidade que trariam as suas técnicas para as organizações sem fins lucrativos.

Considerando o conceito de *marketing*, a ideologia ou filosofia (NIKTA, 2019) que visa o controlo eficaz e eficiente das trocas, o ganho das organizações sem fins lucrativos reside não só no desenvolvimento dos serviços prestados, a fim de corresponder às necessidades dos consumidores, como também numa oportunidade de diferenciação em relação aos seus pares/concorrentes, ganhando assim um papel proeminente na sua área de atividade (GAROUFALLOU *et al.*, 2013).

O *marketing* no contexto biblioteconómico aplica-se como em qualquer outra organização. “Marketing supports the reaching of organizational goals by focusing on the identification and satisfaction of customer needs, thus it can also contribute considerably in achieving the objectives of non-profit organizations such as libraries” (GAROUFALLOU *et al.*, 2013:312). Na prática, o *marketing* promove a ligação entre as necessidades dos clientes / utilizadores e os serviços da biblioteca, pelo que é um “fenómeno social de nuestro tiempo y un elemento esencial de cualquier organización, al que los servicios bibliotecarios no pueden vivir de forma aislada como generadores, transmisores y distribuidores de un producto como la información” (MAÑAS MORENO, 1999:74).

Amaral (2008:61) explica que a interdisciplinaridade da CI está diretamente relacionada com o campo da Gestão e, sendo o *marketing* “uma abordagem do processo gerencial, seu estudo está, conseqüentemente, relacionado com a Ciência da Informação, no que diz respeito à gestão da informação e do conhecimento”.

Marketing digital em SI, como os arquivos, as bibliotecas, os centros de documentação ou os museus, é hoje uma temática relevante para os profissionais da área da CI, “the library profession needs librarians with marketing expertise” (CANZONERI, 2015:91), no contexto informacional digital em que se multiplicam as possibilidades de comunicação e interação para aproximação entre os serviços e o seu público-alvo, “em prol do desenvolvimento de comunidades” (GIROTO e FORMENTINI, 2017).

O *marketing* em bibliotecas surge muito antes da sua formulação na American Library Association Conference - 1896, onde Lutie Stearns abordou a publicidade nas bibliotecas. De acordo com Fernández Marcial (2004:4) é certo que “el camino recorrido por el Marketing bibliotecario há sido irregular y no precisamente afortunado. (...) Como dato significativo valga indicar que no hasta el año 2003 que se reconoce por una institución de peso la importancia de éste”.

Diversos manuais (YI, 2018; MON e KOONTZ, 2021) sobre o *marketing* em SI indicam a conceção e o desenvolvimento de um planeamento estratégico de *marketing*: “Libraries must develop a strategic planning process before developing a strategic marketing plan that they will rely on to plan and achieve their strategic goals” (NIKTA, 2019:193).

A implementação de ações de dinamização e fidelização de utilizadores, o recurso a estratégias para melhorar a visibilidade dos serviços, presenciais e digitais, são já uma realidade nas bibliotecas e para muitos profissionais da CI (AMARAL, 2008; GIROTO e FORMENTINI, 2017). Na era digital, “a well-planned marketing strategy exploiting social media and Web 2.0 technologies will be valuable to an information organization and ensure the success of marketing services and resources (...)” (YI, 2018:114).

No que respeita à Comunicação de *Marketing* (CASTRO, 2007) ou à Comunicação Integrada de *Marketing* (KOTLER e KELLER, 2013), são diversos os exemplos que nos chegam de boas práticas em SI. A existência de um Plano de *Marketing* e Comunicação ou

de um Plano de Comunicação é usual em bibliotecas universitárias (GALLO-ROLANÍA, 2008; HAUGH, 2021).

As bibliotecas, no geral, e as universitárias em particular, necessitam de estratégias de *marketing* para se tornarem visíveis dentro e fora da sua organização, para demonstrarem o seu valor para a sociedade, pelo que é fundamental que “asuman una cultura de marketing (...) y se asignen los recursos materiales necesarios para llevar a cabo campañas de marketing (...) y recursos humanos dinámicos, creativos y en número suficiente” (GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ-VILLAVICENCIO, 2015:23).

Ramos Simón (1995) e López Yepes (1996) designam o processo de interação das bibliotecas com o mercado de “*marketing* informativo” e de “*marketing* documental”, respetivamente. Para Fernández Marcial (2015:64) na sua essência, “el marketing de la información tiene como fin crear servicios y productos útiles y beneficiosos para sus usuarios”.

Por sua vez, Amaral (2008:34) usa, também, a denominação “*marketing* da informação”, isto é, o que “enfaziza a importância do usuário como cliente consumidor de informação e a adequação da oferta de produtos e serviços de informação aos interesses e necessidades desses usuários”. Esta perspetiva é cada vez mais premente, por exemplo, no que respeita ao crescente uso de redes sociais em bibliotecas (ADRIÀ-CAMARASA e GIMÉNEZ-CHORNET, 2019). Todavía, já “no se trata de saber únicamente si las bibliotecas los están usando o con qué fines o diferentes formas los utilizan (...), nos falta saber si el uso que se está haciendo de estos medios (...) es estratégico para conseguir los objetivos de la organización y contribuir a la misión de la biblioteca en la sociedad” (GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ-VILLAVICENCIO, 2015:28).

A utilização de redes sociais em bibliotecas é uma temática relevante e cada vez mais objeto de estudos recentes. O seu resultado profícuo verte-se no uso das referidas redes como meio de comunicação, de promoção e divulgação de conteúdos, bem como para facilitar a visualização *online* de documentos (ADRIÀ-CAMARASA e GIMÉNEZ-CHORNET, 2019). Concomitantemente, “social media analytics tools also allow libraries, archives, and museums to study costumer market segments and use those insights in adjusting and improving services” (MON e KOONTZ, 2021:9).

Na era digital, uma abordagem ampla e estratégica da Comunicação torna-se fulcral, e não apenas enquanto componente do *marketing mix*, tanto para os utilizadores/clientes das bibliotecas universitárias quanto para os profissionais da informação, pois “a coordinated and strategic plan for communication and outreach will strengthen your library’s value by creating a common experience and understanding by your library community, including library patrons, boards, administrators, and donors as well as internet search engines, social media networks, and their users” (ROSSMANN, 2019:1).

O propósito e o desenvolvimento dos valores, da missão e visão de uma biblioteca, o planeamento estratégico, um plano de comunicação e a incorporação desse plano na cultura organizacional são prementes em qualquer biblioteca universitária.

3.2. Escopo dos estudos aplicados no contexto informacional digital

Na atualidade, identificam-se mudanças nos hábitos de consumo e uso de informação, um incremento na produção informacional e sua disponibilização célere, bem como a

necessidade de os indivíduos processarem e filtrarem quantidades significativas de conteúdos e fontes. O desenvolvimento da World Wide Web representou uma grande oportunidade para o profissional de informação comunicar, promover recursos e serviços. “With the emergence of social networking and Web 2.0 applications, libraries have the means to reach users through interactive Web-based tools patrons already use in their personal lives, such as Facebook and YouTube (COLBURN e HAINES, 2012:5).

De acordo com Walia e Gupta (2012), “42% national libraries adopt one or more Web 2.0 technologies. RSS, Social Networking Sites and Microblog are popular application tools used by national libraries. Library of Congress and The British Library, National Library of USA and UK are good examples for other national libraries to follow for making improvement in this area”. Contudo, existem muitas diferenças entre as bibliotecas (nacional, municipal, escolar, universitária, entre outras), pelo que, é complexo saber “what social media success looks like for libraries without undertaking in-depth research, but librarians as trusted information professionals are well placed to harness the opportunities available in the world of social media” (CANTY, 2012:53).

Na era digital as bibliotecas universitárias utilizam ferramentas de comunicação no espaço virtual para uma aproximação aos utilizadores reais e potenciais, pois a biblioteca necessita estar onde estão os utilizadores. De acordo com Fernández Marcial (2018:5), graças a este novo modelo de comunicação, “la interactividad inherente a los sistemas 2.0 permite que por una parte el individuo genere una retroalimentación de la información que recibe pero a su vez, y lo más importante, es que se convierte en un creador y emisor de información. El término prosumer (...) viene a describir esta nueva realidad en la que el ciudadano asume un papel activo en la producción de información que genera sin necesidad de intermediarios a través del uso de blogs, redes sociales, canales de video, entre otros”.

As bibliotecas universitárias, organicamente subordinadas às respetivas instituições de ensino, têm por missão satisfazer as necessidades informacionais dos seus utilizadores, apoiar o ensino e a investigação. Através das ferramentas da Web 2.0, estas bibliotecas procuram ter maior visibilidade no processo de comunicação/divulgação de informação, sobretudo através das respetivas páginas *web* ou *websites*, de *blogs*, de *wikis* e de redes sociais (MOTA e GOMES, 2022).

No âmbito da temática deste artigo, foram identificados e analisados estudos aplicados em bibliotecas universitárias, publicados no período cronológico 2015-2021. Cartografam-se estudos de autores de dez países: Portugal, Espanha, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos da América, Índia, China (Hong Kong), Colômbia, Nova Zelândia e Austrália.

A análise de resultados permite, por um lado, identificar a necessidade de as bibliotecas universitárias divulgarem e promoverem os seus serviços através de ferramentas disponibilizadas pela Web 2.0 e, por outro lado, salienta-se a aposta na comunicação para a comunidade, em rede, daí o número crescente e significativo de estudos sobre redes sociais. Os trabalhos científicos identificados centram-se nas seguintes temáticas:

- *Marketing* – campanhas e estratégias promocionais de *marketing*, *marketing* digital, *marketing* de serviços (GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ-VILLAVICENCIO, 2015; BENÍTEZ GÓEZ, MONTOYA RESTREPO e MONTOYA RESTREPO, 2017; NICHOLAS *et al.*, 2018; LAMBA, 2019; RYSAVY, MICHALAK e DALY, 2021);

- *Marketing* e Comunicação – utilização de redes sociais (nomeadamente Facebook e Twitter) no *marketing* de recursos e serviços das bibliotecas; potencial e eficácia dos serviços de redes sociais (SNS) como instrumento de comunicação entre bibliotecas e utilizadores; utilização de redes sociais para comunicar e promover recursos e serviços (JONES e HARVEY, 2016; SALGADO e REYES PACIOS, 2016; LAM, AU e CHIU, 2019; BEESE, 2019; CHENG, LAM e CHIU, 2020; MARTÍNEZ-CARDAMA e REYES PACIOS, 2020; FONG *et al.*, 2020; IHEJIRIKA, GOULDING e CALVERT, 2021; HAUGH, 2021; MOTA e GOMES, 2022);
- Papel central do utilizador nas estratégias de *Marketing* e Comunicação adotadas ou a implementar (JONES e HARVEY, 2016; GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ-VILLAVICENCIO, 2015; INYANG e EKPANG, 2019; FONG *et al.*, 2020; CHENG, LAM e CHIU, 2020; HAUGH, 2021).

No que respeita ao *marketing*, com a pandemia Covid-19 os estudos passam a centrar-se em campanhas concebidas para responder às novas e mutáveis necessidades dos utilizadores, predominantemente remotos (RYSAVY, MICHALAK e DALY, 2021). De referir, ainda, o facto de os estudos anteriormente identificados concluírem que, apesar de as ferramentas disponibilizadas na Web 2.0, como as redes sociais, serem regularmente empregues pelas bibliotecas universitárias, estas não estão a tirar o máximo partido da capacidade destas ferramentas.

Na era digital, as redes sociais parecem ser uma ferramenta "fácil" para os profissionais da informação promoverem os seus serviços e coleções. No entanto, muitas bibliotecas universitárias têm dificuldade em utilizá-las de modo consistente e com resultados. A vertente social destas plataformas é, ainda, bastante descurada, sobretudo no que respeita à produção de conteúdos que incentivem a participação (JONES e HARVEY, 2016; CHENG, LAM e CHIU, 2020). Adicionalmente, há estudos prévios que enfatizam a preferência dos estudantes por meios mais formais de comunicação com a biblioteca, como o e-mail ou plataformas de ensino virtuais (IHEJIRIKA, GOULDING e CALVERT, 2021).

Antes da pandemia Covid-19, os esforços de marketing das bibliotecas universitárias incluíam "word of mouth marketing", promoção de atividades e eventos nas redes sociais e anúncios nas respetivas páginas web. A partir de meados de 2020 temos campanhas de marketing direcionadas aos utilizadores remotos, com o foco na promoção da consulta e utilização dos recursos em linha e na formação de utilizadores virtuais. Contudo, e tal como referem vários autores, falta clareza de objetivos e planeamento adequado na abordagem adotada, por exemplo para o marketing nas redes sociais (IHEJIRIKA, GOULDING e CALVERT, 2021).

Concomitantemente, é perceptível nos resultados dos estudos aplicados que existem lacunas na implementação de estratégias de *Marketing* e Comunicação em bibliotecas universitárias. Tal, deve-se, a múltiplos fatores, entre os quais se destacam: o necessário desenvolvimento de uma visão estratégica relativamente à missão de cada organização; a débil aplicação de técnicas de *marketing* digital; a inexistência de uma estratégia de *branding* (marca); as lacunas ou a ausência de identificação de perfis informacionais dos utilizadores reais e potenciais; a falta de visão no que toca ao posicionamento da comunicação, considerando o público-alvo; a falta de um planeamento integrado e estratégico, cuja aplicação requer um seguimento consistente e avaliação de resultados.

A necessidade informacional da sociedade contemporânea e o facto de os indivíduos assumirem agora perfis marcados pela autonomia na produção, no acesso e na partilha, leva a que devam ser encarados enquanto utilizadores de informação digital e não apenas enquanto utilizadores presenciais das bibliotecas universitárias.

4. Conclusão

As profundas alterações na produção, acesso e uso de informação digital determinam uma reconfiguração e aposta crescente na mediação em rede de informação/conhecimento. A questão, atualmente, já não se prende com o facto de as bibliotecas universitárias estarem ou não *online*, mas sim saber qual a posição que devem ocupar, que presença devem ter na Web ou nas redes sociais, que objetivos pretendem atingir, como comunicar eficazmente, como avaliar os resultados da sua presença digital.

Reconhece-se que uma presença ativa das bibliotecas universitárias em espaços virtuais onde se concentram os *prosumers*, promove o acesso e uso de informação. Neste contexto, o uso de estratégias de *Marketing* e Comunicação é, ainda, fulcral na promoção dos serviços disponibilizados. Todavia, para uma adequada eficiência e eficácia, considera-se fundamental a adoção de um planeamento estratégico no momento de aplicação do marketing ou de qualquer ação promocional. Um produto ou serviço é bem-sucedido quando corresponde às necessidades dos consumidores.

Através das ferramentas da Web 2.0, as bibliotecas universitárias têm maior visibilidade no mundo digital, nomeadamente através das redes sociais. Contudo, é necessário avaliar a presença na Web na perspetiva dos utilizadores/clientes. De igual modo, é fulcral não ignorar os avanços das tecnologias que potenciam o *Marketing* 5.0, como a Inteligência Artificial, Processamento de Linguagem Natural, sensores, robótica, realidade aumentada, realidade virtual e Internet das coisas (KOTLER, SETIAWAN e KARTAJAYA, 2021).

A interatividade entre o utilizador e o serviço de informação converteu-se num fator chave, pelo que se assinala a necessidade de, em futuros estudos aplicados, se deslocar o foco da identificação de quem utiliza, de como utiliza e da quantificação do número de utilizações, para o porquê de utilizar ou o que se considera útil que a biblioteca universitária deve oferecer. Portanto, as necessidades e as práticas sociais na produção, distribuição, acesso e consumo de informação mediadas por profissionais da informação, com recurso a tecnologias digitais, são agora um tema relevante quando se equaciona a comunicação com os indivíduos, bem como a promoção de serviços e produtos informacionais.

Referências bibliográficas

ADRIÀ-CAMARASA, Daniel; GIMÉNEZ-CHORNET, Vicent
2019 Web 2.0 in the Nordic libraries. *Bibliotecas, Anales de Investigacion* [Em linha]. 15:1 (2019) 35-50. [Consult. 2 dez. 2022]. Disponível em: <http://revistas.bnjm.cu/index.php/BAI/article/view/112>.

AMERICAN MARKETING ASSOCIATION
2017 *Definitions of marketing*. [Em linha]. 2017. [Consult. 2 abr. 2023]. Disponível em: <https://www.ama.org/the-definition-of-marketing-what-is-marketing/#>.

AMARAL, Sueli Angelica do

2008 Gestão da informação e do conhecimento nas organizações e orientação de marketing. *Informação & Informação*. [Em linha]. 13:1 esp. (2008) 52-70. [Consult. 7 abr. 2023]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2008v13n1esp52>.

BEESE, Nils

2019 Marketing the library using social media platforms: the experience of the University Library Bochum, Germany. *International Information & Library Review*. [Em linha]. 51:1 (2019) 36-41. [Consult. 7 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10572317.2019.1568778>

BENÍTEZ GÓEZ, Ángela María; MONTOYA RESTREPO, Luz Alexandra; MONTOYA RESTREPO, Iván Alonso

2017 Estrategia de marketing basada en nuevas tendencias para bibliotecas universitarias. *Contexto*. [Em linha]. 6 (2017) 23-42. [Consult. 7 abr. 2023]. Disponível em: <https://revistas.ugca.edu.co/index.php/contexto/article/view/797>.

BOOTH, Andrew; SUTTON, Anthea; PAPAIOANNOU, Diana

2016 *Systematic approaches to a successful literature review*. 2nd ed. Los Angeles: Sage, 2016.

CANTY, Nick

2012 Social media in libraries: it's like, complicated. *Alexandria: the Journal of National and International Library and Information Issues*. [Em linha]. 23:2 (2012) 41-54. [Consult. 7 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.7227/ALX.23.2.4>.

CANZONERI, Beth R.

2015 Why a marketing background is a good fit for the library profession. In *Skills to make a librarian*. [Em linha]. Ed. D. Lowe Wincentzen. 2015, p. 91-103. [Consult. 20 abr. 2023]. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780081000632000090?via%3Dihub>

CASTRO, João Pinto e

2007 *Comunicação de Marketing*. Lisboa: Edições Sílabo, 2007.

CHENG, Wesley Wing Hong; LAM, Ernest Tak Hei; CHIU, Dickson K. W.

2020 Social media as a platform in academic library marketing: a comparative study. *Journal of Academic Librarianship*. [Em linha]. 46:5 (2020). [Consult. 20 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2020.102188>.

COLBURN, Selene; HAINES, Laura

2012 Measuring libraries' use of YouTube as a promotional tool: an exploratory study and proposed best practices. *Journal of Web Librarianship*. [Em linha]. 6:1 (2012) 5-31. [Consult. 20 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19322909.2012.641789>.

FERNÁNDEZ MARCIAL, Viviana

2018 Comportamento informacional: nuevos escenarios, nuevos desafíos. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3^a série: especial (2018) 3-16. [Consult. 23 abr. 2023]. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasab/article/view/3952>.

FERNÁNDEZ MARCIAL, Viviana

2015 Marketing mix de servicios de información: valor e importancia de la P de producto. *Bibliotecas. Anales de investigación* [Em linha]. 11 (2015) 64-78. [Consult. 26 abr. 2023]. Disponível em: <http://revistas.bnjm.cu/index.php/BAI/article/view/196>.

FONG, Kenny Cheuk Hei [et al.]

2020 Social network services for academic libraries: a study based on social capital and social proof. *Journal of Academic Librarianship*. [Em linha]. 46:1 (2020). [Consult. 20 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2019.102091>.

GALLO-ROLANÍA, Carmen T. [et al.]

2008 *Plan de comunicación y marketing de la Biblioteca de la Universidad de Alcalá*. [Em linha]. 2008. [Consult. 2 abr. 2023]. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/12563/>.

GAROUFALLOU, Emmanouel [et al.]

2013 The Use of marketing concepts in library services: a literature review. *Library Review*. [Em linha]. 62:4-5 (2013) 312-334. [Consult. 20 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/LR-06-2012-0061>.

GIROTO, Luan; FORMENTINI, Rosangela

2017 Estratégia de marketing digital para unidades informacionais: estudo dos websites de arquivos e bibliotecas públicas estaduais. *INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*. [Em linha]. 8:2 (2017) 144-162. [Consult. 20 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v8i2p144-162>.

GOMES, Liliana Isabel Esteves; FERNÁNDEZ MARCIAL, Viviana

2019 Sistema de Informação: abordagem conceitual e metodológica. *Bibliotecas. Anales de Investigación* [Em linha]. 15:3 (2019) 395-404. [Consult. 2 mar. 2023]. Disponível em: <http://revistas.bnjm.cu/index.php/BAI/article/view/111>.

GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ-VILLAVICENCIO, Nieves

2015 ROI en medios sociales: campañas de marketing en bibliotecas. *Profesional de la información*. [Em linha]. 24:1 (2015) 22-30. [Consult. 20 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.3145/epi.2015.ene.03>.

GUPTA, Dinesh K.; GUPTA, B. M.; GUPTA, Ritu

2019 Global library marketing research. *Library Management*. [Em linha]. 40:3-4 (2019) 251-261. [Consult. 20 abr. 2023]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/LM-05-2018-0039>.

HAUGH, Dana

2021 Communicating with medical library users during COVID-19. *Journal of the Medical Library Association*. [Em linha]. 109:1 (2021) 107-111. [Consult. 20 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.5195/jmla.2021.1003>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2022 *IFLA x PressReader International Marketing Award*. [Em linha]. 2022. [Consult. 2 abr. 2023]. Disponível em: <https://iflapressreader2022.org/wp-content/uploads/2021/12/Media-Release-IFLA-PressReader-International-Marketing-Awards-2022-Spanish.pdf>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2021 *IFLA PressReader International Marketing Award Winners 2021*. [Em linha]. 2021. [Consult. 21 abr. 2023]. Disponível em: <https://www.ifla.org/g/management-and-marketing/past-winners-ifla-international-marketing-award/>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2019 *International Federation of Library Associations and Institutions: Management and Marketing Section*. [Em linha]. 2019. [Consult. 21 abr. 2023]. Disponível em: <https://www.ifla.org/management-and-marketing>.

IHEJIRIKA, Kingsley T.; GOULDING, Anne; CALVERT, Philip

2021 Rethinking academic library use of social media for marketing: management strategies for sustainable user engagement. *Journal of Library Administration*. [Em linha]. 61:1 (2021) 58-85. [Consult. 21 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01930826.2020.1845547>.

INYANG, Obia Gopeh; EKPANG, Patience Owere

2019 Users' perception of the need for marketing academic libraries using librarians' competences. *International Journal of Marketing & Business Communication*. [Em linha]. 8:2-3 (2019) 17-24. [Consult. 9 abr. 2023]. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/848c8c33c25ad4f6a15ce9b52b892af2/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2030936>.

JONES, Michael J.; HARVEY, Morgan

2016 Library 2.0: the effectiveness of social media as a marketing tool for libraries in educational institutions. *Journal of Librarianship & Information Science*. [Em linha]. 51:1 (2016) 3-19. [Consult. 21 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0961000616668959>.

MON, Lorri; KOONTZ, Christie

2021 *Marketing and social media: a guide for librarians, archives and museums*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2021.

KOTLER, Philip

2000 *Administração de marketing: a edição do novo milênio*. São Paulo: Prentice-Hall, 2000.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan

2021 *Marketing 5.0: technology for humanity*. New Jersey: Wiley, 2021.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane

2013 *Administração de marketing*. São Paulo: Pearson, 2013.

LAM, Ernest Tak Hei; AU, Cheuk Hang; CHIU, Dickson K. W.

2019 Analyzing the use of Facebook among university libraries in Hong Kong. *The Journal of Academic Librarianship*. [Em linha]. 45:3 (2019) 175-183. [Consult. 21 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2019.02.007>.

LAMBA, Manika

2019 Marketing of academic health libraries 2.0: a case study. *Library Management*. [Em linha]. 40:3-4 (2019) 155-177. [Consult. 21 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/LM-03-2018-0013>.

LINDON, Denis [et al.]

2004 *Mercator XXI: teoria e prática do marketing*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004.

LÓPEZ YEPES, José

1996 *Manual de información y documentación*. Madrid: Ediciones Pirámide, 1996.

MAÑAS MORENO, José Eugenio

1999 Marketing y difusión de servicios en una biblioteca universitaria del próximo milenio. In *Les biblioteques i els centres de documentació al segle XXI: peça clau de la societat de la informació*. [Em linha]. Barcelona: Col·legi Oficial de Bibliotecaris-Documentalistes de Catalunya, 1999.

MARTÍNEZ-CARDAMA, Sara; REYES PACIOS, Ana

2020 Twitter communication of university libraries in the face of Covid-19. *Profesional de la información*. [Em linha]. 29:6 (2020). [Consult. 21 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.3145/epi.2020.nov.18>.

MOHER, D. {et al.}

2009 Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *PLoS Medicine*. [Em linha]. 6:7 (2009) e1000097. [Consult. 21 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>.

MOTA, Ana Carolina Espinha; GOMES, Liliana Isabel Esteves

2022 How do university libraries communicate in the digital world?: case study at the University of Coimbra. In *Estrategias de comunicación publicitaria en redes sociales: diseño, gestión e impacto*. Coord. Aida Maria de Vicente Domínguez, Gema Bonales Daimiel. Madrid: McGraw Hill, 2022. p. 25-42.

NICHOLAS, V. [et al.]

2018 Marketing academic library usage: a Connecticut case study. *Marketing Libraries Journal*. [Em linha]. 2:1 (2018) 108-142. [Consult. 2 mar. 2023]. Disponível em: <https://doaj.org/article/592c2cdd177f40d495afb7acfecc6b17>.

RAMOS SÍMON, L.

1995 *Dirección, administración y marketing de empresas e instituciones documentales*. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.

RYSAVY, M. D. T.; MICHALAK, R.; DALY, B.

2021 Library marketing: sending text messages and emails to online library users during COVID-19. *Journal of Library Administration*. [Em linha]. 61:3 (2021) 358-365. [Consult. 21 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01930826.2021.1883372>.

ROSSMANN, D.

2019 Creating an organizationally embedded strategic communication plan for libraries. *Library Leadership & Management*. [Em linha]. 33 (2019) 1-17. [Consult. 22 abr. 2023]. Disponível em: <https://journals.tdl.org/llm/index.php/llm/article/view/7322>.

SALGADO, M.; REYES PACIOS, Ana

2016 Bibliotecas do ensino superior português: a importância de um projeto comunicacional para o social media marketing. *Cadernos BAD*. [Em linha]. 1 (2016) 25-40. [Consult. 28 abr. 2023]. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/1508>

STANTON, William J.; ETZEL, Michael J.; WALKER, Bruce J.
2007 *Fundamentos de marketing*. México: McGraw Hill, 2007.

WALIA, Paramjeet K.; GUPTA, Monika
2012 Application of web 2.0 tools by national libraries. *Webology*. [Em linha]. 9:2 (2012)
1-16. [Consult. 12 abr. 2023]. Disponível em:
<http://www.webology.org/2012/v9n2/a99.html>.

YI, Zhixian George
2018 *Marketing services and resources in information organizations*. Cambridge, MA:
Chandos Publishing, 2018.

Liliana Isabel Esteves Gomes | liliana.gomes@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras / Centro de Estudos Interdisciplinares do Século 20
(CEIS20), Portugal

Viviana Fernández Marcial | vmarcial@letras.up.pt

Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal

Universidade da Coruña - Faculdade de Humanidades e Documentación, Espanha

A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE DIAGNÓSTICO DE SITUAÇÕES (MDS) PARA UMA SITUAÇÃO-PROBLEMA EM UMA REDE DE BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE

THE APPLICATION OF THE SITUATION DIAGNOSIS METHODOLOGY (SDM) FOR A PROBLEM SITUATION IN A NETWORK OF SPECIALIZED LIBRARIES IN THE HEALTH AREA

Carla Broseghini Moreira de Carvalho | Maria Liz Cunha de Oliveira

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a9>

Resumo: Este estudo é o resultado de uma pesquisa realizada em uma Rede de Bibliotecas Especializadas na Área da Saúde no Distrito Federal, constituída por um complexo sistema de informação na área da saúde. Essa rede é responsável por gerenciar a informação necessária para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de prestar serviços de coleta, pesquisa e informação nas áreas de Saúde Pública, Ciências Médicas e afins. A pesquisa constatou que uma das maiores fragilidades para o desenvolvimento da rede é que os bibliotecários têm trabalhado de forma isolada, o que contribui para o enfraquecimento da Rede. Com isso, foi utilizada a Metodologia de Diagnóstico de Situação (MDS), com o objetivo de enfrentar o problema identificado. Essa ferramenta ajudou a identificar os "nós críticos" do problema e a formular um plano de ação que identificasse as ações que podem contribuir para o fortalecimento e a cooperatividade entre os bibliotecários integrantes da rede.

Palavras-chave: Bibliotecas hospitalares; Bibliotecas médicas; Rede de bibliotecas.

Abstract: This study is the result of a research carried out in a Network of Specialized Libraries in the Health Area in the Federal District, constituted by a complex information system in the health area. This network is responsible for managing the information necessary to carry out teaching, research and extension activities, in addition to providing collection, research and information services in Public Health, Medical Sciences and similar areas. The research found that one of the greatest weaknesses for the development of the network is that librarians have been working in isolation, which contributes to the weakening of the Network. With this, the Situation Diagnosis Methodology (SDM) was used, aiming at facing this problem. This tool helped to identify the "critical nodes" of the problem and to formulate an action plan that identified the actions that can contribute to the strengthening and cooperation among the librarians that are part of the network.

Keywords: Hospital libraries; Medical libraries; Libraries network.

1. Introdução

A Rede de Bibliotecas Especializadas na Área da Saúde no Distrito Federal constitui um complexo sistema de informação na área da saúde. Ela é responsável por gerenciar tanto a informação necessária para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, quanto prestar serviços de coleta, pesquisa e informação nas áreas de Saúde Pública, Ciências Médicas e afins. Com as mudanças que a tecnologia da informação tem trazido para os profissionais da saúde e para a comunidade acadêmica, as bibliotecas da Rede têm enfrentado desafios para se manterem atualizadas e se adaptarem às necessidades de informação de seus usuários, na obtenção de informações de alta qualidade e baseadas em evidências.

A Rede precisa de investimentos financeiros para prover um acervo de materiais atualizados e dispor de tecnologia moderna, visando assegurar o acesso às informações no

domínio da saúde, transformando-se num ambiente de ensino e pesquisa que atenda às necessidades de informação do seu público-alvo, e oferecendo um serviço de qualidade que permita um real crescimento nas áreas de ensino, pesquisa e extensão no Sistema Único de Saúde (SUS). Com isso, tornou-se importante realizar uma análise situacional da Rede, destacando sua relevância e as dificuldades que apresenta para se manter nesse novo cenário.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é aplicar os conteúdos da metodologia de diagnóstico de situação (MDS) para o enfrentamento de um problema apresentado pela Rede. O estudo pretende realizar o levantamento dessa situação-problema em questão, elaborar um fluxograma explicativo, identificar os “nós críticos” do problema a serem trabalhados e formular um plano de ação que identifique as ações que possam contribuir para o fortalecimento e a cooperatividade entre os bibliotecários integrantes desta rede de bibliotecas especializadas na área da saúde.

Este artigo é um recorte de uma pesquisa de dissertação de mestrado profissional. Ela foi submetida e aprovada pelo Conselho de Ética em Pesquisa da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, sob o Parecer nº. 3.685.546, em 5 de novembro de 2019, por meio do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) - 17891919.2.0000.5553.

2. Referencial teórico

2.1. Bibliotecas especializadas na área da saúde

As bibliotecas especializadas são criadas e desenvolvidas para apoiar os objetivos, a visão e a missão da instituição e/ou organização à qual pertencem. Sua coleção e seus serviços são mais direcionados e específicos para as necessidades de sua clientela. Uma biblioteca especializada é aquela que fornece recursos de informações especializadas e específicas sobre determinado assunto, atende a uma clientela especializada e oferece produtos e serviços especializados para essa clientela (SHUMAKER, 2009). Elas podem também se caracterizar como uma biblioteca universitária, quando vinculada a uma unidade de ensino superior (OLIVEIRA, 2002; CARIBE, 2017).

Considerando que os objetivos das bibliotecas especializadas devem estar em sintonia e sincronia com a missão, visão e objetivos estratégicos da organização a que pertencem, elas têm como características comuns o atendimento à instituição na qual estão inseridas; uma clientela especializada, formada por pesquisadores e cientistas de um instituto ou centro de pesquisa, funcionários ou servidores de uma empresa ou órgão público. As bibliotecas especializadas são unidades pertencentes a instituições governamentais, particulares ou associações formalmente organizadas, cujo objetivo é fornecer ao usuário a informação relevante de que ele necessita, em um campo específico de assunto (CARIBE, 2017; CEZARINO, 1978; TARGINO, 1988). Para Caribe (2017), a biblioteca especializada se baseia no "suporte científico e tecnológico" e necessita de uma constante atualização para atender à demanda de seus usuários.

Por meio do desenvolvimento deste estudo, constatou-se a existência de pouquíssimo material sobre as bibliotecas especializadas na área da saúde. Não há reflexões quanto aos aspectos conceituais, aos serviços e produtos que as bibliotecas especializadas podem

oferecer, e isso inclui as bibliotecas especializadas da área da saúde (SALASÁRIO, 2000; CARIBE, 2017).

As bibliotecas especializadas na área da saúde são as bibliotecas destinadas a um corpo clínico, aos profissionais da área da saúde (LIMA, 1973; COSTA; PIRES, 2009, PANELLA, 2001; SILVEIRA, 2014). De acordo com o novo contexto nas demandas dos usuários, as bibliotecas especializadas na área da saúde não podem mais voltar-se exclusivamente para as tarefas de processamento técnico, nem para coleção e conservação de acervos desatualizados. Para cumprir sua missão, elas devem identificar as fontes de informação nacionais e internacionais que podem responder às demandas; adquirir as informações necessárias para atender às necessidades da organização e desenvolver sua coleção direcionada para uma área temática específica; e ainda, disseminar seletivamente a informação no domínio da área da saúde por meio de serviços especializados (CARIBE, 2017).

2.2. Perspectivas e tendências das bibliotecas especializadas na área de saúde

As bibliotecas não estão mais atreladas somente a catalogação, livros, edifícios e artefatos, mas em conhecimento e aprendizagem. As bibliotecas têm buscado uma base sólida em um ambiente de informação cada vez mais digital, porém, a visão de uma nova Biblioteconomia vai além de encontrar usos relacionados à biblioteca para a tecnologia da informação e a Internet. Atualmente, os bibliotecários abordam seu trabalho como facilitadores do conhecimento, procurando enriquecer, capturar, armazenar e disseminar as informações, a fim de facilitar a criação do conhecimento em suas comunidades (LANKES, 2011).

As necessidades que permeiam a rotina de pesquisadores e profissionais de saúde – que buscam aprimorar estudos e pesquisas, a produção do conhecimento científico, a recuperação de fontes de informação atualizadas e a ampla adoção de práticas baseadas em evidências – têm garantido mudanças constantes nas bibliotecas especializadas da área da saúde.

A inegável necessidade de estudo e pesquisa, demandada por estudantes e profissionais da área médica, corrobora o importante papel das bibliotecas nas instituições de ensino médico. Esse papel cresce na proporção em que aumentam também a produção de literatura médica, as novas tecnologias de informação e as necessidades de pesquisa, tanto as ligadas ao ensino e aprendizagem como as de inovação científica e tecnológica (CRESTANA, 2003).

Os profissionais das bibliotecas da área da saúde estão testemunhando uma mudança radical, pois a tecnologia está cada vez mais mudando o foco da biblioteca do gerenciamento de aquisições para o fornecimento de serviços e suporte para seus usuários.

As bibliotecas especializadas, físicas e virtuais, tendem a se fortalecer ao atuarem em conjunto para enfrentar as incertezas sobre como manter sua relevância. A proposta é unir esforços para evoluir e alcançar modelos modernos que conduzam ao cenário de mudanças do presente e do futuro.

A biblioteca especializada na área da saúde deve assumir seu papel de liderança, saindo de uma posição exclusiva de apoio para se tornar parte integrante da atividade de produção do conhecimento.

A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, e funciona como o principal organismo internacional que representa os interesses das bibliotecas, dos serviços de informações e seus usuários. É a voz global da biblioteca e da profissão da informação. Sua função básica é encorajar, patrocinar e promover a cooperação internacional, o debate e a investigação em todos os campos da atividade bibliotecária (INTERNATIONAL..., 2018).

Anualmente, a IFLA publica o “Relatório de Tendências”, que destaca as principais tendências e desenvolvimentos que moldam o trabalho das bibliotecas. Isso fornece a matéria-prima para a reflexão nas bibliotecas, associações de bibliotecas, e em todos os campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação sobre como se preparar para o futuro.

Em seu “Relatório de Tendências de 2019”, a IFLA oferece mensagens otimistas, pois afirma que há milhares de possíveis caminhos de crescimento e inovação por meio da cooperação e aprendizagem mútuas. Não há biblioteca sozinha, todas fazem parte desse movimento. Onde há desafios em comum, também pode haver soluções em comum. (INTERNATIONAL..., 2019).

As bibliotecas da área da saúde conectam as organizações ao conhecimento para impulsionar a melhoria dos resultados. Elas particularmente são valiosas nas instituições, pois o Google responde rapidamente a qualquer consulta. No entanto, acessar informações precisas e focadas requer diligência, habilidade e recursos da mais alta qualidade (BULGER, 2017).

As redes de bibliotecas especializadas em saúde necessitam de fortalecimento enquanto sistemas de bibliotecas. A tendência é a criação e a consolidação do trabalho das bibliotecas em rede. Há uma mudança no sentido de trabalhar em colaboração no nível regional ou global que não só ajuda a responder aos desafios globais, mas também fornece às bibliotecas o diálogo e o compartilhamento de ideias.

Esforços têm sido colocados em prática. A Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), por meio da sua representação no Brasil (OPAS Brasil) e do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), e a Coordenação Geral de Documentação e Informação, Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde (CGDI/SAA/SE/MS) coordenaram uma série de *webinars* que tem o objetivo de fortalecer as redes de informação em saúde, articular e promover a cooperação e participação das Redes Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e da Rede de Bibliotecas do Sistema Único de Saúde (BiblioSUS). O primeiro tema da série tratou da importância do trabalho em rede na área da saúde.

Para a IFLA, a experiência dos últimos anos mostrou que não se pode prever o futuro, porém deve-se pensar nos diferentes cenários que podem ser enfrentados e se preparar para eles. A flexibilidade e a resiliência são tão essenciais para as bibliotecas quanto para qualquer outro setor (INTERNATIONAL..., 2018).

2.3. Rede de bibliotecas

A rede pode ser definida como um grupo de indivíduos ou organizações que são interligados de forma democrática e participativa, em torno de objetivos, temáticas, serviços e

informações em comum. O advento dos computadores e novos desenvolvimentos em telecomunicações tornou o trabalho em rede um fenômeno global (LEAL, 2011).

Para Cendón (2008), através da participação em uma rede de serviços de informações, o usuário pode obter o benefício do acesso socializado a uma variedade de recursos informacionais, além de outros, como aproximação com os pares. As instituições mantenedoras das redes, por sua vez, têm o benefício de racionalizar os gastos com infraestrutura e acervo, evitando duplicação de esforços.

Uma rede de bibliotecas é uma união de duas ou mais bibliotecas em razão de uma determinada finalidade ou em função da realização de um determinado serviço (LEAL, 2011). Na atualidade, as instituições e empresas mantenedoras de bibliotecas podem contar com esse moderno instrumento de trabalho que é a rede Web de bibliotecas, que interliga duas ou mais bibliotecas, com o intuito de oferecer serviços e produtos, unificar o trabalho, organizar a informação, racionalizar e reduzir esforços e recursos.

Cunha e Cavalcanti (2008:309) descrevem uma rede de bibliotecas como:

[...] um grupo de bibliotecas, criado formal ou informalmente, que tem por objetivo realizar atividades cooperativas com o objetivo de mostrar o conteúdo de um grande número de bibliotecas ou de um grande número de publicações, principalmente por meio do acesso a bases de dados catalográficos, com emprego de interfaces de catálogos em linha de acesso público; fazer com que os recursos mostrados nessas bases de dados catalográficos se tornem disponíveis para bibliotecas e usuários, onde e quando sejam necessários; compartilhar custos e esforços despendidos na criação de bases de dados catalográficos, por meio de intercâmbio de registros e atividades correlatas. As redes também podem desempenhar funções de apoio, tais como: distribuição e publicação de periódicos eletrônicos e outros documentos eletrônicos; acesso do usuário final a outras bases de dados, como as que se acham disponíveis nos serviços de busca em linha e em cederrons; serviços de valor agregado, tais como correio eletrônico, serviços de cadastros e transferência de arquivos; intercâmbio de registros bibliográficos e de autoridade.

Segundo Carvalho (2016), as redes de bibliotecas são mecanismos eficazes para o compartilhamento de valores, ideias, competências e serviços. Elas passam a ser uma estratégia privilegiada para trazer inovações e valor agregado para o setor de informação, como um todo, e para cada biblioteca, em particular. Ela tem como objetivo potencializar e facilitar o intercâmbio e o uso de informações.

Nesse contexto, ao identificar as diversas competências de articulação para possibilitar a comunicação, compartilhar experiências e métodos, identificar boas práticas, contribuir para criação de padrões de trabalho, é de fundamental importância manter a rede sempre ativada.

Chadwell (2011) observou, por meio de uma revisão sistemática, que as bibliotecas que trabalham em rede podem se beneficiar e receber vantagens, como compra compartilhada, desenvolvimento de coleções impressas e eletrônicas, intercâmbio de materiais, compartilhamento de sistemas. No que tange ao desenvolvimento profissional, observou-se também um forte senso de comunidade e comprometimento, além da aquisição de novos

conhecimentos por meio do compartilhamento de atividades colaborativas entre os indivíduos e as bibliotecas.

O trabalho em rede, com base na descentralização, no desenvolvimento de capacidades locais, no compartilhamento de recursos de informação, no desenvolvimento de produtos e serviços cooperativos e na elaboração de metodologias comuns, foi sempre o fundamento do trabalho de cooperação técnica da Bireme (2011).

2.4. Um breve panorama da Rede de Bibliotecas Especializada em Saúde

A Rede de Bibliotecas Especializadas na área da saúde é composta por dez bibliotecas. Ela foi criada em 2006, estando as bibliotecas setoriais subordinadas a uma biblioteca central. Em 2014, por meio de uma portaria, as bibliotecas se tornaram independentes, com autonomia própria de funcionamento, não mais dependendo tecnicamente da Biblioteca Central, embora tenham se mantido como uma Rede. A portaria também ressalta que cada biblioteca é responsável pelos projetos de sua unidade, podendo compartilhar com a Rede ou elaborar projetos em conjunto quando houver interesses mútuos. Para isso, é necessário criar comissões, pactuações e cooperações entre as bibliotecas.

As comissões são de caráter deliberativo, normativo e consultivo, tendo por finalidade discutir as questões técnicas e propor soluções e ações para melhoria e padronização dos serviços das bibliotecas da Rede. O que se sabe é que a única comissão formada após essa portaria foi a comissão para padronização de catalogação e classificação de materiais. Ela, no entanto, não foi publicada, ou seja, oficializada; além disso, ela não operou de forma efetiva e não tem atuado.

Os usuários da Rede são comuns a todas as bibliotecas da rede, logo, podem utilizar os serviços e ter acesso a qualquer uma delas. Nem todas abordam os mesmos temas, com isso há uma grande diversidade de assuntos. As bibliotecas da Rede têm passado por dificuldades, falta de investimentos, ausência de recursos financeiros, ausência de política institucional voltada para as bibliotecas da rede. Essa realidade se reflete diretamente na falta de infraestrutura física e material, equipamentos, acervo, recursos tecnológicos e na falta de manutenção. Apesar dos vários desafios a serem enfrentados, foi constatado que um dos maiores problemas da Rede, ou seja, sua maior fragilidade, era a falta de cooperatividade entre seus integrantes.

2.5. A Metodologia de Diagnóstico de Situação (MDS)

A Metodologia de Diagnóstico de Situação (MDS) foi criada com base nos estudos do economista chileno Carlos Matus (2005), autor do Planejamento Estratégico Situacional (PES), e tem por objetivo proporcionar uma metodologia de planejamento eficaz e eficiente para enfrentar desafios complexos e dinâmicos, ao permitir trabalhar com a complexidade dos problemas sociais. Através de uma análise tridimensional da realidade social, o PES busca promover o desenvolvimento sustentável e aprimorar a capacidade de governança e tomada de decisões em contextos incertos (MATUS, 2005). Baseadas nos princípios do PES, algumas ferramentas são utilizadas para que as estratégias adotadas estejam de acordo com a realidade e as demandas apresentadas. Dentre elas, tem-se a Metodologia de Diagnóstico de Situações (MDS) proposta por Renato Dagnino, que é uma abordagem analítica que visa compreender problemas sociais complexos em contextos diversos. Ela

“busca viabilizar uma primeira aproximação aos conceitos adotados para o PEG” (DAGNINO, CAVALCANTI e COSTA, 2016:131).

Para Dagnino (2014), é necessário seguir uma orientação, a exemplo de uma bússola, que indica e permite a localização de qualquer direção no espaço geográfico. Ela permite não somente realizar deslocamentos de um ponto a outro ponto, mas também conhecer a posição de determinado objeto, local ou pessoa com relação a um referencial. “A bússola é o que nos permitirá, inclusive, saber o quanto nos estamos afastando daquela direção e quais os inconvenientes que isto nos poderá causar” (DAGNINO, CAVALCANTI e COSTA, 2016:130).

Com isso, a MDS é uma ferramenta que possibilita ao gestor público a construção de um mapa cognitivo, como um modelo descritivo em uma realidade complexa, a respeito de determinada situação-problema, sobre o qual é construído um fluxograma explicativo, baseado no estabelecimento de relações de causa e de efeito entre as diversas variáveis do problema. Nesse mapa são identificados os nós críticos, a fim de elaborar um plano de ação que aponte ações que possam contribuir para solucionar o problema em questão (DAGNINO, 2014).

O diagnóstico da situação supõe: listar os problemas declarados pelos diversos atores sociais relevantes; avaliar os problemas segundo a perspectiva desses atores; situar os problemas no tempo e no espaço; verificar se existe complementaridade ou contradição entre os problemas declarados; identificar fatos que evidenciam e precisam a existência de problemas; levantar suas causas e consequências; e selecionar as causas críticas que podem ser objeto de intervenção (DAGNINO, 2014:111).

2.5.1. Jogo social e ator social

Matus (2005) e Dagnino (2012) ressaltam que o ator social é uma pessoa, grupo ou organização que participa de algum jogo social. Para Matus (2005), um jogo social é um conceito usado para descrever uma situação política na qual os atores sociais interagem, competem e colaboram para alcançar seus objetivos específicos. Esses jogos sociais ocorrem dentro de uma sociedade e, muitas vezes, com interesses e perspectivas conflitantes. Para Figueiredo e Müller (2002), o jogo social é a interação entre atores comprometidos com diferentes objetivos, que pensam e agem a partir de diferentes pontos de vista.

Para Dagnino (2014:101), “é possível caracterizar o agir social como um jogo que pode ser de natureza cooperativa ou conflitiva. Num jogo social, diferentes jogadores têm perspectivas que podem ser comuns ou divergentes”. Ele se refere a um conjunto de relações, interesses, valores, normas e poderes em jogo dentro de uma estrutura social específica. O jogo social é caracterizado por ser um campo dinâmico, no qual diferentes atores sociais buscam alcançar seus objetivos e interesses, muitas vezes em conflito com os interesses de outros e cada um com suas próprias estratégias e motivações. Além disso, o jogo social pode ser visto como um campo em constante transformação, em que as estruturas sociais evoluem e se adaptam às mudanças nas condições e relações sociais. Na realidade, ele representa a complexidade das relações sociais em uma sociedade, sendo fundamental para compreender as dinâmicas sociais e tomadas de decisões em diferentes contextos.

Para esses autores, o ponto de partida é a noção de situação, entendida como um conjunto de problemas identificados, descritos e analisados na perspectiva de um determinado ator social.

Os atores do jogo social lidam com problemas e cada um deles tem a sua visão da realidade, dos resultados que se pode alcançar e das ações que se pode efetuar. Cada ator social vê e vive a sua realidade, que não é igual à realidade de outro ator (MATUS, 1996). A MDS se embasa no fato de que “cada ator social, em função da sua visão de mundo, dos resultados que quer e pode alcançar, formula um diagnóstico particular da realidade, da ‘sua’ situação-problema” (DAGNINO, 2012:126).

Para Matus (2005:367):

Na pessoa reúnem-se necessidades e atributos únicos, como a liberdade, a justiça, a igualdade, a solidariedade, a fraternidade, a dignidade, os afetos, as emoções, o sentido estético e moral que não possui nem as organizações, nem os agentes, nem os indivíduos.

Os "sujeitos estratégicos" são os atores sociais relevantes que possuem a capacidade de influenciar ou serem influenciados pela situação-problema. Identificar esses sujeitos é fundamental, pois permite envolvê-los no processo de planejamento e garante que suas perspectivas sejam consideradas na formulação das estratégias. A MDS incentiva a participação ativa dos atores sociais envolvidos na situação em estudo. Eles são convidados a participar do processo de análise, compartilhando suas perspectivas e experiências. Essa participação aumenta a legitimidade das conclusões e recomendações do diagnóstico. Com base na análise e contribuições dos atores sociais, são propostas recomendações e estratégias para abordar o problema de forma sustentável e efetiva. A inclusão de diferentes perspectivas e conhecimentos é considerada crucial para uma análise mais completa e para a construção de soluções coletivas.

3. Procedimentos metodológicos

Este artigo é um recorte de uma pesquisa de dissertação de mestrado profissional. Ele se baseia nos resultados de dados de duas perguntas produzidas no contexto de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, cujo instrumento de coleta foi um questionário eletrônico enviado para os bibliotecários, participantes da pesquisa, que fazem parte integrante de uma Rede de Bibliotecas Especializada na área da saúde localizada no Distrito Federal.

Das dez bibliotecas, nove responderam ao questionário; apenas uma não respondeu, pois não havia, na época da pesquisa, chefia no hospital para assinar o termo de anuência institucional, instrumento obrigatório para a aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa. O questionário continha 39 perguntas, divididas em seis partes, com a seguinte estrutura: biblioteca, tecnologia, divulgação/marketing, serviços e produtos, estatística, usuários e bibliotecário. Cada item apresenta subdivisões específicas.

O questionário tinha por objetivo geral traçar o perfil e apresentar a situação das bibliotecas da Rede, por meio da criação de um relatório técnico, buscando contextualizar os cenários estrutural, tecnológico e informacional das bibliotecas e conhecer as perspectivas, dificuldades e desafios dos bibliotecários, para proporcionar a efetiva atuação das

bibliotecas, em prol de uma rede mais participativa e presente na vida da comunidade acadêmica e científica. Os resultados da pesquisa serviriam em processos de tomada de decisão, busca de investimentos, no fortalecimento do trabalho da rede e no incentivo à promoção de diálogos entre os bibliotecários.

Como relatado acima, este estudo foi baseado no resultado de duas perguntas realizadas aos participantes da pesquisa, quando se investigou se os bibliotecários acreditavam no potencial de uma rede de trabalho e no fortalecimento das bibliotecas como Rede; eles também poderiam justificar suas afirmações. Os dados obtidos das duas perguntas do questionário mostraram que os bibliotecários, poucas vezes, compartilhavam na rede o surgimento de algum novo serviço ou produto criado em suas bibliotecas. Notou-se certa distância entre os bibliotecários da rede, uma ruptura no passado e, em consequência, eles têm trabalhado de forma isolada. No entanto, a pesquisa mostrou que 86,6% dos participantes acreditavam no potencial de uma rede de trabalho, e 73,3% acreditavam no fortalecimento da Rede.

As respostas trouxeram a seguinte pergunta norteadora para guiar este estudo: o que poderia ser feito para que a rede de bibliotecas trabalhasse em equipe e realizasse atividades cooperativas?

Embora a metodologia de diagnóstico de situação possa variar de acordo com o contexto específico, neste estudo foram compreendidas as seguintes etapas da MDS: identificação da situação-problema, sendo o desafio que requer análise e compreensão. A formulação adequada do problema é crucial para delimitar o escopo da análise. Listaram-se as principais causas apontadas pelos atores envolvidos; os bibliotecários, cada um com seu ponto de vista pessoal, participaram do processo, buscando relatar as possíveis causas da existência do problema.

A partir dessas possíveis causas, estruturou-se o fluxograma explicativo, mapa cognitivo que tem como objetivo explicar um processo, uma sequência de eventos ou uma cadeia de relações causais de forma clara e visualmente compreensível, sobre determinada situação problemática. Com o fluxograma explicativo, identificaram-se os “nós críticos” e formulou-se um plano de ação (matriz operacional), que identificou algumas ações que poderiam contribuir para o problema apresentado.

4. Análise e discussão dos resultados / análise da situação-problema

Em um primeiro momento, realizaram-se a identificação e a descrição da situação problema, como apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Identificação e descrição do problema

ATOR	Uma Rede de Bibliotecas Especializadas em Saúde
PROBLEMA	A Rede trabalha de forma isolada
DESCRIÇÃO	Ao realizar uma pesquisa na Rede de Bibliotecas Especializadas em Saúde no Distrito Federal, com o objetivo de elaborar um relatório técnico sobre o cenário estrutural, tecnológico e informacional das bibliotecas integrantes, assim como conhecer as perspectivas, dificuldades e desafios, foram constatados vários problemas relacionados ao enfraquecimento das bibliotecas, porém a maior fragilidade para o desenvolvimento da rede, além da falta de investimento financeiro e apoio por parte de alguns gestores, é que os bibliotecários têm trabalhado de forma isolada, o que contribui para o enfraquecimento da Rede. Sendo assim, para este estudo foi formulada a seguinte pergunta norteadora: o que poderia ser feito para que a rede de bibliotecas trabalhasse em equipe e realizasse atividades cooperativas?

Fonte: As autoras (2023).

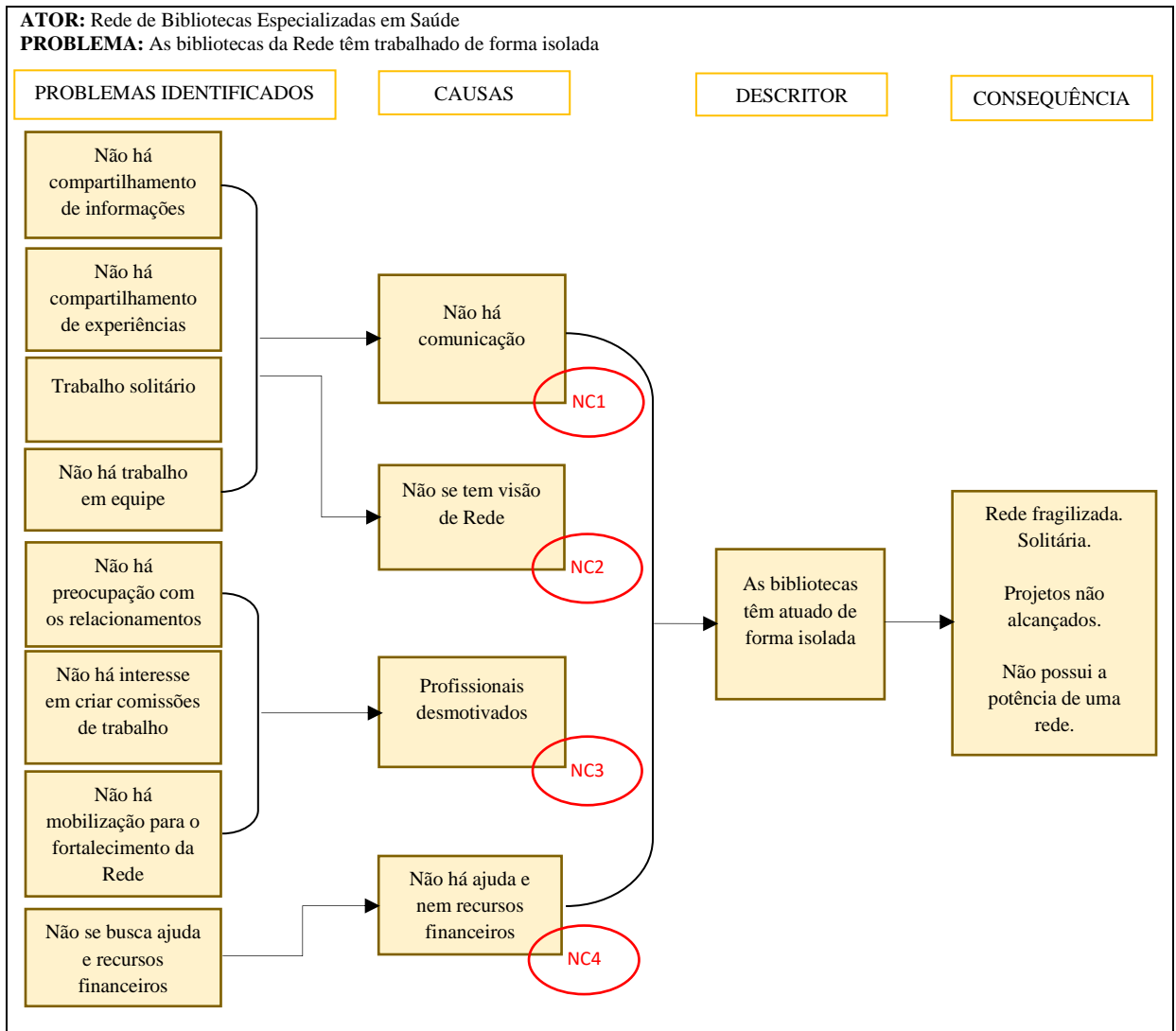
Em seguida, listaram-se as possíveis causas da situação-problema relatadas pelos atores envolvidos para a criação do fluxograma explicativo: não há compartilhamento de informações, nem de experiências, o trabalho é solitário, não há trabalho em equipe, não há a preocupação com os relacionamentos, não há interesse em criar comissões de trabalho, não há mobilização para o fortalecimento da Rede, não se buscam ajuda e recursos financeiros.

4.1. Fluxograma explicativo

Um fluxograma explicativo, de acordo com Matus (2005) e Dagnino (2012) é uma ferramenta visual que ajuda a representar de forma clara e detalhada os diferentes elementos, etapas e relações envolvidos em um processo de tomada de decisão ou na implementação de políticas públicas. Ele facilita a análise da situação, a identificação de possíveis soluções e a compreensão das consequências das decisões tomadas. Esse tipo de fluxograma é projetado para capturar a complexidade das situações e dos problemas enfrentados pelos tomadores de decisão, e ajuda a compreender os fatores relevantes e suas interconexões.

Foi elaborado o fluxograma explicativo, com as possíveis causas relatadas pelos atores da Rede, conforme o Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Fluxograma explicativo



Fonte: As autoras (2023).

4.2. Identificação e análise dos nós críticos

De acordo com Dagnino (2012), os nós críticos – que segundo ele também podem ser chamados de “nós explicativos” – são as causas sobre as quais se pode atuar com eficácia prática. Eles indicam os centros nos quais se deve dar a ação de gestão sobre a situação-problema em questão.

Quadro 3 – Nós críticos

NÓ CRÍTICO	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
Nó Crítico 1 (NC 1) Não há comunicação	<p>A 1.1. – Criar e estabelecer um canal de comunicação definido</p> <p>A 1.2. – Reuniões periódicas, organizadas e com pautas definidas.</p> <p>A 1.3. – Reuniões de integração</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar o relacionamento e a comunicação entre os integrantes da Rede, os <i>feedbacks</i>, as sugestões, as novidades, os projetos, eliminação de dúvidas. - Estabelecer confiança, ao melhorar os relacionamentos, por meio dos diálogos. - Não haja ruídos entre as comunicações, não causando problemas dentro da Rede. - Gerar espírito de equipe e comprometimento. - Uma equipe precisa ter momentos de integração durante as rotinas de trabalho, com isso, as distorções de informações perdem força.
Nó Crítico 2 (NC 2) Não se tem visão de Rede	<p>A 2.1. – Palestras sobre a importância de se trabalhar em Rede, o trabalho em rede é fundamental para que se possa efetivamente desenvolver ações de formação, educação permanente, pesquisa, extensão e produção de conhecimentos.</p> <p>A 2.2. – Criar a visão, missão e valores da Rede.</p> <p>A 2.3. - Padronizar alguns serviços oferecidos, uniformizar atividades, padronizar treinamentos, elaborar colaborativamente projetos em comum, no que couber, devido as especificidades de cada biblioteca.</p> <p>A 2.4. – Envolver a equipe na formulação de estratégias.</p> <p>A 2.5. - Priorizar o fortalecimento da rede por uma perspectiva sistêmica, intersetorial e integrada</p> <p>A 2.6. – Criação de grupos de trabalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para o fortalecimento da Rede, das relações e dos trabalhos. - Envolver e motivar os colaboradores em direção a uma visão de futuro. - A rede unida poderá otimizar serviços e produtos, compartilhar conhecimento, ações e economia de tempo e esforços. - Mostrar aonde se quer chegar e identificar quais passos e quais iniciativas são compatíveis para o resultado esperado. - Cada unidade hospitalar é uma referência em uma ou mais área, campo ou serviço, com a força de uma Rede, mostrar uma amplitude de serviços que alcance toda uma comunidade científica e acadêmica da saúde. - Os grupos de trabalho produziram vários estudos e projetos específicos, segundo realidades e necessidades para lutar pela Rede. Gerar documentos coletivos para se pleitear, enquanto rede, as demandas das bibliotecas.
Nó Crítico 3 (NC 3) Profissionais desmotivados	<p>A 3.1. – Formação de parcerias entre núcleos de educação e/ou pesquisa dos hospitais, além das entidades de classes para realização de cursos de atualização, treinamentos presenciais ou online.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Uma equipe munida com o conhecimento necessário tomará as devidas atitudes e decisões para acompanhar a evolução da Rede. O resultado natural será um clima organizacional mais agradável com mais motivação no trabalho.
Nó Crítico 4 (NC 4) Não há ajuda e nem recursos financeiros	<p>A 4.1. – Criarem projetos em conjunto para solicitar recursos para as bibliotecas da Rede</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos/programas pensados e planejados de forma coletiva potencializam a probabilidade de se obter recursos financeiros

Fonte: As autoras (2023).

De modo geral, o grande enfrentamento dos bibliotecários para resolver esses nós críticos é com relação a se tomar a iniciativa de começar. Este seria o primeiro passo, marcar reuniões em equipe, reuniões nas quais se possa trabalhar com a temática do fortalecimento da Rede.

Reuniões objetivas são uma boa ferramenta de gestão, pois ajudam a conduzir os colaboradores aos objetivos da Rede; além disso, o trabalho em equipe é fundamental para o sucesso da organização. Quando todo mundo trabalha em sinergia e se ajudando, os resultados são impactados positivamente. Quando a equipe possui uma comunicação clara, é sinal de que esta equipe tem unidade. Conversas paralelas contribuem para a disseminação de informações equivocadas, que podem gerar erros em processos. Por isso, para evitar questões negativas, basta ter em mente que o diálogo interno deve ser organizado. Sendo assim, como sugestão, para garantir o fortalecimento da Rede, podem-se buscar parcerias de cursos, palestras, *workshops* junto aos Núcleos de Educação Permanente da Saúde (NEPS) e Núcleo de Ensino e Pesquisa (NUEP) dos hospitais, ou junto às entidades de classe.

É importante criar a missão, a visão e os valores da Rede porque eles são os três pilares fundamentais que sustentam a identidade organizacional. Anjos (2017) ainda ressalta que a visão é o que a instituição busca no futuro, seus anseios, aspirações, metas e objetivos, e os valores dão significado à vida das pessoas e organizações. Ao traçar metas e objetivos claros e fundamentados nessa tríade, é possível planejar o presente e o futuro da Rede.

Por se tratar de uma rede de bibliotecas, a missão, visão e valores, se trabalhados em conjunto, poderão ajudar a garantir maior sinergia das bibliotecas e contribuir para a autoestima dos colaboradores, a fim de garantir que a equipe se mantenha engajada e se sinta parte da instituição. São elementos importantes para compor a identidade de uma rede (ANJOS, 2017).

Considerações finais

As bibliotecas da Rede constituem um complexo sistema de informação responsável por gerenciar tanto a informação necessária para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, quanto assegurar infraestrutura de informações técnico-científicas ao desempenho dos profissionais da saúde e aos programas de formação, que resultam em serviços de informação prestados às comunidades universitária e científica.

Dado o momento histórico que o país está vivendo, permeado por mudanças e com recursos financeiros escassos para investimentos em bibliotecas, os desafios são inúmeros, desde a mobilização dos gestores, passando pela institucionalização de políticas públicas voltadas para as bibliotecas, até a garantia de recursos essenciais. A falta de investimento e orçamento destinado às bibliotecas da Rede tem impedido seu desenvolvimento e inviabilizado sua atuação efetiva nas unidades em que estão inseridas. Assim, as dificuldades financeiras que as bibliotecas enfrentam, e as mudanças tecnológicas contínuas, que acontecem cada vez maior num espaço temporal cada vez menor, têm afetado os serviços prestados e as maneiras de prover os produtos oferecidos pelas bibliotecas. Esses momentos de mudanças, embora apresentem muitos desafios, também promovem a possibilidade de repensar as bibliotecas da Rede como parte essencial de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Foram constatadas várias dificuldades e desafios relatados pelos bibliotecários da Rede, porém a maior fragilidade para seu desenvolvimento, além da falta de investimento financeiro e apoio por parte de alguns gestores, é a falha na participação dos bibliotecários em criar comissões de trabalho, canais de participação e diálogos com reuniões periódicas.

A rede necessita se fortalecer enquanto sistema, consolidando-se como representação das unidades de informação. Isso não pode ser alcançado sem um diálogo interativo, aberto a discussões e reuniões consultivas periódicas em equipes.

A busca por soluções envolve a discussão e a avaliação da situação atual com toda a equipe, ou seja, em um primeiro momento, com os bibliotecários para o fortalecimento da Rede, e em um segundo, com os gestores. Dessa forma, todos poderão tomar conhecimento dos problemas, das demandas, e realizar algumas tomadas de decisão em conjunto.

As bibliotecas da Rede são mecanismos eficazes para o compartilhamento de valores, ideias, competências e serviços, além de trazer inovações e valor agregado para as unidades de informação como um todo, e para cada biblioteca, em particular. É necessário realizar ações que possam contribuir com o fortalecimento da Rede, a fim de que os bibliotecários se auto-organizem e produzam uma nova ordem de trabalho, como aposta na potência coletiva e força conjunta de uma rede.

A partir dos dados coletados, entretanto, verificou-se que os bibliotecários da Rebis têm trabalhado de forma isolada. Isso reforça a importância da superação do modelo de atuação isolada das bibliotecas especializadas em saúde. Percebeu-se que quando a biblioteca trabalha sozinha, torna-se mais difícil obter os avanços necessários para efetivar seu potencial de rede na luta por benefícios a favor dela como um todo. Sem dúvida, o fator mais importante que determinará se as bibliotecas serão capazes de enfrentar os seus desafios serão as habilidades e os conhecimentos da equipe como rede unida, prioritária e desenvolvida. A força conjunta poderá alcançar os objetivos principais de uma rede de biblioteca especializada em saúde.

Recomenda-se uma discussão coletiva mais aprofundada entre os bibliotecários sobre o fortalecimento da rede. Nessas discussões, emergiriam os profissionais para compor as comissões de trabalho, que até o presente momento não estão ativas. Elas seriam formadas com as competências adequadas a suas próprias constituições, com suas funções, formação de relatórios e informes para toda a rede.

Os bibliotecários devem enfrentar o desafio de criar e desenvolver as comissões de trabalho que têm por finalidade discutir as questões técnicas e propor soluções e ações para melhoria e padronização dos serviços das bibliotecas da Rede.

Não há de se questionar o modelo de gestão descentralizada da Rede adotada em 2014, porém a urgência é que haja a participação mútua e o diálogo coletivo, para que a rede se torne efetiva e eficaz na comunidade científica e acadêmica.

Outra recomendação, ou proposta, é que após a reestruturação e fortalecimento da rede e a criação de comissões de trabalho, seria a cooperação bibliotecária entre bibliotecas especializadas na área de saúde. A portaria que regulamenta a Rede permite convênios com entidades interessadas em integrar a Rede de Bibliotecas Especializadas em Saúde. Os serviços cooperativos poderiam contribuir com as instituições de saúde e seus profissionais, ampliar e inovar os serviços informacionais na produção, organização e

disseminação do conhecimento da saúde. O compartilhamento de informação, nessa nova era da informação, é um dos grandes benefícios que podem potencializar, cada vez mais, as bibliotecas e, sobretudo, atender os usuários conectados à rede.

É primordial que a Rede defina sua missão, visão e valores em comum para compor a identidade da rede. Sem essa perspectiva, muitas das bibliotecas da rede serão somente um corpo isolado, disfuncional e com o tempo subsistirá.

Por fim, espera-se que este trabalho promova reflexões, diálogos, projetos, tomadas de decisão para a melhoria e fortalecimento da Rede de Bibliotecas Especializadas em Saúde. A conscientização para o fortalecimento da rede e a união dos bibliotecários da Rede são fundamentais para que o esforço resulte em um programa factível e sustentável. Demonstrar valor e lutar pela existência é particularmente desafiador, porém onde há desafios em comum, também podem existir soluções em comum. No atual contexto em que a Rede se encontra, a mudança não é mais uma opção, é uma necessidade.

Referências bibliográficas

BIREME

2011 *Coordenação de Rede Nacional: Guia da BVS 2011*. São Paulo: BIREME; OPAS; OMS, 2011.

CARIBE, R. C. V.

2017 A Biblioteca especializada e o seu papel na comunicação científica para o público leigo. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. [Em linha]. 10:1 (jan./jul. 2017) 185-203. [Consult. 15 jun. 2023]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/89421>.

CARVALHO, M. C. R.

2016 Redes de bibliotecas: considerações para o desenvolvimento. In *Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas*. Org. Anna Carolina Mendonça Lemos Ribeiro, Pedro Cavalcanti Gonçalves. Brasília: Ipea, 2016, p. 177-196.

CENDÓN, B. V.

2008 Sistemas e redes de informação. In *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Coord. M. Oliveira. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008, p. 61-95.

CEZARINO, M. A. N.

1978 Bibliotecas especializadas, centros de documentação, centros de análise da informação: apenas uma questão de terminologia? *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. [Em linha]. 7:2 (set. 1978) 185-203. [Consult. 13 mar. 2023]. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/77414>.

CHADWELL, F. A.

2011 Assessing the value of academic library consortia. *Journal of Library Administration*. [Em linha]. 51:7/8 (Oct. 2011) 645-661. [Consult. 16 abr. 2023]. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01930826.2011.601268>.

COSTA, F. S. S.; PIRES, H. A. C.

2009 O Profissional da informação na área de saúde: habilidades e competências. In ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 5º, Goiás, 2009 - *Anais do EREBD*. [Em linha]. Goiás: UFG, 2009. [Consult. 15 fev. 2023]. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/75/o/O_profissional_da_informacao_na_area_de_saude.pdf.

CRESTANA, M. F.

2003 Bibliotecários da área médica: o discurso a respeito da profissão. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 8:2 (jul./dez. 2003) 134-149. [Consult. 13 mar. 2023]. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/repositorio/2015/12/pdf_02802bd280_0000017011.pdf.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R.

2008 *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DAGNINO, R.

2012 *Planejamento estratégico governamental*. 2ª ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC, 2012.

DAGNINO, R.; CAVALCANTI, P. A.; COSTA, G.

2016 Metodologia de diagnóstico de problemas. In DAGNINO, R.; CAVALCANTI, P. A.; COSTA, G. - *Gestão estratégica pública*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

FIGUEIREDO FILHO, W.; MÜLLER, G.

2002 Planejamento estratégico segundo Matus: proposta e crítica. In *Do natural, do social e de suas interações: visões geográficas*. Org. Lúcia Helena de O. Gerardi, Iandara Alves Mendes. Rio Claro: UNESP, 2002.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2019 IFLA trend report 2019 update. [Em linha]. 2019. [Consult. 15 jun. 2023]. Disponível em: https://trends.ifla.org/files/trends/assets/documents/ifla_trend_report_2019.pdf.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2018 *Facing the future with confidence: IFLA's trend report update*. [Em linha]. 2018. [Consult. 15 jun. 2023]. Disponível em: <https://www.ifla.org/node/67015>.

LANKES, R. D.

2011 *The Atlas of new Librarianship*. Cambridge (MA): MIT Press, 2011.

LEAL, J.

2011 A Importância da implantação de uma administração voltada para aquisição de periódicos em bibliotecas em sistemas de rede. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 9:1 (jul./dez. 2011) 81-91. [Consult. 25 jun. 2023]. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/77414>.

LIMA, E.

1973 Bibliotecas de hospitais. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. [Em linha]. 2:2 (set. 1973) 141-159. [Consult. 25 jun. 2023]. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/35972/28221>.

MATUS, C.

2005 *Teoria do jogo social*. São Paulo: Edições Fundap, 2005.

MATUS, C.

1996 *Adeus, senhor Presidente: governantes governados*. São Paulo: Edições Fundap, 1996.

OLIVEIRA, N. M.

2002 A Biblioteca das instituições de ensino superior e os padrões de qualidades do MEC: uma análise preliminar. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 7:2 (jul./dez. 2002) 207-221. [Consult. 25 jun. 2023]. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23433>.

PANELLA, N. M.

2001 *Pautas para bibliotecas al servicio de pacientes de hospital, ancianos y discapacitados en centros de atención de larga duración*. The Hague: IFLA Headquarters, 2001. (IFLA Professional Reports; 69).

SALASÁRIO, M. G. C.

2000 Biblioteca especializada e informação: da teoria conceitual à prática na biblioteca do laboratório de mecânica de precisão – LMP/UFSC. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*. [Em linha]. 5:5 (2000) 104-119. [Consult. 25 jun. 2023]. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/351>.

SHUMAKER, D.

2009 Special libraries. In. *Encyclopedia of Library and Information Sciences*. Ed. Marcia J. Bates, Mary Niles Maack. 3rd. Boca Raton, FL: CRC Press, 2009, chapter 9.

SILVEIRA, S.

2014 *Bibliotecas especiais: informar, acolher e humanizar*. São Paulo, 2014.
Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Biblioteconomia - Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

TARGINO, M. G.

1988 Bibliotecas universitárias e especializadas de São Luís. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*. [Em linha]. 16:1 (jan./jun. 1988) 19-32. [Consult. 25 jun. 2023]. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/44433>.

Carla Broseghini Moreira de Carvalho | carlahrs@gmail.com

Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Maria Liz Cunha de Oliveira | lizecunhad@gmail.com

Universidade Católica de Brasília (UCB) - Escola Superior de Ciências da Saúde, Brasil

IMPACTOS DA CIÊNCIA ABERTA NA AUTORIA E AUTORIDADE CIENTÍFICA EM PESQUISAS COLABORATIVAS SOBRE *CANNABIS* MEDICINAL

IMPACTS OF OPEN SCIENCE ON AUTHORSHIP AND SCIENTIFIC AUTHORITY IN COLLABORATIVE RESEARCH ON MEDICINAL CANNABIS

Ivanilma de Oliveira Gama | Regina de Barros Cianconi | Maria Nélida González de Gomez

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a10>

Resumo: O objetivo central do estudo é investigar a construção epistêmica de autoria coletiva e autoridade científica nas produções científicas de pesquisas colaborativas sobre *cannabis* medicinal. Aplicou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica e documental para apresentar, sob a lente da ciência aberta, os impactos ao compartilhamento de dados científicos oriundos de redes colaborativas. Debate as mudanças ocorridas nos direitos autorais com a introdução das tecnologias de comunicação. Analisa as diretrizes jurídicas acerca dos dados científicos e propõe o conceito de autoria coletiva. Utilizou-se o estudo de casos múltiplos aliado a aplicação de entrevistas a pesquisadores que estudam os efeitos medicinais da planta *cannabis*, para examinar as principais discussões e transformações sobre a concessão de autoridade na produção científica e os caminhos que as legislações de direitos autorais vêm traçando. Conclui-se que há uma possibilidade no campo científico para as propostas do movimento de ciência aberta, principalmente pelas vantagens da colaboração em diversas instâncias, mas os direitos autorais necessitam de avanços para amparar as disputas por capital simbólico.

Palavras-chave: Autoria coletiva; Cannabis medicinal; Ciência aberta; Colaboração acadêmica; Dados científicos.

Abstract: The main objective of the study is to investigate the epistemic construction of collective authorship and scientific authority in scientific productions of collaborative research on medicinal *cannabis*. The methodology involved bibliographic and documentary research to present, through the lens of open science, the impacts on sharing scientific data from collaborative networks. It discusses the changes in copyright with the introduction of communication technologies, analyzes legal guidelines regarding scientific data, and proposes the concept of collective authorship. Multiple case studies were employed along with interviews with researchers studying the medicinal effects of the *cannabis* plant to examine the main discussions and transformations regarding the granting of authority in scientific production and the paths that copyright laws have been tracing. It is concluded that there is potential in the scientific field for the proposals of the open science movement, primarily due to the advantages of collaboration in various instances, but copyright laws need advancements to support disputes over symbolic capital.

Keywords: Collective authorship; Cannabis; Open Science; Academic collaboration; Scientific data.

1. Introdução

Esta publicação visa analisar a construção epistêmica de autoria e autoridade científica nas produções de pesquisas colaborativas sobre uso de *cannabis*¹ medicinal. Para tanto,

¹ Mais conhecida no Brasil como Maconha, a planta, do gênero de angiospermas, origina-se do Centro e Sul da Ásia. Possui três variantes: sativa, indica e ruderalis e é utilizada na fabricação de fibras, produtos com fins medicinais e como droga psicoativa.

discute-se, na perspectiva do movimento de ciência aberta, as transformações que atingem a comunicação científica com ênfase nas nuances advindas da inclusão dos dados científicos.

A formação de redes colaborativas na ciência espelha o próprio movimento da ciência moderna em seu processo de consolidação. A incorporação de diversas tecnologias, que vão desde o uso da imprensa até os meios digitais, reflete o anseio por abertura e compartilhamento. Neste sentido, a dinâmica de pesquisas colaborativas contribui para a diversificação e crescimento de dados científicos, construindo um novo paradigma no sistema científico: a *e-Science* (APPEL, 2014; ALBAGLI, APPEL e MACIEL, 2014). Nela, encontra-se o uso intensivo de artefatos tecnológicos para o tratamento do grande volume de dados oriundos de pesquisas colaborativas.

Em vista das crescentes possibilidades de socialização entre pesquisadores de disciplinas, instituições e nacionalidades diversas, tais pesquisas caracterizam-se cada vez mais como interdisciplinares, interinstitucionais e internacionais e provém de práticas de reuso de dados, reprodutibilidade de experimentos e outros modos de verificação de resultados de pesquisas.

O processo de abertura e compartilhamento destes ativos demanda a verificação de questões éticas e legais em torno da autoria e da autoridade em ciência, pois a introdução de novos elementos aos modelos tradicionais revela a necessidade de modificações nas relações de poder que legitimam os atores, valida os resultados e autoridades na área.

Ademais, tratar de ciência aberta é estabelecer um modelo de governança compartilhado e aberto com normas que estejam alinhadas às novas demandas de autoridade, legitimação e validade científicas. A motivação para este fim inclui os alicerces da comunicação científica que se encontra em estágio de profundos questionamentos em relação aos seus atores, processos e regras estabelecidas.

Tais questionamentos, em parte, sinalizam as lacunas e incertezas trazidas pelas atuais legislações de direitos autorais brasileiras (ALBAGLI, 2015; GUANAES, 2018; WILLINSKY, 2018) que não se mostram capazes de lidar com a paternidade sobre ativos digitais, principalmente quando são vinculados às pesquisas colaborativas com características diversificadas.

Para a compreensão deste cenário, foi necessário a escolha, primeiramente, de uma área do conhecimento. Neste caso, optou-se pela Saúde por ser considerada pela Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e pela Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) como um direito essencial aos seres humanos, sendo dever da União, estados e municípios o seu cuidado e sua defesa. Por isso, é considerado um campo estratégico e sensível em assuntos sociais, econômicos e políticos.

Entendendo a complexidade de áreas específicas no campo da Saúde, tornou-se necessário o recorte de uma temática específica. Por isso, há em curso um progresso nas cooperações nacionais e internacionais da área com a participação de pacientes, organismos civis, privados e instituições de ensino e pesquisa que formam redes colaborativas cada vez mais capilarizadas e variáveis.

As pesquisas desenvolvidas no tocante ao uso da planta *cannabis* com fins medicinais, além dos resultados positivos em doenças psíquicas, efeitos colaterais do tratamento de tipos de

tumores cancerígenos e doenças imunossupressoras, como HIV/AIDS, por exemplo, apresentam estruturas cuja participação ativa dos pacientes e organismos civis e não-governamentais têm sido válidas nos avanços do debate público sobre a legalização e descriminalização sobre a planta e o medicamento em diversos países, inclusive no Brasil. Desta forma, a atenção deste estudo encontra-se debruçada neste grupo específico.

Estudos realizados por Jorge (2018), Goldim (2005, 2010) e Guanaes (2018), a título de exemplo, no que diz respeito aos marcos jurídicos de direitos autorais para uso e reuso de dados científicos de Saúde, mostram que esse cenário ainda gera incertezas às instituições, pesquisadores e gestores, principalmente os que envolvem pesquisas com seres humanos e dados sensíveis, enfatizando que isso pode trazer prejuízo para o compartilhamento de dados científicos.

Deste modo, o objetivo central deste estudo é investigar a construção epistêmica de autoria coletiva e autoridade científica nas produções científicas de pesquisas colaborativas sobre *cannabis* medicinal. Enquanto objetivos específicos para atender este pressuposto, têm-se: a) analisar os impactos do movimento de ciência aberta na comunicação científica na área da Saúde, considerando aspectos como dados abertos e ciência cidadã; b) investigar se o movimento de ciência aberta está impactando a autoria coletiva e autoridade em ciência; c) examinar como normativas jurídicas de direitos autorais repercutem nas pesquisas colaborativas em Saúde; d) identificar as dinâmicas para atribuição de autoria e autoridade científica sobre *cannabis* medicinal, tendo em vista as influências do movimento de ciência aberta.

Na estrutura deste artigo, além desta introdução, serão apresentados os procedimentos metodológicos que embasaram o estudo na seção 2. A seguir, a seção 3 tratará dos novos percursos científicos com o movimento de ciência aberta e seus reflexos nas pesquisas colaborativas de modo geral e no campo da Saúde. A seção 4 abordará as vertentes da autoria e autoridade em ciência e os impactos do direito autoral neste cenário. Em seguida, a seção 5 analisará os resultados alcançados. Por fim, à guisa da conclusão, mostrar-se-ão as discussões realizadas ao longo do estudo e as perspectivas futuras do assunto para a Ciência da Informação, na seção 6.

Por tanto, este artigo mostra a profundidade sobre as disputas presentes no campo científico em virtude da autoria e da autoridade na produção, abertura e compartilhamento de dados científicos em pesquisas colaborativas sobre *cannabis* medicinal.

2. Procedimentos metodológicos

Com a pretensão de atender os objetivos geral e específicos deste estudo, utilizou-se uma abordagem exploratória não exaustiva (GIL, 2008), aliada aos seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudos de casos múltiplos e entrevistas.

No atendimento ao primeiro objetivo, realizou-se pesquisa bibliográfica em bases de dados nacionais e internacionais relevantes quali-quantitativamente ao campo da Ciência da Informação e da Saúde, tais como: La Referencia, Scielo, BRAPCI, BENANCIB e OaSIS.Br, Pub Med Central, Sistema *online* de busca e análise de literatura médica (MEDLINE), Bibliotecas Virtuais em Saúde (BVS) e Literatura Latino-Americana e Caribe em Ciências

da Saúde (LILACS). Utilizou-se como estratégia de busca a sentença “Scientific communication’ AND ‘Open Science’ AND Health” e foram selecionadas as publicações que datam de 2010 a 2019, sendo os dez anos antes do início deste estudo.

No cumprimento ao segundo objetivo, manteve-se a estratégia do levantamento bibliográfico direcionada ao campo da Ciência da Informação e bases multidisciplinares, como Web of Science, EBSCO Essentials e Scopus. Neste caso, adotaram-se os seguintes parâmetros: “‘Open Science’ AND ‘Author’ OR ‘Authorship’ OR ‘Authority’” e estabeleceu-se o mesmo recorte temporal anterior. Para atingir o terceiro objetivo, primeiramente, foi realizada uma revisão de literatura nas bases interdisciplinares já utilizadas no objetivo anterior. Em conjunto, apuraram-se documentos em *sites* jurídicos nacionais e internacionais, a exemplo do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LexML), GlobaLEX, JSTOR, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados e do Planalto brasileiro.

As três estratégias metodológicas anteriores permitiram o desenvolvimento do arcabouço teórico-conceitual da pesquisa, o que encaminhou para a captação de dados circunstanciais que comprovassem as discussões trazidas. No cumprimento do quarto objetivo, utilizou-se a estratégia de estudos de casos múltiplos (CALAZANS, 2007; YIN, 2015), associada à aplicação de entrevistas com pesquisadores(as) que estiverem enquadrados(as) nos seguintes critérios: participem ou participaram de pesquisas sobre o uso da *cannabis* para uso medicinal; estejam vinculados(as) a instituições de pesquisas e/ou universidades brasileiras; e realizem ou realizaram pesquisas colaborativas com outras instituições nacionais e/ou internacionais e/ou em conjunto com associações de pacientes para o uso dos medicamentos fitoterápicos.

As entrevistas, conforme aponta Duarte (2004), são fundamentais para o aprofundamento e o mapeamento de sistemas, crenças e valores classificatórios de universos sociais específicos. Nesta circunstância, utilizou-se a técnica de incidente crítico (FLANAGAN, 1973) para a construção das assertivas do roteiro de entrevistas para o registro de comportamentos específicos para o diagnóstico de observações e avaliações necessárias.

A seleção do grupo de entrevistados considerou os pesquisadores encontrados na Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas (PBPD) e presentes nos principais eventos sobre *cannabis* medicinal, como I Congresso Internacional de Drogas: Lei, Saúde e Sociedade, ocorrido em 2013, e IV Simpósio Internacional de *cannabis* medicinal, acontecido em 2014. Foram efetuadas sete entrevistas com cientistas de algumas das principais universidades e instituições de pesquisa do país, como: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP/USP) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O roteiro das entrevistas foi composto pelas seguintes assertivas:

1. Você está participando de pesquisas colaborativas?
 - 1.1. Em caso negativo, quando ocorreu sua pesquisa em colaboração mais recente?
2. Tendo em vista os seus três últimos artigos publicados em colaboração, indique a quantidade de colaboradores que participaram de cada um.

3. Já ocorreu que as restrições de agências de fomento, revistas científicas, organizações públicas de pesquisa ou outro agente tenham contribuído para não realização de pesquisas colaborativas?
 - 3.1. Em caso positivo, mencione um caso, pelo menos.
4. Como você avalia a colaboração com atores não cientistas nas suas pesquisas e quais os pontos positivos e negativos que você destacaria?
5. Você costuma compartilhar os dados produzidos nas suas pesquisas?
 - 5.1. Em caso positivo, quais os instrumentos escolhidos com maior frequência?
() Repositórios; () Periódicos de dados abertos; () Cadernos abertos de pesquisa; () Outros:
 - 5.2. Justifique o motivo das escolhas.
6. No momento de compartilhamento de dados científicos de pesquisas colaborativas, quais as normativas que você costuma consultar com maior regularidade? () Legislações de direitos autorais; () Políticas editoriais; () Regulamentos de agências de fomento; () Órgãos de pesquisas nacionais e internacionais; () Licenças abertas; () Políticas de depósito de repositórios; () Outro (especifique):
7. Você acredita que houve ocasiões em que a legislação de direitos autorais interferiu no processo de compartilhamento de dados nas suas pesquisas colaborativas?
 - 7.1. Em caso positivo, descreva, pelo menos, uma situação.
8. Nos casos de pesquisas em colaboração com não cientistas, você percebe alguma dificuldade referente à legislação de direitos autorais na atribuição de autoria?
 - 8.1. Em caso positivo, você poderia listar, pelo menos, as três que mais impactaram nesse processo?
9. Procura fazer uso de “melhores práticas” de atribuição de autoria, como critérios para evitar ambiguidade de contribuição, quando não fica claro quem fez o quê na pesquisa; critérios para atribuição de ordem de autoria; e/ou outras boas práticas para evitar conflitos éticos?
 - 9.1. Em caso positivo, poderia exemplificar?

Para análise dos dados coletados nestas entrevistas, utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), estruturada conforme está disposto o Quadro 1, que os classificou em três categorias (composição das redes colaborativas; impacto das leis de direitos para atribuição de autoria coletiva e autoridade em ciência; modos de compartilhamento de dados de pesquisa) e oito subcategorias (formação de redes de colaboração; percepção sobre a participação de não cientistas; experiências que impactaram o processo da pesquisa colaborativa; concessão de direitos autorais para publicação tradicional e/ou dados produzidos de pesquisas colaborativas; sistema de

avaliação e recompensas de atores no campo científico; fatos que impactaram no compartilhamento dos dados de pesquisas colaborativas).

Quadro 1 – Matriz de Análise de Discurso

Categoria	Subcategoria
Composição das redes colaborativas	Formação de redes de colaboração
	Percepção sobre a participação de não cientistas
	Experiências que impactaram o processo da pesquisa colaborativa
Impactos das leis de direitos para atribuição de autoria coletiva e autoridade em ciência	Concessão de direitos autorais para publicação tradicional e/ou dados produzidos de pesquisas colaborativas
	Sistema de avaliação e recompensas de atores no campo científico
	Fatos que impactaram no compartilhamento dos dados de pesquisas colaborativas
Modos de compartilhamento de dados de pesquisa	Infraestruturas e ferramentas para compartilhamento de dados produzidos
	Iniciativas para auxiliar no compartilhamento de dados produzidos

Fonte: As autoras.

Para complementar a análise, foi realizada a separação das assertivas em unidades de registro e de contexto de acordo com o que se pretendia explorar a partir daquilo que os pesquisadores apresentaram. Algumas alegações foram utilizadas em mais de uma categoria, devido ao que foi exposto pelos entrevistados, o que possibilitou que se extraíssem informações que validassem a hipótese da pesquisa e que será vista neste artigo.

3. Ecosistema do movimento de ciência aberta

As discussões sobre ciência aberta já eram registradas no período pós-renascentista, no século XVI, com o processo de priorização dos bens intelectuais, com a incorporação da imprensa, tendo ressurgido com o movimento de acesso aberto no final do século XX, o que mostra que a introdução de novas metodologias e tecnologias ao fazer científico é desafiadora.

Tomando as circunstâncias sociais e tecnológicas atuais, a ciência aberta mostra-se ramificada em diferentes aspectos, sendo os principais acesso aberto, dados abertos, pesquisa reprodutível aberta, avaliação da ciência aberta, políticas de ciência aberta, ferramentas da ciência aberta, educação aberta, licenciamento aberto, ciência cidadã, preservação digital e inovação aberta, conforme apresenta a taxonomia dos estudos de Silveira *et al.* (2021).

Em termos gerais, o movimento de ciência aberta pauta-se em princípios de construção coletiva do conhecimento a partir da abertura e compartilhamento de informações, discutindo, também, os formatos de validação e reconhecimento de autoridade no campo (GAMA, 2022). Ao reunir diversas iniciativas e movimentos, é conhecido como o movimento dos movimentos (ALBAGLI, 2019). Neste estudo serão abordados o acesso

aberto, dados abertos, revisão aberta e ciência cidadã, como forma de compreender as principais nuances presentes no movimento.

O movimento de acesso aberto consiste em um dos primeiros movimentos que discutem os malefícios do produtivismo exacerbado na ciência. Como reação a dominação das editoras no processo de comunicação científica, foram sendo promulgadas as principais declarações que articularam a legitimação do movimento. A Declaração de Budapeste e Santo Domingo (UNESCO, 2003) apresenta um conceito político e social para a ciência do século XXI, enfatizando a necessidade da interação entre ciência, sociedade civil e setor privado.

A Convenção de Santa Fé, ocorrida em 1999, expôs as recomendações de Paul Ginsparg², Rick Luce e Hebert Van de Sompel sobre a garantia de um serviço internacional e confiável para o autoarquivamento das publicações científicas em formato digital e propôs a iniciativa dos arquivos abertos, discutindo uma nova forma para a publicação através do autoarquivamento e da revisão dos *preprints*.

Na Declaração de Budapeste, conhecida como BOAI, os princípios fundamentais são o acesso irrestrito aos documentos científicos e a exclusão dos entraves de direitos de propriedade às publicações científicas (BUDAPEST..., 2002). A BOAI apresenta, ainda, à comunidade acadêmica duas estratégias: 1) modelos de negócios abertos para publicação de periódicos revisto por pares (via dourada) e 2) o acesso à publicação científica e o autoarquivamento de artigos científicos revisados por pares em repositórios digitais (via verde) (HARNAD e BRODY, 2004; BUSTOS-GONZALEZ e FERNANDEZ-PORCEL, 2007). Em suma, a garantia de *download*, uso e reuso, leitura das publicações científicas dariam continuidade a todo um conjunto de práticas abertas científicas.

O movimento de acesso aberto contribuiu para a discussão de uma ciência democrática que permite o desenvolvimento da pesquisa científica em diversas áreas do conhecimento e diferentes localidades. O desenvolvimento tecnológico, as críticas a respeito da construção epistemológica e práticas científicas, além das consequências negativas dentro da comunicação científica, destacam-se como fatores determinantes para o fortalecimento das estratégias do movimento de acesso aberto.

Outra iniciativa em destaque na ciência aberta é a relacionada aos dados abertos. A ressignificação do papel dos dados no campo científico tornou-se o atual paradigma conhecido como ciência de dados ou *e-Science*, como relatam Borgman (2007, 2010) e Gray (Hey *et al.*, 2009). Isto está vinculado a um conjunto de ações que visa repensar a “cultura do impresso” dentro da comunicação científica e propor a “redocumentalização” que englobe outros elementos, como os dados, possibilitando o seu acesso (LE DUFF, 2016).

Os dados de pesquisa³ são definidos de formas diversas na literatura. De acordo com a Organização para Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE), são definidos como “registros factuais (marcações numéricas, registros textuais, imagens e sons) utilizados como fontes primárias para pesquisa científica e que seja, comumente, aceito

² É fundamental mencionar que Paul Ginsparg foi um dos precursores da criação dos primeiros repositórios temáticos, o ArXiv.org (ALVES, 2017; WEITZEL, 2005; 2006).

³ Ou dados científicos.

pela comunidade científica como necessário para a validação de resultados científicos” (ORGANISATION..., 2007:13).

O *National Institutes of Health* (NIH), utilizando o termo “dados finais de pesquisa”, faz a mesma análise conceitual da OECD, incluindo a este escopo cadernos de laboratórios, análises preliminares, rascunhos, planos para pesquisas posteriores, comunicações informacionais entre pares, amostras de laboratórios, extratos animais e vegetais, dentre outros. Jorge (2018) alega que o memorial da pesquisa não está no cerne dos objetivos do NIH, assim como também da OECD.

Em contrapartida, a Fundação Bill & Melinda Gates (BILL..., 2022, *tradução nossa*) os descreve como “quaisquer dados primários, metadados associados, *software* original e quaisquer materiais adicionais relevantes que sejam necessários a entender, avaliar e replicar os resultados do estudo relatado na totalidade”, ressaltando a relevância que estes sejam coletados, manipulados, reusados e reinterpretados em qualquer formato, suporte e contexto por terceiros.

Nesta linha de conceituação, o Open Knowledge Foundation ([2022]) interpreta os dados científicos como dados abertos a partir da necessidade de que tais itens precisam estar disponíveis livremente, podendo ser reutilizados e redistribuídos por qualquer pessoa, sujeitos à atribuição de autoria de acordo com a legislação vigente. Tais definições encaminham para que este estudo compreenda que os dados de pesquisa são quaisquer materiais relevantes que contribuíram em um estudo científico de todas as áreas do conhecimento, que possam ser coletados, manipulados, reusados e reinterpretados em qualquer formato, suporte e/ou contexto.

Ainda que dados científicos e dados abertos não sejam sinônimos, é coerente perceber que a discussão sobre os primeiros adquire notoriedade junto com a iniciativa transnacional de parceria para governo aberto (*Open Government Partnership*, 2011), uma vez que os princípios desta conduzem a garantia do direito à informação, como forma de transparência e divulgação informacionais, *accountability* e participação cidadã, assemelham-se aos princípios do movimento de ciência aberta.

Além disto, a produção científica é resultado de investimentos da administração pública por meio de agências de fomento, instituições públicas, fundações de amparo à pesquisa, como citam Dudziak (2018) e Ribeiro *et al.* (2020). Em busca de alinhamento às exigências legislativas trazidas pelo Governo Aberto, as instituições acadêmicas e de pesquisa vêm traçando Planos de Dados Abertos (PDA), como, por exemplo, o desenvolvido pela Fiocruz que foi instaurado em Portaria nº 238/2018 (FIOCRUZ, 2018) e que atinge não somente os dados institucionais, como também os produzidos em pesquisas científicas dentro destes organismos.

Parte importante do contexto da ciência aberta está no sistema avaliativo por pares. O processo de avaliação, desde o início da ciência moderna, contribui no ajuste do fluxo informacional da publicação científica, controlando a qualidade e originalidade da pesquisa, confiabilidade dos cientistas e determina os aportes financeiros em pesquisas. Ainda assim, o modo avaliativo mostrou algumas discrepâncias, tais como: ausência de credibilidade e transparência, custos elevados, falta de incentivo na captação de avaliadores, fraudes, plágios, escassez de nitidez nos termos e políticas editoriais sobre os

direitos de utilização e propriedade dos pareceres emitidos pelos revisores (AMARAL e PRÍNCIPE, 2018; ARAÚJO e PEDRI, 2018; HEISE e PEARCE, 2020).

Por conta disto, surge a proposta da revisão aberta por pares na qual a identidade dos revisores e autores é conhecida e o parecer dos revisores é posto em conjunto com o artigo. Assim como incentiva a maior participação aberta de não cientistas na avaliação dos manuscritos, segundo os estudos de Ross-Hellauer (2017). Esta proposta acompanha a lógica de promoção da transparência no ambiente científico impulsionada pelos aparatos digitais que permitem um “acesso infra documentário” (BASILI, 2017), ou seja, permite não somente a leitura, mas também o acesso a todos os componentes do documento, tais como: dados, *preprints*, pareceres avaliativos, entre outros.

Envoltos na dialética do movimento de ciência aberta, que preza pela prestação de contas e transparência nas práticas científicas, o controle da qualidade e da avaliação crítica exige por uma comunidade ampliada dos pares conforme identificam Funtowicz e Ravetz (1992). Com isto, a discussão sobre a ciência cidadã ganha notoriedade dentro do sistema.

Jasanoff (2019) enfatiza que há um período de transição acontecendo referente aos parâmetros de qualidade em ciência. Deste modo, a *accountability* e a responsabilidade social da ciência encontra-se vinculado a diminuição dos espaços entre a sociedade em geral e a pesquisa básica. A participação social torna-se importante para o desenvolvimento do estágio atual da ciência moderna.

O Manifesto Ciência Cidadã (MOVIMENTO..., 2012) compreende a pesquisa como bem público e seus benefícios devem ser definidos pela sociedade. Nesse sentido, a ciência cidadã explora o engajamento público na coleta e análise de dados, conhecimento local e individual em diversas áreas científicas, como agricultura, meio ambiente e saúde, por exemplo. A ciência cidadã propõe modelos de produção do conhecimento que valorizem o esforço e as contribuições intelectuais dos cidadãos (HECKER *et al.*, 2018; PARRA, 2015).

A ciência cidadã contempla uma gama de atividades e modelos de colaboração realizadas por diversos atores em níveis diferentes na produção do conhecimento e que se caracteriza por uma colaboração socialmente orientada. É possível perceber desde as interações mediadas pelas tecnologias digitais em escala global, assim como a participação voluntária levando em consideração conhecimento do ambiente local (SANZ *et al.*, 2014).

Segundo a pesquisa de Parra (2015), há quatro modelos possíveis de ciência cidadã. O **Modelo A** correlaciona as experiências de colaboração entre os cientistas e suas instituições; o **Modelo B** corresponde a participação do público como produtor ou coletor de dados; o **Modelo C** enquadra o acesso, o uso e a disponibilização de dados abertos de instituições pelos cidadãos, envolvendo as ações de Governo Aberto (*Open Government Partnership*), principalmente; e o **Modelo D** se relaciona a participação social em todas as etapas do processo de produção, sistematização e difusão de novos conhecimentos.

Esta visão advém de uma necessidade de consciência de pertencimento dos cidadãos em diversos setores estratégicos, entre eles a ciência, alinhada à ascensão do capitalismo cognitivo que incita a valorização dos bens imateriais, como informação, dados e conhecimento. A colaboração, compartilhamento e acesso à informação tornam-se peças fundamentais nesse novo arranjo econômico.

A diminuição dos espaços geográficos propiciada pelas novas tecnologias de informação e comunicação e a valorização dos processos de apropriação da informação por meio de trabalhos colaborativos, permitiu a ascensão de lideranças que formaram uma classe de intelectuais orgânicos em suas comunidades locais (MARTELETO, 2009) e que se tornaram relevantes na proposição de soluções para problemas globais e locais.

3.1. Reflexos em torno das pesquisas colaborativas: discussões sobre compartilhamento e abertura de dados em saúde

Merton (2013) e Santos (2011) mencionam que os arranjos dentro da ciência são estimulados a ocorrerem em modo colaborativo. A construção da ciência moderna estabeleceu-se nesta premissa e a colaboração em ciência, de acordo com Sonnenwald (2007), abrange diversos elementos que circundam o campo científico, como a revisão por pares, os sistemas de recompensas, a construção dos colégios invisíveis, paradigmas científicos e políticas em C&T nacionais, internacionais, disciplinares e institucionais.

Como apontado nas seções anteriores, a presença de um movimento de mudança de padrões tradicionais científicos implica na reavaliação em diversos níveis, inclusive no que se trata nas pesquisas colaborativas. A formação e desenvolvimento das pesquisas colaborativas no âmbito da academia está direcionada a articulação entre pesquisadores, ou seja, aos esforços colaborativos de duas ou mais pessoas, instituições, agências e empresas para um empreendimento científico que envolvam objetivos comuns, esforços conjuntos, distribuição de custos, compartilhamento de informação e dados na produção de inovações científicas.

Com a fluidez informacional no acesso e na produção do conhecimento ocorridas a partir do desenvolvimento das tecnologias digitais e amparada por práticas econômicas, dá-se a ampliação destes laços a partir de redes colaborativas que se estabelecem “teias de conhecimentos”, ou seja, demandas e necessidades informacionais que exigem o agrupamento de pessoas com a finalidade de solucionar um problema específico (LEITE *et al.*, 2014; MIORANDO e LEITE, 2012).

As teias estruturam-se a partir das necessidades dos cientistas e das oportunidades desenvolvidas por estes em virtude das pesquisas ou para atender aos interesses da natureza da investigação. Um dos aspectos está na flexibilidade que articula as redes de modo interno (intra-) e externo (-inter) ao campo de origem (KATZ e MARTIN, 1997).

É fundamental lembrar que a não-linearidade intercepta o processo colaborativo e apresenta um emaranhado de possibilidades. Por isto, os modelos apresentados interligam-se formando outros arranjos. Estas arquiteturas vêm sendo avaliadas nas relações de autoria em redes colaborativas por meio de análise bibliométrica e cientométrica de coautorias, o que, segundo Meadows (1999), revela a complexidade na avaliação da produtividade através das múltiplas autorias.

As redes formam uma espécie de banco de dados gigantesco, como mostram Andrade (2014), Jenkins (2015) e Leite e Lima (2012), de temáticas diversas compostas por sujeitos distintos, interesses sociais diversificados, áreas do conhecimento, participação social consciente - quando são participantes ativos em pesquisas científicas – ou inconsciente – quando fornecem seus dados a aplicativos que são utilizados para diversos fins. Alinhado a

esta perspectiva, o Manifesto da Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (1994) salienta o quanto às pesquisas em saúde tornaram-se maiores do que o próprio campo, Macías-Chapula *et al.* (2007), Morel (2004) e Zhang *et al.* (2013) enfatizam que isto ocorre porque a gestão em saúde de modo efetivo e equitativo é um desafio global.

Deste modo, a organização e estruturação em redes colaborativas tornam-se essenciais ao avanço na resolução de grandes problemas globais, como nas pesquisas sobre DNA, epidemias e pandemias, como H1N1, Zika, Ebola, COVID-19 e varíola dos macacos. Observa-se uma mudança na gestão da informação no campo da saúde, resultando no maior investimento, a partir dos anos de 1990, nos acordos de cooperação (GEORGHIU, 1998). A promulgação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), em 2005, constitui um compromisso jurídico firmado entre os países integrantes da Organização Mundial de Saúde (OMS) com a intenção de propor respostas assertivas em saúde pública em grandes doenças que têm potencial de disseminação mundial (WHO..., 2019). Outra ilustração desta mudança de panorama encontra-se na Agenda 2030 que propõe, entre os 17 objetivos para estimular ações sustentáveis entre os países participantes, a promoção de produção de medicamentos, vacinas, tecnologias, expertises e dados de modo cooperativo, incentivando o intercâmbio internacional de informações em saúde.

Amparando estes movimentos dentro da área da Saúde, agências de fomento, privadas e públicas, e órgãos de ensino e pesquisa vêm criando aparatos para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e interinstitucionais, destacando a importância de cooperação público-privada (CARVALHO, LAGUARDIA e MACHADO, 2016; PARKER e KINGORI, 2016). Alguns modelos de estudos colaborativos ganham evidência, como a *Partnership, partner Engagement, and Collaboration* (PEC) (HUANG *et al.*, 2018)⁴ e “envolvimento do paciente e do público” (PPI)⁵ (SCHANDL *et al.*, 2022).

Contudo, há de mencionar as discrepâncias em relação à aplicabilidade destes. Pinto (2009) reporta que existe uma desconexão entre os cientistas e os demais atores, a perda da credibilidade social dos processos científicos, a ausência de *expertise* de não cientistas no cerimonial presente no desenvolvimento de pesquisas científicas. A dificuldade também atinge à responsabilização autoral de publicações e dados, assim como a distribuição de recursos, uma vez que estes estão conectados à credibilidade e à qualidade no campo científico.

Fonseca *et al.* (2018) e Guzmán *et al.* (2017) expõem um cenário adverso às pesquisas internacionais, principalmente nas cooperações entre Sul e Norte Global. Encontra-se dificuldade no que tange os índices métricos de publicações científicas, as políticas de contratação diferenciadas que envolvem a propriedade de dados produzidos, direitos de autoria, acesso e controle do financiamento, recompensas divergentes entre os parceiros. Por esta razão, países do Sul Global vêm desenvolvendo parcerias científicas a fim de sanar essas situações e na intenção de proporcionar uma agenda de pesquisa destinada aos problemas locais e regionais.

⁴ Envolve alianças entre os atores envolvidos, incluindo pacientes e sua rede de apoio, criação de aprendizagem colaborativa, parcerias acadêmico-sociais, acesso e compartilhamento de dados.

⁵ Envolve uma parceria ativa em uma ou várias partes da pesquisa, desde a preposição do problema e encaminhamento do estudo até a coautoria de manuscritos, dados e resultados.

Os efeitos da atribuição de autoria em pesquisas colaborativas atingem ao que Bourdieu (2004) classifica como “capital simbólico”. Por meio dele constroem-se importantes parâmetros avaliativos na ciência que são responsáveis pelo destacamento individual dos cientistas, aquisição de recursos para o desenvolvimento de futuras pesquisas e manutenção e articulação das redes colaborativas. O movimento de ciência aberta encontra nisto uma das suas principais barreiras, como será visto a seguir.

4. Abordagens sobre autoria e autoridade em ciência: diretrizes para dados científicos em pesquisas colaborativas

A questão da autoria, no campo científico, representa uma linha de pensamento com o autor lançando mão da sua individualidade na composição e publicação de obras, ilustrando uma espécie de consciência coletiva de um grupo específico (FOUCAULT, 2009). Em decorrência disto, assume um papel expressivo na comunicação científica, na ética em ciência e no sistema legislativo, atingindo aos pesquisadores de todas as áreas, editores, sociedades e governos.

Classifica-se autoria científica como a “[...] entidade responsável por responder intelectualmente pela integridade das publicações e dados acerca de um estudo científico” (GAMA, 2022:96), sendo considerada como a “moeda” da vida acadêmica e base do seu sistema avaliativo. Este último aspecto ganhou robustez a partir do aumento da profissionalização e especialização na pesquisa (MEADOWS, 1999).

A autoria, como destaca Bavdekar (2012), participa do sistema científico como elemento capaz de mensurar a produção individual dos pesquisadores, grupos de pesquisas e instituições de modo que garanta a promoção em organizações, financiamento de pesquisas futuras (incluindo, em alguns casos, patenteamento de descobertas) e reconhecimento moral perante a sociedade e entre pares.

Compete à “propriedade intelectual” denotar o conjunto de prerrogativas de natureza jurídica que reconhece a paternidade ao criador de obras literárias, artísticas e científicas inéditas e usufruir dos aproveitamentos da obra por tempo determinado pelas legislações, ratificada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948; BEZERRA, 2013; CAVALHEIRO, 2001; PEREIRA, 2003). Neste esforço, engloba o direito autoral, a propriedade industrial e a proteção *sui generis*, sendo o primeiro o foco deste estudo.

O direito autoral, conforme Organização Mundial da Propriedade Intelectual (ORGANIZAÇÃO..., 1980), figura um termo legal para pormenorizar os direitos que os criadores têm sobre suas obras literárias e artísticas. Enquadram-se como obras cobertas por direitos autorais: livros, música, pinturas, esculturas, filmes, programas de computador, bancos de dados, anúncios, mapas e desenhos técnicos.

Ainda é possível dividi-lo em dois tipos: morais e patrimoniais. Aos primeiros reservam-se a garantia da paternidade e integridade da obra, configurando-se como direitos pessoais e intransferíveis; os segundos, também conhecidos como econômicos, implicam no uso comercial pelos autores das suas obras, sendo possível a sua transferência parcial ou total através de cessão ou licença. A harmonização e unicidade das leis nacionais de direitos autorais em relação aos seus aspectos morais ou econômicos tornaram-se uma adversidade nos rumos da ciência aberta, como explica Guanaes e Albagli (2022).

Este ambiente de promoção do conhecimento como mercadoria (FAGUNDES, 2014) colaborou no uso dos direitos patrimoniais, geralmente concedidas aos editores comerciais com fins de publicação para alavancar a reputação acadêmica. O que fomenta uma contradição a ideologia que estabelece a ciência como bem comum e público. Preocupadas com isto, as principais declarações do movimento de ciência aberta discutiam as questões de direitos autorais na comunidade científica, tais como Budapeste (2001), Bethesda (2003), Berlim (2003), Valparaíso (2004) e do México (2017).

Desde os seus primeiros registros jurídicos, como *Copyright Act*, instaurado em 1709 pela Rainha Ana, a Convenção da União de Berna (CUB) e Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), as leis de direito autoral passaram por diversas mudanças necessárias para o acompanhamento das ambições sociais. Como forma de caminhar junto aos avanços tecnológicos, as seguintes alterações foram executadas: a “Conferência Diplomática sobre certas questões de Direito de Autor e Direitos Conexos”, realizada pela OMPI, que apresentou três tratados: (a) Tratado da OMPI sobre Direitos de Autor (WCT); (b) Tratado da OMPI de Performances e Fonogramas (WPPT); (c) Tratado da OMPI sobre Bases de Dados. Posteriormente, este último foi incorporado aos dois primeiros (BERMÚDEZ-BENITEZ, 2003; FERNÁNDEZ-MOLINA, 2003; ORGANIZAÇÃO..., 2015).

As principais contribuições destes tratados estão na ampliação dos conceitos de distribuição que incluiu a disponibilização como direito exclusivo, ou seja, incorporando qualquer transferência de propriedade; e a comunicação pública que permite que qualquer obra possa ter o suporte modificado a fim de facilitar o acesso digital (ORGANIZAÇÃO..., 2015). Tais modificações foram responsáveis pela atualização de leis de direitos autorais nacionais, como: a Lei de Direitos autorais no Brasil (BRASIL, 1998), *Digital Millennium Act*, dos Estados Unidos da América, as Diretivas da União Europeia 92/100/CEE (COMUNIDADE..., 1992), 2001/29/CE (PARLAMENTO..., 2001) e 2006/115/CE (PARLAMENTO..., 2006).

No entanto, a complexidade do acesso e uso informacional do ambiente digital torna algumas limitações e exceções das legislações autorais pouco aplicáveis. Sandra Braman (2004) explica, em seus estudos sobre regime de informação, que a formação de um novo regime presume novos formatos políticos que acarretam alterações na lei e na regulamentação. A estrutura normativa, a partir dos novos modelos cooperativos, exige contratos bilaterais ou poli laterais que compreendam isto. Para Branco e Britto (2013), o uso das licenças públicas expandiu-se na tentativa de alocar esforços para que os titulares pudessem conceder as permissões a terceiros no acesso, reuso e compartilhamento de suas propriedades intelectuais.

Na ciência, o *Creative Commons* (CC) (2020), uma das mais conhecidas licenças abertas, tomaram um espaço na discussão a respeito das imposições postas pelas editoras comerciais que atingiam o processo da comunicação científica. A flexibilidade destas está não somente nos modelos diversos de permissão, mas também na oportunidade de interrupção a qualquer tempo, com exceção das obras derivadas que já estejam em circulação (CREATIVE..., 2017). Mesmo que a própria CC indique que as licenças não foram direcionadas ao campo científico (GUANAES e ALBAGLI, 2022), desde 2005, a organização vem desenvolvendo estratégias para atender às demandas da ciência aberta, como o projeto *Science Commons* e a plataforma *Scholar's Copyright Project*.

Outrossim, uma organização em rede em pesquisas colaborativas reivindica por uma construção conceitual de autoria que atenda à complexidade do momento. Na concepção das teias de conhecimento, a *expertise* torna-se o fator relevante na produção do conhecimento e de uma “inteligência coletiva” (LÉVY, 1999). Em ciência aberta, a colaboração e compartilhamento da produção científica têm como tópicos centrais a transparência e a responsabilidade compartilhada, o que presume “o estabelecimento de uma sinergia entre competências, recursos e projetos, a constituição e manutenção dinâmicas de memórias em comum, a ativação de modos de cooperação flexíveis e transversais, a distribuição coordenada dos centros de decisão” (LÉVY, 1999:26).

Portanto, neste estudo, avalia-se que o conceito de “autoria coletiva” (GAMA, 2022) resume as amplas interconexões permitidas pelas redes, tendo em vista a multiplicidade de sujeitos e de ações na produção científica, demarcando a contribuição individual como método para a atribuição de autoria. Ainda caracterizando-se pela descentralização, auto-organização, conectividade, interação e dialógico, como enfatiza Weissberg (2003).

Ao destacar o aumento do uso de dados na produção científica, enaltecendo a transparência e responsabilidade social, a autoria coletiva, segundo Oliveira (2019), está vinculada ao compartilhamento e gerenciamento de dados científicos que envolvem propósitos distintos, dependendo do colaborador, e que deve dialogar com a heterogeneidade de entendimentos jurídicos para uso e reuso dos dados, colocando a autoria coletiva como um espaço de disputa em rede, como analisa Martins (2014).

Bizerra e Sá (2022) e Oliveira (2019) apresentam a necessidade de compreender o autor, no caso de dados, como contribuidor ou colaborador, possibilitando que pesquisadores, curadores, pacientes, universidades, ONGs, associações de pacientes, entre outros, sejam passíveis de serem identificados como responsáveis. Devido à complexidade que esse novo arranjo autoral traz, Brand *et al.* (2015) trouxeram um quadro taxonômico para as possíveis contribuições em ciência que envolvem 14 papéis passíveis de serem exercidos em uma pesquisa, aprimorando metodologia para a atribuição, crédito e prestação de contas. Dentre os tipos, têm-se conceptualização, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração do projeto, recursos, *software*, supervisão, validação, visualização, escrita (rascunho original) e escrita (análise e edição). Nesta projeção, os participantes têm autonomia para assinalarem quais foram as suas funções e alterá-las, se for necessário.

Na área da Saúde, diversos caminhos vêm sendo traçados a fim de potencializar o uso dos ativos digitais provenientes destas pesquisas, uma vez que a estrutura jurídica destinada a estes não abrange todas as demandas de identificação e responsabilização de seus produtores. Com isto, há um processo adaptativo autônomo de pesquisadores, editores e instituições de pesquisa que recorrem às táticas já em uso para publicações dos resultados com a finalidade de orientar na atribuição de autoria e compartilhamento de dados. Dentre as iniciativas, pode-se citar o “Ciclo virtuoso” (PIERCE *et al.*, 2019), documentos *Data Citation: a guide to best practice* (EUROPEAN..., 2022) e *Joint Declaration of Data Citation Principles* (DATA..., 2014). Alinhado a estas, há uma série de orientações desenvolvidas pelos administradores de repositórios de dados, associações de editores científicos, agências de fomento e financiadores privados nacionais e internacionais.

Ainda que haja amplas ações para melhores práticas para autoria e compartilhamento de dados no campo da saúde, Kipnis (2021), em seu estudo sobre as perspectivas de mais de

2700 pesquisadores das ciências da vida sobre os dados abertos, mostrou que 42% tinham receio quanto ao uso indevido dos dados, 41% se preocupavam com o não reconhecimento pela autoria dos dados e 34% tinham dúvidas quanto aos direitos autorais e licenças abertas para dados.

Compreendendo este panorama, o alinhamento das normativas de direito autoral, as diretrizes de financiadores e editores com as novas funções de autor, aparenta ser nebuloso aos empreendimentos das pesquisas colaborativas sob a luz da ciência aberta. Devido a isto, procurou-se, a partir de um estudo de caso de pesquisas colaborativas sobre o uso da *cannabis* medicinal, identificar as principais discussões sobre a concessão de autoridade na produção científica e os caminhos que as legislações de direitos autorais vêm traçando.

5. Análise e resultados

A colaboração torna-se peça fundamental no atual cenário econômico que está mediado pelas TIC e, no campo científico, tornou-se ainda mais central para a construção de soluções para problemas globais. Para tanto, a interdisciplinaridade, transparência, responsabilidade compartilhada e engajamento público constroem uma nova perspectiva na produção do conhecimento científico em áreas sensíveis, como é o caso da Saúde.

Deste modo, este estudo permeou, através das vivências de um determinado grupo de pesquisadores, as redes colaborativas que se formam para a realização de pesquisas sobre as propriedades terapêuticas das substâncias extraídas da planta *cannabis*. A escolha deste nicho ocorreu devido à notoriedade que as propriedades do fitoterápico vem adquirindo apesar das barreiras legais em torno do consumo recreativo impostas pelo tratado internacional “Convenção Única de Drogas Narcóticas” (UNITED NATIONS, 1961).

A despeito da proibição e da escassez dos insumos às pesquisas sobre a temática, houve a persistência dos pesquisadores de diversas áreas, como Biomedicina, Neurologia, Farmácia e Psiquiatria, e engajamento de pacientes e organismos sociais para apropriação das inovações medicinais da *cannabis*, o que incentivou o processo de pesquisa empírica autônoma dos agentes sociais (CARLINI, 2006; MALCHER-LOPES, 2014; ROBSON, 2005). Este procedimento interveio no debate público sobre as melhorias trazidas pelo fitoterápico que resultou na mobilização do Estado para incentivo aos estudos científicos e legalização do uso para fins medicinais e/ou recreativos em diversos países, destacando o Uruguai como pioneiro em 2013.

Em 2019, a OMS, no seu 41º relatório (WHO..., 2019), reconheceu o valor do Cannabidiol como recurso terapêutico e, em 2020, a Comissão de Drogas Narcóticas da ONU (CND-ONU) reviu, a pedido da OMS, as recomendações do documento emitido em 1961, que incluía a *cannabis* como uma droga de alta periculosidade (WHO..., 2019).

Por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016; SEVERINO, 2016), buscou-se compreender e interligar o que foi exposto no marco teórico conceitual com os dados coletados nas entrevistas aplicadas. A organização destes dados ocorreu por meio de categorias e subcategorias propostas a partir da revisão de literatura.

Pela natureza e o histórico das produções científicas que envolve este tema, é perceptível que haja visões diferentes a respeito do processo de atribuição de autoria e autoridade nos

dados produzidos nestes estudos. Isto ocasiona um espaço de rupturas epistêmicas no campo científico, nas molduras jurídicas e na responsabilização dos autores. Para compreender de que forma isto atinge a comunicação científica no campo da Saúde, foi realizada uma investigação por meio de estudo de caso, associada à aplicação de entrevistas com pesquisadores que desenvolvem estudos com *cannabis* medicinal.

Por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016; SEVERINO, 2016), buscou-se compreender e interligar o que foi exposto no marco teórico conceitual com os dados coletados nas entrevistas aplicadas. A organização destes dados ocorreu por meio de categorias e subcategorias propostas a partir da revisão de literatura.

Os relatos dos pesquisadores possibilitaram, preliminarmente, traçar um perfil das redes colaborativas deste grupo. Identificou-se que todos os entrevistados participam de pesquisas colaborativas, tendo em vista as últimas três publicações, e que a média de participantes destas varia de 3 a 7 pessoas. Três entrevistados relataram que incluem não cientistas e organismos sociais como colaboradores e expressaram os pontos positivos e negativos deste tipo de interação⁶.

Existem descompassos, não é? Eu acho que existe um descompasso entre a realidade da sociedade e o que a academia pesquisa. Há um *delay* temporal aí nesse... Academia embora ela seja sempre, não é, as pesquisas são participativas, ela ainda não consegue abarcar o todo, mega dinâmica entre a sociedade. E a política, então, ela está em um *delay* muito maior ali que do que a ciência preconiza para um bem viver social. Existem esses dois *delays* aí, né? Tanto da realidade para a ciência quanto da ciência para a política. Que é um grande desafio, não é? Como encurtar esses tempos? (Entrevistado B).

E aí o ponto positivo, sim, é poder trazer a realidade, porque a universidade vai ficar muito fechada, não é? Então, é... você conversa com pesquisadores; eles estão cada um está no seu mundo, eu diria assim. Então, assim, é sair dessa fronteira. É entender a realidade. [...] Então, eu acho assim, apesar da tensão que isso traz, não é, eu acho que até isso é ponto positivo como ponto de vista de você sair daquele mundinho, entendeu? Muitas vezes, a gente vê na TV e nos jornais, por exemplo, como é na comunidade. Mas uma coisa é ver e a outra coisa é vivenciar, né? É vivenciar assim passando pela situação, não só vendo. Então eu acho que isso é positivo para mim e pros meus alunos vivenciarem. Tem muitos alunos já vivenciam isso. É a realidade deles, mas outros não. Então, para mim, isso é positivo. A outra dos outros positivos é conversar mesmo com os pacientes. Tem coisas que você vê nos artigos, mas não é a mesma coisa. Você conversar com paciente, com a pessoa. Ali, eu não falo nem paciente, porque no caso o paciente são os filhos. No caso, são os pais, certo? (Entrevistado D).

⁶ A resposta do Entrevistado B foi vinculada a categoria “Composição das redes colaborativas”, na subcategoria “Percepção sobre a participação de não cientistas” e na unidade de registro “Relacionamento com não cientistas” e a do Entrevista C encontra-se nas mesmas categorias, mas na unidade de registro “Aproximação entre a universidade e a realidade social”.

Há, também, uma heterogeneidade disciplinar entre os pesquisadores já que a formação acadêmica destes está ligada não somente ao campo da Saúde, mas também a Engenharia, Ciências Biológicas e Ciências Exatas. Os modelos de cooperação apresentados pelos pesquisadores revelam não somente uma interlocução interdisciplinar mas também com pacientes e organismos sociais não vinculados a ciência, como o caso dos Entrevistados B e D que possuem em seus quadros de colaboradores órgãos de segurança pública e tomadores de decisão de política pública de drogas, o que vai ao encontro aos modelos descritos por Katz e Martin (1997), e Parra (2015).

Não obstante, neste cenário colaborativo, há um largo espaço de disputa na composição das redes colaborativas. Esta competitividade se ramifica na autoria coletiva, principalmente quando está inserida em uma área tão competitiva quanto a Saúde, tornando-se um obstáculo ao campo. Por isto, foi questionado a eles se ocorreu alguma situação impeditiva por conta de agências de fomentos, periódicos científicos, organizações de pesquisa ou outra entidade na realização de estudos em colaboração. Três pesquisadores informaram que houve situações adversas, tais como mudanças nos rumos da pesquisa, necessidade de exclusão de participante e dificuldade de conseguir insumos financeiros para o progresso da pesquisa⁷.

[...] eu já tive a oportunidade de conversar com algumas pessoas que fazem parte de comitê ou que já tiveram ali cargos de diretoria dentro de algumas agências de fomento e conversando tudo assim sem nada de cobrança, mas em conversas sobre o tema, eu via desconhecimento da parte deles sobre o tema [*cannabis* medicinal]. E é um desconhecimento que se mescla muito com “esse assunto é muito delicado e de repente, não é o momento ainda”. Então, não de maneira direta, formal, mas de maneira informal, eu já, já tive essa resposta (Entrevistado G).

Neste panorama, é possível averiguar que existe um estreito relacionamento que envolve o reconhecimento da contribuição científica pelos pares, classificado por Silva e Silveira (2019) como “economia da reputação”, e o desenvolvimento do senso prático estabelecido que faz com que os agentes procurem alocar o seu investimento intelectual na busca pelo melhor lucro do seu capital cultural. Nos casos apresentados, averiguou-se que motivação econômica tem um papel relevante na tomada de decisão, pois o diagnóstico positivo dado pela comunidade científica a um autor ou grupo de autores é o primeiro elemento para a aquisição de outros reconhecimentos, como financiamento e obtenção de lucros pela pesquisa, promoção na hierarquia entre os cientistas e dentro da área do conhecimento e aquisição de capital científico e cultural, conforme sinaliza Merton (2013) e Bourdieu (2016).

Partindo deste ponto, a questão do compartilhamento de dados em pesquisas colaborativas torna-se uma prerrogativa imprescindível à medida que é por meio dela que há o desenvolvimento de outras pesquisas e a notoriedade dos pesquisadores perante o campo. Assim, questionou-se quais os instrumentos mais consultados pelos entrevistados sobre o compartilhamento de dados de suas pesquisas e a maioria respondeu que se instrui por

⁷ A afirmativa do Entrevistado G encontra-se na categoria “Composição das redes colaborativas”, na subcategoria “Experiências que impactaram o processo da pesquisa colaborativa” e na unidade de registro “Envolvimento social em pesquisas colaborativas”.

documentos de agências de fomento, seguidos das políticas editoriais e órgãos de pesquisas, colaborando com o que foi afirmado anteriormente que o aporte financeiro gera um sensível impacto nas decisões durante a pesquisa. Não à toa, Bourdieu (2016) afirma que obtêm maior capital simbólico e cultural os sujeitos que se adéquam melhor ao sistema que estão inseridos.

Alinhado a isto, percebe-se um longo processo no âmbito da comunicação científica de ajustar os direitos autorais aos pactos contratuais de comercialização da publicação, às políticas de instituições de financiamento científico e de órgãos de pesquisa, remetendo a um reconhecimento da importância dos pesquisadores e de suas inovações a este ciclo, como mostra a fala de alguns entrevistados⁸:

Assim, né, a gente se baseia muito nas da FAPESP, do Estado de São Paulo, e eles têm cada vez mais exigido que a gente tenha um planejamento de dados, né, quando nós fazemos as propostas para financiamentos específicos, não é? Então, a princípio que a gente segue as recomendações, as normativas da **FAPESP**. (Entrevistado E, *grifo nosso*).

A gente sempre consulta **agência de fomento por causa das verbas**, né. Assim, e aí as a outras eu não tenho muito costume (Entrevistado F, *grifo nosso*).

Em virtude deste cenário apresentado por eles, foi questionado se eles já enfrentaram dificuldade jurídica em atribuir responsabilidade autoral aos participantes que não são considerados cientistas e cinco deles relataram episódios em que houve situações conturbadas⁹.

Então, na verdade, eu só publiquei uma vez com o colaborador que não era ONG, por exemplo. E não tinha, porque assim a pessoa realmente não tinha experiência de escrever, mas contribuiu com a história, entendeu? [...]. A dificuldade que eu encontrei foi a filiação. Então, a gente colocou que ela era da ONG, mas e o endereço? Não podia ser o endereço da casa dela. Aí, já tinha uma outra dificuldade. Aí, ela não queria colocar o endereço da casa dela. Aí, saiu o endereço da ONG como sendo a Universidade W quando fui ver mais tarde. Isso é muito ruim, porque as pessoas achavam que a ONG era da Universidade W. Isso depois virou uma empresa e não ficou muito legal (Entrevistado D).

⁸ A resposta do Entrevistado E foi vinculada a categoria “Impactos das leis de direitos para atribuição de autoria coletiva e autoridade em ciência”, na subcategoria “Concessão de direitos autorais para publicação tradicional e/ou dados produzidos de pesquisas colaborativas” e na unidade de registro “Financiamento de pesquisas” e a do Entrevistado F encontra-se nas mesmas categorias, mas na unidade de registro “Acordos para financiamento de pesquisa”.

⁹ A sentença do Entrevistado D foi vinculada a categoria “Impactos das leis de direitos para atribuição de autoria coletiva e autoridade em ciência”, na subcategoria “Sistema de avaliação e recompensas de atores no campo científico” e na unidade de registro “Publicação científica com não cientistas” e a do Entrevista E encontra-se na categoria “Modos de compartilhamento de dados de pesquisa”, na subcategoria “Iniciativas para auxiliar no compartilhamento de dados produzidos” e na unidade de registro “Negociação entre pares para atribuição de autoria”.

Assim, a gente, para autoria mesmo, a gente sempre entra com os autores aquelas pessoas que de fato, participarem, contribuíram com o estudo, não é. Mas a gente não tem nenhuma ou algum, nenhuma norma ou o registro disso. De como foi feita, que qual atividade foi feita pra ser, entrar na autoria. Então, o que a gente coloca, não é, são as descrições nos artigos, né? Alguns artigos eles cobram isso que foi feito de cada um, né? E a gente tenta escrever isso da forma que de fato ocorreu, não é? Como é que cada um colaborou com a pesquisa, com o que faz com aquela pessoa tenha sido incluída como autor, não é? Mas como eu disse, não tem nenhum, nenhum documento em uma ata que a gente faz esses registros. Mesmo na publicação final (Entrevistado E).

Os pesquisadores ainda afirmaram que acordos informais são firmados durante a criação e execução do projeto, desenhando quais autores que devem estar no corpo de autores, aqueles colaboradores que devem aparecer nos agradecimentos, a ordem que devem aparecer nos artigos, repositórios ou qualquer outro veículo¹⁰.

A gente não usa nenhum tipo de documento para ver a maneira que a gente faz para ver a questão de autoria. Mas a gente faz de uma maneira, talvez empírica. Porque nunca me foi apresentado nenhum tipo de documento, né? Então, o cuidado que a gente sempre tem é saber quem foram as pessoas envolvidas na condução prática daquele, daquele dado; quem foram as pessoas envolvidas na formulação teórica que levaram a obtenção daqueles dados. E aí esse grupo de pessoas que fazem parte de sua autoria do artigo, dando sempre maior visibilidade, ou seja, a primeira autoria para aquela pessoa que mais contribuiu para o trabalho prático e teórico e a última autoria dando o nome da pessoa que mais contribuiu para a parte teórica e prática. (Entrevistado G)

O autor ou autores científicos são os responsáveis primários pelos dados, conceitos, análises e interpretações de um trabalho publicado ou em desenvolvimento, segundo a APA (2010), sendo imprescindível a proteção aos direitos dos participantes. A não adequação de normas institucionais, diretrizes de órgãos de apoio a pesquisas e sistema jurídico de direito do autor no Brasil vem apresentando uma lacuna extensa e ambiente inseguro para o compartilhamento de dados, como pode ser visto nas falas anteriores. Tendo isto em vista, as políticas de informação contribuem para solucionar alguns conflitos de interesse, mas ainda não são suficientes para as respostas almejadas pelas redes colaborativas, como apontaram dois dos entrevistados¹¹.

¹⁰ Neste caso, a categoria escolhida foi “Modos de compartilhamento de dados de pesquisa”, na subcategoria “Iniciativas para auxiliar no compartilhamento de dados produzidos” e na unidade de registro “Negociação entre pares para atribuição de autoria”.

¹¹ O trecho da entrevista do Entrevistado B foi vinculado a categoria “Impactos das leis de direitos para atribuição de autoria coletiva e autoridade em ciência”, na subcategoria “Concessão de direitos autorais para publicação tradicional e/ou dados produzidos de pesquisas colaborativas” e na unidade de registro “Barreiras para a publicação e dados científicos abertos”. No caso do Entrevistado D, encontra-se na categoria “Modos de compartilhamento de dados de pesquisa”, na subcategoria “Infraestruturas e ferramentas para compartilhamento de dados produzidos” e na unidade de registro “Desenvolvimento de instrumentos e metodologias para compartilhamento”.

Eu creio que existe um ponto sensível, né, que é o poder das grandes editoras, dos jornais, dos periódicos. É, acho que as iniciativas, não é, de disponibilizar antes da publicação, né? Os dados antes da revisão por pares, não é? Acho formas e estratégias inteligentes, né, que a ciência tem para fazer uma ciência aberta, não é. Já tive experiências de publicar, de ter que pagar R\$ 15.000, R\$ 12.000 para publicar um artigo numa revista. E assim eu era colaborador do laboratório do meu parceiro. Ele tinha dinheiro e queria publicar na revista, mas eu jamais pagaria R\$ 15.000 para publicar um artigo, sabe? Então eu acho que é bem sensível. Inclusive, se não fosse o Sci Hub eu não conseguiria fazer ciência. Não conseguiria, não, assim fazer... Eu faço ciência hoje porque tem o Sci Hub e me permite fazer um acesso se eu não conseguisse piratear a informação. (Entrevistado B)

[...] mas assim que nem no ResearchGate, por exemplo. Antes eu colocava, eu achava meus artigos em PDF e eu deixava lá no ResearchGate, mas aí eu já ouvi que não pode fazer isso. Você está deixando até aberto que a revista, por exemplo, pode te processar porque você colocou lá o artigo em PDF. Então agora eu já não coloco mais, eu coloco link para a revista, entendeu? Mas eu acho isso um problema. Era uma forma de colocar ali para quem não está dentro do meio científico. (Entrevistado D)

Os relatos permitem perceber que o tratamento jurídico dado às publicações de resultados finais está se ramificando no caso dos dados científicos, o que ocasiona problemas similares no compartilhamento destes. Embora haja um entendimento que os dados científicos devam ser tratados como bens comuns e postos em domínio público, as situações apresentadas no estudo mostram que, na prática, há um sistema de pagamento para conversão do artigo e seus dados para acesso aberto.

Posto isto, buscou-se saber quais os principais meios que esses pesquisadores utilizam para compartilhar seus dados e quatro deles afirmaram que utilizam outros aparatos, como boletins institucionais temáticos, plataformas *hackers* e redes sociais acadêmicas. A escolha, de acordo com alguns entrevistados, está vinculada à ação em prol do aumento da participação social nas pesquisas sobre *cannabis*. Parte dos respondentes acredita que a viabilização dos dados e publicações em formato mais compreensível à comunidade acadêmica e a outros setores sociais mobiliza mais recursos e suporte aos estudos sobre o tema.

Entretanto, quando questionados sobre o uso de instrumentos tais como repositórios e periódicos de dados, os respondentes disseram que o fazem apenas quando é exigido por revistas para aceitação da publicação de manuscritos ou necessidade institucional. Em tal situação, analisa-se a particularidade do grupo em aproximar a academia do público em geral, com diversas ações de divulgação e comunicação científica.

Além disto, percebe-se que a instituição tem um forte impacto nas decisões sobre as definições de autoria nos casos de pesquisas colaborativas. Assim, interrogou-se aos respondentes se há algum instrumento institucional – “melhores práticas” - que os auxiliasse na tomada de decisão. Cinco confirmaram que fazem uso dos documentos

oficiais das instituições que estão filiados, exceto quando o projeto está vinculado a outra entidade¹².

Eu sigo as normas, vamos dizer, Universidade x. É são essas normas, mas é realmente em relação a autoria e, claro, existe muita coisa. É claro, a gente publica, às vezes, com outros órgãos também, como a Embrapa, o instituto Agrônomo, pesquisadores de outras instituições, né, o pessoal da Fiocruz do Rio de Janeiro. Então, nesse caso, isso já vem estabelecido antes, não é, no trabalho: como vai ser feito? Como vão ser divulgados os dados? Quem vai ser o autor principal? Isso vem antes do trabalho começar seguindo as normas de cada instituição (Entrevistado A)

O apontamento exemplifica o papel que as instituições exercem nos processos éticos na atribuição de autoria, conforme a percepção dos entrevistados. Os dados dos entrevistados sobre “melhores práticas” mostram como eles vêm sendo a bússola para os pesquisadores desse grupo.

6. Considerações finais

O propósito desta investigação foi analisar a construção epistêmica de autoria coletiva e autoridade científica em pesquisas colaborativas sobre *cannabis* medicinal. A partir dos dados obtidos e analisados pelos passos metodológicos para atingir o primeiro objetivo, permitiu-se entender que as novas arquiteturas sociais enfatizam a valorização dos bens imateriais e consideram a colaboração, o compartilhamento e o acesso à informação partes preciosas. Busca-se, nesta visão, a narrativa da ciência enquanto empreendimento público e seu comprometimento com a abertura da produção científica e, conseqüentemente, um modelo de investigação colaborativo formado a partir das redes colaborativas que promovem teias de conhecimento com o objetivo de criar um arcabouço informacional em torno de um problema global.

A análise metodológica dos dados adquiridos para atingir o segundo objetivo permitiu compreender que a história da comunicação científica estabeleceu-se simultaneamente com a estruturação do papel da autoria e, não por acaso, os primeiros passos do movimento de ciência aberta ocorrem em torno da concessão patrimonial dos direitos autorais em publicações científicas contribuindo para os novos parâmetros éticos e jurídicos para a identificação do autor no âmbito da ciência. Surge, a partir daí, a “autoria coletiva” a qual representa a autoridade de um determinado grupo de colaboradores sobre os dados, tendo em vista a sua *expertise* e contribuição na produção da pesquisa.

Pode-se entender com os resultados da metodologia aplicada para o terceiro objetivo que a composição deste conceito, advinda do novo regime de informação que está se firmando, exige uma regulamentação jurídica que estabeleça novos padrões condizentes com este ambiente digital e aberto. Enquanto os parâmetros tradicionais de legislação autoral

¹²A sentença extraída da entrevista do Entrevistado A encontra-se na categoria “Modos de compartilhamento de dados de pesquisa”, na subcategoria “Iniciativas para auxiliar no compartilhamento de dados produzidos” e na unidade de registro “Negociação entre pares para atribuição de autoria”.

encontram-se sancionados, outras diretrizes e modos de garantir o compartilhamento de dados vêm sendo criados por agências de fomento, periódicos científicos, órgãos de pesquisa e de modo autônomo pelos pesquisadores, principalmente em áreas estratégicas, como a Saúde.

Ao realizar o estudo de casos em pesquisas sobre *cannabis* medicinal com vistas a responder o quarto objetivo, foi possível visualizar as dinâmicas para atribuição de autoria e autoridade científica neste grupo e perceber o quanto o movimento de ciência aberta está avançando nesta área e os desafios a serem ultrapassados.

A avaliação final deste estudo é de que as normativas de direitos autorais se ramificaram nos contratos das agências de fomento, nas políticas editoriais e nas políticas de depósito e de repositórios que exercem a manutenção das hierarquias de poder no campo científico. O desafio no que diz respeito à ciência aberta, por esta razão, está em articular melhores práticas, por meio de políticas públicas, para dados de pesquisa em saúde.

Referências bibliográficas

ALBAGLI, Sarita

2019 Ciência aberta: movimento de movimentos. In SHINTAKU, Milton; SALES, Luana - *Ciência aberta para editores científicos*. Botucatu, SP: ABEC, 2019, p. 15-19.

ALBAGLI, Sarita

2015 Ciência aberta em questão. In *Ciência aberta, questões abertas*. Org. Sarita Albagli, Maria Lucia Maciel, Alexandre Hannud Abdo. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015, p. 9-26.

ALBAGLI, Sarita; APPEL, Andre Luiz; MACIEL, Maria Lucia

2014 *E-science, open science e o regime de informação em ciência e tecnologia. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*. 7:1 (jan./jun. 2014).

ALBAGLI, Sarita; CLINIO, Anne; RAYCHTOCK, Sabryna

2014 Ciência aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. *Liinc em Revista*. 10:2 (nov. 2014) 434-450.

ALVES, Virginia

2017 O Movimento do open access: história e evolução. In ALVES, Virginia - *Informação científica: o livre acesso nas universidades federais*. Curitiba: Appris Editora, 2017.

AMARAL, Janayne Carvalho do; PRÍNCIPE, Eloísa

2018 Ciência aberta e revisão por pares: aspectos e desafios para a participação da comunidade em geral: Brapci 2.0. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. 1 (2018) 320-325.

ANDRADE, Viviane Toraci Alonso de

2014 *Comunicação científica na sociedade em rede: uma plataforma de ciência aberta para o Brasil*. [Em linha]. Recife, 2014. [Consult. 10 abr. 2019]. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13158>. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Comunicação Social.

APPEL, Andre Luiz

2014 *A e-Science e as atuais práticas de pesquisa científica*. Rio de Janeiro, 2014.
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; PEDRI, Patricia

2018 Publons: uma plataforma de visibilidade para revisão por pares no âmbito da ciência aberta? *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. 1 (2018) 59-69.

BAVDEKAR, Sandeep B.

2012 Authorship issues. *Lung India*. [Em linha]. 29:1 (2012) 76-80. [Consult. 2 ago. 2022]. Disponível em:
https://journals.lww.com/lungindia/Fulltext/2012/29010/Authorship_issues.

BARDIN, Laurence

2016 *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASILI, C.

2017 Information literacy requirements for open science. In SALES, Dora; PINTO, Maria - *Pathways into Information Literacy and Communities of Practice: teaching approaches and case studies*. New York: Elsevier, 2017, p. 229-248.

BEZERRA, Arthur Coelho

2013 Direitos autorais e cultura da cópia na era digital. *Logos*. [Em linha]. 20:2 (2º sem. 2013) 6-18. [Consult. 17 set. 2022]. Disponível em:
<https://doi.org/10.12957/logos.2013.6197>.

BILL & MELINDA GATES FOUNDATION

2022 *About*. [Em linha]. 2022. [Consult. 22 abr. 2022]. Disponível em:
<https://www.gatesfoundation.org/about>.

BIZERRA, Alessandra Fernandes; SÁ, Luciana

2022 Vamos conversar sobre autoria? *Ensaio, Pesquisa em Educação e Ciências*. 24:e39592 (2022). [Consult. 14 jun. 2022]. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/epcc/a/YFzCCLQZhFp7yYWnkKON3sq/?lang=pt>.

BOURDIEU, Pierre

2016 *Razões práticas sobre a teoria da ação*. 11ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2016.

BOURDIEU, Pierre

2004 *Os Usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BORGMAN, Christine L.

2010 Research data: who, will share, what with whom, when, and why? In CHINA-NORTH AMERICAN LIBRARY CONFERENCE, 5th Beijing, 2010. [Em linha]. 2010. [Consult. 10 fev. 2022]. Disponível em:
https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1714427.

BORGMAN, Christine L.

2007 *Scholarship in the digital age: information, infrastructure, and the Internet*. Cambridge: MIT Press, 2007.

BRAMAN, Sandra

2004 The Emergente global information policy regime. In *The Emergente global information policy regime*. Ed. Sandra Braman. Houndsmills, UK: Palgrave, 2004, p. 12-37.

BRAND, Amy [et al.]

2015 Beyond authorship: attribution, contribution, collaboration, and credit. *Learned Publishing*. [Em linha]. 28:2 (2015) 151-155. [Consult. 21 out. 2022]. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Amy-Brand-2/publication/274098676_Beyond_authorship_Attribution_contribution_collaboration_and_credit/links/565b08c608aeafc2aac60656/Beyond-authorship-Attribution-contribution-collaboration-and-credit.pdf.

BRASIL. Constituição, 1988

1988 *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. [Em linha]. Brasília: Presidência da Câmara, 1988. [Consult. 10 dez. 2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1998 *Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998*. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. [Em linha]. Brasília: A Presidência, 1998. [Consult. 10 jun. 2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm.

BRANCO, Sérgio; BRITTO, Walter

2013 *O Que é Creative Commons?: novos modelos de direito autoral em um mundo mais criativo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE

2002 Budapest Open Access Initiative. [Em linha]. Budapest, 2002. [Consult. 3 maio 2017]. Disponível em: <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>.

BUSTOS-GONZALEZ, Atilio; FERNANDEZ-PORCEL, Antonio

2007 *Directrices para la creación de repositorios institucionales en universidades y organizaciones de educación superior*. [Em linha]. [Bruxelas]: Comissão Europeia, 2007. [Consult. 21 out. 2022]. Disponível em: http://repositorio.anid.cl/bitstream/handle/10533/171526/DIRECTRICES_PARA_LA_CREACION_DE_REPOSITORIOS_INSTITUCIONALES_EN_UNIVERSIDADES_Y_ORGANIZACIONES_DE_EDUCACION_SUPERIOR.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel

2007 Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. In *Métodos a pesquisa em Ciência da Informação*. Org. Suzana P. M. Mueller. Brasília: Thesaurus, 2007, p. 39-62.

CARVALHO, Lidiane; LAGUARDIA, Josue; MACHADO, Rejane

2016 Informação, modelos de ciência e a política científica em saúde: qual o caminho? In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17º, Salvador, 2016 - [Anais...]. [Em linha]. Salvador, BA: ANCIB, 2016. [Consult. 12 ago. 2022]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/189970>.

CAVALHEIRO, Rodrigo da Costa Ratto

2001 História dos direitos autorais no Brasil e no mundo. *Cadernos de Direito*. 1:1 (2001) 209-220. [Consult. 20 mar. 2019]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-1228/cd.v1n1p209-220>.

COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA

1992 Directiva 92/100/CEE do Conselho, de 19 de novembro de 1992. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. 346:n. L (27 nov. 1992) 61-66. [Consult. 10 set. 2022]. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A31992L0100>.

CREATIVE COMMONS

2020 *Creative commons for educators and librarians*. Chicago: ALA Editions, 2020.

CREATIVE COMMONS

2017 *Sobre as licenças*. [Em linha]. 2017. [Consult. 22 set. 2022]. Disponível em: https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt_BR.

DATA CITATION SYNTHESIS GROUP

2014 *Joint Declaration of Data Citation Principles*. [Em linha]. San Diego CA: FORCE11, 2014. [Consult. 14 out. 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.25490/a97f-egyk>.

DECLARAÇÃO DE BERLIM...

2003 *Declaração de Berlim sobre acesso ao conhecimento nas Ciências e Humanidades*. [Em linha]. 2003. [Consult. 21 out. 2022]. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/about/DeclaracaoBerlim.htm>.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO...

2017 *Declaração do México em favor do ecossistema latino-americano de acesso aberto não comercial*. [Em linha]. Cidade do México, 2017. [[Consult. 18 jun. 2022]]. Disponível em: <http://www.accesoabiertoalyc.org/declaracion-mexico-pt/>.

DUARTE, Rosália

2004 Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*. 24 (2004) 213-225.

DUDZIAK, E. A.

2018 *Quem financia a pesquisa brasileira?: um estudo InCites sobre o Brasil e a USP*. [Em linha]. São Paulo: SIBiUSP, 2018. [Consult. 20 jan. 2022]. Disponível em: <https://www.abcd.usp.br/noticias/quem-financia-a-pesquisa-brasileira-um-estudo-incites-sobre-o-brasil-e-a-usp/#:~:text=O%20financiamento%20da%20pesquisa%20no,Amparo%20a%20Pesquisa%20agrupadas%20no>.

EUROPEAN UNION

2022 *Data citation: a guide to best practice*. [Em linha]. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2022. [Consult. 14 out. 2022]. Disponível em: <https://data.europa.eu/en/news/data-citation-guide-best-practice-out>.

FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan Carlos

2003 Las Medidas tecnológicas de protección de los derechos de autor en la legislación brasileña. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5º, Belo Horizonte, 2003 - [Anais...]. [Em linha]. Belo Horizonte: ENANCIB, 2003. [Consult. 17 set. 2022]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/173017>.

FIOCRUZ

2018 *Vice-presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional: Portaria n° 238/2018-PR*. [Em linha]. Rio de Janeiro: VPGDI, 2018. [Consult. 23 jan. 2022]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/portaria-238/2018-pr>.

FLANAGAN, John C.

1973 A Técnica de incidente crítico. *Arquivo Brasileiro de Psicologia Aplicada*. 25:2 (abr./jun. 1973) 99-141.

FONSECA, Bruna de Paula Fonseca e [et al.]

2018 South-south collaboration on HIV/AIDS prevention and treatment research: when birds of a feather rarely flock together. *Globalization and Health*. [Em linha]. 14:25 (2018) 1-12. [Consult. 28 jun. 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12992-018-0341-1>.

FOUCAULT, Michel

2009 O Que é um autor. In *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 264-298.

FUNTOWICZ, S. O.; RAVETZ, J. R.

1992 Three types of risk assessment and the emergence of post-normal science. In *Social theories of risk*. Org. D. Golding, S. Krinsky. New York: Greenwood Press, 1992, p. 251-273.

GAMA, Ivanilma de Oliveira

2022 *Autoria coletiva e autoridade científica frente à ciência aberta: a questão dos direitos autorais em pesquisas colaborativas sobre cannabis medicinal*. Niterói, 2022.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social.

GEORGHIOU, Luke

1998 Global cooperation in research. *Research policy*. [Em linha]. 27 (1998) 611-626. [Consult. 20 jun. 2022]. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(98\)00054-7](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(98)00054-7).

GIL, Antonio Carlos

2008 *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDIM, José Roberto

2010 Aspectos éticos, legais e morais relacionados à autoria na produção científica. *Bioética*. [Em linha]. (2010). [Consult. 10 maio 2022]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/autor.htm>.

GOLDIM, José Roberto

2005 Ética aplicada à pesquisa em Saúde. *Bioética*. [Em linha]. (2005). [Consult. 10 maio 2022]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/biopesrt.htm>.

GUANAES, Paulo Cezar Vieira, org.

2018 *Marcos legais nacionais em face da abertura de dados para pesquisa em Saúde: dados pessoais, sensíveis ou sigilosos e propriedade intelectual*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2018. [Consult. 10 jan. 2019]. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/28838>.

GUANAES, Paulo Cezar Vieira; ALBAGLI, Sarita

2022 Dados de pesquisa subjacentes a artigos científicos: questões do direito autoral. *Em Questão*. [Em linha]. 28:3, e-114171 (jul./set. 2022). [Consult. 20 jul. 2022]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245283.114171>.

GUZMÁN, Julio Arturo Canario [et al.]

2017 Ethical challenges for international collaborative research partnerships in the context of the Zika outbreak in the Dominican Republic: a qualitative case study. *Health Research Policy and Systems*. [Em linha]. 15:82 (2017) 1-13, 2017. [Consult. 28 jun. 2022]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1186/s12961-017-0246-0>.

HARNAD, S.; BRODY, T.

2004 Comparing the impact of Open Access (OA) vs. non-OA articles in the same journals. *D-Lib Magazine*. [Em linha]. 10:6 (jun. 2004). [Consult. 10 mar. 2019]. Disponível em: <https://eprints.soton.ac.uk/260207/4/06harnad.html>.

HEISE, Christian; PEARCE, Joshua

2020 From Open access to Open Science: the path from scientific reality to open scientific communication. *SAGE Open*. [Em linha]. (apr./jun. 2020) 1-14. [Consult. 10 maio 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2158244020915900>.

HEY, Anthony J. G. [et al.]

2009 Jim Gray on eScience: a transformed scientific method. In *The Fourth paradigm*. [Em linha]. 2009. [Consult. 13 ago 2021]. Disponível em: <http://itre.cis.upenn.edu/myl/JimGrayOnE-Science.pdf>.

HUANG, Keng-Yen [et al.]

2018 Unpacking partnership, engagement, and collaboration research to inform implementation strategies development: theoretical frameworks and emerging methodologies. *Frontiers in Public Health*. [Em linha]. 6 (jul. 2018) 1-13. [Consult. 28 jun. 2022]. Disponível em: <http://doi.org/10.3389/fpubh.2018.00190>.

JASANOFF, S.

2019 Tecnologias da humildade: participação cidadã na governança da ciência. *Revista Sociedade e Estado*. 34:2 (maio/ago. 2019) 565-589.

JENKINS, Henry

2015 *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2015.

JORGE, Vanessa de Arruda

2018 *Abertura e compartilhamento de dados para pesquisa nas situações de emergência em Saúde pública: o caso do vírus Zika*. Rio de Janeiro, 2018. Tese em Ciência da Informação - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

KATZ, J. Sylvan; MARTIN, Ben R.

1997 What is research collaboration? *Research policy*. [Em linha]. 26 (1997) 1-18. [Consult. 20 jun. 2022]. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048733396009171>.

KIPNIS, Daniel

2021 Open data and the life sciences: the turning point. In *The State of Open Data 2021: the longest-running longitudinal survey and analysis on open data*. [Em linha]. [S. l.]: Digital Science; Springer Nature; Figshare, 2021. [Consult. 20 out. 2022]. Disponível em: <https://knowledge.figshare.com/state-of-open-data/2021>.

LEITE, Denise [et al.]

2014 Avaliação de redes de pesquisa e colaboração. *Avaliação: revista da Avaliação da Educação Superior*. 19:1 (2014) 291-312.

LÉVY, Pierre

1999 *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MACÍAS-CHAPULA, C. A. [et al.]

2007 Institutional health research collaboration in Mexico: A Bibliometric study. In INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR SCIENTOMETRICS AND INFORMETRICS, 11st - *Proceedings...* 2007, p. 894-895.

MARTELETO, Regina Maria

2009 Conhecimentos e conhecedores: apontamentos sobre a ciência, os pesquisadores e seu papel social. In MARTELETO, Regina Maria; STOTZ, Eduardo Navarro - *Informação, saúde e redes sociais: diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, p. 44-63. [E-book].

MARTINS, Beatriz Cintra

2014 *Autoria em rede: os novos processos autorais através das redes eletrônicas*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2014.

MEADOWS, A. J.

1999 *A Comunicação científica*. Brasília: Briquet Lemos, 1999.

MERTON, Robert K.

2013 *Ensaíos de sociologia da Ciência*. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia, 2013.

MIORANDO, Bernardo Sfredo; LEITE, Denise

2012 Mapeamento de redes de colaboração: detectando inovação e mudanças nas teias do conhecimento. In *Conhecimento, avaliação e redes de colaboração: produção e produtividade na Universidade*. Org. Denise Leite. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 181-200.

MOREL, Carlos M.

2004 A Pesquisa em saúde e os objetivos do milênio: desafios e oportunidades globais, soluções e políticas nacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*. [Em linha]. 9 (2004) 261-270. [Consult. 21 out. 2022]. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v9n2/20380.pdf.

MOVIMENTO CIÊNCIA CIDADÃ

2012 *Manifesto ciência cidadã*. [Em linha]. 2012. [Consult. 20 abr. 2021]. Disponível em: <http://www.movimentocienciacidada.org/manifesto>.

OLIVEIRA, Adriana Carla Silva de

2019 *Ciência aberta, direitos de propriedade intelectual e autoria colaborativa: a multidimensionalidade da ciência contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2019.

ONU. Assembleia Geral

1948 *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. [Em linha]. Paris: ONU, 1948. [Consult. 6 mar. 2021]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracaouniversal-dos-direitos-humanos>.

OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION

2022 *Open data handbook*. [Em linha]. [2022]. [Consult. 22 abr. 2022]. Disponível em: https://opendatahandbook.org/guide/pt_BR/what-is-open-data/.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT

2007 *Principles and guidelines for access to research data from public funding*. Paris: OECD, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

1980 *Guia da Convenção de Berna relativa à proteção das obras literárias e artísticas: Acta de Paris, 1971*. [Em linha]. Genebra: OMPI, 1980. [Consult. 18 mar. 2021]. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/copyright/615/wipo_pub_615.pdf.

PARKER, Michael; KINGORI, Patricia

2016 Good and bad research collaborations: researchers' views on Science and ethics in Global Health Research. *PLoS ONE*. [Em linha] 11:10 (2016) 1-19. [Consult. 29 jul. 2022]. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0163579>.

PARLAMENTO EUROPEU

2006 Directiva 2006/115/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2001, relativa ao direito de aluguer, ao direito de comodato e a certos direitos conexos aos direitos de autor em matéria de propriedade intelectual. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. 376:n. L (27 dez. 2006) 28-35.

PARLAMENTO EUROPEU

2001 Directiva 2001/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2001, relativa à harmonização de certos aspectos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. 67:n. L (22 jun. 2001) 10-19.

PARRA, Henrique Z. M.

2015 Ciência cidadã: modos de participação e ativismo informacional. In *Ciência aberta, questões abertas*. Org. Sarita Albagli, Maria Lucia Maciel, Alexandre Hannud Abdo. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015, p. 121-141.

PEREIRA, Alexandre Libório Dias

20003 Direitos de autor, da imprensa à Internet. *Revista da ABPI*. [Em linha]. 64 (2003) 21-28. [Consult. 17 set. 2022]. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/28791>.

PIERCE, Heather [et al.]

2019 Credit data generators for data reuse. *Nature*. [Em linha]. 570 (2019) 30-32. [Consult. 13 out. 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/d41586-019-01715-4>.

PONTIKA, Nancy [et al.]

2015 Fostering open science to research using a taxonomy and an eLearning portal. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON KNOWLEDGE TECHNOLOGIES AND DATA-DRIVEN BUSINESS, 15th, 2015 - *Proceedings...* 2015, p. 1-8.

RIBEIRO, Daniella Borges [et al.]

2020 Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento. *Revista Katálysis*. [Em linha]. 23:3 (set./dez. 2020) 548-561. [Consult. 22 jan. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p548>.

ROSS-HELLAUER, Tony

2017 What is open peer review? : a systematic review. *F1000Research*. [Em linha]. 6:588 (2017) 1-32. [Consult. 15 abr. 2022]. Disponível em: <https://f1000research.com/articles/6-588/v1>.

SANTOS, Boaventura de Sousa

2011 *A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, vol. 1.

SANZ, Fermin Serrano [et al.]

2014 *White paper on Citizen Science for Europe*. [S. l]: Societize Citizen Science Projects; European Commission, 2014.

SCHANDL, Anna [et al.]

2022 Patient and public involvement in oesophageal cancer survivorship research. *Acta Oncologica*. [Em linha]. 61:3 (2022) 371-377. [Consult. 28 jun. 2022]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/0284186X.2021.2016950>.

SEVERINO, Antônio Joaquim

2016 *Metodologia do trabalho científico*. 24ª ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SHINTAKU, Milton; MIRANDA, Angélica Conceição Dias; FIRME, Simone Machado

2017 Critérios para avaliação de ferramentas para repositório conforme a ciência aberta. *Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*. 6:2 (2017).

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; SILVEIRA, Lúcia

2019 O Ecossistema da Ciência Aberta. *Transinformação*. 31 (2019).

SILVEIRA, Lucia [et al.]

2021 Ciência aberta na perspectiva de especialistas brasileiros: proposta de taxonomia. *Encontros Bibli*. 26 (2021) 1-27.

SONNENWALD, Diane H.

2007 Scientific collaboration. *Annual Review of Information Science and Technology*. [Em linha]. 41:1 (2007) 643-681. [Consult. 21 out. 2022]. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Diane-Sonnenwald/publication/220040763_Scientific_collaboration/links/00b49518c0fd590271000000/Scientific-collaboration.pdf.

UNESCO

2003 *A Ciência para o século XXI: uma nova visão e uma base de ação: Budapeste e Santo Domingo*. 3ª ed. Brasília: UNESCO; ABIPTI, 2003.

UNITED NATIONS

1961 *Convenção única de 1961 sobre narcóticos*. [Em linha]. 1961. [Consult. 15 dez. 2023]. Disponível em: https://www.tjmt.jus.br/intranet.arq/cms/grupopaginas/105/975/convention_1961_es.pdf

VALPARAÍSO DECLARATION...

2004 *Valparaíso Declaration for Improved Scientific Communication in the Electronic Medium*. [Em linha]. 2004. [Consult. 21 jun. 2022]. Disponível em: https://www.academia.edu/67433588/Valpara%C3%ADso_declaration_for_improved_scientific_communication_in_the_electronic_medium.

YIN, Robert K.

2015 *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

WEISSBERG, Jean-Louis

2003 Entre produção e recepção: hipermediação, uma mutação dos saberes simbólicos. In *Capitalismo cognitivo: trabalho, rede e inovação*. Org. Giuseppe Cocco, Alexander Patez Glavão, Gerardo Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 109-131.

WHO EXPERT COMMITTEE ON DRUG DEPENDENCE

2019 *Forty-first report*. [Em linha]. Genebra: WHO, 2019. (WHO Technical Report Series, nº 1018). [Consult. 17 ago. 2022]. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/325073>.

WILLINSKY, John

2018 El Acceso al conocimiento científico es un derecho humano. *El País*. [Em linha]. (25 abr. 2018). [Consult. 15 dez. 2022]. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2018/04/25/ciencia/1524672252074648.html>.

ZHANG, Chichen [et al.]

2013 Research collaboration in health management research communities. *BMC Medicinal Informatics and Decision Making*. [Em linha]. 13:52 (2013) 3-13. [Consult. 1 ago. 2022]. Disponível em: www.biomedcentral.com/1472-6947/13/52.

Ivanilma de Oliveira Gama | ivanilmagama@gmail.com

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Regina de Barros Cianconi | regina.cianconi@gmail.com

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Maria Nélide González de Gomez | marianelidagomez@gmail.com

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

MODELOS CONCEPTUALES DE DESCRIPCIÓN: un nuevo desafío para la representación, el acceso y el uso de la información en el ámbito de las humanidades

CONCEPTUAL MODELS OF DESCRIPTION: a new challenge for the representation, access and use of information in the humanities

María Segunda García-González

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a11>

Resumen: Se propone una adaptación de las normas de descripción archivística y estándares de metadatos para la representación de parte del fondo documental del Monasterio de Salvador de Grijó, enmarcada dentro del proyecto «La reconstrucción de los archivos monásticos en el norte de Portugal desde la Edad Media hasta el siglo XIX»¹. Se realiza bajo un enfoque cualitativo de carácter descriptivo, debido a la necesidad de realizar un análisis de los elementos teóricos y contextuales fundamentales que sirven de base para la identificación de las particularidades del proceso de descripción archivística a partir de modelos conceptuales, así como el estudio de los propios modelos. Se analizan las unidades documentales del fondo para establecer el nivel de descripción de acuerdo a criterios de búsqueda, recuperación y uso de esas unidades documentales, se establece una estructura de elementos partiendo del análisis de una serie de modelos y de la incorporación de nuevos elementos y subelementos para finalmente ofrecer una propuesta de Modelo Conceptual de Descripción (MCD).

Palabras clave: Archivos Monásticos; Modelo Conceptual de Descripción; Monasterio Salvador de Grijó; Web Semántica.

Abstract: An adaptation of the archival description rules and metadata standards is proposed for the representation of part of the documentary collection of the Grijó Monastery, within the framework of the project «The reconstruction of monastic archives in the north of Portugal from the Middle Ages to the 19th century». It is carried out under a qualitative approach of a descriptive nature, due to the need to carry out an analysis of the fundamental theoretical and contextual elements that serve as a basis for the identification of the particularities of the archival description process based on conceptual models, as well as the study of the models themselves. The documentary units of the collection are analysed in order to establish the level of description according to criteria of search, recovery and use of these documentary units, a structure of elements is established based on the analysis of a series of models and the incorporation of new elements and sub-elements to finally offer a proposal for a Conceptual Model Description (CMD).

Keywords: Monastic Archives; Conceptual Model Description; Salvador de Grijó Monastery; Semantic Web.

1. Introducción

El patrimonio documental tiene un valor intrínseco para enriquecer nuestras vidas, pero también refleja el modo de vida y contribuye a conformar la sociedad y sus valores. Es un

¹ Programa: ICDT 2021 - Concurso ICDT 2021. EXPL/HAR-HIS/0535/2021 Projeto financiado pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia (Portugal).

Título: *A Reconstrução de arquivos monásticos do Norte de Portugal (da Idade Média ao século XIX)*.

elemento importante para la creatividad e innovación, que permite construir el crecimiento económico y el desarrollo social. También tiene un papel en la configuración de la forma en que Europa es percibida desde lejos, siendo un activo importante para el «poder blando» y para promover el lugar de Europa en el mundo. Si Europa quiere mantener su lugar en un mundo globalizado, interesa intensificar los esfuerzos comunes para promover la cultura, la historia, los valores y los intereses de Europa. Sin embargo, no necesariamente se es consciente o se aprecia la diversidad del patrimonio cultural europeo y su importante papel en la sociedad democrática. Exponer más ampliamente al público internacional el patrimonio documental y los valores europeos podría aumentar el interés, el reconocimiento y, potencialmente, conducir a una mayor competitividad, por este motivo y para alcanzar este propósito, deberían tenerse en cuenta las soluciones digitales y las tecnologías de vanguardia (COMISIÓN EUROPEA, [202-]).

La representación de la información del patrimonio documental (tanto en los archivos como en las bibliotecas) es un proceso vital para el mantenimiento de la autenticidad, la gestión, la preservación y la accesibilidad de los documentos en cualquier país miembro de la Unión Europea. Para llegar a alcanzar este éxito es necesario que el proceso esté normalizado mediante estándares nacionales e internacionales destinados a documentar todos los aspectos relativos del documento: quién lo produce, sus funciones ó indicar las instituciones de custodia, de esta manera se podrán mostrar las diferentes contextos de origen y uso de la información evidencial. Sin embargo, los estándares más antiguos a la hora de su aplicación, tienen ciertas limitaciones para describir las evidencias del contexto de los documentos, de ahí la necesidad de crear estrategias más eficaces de descripción. Debido a este motivo, se han desarrollado Modelos Conceptuales de Descripción (MCD) centrados en solventar este tipo de carencias. Destacan por ser globales, flexibles, pueden reutilizarse y adaptarse a las circunstancias propias de cada contexto, también permiten realizar el acceso a la información a través de sistemas integrados de un forma fácil ya que se pueden crear extensas redes de representaciones de información traducidas a códigos establecidos por las tecnologías semánticas, contribuyendo así a mejorando el proceso de búsqueda y recuperación de la información (LOS MODELOS..., 2019).

La representación de la información del fondo documental de los archivos monásticos del norte de Portugal, a partir de un MCD permite explicar sus particularidades. Paralelamente, esta investigación contribuirá a la descripción de parte de dicho fondo en apoyo a las instituciones monásticas, al tiempo que aportará un elemento novedoso al procesamiento llevado a cabo por la misma. Este trabajo resulta de gran interés debido a la poca difusión e implementación de MCD en el desarrollo de sistemas de información en el contexto monástico (FERNÁNDEZ GRANADOS, 2016:45). Por tanto, esta investigación también puede contribuir al entendimiento y enseñanza de los MCD y su aplicación en los centros de información de este ámbito en cualquier país de la Unión Europea o fuera de la Unión Europea, permitiendo la potenciación de los sistemas descriptivos, el ajuste a las prácticas internacionales y la integración entre diferentes instituciones de este ámbito.

El presente trabajo tiene por objetivos diseñar un modelo de descripción archivística de acuerdo a las características de las unidades de instalación analizadas y a las necesidades de acceso y uso de la información que albergan y, posteriormente, en función del resultado de esa primera fase, recomendar para futuras investigaciones, un MCD: modelo entidad-relación formado por un conjunto de entidades —multientidad, que permita que los metadatos puedan ser asignados a más de una entidad, estableciendo unos valores preestablecidos y una independencia tecnológica que dependerá del ámbito donde se

implante, como resultado se ofrecerá un prototipo que podrá ser aplicado en un futuro, cuando se desarrolle las siguientes fases del proyecto «La Reconstrucción de los archivos monásticos en el norte de Portugal desde la Edad Media hasta el siglo XIX».

2. Estado del arte

Los modelos de representación de la información han adoptado una tendencia pluridimensional debido a las necesidades de búsqueda y recuperación de la información, se precisa de un marco global de descripción que permita representar los recursos en todas sus manifestaciones y vincularlos entre sí, trazando una gran red de relaciones que identifiquen el contexto y el contenido, por este motivo se han ido desarrollando pensando en una descripción que debe realizarse desde dos perspectivas y que parte de lo más elemental, los documentos de archivo (HEREDÍA HERRERA, 2010:167), (REQUEJO ZALAMA, 2015:30), (ARKISTOLAITOS, 2013:8). En la labor de evidenciar el contexto del documento se definen, claramente en la literatura, dos vertientes: por un lado aquellos autores que argumentan la necesidad de documentar el contexto de la gestión del documento y, por otro lado, aquellos que fundamentan la necesidad de documentar el contexto funcional particular de cada uno de ellos, es decir, ir mucho más allá de la mera descripción de su contenido y continente.

Está demostrado que los documentos dicen más de lo que propiamente puede decir la descripción física del documento como objeto físico, que se almacena y recupera. Gill, (2000:33) dice que:

Los metadatos están destinados a ordenar y describir la información contenida en un documento entendido como objeto y que estos no solo permiten la descripción formal del documento sino que también su contenido, en aras a mejorar el acceso a esos objetos de información de la red.

Añade que:

Estos no son nada más que estructuras de la organización de la información, legibles por máquina, cuya finalidad es hacer útiles los datos de distintas formas según las necesidades concretas de cada servicio de información digital y según la aplicación que se les otorgue.

Las comunidades científicas —las cuales desarrollan sistemas de información basados en una arquitectura de red— se han planteado explícita o tácitamente una estructuración de su información electrónica en forma de metadatos. Todos o casi todos los recursos de información incluyen en sí mismos datos que los describen, de tal forma que esas estructuras de la información se deben traducir dentro de una organización mediante el uso de metadatos.

Berman explora el concepto de descripción archivística, quien en varios de sus textos la consideraba como herramienta que sustenta la evidencia de acciones, especialmente en entornos organizativos automatizados, indicaba que la descripción no podía sustentar la evidencia de acciones si tenía lugar mucho después de que estas acciones hubieran sucedido: la descripción debe comenzar antes de que exista el documento (BEARMAN, 1993). El mismo autor en otro trabajo viene a decir que el modelo en que los documentos

están archivados depende de la asignación de valores de datos o vínculos estructurales definidos en las arquitecturas de *software*. El modo en que los documentos están organizados sobre cualquier dispositivo de almacenamiento no proporcionará evidencia de su uso ni de los procesos de negocio que los emplearon, para tal evidencia se debe confiar en los metadatos — información acerca de los sistemas de información y los procesos — creados con el documento y su interacción en el curso del tiempo con la funcionalidad del software y los perfiles de usuario (BEARMAN, 1996).

En definitiva, el almacenamiento físico dentro de un servidor es irrelevante, lo que verdaderamente interesa es la adecuada gestión de las relaciones lógicas entre componentes, así como la funcionalidad del software y el uso de metadatos automatizados para mantener el control, pero un control a nivel de ítem y no a nivel de fondo o de serie, de esta manera mejorarían los procesos archivísticos, incluida la descripción. La descripción automática del contexto y de la estructura dentro de los documentos electrónicos a nivel de «ítem» servirá mejor a las necesidades del usuario que la descripción colectiva. La información a nivel de «ítem» es fundamentalmente más valiosa porque puede generar más datos válidos de nivel colectivo, además de servir a las necesidades de documentación del «ítem» (BEARMAN, 1994).

El objetivo de esta meta descripción es proponer esquemas que vayan encaminados a mejorar la localización o recuperación de los documentos electrónicos. Cuando se habla de esquemas de metadatos se refiere, tomando la aportación del Archiving Metadata Forum (AFM), a «información estructurada o semi-estructurada que posibilita la creación, gestión y uso de los documentos a través del tiempo y en o entre dominios» (BEARMAN, 1989).

2.1. Los Modelos Conceptuales de Descripción (MCD)

El objetivo de un MCD es poder representar un dominio de conocimiento enfocado a las personas, proporcionando un esquema que facilite la comprensión del mismo y la creación de sistemas de información eficaces para la búsqueda y recuperación de información.

Moyano Collado (2013) plantea que, para enfocar los MCD hacia una Web Semántica se debe de dar un paso más y las relaciones ofrecidas en estos trabajos deben de ser esquematizadas y representadas en los lenguajes apropiados de la web, generando un modelo de datos respaldado por ontologías que hagan posible que cualquier dato descriptivo de cualquier entidad [...] ofrecida por los diferentes sistemas tengan cabida en esta nueva estructura de datos.

Los MCD son una abstracción anterior necesaria para crear sistemas más completos de representación de la información. Estos modelos establecen atributos, los cuales han de ser descritos mediante la utilización de normas, permiten la representación de la información de forma estructurada y compleja, mediante diagramas semejantes al funcionamiento cognitivo de las personas, facilitando el proceso de búsqueda y recuperación y la navegación entre recursos (LÓPEZ ALONSO, 2000). De esta forma, se va creando una red de relaciones semánticas que permiten al usuario moverse libremente por un entramado contextual hiper-conectado, facilitando la obtención de la información de forma intuitiva y satisfactoria (DOERR y LE BOEUF, 2007).

Una de las estructuras pioneras que ha ayudado a diseñar los actuales MCD ha sido la Norma Internacional de Descripción Archivística ISAD(G): se trata de un estándar

generalizado, cuyas prioridades son presentar de forma extensiva e interrelacionada la información descriptiva contenida normalmente en los instrumentos de descripción, preservar las relaciones jerárquicas que existen entre niveles de descripción, representar información descriptiva que es «heredada» de un nivel jerárquico a otro, «navegar» en una arquitectura de información jerárquica y realizar indexación y recuperación de elementos específicos (INTERNATIONAL..., 2011). La norma ISAD(G) está basada en los modelos estadounidense, británico y canadiense, pero es MAD2 el manual que más elementos aporta a la norma ISAD(G) y que le dio el carácter de norma a nivel internacional para la descripción de archivos. La principal aportación de la norma es la estandarización de la estructura de datos, es decir, determina cuáles son los datos descriptivos que puede contener una descripción (un total de 26 elementos), estructurando jerárquicamente dichos datos en siete áreas: 1) el área de mención de identidad, que contiene información mínima descriptiva; 2) el área de contexto, empleada para recoger los datos provenientes del análisis contextual; 3) el área de contenido y estructura, para los elementos relacionados con el análisis de contenido; y las áreas 4) de condiciones de acceso y utilización, 5) de documentación asociada, 6) de notas y 7) de control de la descripción para información descriptiva proveniente de lo que se podría denominar «análisis externo». La versión digital de la norma o el primer intento de codificación normalizada de los instrumentos de descripción archivística se inició por la Universidad de California en Berkeley, dirigido por Pitti que seleccionó *Standard Generalized Markup Language* (SGML) como técnica ideal para llevar a cabo dicha codificación. El producto desarrollado fue *Encoded Archival Description* (EAD, 2013) que en su versión 2002 empleó *eXtensible Markup Language* (XML) para su representación. Aparte de tomar ISAD(G), también se apoyó de normas como *Resource Description and Access* (RDA) y *Archives, Personal Papers and Manuscripts* (APPM), dejando claros los principios de la descripción archivística y, entre ellos, la descripción multinivel.

De acuerdo al marco teórico proporcionado por Iberarchivos (2019), la representación de datos orientados a objetos (oo) constituye otra forma de modelado, y pretende «representar las entidades del mundo de manera homóloga a los modelos mentales con que operan las personas con estas» (BOSCH y MANZANOS, 2012:57). El modelo orientado a objetos pretende crear representaciones lo más cercanas posibles a la perspectiva del usuario, siendo los componentes en el modelado iguales a los componentes en la vida real (PETTERI, 2002). Esta forma de representación utiliza otros lenguajes de modelado, tales como el UML² y TELOS³. Sin embargo, en la actualidad existe una gran variedad de métodos y lenguajes de modelado, los cuales han surgido a través de las tecnologías semánticas.

Los modelos que mejor identifican los aspectos contextuales que se deben describir acerca de la gestión del documento y que, por tanto, también han sido el apoyo sobre el cual se sustenta el trabajo aquí presentado son: en primer lugar, el modelo pionero desarrollado en Pittsburgh (FUNCTIONAL..., 2013). Ya desde el año 1993 estaba planteando construir detectores con los que capturar los resultados de las transacciones administrativas, es decir,

² *Unified Modeling Language* (UML) es un lenguaje para el modelado de sistemas a través de diagramas.

³ Telos es un lenguaje de modelaje conceptual diseñado para captar conocimiento acerca de sistemas de información, ofreciendo facilidades para modelar una aplicación.

se pretendía regular los requerimientos funcionales producidos en torno al documento mediante una estructura general de *Metadata Encapsulated Objects* (MEO), los cuales pudieran ser asignados a cada registro mediante el sistema que lo soportase. En segundo lugar, las estructuras canadienses, *Common Metadata Elements Standard* (Ontario CMMS, 2005), *Records Management Metadata Standard* (GC RMMS, 2006) y *Records Management Metadata Standard: RIM203* (Toronto RMMS, 2006-2008) que toman como modelo la nueva versión *DCMI Metadata Terms* (2014), se encargan de definir estructuras diferenciadas para describir la gestión del documento. Finalmente, el modelo australiano, *Australian Government Recordkeeping Metadata Standard* (RkMS, 2011), que presenta un modelo entidad-relación con 5 estructuras: *Record*, *Agent*, *Business*, *Mandate* y *Relationship*, teniendo por objetivo describir el documento, los elementos que intervienen en su gestión y las relaciones existentes entre elementos. Este fue tomado para desarrollar la primera versión española del Esquema de metadatos para la Gestión del documento Electrónico (e-EMGDE, 2012).

Las aportaciones del grupo de trabajo Iberarchivos indican que los MCD se deben apoyar para su desarrollo en un conjunto de reglas y símbolos pertenecientes a un lenguaje de modelado (CARDONA *et al.*, 2014). En consecuencia, el modelo entidad-relación (E-R) ha sido utilizado como lenguaje para el desarrollo de MC. El modelo E-R, desde su creación, se emplea en el diseño de bases de datos relacionales, por permitir representar gráficamente las entidades más relevantes, así como sus interrelaciones y propiedades, de forma sencilla y exacta. Debido a su «capacidad de expresividad y abstracción, permite representar la semántica de una situación del mundo real en un diagrama fácil de entender para diseñadores y usuarios» (CARDONA *et al.*, 2014:21). Los MC desarrollados a partir del diagrama E-R, de manera general, establecen entidades, relaciones y atributos. Estos componentes se definen como: Entidad: «cualquier objeto real o abstracto que existe, ha existido o puede llegar a existir» (COMISIÓN..., 2012:18); relación: «correspondencia, asociación o vinculación de cualquier tipo entre entidades» (COMISIÓN..., 2012:20); atributo: «característica o propiedad relevante de un tipo de entidad o de una relación» (COMISIÓN..., 2012:16).

Reflejar el contexto mediante el establecimiento de las relaciones entre los recursos de información es uno de los aspectos más característicos de los Modelos Conceptuales de Descripción. El esfuerzo va encaminado a lograr la representación de asociaciones, interrelaciones entre conceptos, analogías e inferencias, que den respuesta a las necesidades de informaciones más particulares (FERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, CARBONELL DE LA FE y PÉREZ GONZÁLEZ, 2009).

3. Metodología

En primer lugar se hace un estudio de lo más elemental, esto es, los documentos que forman parte de las unidades de instalación seleccionadas, pertenecientes al fondo documental de Monasterio Salvador de Grijó, este proceso servirá para determinar las necesidades de descripción reales: contextuales, continente y contenido de los recursos de información.

En segundo lugar, se realiza un análisis comparativo de 10 modelos de descripción: Dublin Core; UK: e-GMS; Nueva Zelanda: NZGLS; Australia: RkMS; Canadá: RMMS; Irlanda: *Irish Public Service Metadata Standard* (IPSMES); EEUU: modelo desarrollado en

Pittsburgh: BAC; España: e-EMGDE; *Modelo Conceptual de Descripción Archivística «Documentos en Contexto» RIC-CM*; *Encoded Archival Description (EAD)*; *General International Standard Archival Description (ISAD-G)*; *Norma Española de Descripción Archivística (NEDA)*, para ello, además del método elaborado por Martín y Angelozzi (2007) en su apuesta por realizar un estudio comparativo de metadatos para la descripción de recursos de información, sirviéndose de las directrices propuestas por Heery (1996), Dempsey y Heery (1998), Taylor (2004) y el proyecto *Recordkeeping Metadata Standard for Commonwealth Agencies* (1999) para la descripción de su modelo de metadatos, se toma el estudio realizado por Alasem (2009), que realiza una comparativa de los estándares propuestos por varios países. Se aplica una metodología basada en el análisis de las diferencias y semejanzas de la realidad estudiada, con el fin de llegar a definir un modelo o, simplemente, de perfilar las características del objeto de estudio, utilizado para determinar las convergencias y divergencias de la representación de la información basada en MCD. El modelo de descripción de procesos elaborado por García (2015), finalmente, permite determinar con más claridad, los elementos, subelementos y valores que se deben asignar a cada una de las entidades propuestas. La aplicación de éste método permite desarrollar un MCD adaptado a la realidad descriptiva de los documentos seleccionados en un sistema de gestión documental.

4. Resultados y Discusión

La necesidad de diseñar un MCD no es otra que, principalmente, la de describir la realidad interna y externa de los recursos de información seleccionados. La descripción, al igual que otros procesos archivísticos, no es única debido a varios factores – la variedad y unicidad de los materiales de archivo, tamaño y complejidad de la organización original, variación en los niveles de descripción, variación en la profundidad o complejidad de la descripción, diversidad terminológica, etc— que han sido la causa que ha impedido establecer una normalización internacional homogénea ya que cada país ha desarrollado una terminología, técnica y metodología distinta. Según Ruiz Rodríguez y Peis Redondo (2004), la solución pasa por la normalización de los elementos de descripción, la normalización del contenido de estos elementos, la normalización de los instrumentos de descripción en sí mismos y la normalización de los lenguajes de recuperación.

La valoración que se hace sobre la descripción de los documentos electrónicos y digitalizados pasa por la implantación de estructuras de datos para definir las características del objeto a describir a nivel global o contextual. Hasta ahora, se ha visto un listado de estructuras de datos por cada país para ser aplicadas a objetos electrónicos: el estándar neocelandés, el del Reino Unido, el irlandés, los canadienses, el australiano o el español. Como parte o herencia adoptada por muchos países en el desarrollo de sus proyectos de gestión de documentos electrónicos y digitalizados se cree necesario mencionar las siguientes normas, ya que se tratan de desarrollos específicos que pueden ser aplicados dentro de la descripción del contexto del documento a una parte concreta, se habla de Dublin Core, de la norma *General International Standard Archival Description (INTERNATIONAL..., 2011)* y *Encoded Archival Description (EAD, 2013)* su versión electrónica.

Tabla 1 – Unificación de elementos de metadatos de los modelos UK, NZ y AU

	UK		New Zealand		Australia	
	Creator		Creator		Data	
	Subject	*IPSV	Function	*FONZ	Title	
	Title		Subject	*SONZ	Publisher	Mandatory for information resources
	Data	W3C Format	Title		Creator	Mandatory if Know
	Accessibility		Type		Availability	Mandatory for office resources
	Identifier	Mandatory if applicable	Availability		Function AGIFT	Mandatory if no subject element specified
	Publisher		Identifier		Identifier	
	Coverage		Publisher		Subject *TAGS	
	Language	ISO 639	Audience		Audience	Mandatory: When adding an agency, service, or offline document. Optional: when adding an online document
	Addresses	Relation	Data	W3C Format	Contributor	
	Aggregation	Rights	Description		Coverage	Mandatory: For online resources, otherwise recommended when available
	Audience	Source	Mandate		Description	
	Contributor	Status	Language	ISO 639	Format	Mandatory: for document resources
Mandatory	Description	Type	Contributor		Language	
Conditional	Digital Sig		Coverage		Mandate	
Recommended	Disposal		Format		Relation	
Option	Format		Relation		Rights	
New element	Locator		Right		Source	
	Mandate		Source		Type	
	Preservation	*IPSV : Integrated Public Sector Vocabulary *FONZ : Thesaurus and Function of New Zealand *SONZ : Subject of New Zealand				*AGIFT : Australian Governments' Interative Functions Thesaurus *TAGS : Thesaurus of Australian Government Subjects

Fuente: elaborado a partir del modelo de ALASEM (2009).

Tabla 2 – Unificación de elementos de metadatos de los modelos CN e IR

	Canada		Ireland	
	Creator			
	Data	W3C Format		
	Language	ISO 639	Creator	
	Subject	Must be selected from controlled vocabularies registered with National Library of Canada or recognized by the DCMI	Data	ISO 8601
	Title		Publisher	
	Key words		Subject	*PST
	Audience		Title	
	Coverage		Identifier	
	Description		Type	*IPSDT
Mandatory	Format		Coverage	
Conditional	Type		Format	
Recommended	Identifier		Description	
Option	Publisher		Format	
New element	Contributer		Language	ISO 639-1
	Relation		Relation	
	Right		Right	
	Sources		Source	
				*PST : Public Services Thesaurus *IPSDT : Irish Public Service Document Type

Fuente: elaborado a partir del modelo de ALASEM (2009).

Las tablas 1 y 2 muestran para cada país los modelos de metadatos desarrollados, el conjunto de metadatos tomados de Dublin Core, el conjunto de metadatos adicionales, así como las equivalencias de estos con los propuestos por los demás países. Las casillas sombreadas en negrita son los elementos de metadatos adicionales que cada país añade. El resto son elementos de metadatos adaptados, tomados de Dublín Core. Se aprecian las condiciones de uso de los metadatos en cada país: obligatorios, condicionales,

recomendables u opcionales, y se muestra para cada elemento de metadatos códigos de normas establecidas.

Las características que presentan los modelos de la tabla 1 y 2 se pueden estructurar en: metadatos para representar los recursos de información (documentos): es decir, para describir aspectos de carácter inherente (información de contenido o estructural) y metadatos para representar aspectos del contexto de los recursos de información (se refiere a la información que no se puede extraer directamente del contenido del recurso pero que afecta al recurso).

El análisis de los modelos ofrece las siguientes conclusiones: se detectan algunas diferencias en los modelos analizados, por un lado, en la vertiente Estadounidense y en Canadá, el modelo de Minesota y el de Ontario establece un listado de elementos y subelementos de metadatos, por el contrario, el modelo estadounidense *Recordkeeping* (diseñado en BAC) en el año 2001, el modelo de Toronto y el Australiano en el año 2008, el modelo Español en el año 2015 y posteriormente RIC-CM 2016, establecieron una estructura de elementos y subelementos (tabla 3) pero integrados en categorías o entidades. La principal diferencia es que los segundos apuestan por una descripción multinivel incorporando elementos y subelementos homogéneos dentro de grandes grupos.

Tabla 3 – Modelo de metadatos Australian Government Recordkeeping Metadata Standard (RKMS)

ENTITIES				
RECORD	AGENT	BUSINESS	MANDATE	RELATIONSHIP
<i>PROPERTY</i>		<i>Obligation for Use</i>		<i>Entity Applicability</i>
0. Entity Type	Conditional (Mandatory for multiple-entity)		All	
1. Category	Mandatory		All	
2. Identifier	Mandatory		All	
3. Name	Mandatory		All	
4. Date Range	Mandatory		All	
5. Description	Optional		All	
6. Related Entity	Mandatory		Relationship	
7. Change History	Conditional		Relationship	
8. Jurisdiction	Optional		Record, Agent, Business, Mandate	
9. Security Classification	Conditional for Record, Mandate Optional for Business		Record Business, Mandate	
10. Security Caveat	Conditional		Record Mandate	
11. Permissions	Conditional		Agent, Business	
12. Rights	Conditional		Record	
13. Contact	Conditional		Agent	
14. Positional	Optional		Agent	
15. Language	Conditional for Record Optional for Agent		Record, Agent	
16. Coverage	Optional		Record Mandate	
.../...				

Fuente: elaborado a partir del *Australian Government Recordkeeping Metadata Standard (RKMS)* (2011).

El modelo pionero que mejor desarrolló los valores de metadatos para el elemento relación fue Ontario en el año 2005 estableciendo hasta ocho tipos de relaciones a detectar. En el año 2018 el modelo de descripción de procesos de García establece para la entidad relación el elemento de metadatos «naturaleza de la relación» este elemento sirve para describir los tipos de relaciones existentes entre los registros de los módulos y a su vez comprende subelementos de metadatos para describir la codificación lógica del módulo emisor y

receptor a la hora de establecer el vínculo o asociación entre entidades, ambos se toman de ejemplo para adaptarlos al MCD que aquí se presenta.

Tabla 4 – Elemento relación del modelo de metadatos de Ontario

15. Relation	15.1. Refinement: Has format	Otras relaciones: Conforms To Has Version Is Version Of References Is Referenced By Replaces Is Replaced By Requires Is Required By_
	15.2. Refinement: Is format Of	
	15.3. Refinement: Has Part	
	15.4. Refinement: Is Part Of	
	15.5. Refinement: Has Translation	
	15.6. Refinement: Is translation Of	
	15.7. Refinement: Has Adaptation	
	15.8. Refinement: Is Adaptation Of	

Fuente: elaborado a partir del GO-ITS 46 *Common Metadata Elements Standard* (CMES) (2005).

Otro de los modelos que mejor representa las relaciones es el modelo RIC-CM, establece relaciones formuladas en pasado, lo que denota la posibilidad de variación del estado de los documentos y posibilita representar mejor las re-contextualizaciones y dinamismos de su ambiente de creación y uso. De esta forma, las funciones que cumplen las relaciones, divididas por categorías, son las siguientes:

Con la evaluación de cada modelo se ha comprobado las similitudes, todos ellos establecen un conjunto de entidades y elementos iguales para llevar a cabo el proceso básico de descripción: documento; agente; función, mandato (norma); concepto/asunto/objeto o acontecimiento; lugar; fecha; relación. Por otro lado, también se han seleccionado y adaptado aquellos elementos dispares de cada uno de los modelos evaluados para diseñar el modelo que aquí se presenta.

En términos generales, al analizar cualquier recurso de información se pueden especificar, con más detalle, aquellos elementos y subelementos que describirán ese recurso, pudiendo establecer las siguientes categorías de necesidades de descripción:

- Describir los procedimientos de gestión del recurso de información
- Describir el contexto y contenido del recurso de información
- Describir las relaciones
 - Asociación entre todas las entidades
 - Asociación entre funciones
 - Asociación entre mandatos (o normas)
 - Asociación entre acontecimientos, ocupaciones, cargos, fechas y lugares
- Describir los agentes (tipos de agentes), su contexto y sus funciones reflejadas en el recurso
- Describir las regulaciones/ normas que afectan al recurso de información

La descripción de un recurso de información, soportada en un sistema de gestión documental, también se debe realizar de forma progresiva y secuencial en el tiempo, en

función del cumplimiento del número de procedimientos que comprende. El modelo Australiano RkMS, e-EMGDE y el modelo diseñado por García (2015) establecen las siguientes entidades:

1. Procedimiento/s: la gestión del recurso de información comprende una serie de procedimientos inmateriales y materiales, acciones o funciones que se ejecutan sobre un ente físico o que derivan de él y que se deben describir. Se refiere al contexto de gestión, también al contexto de contenido del recurso de información, es decir, aquellas acciones que son causa de su creación y que representan las acciones propias de los agentes que intervienen en el recurso.
2. Agente/s: se ha creído necesario subdividir en tipos de agentes vinculados al recurso de información, por un lado, los agentes que intervienen en la gestión del recurso de información y por otro lado los actores y las funciones que desempeñan y que figuran en el contenido del recurso.
3. Unidad documental simple: se reflejan los aspectos formales y de contenido del documento.
4. Unidad documental compuesta: se reflejan los aspectos formales y de contenido del expediente.
5. Relaciones: indican los vínculos entre las entidades, es decir, quedan documentados los flujos entre entidades.
6. Regulaciones: a veces, un recurso de información, lleva asociado normas o código deontológico. Esta entidad debe contener el conjunto de normas que afectan al recurso de información.

4.1. Estudio de caso

Fondo documental del Monasterio de Salvador de Grijó (Portugal)⁴

El Monasterio de Salvador de Grijó fue un monasterio masculino, situado en la antigua Terra y Comarca de Feira. Ingresó en la Orden de San Agustín. Estaba sometido a la jurisdicción ordinaria de Oporto. Se incorporó al monasterio reformado de Santa Cruz de Coimbra y se unió a la Congregación del mismo nombre. También recibió el nombre de Monasterio de Grijó (1452).

A lo largo de los años el monasterio sufrió varios cambios, en 1770 se extinguió y sus bienes fueron anexionados al Monasterio de Mafra, posteriormente, en 1792 se restituyó volviendo a su estado regular y conventual. En 1833 la Comisión Administrativa de los bienes de los

⁴ Arquivo Nacional Torre do Tombo. [En línea]. [Consult. Sept. 2023]. Disponible en: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4380804>.

Arquivo Distrital do Porto. [En línea]. [Consult. Sept. 2023]. Disponible en: <https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/details?id=512260>.

conventos abandonados procedió a la descripción e inventario de los objetos existentes en el monasterio, haciendo referencia a tres oficinas de registro:

- La oficina de registro (la mayor parte de documentos fueron posteriormente transferidos al Arquivo da Torre do Tombo y al Arquivo Distrital do Porto);
- La oficina de registro eclesiástico con documentos de la parroquia de Grijó (con libros de visita al monasterio, registros de testamentos, audiencias y gastos eclesiásticos, registros de términos de culpabilidad, de órdenes, de partidas de bautismo, registros de bautismos, registros de confirmaciones, registros de matrimonios, registros de defunciones);
- y de las parroquias de Salvador de Perosinho, São Mamede de Serzedo, São Martinho de Argonce, São Miguel de Travassô y Santa Eulália de Eirol, así como el registro judicial privado del monasterio, con actas, sentencias, ejecuciones, hipotecas.

El inventario también reflejaba libros encuadernados, papeles y fajos, conteniendo pergaminos que fueron incautados en 1833. En 1835 se volvió a realizar otro inventario de los bienes que habían quedado en el monasterio, mencionando varios papeles de poca importancia que aún estaban en cajones en uno de los estantes del registro.

Entre 1860 y 1864, José Manuel da Costa Basto trajo varios códigos de la oficina de registro del Gobierno Civil de Oporto (pertenecientes al Monasterio de Leça, al Monasterio de Paço de Sousa, al Monasterio de Grijó, al Convento de São Francisco do Porto, al Monasterio de São Simão da Junqueira). Entre los códigos traídos del Gobierno Civil de Oporto figuraban los numerados 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 39 y 41, cuando se incluyeron en la Colección Costa Basto.

A finales de la década de 1990, se abandonó la ordenación geográfica por nombres de las localidades donde estaban ubicados los conventos o monasterios, para adoptar la agregación de los fondos por órdenes religiosas. Los siguientes libros fueron extraídos de esta colección en 1945:

- liv. 9: *De Probatís sanctorum historiis*, v. VII - Portugal, Torre do Tombo, Serie Negra nr. 4374;
- liv. 14 a 31: Registros Parroquiales de Grijó, Perorinho, Serzedo - Portugal, Arquivo Distrital do Porto, Paróquias de Grijó, Perorinho, Serzedo.

De las series que componen el fondo del Mosteiro do Salvador de Grijó 1302-1833, se destaca «Tombo do património do Mosteiro»; esta serie se ha seleccionado porque todavía no ha sido sometida a una descripción archivística, se van a tratar las siguientes unidades de instalación:

- ui DE1 Maço 1 de documentos eclesiásticos 1503/1560
- ui DP1 Maço 1 de documentos particulares 1303/1376
- ui DP2 Maço 2 de documentos particulares 1376/1450

- ui DP3 Maço 3 de documentos particulares 1450/1506
- ui DR1 Maço 1 de documentos régios 1449/1550

4.2. Propuesta de Modelo Conceptual de Descripción⁵

Primera fase de descripción

Los criterios de descripción establecidos por el equipo de investigación del proyecto «La reconstrucción de los archivos monásticos en el norte de Portugal desde la Edad Media hasta el siglo XIX», son los siguientes: Nivel de descripción (Fondo - Unidad de Instalación); Número de documento; Título (Atribuido/Formal); Título propuesto; Fecha cronológica; Fecha tópica; Soporte; Ámbito y Contenido; Condiciones de acceso; Idioma; Verso; Cronología en verso (ver tabla 5). A partir de esta primera estructura, se establecen los elementos y subelementos de metadatos comunes de cada una de las entidades para una descripción archivística básica en correspondencia con el objetivo marcado por el equipo de investigación y con los estándares de los diferentes países basados en Dublin Core e ISAD (G)-EAD:

Entidad documento:

Elementos:

Tipo de documento;
Identificación del documento;
Denominación del documento;
Fecha;
Descripción;
Clasificación de seguridad;
Clasificación de acceso;
Idioma;
Ubicación;
Aspectos técnicos;
Aspectos formales;
Firma;
Situación;
Valoración;
Descriptor;
Verificación de la integridad;
Modificación;
Cambio de Valores;
Clasificación.

⁵ Ver anexo 1: Modelo Conceptual de Descripción.

En un primer nivel de descripción y para la primera fase del proyecto solo se establece la entidad documento. Principalmente se describen aspectos formales y de contenido de los recursos de información seleccionados del fondo documental del Monasterio de Salvador de Grijó y se detallan las condiciones de acceso.

Tabla 5 – Descripción básica fondo documental Monasterio Salvador de Grijó (PT)

ID	Nivel de descripción	Título	Título propuesto	Data Cronológica	Data Tópica	Soporte	
1	Fondo ANTT, Monasterio de Grijó	Doc. 1	Atribuido	Sentencia de D. Juan I a Fernádo Pereira para que pagase 32 mil reales blancos al Monasterio de Grijó	1460/06/26	Porto	Pergamino
Alcance y contenido			Condiciones de acceso	Idioma	Verso	Crono. de los versos	
Gomes cavalleiro, desembargo régio e procurador, mande au lvrar o documento, Joao de Lisboa, escrivao dos feitos da casa régia, a escreveu. Assinatura autógrafa em latin de Gomes- «Gomecius» Apresenta uma nota adicional sobre uma das cláusulas da sentença, com assinatura autógrafa em latin de Brás Afonso «Blasius»			Pergamino en buen estado de conservación, con manchas de humedad en los extremos, que no impiden la lectura	PT	1 - «Pago XX__ libras em __» 2 - «Sobre sentença del monasterio de Egrijoo contra Fenam Pereira sobre ciertos derechos y sobre ciertos derechos y pensiones que instintivamente (sic) tomó del monasterio. Armario 23 sacro. 1459»	1- 2 - Siglo XVIII	
2	Fondo ANTT, Monasterio de Grijó	Doc. 2	Atribuido	Sentencia de D. Joan II a Martin Alvaro Rico por haber ocupado el lugar de Silvares, a favor del Monasterio de Serra	1487/04/24	Porto	Pergamino
Alcance y contenido			Condiciones de acceso	Idioma	Verso	Crono. de los versos	
Apelacao do Mosteiro de contra Martin Alvaro Rico tomou posse do lugar de Silvares, que pertencia ao Mosteiro de Serra, sem o consentimento do Mosteiro. O Mosteiro pediu a Rico que delxasse a terra ou mostrasse a sua posse, o que nao se verificou. Assinatura autógrafa de D. Joao II			Pergamino en buen estado de conservación, con manchas de humedad en el centro y en los extremos, que no impiden la lectura	PT	1 - «Sanbbam quantos este estamento de posse virem» 2 - «pago XXXVI reais __» 3 - «Outrossy vos mandamos em esta nossa sentença atras scripta facais outrogar no peutas em noventa e sete reais que sy fizesse de outras embargo que os a esta sentença pasar pella chancelaria da parte sem das quates passasse e Bij__ cidade de Lisboa a VII do mes de __ XXVII per nos rela __ (assinatura) Johannes» 4 - «Almario 4, sacro 7º, nº 44» 5 - «Sentença que o __» 6 - isto he em vila e pertense ao mosteiro da Cetra» 7 - « Joao __ contra o __ sobre Silvares __» 8 - «Esta treslandada no 2º auth, das doacoens de Serra a página 210ª, nº 2. Silvares. Sentença» 9 - «1487 Sentença d aldea de Silvares contra hum Martym Alvaro que __ occupava» 10 - «Almario 6º, marco 2º, nº3» 11 - « __»	1 - Siglo XV 2 - Siglo XV 3 - Siglo XV 4 - Siglo XVIII 5 - Siglo XVIII 6 - ? 7 - ? 8 - Siglo XIX 9 - ? 10 - Siglo XVIII 11 - ?	

Fuente: grupo de investigación del proyecto «La reconstrucción de los archivos monásticos en el norte de Portugal desde la Edad Media hasta el siglo XIX (2023)».

Segunda fase de descripción recomendada

En un segundo nivel y para su incorporación en las siguientes fases del proyecto, se recomienda ampliar la descripción estableciendo dos entidades nuevas. En esta segunda estructura se establecen los elementos de metadatos de dos entidades claves: entidad agente y entidad relación.

El objetivo es describir, por un lado, los agentes que intervienen en el recurso de información, sus ocupaciones, funciones, cargos y otros aspectos relevantes del contexto de los agentes y, por otro lado, todos los posibles vínculos entre entidades y elementos que forman el MCD; estas asociaciones contribuyen a tejer una red de información vinculada que, a la hora de implementar un sistema de gestión documental, permitirá diseñar un sistema de acceso, búsqueda y recuperación de información amplio y eficaz.

Entidad: Agente

Elementos:

- Tipo de agente;
- Identificación del agente;
- Denominación del agente;
- Fecha;
- Descripción;
- Clasificación de seguridad;
- Clasificación de acceso;

- Idioma;
- Datos;
- Descriptor;
- Modificación;
- Cambio de valores;
- Clasificación.

Entidad: Relación

Elementos:

- Tipo de relación;
- Identificación de la relación;
- Denominación de la relación;
- Fecha;
- Descripción;
- Clasificación de seguridad;
- Clasificación de acceso;
- Naturaleza de la relación;
- Idioma;
- Descriptor;
- Modificación;
- Cambio de valores;
- Clasificación.

Tercera fase de descripción recomendada

Finalmente, en el caso de que se vaya a implementar un sistema de gestión documental con un interfaz de búsqueda y recuperación de información, es necesario establecer una serie de elementos que puedan describir aspecto sobre los procedimientos de gestión de cada uno de los recursos de información dentro de los sistemas.

Por otro lado, es necesario describir el marco normativo que afecta no solo a los procedimientos de gestión sino a todas las entidades que forman parte del Modelo Conceptual: ayuda a entender por qué determinados registros de datos se deben crear, relacionar y cómo y por qué deben ser guardados. Aquí se deben describir aspectos relacionados con legislación, políticas o reglas que se establecen para regular la actividad de un agente, de una organización, de un recurso de información o de un proceso de gestión. Describir y estudiar las regulaciones que afectan a cada una de las entidades, permite controlar el recurso que se está describiendo, puede ayudar a definir el alcance de los procedimientos de gestión, establecer o autorizar a los agentes que intervienen en él, indicar los requisitos de mantenimiento y uso de registros para los recursos de información y, finalmente, vincular con otras regulaciones.

Entidad: Procedimiento de gestión

Elementos:

- Tipo de procedimiento;
- Identificación del procedimiento;
- Denominación del procedimiento;
- Fecha;
- Descripción;
- Jurisdicción;
- Clasificación de seguridad;
- Clasificación de acceso;
- Idioma;
- Descriptor;
- Modificación;
- Cambio de valores;
- Clasificación.

Entidad: Regulación

Elementos:

- Tipo de regulación;
- Identificación regulación;
- Denominación;
- Fecha;
- Descripción;
- Clasificación de seguridad;
- Clasificación de acceso;
- Idioma;
- Descriptor;
- Modificación;
- Cambio de valores;
- Clasificación.

En el modelo que se propone, los elementos de metadatos escogidos para la descripción de un recurso pueden combinar información obligatoria o no obligatoria como necesaria para la descripción efectiva del estándar de metadatos que se desee crear. Se pueden definir metadatos obligatorios, recomendables y opcionales.

Este estándar está basado en un modelo de entidad múltiple. Comprende 5 entidades: Documento, Agente, Relación, Procedimiento y Regulación, en él se han definido 23 elementos que incluyen varios subelementos, la gran mayoría son comunes a cada una de las entidades siendo susceptibles de comprender otros, mediante la aplicación del principio de extensibilidad.

El mayor número de elementos se asigna a la entidad documento. Esta entidad comprende elementos exclusivos que no son comunes a todas las entidades:

- **Ubicación:** se debe describir la ubicación física o virtual donde se encuentra un recurso de información.
- **Aspectos técnicos:** Información acerca de la forma lógica en la que se presenta el recurso de información.
- **Aspectos formales:** Información de la extensión que presenta el recurso de información.
- **Firma:** Método para fijar las condiciones de fiabilidad y autenticidad de un recursos de información (si se trata de un recursos electrónico).
- **Situación:** Estado de gestión en el que se encuentra el recurso de información (en el caso de que se trate de un recurso electrónico).
- **Valoración:** Reconocer, estimar o apreciar el valor del recurso de información.
- **Verificación de la integridad:** Método para determinar si los bits que conforman un recurso de información digital han sufrido algún cambio en el curso de la transmisión o del almacenamiento. A veces denominado «fijeza» sirve para verificar si un recurso de información ha sido alterado de manera no documentada o autorizada.

El elemento naturaleza de la relación solo se aplica a la entidad relación, sirve para especificar la manera en que se relacionan las entidades y los elementos de estas.

El elemento dato solo es exclusivo de la entidad agente, éste responde a información de carácter personal, de contacto, cargos, ocupaciones, etc. Ofrece información adicional del agente vinculado al recurso de información.

El resto de elementos son comunes a todas las entidades que se proponen, parte de ellos sirven para describir la gestión de cada una de las entidades del recurso (clasificación de acceso, de seguridad, modificación o cambio de valores) y el resto de elementos (descriptor, clasificación) ayudan en la búsqueda y recuperación de la información contenida en el recurso de información.

5. Conclusión

El panorama de los MCD aporta las siguientes dimensiones: el proceso de descripción archivística se concibe hoy como una descripción pluridimensional, la descripción de los aspectos formales y de contenido de un recurso de información, es igual de importante que la descripción de las evidencias que lo rodean. El objetivo de estas estructuras es proporcionar un esquema genérico, completo y reutilizable que permite la interoperabilidad entre sistemas de información.

Como se ha podido apreciar, los estándares y normas poseen particularidades propias aunque, casi todos ellos, comparten características comunes. Se identifican elementos comunes que se ocupan de representar el nivel básico de descripción de un recurso de información. Los modelos que mejor responden a la descripción archivística son los modelos entidad-relación, que suelen comprender 5 entidades generales (documento,

agente, relación, regulación, procedimiento), sin embargo, hay otros modelos que amplían el número de entidades, como puede ser el modelo NEDA o RIC-CM que establecen las entidades concepto/asunto, lugar, fecha, forma documental, ocupación o posición. Desde este punto de vista, se considera que estas entidades deberían estar englobadas dentro de las 5 entidades básicas, tal y como se presenta en el modelo que aquí se propone cuyo objetivo es hacer más explícitas las divisiones de las entidades archivísticas en elementos y subelementos.

Es importante mencionar que las relaciones entre entidades permiten establecer vínculos entre documentos a través de su contenido, tipología y funciones, también es posible relacionar los documentos con los agentes o establecer asociaciones entre agentes, sus funciones o cargos.

Otro de los aspectos importantes a tener en cuenta en este tipo de modelos es la definición previa de cada uno de los valores, es necesario crear una serie de valores que representen la naturaleza y el contexto del recurso que se va a describir, con el objetivo de ser asignados a cada uno de los elementos y subelementos de metadatos. La elección de unos valores u otros dependerá de la adecuación para describir el contexto, del contenido incluso de la gestión del recurso de información, siempre basado en la interpretación de la realidad.

En este tipo de modelos es fundamental crear vocabularios específicos de cada ámbito o dominio informativo. Los metadatos específicos de un dominio pueden construirse a partir de ontologías específicas o de términos que describen la información en bibliotecas conceptuales. De esta forma, las ontologías se pueden entender como metadatos cuyas relaciones terminológicas serán indispensables para conseguir la interoperabilidad semántica en el nivel del vocabulario y sobre todo para mejorar la búsqueda y recuperación de información específica sobre un organismo o temática concreta.

El ejemplo que aquí se proporciona, a través de la descripción de parte del fondo documental del Monasterio de Salvador de Grijó, ofrece una perspectiva innovadora para la evaluación y el tratamiento del resto de fondos documentales de los monasterios del norte de Portugal, se ha comprobado que el establecimiento de entidades sirve de herramienta para la investigación de importantes organizaciones de otros ámbitos, por este motivo se considera que, para este tipo de organizaciones, también serían útiles.

Referências bibliográficas

ALASEM, A.

2009 An Overview of e-Government Metadata Standards and Initiatives based on Dublin Core. *Electronic Journal of e-Government*. [En línea]. 7:1 (2009) 1-10. [Consult. 28 mar. 2023]. Disponible en: www.ejeg.com.

ARKISTOLAITOS

2013 *The Finnish Conceptual Model of Archival Description*. [S. l.]: Arkistolaitos, 2013.

AUSTRALIA. National Archives

2011 Australian Government Recordkeeping Metadata Standard: implementation guidelines, version 2.0. In *NAA: Records Management: Publications and tools*. [En línea]. 2011. [Consult. 12 ago. 2023]. Disponible en: <http://www.naa.gov.au/records-management/publications>.

AUSTRALIA. National Archives

1999 *Recordkeeping Metadata Standard for Commonwealth Agencies: version 1.0*. [En línea]. Canberra: NAA, 1999. [Consult. 14 dic. 2023]. Disponible en: <http://www.naa.gov.au/records-management/publications/>.

BEARMAN, D.

1996 Item level control and electronic recordkeeping. *Archives & Museum Informatics*. [En línea]. 10:3 (1996) 195-245. [Consult. 19 dic. 2022]. Disponible en: <http://www.archimuse.com/papers/nhprc/item-lvl.html>.

BEARMAN, D.

1994 Electronic evidence: strategies for managing records in contemporary organizations. [En línea]. *Archives & Museum Informatics*. 1994. [Consult. 20 ene. 2023]. Disponible en: http://www.archimuse.com/publishing/electronic_evidence.html.

BEARMAN, D.

1993 Record-keeping systems. *Archivaria*. [En línea]. 36 (1993) 16-36. [Consult. 4 mar. 2023]. Disponible en: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/issue/view/395/showToc>.

BEARMAN, D.

1989 Description standard: a framework for action. *The American Archivist*. [En línea]. 52:4 (1989) 514-519. [Consult. 15 dic. 2022]. Disponible en: <http://archivists.metapress.com/content/224g4336k5670067/>.

BOSCH, M.; MANZANOS, N.

2012 De los registros a los objetos: semántica y comportamiento de los documentos: el desafío de la Web 3.0. *Palabra Clave*. [En línea]. 2:1 (2012) 51-60. [Consult. 20 mar. 2023]. Disponible en: <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCv2n1a05>.

CANADA. Gobierno

2006 Records Management Metadata Standard Version 1.0. In *Library and Archives Canada*. [En línea]. 2006 [Consult. 11 febr. 2023]. Disponible en: <https://www.collectionscanada.gc.ca/government/products-services/007002-5001-e.html>.

CANADA. Ministry of Government Services

2005 GO-ITS 46 Common Metadata Elements Standard (CMES) Version 1.0. In *Information technology standards*. [En línea]. 2005. [Consult. 2 nov. 2022]. Disponible en: http://www.mgs.gov.on.ca/en/IAndIT/STEL02_047303.html.

CARDONA, H. [et al.]

2014 *Diseño e implementación de bases de datos desde una perspectiva práctica*. [En línea]. [S. l.]: Iniciativa Latinoamericana de Libros de Texto Abiertos (LATIn), 2014. [Consult. 29 oct. 2022]. Disponible en: <https://mountainscholar.org/items/257337de-581b-4465-92fd-13cb550cfce2>

COMISIÓN EUROPEA

[202-] *Programa Europa Digital 2021-2027* [En línea]. [202-]. [Consult. 4 jun. 2023]. Disponible en: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/es/activities/digital-programme>.

COMISIÓN DE NORMAS ESPAÑOLAS DE DESCRIPCIÓN ARCHIVÍSTICA

2012 Modelo Conceptual de Descripción Archivística y requisitos de datos básicos de las descripciones de documentos de archivo, agentes y funciones. 84 Parte 1: Tipos de Entidad. Parte 2: Relaciones 2012 [En línea]. España: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2012. [Consult. 16 ene. 2023]. Disponible en: <https://www.culturaydeporte.gob.es/dam/jcr:0313e2cc-85ae-496e-9df3-0dc69a981586/neda-mcda-p1-p2-20120618.pdf>.

DEMPSEY, L.; HEERY, R.

1998 Metadata: a current view of practice and issues. *Journal of Documentation*. 54:2 (1998) 149.

DOERR, M.; LE BOEUF, P.

2007 Modelling intellectual processes: the FRBR-CRM. Harmonization: international cataloging and bibliographic control. In INTERNATIONAL DELOS CONFERENCE, 1st, Delos, 2007 - *Digital libraries: research and development*. [En línea]. Pisa, 2007, p. 114-123. [Consult. 8 jul. 2023]. Disponible en: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-540-77088-6_11.

DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE

1995-2014 Metadata terms. En *Dublin Core Metadata Initiative*. [En línea]. 1995-2014. [Consulta: 20 feb. 2023]. Disponible en: <http://www.dublincore.org/documents/dcmi-terms/>

EAD

2013 *EAD: Encoded Archival Description*. [En línea]. 2013. [Consult. 4 abril 2023]. Disponible en: <http://www.loc.gov/ead/index.html>.

ESPAÑA. Dirección General de Modernización Administrativa, Procedimientos e Impulso de la Administración Electrónica

2012 Esquema de Metadatos para la Gestión del Documento Electrónico (e-EMGDE): documentación complementaria a la Norma Técnica de interoperabilidad de política de gestión de documentos electrónicos. In *PAe. Interoperabilidad. Normas técnicas*. [En línea]. 2012 [Consult. 15 febr. 2023]. Disponible en: http://administracionelectronica.gob.es/pae/Home/pae_Estrategias/pae_Interoperabilidad_Inicio/pae_Normas_tecnicas_de_interoperabilidad.html.

FERNÁNDEZ GRANADOS, L.

2016 *La Descripción de bienes culturales en archivos personales: normativas y procedimientos: El fondo de Leonardo Torres Quevedo*. España: UNED, 2016. Tesis de Doctorado.

FERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, A.; CARBONELL DE LA FE, S.; PÉREZ GONZÁLEZ, Yudeisy

2009 Las Ontologías: nuevos retos. In CONGRESO ISKO-ESPAÑA, 9º, Valencia, 2009 - *Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento: actas del congreso*. Valencia: Universitat Politècnica, 2009.

FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR EVIDENCE IN RECORDKEEPING

2004 Functional Requirements for Evidence in Recordkeeping: the Pittsburgh Project: Recovered. *Archives and Museum Informatics*. [En línea]. 2004. [Consult. 16 jul. 2023]. Disponible en: <http://www.archimuse.com/papers/nhprc/>.

GARCÍA, M.

2018 *e-Administración: realidad encontrada tras la aplicación de un método descriptivo de gestión de procesos administrativos en entidades locales españolas*. Madrid: Congreso de los Diputados, 2018.

GILL, T. [et al.]

2000 *Introduction to metadata, version 3.0*. [En línea]. Los Ángeles: Gregory M. Britton, 2000. [Consult. 11 ene. 2023]. Disponible en: https://www.getty.edu/research/publications/electronic_publications/intrometadata/index.html.

HEERY, R.

1996 Review of metadata formats. *Program*. [En línea] 30:4 345-373. [Consult. 18 nov. 2023]. Disponible en: <http://www.ukoln.ac.uk/metadata/review.html>.

HEREDÍA HERRERA, A.

2010 La CNEDA: un nuevo modelo conceptual de descripción archivística. *Revista Andaluza de Archivos*. 3 (2010) 164.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES

2011 *ISAD(G): General International Standard Archival Description*. In *ICA Resources: Standards* [En línea]. 2011 [Consulta: 12 ene. 2023]. Disponible en: <http://www.ica.org/10207/standards/isadg-general-international-standardarchival-description-second-edition.html>.

LÓPEZ ALONSO, M. A.

2000 Las Estructuras conceptuales de representación del conocimiento en Internet. *Scire* [En línea]. 6:1 (2000) 107-123. [Consult. 18 ago. 2023]. Disponible en: <https://doi.org/10.54886/scire.v6i1.1127>.

MARTÍN, S. G.; ANGELOZZI, S. M.

2007 Análisis y comparación de metadatos para la descripción de recursos electrónicos en línea. In *ENCUENTRO INTERNACIONAL DE CATALOGACIÓN, 3º*, Buenos Aires, 2007. [En línea]. Buenos Aires, 2007, p. 1-18. [Consult. 23 mar. 2012]. Disponible en: <http://eprints.rclis.org/15906/>.

LOS MODELOS CONCEPTUALES DE DESCRIPCIÓN ARCHIVÍSTICA

2019 *Los Modelos Conceptuales de Descripción Archivística: un nuevo desafío para la representación, el acceso y uso de la información de los archivos*. [En línea]. 2019. [Consult. 27 oct. 2022] Disponible en: <https://www.iberarchivos.org/wp-content/uploads/2021/02/Los-modelos-conceptuales-de-descripci%C3%B3n-archiv%C3%A1stica.pdf>.

MOYANO COLLADO, J.

2013 La Descripción archivística: de los instrumentos de descripción hacia la Web Semántica. *Anales de Documentación*. [En línea]. 16:2 (2013) 1-13. [Consult. 16 ene. 2023]. Disponible en: <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/analesdoc.16.2.171841>.

RUIZ RODRIGUEZ, A. A.; PEIS REDONDO, E.

2004 EAD - Encoded Archival Description: desarrollo, estructura, uso y aplicaciones. *Hipertext.net: revista académica sobre documentación digital y comunicación interactiva*. [En línea]. 2 (2004). [Consult. 20 nov. 2022]. Disponible en: <http://www.hipertext.net>.

PETTERI, J.

2002 *Concepts and object-oriented knowledge representation*. Helsinki: University of Helsinki, 2002.

PORTO. Arquivo Distrital

[202-] *Arquivo Distrital do Porto*. [En línea]. [202-]. [Consult. sept. 2023]. Disponible en: <https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/details?id=512260>.

PORTUGAL. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

[202-] *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. [En línea]. [202-]. [Consult. sept. 2023]. Disponible en: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4380804>.

REQUEJO ZALAMA, J.

2018 Auge y caída de la descripción multinivel: el nuevo entorno multidimensional de la descripción archivística. In *Jornadas Archivando: valor, sociedad y archivos*. [En línea]. 2018. [Consult. 18 fev 2023]. Disponible en:

https://archivosierrapambley.files.wordpress.com/2015/12/javier_requejo_master_2015_actas.pdf

TAYLOR, A.

2004 *The Organization of Information*. Englewood, Colorado: Libraries Unlimited, 2004.

TORONTO. City Clerk's Office

2008 Records Management Metadata Standard: RIM203 In *City Information Management Library*. [En línea] 2008. [Consult. 30 ago. 2023]. Disponible en: https://www.toronto.ca/wp-content/uploads/2017/08/979d-rm_metadata.pdf.

María Segunda García-González | mariasegunda.garcia@um.es

Universidad de Murcia, Espanha

Anexos

Anexo 1 – Modelo Conceptual de Descripción

MODELO CONCEPTUAL DE DESCRIPCIÓN				
Procedimiento	Agente	Documento	Relación	Regulación
ELEMENTOS DE METADATOS				
Tipo (Procedimiento)	Tipo (Agente)	Tipo (Documento)	Tipo (Relación)	Tipo (Regulación)
Identificación (Procedimiento)	Identificación (Agente)	Identificación (Documento)	Identificación (Relación)	Identificación (Regulación)
SUBELEMENTOS				
2.1. Código de identificación				
2.2. Codificación de identificación				
Denominación	Denominación	Denominación	Denominación	Denominación
SUBELEMENTOS				
3.1. Nombre				
3.2. Codificación del nombre				
Fecha	Fecha	Fecha	Fecha	Fecha
SUBELEMENTOS				
4.1. Comienzo				
4.2. Codificación fecha comienzo				
4.3. Fin				
4.4. Codificación fecha fin				
4.5. Plazo de gestión				
4.6. Categoría del plazo de gestión				
4.7. Codificación de la categoría del plazo de gestión				
4.8. Nombre de la advertencia del plazo de gestión				
4.9. Categoría de la advertencia del plazo de gestión				
4.10. Codificación de la advertencia del plazo de gestión				
Descripción	Descripción	Descripción	Descripción	Descripción
SUBELEMENTO				
5.1. Verso				
5.2. Cronología en verso				
Clasificación de seguridad	Clasificación de seguridad	Clasificación de seguridad	Clasificación de seguridad	Clasificación de seguridad
SUBELEMENTOS				
6.1. Advertencia de seguridad				
6.2. Categoría de la advertencia de seguridad				
6.3. Codificación de la advertencia de seguridad				

Clasificación de acceso	Clasificación de acceso	Clasificación de acceso	Clasificación de acceso	Clasificación de acceso
<p>SUBELEMENTOS</p> <p style="text-align: right;">7.1. Advertencia de acceso 7.2. Categoría de la advertencia de acceso 7.3. Codificación de la advertencia de acceso 7.4. Permisos de agentes 7.5. Codificación de permisos de agentes</p>				
Idioma	Idioma	Idioma	Idioma	Idioma
<p>SUBELEMENTOS</p> <p>8.1. Denominación del idioma 8.2. Codificación del idioma</p>				
			Naturaleza de la relación	
<p>SUBELEMENTOS</p> <p style="text-align: right;">9.1 Cód Id. del módulo emisor 9.2 Codificación Id. del módulo emisor 9.3 Cód Id. del módulo receptor 9.4 Codificación Id. del módulo receptor</p>				
	Datos			
<p>SUBELEMENTOS</p> <p style="text-align: right;">10.1. Ocupación 10.2. Posición (Cargo) 10.3. Función/es</p>				
		Ubicación		
<p>SUBELEMENTOS</p> <p style="text-align: right;">11.1. Denominación de la ubicación 11.2. Codificación de la ubicación 11.3. Localización 11.4. Codificación de localización</p>				
		Aspectos técnicos		
<p>SUBELEMENTOS</p> <p style="text-align: right;">12.1. Nombre del formato 12.2. Versión del formato 12.3. Nombre de la aplicación de creación 12.4. Versión de la aplicación de creación 12.5. Registro de formatos</p>				

		Aspectos formales		
SUBELEMENTOS				
13.1. Tamaño lógico				
		Firma		
SUBELEMENTOS				
		Situación		
SUBELEMENTOS				
15.1. Categoría de la situación				
15.2. Codificación de la categoría de la situación				
		Valoración		
SUBELEMENTOS				
16.1. Antigüedad				
16.2. Codificación de la antigüedad				
16.3. Denominación del valor				
16.4. Codificación del valor				
16.5. Asignación del valor				
16.6. Codificación de la asignación del valor				
16.7. Disposición final				
16.8. Codificación de la disposición final				
Descriptor	Descriptor	Descriptor	Descriptor	Descriptor
SUBELEMENTOS				
17.1. Término descriptor				
17.2. Id. descriptor598				
17.3. Tipo de esquema de lenguaje controlado (Tesauro)				
		Verificación de la integridad		
SUBELEMENTOS				
Modificación	Modificación	Modificación	Modificación	Modificación
SUBELEMENTOS				
Cambio de valores	Cambio de valores	Cambio de valores	Cambio de valores	Cambio de valores
SUBELEMENTOS				
Clasificación	Clasificación	Clasificación	Clasificación	Clasificación
SUBELEMENTOS				
23.1. Denominación de la clasificación				
23.1. Codificación de la clasificación				

Resumo: O presente trabalho visa refletir a respeito das possíveis aproximações entre a terminologia e a folksonomia na representação e recuperação da informação, objetivando também identificar suas diferenças. A partir de um estudo bibliográfico, exploratório e descritivo com abordagem qualitativa, uma revisão de literatura nacional e internacional contemplando artigos científicos, dissertações, teses e capítulos de livros relacionados a temática é conduzida. Nesse sentido, alguns estudos identificados na literatura que comparam as *tags* de folksonomia aos termos de vocabulários controlados na indexação de recursos informacionais indicam que eles não são excludentes, mas sim complementares. Conclui-se que os sistemas de etiquetagem social de folksonomia e os vocabulários controlados como produto terminológico compartilham o propósito comum de auxiliar os usuários no armazenamento e compartilhamento, na organização e recuperação dos recursos do seu interesse para que tenham uma melhor experiência informacional.

Palavras-chave: Etiquetagem Social; Folksonomia; Indexação; Vocabulário controlado.

Abstract: This paper aims to reflect on the possible approaches between terminology and folksonomy in information representation and retrieval, also seeking to identify their differences. Through a bibliographic, exploratory and descriptive study with a qualitative approach, a review of both national and international literature covering scientific articles, dissertations, theses and book chapters related to the topic is conducted. In this regard, some studies identified in the literature which compare folksonomy tags with terms from controlled vocabularies in the indexing of information resources suggest that they are not mutually excluding, but complementary. It is concluded that the social tagging systems of folksonomy and controlled vocabularies as terminological products share the common purpose of assisting users in storing and sharing, organizing and retrieving resources of their interest to provide a better informational experience.

Keywords: Social tagging; Folksonomy; Indexing; Controlled vocabulary.

1. Introdução

No contexto da Web, uma vasta quantidade significativa de conteúdo é gerada por usuários e compartilhada em diversas plataformas colaborativas. Esse conteúdo possui um valor significativo e pode ser útil para vários propósitos e em diferentes contextos. No entanto, à medida que o volume de informações aumenta, torna-se cada vez mais desafiador navegar, recuperar e localizar os objetos informacionais desejados.

Nesse sentido, nos últimos anos, tem-se observado um aumento na popularidade dos sistemas de etiquetagem social que utilizam *tags* para representação, recomendação, compartilhamento e engajamento de conteúdo. Nesse cenário, os usuários criam e representam recursos por meio de palavras-chave selecionadas livremente para fins de compartilhamento com outros usuários. A natureza dos itens etiquetados é variada, refletindo a diversidade de suporte e de recursos como textos, imagens, áudios, vídeos,

entre outros. O conjunto de *tags*, resultado da atribuição realizada pelos usuários para representação e recuperação da informação, é denominado folksonomia (SANTOS e CORRÊA, 2008). A folksonomia é expressa em linguagem natural e pode ser compreendida e investigada no contexto disciplinar da terminologia.

A terminologia, como um conjunto de termos, é diretamente ligada à linguagem, tanto no processo de comunicação humana quanto no processo de aprendizagem em qualquer área do conhecimento. O processo de recuperação da informação envolve operações seletivas nos documentos em que o conhecimento está representado, por meio de processos cognitivos e linguísticos para determinar a sua relevância. Nesse sentido, no contexto da representação do conhecimento, a terminologia tem papel fundamental para realizar as atividades de descrição de conteúdo adaptadas à linguagem utilizada pelo público. Assim, os termos atribuídos pelos profissionais da informação, empregando vocabulários controlados ou linguagem natural, se configuram como pontos de acesso, ou seja, as vias pelas quais a recuperação da informação poderá ser realizada.

Diante do exposto, a presente pesquisa visa refletir a respeito das possíveis aproximações e diferenças entre a terminologia e a folksonomia na representação da informação e do conhecimento. Sua relevância decorre da premissa de que a Ciência da Informação (CI) frequentemente preconiza a aproximação da linguagem utilizada na indexação com a linguagem natural do usuário para obter melhores resultados de busca dos recursos informacionais e aprimorar a experiência do usuário nos sistemas de recuperação da informação. Ademais, a importância desta investigação decorre da incipiência de estudos nacionais na área da CI que promovam a articulação entre a folksonomia e os vocabulários controlados.

Esta pesquisa caracteriza-se por ser bibliográfica, exploratória e descritiva com abordagem qualitativa a partir de uma revisão de literatura, tanto nacional quanto internacional, baseada em produções científicas recuperadas na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Google Acadêmico no período de novembro de 2022 a fevereiro de 2023, com artigos científicos publicados tanto em periódicos científicos quanto em anais de eventos, dissertações, teses e capítulos de livros sobre folksonomia, vocabulários controlados e terminologia.

Para dar continuidade a essas considerações, questões concernentes à Terminologia são discutidas a seguir.

2. Terminologia

A terminologia é uma disciplina com característica interdisciplinar, constituída por elementos procedentes de outras disciplinas com bases teóricas delimitadas e um objeto de estudo definido. Uma disciplina que toma alguns fundamentos de outras disciplinas, selecionando os elementos necessários para construir um espaço próprio e original, diferenciado dos outros campos científicos (CABRÉ, 1995).

A terminologia apresenta vários enfoques. Enquanto teoria, é um conjunto de premissas, argumentos e conclusões necessárias para explicar o relacionamento entre conceitos e termos especializados; como uma prática, diz respeito a um conjunto de métodos e atividades voltadas para a coleta, a descrição, o processamento e a apresentação de termos.

Como um produto, a terminologia é um conjunto de termos ou vocabulário de uma determinada especialidade, considerando que cada área do conhecimento aborda seus termos de forma diferente (SAGER, 1990; DIAS, 2000).

Além de contribuir para a identificação dos termos, a terminologia, nas perspectivas teórica e concreta, fornece a base para identificar como os termos estão sendo usados socialmente (LARA, 1993). Na perspectiva contemporânea, o termo deve ser analisado em seus diferentes contextos discursivos, permitindo encontrar seu valor como unidade significativa de uma área na perspectiva do uso (SIQUEIRA, 2012).

Por outro lado, diferentemente da ideia de associar a linguagem a um instrumento de codificação, passa-se a associá-la à cultura, que desempenha um papel relevante na representação dos processos sociais e na geração de sentido. Considerando a linguagem como uma ampla faculdade humana que integra a produção, a recepção, o pensamento e a expressão, tanto em uma dimensão individual quanto social (PAVEAU e SARFATI, 2006).

Nesse sentido, a partir das abordagens contemporâneas que abandonam a visão normativa da terminologia tradicional, surge a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). Essa teoria considera a terminologia como um conjunto de práticas que satisfazem as necessidades dos campos do conhecimento. Ela opera com unidades terminológicas multidimensionais que são simultaneamente unidades do conhecimento, da linguagem e da comunicação. Nessa linha, a socioterminologia considera a sinonímia e a ambiguidade dos termos, estudando a terminologia no ambiente social em que é usada. Também considera os aspectos sociolinguísticos, se interessa pelo uso dos termos na linguagem coloquial e estuda o termo como signo linguístico e sua relação com o conceito no processo de comunicação (WOZNIAK-KASPEREK, 2014).

Ambas as abordagens da terminologia preconizam o termo no seu contexto social e comunicativo, como uma unidade lexical que sofre todas as implicações sistêmicas e contextuais próprias a qualquer palavra no evento comunicativo da língua. Nesse sentido, aceitam a variação linguística e a flexibilidade lexical e conceitual, estabelecendo uma aproximação interessante entre os mecanismos de informação e os usuários (SALES, CAMPOS e GOMES, 2008).

No âmbito dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), a terminologia desempenha uma função importante a partir da sua própria prática, traduzindo os termos da linguagem natural para seus equivalentes nas linguagens documentárias. Dessa forma, permite a representação do conteúdo dos documentos originais e otimiza o processo de recuperação da informação. Assim, o objetivo dos SOC “[...] é a organização da informação e do conhecimento de modo que o processo de recuperação das informações contidas nos itens representados seja otimizada” (BRAZ, 2020:77).

Historicamente, as linguagens de representação e recuperação usadas por bibliotecários, bibliógrafos e os serviços de indexação têm sido os vocabulários controlados. Nesses vocabulários, os termos preferidos ou descritores são normalmente selecionados com base na garantia literária (BOWKER e DELSEY, 2016), pois a literatura de um domínio representa a fonte de extração e validação terminológica a ser incorporada na construção de um sistema de classificação (BARITÉ, 2009). No entanto, existem outros tipos de garantias que podem justificar e validar essa seleção terminológica, tal como a garantia cultural que “[...] contribui para a qualidade da representação da informação, quando os

termos devem ser adequados ao contexto cultural que os usuários se encontram inseridos” (BISCALCHIN e MOREIRA, 2020:55) ou a garantia de uso que está “[...] baseada na ideia de que o processo de seleção dos termos deve estar associado à maneira que os usuários formulam as buscas em um sistema de informação e à maneira como elas ocorrem” (BARITÉ, 2007:4).

O vocabulário controlado pode ser definido como uma lista prescritiva de termos que representam conceitos (INTERNATIONAL...:1, 2011), e que tem como finalidade uniformizar o armazenamento da informação para facilitar sua recuperação por meio da atribuição de termos no momento da indexação (CUNHA e CAVALCANTI, 2008). O uso de vocabulários controlados como uma linguagem de recuperação garante que o mesmo termo seja usado para indexar todos os documentos sobre o mesmo assunto, otimizando a precisão no processo de busca e recuperação da informação, além de garantir que todos os documentos a respeito do assunto sejam recuperados usando o termo preferido (BOWKER e DELSEY, 2016).

Contudo, a Terminologia, enquanto disciplina e produto, contribui significativamente para o desenvolvimento dos SOC, que auxiliam na representação e recuperação da informação. Especialmente sob uma perspectiva social e comunicativa, ela fornece um vocabulário com termos de maior grau de representatividade, mais alinhados com os usuários e que facilitam a indexação. Diante desse cenário, a seção a seguir discute questões relativas à folksonomia e à etiquetagem social.

3. Folksonomia

A Web 2.0, também conhecida como Web social, tem como ambiência espaços mais colaborativos e interativos, com uma ênfase especial na interação social e inteligência coletiva, fornecendo novas oportunidades para capitalizar efetivamente o engajamento dos seus usuários. Sua estrutura é flexível e possibilita a reutilização criativa, a criação e a modificação colaborativa, gerando um grande espaço de colaboração que favorece a recompilação da inteligência coletiva (MURUGESAN, 2007). A partir desse contexto, a folksonomia emerge como uma nova forma de organização e representação da informação baseada na filosofia colaborativa como resultado dessa interatividade, potencializando “[...] a memória coletiva em meio digital por meio das práticas de registrar, organizar e recuperar as informações na Web.” (CORRÊA e SANTOS, 2018:3).

A folksonomia pode ser definida, conforme Vander Wal (2005), como o resultado da etiquetagem livre de qualquer recurso com uma URL, seja informação ou outro objeto, para sua recuperação. A etiquetagem é realizada em um ambiente social, compartilhado e aberto a todos. Essa etiquetagem é concretizada pelos usuários por meio de etiquetas textuais, denominadas *tags*, caracterizadas por um formato livre e que transmitem alguma informação semântica sobre um recurso ou conteúdo ao qual estão atribuídas (CORBERA, 2015). Portanto, pode-se dizer que a folksonomia é o conjunto de todas as aplicações das *tags* que relacionam as etiquetas, usuários e recursos de uma plataforma de compartilhamento online (VANDER WAL, 2007).

Após uma análise das diferentes definições de folksonomia disponíveis na literatura, Santos e Corrêa (2018:29) a conceituam como:

O resultado do processo de etiquetagem livre (atribuição de etiquetas, palavras-chave) realizada pelos usuários mediante o emprego de termos provenientes de linguagem natural - dispensando o uso de vocabulários controlados- em ambientes digitais colaborativos visando indexar recursos informacionais compartilhados de qualquer formato (textos, imagens, áudio, vídeo, etc.) para fins de sua representação e recuperação.

Termo cunhado por Thomas Vander Wal, a folksonomia consiste no resultado da junção das palavras *folk* (povo) e *taxonomy* (taxonomia), para descrever as estruturas conceituais geradas pelos sistemas de etiquetagem social (VANDER WAL, 2007), que pode ser entendido como a organização do conteúdo da Web realizada por pessoas (*folks*, em inglês) (NORUZI, 2006). O termo tem sido amplamente utilizado na literatura de sistemas de etiquetagem, não apenas para designar um conjunto de *tags*, usuários, recursos e relações ternárias de um site de compartilhamento, mas também para se referir às informações e conhecimentos explícitos nesse espaço (CORBERA, 2015).

Nesse contexto, outros termos relacionados à folksonomia foram cunhados, como “etiquetagem colaborativa”, introduzido pela primeira vez por Golder e Huberman (2006). O termo se refere especialmente aos sistemas de etiquetagem em que os recursos podem ser marcados por qualquer usuário, não apenas pelos autores, resultando em uma folksonomia ampla. Por outro lado, o termo “etiquetagem social”, introduzido por Marlow *et al.* (2006), refere-se às plataformas de compartilhamento onde as *tags* são particularmente expostas aos consumidores e compartilhadas entre os contribuintes, e não usadas apenas para a própria organização dos recursos dos contribuintes.

Zauder, Jadranka e Mihaela (2007) mencionam que, inicialmente, a etiquetagem colaborativa também era frequentemente denominada “etiquetagem social” ou “classificação distribuída” e eram termos usados como sinônimos de folksonomia. Nesse sentido, os autores também indicam que o termo ‘folksonomia’ deve ser usado para denominar o conjunto de *tags* produzidas pelos usuários por meio do processo de etiquetagem colaborativa, e não deve ser usado para se referir ao processo de etiquetagem em si.

Para Golder e Huberman (2006), a etiquetagem social pode ser vista como uma técnica pela qual muitos usuários adicionam metadados na forma de palavras-chave, gêneros e assuntos, a fim de compartilhar conteúdo de recursos, definindo a etiquetagem como um processo de etiquetar e categorizar informação por meio do significado que os usuários atribuem. Por outro lado, Furner (2010) considera a etiquetagem como uma forma de indexação, uma atividade de atribuir etiquetas descritivas aos recursos.

A etiquetagem social difere do processo de representação realizada pelo(a) profissional indexador(a) ao utilizar um instrumento de controle terminológico. Isso porque ela é gerada em um ambiente não controlado e baseada em linguagem natural. Os etiquetadores sociais não precisam de nenhuma expertise para etiquetar uma vez que aplicam os seus próprios descritores aos recursos do seu interesse (SARKAR e BHATTACHARYA, 2019).

Nesse contexto, as etiquetas podem ser definidas como “[...] qualquer palavra que define uma relação entre um recurso online e um conceito na mente do usuário” (GUY e TONKIN, 2006:2), sem uma diretriz ou processo para a sua formalização ou padronização. A atribuição de etiquetas por diferentes comunidades de usuários varia. Essa variação

depende se os recursos informacionais são etiquetados para propósitos pessoais ou se o recurso é uma criação do próprio etiquetador que utiliza a etiqueta como meio de divulgar esse conteúdo à comunidade (SANDY, 2008).

Conforme Corbera (2015), existem vários tipos de sistemas de etiquetagem que diferem em sua modelagem e propósito. Geralmente, os tipos de recursos compartilhados têm algumas implicações importantes a respeito da modelagem dos sistemas de etiquetagem. A folksonomia que se origina quando um único recurso pode ser etiquetado por muitos usuários e uma única *tag* pode ser atribuída mais de uma vez ao mesmo recurso, é denominada folksonomia ampla (VANDER WAL, 2005). Por outro lado, a folksonomia originada em plataformas onde o usuário cria e compartilha conteúdo, com *tags* normalmente atribuídas pelos próprios autores e acessíveis por outros usuários (CATTUTO, 2006), é denominada folksonomia restrita (VANDER WAL, 2005). Nesse caso, as *tags* são atribuídas apenas uma vez a recursos específicos.

De outro modo disposto, considerando a perspectiva dos SOC, a folksonomia e a taxonomia podem ser vistas em dois pontos opostos no espectro da categorização. A taxonomia responde a uma abordagem *top-down*, ou seja, oferece um vocabulário hierárquico e específico que descreve os elementos de um domínio e suas relações hierárquicas. Em contraste, a folksonomia adota uma abordagem *bottom-up*, sem um vocabulário específico e sem uma hierarquia claramente definida. É o resultado do próprio vocabulário das pessoas, sem limites ou padronização (AL-KHALIFA e DAVIS, 2007), em outras palavras, “[...] é uma antítese ao termo taxonomia tendo como principal característica a criação de *tags* com função de descritor a partir da linguagem dos usuários” (SANTOS e CORRÊA, 2018:9).

Apesar da popularidade dos sistemas de etiquetagem e o sucesso da sua implementação, existem alguns problemas como o uso de diferentes *tags* para se referir a um único conceito, erros tipográficos e ambiguidade no significado de certas *tags* (HALPIN, ROBU e SHEPARD, 2006). Por exemplo, a etiqueta ‘ventana’ pode se referir tanto a uma abertura na parede quanto ao painel de vidro inserido nessa abertura.

Segundo Noruzi (2006), além das desvantagens relacionadas à baixa precisão e à falta de padronização, a folksonomia apresenta problemas como a polissemia, a sinonímia, o uso do plural e a especificidade da etiquetagem. No que concerne ao aspecto cognitivo de hierarquia e categorização, o principal problema é que as etiquetas utilizadas na descrição de um item variam entre a abrangência e a especificidade, desde o muito geral ao muito específico.

Por outro lado, do ponto de vista da Organização do Conhecimento (OC), a folksonomia tem o potencial de contribuir na representação e recuperação de conteúdo nos ambientes digitais auxiliando tanto “[...] no fornecimento de detalhes nas descrições dos objetos informacionais” quanto no “[...] apoio na construção e atualização de instrumentos de controle terminológico para a representação e recuperação da informação” (SANTOS e ALBUQUERQUE, 2021:389). Além disso, oferece um grande volume de informações geradas pelos usuários que refletem diretamente seus vocabulários e interesses (HOTH0 *et al.*, 2006).

As folksonomias são sistemas vivos que permitem a emergência da garantia autopoietica, em que os usuários, de forma autorreferencial, estabelecem os termos e as classes a serem

incluídos no sistema e a autoridade do sistema emerge de seu uso (MAI, 2008). Nesse sentido, considerando que as *tags* desses sistemas podem representar ideias e consensos de grupos sociais inseridos em culturas diferentes, o aporte da garantia cultural reforçaria o estabelecimento de relações semânticas porque é “[...] uma aplicação prática dos valores culturais expressos pela literatura produzida por uma determinada cultura” (LEE, 1976:11).

Contudo, a folksonomia e suas vantagens representam um interessante instrumento de enriquecimento aos instrumentos de controle terminológico tanto para a representação e recuperação da informação quanto para a OC, a partir dos Sistemas Híbridos de Organização do Conhecimento. De acordo com Santos e Albuquerque (2021), esses tipos de SOC agregam as potencialidades da folksonomia e de outros instrumentos de representação do conhecimento como ontologias, taxonomias, e tesouros, podendo ser aplicados em domínios específicos para a produção significativa de metadados semânticos em ambientes digitais.

Para dar continuidade a essas considerações, a seguir são apresentadas e discutidas as principais aproximações e diferenças entre a folksonomia e os vocabulários controlados.

4. Aproximações e diferenças entre a folksonomia e os vocabulários controlados na indexação de recursos informacionais

Para Noruzi (2006), no contexto da recuperação da informação, a folksonomia consiste na atribuição de etiquetas abertas geradas coletivamente que categorizam os diferentes recursos online da Web. Assim, as etiquetas sociais são metadados gerados pelos usuários que podem ser consideradas termos indexadores no contexto terminológico. Elas representam conceitos na forma de um nome ou uma frase nominal derivada da linguagem natural. Dessa forma, cumprem um importante papel na recuperação dos recursos informacionais (VAIDYA e HARINARAYANAB, 2016).

Ao contrário das estruturas mais rígidas que exigem um controle terminológico como as taxonomias, os tesouros e as ontologias, na folksonomia os descritores semânticos representados por *tags* não têm nenhuma organização hierárquica. Elas constituem uma representação mais próxima dos usuários em uma plataforma de compartilhamento *online* (GUPTA *et al.*, 2010). Além disso, de acordo com autores como Soler Monreal e Gil Leiva (2010), a folksonomia possui baixo grau de formalização semântica em relação a outros SOC como taxonomias, tesouros e ontologias, por exemplo.

Por outro lado, Bogers e Petras (2015) indicam que as *tags* e os termos de vocabulários controlados não se superam mutuamente de forma consistente, mas parecem fornecer contribuições complementares, já que algumas necessidades informacionais são melhor atendidas usando termos de vocabulário controlado, enquanto outras necessidades são melhor abordadas usando *tags*. Nesse contexto, o estudo realizado pelos mesmos autores no ano de 2017, no qual analisam e comparam a efetividade entre vocabulários controlados e *tags* na busca de livros, revela que as *tags* têm um melhor desempenho, porém, os termos de vocabulários controlados fornecem informações complementares que podem melhorar a pesquisa (BOGERS e PETRAS, 2017).

O estudo de Suchanek *et al.* (2008) mostra que as *tags* geradas pelo usuário apresentam um ruído semântico mais significativo do que os termos extraídos do conteúdo de *sites* ou

consultas de pesquisa. Ao etiquetar, as pessoas não apenas introduzem erros ortográficos (“Barcelona”, “Barclona”, por exemplo), usam diferentes sinônimos (“carro”, “automóvel”), siglas (“nyc”, “New York city”) e derivações morfológicas (“blog”, “blogging”) para um determinado conceito, mas também incluem *tags* que expressam avaliações pessoais (“engraçadas”, “para imprimir”) ou que sejam ininteligíveis para outra pessoa.

Nesse sentido, as *tags* sociais e os termos de vocabulários controlados não são similares devido à natureza livre das *tags* que são atribuídas por usuários, enquanto os termos de vocabulário controlado são atribuídos por profissionais da informação (SARKAR e BHATTACHARYA, 2019). Na folksonomia, os usuários não estão restritos a um vocabulário controlado produzido por um grupo de especialistas e podem inserir qualquer palavra que elaboram em sua mente. Isso os torna participantes ativos na criação de novas *tags*, porém, a falta de significado conceitual e relações hierárquicas representam os pontos fracos da etiquetagem (VAN DAMME, COENEN e VANDIJCK, 2008).

Krebs, Laipelt e Rosa (2018) realizam uma interessante comparação entre a folksonomia e o vocabulário controlado descrita no quadro 1:

Quadro 1: Quadro comparativo entre a folksonomia e o vocabulário controlado

	Folksonomia	Vocabulário Controlado
Objetivo	Representar e recuperar informação	Representar e recuperar informação
Plataforma de registro	Exclusivamente na Web	Sistemas de Organização do Conhecimento, <i>online</i> ou <i>offline</i>
Autoria da classificação	Usuários da informação e autores	Bibliotecários e profissionais especializados
Linguagem	Natural	Artificial
Momento em que o material é classificado	Durante ou após o uso da informação	Antes de disponibilizar a informação para uso

Fonte: KREBS, LAIPELT e ROSA (2018).

É possível observar que entre a folksonomia e o vocabulário controlado existem diferenças no que tange à plataforma de registro, à autoria da classificação, ao tipo de linguagem e ao momento em que o material é classificado. No entanto, ambos os tipos de linguagem compartilham o mesmo objetivo, o de representar e recuperar informação. Embora a folksonomia não tenha as características de autoridade e a consistência que são inerentes ao vocabulário controlado, são vistas e entendidas como linguagens de recuperação na medida em que são mais inclusivas e mais atuais do que a maioria dos vocabulários controlados (BOWKER e DELSEY, 2016).

Nos vocabulários controlados, existe uma ausência das variantes linguísticas, próprias da linguagem natural, levando a determinadas dificuldades na recuperação da informação por parte dos usuários. Muitas vezes a busca de um recurso informacional é realizada por meio de um termo diferente do que o termo indexador ou preferido, registrado no vocabulário controlado, situação que culmina na recuperação prejudicada do recurso informacional.

Nesse sentido, o termo não preferido usado pelo usuário pode ser entendido como uma variação terminológica do termo descritor ou preferido, o termo escolhido para representar esse recurso informacional, e pode tornar-se um ponto de acesso no catálogo para recuperar a informação (KREBS, LAIPELT e ROSA, 2018).

Diante desse cenário, Santos e Albuquerque (2021) mencionam que, na folksonomia, existe uma capacidade e versatilidade na integração de outros vocabulários. Ressaltam também que a folksonomia “[...] pode ser enriquecida semanticamente por outros Sistemas de Organização do Conhecimento” baseada “na estrutura sistematizada ou nas ferramentas da web semântica para auxiliar na representação e navegação, bem como sugerir aos usuários os termos semanticamente relacionados às suas consultas” (SANTOS e ALBUQUERQUE, 2021:392).

Tais práticas se tornam viáveis uma vez que a folksonomia é um sistema colaborativo de representação do conhecimento que reflete uma terminologia mais atualizada nas diversas áreas do conhecimento. Por se tratar de um sistema construído a partir de dados obtidos dos próprios usuários, abrangem a garantia de uso porque “[...] o termo usado para representar o documento será o mesmo usado para recuperá-lo posteriormente, por determinado usuário” (BRANDT e BRÄSCHER, 2012:8).

5. Considerações finais

Em linhas gerais, é possível concluir que tanto a folksonomia quanto a terminologia de caráter social e comunicativo se desenvolvem e interagem no âmbito linguístico e social, em que as *tags* (etiquetas) que circulam como palavras livres convivem com suas variantes linguísticas e variações terminológicas. Porém, quando se trata da terminologia de caráter normativo, as *tags* e os termos encontram suas diferenças mais notórias influenciadas pela natureza descontrolada da folksonomia e pela natureza prescritiva dos vocabulários controlados.

Afinal, a folksonomia é o resultado da etiquetagem social, de um vocabulário coletivo focado na organização do conhecimento em um contexto social, que pode ser usada como um mapa semântico para navegar pelo conteúdo da Web. Por outro lado, a terminologia, social e comunicativa, é o resultado da análise das condições de circulação dos termos de um vocabulário específico nos contextos social, situacional, espacial e linguístico.

A partir dos estudos identificados e apresentados, pode-se concluir também que os sistemas de etiquetagem social e os vocabulários controlados têm o propósito comum de auxiliar os usuários a compartilhar, armazenar, organizar e recuperar os recursos informacionais do seu interesse. A folksonomia não pretende substituir o valor dos vocabulários controlados no contexto da recuperação da informação. Embora a indexação por termos controlados apresente um grau de formalização semântica superior ao das *tags* sociais no que concerne à estruturação das unidades de conhecimento, as *tags* fornecem uma dimensão adicional. Elas podem representar consensos semânticos em um determinado domínio, além de serem construídas por e para os usuários, sejam eles humanos ou robôs.

Referências bibliográficas

AL-KHALIFA, H. S.; DAVIS, H. C.

2007 Exploring the value of folksonomies for creating semantic metadata. *International Journal on Semantic Web and Information Systems*. [Em linha]. 3:1 (2007) 13-39. [Consult. 8 jan. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.4018/jswis.2007010102>.

BARITÉ, M. G.

2009 Garantía literaria y normas para construcción de vocabularios controlados: aspectos epistemológicos y metodológicos. *Scire: representación y organización del conocimiento*. [Em linha]. 15:2 (2009) 13-24. [Consult. 22 ago. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.54886/scire.v15i2.3709>.

BARITÉ, M. G.

2007 La Garantía literaria: vigencia y proyección teórico-metodológica. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8º, 2007, Salvador. *Anais...* Salvador: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2007.

BISCALCHIN, R.; MOREIRA, W.

2020 Construção de vocabulários multilíngues: perspectivas culturais. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 25:4 (2020) 47-67. [Consult. 15 ago. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3690>.

BOGERS, T.; PETRAS, V.

2017 Supporting book search: a comprehensive comparison of tags vs. controlled vocabulary metadata. *Data and Information Management*. [Em linha]. 1:1 (2017) 17-34. [Consult. 22 ago. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/dim-2017-0004>.

BOGERS, T.; PETRAS, V.

2015 Tagging vs. Controlled Vocabulary: which is more helpful for book search? In ICONFERENCE. NewPort Beach, 2015. *Proceedings...* New Port Beach: iSchools, 2015.

BOWKER, L.; DESLEY, T.

2016 Information science, terminology and translation studies. In GAMBIER, Y.; VAN DOORSLAER, L. - *Border crossings: translation studies and other disciplines*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2016.

BRANDT, M.; BRÄSCHER, M.

2010 Folksonomia: esquema de representação do conhecimento? *Transinformação*. [Em linha]. 22:2 (2010) 111-121. [Consult. 28 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-37862010000200002>.

BRAZ, M. I.

2020 *Panorama das contribuições da terminologia para a Organização do Conhecimento: uma análise das teses e dissertações no Brasil a partir da Teoria da Complexidade*. Recife, 2020. Tese de Doutorado - Universidade Católica de Pernambuco.

CABRÉ, M. T.

1995 La Terminologia hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 24:3 (1995). [Consult. 10 jan. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v24i3.567>.

CATTUTO, C.

2006 Semiotic dynamics in online social communities. *The European Physical Journal C: Particles and Fields*. [Em linha]. 37:2 (2006) 33-37. [Consult. 22 ago. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1140/epjcd/s2006-03-004-4>.

CORBERA, F. F.

2015 *Tag recommendation using Folksonomy Information for online sound sharing platforms*. Barcelona, 2015.
Tese de Doutorado - Universitat Pompeu Fabra.

CORRÊA, R. F.; SANTOS, R. F.

2018 Análise das definições de folksonomia: em busca de uma síntese. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 23:2 (2018) 1-32. [Consult. 15 ago. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2571>.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O.

2008 *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DIAS, C. A.

2000 Terminologia: conceitos e aplicações. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 29:1 (2000) 90-92. [Consult. 10 jan. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v24i3.567>.

FURNER, J.

2010 Folksonomies. In BATES, M. J.; MAACK, M. N. - *Encyclopedia of Library and Information Sciences*. New York: Taylor and Francis, 2010.

GOLDER, S. A.; HUBERMAN, B. A.

2006 Usage patterns of collaborative tagging systems. *Journal of Information Science*. [Em linha]. 32:2 (2006) 198-208. [Consult. 20 jul. 2023]. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0165551506062337>.

GUPTA, M. [et al.]

2007 Survey on social tagging techniques. *ACM SIGKDD Explorations Newsletter*. [Em linha]. 12:1 (2007) 58-72. [Consult. 7 jan. 2023]. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/1882471.1882480>.

GUY, M.; TONKIN, E.

2006 Folksonomies: tidying up tags? *D-Lib Magazine*. [Em linha]. 12:1 (2006). [Consult. 22 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.dlib.org/dlib/january06/guy/01guy.html>.

HALPIN, H.; ROBU, V.; SHEPARD, H.

2006 The Dynamics and semantics of collaborative tagging. In SEMANTIC AUTHORING AND ANNOTATION WORKSHOP, Athens, 2006 – *Proceedings...* Athens: SAAW, 2006.

HOTH, A. [et al.]

2006 Information retrieval in folksonomies: search and ranking. In EUROPEAN CONFERENCE ON THE SEMANTIC WEB, 3rd, Budva, 2006 – *Proceedings...* Budva: Springer-Verlag, 2006.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION

2011 *ISO 25.964: information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies. Part 1: thesauri for information retrieval*. Genève: ISO, 2011.

KREBS, L. M.; LAIPELT, R. C.; ROSA, S. S.

2018 O Uso da folksonomia na atualização de vocabulários controlados da área da pediatria. *Prisma.com*. [Em linha]. 36 (2018) 59-77. [Consult. 22 ago. 2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/64515>.

LARA, M. L. G.

1993 *A Representação documentária: em jogo a significação*. São Paulo, 1993. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo.

LEE, J. M. E.

1976 Wyndham Hulme: a reconsideration. In RAYWARD, W. B. - *The Variety of librarianship: essays in honour of John Wallace Metcalfe*. Sydney: Library Assn. of Australia, 1976.

MAI, J.

2011 Folksonomies and the new order: authority in the digital disorder. *Knowledge Organization* [Em linha]. 38:2 (2011) 114-122. [Consult. 22 Ago. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2011-2-114>.

MARLOW, C.; NAAMAN, M.; BOYD, D.; DAVIS, M.

2006 HT06, Tagging Paper, Taxonomy, Flickr, Academic Article, ToRead. In ACM CONFERENCE ON HYPERTEXT AND HYPERMEDIA, Odense, 2006. - *Proceedings...* Odense: ACM, 2006.

MURUGESAN, S.

2007 Understanding Web 2.0. *IT Professional*. [Em linha]. 9:4 (2007). [Consult. 12 jun. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/MITP.2007.78>.

NORUZI, A.

2006 Folksonomies: (un)controlled vocabulary? *Knowledge Organization*. [Em linha]. 33:4 (2006) 199-203. [Consult. 22 ago. 2023]. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/10307/>.

PAVEAU, M. A.; SARFATI, G. E.

2006 *As Grandes teorias da Linguística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Claraluz, 2006.

SAGER, J. C.

1990 *A Practical course in terminology processing*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1990.

SALES, L. F.; CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E.

2008 Ontologias de domínio: um estudo das relações conceituais. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 13:2 (2008) 62-76. [Consult. 22 ago. 2023]. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22366>.

SANDY, H. L. M.

2008 Social tagging in the Web 2.0 environment: author vs. user tagging. *Journal of Library Metadata*. [Em linha]. 8:2 (2008) 101-115. [Consult. 02 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10911360802087325>.

SANTOS, R. F. D.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C.

2021 Aplicabilidade da folksonomia na construção e atualização de sistemas híbridos de organização do conhecimento. *Ponto de Acesso*. [Em linha]. 15:3 (2021). [Consult. 2 mar. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rpa.v15i3.47473>.

SANTOS, R. F. D.; CORRÊA, R. F.

2018 Análise das definições de folksonomia: em busca de uma síntese. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 23:2 (2018) 1-32. [Consult. 20 ago. 2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36766>.

SARKAR, A.; BHATTACHARYA, U.

2019 Controlled vocabularies versus social tags: a brief literature review. *Library Philosophy and Practice*. [Em linha]. 3:658 (2019) 1-11. [Consult. 16 jul. 2023]. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/42585/>.

SIQUEIRA, J. C.

2012 A Noção de Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. *Filologia e Linguística Portuguesa*. [Em linha]. 14:1 (2012) 121-140. [Consult. 26 jun. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v14i1p121-140>.

SOLER MONREAL, C.; GIL LEIVA, I.

2010 Posibilidades y límites de los tesauros frente a otros sistemas de organización del conocimiento: folksonomías, taxonomías y ontologías. *Revista Interamericana de Bibliotecología*. [Em linha]. 33:2 (2010) 361-377. [Consult. 12 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179015630004>.

SUCHANEK, F. M.; KASNECI, G.; WEIKUM, G.

2008 YAGO: a large ontology from Wikipedia and WordNet. *Journal of Web Semantics*. [Em linha]. 6:3 (2008) 203-217. [Consult. 17 ago. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.websem.2008.06.001>.

VAIDYA, P.; HARINARAYAN, N. S.

2016 The Role of social tags in web resource discovery: an evaluation of user-generated keywords. *Annals of Library and Information Studies*. [Em linha]. 63:4 (2016) 289-297. [Consult. 12 ago. 2023]. Disponível em: <http://eprints.uni-mysore.ac.in/4735/>.

VAN DAMME C.; COENEN, T.; VANDIJCK, E.

2015 Turning a corporate folksonomy into a lightweight corporate ontology. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON BUSINESS INFORMATION SYSTEMS, 11th, Stockholm, 2008. – *Proceedings...* Stockholm: Springer Verlag, 2015.

VANDER WAL, T.

2007 *Folksonomy*. [Em linha]. [S.l.]: vanderwal.net, 2007. [Consult. 22 ago. 2023]. Disponível em: <http://vanderwal.net/folksonomy.html>.

VANDER WAL, T.

2005 *Explaining and showing broad and narrow folksonomies*. [Em linha]. Bethesda, Maryland: vanderwal.net, 2005. [Consult. 22 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.vanderwal.net/random/entrysel.php?blog=1635>.

WOZNIAK-KASPEREK, J.

2014 Terminology as a picture of knowledge organization in a scientific discipline. In INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE, 13th, Kraków, 2014 – *Proceedings...* Kraków: Ergon-Verlag, 2014.

ZAUDER, K.; JADRANKA, L. L.; MIHAELA, B. Z.

2007 Collaborative Tagging Supported Knowledge Discovery. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION TECHNOLOGY INTERFACES, Cavtat, 2007 – *Proceedings...* Cavtat: IEEE, 2007.

Miguel Ivan Magarzo Arias | miguel.magarzo@uel.br

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil

Raimunda Fernanda Dos Santos | fernanda@facc.ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Brígida Maria Nogueira Cervantes | brigida@uel.br

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil

Resumo: Considerando o crescente destaque dos mangás como recursos informacionais em unidades de informação, esta pesquisa tem como objetivo propor diretrizes para a representação da informação em mangás, visando aprimorar a eficácia da representação e a recuperação desses recursos nos acervos das unidades de informação. Metodologicamente, este estudo assume uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e documental, com base em procedimentos de pesquisa bibliográfica. Os resultados oferecem diretrizes para a análise de mangás, as quais compreendem elementos de descrição de imagens destinados a representar aspectos relacionados ao conteúdo, forma e contexto dos mangás. O modelo proposto é exemplificado por meio da sua aplicação a dois mangás amplamente reconhecidos na cultura popular. Conclui-se que existe uma necessidade de aprofundar a pesquisa no campo da Ciência da Informação em relação à representação de recursos informacionais que combinam duas ou mais linguagens, como é o caso dos mangás, nos quais a linguagem verbal e a linguagem visual coexistem de forma intrincada. No entanto, o modelo apresentado demonstra ser eficaz ao representar aspectos fundamentais para a recuperação de informações, contribuindo assim para aprimorar o tratamento documental desses recursos nas unidades de informação.

Palavras-chave: Análise documentária; Mangás; Recuperação da informação; Representação da informação.

Abstract: Considering the growing prominence of manga as informational resources in information units, this research aims to propose guidelines for information representation in manga, with the goal of enhancing the effectiveness of representation and retrieval of these resources in the collections of information units. Methodologically, this study adopts a qualitative, exploratory, and documentary approach, based on bibliographic research procedures. The results provide guidelines for the analysis of manga, which encompass image description elements intended to represent aspects related to the content, form, and context of manga. The proposed model is exemplified through its application to two widely recognized manga in popular culture. It is concluded that there is a need to further research in the field of Information Science regarding the representation of informational resources that combine two or more languages, as is the case with manga, where verbal and visual languages coexist intricately. However, the presented model proves to be effective in representing fundamental aspects for information retrieval, thereby contributing to improving the documentary treatment of these resources in information units.

Keywords: Documentary analysis; Manga; Information retrieval; Information representation.

1. Introdução

A crescente popularidade dos mangás, tanto no Brasil quanto em todo o mundo, tem suscitado um interesse notável no campo das unidades de informação. Este fenômeno pode ser equiparado ao surgimento de bibliotecas especializadas em que se observou anteriormente no âmbito dos quadrinhos de forma geral, quando surgiram as gibitecas. No caso específico dos mangás, esses repositórios de conhecimento são denominados mangatecas.

Com o passar dos anos nota-se que os indivíduos estão cada vez mais ávidos pelo consumo de mangás. No Brasil, essa afirmativa pode ser respaldada a partir da observação de dados coletados no site *Publishnews*, uma plataforma que agrega informações sobre as vendas de livros no país. Ao analisar os números da Editora Panini nos últimos dois anos, verificou-se que, em 2021, foram vendidos 99.364 exemplares de mangás de diversos títulos, enquanto em 2022 esse número aumentou para 128.211 exemplares (PUBLISHNEWS, 2021; 2022), representando um crescimento substancial de 29,03% no consumo de mangás de um ano para o outro.

Essa tendência reflete uma nova dinâmica de consumo desses materiais na sociedade brasileira. Não apenas o público brasileiro consome mangás do gênero *shounen*, como *One Piece*, *Naruto* e *Chainsaw Man*, mas também se interessa por mangás com foco educacional, como é o caso de *Cells at Work*. Essa diversificação de interesses revela uma demanda significativa por informações e uma vasta corrente de fluxo informacional, refletindo uma necessidade de tratamento e recuperação eficaz desses recursos informacionais pelas unidades de informação, quer sejam bibliotecas, gibitecas ou mangatecas.

Diante desse cenário, torna-se imperativo que as unidades de informação se capacitem para gerenciar e disponibilizar informações relativas a todos os recursos informacionais existentes em seus acervos, a fim de atender às crescentes demandas dos usuários e garantir o acesso eficiente e eficaz a esses recursos.

Neste contexto, o objetivo geral da presente pesquisa visa propor diretrizes para a representação da informação em mangás, com o intuito de aprimorar a representação e a recuperação eficaz desses recursos em acervos de unidades de informação. Os objetivos específicos delineados são os seguintes: a) evidenciar a crescente importância dos mangás dentro das unidades de informação; b) efetuar uma revisão dos modelos de representação da informação relacionados a materiais visuais e verbo-visuais, a fim de adequar tais modelos para abarcar os novos materiais que estão emergindo; c) demonstrar que os mangás constituem materiais de natureza multidisciplinar, carregando consigo uma diversidade de informações, e, como tal, a necessidade de identificar e recuperar essas informações para benefício dos usuários.

A justificativa desta pesquisa se fundamenta na crescente demanda informacional por mangás nos acervos de unidades de informação, bem como na necessidade premente de aprimorar as estratégias de representação e recuperação, a fim de garantir o acesso eficaz aos usuários. A relevância científica e social deste estudo reside na sua capacidade de repensar os instrumentos de representação e recuperação de informações no âmbito da Ciência da Informação, de modo a abranger as peculiaridades informativas verbo-visuais presentes nos mangás. Esse esforço visa facilitar o acesso tanto para os usuários quanto para os pesquisadores, além de contribuir para a integração dessas novas bibliotecas especializadas no contexto informacional.

2. Os Mangás e sua inserção nas bibliotecas

O desenvolvimento histórico e tecnológico dos mangás confluem em diversas vertentes que registram sua origem e seus aspectos elementares. De modo geral, os mangás são histórias

em quadrinhos japonesas com aspectos peculiares referentes à forma plástica, modo de leitura e subgêneros específicos, como o *shounen*, *shoujo*, *seinen*¹ entre outros.

A origem da arte sequencial nipônica remonta ao século VIII a partir da evolução artística das caricaturas chamadas *ê-makimono*, cujas histórias eram construídas em um grande rolo de papel ou seda e suas narrativas eram evidenciadas em seu desenrolar. Com os avanços tecnológicos houve o surgimento de novas técnicas artísticas como os *Ukiyo-ê* (gravuras em madeira), no Período *Edo*. Posteriormente, no Período *Meiji*, a acelerada modernização no Japão teve como resultados nas criações artísticas um intercâmbio cultural no qual os quadrinhos japoneses receberam influências das produções europeias e norte-americanas evoluindo a uma forma similar do mangá como é conhecido atualmente.

Nesse contexto, *Katsushika Hokusai* se destaca como o primeiro artista a criar desenhos sequenciais com as características modernas, em uma coletânea de 15 séries intitulada *Hokusai Manga*, entre os anos de 1814 e 1849. Devido ao sucesso e repercussão de sua obra, no Japão foi designado o termo mangá para as produções de artes sequenciais com narrativas contínuas.

Durante e após a Segunda Guerra Mundial os autores japoneses sofreram fortes censuras. Entretanto, o incentivo da população americana às publicações de cultura nipônica influenciou uma geração de mangaká fazendo emergir características marcantes nos mangás: desenhos com traços mais arredondados, expressões faciais atraentes esteticamente, inovação na apresentação das páginas e o modo de leitura único (LUYTEN, 2014).

Outro fator marcante após a Segunda Guerra Mundial foram as mudanças na estrutura editorial dos mangás, fazendo emergir uma produção específica a partir de segmentações etárias. Por exemplo, para o público adolescente os mangás dividem-se nos gêneros *shôjo* mangá (quadrinhos destinados às meninas de 12 a 18 anos) e *shounen* mangá (quadrinhos destinados aos meninos da mesma faixa etária).

Apesar do aumento gradual da popularidade dos mangás após a Segunda Guerra Mundial, os quadrinhos japoneses enfrentaram um período de relativa obscuridade no Japão. Vale ressaltar que o Brasil foi um dos primeiros países a explorar os mangás fora do território nipônico. Até o ano de 1984, o único mangá que chegou ao solo brasileiro foi *Lobo Solitário*, criado pelo autor Koike Kazuo e ilustrado por Kojima Goseki (LUYTEN, 2000).

A virada na disponibilidade de títulos ocorreu em 1984, quando a primeira associação brasileira de mangás foi fundada. Essa iniciativa desencadeou uma série de eventos que culminaram na chegada e tradução de mangás no Brasil, graças aos esforços de clubes e associações de fãs de mangás e animes (MEIRELES, 2003).

¹ O subgênero *Shounen* se relaciona com mangás destinados ao público masculino adolescente, pois a tradução desse termo sugere isso. Sua característica mais proeminente é a presença de heróis e intensas batalhas, exemplificado pelo mangá *One Piece*. Por outro lado, o subgênero *Shoujo* é direcionado ao público feminino adolescente, refletindo sua tradução. Sua característica predominante são histórias de romance, como exemplificado no mangá *Your Name*. Por fim, o subgênero *Seinen* é voltado para o público masculino adulto, caracterizando-se pela profunda exploração psicológica do herói ao longo de sua jornada, exemplificado pelo mangá *Lobo Solitário*.

No cenário atual, observamos uma mudança significativa. No ano de 2022, foram lançados 553 volumes de mangás, abrangendo 180 séries distintas (BIBLIOTECA..., 2023). Esses títulos incluem obras como *One Piece*, *Kaiju no 8*, *Cells at Work*, entre outros. Isso indica que, mesmo no solo brasileiro, os gostos dos leitores de mangás abrangem uma diversidade de gêneros, transcendendo os tradicionais *shounen* e *shoujo*.

Ao considerar a crescente penetração dos mangás no cenário cultural brasileiro, torna-se essencial analisar e compreender a natureza desse recurso informacional à luz da Ciência da Informação, uma disciplina multidisciplinar.

De acordo com Le Coadic (2004:5), a informação pode ser definida como "[...] conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impresso ou numérica), oral ou audiovisual". Seguindo essa abordagem, a informação abrange tudo o que está registrado em um suporte, englobando não apenas livros e recursos verbais, mas também filmes, vídeos e histórias em quadrinhos.

Capurro e Hjrland (2007) ao expandirem essa definição, argumentam que a informação não se limita aos fatos, mas depende do contexto e das limitações impostas, sendo um paradigma social, não individual, e profundamente influenciada por conceitos e valores culturais.

Nesse contexto, os mangás se encaixam perfeitamente como recursos imbuídos de diversos tipos de informações, pois não apenas oferecem conteúdo educacional como, por exemplo, o *Guia Mangá de Cálculo Diferencial e Integral*, que apresenta conceitos matemáticos de maneira acessível e divertida, ou *Cells at Work*, que ensina sobre as funções das células no corpo humano de forma simplificada, mas também exploram questões sociais e diversos outros temas complexos.

Além disso, é notável que o aumento do consumo de mangás no Brasil está começando a ter impactos visíveis nas unidades informacionais. Isso se reflete na criação de bibliotecas especializadas e na alocação de setores específicos para esses materiais dentro de outras bibliotecas. Por exemplo, a Biblioteca Pública do Paraná adquiriu 792 mangás em um único ano (PARANÁ, 2022). Outro exemplo de grande impacto no contexto brasileiro é o surgimento da "mangateca", uma biblioteca especializada em mangás originada de um projeto no Rio de Janeiro, no Morro do Fallet, inaugurada em 2022, com um acervo de 4 mil exemplares (NASCIMENTO, 2022). O projeto obteve sucesso, atraindo um público considerável e expandindo para uma filial no Instituto Federal de Alagoas em 2023 (MUNIZ, 2023).

Essa tendência demonstra um crescente interesse do público pelos mangás, o que é corroborado pelas vendas desses materiais no Brasil. Em 2022, o mangá mais vendido foi *Demon Slayer: Kimetsu no Yaiba*, vol. 1, com 25.713 exemplares vendidos (PUBLISHNEWS, 2022). Comparando com 2021, quando foram vendidos 24.473 exemplares do mesmo título (PUBLISHNEWS, 2021), observa-se um aumento de 5,07% nas vendas de exemplares de um ano para o outro.

Isso evidencia um aumento do interesse dos usuários por esse tipo de material. Diante desse panorama, é imperativo que as unidades informacionais atualizem seus acervos, incorporando esses recursos para atrair e atender a essa demanda crescente de usuários, potencialmente aumentando o fluxo de frequentadores em suas instalações.

É fundamental também que as bibliotecas e profissionais da informação, além de direcionarem sua atenção à produção e consumo de mangás, se atentem ao processamento técnico desses recursos informacionais nas bibliotecas. Um aspecto crucial desse processamento é a representação da informação que será tratada na seção seguinte.

3. A Representação e recuperação da informação

A palavra "representação" deriva do termo latino "*repraesentare*", que significa "tornar presente novamente". Essencialmente, envolve a capacidade de apresentar algo que está ausente, inclusive uma ideia, por meio da presença de um objeto intermediário (MAKOWIECKY, 2003). Ao tratar especificamente da representação da informação, Palmer (1978) oferece uma definição abrangente que a caracteriza como uma coisa que significa algo mais. Contudo, essa definição é ampla demais e requer ajustes adicionais.

Então, uma definição mais precisa da representação da informação é proposta por Lima e Alvares (2012:21), ao afirmarem que "representar é o ato de utilizar elementos simbólicos - palavras, figuras, imagens, desenhos, mímicas, esquemas, entre outros - para substituir um objeto, uma ideia ou um fato". De acordo com esse entendimento, a representação da informação deve abranger todos os tipos de materiais existentes nas unidades informacionais, sem discriminação.

A representação da informação desempenha um papel crucial na garantia da comunicação eficaz com os usuários, permitindo que a informação chegue de maneira clara. Para alcançar esse objetivo, recorreu-se a ferramentas específicas de representação, que formam a base para o tratamento temático e descritivo (ZAFALON, DAL'EVEDOVE e BENETTI, 2017).

Essa abordagem requer um detalhamento do recurso informacional, visando simplificar a busca e recuperação de materiais bibliográficos. Isso é alcançado por meio dos catálogos das unidades de informação, que atuam como a ligação entre o usuário e a informação. Para garantir uma recuperação eficaz, é essencial seguir metodologias e padrões já estabelecidos para a recuperação da informação, como enfatizado por Zafalon, Dal'Evedove e Benetti (2017:82), "a fim de garantir uma recuperação eficaz por meio de uma linha comunicativa, na qual se conhecem os usuários, os documentos representados e as regras a serem utilizadas".

Seguindo essa linha de interpretação, o objetivo final da representação da informação é facilitar a comunicação e a recuperação da informação, o que só é possível quando essa representação é realizada de forma compreensível, contextual e verossímil, promovendo o entendimento por parte dos usuários (CERVANTES *et al.*, 2018).

Nesse sentido, o bibliotecário se encontra diante de um desafio significativo, especialmente à medida que os avanços tecnológicos exigem a aquisição de novos conhecimentos e habilidades para o armazenamento e recuperação eficaz das informações contidas em acervos bibliográficos (ZAFALON, DAL'EVEDOVE e BENETTI, 2017).

Conforme salientado pelos autores Cervantes, Ramalho, Gonzalez e Santos (2018), o processamento eficiente da informação assume uma importância crescente a cada dia, pois é determinante para que a informação revele seu valor e, conseqüentemente, seja

recuperada, acessada, utilizada e apropriada por aqueles que dela necessitam. Portanto, é imperativo que o profissional da informação foque na precisa expressão das informações contidas nos acervos, uma vez que, sem essa representação adequada, a informação permanecerá inacessível aos usuários.

Ao dirigir a atenção para os usuários, torna-se crucial observar as tarefas que eles realizam nas unidades de informação, uma vez que são eles que interagem com as representações, viabilizando, assim, a recuperação da informação (PESCHL, 2002). Nesse contexto, é essencial compreender como os usuários se utilizam dos mecanismos de busca, incluindo os termos que empregam nesses processos, uma vez que eles constituem o público-alvo fundamental nesse cenário.

A partir da compreensão da importância da representação da informação, torna-se relevante explorar o conceito de recuperação da informação. De acordo com Saracevic (1992:2), a recuperação da informação é "[...] aquilo que abrange os aspectos intelectuais da descrição da informação e suas especificações para busca e também quaisquer sistemas, técnicas ou máquinas que são utilizados para realizar a operação". Além disso, a recuperação da informação estende seus horizontes para diversas disciplinas, como psicologia, arquitetura da informação, linguística, semiótica, ciência da computação e estatística.

Assim sendo, a recuperação da informação se configura como um campo de conhecimento científico dedicado à resolução dos desafios surgidos com a explosão da informação, abordando três problemas essenciais: a representação da informação, a especificação da busca da informação e a criação de mecanismos para a recuperação (MOOERS, 1951). Consequentemente, deve-se assegurar a representação abrangente de todas as informações e materiais presentes nas unidades informacionais.

Nesse contexto, é imperativo desenvolver modelos de representação da informação para integrar nas ferramentas de recuperação da informação, conforme sugerido por Hjørland (2002) e reafirmado por Robredo (2003). Uma teoria da recuperação da informação abrange seus estudos e aplicações, bem como suas ferramentas, relacionando-se com questões como a organização do conhecimento, classificações especializadas, como tesouros, e ontologias.

Portanto, pode-se concluir que a recuperação da informação desempenha um papel fundamental ao auxiliar na consecução dos objetivos dos instrumentos de organização das unidades informacionais. Considerando essa perspectiva, é necessário desenvolver um modelo de representação da informação para os mangás, que possa ser implementado em ferramentas de organização e representação, visando alcançar o objetivo final da recuperação da informação.

4. Procedimentos metodológicos

Para delinear um modelo de representação documental de mangás, foram delineados os procedimentos metodológicos no âmbito de uma pesquisa qualitativa. Esta pesquisa abordou a temática sob a perspectiva da pesquisa exploratória e descritiva, visando alcançar seus objetivos. Os procedimentos para a coleta de dados envolveram tanto a pesquisa bibliográfica quanto o levantamento documental de informações. O *corpus* de

análise para demonstração do modelo foi escolhido com base na relevância de títulos de mangá na cultura popular vigente, de modo que foram selecionadas as obras *Demon Slayer* e *Cells at Work* devido ao seu destaque e popularidade entre usuários informacionais.

A pesquisa bibliográfica abarcou estudos anteriormente conduzidos e disponíveis em fontes bibliográficas. Esses estudos foram identificados por meio das bases de dados BRAPCI e Google Scholar, utilizando termos de busca específicos. Os termos utilizados incluíram "representação da informação", "recuperação da informação", "representação de imagens" e "modelo de representação de imagem". Esses termos foram aplicados de forma isolada e combinados em estratégias de busca, sem restrições temporais.

Os estudos selecionados na pesquisa bibliográfica incluíram contribuições significativas de autores como Smit (1987), Fujita (1989), Maimone e Gracioso (2007), Zafalon, Dal'Evedove e Benetti (2017), Pavarina e Zafalon (2022). A análise dessas pesquisas proporcionou uma compreensão aprofundada dos elementos cruciais envolvidos na representação e recuperação de recursos visuais e verbos-visuais.

É importante ressaltar que as propostas apresentadas por Maimone e Gracioso (2007) e Pavarina e Zafalon (2022) destacaram-se devido à sua relevância na representação dos elementos verbais e visuais, que ao serem adaptados podem representar os elementos presentes na composição dos mangás. Esses elementos se mostraram essenciais para a eficácia da recuperação da informação relacionada a essa categoria específica de recursos. Assim, a pesquisa bibliográfica fundamentou a construção de um modelo de representação documental de mangás, que será detalhado na seção subsequente deste estudo.

5. Resultados e discussão

Para análise de mangás, é fundamental considerar a complexa interação de imagem, texto e contexto cultural, bem como a indicação de gênero e elementos relacionados à serialização. Devido à abordagem multifacetada dos mangás, que incorpora tanto elementos visuais quanto textuais, é necessário adotar metodologias que sejam abrangentes e flexíveis para esses diferentes aspectos da representação da informação.

A partir da análise da literatura existe algumas abordagens apresentam aspectos essenciais a serem observados nos recursos informacionais que devem ser evidenciados no ato da representação para garantir uma melhor recuperação da informação e de elementos essenciais aos usuários.

No que diz respeito à análise do conteúdo textual dos mangás, destacam-se duas metodologias. A primeira delas é o PRECIS, um sistema de indexação alfabética de assuntos desenvolvido por Derek Austin em 1986. Essa metodologia visa a construção de índices de assuntos automatizados e aborda questões fundamentais, como "O que aconteceu?", "A que ou a quem isso aconteceu?", "O que ou quem fez isso?" e "Onde aconteceu isso?" (FUJITA, 1989; ZAFALON, DAL'EVEDOVE e BENETTI, 2017). A segunda metodologia, proposta por Kobashi (1994), categoriza a análise em quatro questões principais: "O que?", "Quando?", "Onde?" e "Como?".

Quando se trata da análise do conteúdo visual considerando a possibilidade de aplicação aos objetos informacionais mangás, duas abordagens se destacam. A primeira delas é a

metodologia desenvolvida por Smit (1987), que estabelece seis categorias para a representação das imagens, abordando aspectos como "Quem?" (seres vivos), "Onde?" (ambiente), "Quando?" (tempo), "Onde?" (espaço), "O que?" (ação) e "Como?" (técnica). Em pesquisa posterior, Smit (1996) refinou sua proposta, incorporando-a em um modelo mais abrangente que engloba diversas modalidades de imagens, tais como fotografia, pintura e desenho. Nesse contexto, a autora destacou que uma imagem pode conter tanto representações genéricas quanto específicas, simultaneamente, podendo refletir características DE e SOBRE alguma coisa.

Na proposta de Smit (1996), é possível identificar a conceitualização da dimensão expressiva, que se apresenta como uma informação adicional que pode ser incorporada à representação descritiva da imagem. Isso se deve ao fato de que a dimensão expressiva, originalmente introduzida por Lacerda (1993), focaliza os elementos que compõem a mensagem transmitida pela imagem. Esta dimensão abrange os aspectos relativos à imagem em si, ao objeto representado e à expressão contida na imagem, correspondendo, respectivamente, ao conteúdo, à forma (suporte documental) e à expressão artística. Assim, a dimensão expressiva se revela como um atributo relevante tanto nas operações descritivas quanto nas temáticas dentro do contexto da representação da informação.

Este aspecto desempenha um papel fundamental na representação de mangás, uma vez que a técnica de desenho de um artista de quadrinhos é um elemento de grande importância para a comunidade de consumidores desse tipo de obra. Além disso, essa dimensão está intrinsecamente relacionada com as distinções de gênero, estilos e grupos de leitores, tornando-se assim um fator significativo na recuperação da informação relativa aos mangás.

No que concerne ao contexto cultural dos mangás, a metodologia elaborada por Pavarina e Zafalon (2022) utiliza a semiótica da cultura para identificar aspectos socioculturais presentes nas obras e as influências do contexto de produção e recepção, já que para as autoras a representação da informação deve considerar o contexto sócio-histórico-cultural no qual estão inseridos o autor, o catalogador/indexador e o usuário. Essa perspectiva envolve a identificação dos tipos de culturas representadas nos mangás, a análise do texto principal (realidade apresentada no texto que remete ao tema) e dos subtópicos (conjunto de elementos verbais e não-verbais que articulam os códigos que constroem os textos), bem como a identificação de códigos (visual, verbal, cinético, espacial, temporal) utilizados para expressar essas culturas.

Para abordar questões como gênero, número do volume, autor e ilustrador, a análise documental dos mangás é fundamental. Essa abordagem envolve a identificação desses elementos por meio de perguntas como "Quais são as características desta história?", "Quem é o protagonista desta história, um herói ou um casal?", "Quem é o autor desta história?" e "Quem é o ilustrador desta história?", além de verificar em qual volume a história se desenrola.

Consequentemente, para uma análise abrangente dos mangás, é necessário adotar uma abordagem que integre elementos de diversas metodologias. O Quadro 1 sintetiza essa proposta de abordagem multidisciplinar.

Quadro 1 – Modelo de diretrizes para representação de mangás

	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	De	Sobre	
Categoriais	Genérico	Específico	
Quem/O quê			
Onde			
Quando			
Como			
Texto Principal			
Tipos de culturas			
Subtextos			
Códigos			
Gênero de Mangás			
Número do volume			
Autor (roteirista)			
Ilustrador			
Estilo de desenho			

Fonte: Elaboração própria com base em MAIMOSE E GRACIOSO (2007); PAVARINA E ZAFALON (2022).

Conforme mencionado anteriormente, o mangá *Demon Slayer: Kimetsu No Yaiba*, vol. 1 foi selecionado como exemplo ilustrativo para o modelo, dado que foi o mangá mais vendido pela editora Panini nos anos de 2022 e 2021, sugerindo sua ampla popularidade no Brasil.

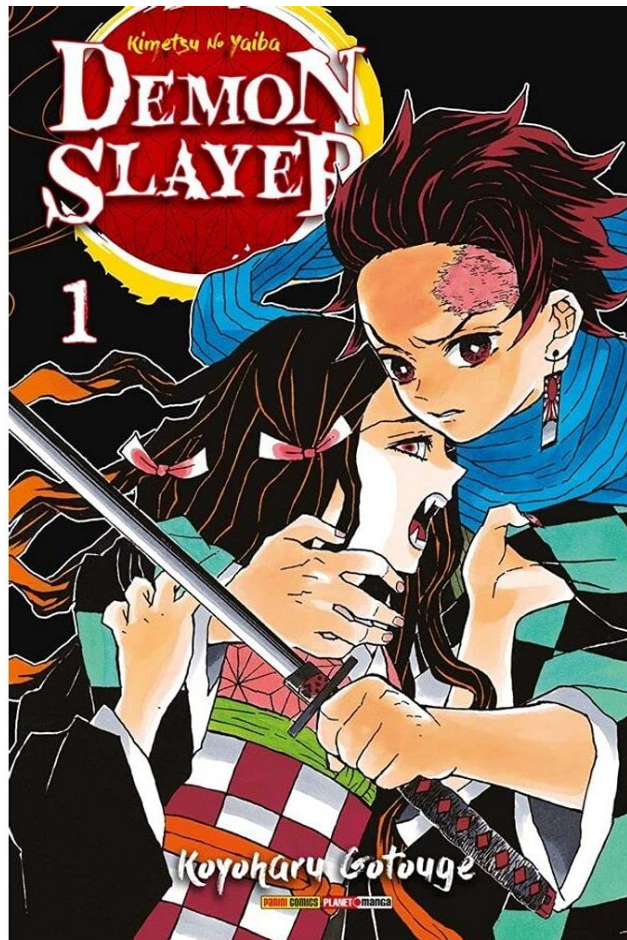
Com o intuito de obter um resumo da trama deste volume, realizou-se uma pesquisa no *site* oficial da editora Panini, resultando na seguinte sinopse disponibilizada pela própria editora (PANINI, 2023):

Estamos na Era Taishou. O dia-a-dia pacato de Tanjiro, um gentil garoto que vende carvão, se transforma radicalmente quando sua família é assassinada por um demônio. A única sobrevivente é Nezuko, sua irmã mais nova. Porém, agora, ela se transformou em um Oni. Diante dessa tragédia, os dois irmãos partem em uma jornada para derrotar o Oni que matou sua mãe e irmãozinhos. E assim tem início uma aventura sanguinolenta de espadachins!

A capa deste volume pode também ser encontrada no *site* da panini e para conseguirmos analisarmos as informações de nossa metodologia devemos trazer a mesma para conseguirmos identificar algumas informações, que podemos ver na Fig. 1.

A capa deste volume está disponível no *site* da editora Panini. A fim de realizar uma análise detalhada das informações contidas na capa, é necessário evidenciá-la para identificar os elementos relevantes essenciais para a análise. Assim, a Fig. 1 apresenta a capa deste volume.

Fig. 1 – Capa do vol. 1 do mangá *Demon Slayer*, no Brasil



Fonte: Editora Panini (2023).

A partir das informações coletadas, procedemos à sua aplicação dentro do nosso quadro metodológico, o que nos permitiu ilustrar como as informações presentes nos mangás devem ser representadas. Esse processo é apresentado no Quadro 2.

Geralmente, as informações relacionadas ao autor e ilustrador dos mangás podem ser as mesmas, não se enquadrando no eixo genérico de diferenciação. Isso ocorre porque os mangás frequentemente apresentam esses detalhes na própria capa de seus volumes. No entanto, há situações em que ocorre uma distinção entre o autor e o ilustrador, tornando necessária uma pesquisa adicional para identificar esses elementos.

Outra informação que frequentemente permanecerá em branco na categoria "Onde" do eixo genérico é o contexto temporal da história. Isso ocorre porque, ao avaliar apenas a capa do volume, é difícil determinar em que período a narrativa se desenrola. Em algumas ocasiões, essas informações podem ser encontradas no resumo do próprio volume, exigindo, portanto, uma pesquisa adicional para preencher essa categoria.

Quadro 2 – Exemplificação do modelo no mangá *Demon Slayer*

	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	De		
Categoriais	Genérico	Específico	Luto; Folclore japonês; Superação de traumas; Luta do bem contra o mal Mangá; Tankobon; Papal <i>offwhite</i> .
Quem/ O quê	Pessoas abraçadas e uma utilizando uma espada	Irmãos se abraçando e o irmão defendendo sua irmã oni. O irmão é chamado Tanjiro e a irmã é conhecida como Nezuko.	
Onde	Japão	Era Taishou no Japão medieval.	
Quando	Noite	Na Era <i>Taishou</i>	
Como	Pessoas se abraçando	Um irmão defendendo sua irmã oni dos caçadores de onis e entrando no esquadrão de caçadores para buscar sua vingança contra o oni que matou sua família e tentar transformar sua irmã em humana de novo.	
Texto Principal	Era do espadim no Japão	Folclore nipônico da Era <i>Taishou</i> envolvendo espadim e onis e demonstrar a realidade do Japão na <i>Era Taishou</i> .	
Tipos de culturas	Cultura Japonesa	Cultura do folclore nipônico, cultura patriotismo, cultura espadim e Japão no contexto medieval.	
Subtextos	Japão, Samurais, Onis	Japão, Samurais, Espadachins, Onis, Luta contra o mal, Luta da sobrevivência de irmãos, vingança, superação de um trauma, luto.	
Códigos	Visual e verbal	Visual, verbal, cinético, espacial, temporal e cultural.	
Gênero de Mangás	Ação, Fantasia, Luta	<i>Shounen</i>	
Número do volume	1		
Autor (roteirista)	Koyoharu Gotouge		
Ilustrador	Koyoharu Gotouge		
Estilo de desenho	Cartunesco	Estilo próprio da autora	

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No que se refere ao eixo que aborda o número dos volumes, é importante observar que, ao contrário dos quadrinhos norte-americanos, os mangás frequentemente possuem

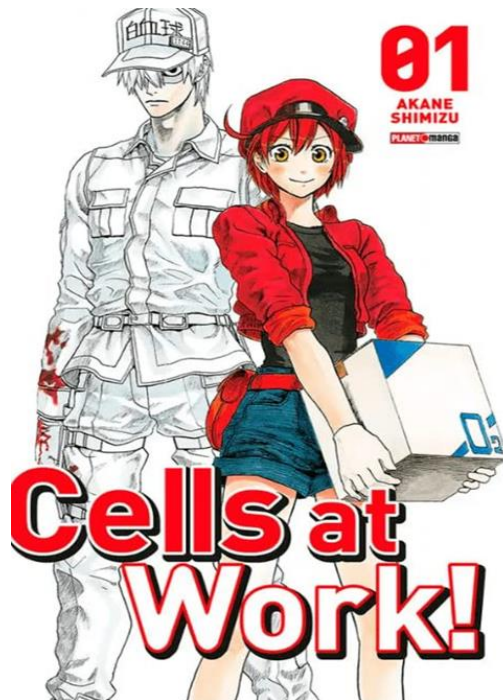
extensões de seus universos que incluem volumes adicionais ou arcos da história. Isso pode ser exemplificado pelos camados "volumes 0", como é o caso de *Jujutsu Kaisen*, ou por títulos específicos, como *Wanted* de *One Piece*. Nesses casos, é recomendável incluir uma nota de rodapé ou uma explicação no próprio quadro para esclarecer essa característica. Além disso, existem situações em que a história continua por meio de *novels* ou *fanbooks*, o que também requer uma nota de rodapé para fornecer informações adicionais.

As mesmas diretrizes de análise podem ser aplicadas à mangás com temáticas educacionais, como é o caso de *Cells at Work*, que a editora Panini está trazendo para o Brasil. Assim, um exemplo de aplicação desse modelo de análise inicia-se pelo resumo do vol. 1 deste mangá, criado pela própria editora Panini:

O corpo humano possui cerca de 60 trilhões de células e trabalho é o que não falta para mantê-lo saudável! Como as células reagem quando ocorre uma invasão de vírus e germes, alergia ou um ferimento? Descubra nesse popular mangá de células antropomorfizadas protagonizado por um glóbulo branco e um glóbulo vermelho!! Pneumococos! Alergia ao pólen de cedro! Influenza! Arranhão! Ameaças ao corpo humano surgem a todo instante. Nessas horas, quais são as funções das células no interior do corpo? Como os glóbulos brancos, os glóbulos vermelhos, as plaquetas, os linfócitos B, os linfócitos T e demais células trabalham? Acompanhe a jornada de 24 horas e 365 dias sem férias desta turma! (PANINI, 2022).

A capa da obra supracitada, também sendo utilizada para a nossa análise e representação da informação, pode ser encontrada no site da Panini, conforme evidenciado na Fig. 2.

Fig. 2 – Capa do vol. 1 do mangá *Cells at Work*, no Brasil



Fonte: Editora Panini (2022).

Quadro 3 – Exemplificação do modelo no mangá *Cells at Work*

	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	De		
Categoriais	Genérico	Específico	Ciência Biológica Celular; Funcionamento celular; Defesa celular; Combate celular; Corpo Humano e suas funções; Doenças e Alergias; Funcionamento do corpo humano. Mangá; Tankobon; Miolo em papel <i>offwhite</i> e páginas coloridas em couché.
Quem/ O quê	Um homem usando uma roupa branca e uma mulher usando uma roupa vermelha e carregando uma caixa	Duas células corporais; O homem de branco representa glóbulo branco e a mulher de vermelho representa um glóbulo vermelho.	
Onde	-	Corpo Humano	
Quando	De dia	No dia a dia dentro humano; Mesmo na condição saudável e doente.	
Como	Um homem de branco sangrando a mão e uma mulher de vermelho carregando uma caixa branca	Demonstra as funções das células humanas dentro do corpo; O fluxo dos glóbulos vermelhos; Como o corpo humano aciona os glóbulos brancos para sua defesa; Como o corpo funciona quando estamos doentes e afins.	
Texto Principal	As funções das células no corpo humano	Demonstrar como o corpo humano funciona e as funções das nossas células dentro do corpo e como o corpo funciona quando estamos doentes e afins.	
Tipos de culturas	A cultura Científica	A cultura biológica; A cultura científica.	
Subtextos	Células corporais; Funções das células dentro do corpo humano	Corpo Humano; Saúde; Doenças; Células; Funcionamento das células; Biologia; Biologia Celular.	
Códigos	Visual e Verbal	Visual, verbal, cinético, espacial, temporal, cultural e educacional.	
Gênero de Mangás	Fantasia; Biologia; Ciências	Educacional; Biologia.	
Número do volume	1		
Autor (roteirista)	Akane Shimizu		
Ilustrador	Akane Shimizu		
Estilo de desenho	Estilo de desenho japonês	Estilo de desenho do autor <i>Akane Shimizu</i>	

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Após coletar essas informações, procedeu-se à aplicação das diretrizes de análise, conforme detalhado no Quadro 3.

Em síntese, o quadro com diretrizes de análise proposto para a representação da informação pode ser aplicado a todos os gêneros de mangás. Isso possibilita a recuperação eficiente das informações contidas nos mangás, minimizando a perda significativa de dados presentes nesses materiais.

6. Considerações finais

Mesmo com o crescente avanço dos mangás no cenário nacional, identificamos uma notável lacuna de estudos no que diz respeito ao processamento técnico das informações contidas nesse tipo de material.

O objetivo central deste trabalho consistiu em desenvolver diretrizes para a representação da informação em mangás, recorrendo a uma combinação de metodologias destinadas a materiais verbais, visuais e verbo-visuais. Além disso, utilizou-se o método da leitura documentária para a coleta de informações presentes nesse tipo de material.

Diante disso, é possível afirmar que o objetivo geral deste estudo foi alcançado com êxito. Através da integração de várias abordagens metodológicas, conseguimos criar um modelo que possibilita a representação eficaz das informações presentes nos mangás. Esse modelo pode ser empregado nos instrumentos utilizados para recuperar informações nas unidades de informação, ampliando, assim, o acesso a esses recursos informacionais.

Além disso, foi evidenciado que os mangás são caracterizados por um alto grau de complexidade, abrangendo uma ampla variedade de temas e gêneros distintos. Isso ressalta a importância de uma abordagem cuidadosa no tratamento temático e descritivo desses materiais nas unidades de informação, visando a atender às demandas dos usuários de forma adequada e precisa.

Conclui-se que este estudo contribui para preencher uma lacuna importante na Ciência da Informação ao propor um modelo de representação da informação para mangás, reconhecendo a crescente relevância desses materiais nas bibliotecas e acervos de unidades informacionais no Brasil.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) -Código de Financiamento 001.

Referências bibliográficas

BIBLIOTECA BRASILEIRA DE MANGÁS

2023 Números do mercado brasileiro de mangás em 2022. Biblioteca Brasileira de Mangás, Brasil. [Em linha]. 2022. [Consult. 31 ago. 2023]. Disponível em: <https://blogbbm.com/2023/01/04/numeros-do-mercado-brasileiro-de-mangas-em-2022/>.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B.

2007 O Conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 12:1. [Consult. 31 ago. 2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/33134>.

CERVANTES, B. M. N. [et al.]

2018 Representação e recuperação da informação na web: aspectos teóricos e tecnológicos. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*. 13:2 (2018).

FUJITA, M. S. L.

1989 *Precis na língua portuguesa: teoria e prática de indexação*. Brasília: UnB, 1989.

HJØRLAND, B.

2002 The Methodology of constructing classification scheme: a discussion on the state-of-the-art. In INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE, 7th, Würzburg, 2002 - *Proceedings...* Ed. M. J. López-Huertas. Baden Baden: Ergon Verlag, 2002, p. 450-456. (Advances in Knowledge Organization; 8).

KOBASHI, N. Y.

1994 *A Elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia*. São Paulo, 1994. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação – Universidade de São Paulo.

LE COADIC, Y.

2004 *A Ciência da Informação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, J. L. de O.; ALVARES, L.

2012 Organização e representação da informação e do conhecimento. In *Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações*. Org. L. Alvares. São Paulo: B4 Editores, 2012.

LUYTEN, S. M. B.

2014 *Mangá e animê: ícones da Cultura Pop Japonesa*. [Em linha]. 2014. [Consult. 31 ago. 2023]. Disponível em: https://fjsp.org.br/estudos-japoneses/artigo/manga_anime_sonia_luyten/.

LUYTEN, S. M. B.

2013 *Mangá, o poder dos quadrinhos japoneses*. São Paulo: Hedra, 2013.

MAIMONE, G. D.; GRACIOSO, L. S.

2007 Representação temática de imagens: perspectivas metodológicas. *Informação & Informação*. 12:1 (2007) 130-141.

MAKOWIECKY, S.

2003 Representação: a palavra, a idéia e a coisa. *Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. Florianópolis. 57 (2003) 1-30.

MEIRELES, S. M.

2003 O Ocidente redescobre o Japão: o boom de mangás e animes. *Revista de Estudos Orientais*. 4 (2003) 203-211.

MOOERS, C.

1951 Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge. *American Documentation*. 2 (1951) 20-32.

MUNIZ, L.

2023 *MangaTeca comunitária democratiza acesso à cultura Geek e Otaku no Ifal Satuba*. [Em linha]. Alagoas: Instituto Federal de Alagoas, 2023. [Consult. 31 ago. 2023]. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/campus/satuba/noticias/mangateca-comunitaria-democratiza-acesso-a-cultura-geek-e-otaku-no-ifal-satuba>.

NASCIMENTO, L.

2021 *Mangateca comunitária no Rio de Janeiro ganha projeto de financiamento coletivo*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 2021. [Consult. 31 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.jbox.com.br/2021/12/21/mangateca-animedricia/>.

PALMER, S. E.

1978 Fundamental aspects of cognitive representation. In *Cognition and categorization*. Ed. E. Rosh, B.B. Lloyd. Hillsdale: Erlbaum, 1978.

PANINI

2022 *Cells At Work. Vol. 1. Panini Brasil Ltda, Tamboré*. [Em linha]. 2022. [Consult. 31 ago. 2023]. Disponível em: <https://panini.com.br/cells-at-work-vol-1>.

PANINI

2023 *Demon Slayer : Kimetsu No Yaiba. Vol. 1. Panini Brasil Ltda, Tamboré*. [Em linha]. 2021. [Consult. 31 ago. 2023]. Disponível em: <https://panini.com.br/demon-slayer-kimetsu-no-yaiba-vol-1-amkiy001r6>.

PARANÁ. Governo do Estado

2022 *Biblioteca Pública recebe 792 mangás em celebração da amizade entre Japão e Paraná*. [Em linha]. 2022. [Consult. 31 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Biblioteca-Publica-recebe-792-mangas-em-celebracao-da-amizade-entre-Japao-e-Parana>.

PAVARINA, E. C.; ZAFALON, Z. R.

2022 Catalogação de histórias em quadrinhos à luz da semiótica da cultura. *Palavra Chave*. [Em linha]. 12:1 (2022) e169. [Consult. 25 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3505/350572237001/350572237001.pdf>.

PESCHL, M. F.

2002 Representing Representations. *The Semiotic review of books*. 8:3 (2002).

PONTES JUNIOR, J.; CARVALHO, R. A.; AZEVEDO, A. W.

2013 Da Recuperação da informação à recuperação do conhecimento: reflexões e propostas. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 18:4 (2013) 2-17. [Consult. 25 ago. 2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/35875>.

PUBLISHNEWS

2022 *Lista de mais vendidos geral de 2022: Panini*. Publishnews, Brasil, 2022. [Consult. 25 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/ranking/anual/o/2022/92/o>.

PUBLISHNEWS

2021 *Lista de mais vendidos geral de 2021: Panini*. [Em linha]. Publishnews, Brasil, 2021. [Consult. 25 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/ranking/anual/o/2021/92/o>.

ROBREDO, J.

2003 *Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

SARACEVIC, T.

1991 Information science: origin, evolution and relations. In SCIENCE COLIS CONFERENCE, Tampere, 1991 - *Proceedings...* Los Angeles: Taylor Graham, 1991.

SMIT, J. W.

1987 *Análise documentária: a análise da síntese*. Brasília: IBICT, 1987.

ZAFALON, Z. R.; DAL'EVEDOVE, P. R.; BENETTI, M.

2017 Representação documental de vitrais sacros: proposta metodológica. *Brazilian Journal of Information Science*. [Em linha]. 11:3 (2017). [Consult. 25 ago. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n3.08.p79>.

Fernanda Lacerda Santana | f.santana@unesp.br

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Brasil

Etefania Cristina Pavarina | e.pavarina@unesp.br

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Brasil

Caio Saraiva Coneglian | caio.coneglian@unesp.br

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Brasil

A USABILIDADE DO SISTEMA PERGAMUM NA MEDIAÇÃO E AUTOMAÇÃO DO ACERVO PARTICULAR DO ESCRITOR PARAENSE HAROLDO MARANHÃO NA BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA: estudo de caso

USABILITY OF THE PERGAMUM SYSTEM IN THE MEDIATION AND AUTOMATION OF THE PRIVATE COLLECTION OF PARAENSE WRITER HAROLDO MARANHÃO AT THE ARTHUR VIANNA PUBLIC LIBRARY: case study

Di Yvis Téó Calumby Bezerra

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a14>

Resumo: O problema da pesquisa se caracteriza pela dispersão na coleção da Biblioteca Particular do Escritor Haroldo Maranhão, localizada na Biblioteca Pública Arthur Vianna em Belém do Pará. Justificativa: Mostrar os benefícios da informatização do acervo e as dificuldades e obstáculos encontrados neste processo. Objetivo: Analisar como as informações estão organizadas neste acervo e mostrar a usabilidade e mediação do Sistema Pergamum e as formas como o usuário busca e recupera as informações dentro dessa coleção. Metodologia: Estudo de caso, fundamentado na pesquisa bibliográfica, de finalidade descritiva. A pesquisa constatou que o Sistema Pergamum funciona como uma ferramenta de expressivo potencial para o processo de recuperação e mediação da informação fazendo com que o acervo fosse disponibilizado para consulta aos usuários da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Palavras-chave: Acervo particular; Automação; Sistema Pergamum; Usabilidade.

Abstract: The research problem is characterized by the dispersion in the collection of the Private Library of the Writer Haroldo Maranhão, located in the Arthur Vianna Public Library in Belém do Pará. Justification: To show the benefits of computerizing the collection and the difficulties and obstacles encountered in this process. Objective: To analyze how the information is organized in this collection and to show the usability and mediation of the Pergamum System and the ways in which the user searches and retrieves information within this collection. Methodology: Case study, based on bibliographical research, with a descriptive purpose. The research found that the Pergamum System is a tool with significant potential for the process of retrieval and mediation of information, making the collection available for consultation by users of the Public Library Arthur Vianna.

Keywords: Private collection; Automation; Pergamum System; Usability.

1. Introdução

A biblioteca pública é um espaço de transformação social onde é possível alinhar a cultura local ao aprendizado coletivo, por meio da valorização histórica que é caracterizante de determinado lugar. Para Ferreira (2006:10):

Em se tratando das bibliotecas públicas, elas existem desde tempos imemoriais, sendo responsáveis pela preservação e difusão do conhecimento produzido pela humanidade. A filosofia do trabalho desenvolvido pelas bibliotecas públicas está fundamentada na democratização e socialização do saber, favorecendo aos indivíduos a descoberta do mundo da escrita e poder para assim elevar seus conhecimentos para tomada de decisões com vista à transformação da sociedade.

Este espaço múltiplo e de acesso a todos os cidadãos deve possuir mecanismos que permitam um melhor aproveitamento de suas atividades por meio da dinamização de suas rotinas, o que é possível pela automação de seus serviços. Nas bibliotecas, ela surge para mecanizar, ou seja, tornar automático um determinado processo pelo uso de uma máquina, seja a seleção, aquisição, catalogação, circulação, entre outros. Teixeira e Santos (2006:3) afirmam que, com:

[...] o crescimento contínuo das áreas do conhecimento e o advento de novas tecnologias, torna-se inevitável a adoção da automação nos processos de uma biblioteca, objetivando a recuperação da informação bem como sua disseminação de forma rápida e precisa.

Agilizar e manter a qualidade dos serviços, é sem dúvida, um dos pontos relevantes na automação de bibliotecas. Nesse sentido, Rodrigues e Prudêncio (2009) destacam que a automação surge nas bibliotecas e centros de informação para oferecer um atendimento eficaz e eficiente ao usuário, poupar tempo, aperfeiçoar os processos, atender a demanda, auxiliar a aquisição, tornar a organização mais precisa e, principalmente, atender às necessidades do usuário em curto espaço de tempo. Nesse sentido percebe-se que além de aperfeiçoar os serviços oferecidos pela biblioteca para a comunidade e modernizar o acesso, o processo de automação nas bibliotecas possui ainda a missão de socializar e recuperar as informações armazenadas para diminuir as barreiras de tempo no processo de busca. A intensa produção bibliográfica torna cada vez mais as bibliotecas um recurso na busca de informações de toda a natureza. As bibliotecas escolares, públicas, universitárias, especializadas etc. são detentoras de uma gama de informações importantes para a comunidade que a atende. A biblioteca pode ter por finalidade orientar o usuário na utilização dos diversos tipos de documentos como um recurso na busca de informações. No processo de desenvolvimento social, a biblioteca, na sua tarefa de atender às necessidades de seus diversos públicos, atua como instrumento de comunicação, dinamizando a relação entre informação e usuário. Cabe-lhe utilizar mecanismos ativos no sentido de transferir essa informação, assim como de conscientizar e maximizar a efetiva participação do povo em sua comunidade (SOARES e OLIVEIRA, 1985:97). O usuário é o cliente de um sistema de comunicação/informação, que tem como uma de suas Bibliotecas, e, como o principal objetivo é auxiliá-lo na consulta ao acervo (material bibliográfico e multimeios), é desejável que se pesquise a satisfação do usuário quanto aos aplicativos existentes para se realizar a pesquisa no Sistema Pergamum. Servindo de intermediário entre a informação e seus usuários, a biblioteca não deve limitar-se a atender aos pedidos feitos por parte dos usuários, mas deve também divulgar informações que são importantes à rotina da sua comunidade de usuários. Segundo Figueiredo, “uma biblioteca, qualquer que seja seu tipo, só passa a atuar como um sistema de comunicação e informação, quando ela realiza serviços ativos, correntes, serviços requeridos ou não (mas que apresentam serem importantes a seus usuários), e, portanto, necessários à subsistência daquela comunidade” (1984:2). O Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas - está entre os principais *softwares* pagos disponíveis no mercado brasileiro. A Associação Paranaense de Cultura, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, é detentora dos direitos autorais e produtora deste *software*. Foi desenvolvido com o objetivo de gerenciar todos os serviços de uma biblioteca de pequeno, médio ou grande porte e implementado na arquitetura cliente/servidor, com interface gráfica, utilizando banco de dados relacional SQL.

Considerando que buscar, localizar e recuperar informações na web é hoje necessidade que deve ser prontamente atendida, os catálogos *online*, por exemplo, são mecanismos que promovem e difundem um acesso rápido e eficaz à informação e por isso exigem maiores esforços nos projetos de sua interface. Cabe ainda considerar que a proposta da usabilidade vem sendo pesquisada no âmbito da Ciência da Informação (CI), contribuindo para aperfeiçoar o acesso à informação e melhorar a qualidade da interface dos sistemas com seus usuários.

A CI está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação. O imperativo tecnológico determina a CI, como ocorre também em outros campos. Em sentido amplo, o imperativo tecnológico está impondo a transformação da sociedade moderna em sociedade da informação, era da informação ou sociedade pós-industrial (SARACEVIC, 1996:42).

Contudo, compreende-se que a usabilidade busca atender a satisfação do usuário de um sistema/*site* no sentido de produzir interfaces consistentes e de fácil acesso com elevados padrões de qualidade de uso, enquanto a mediação da informação está ligada às ações do profissional da informação voltadas para o usuário no sentido de solucionar suas necessidades informacionais.

O presente artigo analisa a informatização pelo sistema Pergamum presente na biblioteca pública Arthur Vianna para ser usado como ferramenta de automação do acervo do escritor paraense Haroldo Maranhão. O problema da pesquisa se caracteriza pela dispersão na coleção da Biblioteca Particular do Escritor Haroldo Maranhão localizada na Biblioteca Pública Arthur Vianna em Belém do Pará, que se encontra fragmentada em duas seções, situadas na seção de obras raras e no Acervo Geral. Essa separação proporciona um ruído na disseminação da informação pois essa coleção ainda não foi classificada no sistema Pergamum, com isso ocasionando dificuldades de buscas aos usuários. A pergunta da pesquisa se baseia em como analisar os benefícios da informatização do acervo e as dificuldades e obstáculos encontrados neste processo, utilizando instrumentos de representação da informação aliados ao *software* Pergamum, sistema integrado de Bibliotecas comercializado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) disponibilizado ao acervo. O objetivo é analisar como as informações estão organizadas neste acervo e mostrar a usabilidade e mediação do Sistema Pergamum e as formas como o usuário busca e recupera as informações dentro dessa coleção. A metodologia é um estudo de caso e fundamenta-se no estudo profundo e exaustivo de determinado objeto, examinando-o dentro de seu contexto. Com isso, é possível obter uma visão global do problema, identificando fatores que influenciam em sua ocorrência (GIL, 2002; PRODANOV e FREITAS, 2013). Estudo de caso, fundamentado na pesquisa bibliográfica, de finalidade descritiva.

2. Organização da informação

Nessa fase de grande evolução tecnológica, onde a informação passa a ter um valor inestimável, o processo de organização da informação apresenta-se como um instrumento fundamental no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, uma vez que organizar e representar a informação de modo que a mesma seja passível de recuperação e acesso consolida-se uma das temáticas destas ciências, estabelecendo as necessárias

ligações entre a produção, o uso e a apropriação da informação, o que, por sua vez, gera a formação de novas informações, construindo no que se pode chamar de fluxo helicoidal da informação, capaz de tornar a informação disponível aos usuários (GUIMARÃES, 2008). Wurman (2005) acredita que a organização da informação é tão importante quanto sua criação, e afirma que:

Encontrar, filtrar, classificar, organizar e marcar a informação é mais importante do que criá-la. Afinal, que utilidade teria uma biblioteca se todos os livros fossem empilhados ao acaso pelo chão? A forma de organizar e apresentar a informação é tão importante quanto o conteúdo. Estão surgindo novos campos [...] para explorar maneiras de armazenar e usar informação ultrapassando a ideia de apenas reuni-la. (WURMAN, 2005:10).

A organização da informação, por sua vez, é compreendida dentro do universo da Ciência da Informação como um processo de arranjo de acervos físicos ou eletrônicos que são realizados por meio da descrição física e de conteúdo dos assuntos e dos seus objetos informacionais (BRÄSCHER e CAFÉ, 2008).

2.1. Automação de bibliotecas

O processo de automação das bibliotecas no Brasil neste período percorreu dificuldades para sua efetivação, contrapondo mais uma vez com a realidade dos países desenvolvidos. Carvalho (1986) enfatiza alguns pontos como: custo dos serviços e racionalização no seu uso; capacitação dos recursos humanos; conflito de interesses entre as equipes da biblioteca e da área de informática; custo elevado dos serviços de telecomunicação e de correio; volume e burocracia atrelados à aquisição de material bibliográfico, dentre outros. A partir da automação, visualiza-se que a tecnologia começa a ser inserida [porém, não substituindo] diretamente nos processos técnicos da biblioteca e na busca da informação através das consultas on-line aos bancos de dados. Morigi e Pavan (2004:120) complementam com a assertiva:

A automação das bibliotecas e, conseqüentemente, dos serviços prestados aos usuários, que implicam o uso cada vez mais constante das tecnologias de informação e comunicação, fez com que a sociabilidade entre os atores envolvidos se modificasse substancialmente. A máquina passou a realizar o processo de mediação entre os agentes profissionais, responsáveis pelos serviços de organização, busca e recuperação da informação, e os seus usuários, tornando tais processos mais dinâmicos.

Mangue (2007:12) corrobora elucidando as motivações para aplicação da tecnologia em bibliotecas, tais como:

Aperfeiçoar os serviços oferecidos pela biblioteca à comunidade; buscar flexibilidade e facilidades no trabalho do bibliotecário; modernizar o tratamento técnico e o acesso às coleções e informações; agilizar a recuperação da informação e o empréstimo; estreitar os laços de cooperação com outras instituições são alguns dos objetivos expressos pelas bibliotecas, de um modo geral, ao adotar as tecnologias de informação

Nesse sentido, percebe-se que além de aperfeiçoar os serviços oferecidos pela biblioteca para a comunidade e modernizar o acesso, o processo de automação nas bibliotecas possui

ainda a missão de socializar e recuperar as informações armazenadas para diminuir as barreiras de tempo no processo de busca. A automação desenvolve-se como proposta de aperfeiçoamento para os serviços oferecidos em unidades de informação e centros documentais. Dutra e Ohira (2004) dizem que automação de bibliotecas pode ser entendida como “a utilização de tecnologias da informação (informática) nas rotinas e serviços de uma biblioteca”. Considerando o ambiente das bibliotecas, sejam estas escolares, universitárias, públicas ou especializadas, a automação visa eficiência e eficácia ao que é oferecido aos usuários, assim como poupar-lhes tempo, auxiliar na aquisição de informações, além de propor uma maior organização nos serviços da biblioteca. De acordo com Rodrigues e Prudêncio (2009:4)

A informatização da biblioteca não pode acontecer sem fundamento e de modo desordenado. Informatizar bibliotecas é um processo cada vez mais complicado pelas características dos serviços e a variedade das informações a serem tratadas e dispostas para acesso e uso.

Desta forma, torna-se imprescindível a utilização de instrumentos e ferramentas que otimizem as ações pertinentes ao processo de automação das unidades de informação.

2.2. Recuperação da informação

As pesquisas procuram resolver os problemas que estão inseridos em todas as áreas do conhecimento, nas organizações e na sociedade como um todo. A recuperação da informação, por sua vez, visa proporcionar parâmetros suficientes para tomada de decisão, desde as mais simples que envolvem o contexto natural do dia a dia, até as mais complexas que influenciam grandes decisões. Diante disso, a recuperação da informação “trata dos aspectos intelectuais da descrição da informação e sua especificação para busca, e também de qualquer sistema, técnicas ou máquinas que são empregadas para realizar esta operação” (MOORES *apud* FERNEDA, 2003:11). Assim, é possível compreender a recuperação da informação relacionada a um ambiente cognitivo onde as informações são representadas, considerando as necessidades informacionais dos usuários. O termo “recuperação da informação” (*information retrieval*) foi criado em 1951 por Calvin Mooers. Segundo o autor “a recuperação de informação trata dos aspectos intelectuais da descrição da informação e sua especificação para busca, e também de qualquer sistema, técnicas ou máquinas[...]” (MOOERS, 1951:21, *tradução nossa*). Os métodos de recuperação da informação são essenciais para todo e qualquer usuário, esteja ele a buscar informação em formato físico ou digital. Todavia, o processo de recuperação da informação para a Ciência da Informação visa a demonstração das informações registradas e organizadas a partir do armazenamento em um determinado suporte, além do desenvolvimento de estratégias de busca para a recuperação e localização da informação e que as informações quando recuperadas sejam passíveis de interpretação e, ao serem assimiladas pelo usuário, gerem conhecimento. Para Lancaster (1993), a recuperação da informação é o processo de pesquisar uma coleção de documentos a fim de identificar aqueles que tratam de um determinado assunto. Para outros autores, a recuperação da informação estuda os problemas oriundos da recuperação efetiva e eficiente de documentos pertinentes e extraídos de uma coleção de dados – atualmente são as bases de dados digitais – de acordo com uma necessidade específica do usuário (BAEZA-YATES e RIBEIRO-NETO, 1999; FERNEDA, 2003; ROWLEY, 1996).

2.3. Sistemas de recuperação da informação

Os sistemas de recuperação de informação abordam a representação, o armazenamento, a organização e a localização da informação. Para organizar e disseminar a informação utilizam linguagens documentárias como uma ligação entre eles e os usuários. Souza (2006) destaca que os sistemas de recuperação da informação agem como intermediários no processo mediado de troca de informações. O sistema armazena dados, distinguindo as informações armazenadas por um usuário das que serão apropriadas por outros usuários, além de ter como objetivo interpretar os conteúdos de um conjunto de documentos. Essa interpretação implica na extração das informações sintáticas e semânticas dos documentos e das necessidades informacionais dos usuários. É possível observar dois tipos de sistemas de recuperação de informação: os sistemas internos e os *online*. Em síntese, os sistemas internos de recuperação de informação são criados por um centro de informação para servir principalmente aos usuários dentro de uma determinada organização. Um exemplo de um banco de dados interno é o catálogo de uma biblioteca, que oferece aos seus usuários a possibilidade de pesquisas no catálogo e, em seguida, a verificação da disponibilidade do item requerido. Já os sistemas de recuperação de informação *online* são aqueles que foram projetados para fornecer acesso a bancos de dados remotos de uma variedade de usuários.

Tais serviços estão disponíveis principalmente na base comercial, onde há uma série de fornecedores que lidam com esse tipo de serviço. Todos os sistemas de recuperação de informações devem ser orientados para o usuário. Como tal, ao interesse de cada utilizador deve ser dada a devida importância em todos os sistemas de armazenamento e recuperação de informações (MATSUMOTO, 2006).

2.4. Instrumentos de representação documental

Um instrumento de representação documental tem como objetivo fornecer as representações do recurso informacional (em sua estrutura física ou de conteúdo) que esteja a ser representado. As áreas da Ciência da Informação e da Biblioteconomia são responsáveis por diversos instrumentos de representação da informação e do conhecimento registrado, pois têm por objetivo representar a informação nos diversos ambientes informacionais, utilizando-se das tecnologias da informação e comunicação (TIC) como estratégias disponíveis na construção de um registro bibliográfico. No universo da representação, os bibliotecários têm uma grande participação, uma vez que estão habilitados para realizar a representação dos recursos e disponibilizá-los para o acesso, recuperação e uso. Entre os instrumentos de representação da informação e do conhecimento registrado é possível destacar os códigos de catalogação e classificação, as ontologias, o formato de intercâmbio Machine-Readable Cataloging (MARC21), a Resource Description and Access (RDA), os dicionários (representando conceitos e definições de áreas e assuntos), entre outros. Entre os mais tradicionais instrumentos de representação estão os códigos de classificação seguidos do código de catalogação e formatos de metadados, indexação, entre outros. Cada instrumento tem sua finalidade e seus objetivos, mas todos com uma só meta: representar o recurso informacional para que este possa ser disponibilizado ao acesso, recuperação e utilização pelo usuário. Com o aumento de informações disponíveis tornou-se constante o desafio para os profissionais da informação em relação à construção de formas para representar recursos informacionais, de modo a garantir sua descrição, acesso, recuperação, (re)uso e apropriação do conhecimento por aqueles que necessitam de informação. Segundo Santos e Pereira, (2014:8):

A descrição dos recursos informacionais para a recuperação da informação caracteriza-se por uma estrutura de complexidade que a conduz para um tratamento específico, a partir de formas de representação e do uso das tecnologias disponíveis para a persistência de dados e o instanciamento de registros descritivos que garantirão acesso às informações e aos recursos disponíveis.

3. Informatização do acervo particular do escritor paraense Haroldo Maranhão pelo sistema Pergamum

A Tecnologia da Informação, com toda a sua interdisciplinaridade, tem atingido, sem exceção, todas as áreas do conhecimento humano. Na Ciência da Informação não poderia ser diferente. A informática provocou e tem provocado grandes mudanças na organização e funcionamento das bibliotecas. A informatização foi o resultado de uma reflexão relacionada às velhas estruturas com o objetivo de formar uma nova organização. Os antigos esquemas de tratamento dos itens foram revistos com a finalidade de conceber um processamento integrado e eficiente (CAFÉ, SANTOS e MACEDO, 2001). O profissional da informação percebe a facilidade em trabalhar com a catalogação automatizada nas bibliotecas, pois há uma infinidade de recursos disponíveis, com o intuito de ajudá-lo nas suas atividades cotidianas de tratar e disponibilizar esta informação trabalhada para o usuário. Antes da automação das bibliotecas, o bibliotecário catalogador encontrava diversas dificuldades para executar o seu trabalho. Ele tinha que utilizar grandes fichários para arquivar cartões em papel e neles catalogar entradas relacionadas a assuntos, autores, títulos das obras, demandando mais tempo na realização dessas atividades. Com a catalogação automatizada, tudo foi facilitado. Agora, o bibliotecário tem apenas que digitar no computador alguns dados referentes aos itens e, automaticamente, todos os dados estarão disponíveis, ao dispor do cliente.

Caso o *software* esteja compatível com os padrões de catalogação cooperativa, este serviço fica ainda mais fácil e rápido, pois o bibliotecário não terá que catalogar novamente o item, mas apenas alterar os dados locais da sua biblioteca no sistema. Devido a isso, é de fundamental importância que o sistema escolhido esteja em consonância com todos esses padrões da catalogação mundial e também para que a biblioteca não fique isolada no mundo da informação em rede, fator muito importante nos dias atuais.

Hoje o acervo particular do escritor Haroldo Maranhão, localizado na Biblioteca Pública Arthur Vianna em Belém do Pará, encontra-se fragmentado em duas seções situadas na seção de obras raras e no Acervo Geral, separação essa que pode ocasionar um ruído na disseminação da informação pois a coleção ainda não foi classificada no sistema Pergamum, com isso ocasionando dificuldades de buscas aos usuários. As obras irão ser catalogadas e inseridas pelos bibliotecários que atuam nessa Biblioteca Pública fazendo com que esse problema seja sanado, pois com a inserção dos dados bibliográficos na base os usuários, através do sistema, poderão fazer buscas e efetuar empréstimos destas obras e até mesmo recuperar sua localização na estante, e outros serviços serão implementados com o foco no usuário.

O Sistema Pergamum contempla as principais funções de uma biblioteca tradicional, embora funcione de forma integrada, o que facilita a gestão da informação possibilitando

melhorar a busca e recuperação da informação. Pode, ainda, controlar a aquisição, catalogação, circulação de usuários ou visitantes, empréstimo, devolução, reserva, renovação e outros. Permite também fazer relatórios, estatísticas, consulta ao catálogo, além de admitir fazer quase a totalidade via Internet. Para implementar essa informatização do acervo proposto, o Sistema Pergamum disponibiliza uma estrutura, que está dividida em 9 (nove) módulos com as seguintes rotinas básicas:

1. Módulo de Parâmetros: possibilita que cada biblioteca utilize o sistema de forma personalizada;
2. Módulo de Aquisição: possibilita o processo de aquisição de qualquer tipo de material, desde a solicitação de material bibliográfico, licitação e seleção automática dos itens conforme o usuário determinar (melhor preço, prazo de entrega, etc.), recebimento, fechamento e pré-catalogação de livros e periódicos, controle de assinatura e renovação de periódicos;
3. Módulo de Catalogação: catalogação de todos os materiais, de acordo com as regras do AACR2 e formato de intercâmbio MARC21, cadastramento de autoridades, emissão de etiquetas com dados de procedência, lombada e código de barras; inventário informatizado do acervo, indexação de artigos de periódicos e capítulos de livros;
4. Módulo de Circulação: cadastro de usuários, controle de visitantes, acompanhamento do processo de reserva, empréstimo e renovação, consulta ao histórico de empréstimos, devoluções e multas; empréstimo entre bibliotecas, serviço de malote entre *campi*;
5. Módulo de Relatórios e Estatísticas: levantamento do acervo por área de conhecimento, por bibliotecas e por disciplina, relatórios por atividade, por grupo de atividades e por executante, boletim bibliográfico, estatísticas do acervo na apresentação exigida pelo MEC, geração de gráficos, estatísticas gerais;
6. Consulta ao catálogo: pesquisa textual, por autor, título e assunto com a utilização de operadores booleanos, acesso a sumários digitalizados, localização de materiais bibliográficos por estantes;
7. Módulo Internet: acervo digital, facilitando o acesso à obra na íntegra, renovação, reserva, acompanhamento do processo de aquisição pelo usuário solicitante, cadastro de senhas para acesso remoto às bases de dados; envio automático de mensagens para lembrar a data de devolução do material emprestado, informar liberação de reservas e novas aquisições na área de interesse pré-selecionada (DSI – Disseminação Seletiva da Informação), informação dos materiais a serem devolvidos, visualização de sumários, cadastro de comentários e sugestões;
8. Módulo Usuários: Este módulo descreve os procedimentos utilizados no Sistema Pergamum para o controle dos usuários. Inclui dados pessoais dos usuários e das unidades organizacionais (cursos e departamentos), alteração de senha, afastamento, identificação do usuário, área de conhecimento, exportação de usuários.

9. Módulo Diversos: Este módulo disponibiliza e armazena as funções que não estão totalmente relacionadas em outros módulos, mas precisam da geração de relatórios. Inclui malote, envio de *e-mail*, coleta de dados de material usado internamente, correção em lote de acervo bibliográfico.

O sistema presta serviços de manutenção e suporte técnico a distância e *in loco*, treinamentos, cursos de AACR2, MARC 21 bibliográfico e autoridades, com manuais em português e tem como característica a forma de trabalho, que torna os clientes parceiros da equipe Pergamum, para sugerir a criação de novos serviços/produtos que dentro da viabilidade são atendidos, desde que toda a rede se beneficie. O sistema oferece atualizações das versões do *software* sem custo adicional aos seus clientes, cada atualização inclui melhorias e acréscimos de opções para serviços, relatórios etc. O *software* tem atualizações frequentes e está na versão 7.4. O Pergamum permite aos usuários com deficiências visuais ter acesso aos serviços remotamente, segundo resultado de pesquisa realizada com alunos deficientes visuais da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde foi avaliada a navegabilidade e usabilidade, mostrando-se satisfatório (LITTIERE e RODRIGUES, 2008). Todos esses módulos são utilizados na Biblioteca Pública, pois o Sistema Pergamum já está em uso e será feita a inserção dos dados conforme disponibilidade da equipe de Bibliotecários.

3.1. Benefícios da informatização pelo Sistema Pergamum para os usuários da Biblioteca Pública Arthur Vianna

A biblioteca tem como objetivo principal oferecer conteúdo informacional a toda sua comunidade, sendo um espaço de múltipla comunicação, que visa facilitar a aprendizagem, disponibilizando itens informacionais de maneira ágil de modo a possibilitar a geração de novos conhecimentos (OLIVEIRA, 2008). A multiplicidade de funções produzidas pelo surgimento das novas tecnologias facilitou a busca de informação. Hoje, tem-se a possibilidade de utilizar variados recursos, impensáveis algumas décadas atrás e até expandir os produtos oferecidos com a finalidade de obter a satisfação total do usuário.

Os bens e serviços oferecidos aos usuários devem ser integrados proporcionando a flexibilização necessária para a oferta de serviços de qualidade, que agreguem valor, adaptados à diversidade de usuários e diferentes locais para viabilizar o produto, com foco no cliente, já que cada pessoa ou grupo tem uma diferente necessidade de informação (GARCEZ e RADOS, 2002:46)

Segundo Rowley (1994:3) “a introdução dos computadores nas bibliotecas resultou em padronização, aumento de eficiência, cooperação e melhores serviços”.

Uma biblioteca automatizada proporciona um considerável acréscimo na produtividade do trabalho, fazendo com que as necessidades básicas dos usuários possam ser atendidas. Além de aumentar a produção, os serviços automatizados permitem uma maior uniformidade do produto final. O usuário encontra facilidade, qualidade, rapidez e eficiência na recuperação da informação. Para o profissional, facilita na rotina de atividades de uma biblioteca uniformizar a produção e evitando esforços desgastantes e repetitivos. “Os bibliotecários gastam a maior parte do seu tempo, energia e recursos na descrição bibliográfica, análise de conteúdo e na busca do significado ou importância desses conteúdos” (WHITE 1993:259).

Além disso, este centro disseminador de informações estará inserido na indústria do conhecimento, proporcionando ao leitor a utilização das novas tecnologias da informação na recuperação de informações. “[...]as bibliotecas se beneficiaram com as técnicas mecânicas e automáticas na aquisição de livros e periódicos, na catalogação, no empréstimo e no acesso dos usuários a coleções situadas em diferentes lugares” (FONSECA, 1987:126).

É possível pesquisar itens em catálogos informatizados de bibliotecas nos diversos campos, acessar o histórico pessoal de livros emprestados, devolvidos e renovados, verificar suspensões dos serviços da biblioteca, reservar e renovar obras, etc. Algumas bibliotecas oferecem também através de seus catálogos, alguns serviços em rede que possibilitam o acesso a diversos materiais como documentos em texto completo, artigos, vídeos, fotos, imagens históricas, sons, mapas, partituras, dentre outros. Salienta-se a importância dos programas de bibliotecas estarem vinculados ao sistema da instituição, para que os dados pessoais dos usuários possam ser migrados, otimizando o tempo dos operadores que trabalham nas seções de atendimento das unidades de informação. Além de fornecer mais segurança, a instituição terá como visualizar as pendências de cada usuário e tem acesso ao documento de ‘nada consta’ ou ‘declaração de quitação’, coibindo a não devolução das obras. Todos esses serviços são disponibilizados com agilidade e flexibilidade, em rede, à distância, ou seja, sem a necessidade de o usuário estar fisicamente na biblioteca.

Com a introdução das tecnologias da informação, o acesso dos usuários ao conteúdo do acervo das unidades de informação tornou-se mais ágil e dinâmico, não sendo necessário ao usuário se locomover até uma biblioteca para realizar pesquisas bibliográficas, para renovar um material ou solicitar a reserva de um item específico (OLIVEIRA, 2008:74).

Grogan (2001) afirma que a falta de sucesso na realização de uma busca de informação pode ocorrer em decorrência de quatro grupos de problemas: problemas com a entrevista de referência, problemas causados pelo conhecimento inadequado das fontes, problemas causados por falhas no sistema da biblioteca e problemas devidos à natureza inexoravelmente falível dos seres humanos.

Lancaster (1996:129) afirma que:

Em nível mais rudimentar, considera-se uma busca bem-sucedida quando o usuário é capaz de obter uma coincidência entre seus termos de busca e os que são usados no catálogo. [...] Outros pesquisadores têm julgado uma busca como bem-sucedida se, em decorrência dela, o usuário selecionar um ou vários livros que possivelmente lhe sejam úteis.

Sobre a busca por assunto, Rowley (1994:113-114) afirma que:

[...] as pessoas que fazem as buscas descrevem o assunto de seu interesse por meio de termos concisos, que acreditam serem os termos que provavelmente teriam sido usados no índice. Se os termos de busca usados inicialmente não forem encontrados no índice, as pessoas que fazem as buscas poderão tentar termos de busca alternativos até que se esgotem sua imaginação e paciência.

“O processo de recuperação depende muito das etapas de indexação e armazenamento, que determinam, em grande medida, a estratégia melhor possível para as buscas feitas num

sistema de recuperação da informação” (ROWLEY, 1994:114). Uma questão muito importante para a recuperação de informação é a utilização da lógica booleana de buscas. Rowley (1994:120) afirma que a lógica booleana de buscas é utilizada na maioria dos sistemas. É usada para ligar termos de linguagens controladas ou linguagens naturais, ou de ambas. A lógica é empregada para ligar os termos que descrevem os conceitos presentes no enunciado de busca. “Algumas das limitações resultam da forma como um determinado sistema decidiu criar seu arquivo legível pela máquina, com alguns campos sendo recuperáveis e outros não, alguns indexados com expressões, mas não com palavras, e assim por diante” (GROGAN, 2001:135). “[...] É conveniente dispor de uma medida de esforço do usuário: quanto tempo levou para satisfazer a uma necessidade de informação ou quanto tempo levou para encontrar quantos itens úteis?” (LANCASTER, 1996:129). “[...] Se um usuário leva 15 minutos ao catálogo para encontrar três livros que deseja consultar ou tomar emprestados, o custo por item é de cinco minutos do tempo do usuário.” (LANCASTER, 1996:200). De acordo com Kremer (1985), a eficiência de um sistema de recuperação de informação pode ser aumentada através de uma melhor comunicação com os usuários e do aperfeiçoamento nas estratégias de buscas realizadas.

Todos esses serviços são oferecidos tanto aos usuários que estão presentes fisicamente na biblioteca, os quais efetuam suas buscas através do catálogo automatizado local ou aqueles que estão à distância, pela Internet, em catálogos on-line. Os catálogos automatizados vão além da simples busca e recuperação da informação. Observa-se uma gama de serviços remotos para os usuários, ocasionando facilidade e trazendo agilidade na localização da informação e permitindo um contato mais próximo entre usuário e biblioteca. A seguir, serão abordados os principais serviços *online*, disponíveis nos catálogos das unidades de informação para os usuários da Biblioteca Pública.

- a) Busca da informação: antes, os campos de pesquisa eram, basicamente, autor, título e assunto, porém, os catálogos ampliaram o leque de opções e pode-se recuperar informação também por resumos, palavras-chave, tipo de material, local, editora, série, número de chamada, ISBN. etc.;
- b) Renovação de obras: um serviço disponibilizado também para os usuários dos catálogos modernos é a renovação de itens, que permite adiar por mais um período de tempo as obras que estão em poder dos mesmos, sem a necessidade da presença física deles no ambiente da biblioteca;
- c) Reserva de obras: esse serviço pode ser realizado tanto nos catálogos na própria biblioteca, quanto em catálogos *online*; o usuário pode também consultar como está sua situação na lista de espera e o prazo aproximado da obra chegar para ele efetuar o empréstimo;
- d) Histórico do usuário: os catálogos permitem também aos usuários consultar a situação deles na biblioteca, os materiais que estão emprestados, a data de devolução prevista para os mesmos, histórico completo de todas as obras que eles pegaram na sua vida acadêmica, se está suspenso ou não, a data em que a suspensão expira, se o livro reservado já está disponível. etc.;
- e) Disseminação Seletiva da Informação (DSI): muitos catálogos *online* permitem aos usuários o cadastro de assuntos do seu interesse através da Disseminação Seletiva da Informação (DSI); no momento em que a biblioteca

alimentar a base com itens destes assuntos, é enviado um *email* informando o usuário da chegada do material.

Os bibliotecários da Biblioteca Pública Arthur Vianna utilizam o Módulo de Catalogação, que disponibiliza todas as ferramentas: catalogação de todos os materiais, de acordo com as regras do AACR2 e formato de intercâmbio MARC21, cadastramento de autoridades, emissão de etiquetas com dados de procedência, lombada e código de barras; inventário informatizado do acervo, indexação de artigos de periódicos e capítulos de livros. E os usuários utilizam o módulo de Consulta ao Catálogo onde podem utilizar as técnicas de busca: pesquisa textual, por autor, título e assunto com a utilização de operadores booleanos, acesso a sumários digitalizados, localização de materiais bibliográficos por estantes. Assim, os objetivos, tanto geral quanto específico, estarão sanados na Biblioteca.

3.2. Dificuldades e obstáculos da informatização pelo Sistema Pergamum para os usuários da Biblioteca Pública Arthur Vianna

A maioria dos *softwares* disponíveis no mercado não são feitos por bibliotecários e nem com a ajuda destes. Os criadores destas ferramentas tecnológicas as constroem sem levar em consideração quem as utiliza. Com isso, o que temos são programas que exigem dos usuários uma maior habilidade no uso de vocabulários controlados, conhecimentos dos operadores lógicos, utilização de palavras-chaves, entre outros conhecimentos específicos da área de Ciência da Informação. Essa falta de comunicação entre usuário e ferramenta tecnológica provoca um desinteresse por parte do usuário, já que o esperado seria um acesso rápido e fácil à informação a fim de satisfazer suas necessidades. Segundo Norman (1986 *apud* KAFURE e CUNHA 2006:275), quanto menor a compatibilidade entre a representação mental do usuário e interface da ferramenta tecnológica, menor será o entendimento da informação e, portanto, menor a usabilidade da interface.

A avaliação de *softwares* para bibliotecas por bibliotecários e sua participação na construção destes é de extrema importância porque é este profissional quem lida diretamente com o usuário final, além de passar por todas as outras etapas no processo de inserção de dados do material no programa e disponibilização do mesmo no acervo.

Cabe ao analista de sistemas e ao profissional da informação trabalhar em conjunto na sua diminuição, desenvolvendo um suporte material que não só leve em conta a objetividade da tarefa, mas, também, a subjetividades dos usuários, preterida pelos padrões técnicos normalmente adaptados à tecnologia que, no planejamento geral, não consideram a participação dos usuários. (KAFURE e CUNHA, 2006:274).

Outro ponto negativo seria em relação às atualizações, manutenção e suporte. O que alguns desenvolvedores do programa dispõem gratuitamente é a licença de uso e não seu código-fonte, o que deixa o adquirente condicionado às atualizações da empresa. Caso seja necessário realizar alguma atualização, manutenção ou aquisição de novas versões terá de pagar para manter seu programa otimizado. Para Morigi e Souto (2005) a mecanização dos acervos pode afastar o bibliotecário dos usuários e com isso torná-los auto-suficientes sem que precisem da ajuda dos profissionais da informação. Contudo, esta afirmação pode ser anulada, já que para a utilização destas ferramentas tecnológicas se faz necessário alguém com conhecimentos particulares desta área.

3.3. As Contribuições da interface do Sistema Pergamum para a mediação da informação com os usuários

Os sistemas de recuperação de informação abordam a representação, o armazenamento, a organização e a localização da informação. Para organizar e disseminar a informação utilizam linguagens documentárias como uma ligação entre eles e os usuários. Souza (2006) destaca que os sistemas de recuperação da informação agem como intermediários no processo mediado de troca de informações. O sistema Pergamum armazena dados, distinguindo as informações armazenadas por um usuário das que serão apropriadas por outros usuários, além de ter como objetivo interpretar os conteúdos de um conjunto de documentos. Essa interpretação implica na extração das informações sintáticas e semânticas dos documentos e das necessidades informacionais dos usuários. Dentro dessa ótica, isso reflete no usuário, ponto focal de todos os sistemas de recuperação e o único objetivo de qualquer armazenamento e recuperação da informação por parte do usuário. Dessa maneira, a compreensão da natureza e do número dos utilizadores e das suas atividades deve ser monitorada com frequência. Na perspectiva do usuário, a usabilidade faz a diferença entre executar uma tarefa de forma precisa e completa e aproveitar o processo ou ficar frustrado caso essa sintonia não ocorra. Na perspectiva do desenvolvedor, a usabilidade é importante, pois significa a diferença entre o sucesso ou o fracasso de um sistema. No panorama da gestão, o *software* com pouca usabilidade pode reduzir a produtividade da força de trabalho para um nível de desempenho inferior ao do sistema. Em todos os casos, a falta de usabilidade pode ocasionar perda de tempo e esforço, além de determinar o sucesso ou o fracasso de um sistema.

Para Nielsen (2007:16), usabilidade é:

Um atributo de qualidade relacionado à facilidade do uso de algo. Mais especificamente, refere-se à rapidez com que os usuários podem aprender a usar alguma coisa, a eficiência deles ao usá-la, o quanto lembram daquilo, seu grau de propensão a erros e o quanto gostam de utilizá-la.

Percebe-se com esse conceito que a usabilidade se refere à qualidade da interação do usuário com o sistema de maneira a não dificultar o processo de interação, permitindo um pleno controle do ambiente sem se tornar um obstáculo durante a interação. Para a Ciência da Informação, a usabilidade possui uma abordagem centrada no usuário, no contexto do uso da informação, na necessidade informacional do usuário, em estudos voltados ao comportamento de busca, uso de informação e avaliação de sistemas, centrando o usuário como foco essencial no processo.

A usabilidade incorpora não só o funcionamento de um sistema, mas também as formas como os usuários interagem com esse sistema e a função do próprio sistema. Contudo, o princípio-chave para maximizar a usabilidade é empregar o processo de avaliação desde os primeiros estágios do projeto, pois isso permite que os *designers* e os desenvolvedores incorporem o *feedback* do usuário até que o sistema atinja um nível aceitável de usabilidade. Logo, a avaliação de usabilidade se concentra em como os usuários podem aprender e usar um produto para atingir seus objetivos e também se refere a como os usuários estão satisfeitos com esse processo.

A mediação da informação aborda um processo essencial para obtenção de uma efetiva comunicação para a construção do conhecimento, abrangendo desde etapas de produção

da informação até o momento da apropriação da informação pelos usuários. (BRASILEIRO e FREIRE, 2012). Todavia, estudos sobre mediação informacional vêm sendo desenvolvidos por diversas áreas do conhecimento, tais como: Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e a própria Ciência da Informação. Na Ciência da Informação, a ênfase da mediação está relacionada ao uso e à apropriação da informação e ao comportamento dos usuários, conforme explica Nunes (2015:88), “A discussão sobre a mediação inseriu-se entre as mudanças observadas na Ciência da Informação, principalmente relativas às preocupações de profissionais e pesquisadores com os estudos de usuários”. Em suma, as etapas de produção e organização da informação se caracterizam por tornar a informação pronta em nível de ser acessada e utilizada por parte dos usuários em diferentes suportes de informação. Já a etapa de disseminação da informação caracteriza-se por possibilitar o efetivo uso da informação através de ações distintas, visando à apropriação da informação. Contudo, é possível perceber que a mediação da informação possui uma forte influência nos processos informacionais, envolvendo procedimentos profissionais, contribuindo com a prática social, o desenvolvimento da competência informacional dos indivíduos e contribuindo para construção do conhecimento e formação da cidadania (NUNES, 2015).

4. Metodologia

Conforme Oliveira (2002), a metodologia busca averiguar as formas de investigação que facilitem a delimitação do problema, possibilitando a obtenção de uma possível solução. Deste modo, os procedimentos metodológicos para uma pesquisa apresentam uma sequência de etapas de investigação para detalhar cada passo do estudo de forma organizada, visando alcançar a complexidade do fenômeno observado. “O pesquisador pode julgar quão adequados são seus métodos, dadas as informações que ele deseja transformar” (ROESCH, 2007:112).

O âmbito escolhido para essa pesquisa foi o acervo particular do escritor paraense Haroldo Maranhão, partindo da identificação da dispersão na coleção, localizada na Biblioteca Pública Arthur Vianna em Belém do Pará, encontrar-se fragmentada em duas seções situadas na seção de obras raras e no Acervo Geral, separação essa que pode ocasionar um ruído na disseminação da informação pois ainda não foi classificada no sistema Pergamum, com isso ocasionando dificuldades de buscas aos usuários. Assim, foi realizado como método de procedimento o estudo de caso, já que pode ser aplicado tanto em pesquisas exploratórias quanto descritivas e explicativas. No entanto, o uso desse método pode levar a dificuldades em relação à generalização dos resultados, embora o objetivo do estudo de caso não seja de proporcionar conhecimento preciso sobre as características de uma determinada população, mas expandir ou generalizar proposições teóricas a respeito da investigação (GIL,1999).

Mediante esse aspecto, nessa pesquisa, o estudo de caso se refere a mostrar os benefícios da informatização do acervo e as dificuldades e obstáculos encontrados neste processo. Cabe destacar a importância da visibilidade dos títulos proporcionada pela automatização. Observa-se que o maior desafio não é a tecnologia, uma vez que o *software* Pergamum, sistema integrado de Bibliotecas comercializado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), foi disponibilizado ao acervo. Todavia, torna-se cada vez mais um

desafio para o usuário desenvolver habilidades de identificar, localizar, utilizar e recuperar fontes mais apropriadas às suas necessidades informacionais.

4.1. Contextualizando a Biblioteca Pública Arthur Vianna

Criada há mais de 151 anos, a Biblioteca Pública Arthur Vianna – BPAV preocupa-se em promover o acesso à informação e à difusão de bens culturais, na perspectiva da memória cultural do estado do Pará. Seus serviços abrangem atividades de incentivo à leitura, visitas institucionais e monitoradas, palestras, exposições, cursos e oficinas e programações culturais diversificadas, para todos os públicos, atendidos diariamente em seus espaços, como a Seção de Obras Raras, a Seção Braille, a Seção de Obras do Pará, a Fonoteca Satyro de Mello, a Gibiteca e a Brinquedoteca. Para tanto, dispõe de valioso acervo em todas as vertentes literárias, técnicas e didáticas, composto de aproximadamente 800.000 volumes entre livros, folhetos, revistas, jornais, mapas, discos em vinil, fitas de vídeo, DVD, CD, ROM, livros em Braille, microfilmes, jogos, gibis, entre outros. O público atendido é heterogêneo e cada vez mais crescente, formado por crianças, jovens, idosos, portadores de necessidades especiais, estudantes, profissionais, pesquisadores, com uma frequência média de 1.000 usuários/dia. Além dos espaços localizados na sede da Fundação Cultural do Pará, a Arthur Vianna coordena mais três bibliotecas: a “Francisco Paulo Mendes”, na Casa da Linguagem, a “Vicente Sales”, na Casa das Artes e a “Carmen Souza” no Núcleo de Oficinas Curro Velho.

A Biblioteca Pública Arthur Vianna está ligada à Diretoria de Leitura e Informação, a qual coordena o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, através de uma secretaria específica, abrangendo todos os municípios paraenses.

4.2. Histórico do acervo do escritor paraense Haroldo Maranhão

O escritor, jornalista e advogado paraense Haroldo Maranhão tentou, em vão, vender sua biblioteca a universidades e a outras instituições do país e do exterior. Ao finalmente vendê-la para o Estado do Pará em 2001, poucos anos antes de morrer, fez incluir no negócio bem mais do que o acervo bibliográfico com cerca de seis mil volumes. Além dos livros, o lote era composto pelos objetos de arte que pertenceram ao escritor, assim como por um conjunto de documentos pessoais constituído por cartas, fotografias, cartões postais, recortes, enfim tudo o que ele colecionou no decorrer da vida. Esse acervo, adquirido por 150 mil reais graças a um convênio de cooperação firmado entre a Companhia Vale do Rio Doce, então já privatizada, e a Secretaria de Estado de Cultura, passou a integrar o patrimônio da Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna, com exceção de 66 peças de arte, desmembradas do conjunto e entregues aos cuidados do Museu do Estado do Pará.

A biblioteca de Haroldo Maranhão foi entregue oficialmente no dia 26 de maio, contando com a presença do escritor, vindo de Petrópolis especialmente para a cerimônia, e do então presidente da Vale do Rio Doce, Jório Dauster, evento amplamente divulgado pela imprensa local, que anunciou a doação do acervo bibliográfico, dos demais bens artísticos e culturais, e também a instalação da Sala Haroldo Maranhão, que a partir daquele momento passaria a abrigar o conjunto, com exceção dos objetos de arte, que, como já se disse, foram desmembrados da coleção e destinados ao Museu do Estado, instalado no Palácio Lauro Sodré. No ano de 2001, a biblioteca privada de Haroldo Maranhão foi adquirida pelo Estado do Pará graças a um convênio de cooperação firmado entre a Secretaria de Estado e Cultura e a Cia Vale do Rio Doce, passando, por conseguinte, a

integrar o patrimônio da Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna. Juntamente com os 6.000 volumes de livros que o autor paraense acumulara ao longo da vida, a parceria público privada adquiriu também uma série de documentos e objetos. “Diplomas, medalhas, desenhos, recortes, gravuras, fotografias, cartões postais”, correspondências trocadas assiduamente com amigos, célebres ou anônimos, acrescidos de “toda sorte de documentos, como procurações, cópias de testamentos, recibos, contratos de edição” (MEDINA, 2010:1) foram meticulosamente guardados pelo escritor e posteriormente passaram a fazer parte do acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna. Ainda de acordo com Medina (2010), essa miríade de documentos foi classificada em dois grandes grupos: o primeiro reunia “contratos e prestação de contas com editoras, cópias de testamentos, material de pesquisa, correspondências oficiais, documentos relacionados a eventos literários, recibos, fotografias, recortes e qualquer documento escrito em papel timbrado” (MEDINA, 2010:14), todos eles acessíveis à consulta pública. O segundo grupo, cuja consulta lhe foi interdita à época, compunha-se de correspondências trocadas com escritores e outros destinatários, muito provavelmente membros da família de Haroldo Maranhão. Por consequência, pode-se afirmar que muito embora o objeto principal das negociações estabelecidas entre o autor e o governo do Estado do Pará tenha sido sua biblioteca privada, o resultado extrapolou e muito esse objeto.

No entanto, a aquisição levada a cabo em 2001 incorporou, como assinalado anteriormente, séries documentais das mais diversas naturezas que se fizeram acompanhar dos livros. Tendo isto em vista, que outros termos seriam capazes de auxiliar na compreensão acerca da natureza desse conjunto documental e bibliográfico, bem como de sua magnitude e importância para os pesquisadores. Ao chegar a Belém, em 2001, transportado do Rio de Janeiro, onde desde a década de 1960 vivia seu proprietário, o acervo foi submetido a fumigação, realizada em junho de 2001, pela empresa Protection Controle Ambiental Ltda.–ME, do município de Ananindeua, Pará, que emitiu o Certificado nº 0010/01, assinado pelo agrônomo José Laércio Silva, que atesta: “Atestamos, para os devidos fins, que a Empresa Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, localizada à Av. Gentil Bittencourt, nº 650 – Belém – Pa, recebeu na data de 6 de julho de 2001 toda a assistência técnica durante a Fumigação/Expurgo em salas conjugadas, contendo acervo de obras raras (livros). Obs.: A operação de Expurgo/Fumigação utilizou produto à base de Fosfato de Alumínio, na dosagem de 10 comprimidos de 0.6 g/M³ de ambiente, por um tempo de exposição de 72 horas. Após esse tempo será feita a aeração, remoção dos avisos de perigo e liberação do ambiente”. Conforme cópia do Certificado de Fumigação nº 0010/01, pertencente ao arquivo da Gerência da Biblioteca Pública Arthur Vianna - GBPAV. Afinal, o que havia na coleção Haroldo Maranhão era bem mais do que os 5.880 títulos do acervo bibliográfico. Era o resultado de tudo o que o escritor paraense havia amalhado ao longo da existência em termos de patrimônio documental. Haroldo Maranhão guardava tudo: diplomas, medalhas, desenhos, recortes, gravuras, fotografias, cartões postais, a correspondência, que trocou assiduamente com um numeroso grupo de amigos, célebres ou anônimos - longas cartas ou bilhetes rabiscados apressadamente -, e toda sorte de outros documentos, como procurações, cópias de testamentos, recibos, contratos de edição, documentos pessoais, e até, bem acondicionadas e colecionadas em um envelope, as perguntas escritas em pedaços de folhas de caderno que lhe foram encaminhadas quando palestrou para estudantes às vésperas do vestibular.

4.3. Histórico do Sistema Pergamum

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná foi pioneira no Estado do Paraná na informatização de sua biblioteca, tornando-se referência nacional. O Sistema Pergamum nasceu em 1988 de um trabalho final de graduação do Curso de Ciência da Computação do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da PUCPR, desenvolvido por alunos, com colaboração de bibliotecários da instituição. Inicialmente desenvolvido em MUMPS (linguagem de computação de alto nível, interpretada, voltada para sistemas interativos), se mostrou viável chamando a atenção de outras instituições que ao conhecê-lo manifestaram interesse em adquiri-lo. O estudo para informatizar a biblioteca da PUCPR evidenciou que os *softwares* à disposição no mercado eram estrangeiros e com custo de aquisição e manutenção muito alto, não existindo um *software* no mercado nacional que atendesse às nossas necessidades. Diante desta realidade, optou-se por desenvolver um *software* compatível com a realidade brasileira.

Em 1988 o *software* foi implantado na Biblioteca Central, mas nesta fase ainda não tinha nome. Iniciou-se o processo de informatização com cadastro do acervo, em seguida foi implantado o módulo de empréstimo. O sistema utilizava código de barras para controle de empréstimo/devolução que, à época, não era comum em bibliotecas brasileiras. Adotava também o leitor ótico, além da emissão de fichas catalográficas e etiquetas de lombada, que facilitam e agilizam o processo.

Em 1996 iniciou-se a comercialização e passou a se chamar Sistema Pergamum, como referência à cidade de Pérgamo na Ásia Menor, que possuía uma grande e importante biblioteca na antiguidade. Em junho de 1997, firmou parceria de cooperação técnica e científica com a PUC-Rio para modificações da estrutura interna do *software*, passando a adotar o formato MARC (Machine Readable Cataloging) desenvolvido pela Library of Congress. Em novembro de 1998 foi implantado o módulo de aquisição e o sistema passou para o formato MARC21. Em 1999 passou a usar os recursos da web disponibilizando o catálogo *online* e outras facilidades como reservas e renovações pela Internet.

Em meados de 2004 termina a parceria para desenvolvimento do *software* com a PUC-Rio, que permanece como usuária do *software* e membro da Rede. O Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas está entre os principais *softwares* pagos disponíveis no mercado brasileiro. A Associação Paranaense de Cultura, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, é detentora dos direitos autorais e produtora deste *software*. Foi desenvolvido com o objetivo de gerenciar todos os serviços de uma biblioteca de pequeno, médio ou grande porte e implementado na arquitetura cliente/servidor, com interface gráfica, utilizando banco de dados relacional SQL.

5. Considerações finais

Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de identificar como a usabilidade da interface do Sistema Integrado de Bibliotecas Pergamum contribui para a mediação e automação do acervo particular do escritor paraense Haroldo Maranhão relacionada com a busca e recuperação da informação por parte dos usuários nesta coleção. Mais precisamente, analisar como a informatização do acervo foi desenvolvida nesse ambiente da informação e de que forma os preceitos da usabilidade contribuem para o processo da mediação da informação. Hoje, a tecnologia da informação penetrou em todas as áreas do conhecimento

humano. Na biblioteconomia, foram criados *softwares* de automação específicos para as bibliotecas, que atuam em todas as suas atividades gerenciais e nos serviços disponibilizados.

Em uma biblioteca, o principal produto é a informação, o setor de processamento técnico é o responsável por tratar e fornecer essa informação aos usuários. Por isso, esse setor tem, provavelmente, a mais importante função dentro do ciclo documental. A catalogação é extremamente relevante, mas observou-se que sem a utilização de normas, padrões e formatos internacionais, ou ainda, sem fazer uso de terminologia adequada para a representação dos itens, ela pode prejudicar todo o processo de disseminação da informação. Como foi abordado, há algumas décadas, as bibliotecas realizavam todas as suas atividades através de processos manuais, dificultando suas tarefas e criando alguns obstáculos para os usuários, tanto no atendimento aos serviços, quanto na busca pela informação desejada. No entanto, os sistemas de automação precisam adotar normas, padrões e formatos aceitos internacionalmente para que possam compartilhar dados, participando assim da cooperação bibliográfica, poupando o tempo dos bibliotecários.

Além disso, os sistemas automatizados auxiliam os usuários na busca e recuperação da informação, através de seus catálogos, que disponibilizam uma infinidade de recursos. Nesse sentido, torna-se indispensável para um bom sistema de automação em qualquer tipo de biblioteca, seja ela universitária, especializada, pública ou comunitária, além de estar dentro das normas internacionais, procurar estar de acordo com o perfil de seus usuários. Todas essas mudanças alteraram o modo como as pessoas têm visto a biblioteca hoje em dia. Se antes era vista como antiquada e de difícil acesso à informação, agora, torna-se mais acessível, ágil e segura, atraindo o usuário, graças, principalmente, à automação e às diversas possibilidades de acesso à informação através dos catálogos *on-line*. Atenta-se também, para a necessidade de os bibliotecários estarem constantemente se atualizando em relação à área de automação, pois a tecnologia da informação continua avançando rapidamente e os profissionais da informação devem estar sempre acompanhando esta evolução para que sua biblioteca não fique estagnada no tempo. Informatizar uma biblioteca é um processo que vai além do complexo, pois se prossegue do exposto, envolve muitos outros aspectos como a falta de recursos humanos capacitados para auxiliar o bibliotecário nas atividades, bem como, equipamentos e Internet adequados.

Contudo, compreende-se que a usabilidade busca atender a satisfação do usuário de um sistema/site no sentido de produzir interfaces consistentes e de fácil acesso com elevados padrões de qualidade de uso, enquanto a mediação da informação está ligada às ações do profissional da informação voltadas para o usuário no sentido de solucionar suas necessidades informacionais. Contudo, considerando que a tecnologia pode desempenhar um importante papel nos processos de ensino e aprendizagem, entende-se o Sistema Pergamum como uma ferramenta de expressivo potencial para o processo de recuperação e mediação da informação fazendo com que o acervo fosse disponibilizado aos usuários da Biblioteca Pública Arthur Vianna e desse modo sanando a problemática inicial do artigo e chegando à conclusão que o objetivo, que era propor a disseminação e a recuperação das informações contidas neste acervo particular, foi atingido.

Referências bibliográficas

ANZOLIN, H. H.

2009 Rede pergamum: história, evolução e perspectivas = The pergamum network: history, evolution and perspectives. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*. [Em linha]. 14:2 (2009) 493-512. [Consult. 9 nov. 2022]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/66480>.

AUGUSTI, V.

2020 Biblioteca, coleção ou arquivo literário Haroldo Maranhão? *MOARA: revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras*. 53 (2020) 14-24.

BAEZA-YATES, R.; RIBEIRO-NETO, B.

1999 *Modern information retrieval*. Addison: Wesley Pub., 1999.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L.

2008 Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9º, São Paulo, 2008 - *Anais...* [Em linha]. [Consult. 28 nov. 2022]. Disponível em: <http://www.enancib2008.com.br>.

BRASILEIRO, F. S.; FREIRE, G. H. A.

2012 O Marketing e a arquitetura da informação para web no contexto do processo de mediação da informação. *Biblionline*. 8:nº esp. (2012) 161-174.

CARVALHO, S. S.

1986 O Processo de automação das bibliotecas universitárias: retrospecto histórico e análise. *Bibliopet*. 8:1 (jan./dez. 1986) 20-26.

CÔRTE, A. R. [et al.]

2002 *Avaliação de softwares para bibliotecas e arquivos: uma visão do cenário nacional*. 2ª ed. São Paulo: Polis, 2002.

CUNHA, I. S.

2019 *Mediação da informação e usabilidade: uma análise da interface do Catálogo Pergamum*. São Cristóvão, 2019.
Monografia na Graduação em Biblioteconomia e Documentação - Universidade Federal de Sergipe.

DIAS, T. M.

1998 Pergamum: sistema informatizado da biblioteca da PUC/PR. *Ciência da Informação*. 27:3 (set./dez. 1998) 319-328.

DUTRA, A. K. F.; OHIRA, M. L. B.

2004 Informatização e automação de bibliotecas: análise das comunicações apresentadas nos Seminários nacionais de bibliotecas universitárias: 2000, 2002 e 2004. *Informação & Informação*. 9:1/2 (jan./dez. 2004).

FERNEDA, E.

2003 *Recuperação da informação: análise sobre a contribuição da Ciência da Computação para a Ciência da Informação*. São Paulo, 2003.
Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação – Universidade de São Paulo.

FERREIRA, M. M.

2006 Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? *TransInformação*. [Em linha]. 18:2 (maio/ago. 2006) 113-122. [Consult. 8 nov. 2022]. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/673>.

FONSECA, E. N.

1987 Ciência da informação e prática bibliotecária. *Ciência da Informação*. 16:2 (jul./dez. 1987) 125-127.

GARCEZ, E. M. S.; RADOS, G. J. V.

2002 Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação a distância. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 31:2 (maio/ago. 2002) 44-51. [Consult. 9 nov. 2022]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12907.pdf>.

GOMES, C. G.

2005 *Avaliação da usabilidade do sistema Pergamum de gerenciamento de bibliotecas*. Arcos, 2005. Monografia na Graduação em Sistemas de Informação - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

GROGAN, D.

2001 *A Prática do serviço de referência*. Brasília: Briquet de Lemos-Livros, 2001.

KAFURE, I.; CUNHA, M.

2006 Usabilidade em ferramentas tecnológicas para o acesso à informação. *Revista ACB*. [Em linha]. 11:2 (ago./dez. 2006) 273-282. [Consult. 18 nov. 2022]. Disponível em: <http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/viewarticle.php?id=187layout=abstract>.

KREMER, J. M.

1985 Estratégia de busca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. 14:2 (set. 1985) 187-220.

LANCASTER, F. W.

1996 *Avaliação de serviços de bibliotecas*. Brasília: Briquet de Lemos-Livros, 1996.

LITTIERE, L.F.; RODRIGUES, J.C.

2008 *Avaliação sobre acessibilidade das informações contidas no website da Biblioteca da PUCPR: um estudo de caso*. 2008. [Não publicado].

MANGUE, M. V.

2007 *Consolidação do processo de informatização em sistemas de bibliotecas universitárias da África do Sul, Brasil e Moçambique*. Belo Horizonte, 2007. Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais.

MATSUMOTO, C. Y.

2006 A Importância do banco de dados em uma organização. *Maringá Management: revista de Ciências Empresariais*. [Em linha]. 3:1 (jun. 2006) 45-55 2006. [Consult. 28 nov. 2022]. Disponível em: <http://www.maringamanagement.com.br/novo/index.php/ojs/article/viewFile/58/30>.

MEDINA, J. S.

2010 *Três faces de Haroldo Maranhão: o leitor, o jornalista, o escritor*. Belém, 2010. Dissertação de Mestrado em Estudos Literários - Universidade Federal do Pará.

MELO, C. M. de O.; MELO NETO, J. A.

2014 Sistemas automatizados: discussões acerca de seus benefícios para as unidades de informação. *HOLOS*. 1 (2014) 152-169. [Consult. 9 nov. 2022]. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1433>.

MORIGI, V. J.; PAVAN, Cleusa

2004 Tecnologias de informação e comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 33:1 (jan./abril 2004) 117-125. [Consult. 8 nov. 2022]. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1075/o>.

MORIGI, V. J.; SOUTO, R. L.

2005 Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. *Revista ACB*. [Em linha]. 10:2 (jan./dez. 2005) 189-206. [Consult. 18 nov. 2022]. Disponível em: <http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/include/getdoc.php?id=490&article=31&mode=pdf>.

MOOERS, C. N.

1951 Zatocoding applied to mechanical Organization of Knowledge. *American Documentation*. 2:1 (1951) 20-32.

NIELSEN, J.

2007 Usability engineering. In LORANGER, H.; FURMANKIEWICZ, E. - *Usabilidade na Web: projetando websites com qualidade*. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2007.

NOVELLINO, M. S. F.

1996 Instrumentos e metodologias de representação da informação. *Informação & Informação*. [Em linha]. 1:2 (1996) 37-45. [Consult. 10 nov. 2022]. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603>.

NUNES, M. S. C.

2015 *Mediação da informação em bibliotecas universitárias brasileiras e francesas*. Salvador, 2015. Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação.

OLIVEIRA, C. C. V.

2008 A Interação de usuários com o catálogo on-line do Pergamum. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. Nova série, 4:2 (jul./dez. 2008) 73-88. [Consult. 9 nov. 2022]. Disponível em: <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/104>.

OLIVEIRA, C. C. V.; PERET FILHO, L. A.

2016 Organização e automação de acervo do centro de memória da faculdade de medicina. *Revista Analisando em Ciência da Informação*. [Em linha]. 4:2 (2016). [Consult. 8 nov. 2022]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/80875>.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C.

2013 *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª ed. [Em linha]. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. [Consult. 8 nov. 2022]. Disponível em:
<https://docentes.ifrn.edu.br/valcinetemacedo/disciplinas/metodologia-do-trabalho-cientifico/e-book-mtc>.

RIBEIRO, M. A.; ALMEIDA JUNIOR, O. F.

2022 Da mediação à apropriação da informação: um olhar para o usuário da informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 18:2 (2022) 1-17. [Consult. 10 nov. 2022]. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/202682>.

RODRIGUES, A. M. M.; PRUDÊNCIO, R. B. C.

2009 Automação: a inserção da biblioteca na tecnologia da informação. *Biblionline*. 5: 1-2 (jan./dez. 2009).

ROWLEY, J.

1996 *Organizing knowledge: an introduction to information retrieval*. 2nd ed. Vermont: Gower Publishing, 1996.

ROWLEY, J.

1994 *Informática para bibliotecas*. Brasília: Briquet de Lemos-Livros, 1994.

SANTOS, P. L. V. A. C.; PEREIRA, A. M.

2014 *Catálogo: breve história e contemporaneidade*. Niterói: Intertexto, 2014.

SANTOS JUNIOR, R. L. D.

2021 Identificação das principais temáticas de pesquisa ligadas à interação humano-computador discutidas na ciência da informação brasileira. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*. [Em linha]. 16:1 (2021) 1-27. [Consult. 10 nov. 2022]. Disponível em:
<https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/56132>.

SARACEVIC, T.

1996 Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 1:1 (jan./jun. 1996) 41-62. [Consult. 11 nov. 2022]. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>.

SOARES, O. G.; OLIVEIRA, S. M.

1985 A Biblioteca como sistema de comunicação. *Revista Comunicação Social*. 1:15 (jan./jun. 1985) 97-109.

SOUZA, N. A. B.

2013 *Benefícios da análise funcional na automação de bibliotecas: estudo de caso*. Brasília, 2013.
Trabalho de Conclusão de Curso no Bacharelado em Biblioteconomia - Universidade de Brasília.

SOUZA, R. R.

2006 Sistemas de recuperação de informações e mecanismos de busca na web: panorama atual e tendências. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 11:2 (ago. 2006) 161-173.

TEIXEIRA, C. M. S.; SANTOS, J. C.

2006 O Processo de escolha de software nas bibliotecas universitárias de São Luís-MA. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2006, Salvador - - *Anais...* [Em linha]. 2006. [Consult. 8 nov. 2022]. Disponível em: http://www.snbu2006.ufba.br/resumos_aprovados.pdf.

WHITE, H.

1993 Fazemos, fazemos, fazemos e não sabemos porque as práticas de catalogação clamam por uma reavaliação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. 22:2 (jul./dez. 1993) 257-264.

WURMAN, R. S.

2005 *Ansiedade de Informação*. Brasília: Cultura, 2005.

Di Yvis Téó Calumby Bezerra | teocalumby@ufpa.br

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

A BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE, A DIVULGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E AS PERSPECTIVAS DE APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM SÃO LUÍS, MARANHÃO, BRAZIL

THE BENEDITO LEITE PUBLIC LIBRARY, THE DISSEMINATION OF INFORMATION SERVICES AND THE PERSPECTIVES OF APPROPRIATION OF CULTURAL HERITAGE IN SÃO LUÍS, MARANHÃO, BRAZIL

Maurício José Morais Costa | Bruno Fortes Luce | Maria Cleide Rodrigues Bernardino

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a15>

Resumo: Estudo que objetiva descrever como a Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) tem atuado na socialização das informações acerca de seus serviços e produtos no âmbito do Serviço de Referência e Informação (SRI), bem como as perspectivas de apropriação do patrimônio cultural em São Luís (MA), isto a partir de um estudo descritivo, de abordagem quantitativa e qualitativa, envolvendo gestores, profissionais e os participantes dos serviços educativos de mediação do patrimônio local. Aborda o Serviço de Referência e Informação (SRI) e a apropriação do patrimônio cultural. Afirma que a BPBL potencializa e conecta a população ludovicense com o patrimônio cultural. Reforça que o SRI proporciona à comunidade o contato com os documentos que compõem os acervos das bibliotecas e cria atividades que favorecem o crescimento comunitário. Advoga que é essencial pensar os Serviços Educativos (SE) como instrumentos de perpetuação das memórias, propagadas pela transmissão do conhecimento coletivo de outrora e vindouro.

Palavras-chave: Apropriação do patrimônio cultural; Biblioteca Pública Benedito Leite; Mediação do patrimônio em bibliotecas públicas; Serviço de Referência e Informação.

Abstract: This study aims to describe how the Benedito Leite Public Library (BPBL) has acted in the socialization of information about its services and products within the scope of the Reference and Information Service (RIS), as well as the perspectives of appropriation of cultural heritage in São Luís (MA), this from a descriptive study, of quantitative and qualitative approach, involving managers, professionals and participants in the educational services of mediation of local heritage. It addresses the Reference and Information Service (RIS) and the appropriation of cultural heritage. It states that the BPBL enhances and connects the Ludovicense population with cultural heritage. It reinforces that the RIS provides the community the contact with the documents that make up the collections of the libraries and creates activities that favor community growth. It advocates that it is essential to think of Educational Services (ES) as instruments for the perpetuation of memories, propagated by the transmission of collective knowledge of the past and the future.

Keywords: Appropriation of cultural heritage; Benedito Leite Public Library; Mediation of heritage in public libraries; Reference and Information Service.

1. Introdução

É notório que a globalização e o desenvolvimento das tecnologias foram determinantes para que uma verdadeira ‘revolução informacional’ fosse estabelecida, exercendo influência sobre distintas atividades. Em uma sociedade marcada por rápidas mudanças e em permanente movimento, cujo elemento fundante é o conhecimento, observa-se a necessidade de ações que contribuam com a atualização e, assim, permita aos cidadãos acompanhar tal crescimento.

Nessa significação, as bibliotecas de um modo geral viram suas atividades e rotinas serem modificadas, uma vez que a gestão e o processamento das coleções, tal e qual o atendimento de seus usuários foram alterados e intensificados pelos fenômenos históricos e sociais. Pinto (2016) frisa a alfabetização da população, a explosão documental e o avanço das tecnologias como fatores que motivaram usuários e bibliotecários a se tornarem protagonistas na orientação e avaliação de recursos e serviços oferecidos nas bibliotecas.

O protagonismo dos usuários conduziu a uma ênfase no desenvolvimento de atividades e serviços que os auxiliassem, posto serem criadores e consumidores ativos de conhecimento que, por seu turno, necessitara de assessoria e referência nas suas demandas informacionais (BOPP *et al.*, 2011; PINTO, 2016). Bibliotecas, arquivos e museus estão diante de um perfil diferenciado de público, marcados pela necessidade de realizarem análises críticas acerca do que veem, não mais satisfeitos com o simples acesso a objetos e documentos.

Sousa (2015) ressalta que o público tem se interessado em constatar as relações que os indivíduos estabelecem com a sociedade e, por conseguinte, com a cultura. Sendo assim, os bibliotecários e os demais profissionais tornam-se agentes de ação educativa e cultural. Diante das demandas e do papel que as bibliotecas têm em democratizar o acesso à informação, a área de referência ganhou notoriedade, pois é onde estão concentrados os serviços de orientação e assessoria aos usuários visando seu pleno usufruto dos recursos de informação, igualmente a solução de suas necessidades informacionais.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo descrever como a Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) tem atuado na socialização das informações acerca de seus serviços e produtos no âmbito do Serviço de Referência e Informação (SRI), bem como as perspectivas de apropriação do patrimônio cultural em São Luís (MA), isto a partir de um estudo exploratório e descritivo envolvendo gestores, profissionais e os participantes dos serviços educativos de mediação do patrimônio local.

2. O Serviço de Referência e Informação (SRI) e a apropriação do patrimônio cultural

O surgimento do Serviço de Referência (SR) tem suas origens no final do século XIX, relacionado a dois fatos: a universalização da educação e a expansão das bibliotecas públicas. Vindo a se popularizar no século XX, sobretudo em países anglo-saxões, posto que o ensino público e as bibliotecas crescendo em cidades industriais no Reino Unido e Estados Unidos, a indústria editorial também avança à medida que novos usuários se fazem presentes nas unidades de informação (MOTA, 2016; ACCART, 2012; BOPP *et al.*, 2011; GROGAN, 2001; MANGAS, 2007). ROSTIROLLA (2006) e chama atenção para a heterogeneidade, que as atividades de referência, podem contemplar, extrapolando a visão reducionista de que consiste apenas em consultas imediatas por parte dos usuários.

Complementa-se que o SR extrapola o pedido explícito de informação, mas assume a face de uma ação organizada e planejada, na perspectiva de possibilitar a aprendizagem acerca das atividades da biblioteca, sobretudo proporcionar o acesso à informação por parte dos usuários. Desse modo, percebe-se a dimensão humana que ancora o processo, em razão da necessidade de interação entre o bibliotecário e o utilizador dos produtos e serviços da unidade de informação.

Tal conceito explicita a mudança de postura, comportamentos, atitudes e objetivos do SR, uma vez que insere a função informacional nas bibliotecas, como bem acentua Almeida Júnior (2013). Macedo (1990) trata o bibliotecário de referência como um ‘interpretador’, responsável por tornar o SRI um departamento da unidade de informação, dotado de metodologias e sistemáticas próprias.

Destarte, as bibliotecas devem ir além do simples fornecimento de dados fragmentados aos seus principais clientes, na expectativa de garantir a plena ciência destes quanto aos diferentes recursos postos. As bibliotecas, em sua maioria têm se tornado mais dinâmicas, devendo, esta ser a postura a ser buscada constantemente, no sentido de fomentar a proatividade e instrução de seus usuários quanto ao pleno aproveitamento dos serviços de informação.

Sousa (2015) corrobora, acentuando que as instituições de informação – entenda-se bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, etc. – devem prestar serviços à população com vistas a ampliar seu número de usuários, designadamente cativar novos públicos. Ao buscar isso, as bibliotecas acionam suas múltiplas funções, que não apenas de salvaguarda de informação. Realça-se a vocação pedagógica, a qual as bibliotecas devem pautar suas ações de captação, sensibilização e motivação de seus múltiplos usuários. Ao privilegiarem as práticas de cunho educativo, as bibliotecas públicas tornam-se capazes de trabalhar diferentes temáticas junto a seu público, exemplificando-se nas questões relacionadas ao patrimônio cultural local, mediante a realização de exposições, composição de um acervo especializado nesse domínio, culminando assim, em um ambiente informacional que fomenta a cidadania, a socialização, a formação, a criticidade, bem como o apelo à cultura e à apropriação de conhecimentos por meio de atividades inter e multidisciplinares.

Sousa (2015) ressalta as atividades realizadas pelos serviços educativos que conduzem os indivíduos a reconhecer o papel de instituições como a Biblioteca Pública Benedito Leite tem para o Estado do Maranhão, ao relacionar-se com fatores históricos, sociais e culturais locais, isto é, com seus patrimônios que não apenas o bibliográfico. Sousa (2015:18) afirma que

[...] os objetos, peças, documentos etc. que estas instituições salvaguardam são fontes e recursos de informação que nos permitem construir, através da sua análise, conhecimento do passado da humanidade, das nossas vivências e evoluções.

Pode-se observar uma série de substratos para os serviços educativos, tendo em conta que o acervo da Benedito Leite contempla não apenas materiais bibliográficos, mas também objetos artísticos, documentos raros, ou seja, elementos que permitem a reconstrução do passado do Maranhão, a identificação, reconhecimento e sensibilização dos patrimônios salvaguardados e difundidos pela instituição. Nesse sentido, avulta-se que no âmbito do SRI da Benedito Leite, indica-se os seguintes serviços de cunho educativo que fazem interface com o patrimônio cultural, material e imaterial de São Luís e do Maranhão, que por sua vez são objeto do SRI:

- a) Materiais Especiais, responsável pela coleção de periódicos impressos (jornais e revistas);
- b) Obras Raras, Microfilmes e Manuscritos raros;

- c) Escritório de Direitos Autorais (EDA), que dá condições para publicação e registro de obras de autores locais;
- d) Laboratório de preservação, higienização de acervo, incumbido higienizar, conservação e realizar ações de tratamento preventivo dos acervos raros da BPBL;
- e) Difusão Cultural;
- f) Seções de referência;
- g) Obras maranhenses;
- h) Setor de Acervo Infantil da Biblioteca Pública Benedito Leite (Biblioteca Infantil Viriato Correa);
- i) Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão (SEBP-MA);
- j) Visitas do Circuito de Visita Cultural da SECMA (Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão).

Tais seções da Benedito Leite são responsáveis pela dinamização das ações de mediação dos bens patrimoniais abrigados na instituição. Pontuam-se os referidos setores não apenas pela presença no roteiro de visita da BPBL, mas por se tratar de seções dotadas de grande responsabilidade no que diz respeito aos serviços educativos, que correspondem ao fim das ações administrativas e de planejamento. Desde as políticas culturais do Estado do Maranhão, perpassando os projetos voltados para as casas de cultura do Estado, bem como o que é planejado e implementado pela BPBL tem como fim tais setores, em especial o SRI, que executa todos os serviços de cunho educativo.

As bibliotecas públicas são determinantes para o desenvolvimento da sociedade justamente por se tratar de locais onde a transformação social conquista traços importantes, haja vista a sua responsabilidade em contribuir para a construção de leitores-cidadãos emancipados e competentes, subsidiados pelo conhecimento registrado, que está disponível para distintas interpretações. Por lidarem com diferentes públicos, necessidades e demandas, as instituições expandem sua missão educativa, tendo os Serviços Educativos (SE) como instrumentos para a efetivação de direitos.

3. *Percurso metodológico*

Com vistas a alcançar os objetivos, do ponto de vista metodológico, se trata de uma investigação com fins exploratório e descritivo, cuja moldura de análise e abordagem do problema foi qualitativa, com vistas a discutir os caminhos e estratégias pelos quais a BPBL tem atuado na socialização das informações acerca de seus serviços e produtos no âmbito do SRI, bem como as perspectivas de apropriação do patrimônio cultural em São Luís (MA). Por conseguinte, parte-se da pesquisa bibliográfica e documental, para discutir o entrelaçamento de biblioteca pública e patrimônio cultural.

Regida pelas recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA),

sob o Parecer de Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) nº 2.934.847, a coleta de dados foi realizada na BPBL entre os meses de agosto e setembro de 2019.

Foram investigados os usuários da BPBL que participaram dos serviços educativos. O *corpus* da pesquisa foi composto por 30% dos participantes dos serviços educativos da BPBL (COCHRAN, 1965). A pesquisa utilizou questionários mistos, compostos por questões abertas e fechadas, no sentido de compreender a percepção dos usuários acerca dos serviços educativos desenvolvidos pela instituição investigada, tendo em vista que “o questionário é um instrumento muito utilizado na coleta de dados [...]” como ressaltam Trigueiro *et al.* (2014:38). Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a Diretora da Biblioteca Pública e com 2 (duas) turismólogas responsáveis pelo desenvolvimento das atividades. A seleção dos entrevistados seguiu a técnica de amostragem intencional, ou seja, foram entrevistados apenas os profissionais que realizaram efetivamente os serviços educativos (PRODANOV *et al.*, 2013).

A coleta de dados ocorreu entre os meses de agosto e setembro, em dias cujos serviços educativos foram realizados na BPBL, uma vez que a instituição realiza agendamento prévio com os usuários por meio da Plataforma Circuito de Visita Cultural. Em face de tais instrumentos, o cruzamento dos dados teve suporte do *software* Nvivo voltado a análises qualitativas, bem com o Excel para tratamento dos dados quantitativos. A discussão dos dados adotou a análise de conteúdo de Bardin (2016), visto que fora realizada a categorização dos resultados, cujo conteúdo fora analisado, mediante diálogo com o referencial teórico que norteia o estudo, assim como os objetivos traçados para a investigação.

4. A Socialização de informações e as perspectivas de apropriação do patrimônio cultural em São Luís (MA) na BPBL

A apropriação do patrimônio cultural desejada, perpassa o reconhecimento dos bens patrimoniais pelos seus reais detentores, a população, visto que a própria educação patrimonial, destacada anteriormente deve ser algo integrado à vida das pessoas, as experiências além de educativas, precisam ser afetivas, como bem ressaltam Florêncio *et al.* (2014). Nessa perspectiva, pontua-se que é imprescindível o “[...] o reconhecimento e valorização de referências culturais pelas próprias comunidades detentoras como um processo coletivo e democrático de autoconhecimento, articulação e empoderamento social e local” (SIVIERO, 2014:32). Entretanto, para que ela aprimore suas ações, atividades e serviços educativos, é indispensável a avaliação destes.

As profissionais da BPBL foram indagadas sobre os instrumentos voltados ao controle de fluxo de usuários e visitantes, bem como o uso de produtos e serviços da instituição, as turismólogas indicaram o livro de frequência disponibilizado na entrada da instituição. No referido livro as pessoas são convidadas a informarem nome completo, idade, serviço utilizado e, a cidade de origem. Além disso, elas informaram que as visitas agendadas ou por demanda espontânea são listadas e inseridas no controle geral de visitas.

A Diretora destacou que no espaço infantil da Benedito Leite também se dispõe de um livro de registro de visitas, visto o prédio possuir duas formas de acesso. Cabe destaca, a importância da automatização dos produtos e serviços da BPBL, cujos inúmeros ganhos, está a geração de dados e importantes indicadores para a instituição. Ressalta-se que a

inserção das tecnologias de informação e comunicação nas bibliotecas, proporcionou não apenas a automatização de atividades e processos, mas, sobretudo condições para que os bibliotecários pudessem orientar e avaliar melhor seus recursos e serviços ofertados. O que não difere do que é realizado na Benedito Leite, segundo a Diretora:

“A biblioteca é toda **informatizada**, [...] então quantos empréstimos, quantas devoluções é só a gente fazer o somatório. [...]. Essas visitas guiadas [...] já vem no número de pessoas e os que não são agendados, eles fazem a assinatura no livro [...]” (DIRETORA, informação verbal, 2021, *grifo nosso*).

Todos esses dados são reunidos e mensalmente divulgados nos canais de comunicação da BPBL (*site* e Instagram). Como explicado pelas profissionais, os relatórios mensais e anuais também são alimentados com essas informações de visitas, agendamentos, dentre outras atividades. Todavia, sobre esses quantitativos, embora exigidos pela SECMA, não foi explicitada a finalidade, se servem de substrato para a destinação de recursos. Para a Benedito Leite esses dados servem de indicadores, por exemplo, é possível acompanhar o aumento de público da instituição nos últimos meses, bem como a quantidade de empréstimos realizados, cadastros de novos usuários, quantidade de visitas no mês. Portanto, servem de base para a formulação de projetos, atividades específicas, a partir das demandas cujos números refletem.

Pinto (2016) evidencia que o avanço dos recursos tecnológicos levou as bibliotecas públicas a assumirem um importante papel na sociedade, uma vez que a visão acumuladora e armazenadora de documentos dá lugar ao papel mediador sociocultural de tais instituições. O que explica a Benedito Leite dispor de laboratórios de informática, setor de informação utilitária para consulta de documentos e emissão de boletos, dentre outros serviços. Essa ampliação implica na necessidade de ressignificação de práticas, tal como expressos no manifesto da IFLA (1994:2) “Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática [...]”.

Almeida Júnior (2013) ressalta a importância dos estudos de usuários, cuja realização deve ser sempre buscada pelos profissionais atuantes nas bibliotecas públicas. Os instrumentos de avaliação geram parâmetros e indicadores que nortearão não apenas o SRI, mas a consecução dos objetivos da própria instituição. Todavia, ainda persiste uma grande problemática nas unidades de informação. Segundo o autor, os bibliotecários e demais profissionais apresentam certa dificuldade em reconhecer que é por meio da verificação dos serviços que se pode pensar em aprimoramento, em melhoria na atuação, ou seja, em eficiência. Os instrumentos de avaliação não visam subjugar bibliotecários e demais profissionais, tampouco questionar suas capacidades nas bibliotecas. Embora a avaliação pautar-se na análise da atuação, ela visa gerar insumos para aperfeiçoamento dos produtos e serviços, melhor direcionamento de ações, dentre outros (ALMEIDA JÚNIOR, 2013).

Nessa assertiva, as entrevistas foram indagadas acerca das estratégias e instrumentos de avaliação dos serviços educativos, ou seja, o que utilizam para avaliar, quais técnicas são adotadas, bem como o destino que dão as informações recolhidas no processo avaliativo. A Benedito Leite ainda não conta com um instrumento padronizado de avaliação das atividades e serviços educativos. Conforme ressaltam as turismólogas, a avaliação ainda está pautada na recolha de dados referentes aos agendamentos. As informações são provenientes da Plataforma Circuito de Visita Cultural, conforme Fig. 1:

Fig. 1 – Tela de agendamento do Circuito de Visita Cultural

AGENDAMENTO DE VISITAS

Tipo do grupo Quantos Participantes? Faixa etária média dos visitantes (mín. 7 anos)

Haverá pessoas deficientes?
 SIM NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Nome ou Razão Social (conforme consta no Ct) Nome Fantasia CNPJ (somente números)

Endereço

CEP Cidade Selecione seu Estado

Telefone Celular

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

Nome Completo (Conforme consta na Carteira de Identidade) CPF (somente números)

e-mail Repita seu e-mail

O responsável será o mesmo a coordenar a visita?
 SIM NÃO

SOLICITAR RESERVA

Fonte: MARANHÃO (2021).

A Benedito Leite recebe as planilhas com as informações presentes na plataforma, onde são realizados os agendamentos, como: a tipologia do grupo (agência de turismo, escola, associação, universidade ou outro); a quantidade de participantes; a faixa etária dos participantes; a informação quanto à presença de pessoas com deficiência. Em seguida, a plataforma solicita informações e do responsável pelo agendamento. Antes de finalizar o agendamento, é necessário verificar a disponibilidade da casa para receber o grupo, conforme pode ser observado na Fig. 2:

Fig. 2 – BPBL no centro de São Luís e Partenon de Atenas – Grécia

Faça sua reserva NOVEMBRO DE 2019

Escolha seu circuito, uma data com o turno pretendido e preencha o formulário abaixo.

DIAS	CIRCUITO	
	MATUTINO	VESPERTINO
Sex 15	<input type="radio"/> Livre Biblioteca Publica Benedito Leite	<input type="radio"/> Livre Biblioteca Publica Benedito Leite
Sab 16	Reservado Biblioteca Publica Benedito Leite	Reservado Biblioteca Publica Benedito Leite
Dom 17	Reservado Biblioteca Publica Benedito Leite	Reservado Biblioteca Publica Benedito Leite
Seg 18	<input type="radio"/> Livre Biblioteca Publica Benedito Leite	<input type="radio"/> Livre Biblioteca Publica Benedito Leite
Ter 19	<input type="radio"/> Livre Biblioteca Publica Benedito Leite	<input type="radio"/> Livre Biblioteca Publica Benedito Leite
Qua 20	<input type="radio"/> Livre Biblioteca Publica Benedito Leite	<input type="radio"/> Livre Biblioteca Publica Benedito Leite
Out 21	Reservado Biblioteca Publica Benedito Leite	Reservado Biblioteca Publica Benedito Leite
Sex 22	<input type="radio"/> Livre Biblioteca Publica Benedito Leite	<input type="radio"/> Livre Biblioteca Publica Benedito Leite
Sab 23	Reservado Biblioteca Publica Benedito Leite	Reservado Biblioteca Publica Benedito Leite

Fonte: MARANHÃO (2021).

Como pode-se observar, a Plataforma não oferece para os gestores das casas, em especial a Biblioteca Benedito Leite, nenhum recurso de avaliação das visitantes, tampouco para os seus visitantes. Todavia, a Diretora destacou que estão desenvolvendo um instrumento, que por sua vez, será disponibilizado para as 32 casas que integram o Circuito de Visita Cultural. A SECMA está interessada em utilizar a própria plataforma para essa recolha de informações. O intento é coletar além de dados quantitativos sobre as visitas, informações relacionadas às atividades desenvolvidas, como por exemplo:

“A casa está atendendo bem, a casa que não está atendendo bem, então foi uma solicitação dos gestores, para que tenha, esse formulário seja disponibilizado, para que cada pessoa, lógico que não vai ser obrigatório, cada instituição que fez a visita ela vá fazer depois a avaliação de como foi aquela visita” (DIRETORA, informação verbal, 2021).

Desse modo, as instituições que integram o Circuito de Visita Cultura da SECMA poderão avaliar com maior profundidade as ações que têm desenvolvido em suas casas de cultura. Com isso, a Benedito Leite avança nesse sentido, visto ser necessário “[...] analisar a relação do que se avalia com o todo externo, com a sociedade [...]. Impossível avaliar sem considerar o todo social” (ALMEIDA JÚNIOR, 2013:182). Reforça-se que as estratégias de avaliação são imprescindíveis para que a Benedito Leite aprimore suas ações e consecução de objetivos.

Todas as informações coletadas na Benedito Leite são encaminhadas para a Secretaria de Estado da Cultura, todavia eles não têm uma finalidade específica, e como ressalta uma das turismólogas, trata-se apenas de procedimento burocrático. Segundo elas, a atenção maior aos dados de visitas e fluxo de usuários e dado por parte da direção.

Dentre os mecanismos que a Benedito Leite tem para levar suas ações, para além de sua sede na Praça do Pantheon, são os meios de comunicação e divulgação. No cenário cada vez mais complexo pelo avanço das tecnologias, a divulgação e as mídias são determinantes para um maior alcance popular. Sobre isso, as participantes foram questionadas acerca dos materiais utilizados para propagação dos produtos e serviços da BPBL, bem como os métodos priorizados para tal.

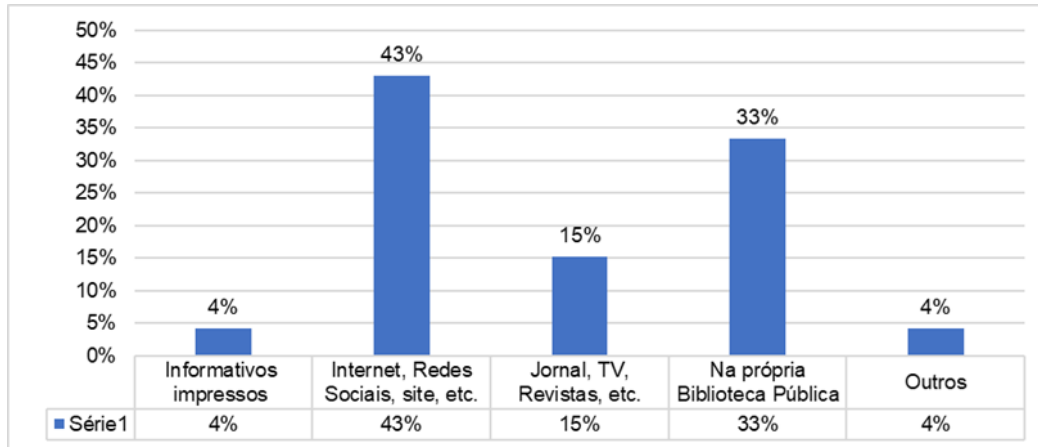
Segundo as turismólogas, a Benedito Leite não produz mais materiais impressos, como por exemplo, *folders*, anúncios, guias, entre outros. Segundo a Diretora, um dos principais recursos de divulgação é o *site* da instituição, cujo desenvolvimento e manutenção é em parceria com a Secretaria de Estado da Comunicação. Com a expansão das mídias digitais, a BPBL tem utilizado muito as redes sociais, em especial o Instagram.

A Diretora ressalta que a Benedito Leite tem priorizado a produção de *banners* e *cards* virtuais para serem disseminados em aplicações como WhatsApp, Instagram e Facebook. Tanto por não onerar tantos custos para a instituição, quanto pela consciência ambiental, justamente por não se produzirem mais materiais impressos, cujo alcance é inferior aos das mídias sociais. Para Meucci *et al.* (2005:4) a Internet possibilitou que as construções identitárias oferecessem um novo espaço social, o ciberespaço possibilita múltiplos usos da informação e, tem sido privilegiado pelas pessoas para tal.

A ida da Benedito Leite para as redes sociais foi de grande contribuição para a divulgação das ações da instituição. Ao se resgatarmos, por exemplo, dados dos questionários aplicados aos visitantes e usuários da BPBL, grande parte ressaltou ser a Internet a principal fonte de

informação acerca de seus produtos e serviços, cujos resultados podem ser observados no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Como recebe informações da Biblioteca Benedito Leite?



Fonte: Questionários (2021).

Como pode ser visualizado no Gráfico 1, grande parte – 43% - dos participantes da pesquisa, oriundos dos serviços educativos, destacou que utiliza a Internet, redes sociais, *sites*, dentre outros para obter informações da Benedito Leite. Com isso, reconhece-se o potencial das mídias sociais para o compartilhamento das ações da instituição. Desse modo, ressalta-se que a BPBL se projeta no perfil no Facebook e no Instagram, por exemplo, não apenas como um espaço de educação e cultura e sim também como um ator importante e influenciador na sociedade, por meio do símbolo educativo e cultural que ela representa.

Desse modo, afirma-se que “[...] as bibliotecas tenham que ter um site, de preferência institucional, específico na internet devam criar contas nas redes sociais, como o Facebook por exemplo” (SANTOS NETO *et al.*, 2017:463), na perspectiva de se estabelecerem vínculos maiores e o compartilhamento de ações e conteúdos distintos. Isto se deve ao fato de que grande parte dos usuários não têm hábito de visitarem os sites institucionais, demandando informações ágeis na grande rede, como destaca a Diretora da Benedito Leite, ao dizer que:

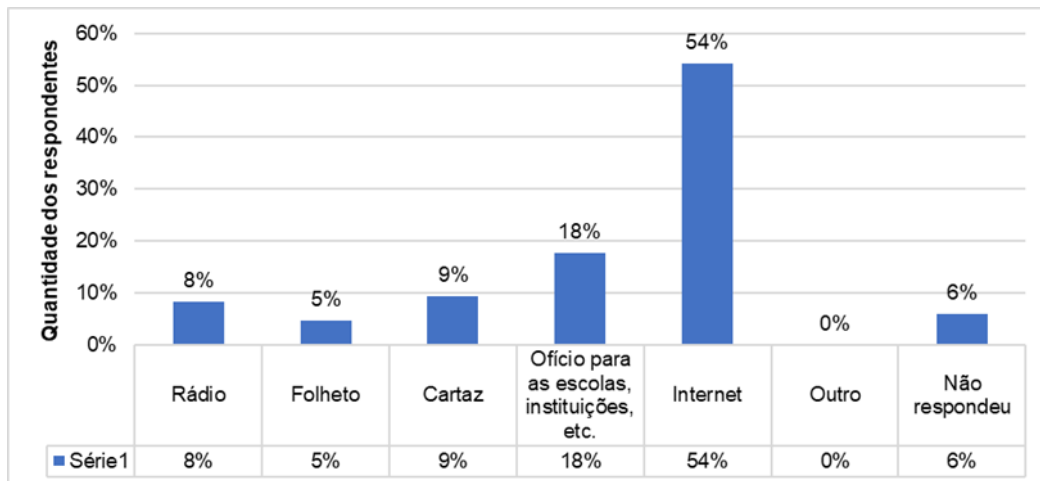
“[...] as redes sociais hoje têm contribuído, Instagram [...] como o apelo foi muito grande, as próprias comunidades pedindo foi liberado e foi muito melhor para a gente. A gente conseguiu um público adolescente [...]” (DIRETORA, informação verbal, 2021).

Todavia, não foi uma tarefa fácil criar um perfil para a Benedito Leite no Instagram. Segundo a Diretora foram realizadas consecutivas solicitações e justificativas, tendo em vista a necessidade de acompanhamento por parte da Secretaria de Comunicação Social e Assuntos Políticos (SECAP). A ausência de uma assessoria de comunicação própria, gerou para a instituição, além de uma demanda a mais para administrar, o desafio de manter a padronização recomendada pela SECAP, visto se tratar de um canal de comunicação institucional. Para conseguir manter um fluxo de postagens e divulgações, a BPBL tem o suporte dos profissionais de Tecnologia da Informação, incumbidos de elaborar os *cards* e

demais materiais publicitários, conforme o padrão do Governo do Maranhão, evitando a dependência da assessoria de comunicação da SECAP.

Nessa assertiva, destaca-se que a crescente presença da instituição nas redes vai ao encontro das demandas dos usuários e visitantes, quando indagados no questionário acerca de qual seria o melhor canal de divulgação dos produtos e serviços da Benedito Leite, cujos resultados podem ser observados no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Qual seria o melhor canal para divulgação dos produtos e serviços da BPBL?



Fonte: Questionários (2021).

É necessário o investimento em redes sociais, por se tratar de um dos principais canais de comunicação com os usuários e visitantes, e conforme explicitam Novelli, Hoffman e Gracioso (2011), elas têm contribuído de forma significativa para a aproximação e apropriação dos usuários sobre o que as bibliotecas têm desenvolvido. Nessa assertiva, o próprio perfil da Benedito Leite, desde sua criação em janeiro de 2019, tem publicado uma série de ações, desde os números mensais, até os projetos a serem desenvolvidos, convites para atividades, dentre outras ações. As ações da BPBL foram alvo do fechamento das entrevistas realizadas com as turismólogas e a diretora, visto se tratar de oportunidades e potenciais abordagens do patrimônio cultural, e, por conseguinte contribuir com a preservação da memória maranhense.

As entrevistadas foram questionadas acerca da adaptação, alteração ou reformulação das atividades e serviços que já desenvolvem, bem como os projetos futuros que a Benedito Leite tem interesse em desenvolver, se estes contemplam ou têm relação com o patrimônio cultural, a identidade e a memória do Maranhão.

As turismólogas foram enfáticas ao ressaltarem a necessidade de reformulação dos serviços educativos, em especial a visita realizada no Circuito de Visita Cultural. Segundo elas, a visita é muito mecânica e pautada em uma sequência inalterável de setores, se tonando uma visita enfadonha e cansativa para os próprios visitantes. Como alternativa, a Turismóloga 2 destaca que os visitantes deveriam ter mais autonomia, ou seja,

“[...] se a escola pudesse chegar e escolher, acho que a gente até falou isso ainda há pouco, se eles pudessem escolher para onde eles iriam, e a gente

“pudesse também implantar outras atividades [...]” (TURISMÓLOGA 2, informação verbal, 2021).

A Diretora, por sua vez, reforça a necessidade de parcerias da Benedito Leite com outras instituições e profissionais. Para ela, as ações que a instituição desenvolve têm dado bons resultados, embora sejam realizadas algumas reformulações e adaptações, as parcerias são fundamentais para o fortalecimento dos serviços e produtos já ofertados. Dentre as estratégias pensadas para esse novo momento que a BPBL vive, está o trabalho de sensibilização das comunidades e cidades onde os Faróis do Saber estão sendo inaugurados.

Ao todo a Benedito Leite coordena, por intermédio do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Maranhão (SEBP-MA), 94 faróis, que ficaram fechados por anos. Recebidos totalmente abandonados e depredados, foram reformados, tiveram seus acervos atualizados e reestruturados. A diretora ressalta o desafio de conscientizar a população quanto à preservação desses espaços. Embora a BPBL tenha uma visibilidade maior na capital, essa visibilidade precisa alcançar o interior,

“[...] para que as pessoas comecem a entender que aquele equipamento de cultura importante, é da comunidade e que deve ser preservado” (DIRETORA, informação verbal, 2021).

Além das ações de sensibilização para o patrimônio presente nos Faróis do Saber, as turismólogas destacaram um dos projetos que desejam implementar na Benedito Leite. A ideia seria adaptar o programa ‘Turismo Educativo’ desenvolvido pela Secretaria Municipal de Turismo, onde importantes personagens históricos iam para as escolas trabalhar o patrimônio cultural, mediante a metodologia de educação patrimonial. Trazer esse projeto com uma nova roupagem para a BPBL seria de grande contribuição, visto seu tempo de existência e sua representatividade no Estado do Maranhão.

A proposta de um roteiro com personagens históricos, similar ao Passeio Serenata Histórica¹, em que atores interpretam personagens históricos que viveram em São Luís, cujas paradas em pontos turísticos do Centro Histórico proporcionam aos participantes uma verdadeira viagem no tempo, possibilitando a rememoração de importantes acontecimentos locais, que por sua vez realizado na Benedito Leite pode contribuir para a apropriação do patrimônio cultural, para o fortalecimento dos vínculos dos indivíduos com a instituição, bem como a preservação da memória, a partir de ações mnêmicas em seu interior e fora dela.

Também é de interesse das turismólogas a composição de um espaço voltado para o Turismo, ao lado do SRI, na entrada da BPBL. Segundo elas, seria uma fonte de informação

¹ Projeto realizado pela Prefeitura de São Luís, onde a população terá a oportunidade de conhecer, de forma diferenciada, a história, lendas e belezas da capital maranhense. Toda a população pode acompanhar o passeio, que tem como ponto de partida a Praça Benedito Leite. A atividade faz parte do Programa Férias Culturais, uma iniciativa coordenada pela Secretaria Municipal de Turismo (SETUR). O cortejo é realizado pelo Centro Histórico da capital, com pequenas paradas em frente aos principais pontos históricos. Outro detalhe é a proximidade do público com os artistas, que encenam histórias reais de antigos moradores da capital maranhense, que marcaram época; entre eles estão Ana Jansen, Baronesa de Grajaú, Daniel de La Touche, Catarina.

para os turistas, que se reaproximaram da praça com a reforma do Complexo Deodoro. Observa-se, assim, a relação entre o espaço do centro da capital, o qual fora requalificado, tornando-se um ambiente de expressivo atrativo turístico. Outrossim, cabe pontuar que a instituição, ainda que possua forte apelo turístico, também se constitui território de fomento a práticas leitoras e de mediação cultural, ao passo em que recebe diferentes manifestações da cultura local (COUTINHO *et al.*, 2016).

Nesse sentido, a BPBL desvela seu potencial para o turismo literário maranhense, justamente por iniciativas com essa motivação, como por exemplo, a criação de uma coleção só com obras de Gonçalves Dias, contendo desde manuscritos raros até grandes títulos escritos pelo autor de origem maranhense (SALVADOR *et al.*, 2011). As turismólogas destacaram o interesse em desenvolver discussões voltadas para as manifestações populares locais, como por exemplo o Tambor de Crioula, o patrimônio imaterial, bem como rodas de conversa voltadas para tais temáticas, conforme pode ser observado na Fig. 3:

Fig. 3 – Registros da atividade ‘Terça do Cordel’



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite (2022).

A proposta de trazer para a Benedito Leite ações voltadas para o patrimônio imaterial, na figura das manifestações populares, inclusive tituladas pela UNESCO como Tambor de Crioula e Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão², ressalta o papel da instituição no reconhecimento e valorização desses bens. Enquanto espaço de relações intersubjetivas, a BPBL deve mediar de forma igualitária não somente os bens bibliográficos e documentais que estão sob sua guarda, mas as distintas manifestações e expressões da cultura maranhense, a qual traz as múltiplas matizes dos saberes e fazeres locais, os quais estão em constante processo de imbricação e mutação, dinâmica explicada por Pierre Nora, o qual acentua que os lugares de memória são “Lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente entrelaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiritual do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel [...]” (NORA, 1993:22).

² Para maiores informações acerca dos bens reconhecidos por sua imaterialidade, consultar *Lista do Patrimônio Imaterial do IPHAN*, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ma/pagina/detalhes/547> [consult. 10 nov. 2022].

Essa separação que não existe na ótica da Diretora da Benedito Leite, segundo ela não tem como fazer essa quebra, pautada inclusive na missão da instituição, que é o de formar leitores e preservar a memória cultural e bibliográfica do Maranhão. Para ela, é algo nato da rotina da BPBL, desde o processo de formação de coleção, até os planejamentos que são realizados, não há nenhum tipo de segregação, o patrimônio cultural, a memória e identidade são domínios intrínsecos no fazer da BPBL. A biblioteca, mediante suas ações, potencializa e consegue conectar a população ludovicense e maranhense com o patrimônio cultural, pois, como destacam Florêncio *et al.* (2014), se trata de um equipamento público onde as práticas de aprendizagem e educação para o patrimônio encontra terreno, assim como centros comunitários, teatros, museus, dentre outros espaços. Parte-se, então, para o fim de todas as ações, projetos, produtos e serviços pensados e executados pela gestão e pelos profissionais atuantes na Benedito Leite – os usuários.

5. Considerações finais

Após a discussão dos resultados e intento de alcançar o objetivo geral deste estudo, afirma-se que o SRI, ao prestar SE, proporciona à comunidade não apenas o contato com os documentos que compõem os acervos das bibliotecas, mas criam atividades que favorecem o crescimento comunitário e, por sua vez, impulsionam outros serviços ofertados pelas entidades. Por exemplo, a Biblioteca Pública Benedito Leite, ao dinamizar uma exposição de obras maranhense, direciona os novos autores locais ao setor de Direitos Autorais, onde estes podem registrar suas produções.

As bibliotecas públicas deixam, então, de serem repositórios documentais passivos e solidificam sua posição na comunidade, pois tornam-se espaços de interação crítica e obtenção de conhecimentos. Além de lugares de encontros, afetos e intersubjetividades, compõem-se em ambientes criadores e potencializadores de capital social. Os acervos bibliográficos são tanto portadores de informações, como locais de conhecimento acerca do passado e do presente de um determinado povo, atuando justamente na apropriação de patrimônios transmitidos e fundamentais para o futuro que se pretende construir.

Portanto, cabe às bibliotecas públicas, mediante os SE no âmbito do SRI, promover a tomada de consciência quanto à importância do patrimônio cultural, o que consequente irá favorecer tanto a salvaguarda, quanto a divulgação e a apropriação dos acervos, coleções, em outras palavras, o patrimônio bibliográfico. É essencial pensar os SE como instrumentos de perpetuação das memórias de um povo, propagada pela transmissão do conhecimento coletivo de outrora e vindouro. Porquanto, a mediação do bibliotecário é fundamental, pois pensar o SE como um dos serviços desenvolvidos no setor de referência, pressupõe reconhecer os parâmetros específicos que permeiam o processo de recuperação da informação, linguagem documentária, bem como as metodologias adequadas para realização de atividades junto aos usuários.

Referências bibliográficas

ACCART, Jean-Philippe

2012 *Serviço de referência: do presencial ao virtual*. Brasília, DF: Briquet de Lemos-Livros, 2012.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de

2013 *Biblioteca pública: avaliação de serviços*. Londrina: Eduel, 2013.

BARDIN, Laurence

2016 *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE

2023 *Terça do Cordel*. [Em linha]. São Luís: SECMA, 2023. [Consult. 20 abr. 2023]. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=foto_estendida&id=191.

BOPP, Richard E. [et al.] ed.

2011 *Reference and Information Services: an introduction*. 4th ed. Englewood, Colorado: Libraries Unlimited, 2011.

COCHRAN, William G.

1965 *Técnicas de amostragem*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

COUTINHO, Fernanda Naves [et al.]

2016 Turismo literário: uma análise sobre autenticidade, imagem e imaginário. *Albuquerque: revista de História*. 8:16 (2016), 31-50.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim [et al.]

2014 *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

GROGAN, Dennis

2001 *A Prática do serviço de referência*. Brasília, DF: Briquet de Lemos-Livros, 2001.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS; UNESCO

1994 *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas*. [Em linha]. Haia: IFLA, 1994. [Consult. 20 jan. 2023]. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>.

MACEDO, Neusa Dias de

1990 Princípios e reflexões sobre o serviço de referência e informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. 23:1-4 (1990) 9-37.

MANGAS, Sérgio Filipe Agostinho

2007 Como planificar e gerir um serviço de referência. *Biblios*. 28 (2007) 1-31.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura

2021 *Casas de Cultura*. [Em linha]. São Luís: SECMA, 2021. [Consult. 22 abr. 2023]. Disponível em: <https://cultura.ma.gov.br/casas-cultura>.

MEUCCI, Artur [et al.]

2005 A Criação de identidades virtuais através das linguagens digitais. In CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28^o, São Paulo, 2005 - *Anais...* São Paulo: Intercom, 2005.

MOTA, Ana Sofia de Sousa Machado

2016 *O Serviço de Referência nas bibliotecas públicas em Portugal*. Évora, 2016.
Tese de Doutorado - Universidade de Évora.

NORA, Pierre

1993 Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. 10 (1993).

NOVELLI, Valéria Aparecida Moreira; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; GRACIOSO, Luciana de Souza

2011 Mediação da informação em websites de bibliotecas universitárias brasileiras: referencial teórico. *Informação & Informação*. 16:3 (jan./jun. 2011) 142-166.

PINTO, Alejandra Aguilar

2016 Os Serviços de referência: mudanças, desafios e oportunidades na sociedade da informação. In: *Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas*. Org. Anna Carolina Mendonça Lemos Ribeiro, Pedro Cavalcanti Gonçalves Ferreira. Brasília, DF: Ipea, 2016, p. 241-279.

PRODANOV, Cleber Cristiano [et al.]

2013 *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico*. 2^a. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSTIROLLA, Gelei

2006 *Gestão do conhecimento no serviço de referência em bibliotecas universitárias: uma análise com foco no processo de referência*. Florianópolis, 2006.
Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina.

SALVADOR, Denise [et al.]

2011 Turismo Cultural e Origens de um Povo: uma rota turística literária para a cidade de Fortaleza, baseada na obra "Iracema", de José de Alencar. In *Congresso "A Europa das nacionalidades : mitos de origem : discursos modernos e pós-modernos = Europe of nations : myths of origin : modern and postmodern discourses*. Coord. Maria Manuela Baptista, Larissa Latif, Rui Grácio. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2011, p. 188-189.

SANTOS NETO, João Arlindo dos [et al.]

2017 Bibliotecas universitárias das instituições estaduais de ensino superior paranaenses e a mediação da informação no Facebook. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 15:2 (2017) 442-468.

SIVIERO, Fernando Pascuotte

2014 Patrimônio cultural e educação: perspectivas cidadãs para outra esfera pública. In INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendência do Iphan na Paraíba. Casa do Patrimônio da Paraíba - *Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade*. João Pessoa: IPHAN, 2014, p. 32-41.

SOUSA, Dora Susana Simões de

2015 *O Serviço educativo em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação: um estudo de casos implementados na Região de Aveiro*. Porto, 2015.
Dissertação de Mestrado - Universidade Portucalense.

TRIGUEIRO, Rodrigo de Menezes [et al.]

2014 *Metodologia científica*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2014.

Maurício José Moraes Costa | mauriciojosemoraes@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Bruno Fortes Luce | brunofluce@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Maria Cleide Rodrigues Bernardino | cleide.rodrigues@ufca.edu.br

Universidade Federal do Cariri (UFCA), Brasil

Resumo: O artigo trata sobre o aspecto memorial da bibliografia filatélica brasileira. A pesquisa teve como objetivo analisar o *Catálogo de Selos Postais do Brasil* editado por Rolf Harald Meyer. O procedimento da pesquisa foi bibliográfico e documental. Os catálogos foram acessados numa biblioteca privada de um bibliofielista em Recife. A literatura científica foi acessada por meio da BRAPCI, da BDTD Capes e da SciELO. O levantamento resultou numa amostra de 31 edições do Catálogo produzidas entre 1975 e 2019. Essa amostra foi agrupada em 3 recortes temporais distintos: 1975 a 1986, 1987 a 1999 e 2000 a 2019 e os dados tabulados em Excel. Identificaram-se aspectos históricos e editoriais, dados sobre diagramação, impressão, constituição física e arquitetura das informações. Concluiu-se que o Catálogo tem sua marca consolidada no Brasil e no exterior. Representa o trabalho simbólico de saberes colaborativos entre colecionadores e comerciantes filatélicos. Propõe-se para futuros estudos que o Catálogo extrapola os estudos gráficos e de organização da informação e cabe no campo da transferência cultural de saberes transatlânticos e na história do livro. Ratifica o selo postal e seu regime de informação como objeto de pesquisa em diversas e distintas áreas¹.

Palavras-chave: Bibliografia; Catálogos; Filatelia; Memória; Selos postais.

Abstract: The article deals with the memorial aspect of the Brazilian philatelic bibliography. The research aimed at analyzing the *Catalog of Postage Stamps in Brazil* edited by Rolf Harald Meyer. The research procedure was bibliographic and documentary. The catalogs were accessed in a private library of a bibliophilist in Recife. Scientific literature was accessed through BRAPCI, BDTD Capes and SciELO. The survey resulted in a sample of 31 editions of the Catalog produced between 1975 and 2019. This sample was grouped into 3 different time periods: 1975 to 1986, 1987 to 1999 and 2000 to 2019 and the data tabulated in Excel. Historical and editorial aspects, data on layout, printing, physical constitution and information architecture were identified. It was concluded that the Catalog has its brand consolidated in Brazil and abroad. It represents the symbolic work of collaborative knowledge between philatelic collectors and traders. It is proposed for future studies that the Catalog goes beyond graphic studies and information organization and fits into the field of cultural transfer of transatlantic knowledge and the history of the book. It ratifies the postage stamp and its information regime as an object of research in several and different areas.

Keywords: Bibliography; Catalogues; Memory; Philately; Postage stamps.

1. Introdução

Esse artigo expõe resultados parciais da pesquisa de mestrado intitulada *Memória e Representação na Filatelia Brasileira: análise do Catálogo Rolf Harald Meyer - RHM (1975-2019)*. A pesquisa foi realizada entre 2018 e 2020 no Programa de Pós-Graduação

¹ A pesquisa de Mestrado em Ciência da Informação, que resultou neste artigo, teve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Os pesquisadores agradecem ao colecionador de literatura filatélica brasileira (bibliofielista), por ceder acesso ininterrupto ao seu acervo privado, em Recife (PE), durante a pesquisa.

em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ela constituiu ação integrada do Grupo de Pesquisa DasLab.

Com o propósito de entender a historicidade e a lógica organizacional adotada no catálogo e, conseqüentemente, da ampliação de seu alcance para além do campo filatélico-comercial, a problemática observada aponta para certa articulação entre o campo do colecionismo filatélico, suas práticas e seus discursos, e áreas de conhecimento científico como, por exemplo, mas não exclusivamente, a Bibliografia, a Biblioteconomia, a Documentação, a História, a Antropologia, a Arqueologia, a Arquivologia, a Comunicação e a Ciência da Informação.

O estudo e o estabelecimento de diretrizes para a representação documental influencia diretamente na qualidade do serviço de representação, de modo a torná-la fidedigna à realidade contextual, na qual os documentos estão inseridos. Ainda, promove maior possibilidade de acesso ao conjunto de informações históricas, sociais, culturais e econômicas que estão contidas nesses documentos auxiliando colecionadores, pesquisadores, professores, estudantes e profissionais da informação, em particular, bem como o público em geral.

Assim, partindo dos pressupostos de que (1) existem indivíduos com graus distintos de conhecimento no campo da Filatelia e que (2) o contexto de produção e sistematização do *Catálogo RHM* pode influenciar as práticas do colecionismo filatélico, fez-se o seguinte questionamento: quais são as mudanças ocorridas nos modos de organização das espécies documentais no *Catálogo RHM* considerados os seus aspectos históricos e editoriais no período de 1975 até 2019?

Desde os anos de 1970, quem estuda a história do livro, considera esse artefato tanto como resultado ou materialização de culturas quanto criador de narrativas que influenciam culturas. Esse movimento nasce no campo da História, mas expande-se para outras áreas de conhecimento.

Nesse sentido,

lo que más interesa es la história del libro cómo incide en los saberes individuales y colectivos de las sociedades. La historia del libro se ha convertido en la historia de la lectura del libro y de los procesos que hacen de tal lectura parte del fundamento de las prácticas de grupos e individuos (OMAR ACHA, 2000:62).

Por sua vez, sob uma perspectiva científica que dialoga com a Ciência da Informação no Brasil a bibliografia textual (HORCH, 1978) está relacionada a uma concepção teórica britânica, em que livros podem ser estudados enquanto artefatos de certa cultura material articulada com a produção e circulação de conhecimento eurocêntrico, assim permitindo a identificação de pistas de sua trajetória.

La bibliografía o ciencia del libro se propone buscar, identificar, describir y clasificar los documentos para elaborar repertorios que faciliten el trabajo intelectual. Desde esta perspectiva, los estudios y repertorios bibliográficos se centran más en la estructura interna de los libros que en su elaboración material, por lo que los límites son culturales y se ciñen a unas etapas

históricas, que pueden variar de unos países a otros (REYES GÓMEZ, 2005:39-40).

Por outro lado, é possível um modo de análise de texto, na qual características imanentes (descrição física e química) e transcendentais (articulação com outros artefatos e engajamento social), do objeto informacional, seja livro seja outro artefato bibliográfico, criem as condições para um detalhado estudo da intra e intertextualidade bibliográfica, consideradas certas particularidades distintivas entre mesmas edições, por exemplo (GASKELL, 2012).

Logo, é neste sentido último que, de forma inédita no Brasil, uma pesquisa analisa uma série editorial filatélica articulada com conhecimentos científicos. Duas importantes obras no cenário nacional foram úteis para essa percepção, a saber: Bragança e Moreira (2005) e Bragança e Abreu (2010). Dito isso, a pesquisa teve como objetivo geral investigar os aspectos históricos e editoriais no decorrer da história editorial do *Catálogo de Selos do Brasil*, nas edições de 1975 a 2019. Ao considerar o conjunto das edições do *Catálogo RHM*, a pesquisa pode ser justificada porque constitui não, apenas, a valorização do livro e do processo editorial, mas, também, a possibilidade de pesquisas sobre a bibliodiversidade e a bibliografia política seja no campo acadêmico seja na esfera do colecionismo, ou melhor ainda, na sua interseção.

2. Procedimentos metodológicos

A pesquisa quanto ao seu objetivo caracteriza-se como exploratória, já que pretende uma maior aproximação e familiarização com o objeto da pesquisa investigado. Uma característica forte da pesquisa exploratória fica evidente na relação entre o objeto pesquisado e o olhar do pesquisador, relação esta que resulta na formulação de hipóteses e problemas de forma contínua podendo, por sua vez, acarretar na produção de conceitos e, até, de novas ideias.

O procedimento da pesquisa foi bibliográfico e documental, pois o objeto está materialmente constituído de 31 livros (edições do *Catálogo de Selos do Brasil RHM* – amostra da pesquisa), produzidos entre 1975 e 2019 (escopo temporal da pesquisa). Cada edição foi detalhadamente analisada enquanto a constituição física do livro, à arquitetura das informações e aos conteúdos. Foram feitas consultas, leituras, extração e análise de dados que resultaram numa planilha de Excel. O acesso a esse material bibliográfico foi possível a partir dum acervo particular de um bibliofilatelista da cidade do Recife, Estado de Pernambuco, no nordeste brasileiro, que possui uma biblioteca especializada de literatura filatélica brasileira, com mais de 400 livros e 600 periódicos. Em alguns momentos da pesquisa foram acessados endereços eletrônicos na Internet que tinham relação com o *Catálogo RHM*.

Durante a pesquisa foram realizadas leituras historiográficas para auxiliar na contextualização histórica e editorial do Catálogo. Foi estudada a literatura científica que trata sobre os aspectos teórico-metodológicos das áreas de Editoração, da Biblioteconomia e da Bibliografia. Ela foi acessada por meio da *Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação* (BRAPCI), da *Biblioteca Digital de Tese e Dissertações da CAPES* e da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Por fim, para fins didáticos da pesquisa e deste artigo o termo *filatelia*, em minúsculo, designa a prática de colecionismo e o termo *Filatelia*, com maiúscula, trata do campo de estudo acadêmico.

3. Aspectos históricos e editoriais do Catálogo RHM

A denominação *Catálogo de Selos do Brasil* tem duplo sentido. Numa primeira análise a nomenclatura designa uma prática pioneira na América Latina das culturas do colecionismo e do comércio filatélico brasileiro desde a segunda metade do século XIX. Essa designação aparece, por exemplo - e talvez pela primeira vez na literatura filatélica brasileira, na revista mensal *O Coleccionador de Sellos* (BELLIDO, 1896 *apud* CLUBE..., 2004:20). Esse início de classificação não era, exclusivamente, de selo postais, mas incluía os envelopes em que os selos eram colados.

Num segundo sentido, essa nomenclatura alude ao que foi produzido, particularmente, pelos comerciantes filatélicos brasileiros (ou estrangeiros que residiam no país). Assim, a partir da primeira casa comercial filatélica brasileira, João Luiz Costa e Filho, situada no nº 30 da Rua Buenos Ayres (antiga Rua do Hospício), no Rio de Janeiro, foi criada a condição para a publicação do primeiro catálogo de selos do Brasil, que custaria ao público 1\$000 réis. A confirmação dessa condição está registrada no *Catálogo de Preços Correntes* daquela casa comercial, em seu nº 39, página 36 de 1917, impressa pela 'Typographia Jornal do Commercio'.

Neste sentido, este estudo, em que pese o ineditismo de seu objeto nos estudos brasileiros e a pesquisa realizada por Salcedo (2013), certamente, cabe no que Abreu e Deaecto (2014) intitularam de “Circulação Transatlântica dos Impressos”, visto que os catálogos filatélicos indicam, por meio de análise de seus dados primários, múltiplas realidades e formas de conexão, neste caso editorial, filatélica e publicitária, entre o Brasil e os demais países que, particularmente, publicam anualmente os catálogos mundiais (Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos da América), desde o século XIX. Ainda a respeito desta possibilidade de estudos, vale lembrar que Salcedo (2013) trabalhou com dados que apontam para relações ultramar registradas em outros gêneros que constituem o discurso filatélico, mas que não estavam diretamente relacionados aos catálogos de selos, por exemplo como a experiência de colecionismo individual pode contribuir sobre os modos de circulação de diversos e distintos gêneros textuais dentro e fora de certos territórios, espaços, lugares, considerados diferentes períodos daquela prática colecionista.

Considerados os sentidos descritos anteriormente, interessa ao escopo deste artigo explorar como aquelas práticas são extensivas até à atualidade, por meio do *Catálogo de Selos do Brasil*, produto editorial da Editora Rolf Harald Meyer (RHM), complementando pesquisa que foi publicada anteriormente em Feitosa e Salcedo (2019). Neste texto ficou claro que o catálogo é, em paralelo às publicações periódicas de grupo de colecionadores organizados em clubes e associações, uma das produções filatélicas de maior credibilidade e alcance seja desde uma perspectiva mercadológica seja editorial.

Os catálogos filatélicos surgiram com o objetivo de listar preços para comerciantes de selos. Em alguns casos essa ainda é uma das suas funções, mas à medida que a filatelia se desenvolvia, houve um deslocamento de função social desses catálogos, ao acumular

informações adicionais sobre as peças filatélicas, tais como data de emissão, variações de cor e outras.

Com a grande utilização dos colecionadores, os catálogos passaram a ser aceitos enquanto obras de referência na prática filatélica, isto é, como a fonte da definição do que é ou não um selo autêntico, visto que alguns colecionadores não têm interesse por documentos que não estejam catalogados. Com o surgimento da Internet houve uma maior diversificação de fontes adicionais de informação filatélica, a tal ponto que alguns catálogos dispõem de uma versão *on-line*, incluindo o *Catálogo RHM*. Contudo, vale comentar que os catálogos antigos e impressos continuam a ser utilizados mundialmente pelos filatelistas, pois por vezes as obras clássicas contêm informações que não estão contidas nas versões mais modernas e nem todos os filatelistas ou colecionadores se preocupam com a evolução dos preços.

Em 1937 surge a primeira edição do então *Catálogo Bandeirante*, como foi chamado até o ano de 1948. De autoria de F. Schiffer, Leo Mandau e Martial Martins, posteriormente, passou a ser intitulado *Catálogo Schiffer*. Foram publicadas 33 edições até que o catálogo foi adquirido pelo filatelista e comerciante filatélico Rolf Harald Meyer (RHM), alemão radicado no Brasil, no ano de 1975. Desde então, a obra é conhecida como *Catálogo de Selos do Brasil* ou *Catálogo RHM* (terminologia utilizada popularmente no campo do colecionismo filatélico nacional e internacional). Vale ressaltar que após adquirido pela RHM, o catálogo passou por um processo de amadurecimento e predominância em relação aos outros catálogos brasileiros. Incorporou os catálogos Martial Martins (1941 a 1944) e *Bandeirante* (1937 a 1944) e tornou-se a obra de referência da área da Filatelia brasileira, tanto nacional quanto internacionalmente, ao servir de fonte para os catálogos mundiais.

Considerados os fatos que aludem aos processos comerciais e editoriais das empresas supracitadas, se justifica o escopo temporal da pesquisa, como explicado na *Introdução*, que ficou entre 1975 e 2019. Dessa forma, foram analisadas as 30 edições do *Catálogo de Selos do Brasil RHM* incluindo duas edições especiais. Nesse estudo foi possível analisar historicamente as mudanças ocorridas e o contínuo aperfeiçoamento do catálogo, com a inserção crescente da documentação filatélica. A obra apresenta uma série de notas históricas e informações pontuais sobre o processo de estruturação e editoração que auxiliaram a elaboração da cronologia abaixo (ver quadros 1 e 2). Knapp (1986) entende o conceito de editoração enquanto processo de construção de um determinado livro, por meio de processos distintos, que englobam desde a entrega do manuscrito até a sua distribuição final. O processo de editoração inclui “o conjunto de teorias, técnicas e aptidões artísticas e industriais destinadas ao planejamento, feitura e distribuição do produto editorial final” (DUMONT *et al.*, 1979:156).

As especificidades de cada processo editorial podem variar de acordo com o método de trabalho adotado por cada editora. Contudo, Knapp (1986) indica cinco etapas principais para que as ideias de um autor tornem-se produto consumível no mercado editorial, a saber: 1) os originais ou manuscritos; 2) a revisão; 3) a diagramação, ou organização do texto do livro de acordo com o formato e projeto gráfico planejado; 4) a aprovação ou revisão final; 5) a impressão, que inclui uma impressão de prova para a capa e para o miolo, para conferir se está tudo certo e evitar erros em todas as unidades da tiragem planejada.

Ferreira (2017) inclui ainda o design de capa, que trata da produção dos elementos que constituem a capa completa de um livro, incluindo capa, contracapa, lombada e orelhas.

Até o século XVII os livros eram vendidos em cadernos soltos até para serem encadernados por quem os obtivesse. As edições em brochura, que eram as mais baratas, surgiram no século XIX. De maneira geral, no que concerne à diagramação de uma obra, inclui-se o conjunto de técnicas e procedimentos utilizadas para melhor estruturar e distribuir os elementos gráficos no espaço das páginas, para tornar a experiência de leitura agradável. Ainda nesta etapa é escolhido o estilo de cabeçalho e cabeço, a paginação, os títulos e os subtítulos, notas de rodapé, divisão textual em laudas, página capitular e tipografia.

É possível perceber o padrão adotado pela RHM a partir dos quadros abaixo, que elenca os dados referentes à diagramação e impressão dos catálogos em ordem cronológica de suas edições. Existem padrões pré-estabelecidos pelas editoras para impressão de um livro. De acordo com Ferreira (2017), geralmente as medidas adotadas são: 14x21 cm - possibilita melhor aproveitamento do papel, o que o torna o formato mais econômico; 16x23 cm - formato mais indicado para livros com maior quantidade de páginas; 21x28 cm - ideal para revistas ou livro maiores e com maior volume de conteúdo; livro de bolso - indicado para publicações mais econômicas.

Quadro 1 - Cronologia das edições RHM

	DIAGRAMAÇÃO			
	ANO	EDIÇÃO	PAGINAÇÃO	PREÇO SUGERIDO
1	1975	33 ^a	237 p.	Cr\$ 100,00
2	1976	34 ^a	274 p.	Cr\$ 135,00
3	1977	35 ^a	308 p.	Cr\$ 195,00
4	1978	36 ^a	329 p.	Cr\$ 240,00
5	1979	37 ^a	349 p.	Cr\$ 360,00
6	1980	38 ^a	355 p.	Cr\$ 580,00
7	1981	39 ^a	365 p.	Cr\$ 950,00
8	1982	40 ^a	375 p.	Cr\$ 2.400,00
9	1983	41 ^a	386 p.	Cr\$ 6.000,00
10	1984	42 ^a	397 p.	Cr\$ 16.500
11	1985	43 ^a	407 p.	Cr\$ 60.000
12	1986	44 ^a	453 p.	CZ\$ 220,00
13	1987	45 ^a	483 p.	-
14	1988	46 ^a	489 p.	-
15	1989	47 ^a	v. 1, 287 p. v. 2, 230 p.	-
16	1990	48 ^a	v. 1, 287 p. v. 2, 256 p.	-

17	1994/95	49 ^a	v. 1, 144 p. v. 2, 400 p. v. 3, 309 p. v. 4, 112 p.	-
18	1996/97	50 ^a	120 p.	-
19	1998	51 ^a	143 p.	-
20	1999	ESPECIAL	433 p.	-
21	2001	52 ^a	170 p.	-
22	2003	53 ^a	195 p.	-
23	2004	54 ^a	259 p.	-
24	2005	55 ^a	160 p.	-
25	2008	56 ^a	357 p.	-
26	2010	57 ^a	430 P.	-
27	2013	58 ^a	600 p.	-
28	2013	ESPECIAL	136 p.	-
29	2016	59 ^a	v. 1, 355 p. v. 2, 317 p.	-
30	2017	60 ^a	344 p.	-
31	2019	61 ^a	768 p.	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

O primeiro quadro aponta as questões referentes à diagramação, enquanto o Quadro 2 apresenta informações pertinentes à impressão:

Quadro 2 - Cronologia das edições RHM – impressão

	DIAGRAMAÇÃO		
	COLORAÇÃO	DIMENSÕES	ENCADERNAÇÃO
1	P&B	14 x 21 cm	BROCHURA
2	P&B	14 x 21 cm	BROCHURA
3	P&B	14 x 21 cm	BROCHURA
4	P&B	14 x 21 cm	BROCHURA
5	P&B	14 x 21 cm	BROCHURA
6	P&B	14 x 21 cm	BROCHURA
7	P&B	14 x 21 cm	BROCHURA
8	P&B	14 x 21 cm	BROCHURA
9	P&B	14 x 21 cm	BROCHURA
10	P&B	14 x 21 cm	BROCHURA
11	P&B	14 x 21 cm	BROCHURA
12	COLORIDO	14 x 21 cm	BROCHURA

13	COLORIDO	14 x 21 cm	BROCHURA
14	COLORIDO	14 x 21 cm	BROCHURA
15	COLORIDO	14 x 21 cm	BROCHURA
16	COLORIDO	14 x 21 cm	BROCHURA
17	COLORIDO	14 x 21 cm	BROCHURA
18	P&B	17 x 24 cm	BROCHURA
19	P&B	17 x 24 cm	BROCHURA
20	COLORIDO	17 x 24 cm	CAPA DURA
21	COLORIDO	17 x 24 cm	BROCHURA
22	COLORIDO	17 x 24 cm	BROCHURA
23	COLORIDO	17 x 24 cm	BROCHURA
24	P&B	17 x 24 cm	BROCHURA
25	COLORIDO	17 x 24 cm	BROCHURA
26	COLORIDO	17 x 24 cm	BROCHURA
27	COLORIDO	17 x 24 cm	BROCHURA
28	P&B	17 x 24 cm	BROCHURA
29	COLORIDO	17 x 24 cm	CAPA DURA
30	COLORIDO	17 x 24 cm	BROCHURA
31	COLORIDO	18 x 25 cm	CAPA DURA

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

É evidente que nas edições publicadas entre 1975 e 1995 a RHM optou por um padrão de impressão mais econômico (14 x 21 cm), enquanto que a partir da edição seguinte (50^a) adotou-se um formato de impressão ainda maior que o indicado para obras com mais páginas. O fato curioso é que as edições impressas em formato maior não, necessariamente, possuem maior número de páginas, que variam entre 120 e 600, e incluem edições simplificadas.

Levando em consideração o universo do livro impresso, é preciso reconhecer, ainda, os principais tipos de acabamentos. A encadernação, ou empastamento, é a forma de revestimento que cobre o miolo do livro. Existem três técnicas que são mais recorrentes na produção editorial, a saber: a) Brochura - encadernação simples, na qual os cadernos são cosidos ou colados na lombada de uma capa mole. Esse é o formato mais comum, com a lombada quadrada; b) Grampo - é o formato ideal para publicações com poucas páginas e acabamento em estilo revista; c) Capa dura - formato mais caro e não flexível, utilizado em edições especiais.

Majoritariamente, o *Catálogo RHM* é encadernado com brochura. As únicas exceções no decorrer de suas edições, são: a edição especial do *Catálogo Enciclopédico de Selos e História Postal do Brasil* e a 59^a edição do *Catálogo RHM*, publicada em dois volumes, no ano de 2016, 3 anos após a edição anterior. Um dado quantitativo e editorial interessante é a relação entre o ano de publicação da obra e sua edição. As publicações elencam todo o material produzido até o ano anterior. Por exemplo, se o ano é 1976 significa que ilustra os

selos até o ano anterior (1975), pois as emissões no Brasil são anuais, assim como as edições dos catálogos.

Percebe-se ainda que o número de páginas é crescente na história desta obra de referência nacional. Isso se dá justamente pelo acréscimo da produção do ano anterior além da inserção de novos materiais filatélicos, como a inclusão de variedades, bilhetes postais, carimbos do império, folhinhas, etc. Até o ano de 1986, cada edição do catálogo apresenta preço de capa sugerido pelos editores, conforme indicado no quadro acima. A partir da 45ª edição essa informação não é mais incluída. Tradicionalmente, os editores estabelecem o preço de capa em suas publicações e esta prática está diretamente relacionada aos direitos autorais.

Nesse sentido, para Nardon (2010:7),

assim como todas as obras intelectuais, de modo geral, o livro tem um custo de produção proporcionalmente muito maior que o custo de reprodução em um suporte material, o papel, no caso do livro. De fato, o processo de escrita da obra pode ter um custo significativo e exigir apoio financeiro. Esse apoio geralmente é concedido pelas editoras na forma de antecipação dos direitos autorais (10% do preço de capa).

Por sua vez, Lindoso (2011), afirma que a ideia de preço fixo foi pensada inicialmente na França e funcionou como uma defesa das livrarias de pequeno porte contra a concentração de capital, tanto no mercado das livrarias quanto das editoras. Esse movimento fez com que as condições de concorrência sofressem modificações importantes. As variações de preço passaram a depender de outros fatores, como, por exemplo, a variedade da oferta e os serviços.

Ao publicar uma obra, as editoras têm de lidar com os custos fixos e variáveis de produção. Uma das dificuldades das editoras, senão a maior, é justamente não ter controle sobre saber qual será a reação do consumidor em relação a um produto, pois de acordo com Barcellos (2010:320) “é em meio a incertezas que autor e editor põem em circulação a produção intelectual disponível e/ou demandada pelos leitores”. Por isso, a cada título publicado há uma busca pelo retorno mínimo de investimento e isso está diretamente relacionado com o valor de capa, que pode ou não ser o valor de comercialização pelas livrarias. “Numa análise mais simples, o preço de venda de um livro nada mais é que o resultado da equação custo-gráfico-editorial versus tiragem” (DUMONT *et al.*, 1979:167).

Dessa forma, o cálculo final do livro, ou preço de capa, é uma multiplicação, em média, por cinco vezes o custo de produção de cada exemplar. “Diante de tantos gastos e riscos, esse fator multiplicador aparentemente alto é o que garante segurança mínima à atividade editorial” (NARDON, 2010:8).

Os custos fixos são os de sua estrutura (pessoal, armazenamento, custos administrativos etc.) e os variáveis, relacionados com cada título, são o adiantamento de direitos autorais (amortizados progressivamente pelo contratado percentualmente sobre o preço de capa), custos de editoração, impressão e distribuição (LINDOSO, 2011, n. p.).

O *Catálogo RHM* é uma obra reeditada pela editora anualmente ao compilar atualizações referentes às peças filatélicas catalogadas. Por se tratar de uma reedição, alguns custos podem ser reduzidos, o que pode gerar bons percentuais de lucro para a editora e ao autor.

Em relação ao produto livro, algumas opções editoriais podem reduzir os custos. A escolha do tipo de papel, a forma de compra e o posterior aproveitamento dele, o planejamento de coleções com otimização de capa, a impressão com cadernos bem calculados, o formato, o cálculo preciso da tiragem etc. (BARCELLOS, 2010:324).

Uma outra problemática é apontada por Dumont *et al.* (1979:160), ao tratar da instabilidade do mercado consumidor. Há oscilações de acordo com “as variações de interesses, modismos, abertura de novos campos, publicidade, reformas, etc.” O autor indica ainda que o mercado é quem vai definir os “enfoques prioritários no momento de criação”. No caso da RHM, a produção do Catálogo atende a um nicho específico, o que ameniza os impactos da instabilidade no mercado editorial. “Ao reunir títulos que versem sobre temas afins ou que contemplem um assunto que venha a ser desenvolvido sob olhares distintos” as editoras nutrem “coleções que fidelizam o cliente e oferece um leque de leituras direcionado” (BARCELLOS, 2010:320).

Conforme indicado no quadro acima, no ano de 1986 é publicado o primeiro catálogo colorido (policromático), mas unicamente até as páginas antes dos selos do tipo comemorativo, majoritariamente os selos emitidos no Brasil imperial. Vale ressaltar que, em algumas edições, os catálogos são também chamados pela editora de ‘anuários’. Essa diferença terminológica faz-se relevante ao considerar que na Ciência da Informação, especificamente na Biblioteconomia, estes conceitos não são utilizados enquanto sinônimos, apesar de ambos serem considerados como obras de referência.

Para além da anuidade de publicação e especificidade da obra, considerando-se os sistemas de classificação documental e categorizações que foram empregados no catálogo ao longo de suas edições, para além de uma marca, um catálogo, ao constatar que seu conteúdo e estrutura extrapolam a definição de ‘anuário’. Feito o levantamento inicial de dados quantitativos e qualitativos referentes à análise estrutural das edições, serão elencadas as mudanças ocorridas no sistema de organização do Catálogo. Estas informações aparecem desassociadas nas apresentações de edições distintas a cada publicação, na seção a seguir.

3.1. Características das Edições RHM entre 1975 e 1986

O *Catálogo RHM*, publicado em 1975 (33ª edição), é editado pela primeira vez em conjunto por Francisco Schiffer e por Rolf Harald Meyer. Ambos eram reconhecidos e atuantes colecionadores e comerciantes filatélicos no cenário brasileiro, mas, também, articulados internacionalmente por meio de trocas, publicações e exposições filatélicas.

Nessa edição, os autores definem o catálogo enquanto um

repositório de dados sobre os selos postais do segundo país que, no mundo, seguiu as lições da reforma postal inglês, foi o terceiro a pôr em circulação o selo de correio e, primeiro, nas Américas... Longe de ser um simples preçário, é um guia para o colecionador, um assessor para o estudioso (SCHIFFER e MEYER, 1975:3).

Os editores fazem menção à colaboratividade no que diz respeito a produção da obra, pois é recorrente o envio de sugestões, correções e novas descobertas dos colecionadores e filatelistas à equipe editorial. No entanto, há indicativos de que o catálogo obedece às normas de classificação pré-estabelecidas e que uma vez adotadas não podem ser constantemente modificadas, de modo que a inserção de novos materiais é feita de maneira controlada e não atende a todas as tendências dos colecionadores.

Justificam, ainda, ao considerar que a produção postal e filatélica deixou de ser “relativamente pequena”, de forma que se torna impraticável a inserção de toda e qualquer variedade, razão pela qual há uma prioridade para as “variedades realmente importantes, provenientes de emissões diferentes” (MEYER, 1981:3). No que diz respeito ao custo de produção, os autores justificam a necessidade de aumento no custo da obra, que inclusive foi produzida com uma “quota-de-sacrifício” e resistiu ao encarecimento de mais de 300% no valor do papel, sem contar com os custos e despesas com pessoal na indústria gráfica que, na época, afetava fortemente as produções.

A divisão das seções no catálogo é definida de acordo com a função de cada peça filatélica. A ordem das seções varia de acordo com cada edição, mas, em resumo, há uma preocupação com a ordem cronológica das emissões, assim como com a variedade das espécies documentais. Aqui entende-se o conceito de espécie documental de acordo com as definições da Arquivologia. O documento de arquivo pode ser configurado de diferentes formas, de acordo com a sua disposição e a natureza das informações que nele estão contidas. Nomeia-se essa configuração enquanto espécie documental. São exemplos de espécies documentais: mapas, atas, bilhetes, cartas, discos, selos, filmes, fotografias, etc. Para Belloto (2002:27) trata-se de um “Veículo redacional adequado, redigido e formatado de maneira que torne válido e credível o conteúdo do documento”.

São elencadas as seguintes categorias:

Império: inclui a coleção dos selos imperiais e abrange os selos ordinários, selos para jornais e selos para telegramas. Nesta seção, encontram-se os primeiros selos postais brasileiros, os famosos “Olhos-de-Boi” (emitidos em 1843), “Inclinados” (1844), “Olhos-de-cabra” (1850) e “Olhos-de-Gato” (1854), além dos selos emitidos entre 1866 e 1884 que ora apresentam o busto de Dom Pedro II, ora reproduzem o símbolo da Coroa Imperial.

Ao descobrir que o selo poderia propagar seu prestígio no cenário político nacional e internacional, D. Pedro II não hesitou em permitir que inúmeras emissões focalizassem várias fases de sua vida. Assim, a partir de 1866, surgiram os primeiros selos estampados com o retrato do soberano. Alguns dos modelos desta série também foram os primeiros selos brasileiros picotados e a apresentarem o nome do país e sua unidade monetária, inovações que os aproximaram do padrão até hoje utilizado pelos selos postais de todo o mundo (CORREIOS, 2019, n. p.).

Esses selos foram desmonetizados em junho de 1895, em consequência da proclamação da república em 1889.

República: inclui a produção dos selos regulares a partir de 1890 ininterruptamente até o ano anterior a cada edição.

Na filatelia, os primeiros anos da República foram bastante difíceis: as deficiências da Casa da Moeda se faziam sentir dia a dia mais, sobretudo, por força de injunções políticas. Entre os anos de 1890 e 1905 é que surgem em maior quantidade as variedades, não só as gráficas, mas também de papéis e denteações (SCHIFER e MEYER, 1975:16).

Selos comemorativos, promocionais e beneficentes: elenca as emissões comemorativas desde 1900 até o ano anterior à edição de cada catálogo. Existem ainda as emissões especiais, que fogem ao planejamento das emissões anuais, mas são consideradas comemorativas. Em alguns casos, a obra não insere todas as peças emitidas no ano anterior, por conta da época de produção da obra. Nesse caso, em alguns catálogos há indicações da programação das próximas emissões até o fim do ano vigente, por exemplo, na edição de 1975 são compilados os selos comemorativos emitidos até agosto de 1974 e sinalizada a programação de emissões da ECT até dezembro de 1974.

Selos para o correio aéreo: de acordo com Meyer (1975), o serviço aéreo foi criado em 1920 e dispôs de selos especiais e exclusivos a partir de 1927. O correio estabeleceu normas reguladoras que indicaram a obrigatoriedade, para as empresas particulares de serviço aéreo de correspondência, de emitir selos especiais que tivessem o objetivo de arrecadas as taxas e prêmios devidos, entre elas a Condor Syndikat, mais tarde substituída pela nacional Sindicato Condor, a ETA e a Varig. Inclui-se ainda o serviço feito por Zeppelin, por meio da empresa alemã Luftschiffbau Zeppelin GmbH.

Os selos emitidos pelos correios estiveram em uso com caráter de exclusividade para o serviço até 1934. Pela portaria 15 (8-1-41), passaram a ser usados para qualquer espécie de correspondência... em 1970, a ECT modificou todo o sistema de correio aéreo de e para o país, dispensando o uso de selos especiais (MEYER, 1975:183).

Selos para jornais: no ano de 1846 criou-se um selo do tipo “inclinado” para a franquia de jornais, mas já havia desde 1854 o hábito de usar selos exclusivos para serviços de remessas de periódicos. “Dado que estes, posteriormente, foram destinados à franquia geral, passaram os filatelistas a classificar, como especiais, somente certos selos de 1899 e 1900, criados... para uso de editores de jornais dentro do território nacional” (MEYER, 1975:206). O uso dessas peças filatélicas foi revogado em 1894.

Selos para correspondência oficial: peças criadas pela Lei nº 813 de 1901, utilizadas em 1906 e abolidas em 1920. Inclui 3 emissões: representações de Afonso Pena (1907), Hermes da Fonseca (1913) e Wenceslau Braz (1919). Foram utilizados em correspondências oficiais expedidas pelas autoridades e repartições estaduais e municipais. As correspondências endereçadas às autoridades e repartições federais estavam isentas destas taxas às quais tinham por objeto o serviço eleitoral, o serviço judiciário, criminal, os impressos concernentes aos serviços de higiene pública e estatística. Posteriormente, esses produtos foram liberados para comercialização com os colecionadores e filatelistas.

Selos de taxa devida: selo que ao ser aplicado na correspondência circulada, indicava o valor pago pelo destinatário, para retirada da missiva, nos casos em que o remetente não o fazia ou sub-franqueava o documento, de forma que aplicava um porte de valor inferior ao necessário para a cobertura do percurso. A princípio, por determinação governamental,

esses selos não podiam ser vendidos ao público. Posteriormente, foi liberada a aquisição, com obliteração prévia. Esses selos circularam no cenário postal entre 1890 e 1942.

Selos de depósito: eram inseridos na segunda via de vales postais que circularam internamente entre o correio emissor e de destino. O valor facial indicava a quantia a ser paga ao beneficiário. Além deles, os vales postais porteavam selos ordinários, aéreos ou comemorativos, referente ao porte e custo de transferência. Essas peças deixaram de ser utilizadas em 1942.

Selos para franquia telegráfica: após a invenção e utilização do telégrafo em 1852, os selos telegráficos passaram a ser regularizados e utilizados no Brasil em 1869, contudo não eram colados nos telegramas.

Blocos e folhinhas: blocos filatélicos são emissões oficiais, com valor de franquia, feitas por meio de um folheto com um ou mais selos. Os blocos podem ser usados no conjunto, assim como destacados da folha e são emitidos até os dias atuais. Dessa forma, os selos dos blocos são catalogados tanto isoladamente, como na forma de bloco comemorativo. Por sua vez, as folhinhas filatélicas, são folhetos caracterizados por venda ao público, com ou sem selos e sempre ilustrados com dizeres alusivos à sua emissão. Não pode ser utilizada para franquia de missivas postais.

O correio chegou a autorizar que, em folhinhas emitidas por entidades não-postais fossem impressas indicações como “Departamento dos Correios e Telégrafos” e outras, mas, em vista de abusos, pelas Portarias 452/49 e 2557/64, acabou por determinar que somente a ele competia emitir “folhinhas filatélicas comemorativas para fins filatélicos”. Assim, todas as demais são particulares (MEYER, 1976:248).

Assim, o catálogo classifica as folhinhas filatélicas em duas categorias: ‘oficiais’ e ‘autorizadas’ pelo poder postal competente. Foram emitidas folhinhas oficiais de 1945 a 1966 e folhinhas autorizadas entre 1940 e 1949.

Dessa forma, até 1990 foram incluídas anualmente e ininterruptamente as novidades do ano anterior e atualizações das cotações. Essas cotações são baseadas no mercado filatélico, representado pelos resultados de leilões e pelas ofertas de compra e venda, feitas por colecionadores e comerciantes, sendo evidentemente, válidas para a época de emissão do catálogo (MEYER, 1981:1). Em 1976 houve ampliação dos olhos-de-boi incluindo as cotações das sobrecartas. Na edição de 1977 apresenta-se uma classificação dos carimbos sobre os olhos-de-boi.

O Decreto nº 255 de 29.11.1842 que introduziu o selo postal adesivo no Brasil como pagamento antecipado obrigatório dos portes, a partir de 01.08.1843, criou também carimbos especiais para a obliteração dos selos, com data móvel, ou lugar para a colocação da data à tinta. Além desses carimbos confeccionados por ordem das administrações dos correios das províncias, foram utilizados os carimbos primitivos de identificação da era pré-filatélica, geralmente legendas, com ou sem cercadura, que encontramos também nos precursores (MEYER, 1977:19).

Na mesma edição inclui-se uma classificação dos selos da República, incluindo algumas variações de cores e denteações, informações importantes no universo filatélico. Na edição

de 1979 inclui-se uma classificação especializada dos selos de Dom Pedro II, impressos na American Bank Note Co., em Nova York. Para Meyer (1979), a inclusão dessa nova catalogação interessa aos colecionadores dos selos “cabeça do imperador”, selos imperiais que retratam o busto de Dom Pedro II. Na edição seguinte (38^a), acrescenta-se uma catalogação especializada da série Vovó, filigrana Casa da Moeda, 1921 a 1928, da série Vultos Célebres, 1954 a 1964.

A 39^a edição, publicada em 1981, incorpora mudanças significativas na estruturação geral do catálogo. Na obra, o autor expõe uma preocupação com o entendimento da organização geral do catálogo pelo público, perceptível no trecho abaixo.

Os selos ou peças filatélicas aparecem em seções, segundo a sua finalidade postal. A numeração é cronológica, não interrompendo-se, entretanto, as séries e emissões. Após o número, encontra-se o valor nominal do selo, a cor, ou a descrição da estampa. Segue-se em alguns casos, a data de emissão, a tiragem, ou uma letra correspondente aos selos com o mesmo desenho, mas de valor nominal diferente. Outras indicações são mencionadas em cada emissão (MEYER, 1981:1).

Em 1984, o *Catálogo RHM* inclui um artigo comemorativo em homenagem aos 140 anos de surgimento dos selos inclinados. Essas peças substituíram os selos Olhos-de-Boi, mas também tiveram um curto tempo de uso. Surgiram por conta de “um ofício enviado ao Diretor dos Correios, pelo então Inspetor da tesouraria de Sergipe, que reclamara da facilidade que havia em se reutilizar os selos já servidos... causando assim a diluição da renda pública” (MEYER, 1984:5). Dessa forma, os selos foram impressos em um formato menor e papel mais fino, com uma cola específica, de forma que dificultasse a sua reutilização.

A 43^a edição, publicada em 1985, comemora uma alta na temporada filatélica entre 1984 e 1985. O autor cita um saldo positivo e promissor, proveniente das demandas dos colecionadores e filatelistas, que passaram a supervalorizar algumas peças, como por exemplo os selos para franquia telegráfica, as séries Vovó e Netinha, bem como peças de correio aéreo, da Varig, Condor e ETA.

Nessa edição, Meyer (1985:1) inclui um “suplemento profissional”, que apresenta as cotações dos selos mais importantes em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), com a intenção de revelar ao colecionador “o valor intrínseco do selo”, na tentativa de reduzir a evasão de peças para fora do Brasil. Em detrimento do aniversário de 35 anos da Empresa RHM e dos 125 anos de emissão dos selos de 280 e 430 réis de porte internacional, o *Catálogo RHM* apresenta na edição de 1986 um novo estudo dos selos imperiais e reproduz pela primeira vez as peças em suas cores originais. Inclui, entre outras, definições de sobrecartas, envelopes, impressos e jornais franqueados; além de tabela de ocorrência das peças imperiais, cotações dos selos Olhos-de-Boi e dos selos inclinados.

3.2. Características das Edições RHM entre 1987 e 1999

Os catálogos publicados em 1987 e 1988 seguem o padrão adotado na 44^a edição, contudo a publicação de 1987 inclui, além de outras atualizações, os Inteiros Postais produzidos no Brasil Império. Para Meyer (1987) esses documentos podem ser envelopes, bilhetes postais

que podem ser simples ou duplos contendo a resposta do remetente, cartas-bilhetes, cintas etc. emitidos pela ECT, de forma que já contenham impresso o valor de porte em selo ou uma indicação de pré-franqueamento.

Em 1989 (47^a edição), o catálogo de selos do Brasil é editado em dois volumes pela primeira vez. Uma curiosidade é que o segundo volume foi publicado em 15 de junho de 1989, enquanto o volume I foi publicado apenas no segundo semestre de 1989. Nos padrões Real e Cruzeiro, o volume I apresenta a produção de 1843 a 1967. Já o volume II elenca a produção entre 1967 e 1988, nos padrões Cruzeiro Novo e Cruzado.

A edição seguinte, aparentemente, segue a mesma estrutura da anterior, contudo, existe um detalhe curioso. O volume I da 48^a edição nunca foi efetivamente produzido. A editora optou por utilizar o volume I da edição anterior, com os padrões monetários real e cruzeiro dos selos emitidos entre 1843 e 1967, para compor a 48^a edição. Dessa forma, somente o segundo volume foi impresso em 1990 complementando o volume anterior com os selos de 1967 até 1990. Neste volume, adotam-se os padrões monetários cruzeiro novo, cruzado, cruzado novo e cruzeiro, contudo as cotações são expressas, pela primeira vez, em Unidades Filatélicas (UF). Um outro ponto interessante é que, considerando o recorte temporal desta pesquisa, pode-se perceber que a partir de 1990 houve uma ruptura da sequência anual de edição do catálogo, sendo a próxima edição (49^a) lançada somente 3 anos depois. Esse declínio pode indicar que o cenário político e econômico brasileiro nesta época repercutiu na prática filatélica nacional.

Conforme indicam Brito e Mendes (2004), a década de 1990 foi denominada por parte da literatura econômica como "década perdida". Alguns economistas afirmam que os motivos desse comportamento podem ser explicados como consequências inevitáveis da irresponsabilidade governamental de períodos anteriores e de decisões tomadas no âmbito da definição da política econômica interna. Artigo importante nesse sentido alude a relação direta entre os selos postais, seus motivos de emissão e a realidade político-econômica no período entre 1953 a 1963 no Brasil, a saber: Salcedo e Menezes (2017).

A supremacia crescente do mercado, do financeiro e do privado sobre o público, contribuiu para esse quadro. Destaca-se ainda a inserção brasileira no processo das reformas neoliberais, bem como o processo de privatização ao longo desses anos. Em novembro de 1993 é lançado o volume I da 49^a edição, com a classificação, em 144 páginas, das Cartas Pré-Filatélicas, a partir de 1798, e dos selos e Inteiros Postais do Império até 1890. Em 1994 (ano da 49^a edição), assume a empresa RHM o filho de Rolf Harald Meyer, Peter Meyer, um dos maiores especialistas em olhos-de-boi e documentos postais do período imperial brasileiro.

Neste ano, são lançados os outros 3 volumes da edição vigente. O volume II classifica, em 400 páginas, os selos de 1890 (os Cruzeiros) até 1967 com os padrões monetários real e cruzeiro. O volume III classifica, em 310 páginas, os selos de 1967 até 1993 com os padrões monetários cruzeiro (novo), cruzado (novo), cruzeiro e cruzeiro real. O volume IV classifica, em 112 páginas, os Inteiros Postais do Império e República. As duas edições seguintes (50^a e 51^a) são publicadas em formato simplificado em volume único. Em 1999 é lançado o *Catálogo Enciclopédico de Selos e História Postal do Brasil*, edição especial, numerada e rubricada pelo editor.

3.3. Características das Edições RHM entre 2001 e 2019

A edição emitida em 2001 inclui novidades: uma seção independente para os Bilhetes Postais, incluindo as emissões do Brasil republicano, tanto simples quanto duplos. Por se tratar de uma edição simplificada, há alterações na organização e agrupamento dos documentos, contudo atendendo ao desejo dos colecionadores, a RHM não alterou a numeração de classificação.

A partir de 1943, os selos regulares foram agrupados em cada ano, por série. O conjunto dos selos regulares foi intercalado na data do selo mais antigo emitido no respectivo ano. Quando a data de um selo ou de uma série posterior a 1943 é desconhecida, apresentamos a série regular no início do respectivo ano (MEYER, 2001:2).

Na edição seguinte (53^a), são inclusas mais variedades comemorativas e dos Inteiros Postais. A 54^a edição, publicada em 2004, inclui os Envelopes de Primeiro Dia e Máximos Postais. No Máximo Postal, o desenho do cartão é idêntico ao do selo sobreposto e ao carimbo comemorativo. Um FDC (*First Day Cover* ou Envelope de Primeiro Dia) é uma peça filatélica constituída por três elementos: o envelope com etiqueta ou desenho (*cachet*), o selo e carimbo de primeiro dia de circulação ou comemorativo, ou até mesmo ambos. Foram emitidos pelos Correios até 1997, com desenhos alusivos aos selos emitidos.

Nesta edição do catálogo há uma particularidade no que diz respeito a cronologia das emissões. Quebrando a lógica adotada até então, pela primeira vez o *Catálogo RHM* inclui documentos emitidos no ano de sua publicação, a exemplo dos selos comemorativos emitidos em janeiro e fevereiro de 2004, bem como dos blocos comemorativos emitidos em janeiro e junho do mesmo ano. Essa inclusão parcial, pode estar relacionada ao período de diagramação e publicação do *Catálogo RHM*, visto que foram inclusas peças apenas do primeiro semestre.

Na 55^a edição, publicada em 2005, o catálogo é chamado pelo autor de *Guia de Preços dos Selos do Brasil*, impresso em preto e branco e formato simplificado. Uma publicação econômica e útil que pode indicar dificuldades na linha de produção da RHM. Nos anos seguintes, 2008 e 2010, o catálogo volta a ter sua diagramação padrão, colorido e quase completo, com inclusão dos envelopes de primeiro dia, máximos postais, os pré-filatélicos e algumas variedades, além de uma classificação detalhada da prática filatélica até 1943.

Em 2013, ano em que completa 70 anos de existência, o *Catálogo RHM* se apresenta em uma de suas versões mais completas, com todas as peças anteriores e inclusão das sobrecartas anteriores ao advento do selo postal. Posteriormente, na edição de 2016, a RHM investe numa edição mais elaborada, produzida em dois volumes e capa dura. O volume I classifica as peças emitidas até 1942, incluindo os pré-filatélicos, e o volume II elenca a produção de 1943 até 2015. A edição seguinte, lançada em 2017, foi impressa em um formato simplificado e sem inclusão de novas categorias ou classificações.

Por sua vez, em paralelo à publicação impressa em 2017 a RHM disponibiliza o catálogo em versão digital e aberta na Internet, uma prática usual no mercado editorial e que coaduna com o que Salcedo (2013) apontou na sua pesquisa sobre o selo postal a filatelia digital. Esse movimento está em consonância com o surgimento de uma cibercultura que impacta instituições, indivíduos e suas relações.

Em 2019 é lançada a edição mais recente do *Catálogo RHM* (61^a), com nova diagramação e diversas inclusões. Foram inseridos os Telegramas Sociais de Natal, Cotações das filigranas de sutura nos Dom Pedro, revisão nos autômatos e nas variedades, nova classificação do 60 réis Inclinado, nova diagramação em duas colunas nos selos de 1953 em diante, além de um capítulo para os selos aéreos apresentados de forma única no final do catálogo.

O processo de inserção de documentos no catálogo está diretamente relacionado com o processo de homologação e emissão documental pelos Correios. Os temas que serão abordados em cada ano são definidos por um colegiado da Comissão Filatélica do Brasil, a partir das propostas recebidas da população, e homologados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Em tempos de comunicação predominantemente digital, os selos postais não perderam o seu uso, assim como as peças filatélicas continuam valorosas para os colecionadores. Isso fica registrado numa pesquisa científica inédita em que está explicado o movimento de transformação da filatelia clássica para a “Filatelia Digital ou Pós-Filatelia”, por meio de duas características marcantes: se por um lado é notório um esforço de curadores para digitalização de peças filatélicas, de modo a preservar e prover acesso ao conteúdo (SALCEDO, 2021), por outro lado, o colecionismo de objetos digitais é uma realidade sustentada “num movimento transmutativo em que os documentos digitalizados passariam a constituir, por meio da utilização das TICS, um ecossistema digital” (SALCEDO, 2013:216).

Esses documentos funcionam como instrumentos disseminadores de cultura, por meio das informações que são veiculadas em sua interface por meio das estampas de selos que são vendidos para fins postais e de colecionadores. A complexidade desse labor envolve a responsabilidade de representar a realidade social, política e econômica do país, ao menos aquela que se faz representativa ou que se quer representar. Dessa forma, esses documentos expressam os aspectos relevantes de um país.

No meio digital, esse alcance se dá de maneira muito mais efetiva.

O campo da Filatelia Digital é ampliado e subsidiado com conteúdos informacionais e documentos filatélicos que, por sua vez, circulam de distintas formas, mobilizam diferentes suportes, difundem velozmente a hipertextualidade desses conteúdos por múltiplos sistemas midiáticos. Então, o que antes era de interesse particular dos colecionadores e comerciantes filatélicos passou a ser produto de consumo de qualquer pessoa, a exemplo do “selo personalizado (SALCEDO, 2013:217).

Ao considerar essa tendência, percebe-se que o regime de informação é diretamente afetado, principalmente no que diz respeito à distribuição e consumo, ao tratar um público consumidor que interage de forma muito mais participativa e, em certa medida, independente, ou seja, um público interagente (PRIMO, 2007).

A disponibilização *on-line* e gratuita de todo o acervo postal e filatélico até então devidamente identificado e reunido em um único ambiente é um passo essencial para fortalecimento da memória nacional e disseminação de maior parcela do nosso acervo memorial. Nesse sentido, considera-se que socializar esse patrimônio significa criar a

possibilidade de que a população preserve e passe a enxergar com maior lucidez a sua identidade nacional.

4. Considerações finais

Ao analisar que a pesquisa bibliográfica e documental possibilitou uma aproximação ao objeto, materializado nas 31 edições do *Catálogo RHM*, considera-se que o objetivo foi alcançado de maneira satisfatória. Essa aproximação possibilitou a identificação dos aspectos históricos e editoriais do catálogo, que englobam dados variados referentes à diagramação e impressão dos itens, sua constituição física, a arquitetura das informações e conteúdos, bem como sua participação no debate a respeito da Bibliografia Filatélica Brasileira - BIFIBRA (SALCEDO e FEITOSA, 2018). O estudo mostrou características da obra que extrapolam os estudos gráficos ou de organização da informação e que participam de saberes transatlânticos que, por sua vez, configuram o que Espagne (2012:21) chamou de “transferência cultural”, em seus estudos sobre História do Livro.

Foi possível perceber alguns padrões adotados nesses processos, além de contextualizá-los a partir de um olhar sobre a conjuntura dos anos de publicação. Percebe-se a categorização e inclusão progressiva de novas e distintas espécies documentais a cada ano, como os selos para correspondência oficial, selos para correio aéreo, selos para jornais, selos comemorativos, promocionais, beneficentes, bilhetes postais, carimbos, folhinhas filatélicas, etc., considerando que cada edição acrescenta a produção do ano anterior, a partir de pesquisas e colaborações. Na tentativa de organização para um maior entendimento das características, semelhanças e diferenças entre cada edição, os catálogos foram agrupados em 3 recortes temporais distintos, a saber: 1975 a 1986, 1987 a 1999 e 2000 a 2019.

A variedade de dados e informações especializadas e historicamente contextualizadas no âmbito da publicação sequencial dos *Catálogos de Selos do Brasil* é evidente. A editora RHM consolida a sua marca editorial no colecionismo. Do ponto de vista bibliográfico constitui uma série periódica ininterrupta de atualização de preços, documentos filatélicos e representações temáticas, contudo também representa o trabalho simbólico e conjunto dos editores com alguns agentes, tais como os colecionadores filatélicos e pesquisadores que, munidos de suas experiências e notório saber, reúnem e sedimentam um saber compartilhado e construído no contexto da Filatelia nacional.

Referências bibliográficas

ABREU, Márcia; DEAECTO, Marisa Midori, org.

2014 *A Circulação transatlântica dos impressos: conexões*. Campinas: UNICAMP, 2014.

BARCELLOS, M. de A.

2010 As Pequenas e médias editoras diante do processo de concentração: oportunidades e nichos. In *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. Org. Aníbal Bragança, Márcia Abreu. São Paulo: UNESP, 2010.

BELLOTO, Heloísa Liberati

2002 *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002.

BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia, org.

2010 *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: UNESP, 2010.

CIVITA, Victor

1986 *Manual do filatelista*. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

CLUBE PHILATÉLICO SOROCABANO

1896 Catálogo de Sellos do Brazil. *O Coleccionador de Sellos*. Ano 1, 1:3 (1896) 17-28.

CORREIOS

2019 *Correios : tipos de selos postais*. [Em linha]. 2019. [Consult. 20 jun. 2019]. Disponível em: <https://bit.ly/2WshhrK>.

DUMONT, Lígia Moreira [et al.]

1979 A Editoração no Brasil: aspectos gerais. *Revista da Escola de Biblioteconomia*. 8:2 (1979) 156-184.

ESPAGNE, Michel

2012 Transferências culturais e história do livro. *Livro: revista do núcleo de estudos do livro e da edição*. 2 (ago. 2012) 21-34.

FEITOSA, Kézia de Lira; SALCEDO, Diego Andres

2019 Selos comemorativos brasileiros: uma proposta de representação do conhecimento. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 24:1 (2019) 232-251. [Consult. 2 mar. 2020]. Disponível em: <https://bit.ly/2Z64acs>.

FERREIRA, Daniele

2020 *Produção editorial: etapas de produção de um livro*. [Em linha]. 2017. [Consult. 2 mar. 2020]. Disponível em: <http://twixar.me/4x6n>.

GASKELL, Philip

2012 *A new introduction to bibliography*. New Castle : Oak Knoll Press, 2012.

HORCH, Rosemarie Erika

1978 Bibliografia textual. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 11:3 (jul./dez. 1978) 147-154. [Consult. 7 fev. 2020]. Disponível em: <https://bit.ly/2I2qgWA>.

KNAPP, Wolfgang

1986 *O Que é editora*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LINDOSO, Felipe

2011 Livrarias independentes e preço do livro. *Publishnews*. [Em linha]. 25 out. 2011. [Consult. 20 mar. 2019]. Disponível em: <https://bit.ly/2ObCChC>.

MEYER, Peter

1987 *Catálogo de selos do Brasil*. São Paulo: RHM, 1987.

MEYER, Peter

1985 *Catálogo de selos do Brasil*. São Paulo: RHM, 1985.

MEYER, Peter

1984 *Catálogo de selos do Brasil*. São Paulo: RHM, 1984.

MEYER, Peter

1981 *Catálogo de selos do Brasil*. São Paulo: RHM, 1981.

MEYER, Peter

1979 *Catálogo de selos do Brasil*. São Paulo: RHM, 1979.

MEYER, Peter

1977 *Catálogo de selos do Brasil*. São Paulo: RHM, 1977.

MEYER, Peter

1976 *Catálogo de selos do Brasil*. São Paulo: RHM, 1976.

MEYER, Peter

1975 *Catálogo de selos do Brasil*. São Paulo: RHM, 1975.

NARDON, Cláudia Neves

2010 *O Preço do livro no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

OMAR ACHA, José

2000 La Renovación de la historia del libro: la propuesta de Roger Chartier. *Información, cultura y sociedad*. [Em linha]. 3 (2000) 61-74. [Consult. 23 abr. 2019]. Disponível em: <https://bit.ly/2wRioUj>.

PRIMO, Alex

2007 O Aspecto relacional das interações na Web 2.0. *E-Compós*. [Em linha]. 9 (2007) 1-21. [Consult. 11 jun. 2019]. Disponível em: <http://twixar.me/f66n>.

REYES GÓMEZ, Fermín

2005. El Libro moderno desde la bibliografía material y la biblioteconomía. *Ayer: revista de historia contemporánea*. 58:2 (2005) 35-56.

SALCEDO, Diego Andres

2021 Humanidades Digitais, Memória e Filatelia: uma aplicação prática para a Web. In *Humanidades digitais e o mundo lusófono*. Org. R. Pimenta, D. Alves. Rio de Janeiro: FGV, 2021, p. 330-348.

SALCEDO, Diego Andres

2013 *Espelhos de papel: pelo estatuto do selo postal adesivo*. Recife, 2013. Tese de doutorado – Universidade Federal de Pernambuco - Centro de Artes e Comunicação.

SALCEDO, Diego Andres; FEITOSA, Kézia de Lira

2018 Índices para obras de referência: o caso da Bibliografia Filatélica Brasileira (BIFIBRA). *Biblios*. [Em linha]. 72 (2018) 22-34. [Consult. 2 mar. 2020]. Disponível em: <https://bit.ly/3LfQUKy>.

SALCEDO, Diego Andres; MENEZES, Pablo de Oliveira

2017 Análise da história filatélica e flutuação econômica postal brasileira entre 1956 e 1963: um olhar no Repositório Filatélico Brasileiro (REFIBRA). In ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO, 13^o, Salvador, 2017 - *Anais...* [Em linha]. Salvador: ICI/EDUFBA, 2017. [Consult. 13 mar. 2019]. Disponível em: <https://bit.ly/2RiraUB>.

SCHIFFER, Francisco; MEYER, Rolf Harald
1975 *Catálogo de selos do Brasil*. São Paulo : Ave Maria, 1975.

Diego Salcedo | salcedo.da@gmail.com
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

Kezia Feitosa | kzlfeitosa@gmail.com
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

Resumo: Este artigo apresenta a intenção de explorar as metamorfoses que permeiam o âmbito da cultura contemporânea em relação aos espaços de leitura. Por meio desta investigação, almeja-se discutir a cultura digital, examinando o impacto da incorporação de dispositivos tecnológicos, que ecoam nas tramas socioculturais. Para tanto, a pesquisa discute a interconexão e a hibridização, que propõem uma compreensão mais ampla das transformações em curso. A abordagem metodológica adotada neste estudo é de abordagem qualitativa, exploratória em seus objetivos e uma pesquisa bibliográfica, quanto aos procedimentos. A partir dessa base, emerge uma compreensão mais ampla, uma vez que as epistemologias digitais contemporâneas fomentam a inserção tecnológica na sociedade, engendrando perspectivas renovadas no tocante aos letamentos. Essa incursão tecnológica intervém nos modos estabelecidos de leitura e cria um cenário propício para a formulação de novas perspectivas, desencadeando a reconfiguração de processos, métodos, funções e alcances dos espaços destinados à leitura.

Palavras-chave: Bibliotecas; Conectividade; Cultura Contemporânea; Humanos hiper-híbridos.

Abstract: This article presents the intention to explore the metamorphoses that permeate the realm of contemporary culture in relation to reading spaces. Through this research, the aim is to discuss digital culture, examining the impact of the incorporation of technological devices that resonate within sociocultural contexts. To achieve this goal, the research discusses interconnection and hybridization, which propose a broader understanding of ongoing transformations. The methodological approach adopted in this study is qualitative and exploratory in nature, relying on bibliographic research for its procedures. From this ground, a broader comprehension emerges, as contemporary digital epistemologies foster technological integration into society, engendering renewed perspectives on literacy. This technological incursion intervenes in established modes of reading and creates a conducive scenario for formulating new outlooks, triggering the reconfiguration of processes, methods, functions, and the scope of spaces designated for reading.

Keywords: Libraries; Connectivity; Contemporary Culture; Hyper-Hybrid Humans.

Introdução

No contexto deste novo século, a profunda e vasta gama de diversidade cultural que emerge convoca a sociedade a se engajar em um processo de constante reconfiguração. Embora a reconfiguração seja uma constante intrínseca ao tecido social, na atualidade, este processo se revela de forma mais dinâmica e intensa. Cada ambiente sociocultural se desenha por meio de uma complexa trama entrelaçada por vórtices identitários. Esses elementos delineiam linguagens, estruturas e territórios que impulsionam a evolução de possibilidades. Diante dessa incessante situação de reconfiguração, o ato de compreender e apreender as mudanças tendenciais que se desenrolam no contexto contemporâneo torna-se uma forma de reconhecimento e legitimação da diversidade que constitui os comportamentos sociais.

Diante desse panorama, a pesquisa em questão direciona seu foco para um recorte específico no meio das transformações que permeiam o campo da cultura contemporânea. Esta pesquisa não aborda a cultura como um mero modismo, mas sim como uma resposta a uma realidade em constante expansão. Dessa forma, é incumbência dos pesquisadores nesse campo analisar, refletir, repensar e reposicionar suas abordagens e práticas, enfrentando os desafios trazidos pelo novo e pela mobilidade ideológica.

O termo "cultura" é suscetível a múltiplas interpretações, englobando desde o conceito de cultivo e civilização até modos de vida refinados e formas de conflito. No entanto, neste contexto, o foco recai sobre sua relação com a contemporaneidade e as transformações nos espaços de interpretação, decorrentes dessa interação. Partindo da premissa de que toda cultura é um processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução, em consonância com sua natureza dinâmica, torna-se possível enxergá-la como uma construção histórica intrinsecamente vinculada ao contexto social.

E, dentro deste escopo, a análise mais profunda se concentra na cultura digital, examinando suas manifestações materiais e o impacto da introdução de dispositivos tecnológicos. Esse fenômeno reverbera nas tramas socioculturais, especialmente nos espaços de interpretação contemporâneos. Todavia, é crucial abordar, de forma interpretativa, a cultura contemporânea dentro do âmbito da cultura digital. Isso cria uma certa redundância, visto que a cultura do século XXI está intrinsecamente imersa no ambiente digital, em sua essência mais profunda.

É notável a transformação desses conceitos no que diz respeito aos espaços de leitura contemporâneos. Bibliotecas e locais destinados à leitura passam por um profundo processo de metamorfose, buscando adaptar-se às demandas dos leitores hiper-híbridos. A interação digital não apenas influencia o ato de leitura em si, mas também redefine a relação do leitor com as informações. Esse processo se reflete na adoção de tecnologias e recursos digitais que viabilizam uma experiência de leitura mais interativa e compartilhável.

A complexidade dessa situação sublinha a relevância da discussão proposta, ao identificar os pontos de convergência entre a cultura digital, os espaços de leitura contemporâneos e a teoria dos humanos hiper-híbridos. A emergência de um novo paradigma de leitura, marcado pela participação ativa do leitor e pela construção conjunta de significados, encontra seu alicerce na cultura digital. Nesse contexto, as fronteiras entre o mundo físico e o digital diluem-se, culminando em ambientes de leitura que são fluidos e adaptáveis.

Consequentemente, a presente investigação proporciona uma compreensão mais profunda das interações entre os humanos hiper-híbridos e a cultura digital nos espaços de leitura contemporâneos. Ancorando nossas reflexões nas palavras de Santaella (2021), reforçamos a necessidade de abordagens adaptativas para apreender essas transformações. A constante evolução dos espaços de leitura na era da cultura digital exige uma análise dinâmica capaz de capturar as nuances de uma experiência humana que está em constante processo de hibridização.

1. Cultura Contemporânea: Cultura Digital

O termo "cultura" é passível de acomodar uma multiplicidade de significados. No contexto da cultura digital, sua relação semântica se entrelaça de forma indissociável com a tecnologia, especialmente à luz das tensões subjacentes nas bases valorativas socioideológicas. Nesse âmbito, torna-se imperativo buscar respostas acerca do papel desempenhado pelos recursos disponíveis no século XXI para manifestar a interação entre gerações, bem como as alternativas delineadas para uma sociedade que experimenta o envelhecimento populacional. Similarmente, questiona-se qual é a contribuição da cultura para abordar o enfrentamento humano diante da passagem do tempo.

A tecnologia, inserida na tessitura da cultura contemporânea, ostenta uma relevância tão intrincada que seria de considerável complexidade sustentar a cultura em sua ausência. Desde tarefas elementares até as mais complexas, a vida humana encontra-se essencialmente permeada e solucionada, de maneira direta ou indireta, pelos sistemas computacionais modernos, nos quais o elemento digital, enraizado no *modus operandi* da sociedade, assume um papel fundamental na reconfiguração das formas de interações, abarcando desde as esferas interpessoais até o acesso à informação e a aquisição de conhecimento.

Evidentemente, os padrões de assimilação, disseminação e consumo de conteúdos de cunho literário e acadêmico repousam sobre a base tecnológica na contemporaneidade. Nesse contexto, além do destaque atribuído aos dispositivos, aparatos e instrumentos tecnológicos, há uma sinalização para a importância de redefinir o conceito de cultura digital como um conjunto complexo de práticas sociais, enraizado nas redes de relações sociais que emergem no cotidiano.

A cultura digital tem engendrado transformações de importância significativa, incluindo reconfigurações nas concepções de espaço, tempo e nas conexões sociais. Essas transformações, primordialmente, oferecem uma reconfiguração das relações dos indivíduos contemporâneos com novas experiências de leitura. Conforme observado por Martins (2018:16), essas práticas “demandam novos suportes tecnológicos interacionais que permitem a manipulação de documentos, de objetos multimídia, de transformações informacionais e de manipulação de fluxos comunicacionais altamente flexíveis”.

No entanto, ressalta-se que tais interfaces tecnológicas, por si só, não conferem uma mudança substancial às experiências de leitura. A leitura, quando entendida como um diálogo com os espaços de leitura contemporâneos, desvela uma participação ativa na luta contra as barreiras e limitações inerentes à mera retenção de informações. O significado dessa leitura reside na resistência à tirania do tempo cronológico, que, ao isolar, descontextualiza, fragmenta e enfraquece o conhecimento. Essa perspectiva permite que cada indivíduo possa vivenciar seu tempo de maneira propícia para se emancipar e ser libertado, transmutando entre imanência e transcendência, situando-se no mundo.

A leitura em espaços de conectividade expõe uma palavra que é livre e inalienável, uma palavra em fluxo e interação. Desse modo, emerge uma leitura que não se confina à materialidade dos livros, mas antes se configura como uma nova prática, oferecendo a oportunidade de construir sentido(s) em novas perspectivas de interpretação.

Por um lado, é impossível para um ator, mesmo que muito poderoso, dominar ou mesmo conhecer o conjunto dos fatores que contribuem para a emergência da tecnocultura contemporânea, até mesmo porque há novas ideias, novas práticas e novas técnicas que não param de surgir nos lugares menos esperados. Por outro lado, o devir da cibercultura simplesmente não é controlável porque, na maior parte do tempo, diversos atores, diversos projetos, diversas interpretações estão em conflito (LÉVY, 1999:206).

Lévy (1999) esclarece que as novas práticas e técnicas advindas da cibercultura contemporânea, tal como exploradas neste estudo por meio das plataformas de leitura em espaços conectados, representam um realinhamento do tempo e do espaço com suas próprias características distintivas. Em consonância com Belting (2006), a linguagem é compreendida como um meio de transmitir imagens, sendo que as palavras têm o poder de incitar a imaginação, enquanto a imaginação, por sua vez, transforma as palavras nas imagens que elas representam. Novamente, aqui, percebe-se a proximidade entre imagens e narrativas, solidificando a conexão entre o âmbito da comunicação e a experiência estética. De acordo com o autor, o corpo, particularmente o cérebro, desempenha um papel crucial em preencher as imagens com vivências pessoais e significados.

O cerne deste estudo emerge da premissa de que a experiência é uma atividade que se desenrola em um espaço de relações e compartilhamento, florescendo em possibilidades de diálogo. Essas asserções encontram ressonância na experiência que se materializa como uma imagem a ser lida e partilhada, abrangendo desde os momentos cotidianos até as vivências estéticas mais elaboradas. A linguagem, inerentemente multissensorial, assume inclinações em suas construções e significados. Os participantes, imersos em seus respectivos contextos, engajam-se na tessitura de suas conexões e interpretações, que podem oscilar entre o preciso e o impreciso. Esses processos comunicacionais constituem-se como redes semânticas, fluidas e passíveis de recombinação. Analogamente, as mídias têm experimentado condições consideravelmente heterogêneas, emergindo de contextos impregnados pela cultura que converge no processo evolutivo das mídias. Conforme aponta Santaella (2003:2):

Para compreender essas passagens de uma cultura à outra, que considero sutis, tenho utilizado uma divisão das eras culturais em seis tipos de formações: a cultura oral, a cultura escrita, a cultura impressa, a cultura de massas, a cultura das mídias e a cultura digital. Antes de tudo, deve ser declarado que essas divisões estão pautadas na convicção de que os meios de comunicação, desde o aparelho fonador até as redes digitais atuais, não passam de meros canais para a transmissão de informação. Por isso mesmo, não devemos cair no equívoco de julgar que as transformações culturais são devidas apenas ao advento de novas tecnologias e novos meios de comunicação e cultura. São, isto sim, os tipos de signos que circulam nesses meios, os tipos de mensagens e processos de comunicação que neles se engendram os verdadeiros responsáveis não só por moldar o pensamento e a sensibilidade dos seres humanos, mas também por propiciar o surgimento de novos ambientes socioculturais.

Nesse sentido, a pesquisa se fundamenta na compreensão de que a cultura contemporânea, especialmente sob a influência das tecnologias digitais, está intrinsecamente entrelaçada com as mudanças nas formas de comunicação e expressão, oferecendo oportunidades de

leitura e interpretação enriquecidas por meio de interações complexas entre imagens, linguagem e narrativas.

Essas condições, interpretadas como novas construções de sentido, derivam das mudanças científicas e tecnológicas, que atuam como fontes multifacetadas nos processos comunicacionais, constituindo uma prática intrinsecamente enraizada na fluidez e na interconexão. Há um mergulho profundo na cultura digital, especialmente no cenário do século XXI, em que interesses provenientes de diversas esferas sociais exercem uma influência cada vez mais marcante sobre esse meio. A irrupção das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) traz consigo uma diversidade de potencialidades e desafios, tanto no âmbito da criação e organização de informações, quanto no armazenamento e recuperação desses dados. Esse cenário confere roupagens contemporâneas ao acesso ao conhecimento.

Nos últimos tempos, a atenção tem se voltado para a tecnologia como uma força capaz de singularizar a experiência, tornando-a intrinsecamente formadora. As formas pelas quais os enunciados são apresentados, por meio de dispositivos tecnológicos que por si só são cativantes, amplificam a potência da experiência, estabelecendo diálogos evidentes com o contexto contemporâneo caracterizado pela ubíqua conectividade tecnológica. Essa experiência torna-se um vetor cada vez mais evidente, incorporando as tecnologias do nosso tempo, em consonância com as características contemporâneas.

O que se observa é que a adoção da prática da conectividade, com experiências de acesso individualizadas, reconfigura não apenas as funções e suas manifestações, mas também o *modus operandi* que orienta os múltiplos espaços do século XXI. Isso implica uma revisão das próprias delimitações e demarcações espaço-temporais. Essa experiência transcende as noções convencionais de espaço e tempo, expandindo nossos próprios limites. Nesse contexto, a inserção cada vez mais profunda na cultura digital, mediada pelas tecnologias, não apenas remodela as interações humanas e as formas de acesso à informação, mas também provoca uma redefinição da nossa percepção do espaço e do tempo. A interconexão constante e a experiência ampliada a partir de tecnologias contemporâneas expandem os horizontes do que é possível experimentar e compreender, desafiando as fronteiras tradicionais do visível e invisível.

Quando hablamos de Cultura Digital, estamos haciendo alusión a un conjunto de prácticas sociales y culturales (campo) que cruzan el mundo digital y de las tecnologías de la información y la comunicación. No estamos hablando sólo del universo de las redes sociales y del uso de las tecnologías al servicio de las comunicaciones, sino que hablamos de una perspectiva de derechos, de producción, de conexión, de acceso, de creación y relaciones sociales (WILSON, 2018:74-75)¹

¹ Quando se fala em Cultura Digital, refere-se a um conjunto de práticas sociais e culturais (campo) que atravessam o mundo digital e as tecnologias de informação e comunicação. Não se diz apenas do universo das redes sociais e do uso de tecnologias a serviço das comunicações, mas de uma perspectiva de direitos, de produção, de conexão, de acesso, de criação e relações sociais (WILSON, 2018:74-75).

Quando Wilson (2018) aborda a temática da cultura digital, transcende a mera consideração do uso de tecnologias informacionais ou redes sociais, introduzindo um entendimento que abarca novas e intrínsecas significações que permeiam a esfera da vida social. Destarte, é imperativo desvencilharmo-nos do pensamento arraigado que restritamente associa cultura digital à mera adoção de tecnologias digitais. Seguindo essa linha de raciocínio, Saldarriaga (2018) explora um aspecto específico no contexto da cultura digital. Para a autora, a cultura se manifesta a partir da aprendizagem e das interações sociais:

Hoy entendemos que la relación entre lo digital y la cultura no está determinada por la tecnología, por el contrario, promovemos el principio de que lo que tiene valor son los contenidos y las interacciones que ellos generan y no los dispositivos o tecnologías en que se consultan o producen. Esto ha requerido de una constante revisión, pues los fenómenos que resultan de esa simbiosis Comunicación + TIC + Cultura son dinámicos y permeables desde las relaciones sociales, la participación ciudadana y las tendencias del mercado. También lo son desde los aprendizajes que se gestan del desarrollo mismo de los proyectos con las comunidades y, muy importante, desde las conclusiones y los acuerdos que se comparten con los sectores académicos involucrados para la evaluación de las iniciativas institucionales (SALDARRIAGA, 2018:65)²

Dessa maneira, as concepções de Saldarriaga (2018), Wilson (2018) e Santaella (2003) se harmonizam na perspectiva de que a cultura digital transcende a mera incorporação de tecnologias, sendo caracterizada como um processo em constante evolução, moldando comportamentos e gerando efeitos graduais, em consonância com as transformações sociais. Em pleno século XXI, é impossível ignorar a influência da cultura digital. Nesse contexto, existem conexões, trajetórias e diálogos que levam à compreensão de que a cultura digital é intrinsicamente integrada à cultura contemporânea, particularmente quando examinada do ponto de vista comportamental. Nesse sentido, torna-se fundamental redefinir o conceito de espaços de leitura contemporâneos a fim de plenamente compreender a inserção da cultura digital nesse ambiente.

2. Espaços contemporâneos de leitura

Nos últimos decênios do século XX e, de forma ainda mais acentuada, no início do século XXI, observamos mudanças que abrangem todos os aspectos da sociedade e transformações substanciais nas instituições bibliotecárias. Como construto cultural, a

² Hoje entendemos que a relação entre digital e cultura não é determinada pela tecnologia, pelo contrário, promovemos o princípio de que valiosos são os conteúdos e as interações que eles geram e não os dispositivos ou tecnologias em que são consultados ou produzidos. Isso exigiu uma revisão constante, pois os fenômenos resultantes dessa simbiose Comunicação + TIC + Cultura são dinâmicos e permeáveis a partir das relações sociais, participação afetiva e tendências de mercado. São também da aprendizagem que é gerada a partir do desenvolvimento de projetos com comunidades e, muito importante, das conclusões e acordos que são compartilhados com os setores acadêmicos envolvidos para a avaliação de iniciativas institucionais (SALDARRIAGA, 2018:65).

biblioteca redefine-se em suas diversas manifestações, entrelaçando-se com o tecido social e, conseqüentemente, com as reconfigurações das civilizações.

Os avanços tecnológicos viabilizam essas novas concepções e paradigmas, acarretando uma evolução contínua ou até mesmo a ruptura de práticas estabelecidas, alinhando-se com as aspirações e necessidades de adaptação às tendências sociais. Entretanto, o cenário contemporâneo apresenta-se permeado por tensões contraditórias. Por vezes, é um terreno hostil e inexplorado, suscitando resistência devido à falta de conhecimento e preparo das instituições e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento no setor público. Em outras ocasiões, é um terreno fértil, pois grandes corporações globais como a Google e a Apple, por exemplo, estão profundamente envolvidas nas transformações do setor privado, criando uma rica interação entre diferentes agentes.

As bibliotecas físicas e tradicionais, como espaços privilegiados de leitura, contendo coleções, acervos, seleções e compilações de obras, proporcionam uma experiência íntima de satisfação, aventura e conhecimento por meio das palavras, que estimulam a imaginação e permitem a construção de histórias e narrativas. No entanto, as diretrizes e funções da biblioteca têm evoluído ao longo do tempo e do espaço, sempre espelhando as necessidades das civilizações e adquirindo significados a partir de uma complexa interseção de variáveis.

Na contemporaneidade, o *locus* de leitura não está mais restrito à materialidade dos livros físicos, mas abrange uma ampla gama de registros de dados em diferentes formatos, sejam eles físicos, eletrônicos ou digitais. Isso expande a noção de posse e guarda para incluir acesso e compartilhamento, em ambientes ricos em possibilidades e acervos. Nesse contexto de mudanças, a biblioteca digital emerge como uma expressão que abriga novas experiências dentro desses espaços de leitura, também considerados como espaços culturais. A biblioteca digital é concebida para ser gerida de um ponto central, podendo ser replicada infinitamente em diferentes lugares, sem a necessidade de adquirir novos conteúdos, uma vez que estão disponíveis digitalmente. As características de posse e guarda são ampliadas, visto que a natureza digital não elimina a aquisição, apenas concede direito de acesso.

A partir deste estudo, percebe-se que a biblioteca digital tem a capacidade de disponibilizar seu acervo de forma igualitária para todos, integrando conteúdos diversos já disponíveis e buscando constantemente novos títulos, tornando-se uma fonte inesgotável de conhecimento em qualquer momento e lugar. As transformações perpassam das bibliotecas tradicionais para as digitais, mesmo que o cenário apocalíptico de extinção das primeiras seja prematuro e ilusório. No entanto, cada vez mais, as bibliotecas tradicionais não são mais espaços privilegiados para a obtenção de informações, pesquisa, conhecimento e até mesmo entretenimento.

Nesse intervalo de mudanças, os livros físicos também estão se adaptando, respondendo às demandas do contexto social. A versão digital do livro vem evoluindo com a digitalização, impactando o cenário da cultura de leitura. Na esfera dos livros impressos, a evolução da organização informacional específica de arquivos computacionais permite que o leitor intervenha muito mais do que antes. No entanto, isso não desmistifica completamente a noção de posse e guarda, uma vez que os livros digitais ainda são adquiridos por meio de compras, mas com o direito de acesso, ao invés da posse.

Essa mudança de paradigma resulta nas bibliotecas digitais, nas quais os elementos físicos restritos no espaço físico estão ausentes. Porém, a existência desses elementos em formato digital, cujo acesso e compartilhamento são essenciais para sua existência, remodela parte do conceito e formato preestabelecidos. No entanto, entende-se que não é a materialidade ou imaterialidade que define a mudança de conceito, mas sim uma questão cultural. Assim, o leitor contemporâneo experimenta novos ritmos e sensações fugazes diante das novas formas de leitura, transformando o livro materializado em um objeto menos sacralizado.

A fluidez da computação tem se aproximado, de forma indutiva, do mundo natural, em que o digital está contido. Partindo de uma abordagem orientada para o diálogo com todas as possibilidades de acesso ao conhecimento, este estudo abraça uma perspectiva inovadora que estimula o aprendizado, promovendo o desenvolvimento de habilidades significativas de letramento em um ambiente profundamente interativo.

Ao considerar os espaços contemporâneos de leitura, é evidente como a cultura digital influencia a forma como as pessoas acessam e interagem com informações. Bibliotecas e ambientes de leitura estão se adaptando à dinâmica da cultura digital, incorporando recursos digitais e multimídia para atender às expectativas dos leitores hiper-híbridos.

Mais do que a mimetização da dinâmica intersemiótica e fugidia do nosso pensamento, a condição on/off de nossa existência, ou condição onlife, para usar essa nomenclatura mais ajustada, entronizou-se em nosso próprio modus vivendi nômade, em movimentos intermitentes nos espaços físicos em simultaneidade com os espaços informacionais, sempre hiperconectados e, conseqüentemente, hiper-híbridos (SANTAELLA, 2021:44).

A interação entre a cultura digital, os espaços de leitura contemporâneos e a noção de humanos hiper-híbridos revela um cenário complexo de transformações e a cultura digital redefine a maneira como concebemos a leitura, estimulando a participação ativa do leitor e a co-construção de significados. Ao mesmo tempo, essa cultura digital transforma os espaços de leitura em ambientes fluidos, nos quais as fronteiras entre o físico e o digital se dissolvem.

Portanto, essa discussão oferece uma oportunidade de compreender como a teoria dos humanos hiper-híbridos se aplica aos espaços de leitura contemporâneos, mediados pela cultura digital. Ao citar diretamente Santaella (2021), podemos enfatizar a relevância da interação entre humanos hiper-híbridos e a cultura digital nos espaços de leitura, destacando a necessidade de uma abordagem adaptativa para entender essas transformações.

Esta análise busca compreender como as ideias de Santaella (2021) sobre a hibridização da experiência humana podem ser aplicadas à evolução dos ambientes de leitura na era da cultura digital, na transformação contínua da natureza humana em resposta à imersão crescente em ambientes mediados por tecnologia. Nesse sentido, Santaella (2021) observa: “nossas linguagens não são mais o que pensávamos que eram e, com elas, nós, humanos hiper-híbridos, também não somos mais os mesmos” (SANTAELLA, 2021:46-47). A cultura digital é um dos principais catalisadores dessa hibridização, pois promove a convergência de mídias, linguagens e modos de interação.

3. Letramentos

O desenvolvimento de habilidades significativas de leitura, no qual as relações de sentido emergem da interação de múltiplos sistemas semióticos, compreende a natureza plural e diversificada do letramento enquanto fenômeno. Portanto, todo processo de construção textual é fundamentado na interpretação, sendo uma perspectiva intrinsecamente intercultural. Guiadas pelas epistemologias digitais contemporâneas, as instituições de ensino superior devem adotar uma concepção aberta e abrangente dos textos, incorporando as diversas pluralidades e diversidades impulsionadas pelos multiletramentos e suas ramificações nos estudos linguísticos. Nesse contexto, a contribuição para a epistemologia de performance, que encontra aplicação na sociedade em rede, desencadeia revisões e mudanças na prática pedagógica relacionada aos letramentos, navegando por transformações constantes que tanto originam quanto afetam formas variadas de construção e compartilhamento de significados.

Os textos multimodais e as práticas de letramento digital enfatizam a necessidade de ampliar a compreensão da cultura digital no contexto da relação entre tecnologia e educação. Essas mudanças requerem abordagens inovadoras, acolhendo formas de letramento, conteúdos e aprendizados reinventados ou reimaginados. À medida que novas construções interpretativas da linguagem emergem, colocando a imagem em destaque na comunicação, as interações mentais que ocorrem de maneira digital e em rede, assemelhando-se a sinapses, integram-se no ser, atuando como agentes de letramento na contemporaneidade. Essas atividades não são mais condicionadas por limitações e restrições sócio-históricas que afetam a situação comunicativa. Esse cenário transcende fronteiras educacionais, linguísticas e disciplinares, adotando uma abordagem interdisciplinar.

À medida que novas éticas e estéticas emergem, surgem novas buscas por significado. Essa prática tem o potencial de romper paradigmas, explorando a multiplicidade de linguagens midiáticas e multimidiáticas. Tais manifestações se configuram como semioses híbridas, polifônicas, multidimensionais e complexas.

Somos seres discursivos, sempre ideologicamente marcados, sempre localizados, e os entendimentos que construímos, sejamos nós cientistas ou “gente simples do povo”, são sempre tingidos por ideologias, por perspectivas relacionadas a quem somos, onde estamos e para onde queremos e nos achamos capazes de ir. A língua, pensada assim como discurso, é um sistema de construção de sentidos, desenvolvido culturalmente e adquirido socialmente em relações de confronto e poder (JORDÃO, 2007:22, grifo nosso).

Nesse contexto, emergem comunidades interpretativas que se constituem a partir de perspectivas discursivas caracterizadas por formatos transdisciplinares, intrinsecamente fluidos e mutáveis em sua natureza ontológica. Nesse cenário complexo, manifestam-se nuvens de desobediência epistêmica que permeiam o âmbito de um letramento que resiste, persevera e subsiste. A princípio, essas nuvens são como chuvas finas da interseção entre a linguagem e o pensamento decolonial, evoluindo em um momento posterior para tempestades intensas de metalinguagens e diversidades culturais.

A concepção de pluralismo nos novos letramentos, ou seja, nos multiletramentos, abre espaço para que os conhecimentos que anteriormente estavam rigidamente vinculados às suas respectivas áreas disciplinares sejam abordados sob uma perspectiva dialética, cultural, histórica e social. Isso é possível graças às pluralidades e diversidades impulsionadas pelas epistemologias digitais contemporâneas, que permitem uma visão mais abrangente e conectada das múltiplas dimensões do conhecimento.

Sobre linguagem digital e o participante da sociedade digital, muito mais ainda deve ser estudado e aprendido, com o propósito de compreender o que requer uma nova educação e fazer as escolhas adequadas dos letramentos a serem desenhados, planejados e promovidos os quais reflitam as inegáveis novas necessidades dessas sociedades (MONTE MOR, 2007:44).

No contexto contemporâneo, a concepção de leitura e escrita transcende o mero ato mecânico, transformando-se em uma propriedade complexa e multifacetada que o indivíduo social pode adotar. Nesse âmbito, emerge a capacidade de engajar-se em um amplo espectro de práticas de leitura e escrita em ambiente digital. Esse cenário é resultado da presença de diversas alternativas para ler, interagir, observar, pensar, viver e conviver, permeado por enunciações variadas que levam a reflexões profundas e proposições sobre a atmosfera digital e as mudanças que essa prática promove no campo educacional.

O ambiente digital oferece um terreno fértil para a multiplicidade de experiências de leitura e escrita, permitindo a exploração de novos formatos, abordagens e linguagens. Essa expansão do leque de práticas proporciona uma rica interação entre o indivíduo e o conteúdo, desafiando as fronteiras tradicionais entre o leitor, o autor e a obra. A leitura e escrita digital transcendem a unidimensionalidade do papel e da tinta, abrindo espaço para a hibridização de elementos textuais, visuais, sonoros e interativos.

Além disso, a prática de leitura e escrita no ambiente digital não é uma atividade isolada, mas sim uma atividade que permeia as múltiplas dimensões da vida cotidiana. A interconexão constante proporcionada pela ubiquidade da tecnologia digital transforma essa prática em um componente onipresente da vida moderna. Seja nas interações nas redes sociais, na pesquisa acadêmica on-line, na criação de conteúdo digital ou em outras manifestações, a leitura e escrita digital se estendem para além dos limites físicos, integrando-se de forma intrínseca às dinâmicas sociais e culturais.

Contudo, essa transformação não se estabelece de maneira homogênea. Enquanto algumas camadas da sociedade usufruem plenamente dos recursos e oportunidades oferecidos pelo ambiente digital, outras enfrentam desafios relacionados à exclusão digital, falta de acesso adequado e desigualdades socioeconômicas. Portanto, a compreensão da prática de leitura e escrita em ambiente digital deve levar em consideração essa diversidade de contextos e realidades. Dentro do cenário educacional, a leitura e escrita digitais assumem um papel crucial. As instituições educacionais devem reconhecer a importância de desenvolver competências de letramento digital entre os estudantes, capacitando-os para navegar de maneira crítica e eficaz em um mundo digital cada vez mais complexo e interconectado. A prática de leitura e escrita digital no contexto educacional não apenas promove a aquisição de conhecimento, mas também cultiva habilidades de análise, interpretação, colaboração e expressão criativa.

Em resumo, a leitura e escrita no ambiente digital não são meramente transposições das práticas analógicas para um meio eletrônico, mas sim uma evolução significativa que reconfigura a natureza da interação humana com a informação, o conhecimento e a cultura. A ubiquidade, a interatividade e a hibridização de elementos multimodais conferem uma dinâmica única a essa prática, impactando não apenas as esferas educacionais, mas também a forma como nos relacionamos com o mundo ao nosso redor.

No entanto, a dimensão da contemporaneidade no ensino de práticas de letramento não tem somente a ver com o ensino daquilo que há de mais avançado tecnologicamente, ou aquilo que é mais funcional e, portanto, terá maior serventia escola afora, embora ambos sejam aspectos importantes para determinar objetivos educacionais. A contemporaneidade diz respeito à flexibilidade e ao respeito pela cultura do outro para garantir a inserção tranquila do aluno nos novos modos de fazer sentido via escrita na sociedade tecnológica em que imagem e texto escrito imperam. Ser contemporâneo é ouvir o que o outro quer e aproveitar a flexibilidade de novos modos de ser e significar para propiciar as condições para que o aluno satisfaça seu desejo (KEILMAN, 2014:82, 83).

Para atingir esse objetivo, é fundamental desenvolver uma compreensão aprofundada dos processos de letramento que emergem da cultura digital. Essa análise deve ser conduzida por meio de um olhar reflexivo, crítico e dialético, que considera a dinâmica complexa de apropriação e uso das mídias digitais. Afinal, como observa Keilman (2014:76), “a experiência digital é relacional, dialógica, envolvendo relações humanas cada vez mais amplas e complexas”.

A abordagem reflexiva implica em um exame profundo das implicações sociais, culturais e cognitivas da interação com as tecnologias digitais. Ela requer uma análise cuidadosa das formas pelas quais os indivíduos engajam com as mídias digitais, como isso molda suas percepções de mundo e como contribui para a construção de identidades pessoais e coletivas. Esse processo exige uma autoconsciência constante sobre o impacto das mídias digitais em nossos modos de pensar, comunicar e interagir.

A perspectiva crítica, por sua vez, é essencial para questionar as narrativas predominantes e os discursos que circulam no espaço digital. Isso implica em não apenas consumir passivamente o conteúdo digital, mas também avaliar de maneira crítica as fontes, os discursos e as intenções por trás das informações apresentadas. A crítica também se estende à análise das estruturas de poder presentes no ambiente digital, incluindo questões de privacidade, vigilância, desigualdade e manipulação.

A abordagem dialética envolve o reconhecimento da complexidade e interconexão entre diferentes dimensões da cultura digital. Ela implica em compreender as tensões e contradições inerentes ao uso das mídias digitais, assim como as possibilidades de síntese e transformação que podem surgir dessas tensões. A dialética também estimula a exploração de diferentes perspectivas e vozes no cenário digital, promovendo um diálogo rico e plural.

A citação de Keilman (2014) destaca a natureza relacional da experiência digital, ressaltando que o uso das mídias digitais vai além da interação com dispositivos

tecnológicos, envolvendo relações humanas complexas e amplas que são mediadas pelo ambiente digital. Isso nos lembra que, ao explorar a cultura digital, não estamos apenas lidando com tecnologias isoladas, mas também com redes sociais, comunidades on-line e conexões interpessoais que moldam nossa experiência digital de maneira profunda.

Portanto, a compreensão dos processos de letramento a partir da cultura digital demanda uma abordagem holística e sofisticada que incorpora elementos reflexivos, críticos e dialéticos. Essa análise complexa nos capacita a navegar de forma informada e responsável no mundo digital em constante evolução, e nos ajuda a aproveitar ao máximo as possibilidades e desafios oferecidos por essa cultura em transformação.

Considerações

Por meio das discussões suscitadas até o momento, mediante a associação cuidadosa de conceitos, campos de estudo, contextos e experiências, nossa proposição busca justamente discernir os contornos do cotidiano contemporâneo. Isso nos conduz a explorar o anônimo, um limiar permeado pela cultura digital que transcende o domínio do ordinário. As mutações observadas são, na verdade, resultantes de complexas interações com os modos de vida das pessoas, ultrapassando a mera questão do acesso tecnológico. O que efetivamente incita a mudança é a intrincada *interplay* de afetar e ser afetado, decorrente das experiências imersas no contexto global.

Sob essa abordagem, o estudo emerge com a compreensão das bibliotecas contemporâneas como potenciais catalisadores de espaços orgânicos, que permeiam os fluídos sociais terrenos, como reservatórios de sementes de potencialidades emergentes, delineadas por orientações em consonância com as contingências atuais. Consequentemente, a análise da cultura digital no cruzamento entre linguagem e educação, em sinergia com as últimas manifestações das tecnologias digitais de informação e comunicação, requer a aceitação e adoção de formas alternativas de letramento. Essa perspectiva de letramento deve levar em consideração o entrelaçamento entre a rica tapeçaria do conhecimento histórico e cultural relacionado à leitura e escrita. Dessa forma, é possível evitar descompassos entre as aspirações individuais das instituições educacionais e as necessidades coletivas do corpo social.

No lugar dos materiais físicos tradicionais da linguagem, os espaços de leitura contemporâneos se delineiam por fluxos que favorecem acessos e compartilhamentos, engendrando experiências humanas distintas e renovadas. Isso pode ser compreendido como uma jornada contraposta à estaticidade do espaço convencional. A analogia com o rio, presente na compreensão da cultura contemporânea, evoca um curso de águas turbulento, incessante e contínuo. Seguindo essa fluidez impetuosa e imprevisível em sua essência, emergem reflexões que vão além da mera conectividade na relação da sociedade com a intrínseca tecnologia que permeia a vida moderna.

As transformações que se encontram em pleno curso, abundantes e imponentes como torrentes, engendram correntes de possibilidades para que os estudiosos da cultura contemporânea possam mergulhar, discernindo novas vertentes teóricas e práticas nos espaços de leitura, passando do paradigma de posse e guarda para um cenário de acesso e compartilhamento. Esta pesquisa, nesse sentido, permitiu contextualizar a incessante evolução da experiência humana em um cenário permeado pela crescente interação

tecnológica. A constatação de que a hibridização é um processo contínuo e irreversível ressoa de forma significativa no contexto atual. Observa-se que a cultura digital emerge como um dos principais propulsores dessa mudança, convergindo diversos elementos midiáticos, linguísticos e interativos.

A transformação desses conceitos em relação aos espaços de leitura contemporâneos é notória. As bibliotecas e ambientes de leitura estão passando por uma metamorfose para se adequarem às demandas de leitores hiper-híbridos e a interação digital modifica não apenas o ato de leitura, mas também a relação do leitor com a informação. Esse processo reflete na adoção de tecnologias e recursos digitais que possibilitam uma experiência de leitura mais interativa e compartilhável.

Essa conjuntura complexa sublinha a relevância da discussão proposta, à medida que identifica os pontos de confluência entre a cultura digital, os espaços de leitura contemporâneos e a teoria dos humanos hiper-híbridos. A emergência de um novo paradigma de leitura, caracterizado por participação ativa e co-construção de significados, tem sua base na cultura digital. Nesse contexto, os limites entre o físico e o digital se esvanecem, resultando em ambientes de leitura fluidos e adaptativos.

Portanto, essa investigação proporciona um entendimento mais profundo das interações entre humanos hiper-híbridos e a cultura digital nos espaços de leitura contemporâneos. Ao ancorar nossas considerações entretecidas, que a evolução constante dos espaços de leitura na era da cultura digital exige uma análise dinâmica que capte as nuances da experiência humana em constante hibridização.

Referências bibliográficas

BELTING, Hans

2006 Imagem, mídia e corpo: uma nova abordagem à Iconologia. Trad. Juliano Cappi. *Ghreb: Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia*. 8 (jul. 2006) 32-60.

JORDÃO, Clarissa Menezes

2007 As Lentes do discurso: letramento e criticidade no mundo digital. *Trabalhos de Linguística Aplicada*. 46:1 (jan./jun. 2007) 19-29.

KLEIMAN, Ângela

2014 Letramento na contemporaneidade. *Bakhtiniana*. 9:2 (ago./dez. 2014) 72-91.

LÉVY, Pierre

1999 *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

MARTINS, Dalton

2018 As Práticas da cultura digital. In *Cultura e Pensamento: Cultura Digital e Economia da Cultura*. Org. Cleomar Racha, Magali Guedes Magela. Goiânia: Gráfica UFG, 2018, p. 11-25.

MONTE MOR, Walkyria

2007 Linguagem digital e interpretação: perspectivas epistemológicas. *Trabalhos de Linguística Aplicada*. 46:1 (jan./jun. 2007) 31-44.

SALDARRIAGA, Nathalia María Restrepo

2018 Contenedores digitais que fortalecen las representaciones culturales. In *Cultura e Pensamento: Cultura Digital e Economia da Cultura*. Org. Cleomar Racha, Magali Guedes Magela. Goiânia: Gráfica UFG, 2018, p. 61-71.

SANTAELLA, Lucia

2021 *Humanos hiper-híbridos: linguagens e cultura na segunda era da Internet*. São Paulo: Paulus, 2021.

SANTAELLA, Lucia

2003 Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. *Revista FAMECOS*. [Em linha]. 22 (dez. 2003). [Consult. 10 jul. 2023]. Disponível em: <http://www.vaipav.xpg.com.br/Material/HUMANIDADES/Texto%20Lucia%20Santaella.pdf>.

WILSON, Simón Pérez

2018 La Cultura Digital: lecturas y formas de acción. In *Cultura e Pensamento: Cultura Digital e Economia da Cultura*. Org. Cleomar Racha, Magali Guedes Magela. Goiânia: Gráfica UFG, 2018, p. 73-85.

Olira Saraiva Rodrigues | olirarodrigues@gmail.com

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

A CHEGADA DA *INFORMATION LITERACY* NO BRASIL: apropriação conceitual e implicações para as traduções

THE ARRIVAL OF INFORMATION LITERACY IN BRAZIL: conceptual appropriation and implications for translations

Mariana de Souza Alves | Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo | Marcos Galindo

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a18>

Resumo: Apresenta como as discussões sobre a *Information Literacy*, amplamente discutida no contexto estadunidense, ecoaram em solo brasileiro, a fim de fornecer um apanhado histórico-conceitual para subsidiar os estudos da área. Caracteriza o tema a partir de sua constituição histórica, conceitual-empírica e crítica e das implicações terminológicas e de tradução no Brasil. Utiliza para o apanhado: obras seminais das primeiras pesquisadoras brasileiras que discorreram sobre o tema da *Information Literacy* (e suas traduções) desde o começo dos anos 2000; documentos institucionais estadunidenses; e produções científicas nacionais sobre o assunto. Verifica que a função educacional da *Information Literacy* foi um dos atrativos para a chegada do conceito no Brasil e para a sua apropriação pelos estudos sobre Biblioteca e Educação, por isso os elementos conceituais acerca da *aprendizagem* e da *biblioteca escolar* estão presentes nas distintas traduções. Conclui que a *Information Literacy* surge em condições específicas para atender a necessidades de seu país de origem. Dentre os desafios enfrentados nesse movimento de apropriação, além das dificuldades sociais e econômicas do Brasil, que são pouco semelhantes às dos Estados Unidos, há desafios no plano linguístico e epistemológico, especialmente na sua tradução e conceitualização.

Palavras-chave: *Information Literacy*, Brasil; Terminologia; Tradução.

Abstract: It presents how discussions about Information Literacy, widely discussed in the American context, echoed on Brazilian soil, in order to provide a historical-conceptual overview to support studies in the area. It characterizes the theme based on its historical, conceptual-empirical and critical constitution, and the terminological and translation implications in Brazil. It uses seminal works by the first Brazilian researchers who have discussed the topic of Information Literacy (and its translations) since the beginning of the 2000s; US institutional documents and national scientific productions on the subject. It verifies that the educational function of Information Literacy was one of the attractions for the arrival of the concept in Brazil and for its appropriation by studies on Library and Education, therefore, the conceptual elements about learning and the school library are present in the different translations. It concludes that Information Literacy arises under specific conditions to meet the needs of its country of origin. Among the challenges faced in this appropriation movement, in addition to the social and economic difficulties in Brazil, which are little similar to those of the United States, there are challenges at the linguistic and epistemological level, especially in its translation and conceptualization.

Keywords: Information Literacy, Brazil; Terminology; Translation.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar como as discussões sobre *Information Literacy*¹, amplamente discutida pela Biblioteconomia estadunidense, ecoaram no Brasil. Caracterizamos o tema a partir de sua constituição histórica, epistemológica, empírica e crítica, por meio, primeiramente, do que foi trazido pelas pesquisadoras brasileiras desde o começo dos anos 2000 sobre *Information Literacy* (e suas traduções) e, posteriormente, por meio de documentos institucionais e trabalhos seminais sobre o assunto.

O referencial da *Information Literacy* é, de certa forma, amplamente conhecido pelo campo da BCI brasileira, a singularidade e a contribuição do apanhado que aqui propomos está no arranjo sistemático do modo de dispor os elementos do tema (compilação das questões históricas, teóricas e empíricas); na apresentação de forma mais detalhada dos preceitos do Relatório da Association Library American (ALA) e de outros documentos institucionais estadunidenses; e na exposição das perspectivas críticas à *Information Literacy*, pouco presentes nos trabalhos sobre o tema e sobre as traduções dele derivadas.

2. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa possui natureza exploratório-descritiva. Quanto aos meios, caracteriza-se por ser bibliográfica e documental. Como procedimentos de coleta utilizamos o levantamento sistemático de trabalhos sobre o tema em bases de dados disciplinares e multidisciplinares. Utilizamos o método da Análise de Conteúdo (AC) para a análise e interpretação dos dados.

O recorte deste artigo faz parte de um estudo mais amplo (ALVES, 2023) que buscou investigar, dentre outros objetivos, a relação da *Information Literacy* com a tradução brasileira letramento informacional. Para realizar uma averiguação profunda sobre esta relação foi necessária uma imersão acerca do surgimento da *Information Literacy* nos Estados Unidos e a chegada e apropriação desse movimento pelo campo da BCI brasileira. Por isso, nosso movimento metodológico ocorreu da forma como descreveremos abaixo.

Para a seleção das fontes, utilizamos a biblioteca virtual do Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e as bases de dados: *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* (BDTD); *Catálogo de Teses e Dissertações da Capes* (CTDC); a coleção BENANCIB e a *Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação* (BRAPCI). Tais bases foram escolhidas por serem essenciais para a divulgação científica no Brasil. Os gêneros textuais acadêmico-científicos que compuseram o *corpus* foram os seguintes: artigos científicos, comunicações em eventos (de qualquer tipo, anais, *poster*) e dissertações e teses. Para isso, escolhemos bases de dados das áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas (tanto multidisciplinares como disciplinares, principalmente as subáreas de Educação e BCI), sobretudo, as que indexam periódicos brasileiros. O termo utilizado foi “letramento informacional”, em português, tendo em vista as implicações linguísticas do termo em

¹ Em relação à padronização dos termos, utilizamos o termo *Information Literacy* escrito com iniciais maiúsculas para se referir ao tema e ao movimento. Ao tratar das questões terminológico-conceituais, portanto, quando o termo surge em um contexto metalinguístico, o termo *information literacy* é grafado em itálico e com iniciais minúsculas.

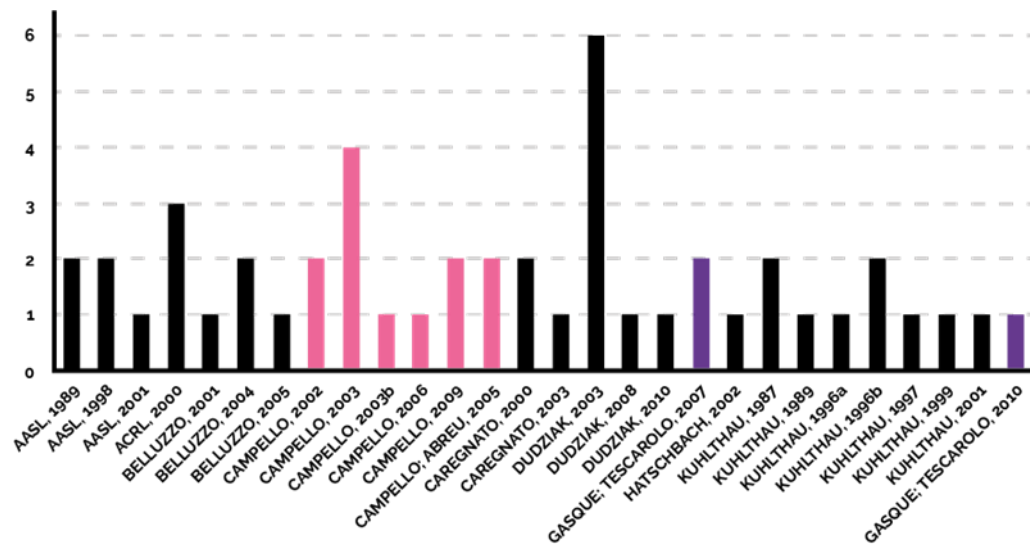
inglês “*information literacy*” que possui várias traduções para o português brasileiro. As buscas foram realizadas nos meses de agosto e setembro de 2021. Este *corpus* inicial foi composto por 156 trabalhos.

A necessidade de entendermos o panorama da *information literacy* antes da tradução e adoção para letramento informacional, demandou uma inclusão, que já prevíamos, de trabalhos que não estavam no *corpus* principal. Por isso, nos procedimentos de coleta, escolhemos restringir a estratégia de busca para apenas letramento informacional (e não procurar textos sobre *information literacy* fora do *corpus* para complementar essa contextualização), justamente pela necessidade de se construir esse contexto a partir do que o próprio *corpus* sobre letramento informacional citava a respeito de trabalhos brasileiros que discutiram a *Information Literacy*.

Após esse levantamento inicial, para construir um panorama acerca da *Information Literacy*, fizemos um levantamento das referências em comum utilizadas para definir os termos *information literacy* e letramento informacional citadas pelos nove primeiros trabalhos da primeira década do *corpus* inicial que compreenderam os anos de 2003 a 2010. O levantamento resultou em 28 referências.

Dentre as autoras mais citadas, destacaram-se cinco brasileiras, Elizabeth Dudziak, Bernadete Campello, Regina Belluzzo, Sônia Caregnato e Maria Helena Hatschbach, as quais desenvolveram os primeiros trabalhos sobre o tema ao longo dos anos 2000 a 2005. No contexto internacional nota-se a influência de documentos institucionais da ALA e de uma pesquisadora, Carol Kuhlthau, de origens estadunidenses, conforme Fig. 1:

Fig. 1 – Gráfico com as referências sobre *information literacy* mais citadas nos trabalhos brasileiros da primeira década do *corpus* inicial



Fonte: Alves e Soares (2023)

Fonte: Elaborada pelas autoras. Design de Loudovico Soares.

Em seguida, a partir do que nos foi possível ter acesso, filtrámos as obras que atendiam ao objetivo de explicar o que foi o movimento da *Information Literacy*, a partir da lente das pesquisadoras brasileiras. Sendo assim, utilizamos como base principal para essa discussão os trabalhos de Caregnato (2000), Dudziak (2001; 2003), Hatschbach (2002), Belluzzo (2004; 2005), Campello (2003; 2006) e recorreremos às fontes primárias citadas quando necessário (ALA, 1989; 1998; AASL, 1988; 1998; ACRL, 2000; KUHLTHAU, 2004; 2007) para explicar em que consiste a *Information literacy* no contexto internacional e articular como se chegou à tradução de letramento informacional, por meio dos trabalhos de Campello (2003; 2009). Para cada um desses trabalhos foi elaborada uma ficha de análise para extrair os aspectos sobre o tema (ex.: contexto histórico, chegada ao Brasil, tradução, conceito, ações empíricas, conceito de informação, entre outros) para então sistematizá-los. Posteriormente a essa sistematização foram adicionadas à discussão, outras referências nacionais e internacionais para esclarecer os fundamentos teóricos e apontamentos críticos relativos a este tema. O material recuperado no levantamento e analisado consta no Apêndice A.

Esclarecemos que, na discussão a seguir, a variação de uso de termos como *information literacy*, *alfabetização informacional*, *competência informacional* e *letramento informacional*, se deu conforme as escolhas terminológicas de cada autoria citada na frase ou no parágrafo determinado.

3. Panorama histórico, conceitual-empírico, crítico e terminológico (traduções) da *Information Literacy* no Brasil

A seguir, discorreremos sobre o panorama histórico, conceitual-empírico e crítico acerca da *Information Literacy*, bem como sobre as implicações acerca da terminologia e das traduções deste contexto no âmbito brasileiro.

3.1. Contexto histórico da *Information Literacy*

De modo geral, os argumentos apontados pelos trabalhos anteriormente citados como fatores que contribuíram para o surgimento da *Information Literacy* foram o *status* mercadológico adquirido pela informação e a emergência da Internet, os quais ecoaram na Sociedade da Informação. A ideia de que a informação é um recurso estratégico que precisa ser gerenciado ou como um produto a ser consumido, bem como as mudanças paradigmáticas no campo da Educação (novas tecnologias, explosão informacional, interdisciplinaridade, educação continuada, aprendizagem contínua, desinformação) são alguns dos motivos frequentemente apontados pelas pesquisadoras para o aparecimento da *Information Literacy* (DUDZIAK, 2001; HATSCHBACH, 2002; BELLUZZO, 2004; BELLUZZO, KOBAYASHI e FERES, 2004; MASSENSINI, 2010).

Nesses estudos, a Sociedade da Informação é definida como o mundo da disponibilidade excessiva de informações, cujo contexto vai justificar a exigência inevitável da *competência informacional* (CAMPELLO, 2003). A Sociedade da Informação como um ambiente oportuno e promissor e a *competência informacional* como uma esfera que permite que a pessoa tire vantagens das oportunidades típicas daquela Sociedade, que o país possa competir internacionalmente e, ainda que lide com questões de injustiça social e

econômica, apregoa que essas possibilidades são possíveis se as pessoas estiverem preparadas para lidar com o volume de informações disponíveis (CAMPELLO, 2003).

Essa Sociedade requer das crianças e pessoas educandas capacidade de aprendizado permanente, para que sobrevivam e se desenvolvam produtivamente neste século (CAMPELLO, 2003; BELLUZZO, 2005). Além disso, a transição de uma economia mundial baseada na produção de bens, para uma economia baseada na informação aproxima a *Information Literacy* do ambiente profissional no que tange às habilidades necessárias para o mundo trabalho (HATSCHBACH, 2002).

Com base em tais inclinações, constatadas por meio desses estudos, nota-se que todos esses motivos elencados como impulsionadores do surgimento da *Information Literacy* (*status* mercadológico da informação, informação como um recurso estratégico, informação para consumo e economia da informação), evidenciam os princípios neoliberais e a noção de informação como *commodity* que guiou e estruturou este momento tanto teórica como metodologicamente (FROHMANN, 2008; FUCHS, 2009; BEZERRA, 2019; BEZERRA, SCHNEIDER e SALDANHA, 2019).

Ademais, conforme afirma Nascimento (2018:28) a respeito da Sociedade da Informação: “[...] nem sempre a ideia de informação está se referindo à ‘informação’ enquanto fenômeno semântico, mas às ‘tecnologias de informação’, confusão que leva a pensar em uma sociedade centrada na informação e conhecimento, quando, na realidade, a referência é o desenvolvimento tecnológico”. O autor explica que: “[...] implicitamente, o termo ‘sociedade da informação’ possui um viés econômico, economicista e prescritivo que procuraria disseminar um padrão norte-americano de sociedade, em escala global” (NASCIMENTO, 2018:28-29). Ao fim e ao cabo, finaliza o pesquisador:

[...] a sociedade não é vista como “da informação” e/ou “do conhecimento”, mas como sociedade “de consumo da informação”, condicionada pelas tecnologias informacionais que, rápida e ciclicamente, são desenvolvidas para a disponibilização crescente de signos, processo mais gerador de angústia e “ansiedade informacional” (WURMAN, 1991) que de “atos de significação” (BRUNER, 1997) (NASCIMENTO, 2018:33).

A aparição primeira da expressão *information literacy* é creditada, conforme os textos dos quais nos utilizámos, ao bibliotecário estadunidense Paul George Zurkowski (1932-2022²), em 1974 no seu relatório *The Information service environment: relationships and priorities*. Zurkowski era Presidente da Information Industry Association (IIA) e fazia parte da equipe da *National Commission on Libraries and Information Science*, agência nacional do governo estadunidense responsável por assessorar organizações públicas e privadas sobre questões de políticas de bibliotecas e informação (DUDZIAK, 2001; BELLUZZO e KERBAUY, 2004; CAMPELLO, 2006). Essa comissão pretendia estabelecer as diretrizes para um programa nacional de acesso universal à *Information Literacy* até 1984 (CAMPELLO, 2006).

O objetivo do documento era descrever “As relações tradicionais das bibliotecas com a indústria da informação”, tensionando tais relações para mostrar que “os papéis

² Funeral for Paul George Zurkowski, founder of the Information Literacy Movement (Grigsby, 2022).

tradicionais das bibliotecas e as atividades de informação do setor privado estão em transição” (ZURKOWSKI, 1974). No Relatório, o empresário listou “uma série de produtos e serviços de informação providos por instituições privadas (como organizações não-governamentais, empresas prestadoras de serviços informacionais, editoras e outras) e suas relações com as bibliotecas” (DUDZIAK, 2001:21), constatando que esses setores não poderiam mais manter seus papéis tradicionais, sendo necessária uma integração e expansão de suas relações, em função do novo cenário informacional que despontava em prol do movimento nacional da *Information Literacy* (CAMPELLO, 2006).

O Relatório chamava atenção para a necessidade de preparar pessoas para fazer uso das bases de dados eletrônicas que estavam sendo comercializadas no país e indicava que os recursos informacionais deveriam ser aplicados em situação de trabalho (CAMPELLO, 2006), tendo em vista o potencial da informação para otimizar os serviços, por isso sua importância para a resolução de problemas no âmbito profissional (DUDZIAK, 2001; CAMPELLO, 2006). Assim, a *Information Literacy* nasce no setor industrial apontando para a expansão dos serviços informacionais para além das bibliotecas, sobretudo destacando o caráter mercadológico e estratégico da informação para a economia (DUDZIAK, 2001; HATSCHBACH, 2002; CAMPELLO, 2006).

A partir desse marco, o movimento *Information Literacy* e *Information Literacy Education* foi ganhando adesão expressiva no âmbito governamental, em eventos e publicações acadêmicas e em ações nas bibliotecas e unidades de informação, sobretudo nos Estados Unidos. Embora este país sobressaísse no final do século passado, em termos de produção científica e programas de *Information Literacy*, o trabalho de Hatschbach (2002) identificou trabalhos oriundos de outros países, como África do Sul, México, Singapura e Nova Zelândia.

Nessa expansão, o conceito passou a designar uma série de habilidades técnicas (ampliando a noção de acesso à informação para a noção de uso da informação), aproximou-se cada vez mais das tecnologias da informação e comunicação e incorporou certa dimensão política (DUDZIAK, 2001). Assim, uma das dimensões da *Information Literacy* a considera como instrumento de libertação, democracia e emancipação política e cidadã (DUDZIAK, 2001; CAMPELLO, 2003).

Um marco que aconteceu nos EUA e despertou definitivamente a classe bibliotecária para a *Information Literacy*, segundo Campello (2003), foi a publicação do relatório *A Nation at risk: the imperative for educational reform* pela National Commission on Excellence in Education daquele país, em 1983. O objetivo do Relatório era fornecer “recomendações práticas para a melhoria educacional” dos Estados Unidos, tendo em vista a “percepção pública generalizada” dos problemas e das ausências existentes nas escolas (NATIONAL..., 1983). Também preconizava que as habilidades de gerenciar informações eram essenciais para o aprendizado em ambientes digitais. Contudo, o Relatório não citava o papel educacional das bibliotecas e dos recursos informacionais (CAMPELLO, 2003). Esse documento, conforme mostrado por Campello (2003), implodiu numa reação ativa da classe bibliotecária, por desconsiderar o papel das bibliotecas no processo educacional (ALA, 1989), gerando pronunciamentos por parte de instituições e associações bibliotecárias, bem como uma série de publicações sobre o tema e programas educacionais voltados à *Information Literacy*, instigando a classe a aprofundar as relações entre Biblioteconomia e Educação (CAMPELLO, 2003; DUDZIAK, 2001).

Um dos primeiros documentos reativos ao *A Nation at Risk*, segundo Campello (2003), foi o *Information Power: Guidelines for School Libraries Media Programs*. Publicado pela divisão de bibliotecas escolares da American Library Association (ALA), a American Association of School Librarians (AASL), EUA, em parceria com Association for Educational Communications and Technology (AECT) (1988), o documento apresentou diretrizes para a implementação de programas educacionais, cuja sustentação partia primordialmente da integração entre professores, diretoras e bibliotecárias (AASL, 1988). Ressaltamos que, no entanto, apesar disso, nesse documento não encontramos a menção à expressão *information literacy*. Supomos que isso pode ter ocorrido porque ele possui os princípios desse movimento, mesmo que este não tenha sido mencionado.

Tal documento foi considerado importante por Dudziak (2001:30), visto que “pela primeira vez os bibliotecários foram chamados a assumir uma participação mais ativa nos processos de aprendizagem, em cooperação com os docentes”. O documento esclarecia as funções da bibliotecária educadora, orientando não apenas como recuperar as fontes de informação, mas também como desenvolver habilidades de pensamento crítico e aprendizado contínuo, integrando o processo de ensino e aprendizagem juntamente com a equipe escolar (CAMPELLO, 2003).

Em 1989, a ALA publica o *Presidential Committe on Information Literacy: final report* (ALA, 1989), documento que viria a ser um dos mais citados na produção científica e o formulador dos princípios da *Information Literacy* que pavimentam até hoje este conceito, suas derivações e traduções. O Comitê Presidencial de *Information Literacy* da ALA foi criado em 1987 pela Presidente da ALA, Margaret Chisholm, e composto por líderes em Educação e Biblioteconomia, com três propósitos definidos:

- (1) definir a *information literacy* dentro das *higher literacies* e sua importância para o desempenho da **estudante, aprendizagem ao longo da vida e cidadania** ativa; (2) projetar um ou mais modelos para o desenvolvimento da *information literacy* apropriados para ambientes de **aprendizagem formais e informais** ao longo da vida das pessoas; e (3) determinar as implicações para a **educação** continuada e desenvolvimento de professores (ALA, 1989, *grifo nosso*).

Em virtude de uma das recomendações desse Relatório Final (ALA, 1989), foi criado o National Forum on Information Literacy (NFIL), que operou desde 1989, com sede em Chicago, reunindo “mais de 75 organizações educacionais, empresariais e governamentais” (ACRL, 2000), tendo como objetivo “promover a conscientização internacional e nacional da necessidade de *information literacy* e incentivar atividades que levem à sua aquisição” (ACRL, 2000:15).

Uma nova versão do *Information power*, dessa vez com subtítulo *Building partnerships for learning*, foi divulgada dez anos depois da primeira, em 1998. Nesta ocasião, segundo Campello (2003), deu-se ênfase a um modelo em que a usuária, leitora, está no centro do processo, ao invés do modelo centrado na pessoa docente e no ensino, conforme o documento anterior. A versão estabeleceu habilidades informacionais específicas e detalhadas desde a Educação Infantil ao Ensino Médio e “inovou ao apresentar o bibliotecário como líder na implementação do conceito de competência informacional no ambiente escolar” (CAMPELLO, 2003:31). Assim, as profissionais que trabalham em

escolas e universidades estadunidenses possuem um documento norteador para implementar programas de “competência informacional” (CAMPELLO, 2006).

Nesse mesmo ano, a AASL e AECT publicaram o *Information Standards for Student Learning*, outro documento que propõe, desta vez, padrões para que se identifique e descreva o “information-literate student”. Ao fornecer uma estrutura conceitual e amplas diretrizes para serem aplicadas pelas instituições e bibliotecas escolares e universitárias, pretendem, por meio de padrões, categorias e indicadores, descrever “os processos relacionados à informação que os alunos devem dominar para serem considerados *information literate*” (AASL, 1998:1). O documento também detalha as competências e indicadores a serem desenvolvidos pelos estudantes da Educação Básica, cujas orientações são norteadoras para escolas, universidades e instituições estadunidenses (GASQUE e TESCAROLO, 2010).

Além disso, em 1992 o termo *information literacy* é incluído como um descritor na base de dados da Education Resources Information Center (ERIC) (REIS, 2016). E, em 1997, o Institute for Information Literacy da ALA é criado pela ACRL como uma agência de formação de bibliotecárias, oferecendo treinamentos e capacitação para que estas profissionais pudessem desenvolver programas de *Information Literacy* no âmbito do Ensino Superior (DUDZIAK, 2001).

Outro documento norteador de forte influência foi o *Information Literacy Competency Standards for Higher Education*, publicado pela Association of College and Research Libraries (ACRL), divisão da ALA, em 2000, que fornece um quadro de padrões e indicadores para avaliar a pessoa *information literate*. Trata-se de um esforço da AASL em estender os *Information Literacy Standards*, ampliando para o Ensino Superior “a oportunidade de articular suas *information literacy competencies* com as do ensino fundamental e médio para que um *continuum* de expectativas se desenvolva para alunas em todos os níveis” (ACRL, 2000:5).

Posteriormente, em 2015, uma nova edição e uma nova proposta desse documento será titulada *Framework for Information Literacy for Higher Education*. O novo termo, *framework*, é escolhido intencionalmente, conforme o documento, “porque é baseado em um conjunto de conceitos centrais interconectados, com opções flexíveis de implementação, em vez de um conjunto de padrões ou resultados de aprendizagem, ou qualquer enumeração prescritiva de habilidades” (ACRL, 2015:7).

Por fim, é importante dizer que o conceito de *information literacy* surgiu, conforme bem pontuado por Campello (2006:66), “em circunstâncias específicas da realidade dos Estados Unidos e foi sustentado pela trajetória já percorrida pelos bibliotecários norte-americanos na construção de seu papel educativo”. No Brasil, já existiam serviços voltados para a educação de usuários e programas de treinamentos, porém o movimento da *Information Literacy* impulsionou a construção de novos estudos e aplicações para balizar a função infoeducativa da profissional bibliotecária e a busca cada vez maior de uma adequação à realidade brasileira.

Nas próximas seções apresentaremos as bases normativas, empíricas e conceituais acerca da *information literacy* na tentativa de compreender como se deu a apropriação desse tema pela Ciência da Informação brasileira a partir das traduções que foram propostas.

3.2. Bases normativas da Information Literacy lançadas pela Association Library American

Destacamos, a seguir, as razões contextuais, históricas e conceituais apresentadas pelo Relatório Final do *Presidential Committee on Information Literacy* da ALA em 1989, que fundamentaram o desenvolvimento da *Information Literacy*. As considerações abaixo são uma síntese dos argumentos-chave e dos elementos que caracterizam os princípios desse fenômeno, a partir do posicionamento da ALA, os quais irão estar maciçamente presentes nas abordagens das pesquisadoras brasileiras, independente do termo escolhido para traduzi-lo. A categorização dos tópicos não está no documento, foi criada por nós para reunir os elementos em comum do Relatório Final (ALA, 1989).

Importante dizer que, do Relatório de Zurkowski (1974) até o Relatório Final da ALA (1989), outros estudos foram empreendidos, conforme detalhado em Dudziak (2001), Reis (2016) e Nascimento (2018). Destacamos esse documento por conta da expressiva menção e citações à sua definição de *Information Literacy* e nas traduções brasileiras.

Precedentes e princípios

- A Era da informação, que se apresenta como um desafio nunca antes visto na sociedade estadunidense;
- A expansão das informações que ocorre em taxas sem precedentes, juntamente com sua obsolescência constante que requer das pessoas atualização e preparação constante: “Para promover a independência econômica e a qualidade de vida, é necessário estar sempre informado e atualizado” (ALA, 1989, *online*);
- O direito e o acesso à informação como algo necessário para melhorar a vida das pessoas: “[...] as pessoas precisam ser capazes de obter informações específicas para atender a uma ampla gama de necessidades pessoais e comerciais” (ALA, 1989, *online*);
- A democratização e a capacidade de competição internacional que têm relação direta com a forma com a qual cada país lida com a informação (ALA, 1989, *online*);
- A dependência que a sociedade atual tem da informação e da tecnologia para melhorar a qualidade de vida e a busca pela felicidade. “Quando não se tem acesso à informação fica mais difícil resolver os problemas e tomar decisões” (ALA, 1989, *online*);
- A informação como o elemento mais valioso dos tempos atuais: “Agora, o conhecimento – não minerais, produtos agrícolas ou bens manufaturados – é a mercadoria mais preciosa deste país, e as pessoas que são *information literate* – que sabem como adquirir conhecimento e usá-lo – são os recursos mais valiosos da América” (ALA, 1989, *online*). Tal reconceitualização do lugar ocupado pela informação possui como objetivos: “[...] desenvolver em cada cidadão um senso de responsabilidade para adquirir conhecimento e aprofundar a percepção por meio do melhor uso da informação e tecnologias relacionadas; inculcar o amor pelo aprendizado, uma emoção na busca e uma

alegria na descoberta; e ensinar jovens e adultos a saber quando precisam de informações e como coletar, sintetizar, analisar, interpretar e avaliar as informações ao seu redor” (ALA, 1989, *online*).

Definições

- Tanto as pessoas como o país devem ser *information literate* (ALA, 1989, *online*);
- Uma pessoa *information literate* “deve ser capaz de reconhecer quando as informações são necessárias e ter a capacidade de localizar, avaliar e usar efetivamente as informações necessárias”; pessoas *information literate* são “aquelas que aprenderam a aprender”; “Elas sabem como aprender porque sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar informações e como usá-las de forma que outros possam aprender com elas. São pessoas preparadas para a aprendizagem ao longo da vida [...]” (ALA, 1989, *online*);
- A *information literacy* é considerada como um ato de cidadania, fundamental para a prática da democracia: “A cidadania em uma democracia moderna envolve mais do que o conhecimento de como acessar informações vitais. Também envolve a capacidade de reconhecer propaganda, distorção e outros usos e abusos de informação”; “Cidadãos *information literate* são capazes de detectar e expor trapaças, desinformação e mentiras” (ALA, 1989, *online*).
- A *information literacy* “é um meio de capacitação pessoal. Permite que as pessoas verifiquem ou refutem a opinião de especialistas e se tornem pesquisadoras da verdade de forma independente”. A *information literacy* envolve o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico (ALA, 1989, *online*);
- “A *information literacy* é uma habilidade de sobrevivência na Era da Informação. Em vez de se afogar na abundância de informações que inunda suas vidas, as pessoas *information literate* sabem como encontrar, avaliar e usar as informações de maneira eficaz para resolver um problema específico ou tomar uma decisão – quer as informações que selecionam venham de um computador, um livro, uma agência governamental, um filme ou qualquer outro recurso possível” (ALA, 1989, *online*).

Atuação

- A *information literacy* exige reestruturação escolar. Esta última envolve uma aprendizagem ativa e integrada (não passiva e fragmentada) e a resolução de problemas reais: “O que é necessário não é um novo currículo de estudos da informação, mas, sim, uma reestruturação do processo de aprendizagem” (ALA, 1989, *online*).
- “Tal processo de aprendizagem envolveria ativamente as alunas no processo de:
 - saber quando precisam de informações;

- identificar as informações necessárias para resolver um determinado problema ou questão;
 - encontrar as informações necessárias e avaliar as informações;
 - organizar as informações;
 - usar as informações de forma eficaz para resolver o problema ou questão em questão” (ALA, 1989, *online*).
- Essa nova mudança na estruturação da escola também inclui: a aprendizagem baseada nos recursos de informação disponíveis, ou seja, nas diversas fontes, em vez de centralizar-se nos livros e em palestras; o ato de fazer perguntas; o desenvolvimento da curiosidade; o incentivo ao debate e à discussão; a proposição de experiências desafiadoras, interessantes e produtivas; a promoção da aprendizagem cooperativa, professora como uma facilitadora da aprendizagem da aluna: “[...] tudo isso deve contar com estudos de caso e recursos de informação de toda a escola e comunidade” (ALA, 1989, *online*);
 - Pessoas docentes e bibliotecárias precisam trabalhar consistentemente para desenvolver a *information literacy*; A efetivação da *information literacy* permite que as bibliotecárias sejam “valorizados por sua experiência em informações e pelo seu know-how tecnológico”; A formação de professores deve incorporar “uma apreciação da importância da aprendizagem baseada em recursos para encorajar sua implementação em suas áreas de estudo e para fornecer oportunidades para dominar as técnicas de implementação” (ALA, 1989, *online*).
 - Para condução de pessoas docentes e bibliotecárias, são dadas as seguintes recomendações:
 - Novos conhecimentos de pesquisas cognitivas sobre habilidades de pensamento devem ser incorporados ao desenvolvimento de habilidades pedagógicas” (ALA, 1989, *online*).
 - “Os especialistas em *library media* escolar precisam ver os objetivos educacionais de suas escolas como parte integrante de suas próprias preocupações e responsabilidades e devem contribuir ativamente para o desenvolvimento profissional contínuo de professoras e gestoras. Elas devem ser membros do currículo e das equipes de ensino e fornecer liderança na integração de informações apropriadas e tecnologias educacionais na programação escolar” (ALA, 1989, *online*).
 - É necessário que escolas (de ensino fundamental e médio), faculdades (instituições de ensino superior) e programas de preparação profissional integrem a *information literacy* em seus programas de aprendizagem e em seus requisitos curriculares e preparem as pessoas para usufruir das oportunidades inerentes à Sociedade da Informação. Faculdades, escolas e empresas devem dar “atenção especial ao papel potencial de suas bibliotecas ou centros de informação” (ALA, 1989, *online*).

- É necessário o desenvolvimento de mais projetos de pesquisas sobre gerenciamento eficaz da informação, para fins educacionais e sociais, dada a sua escassez e restrição ao campo da Biblioteconomia, os quais não são lidos por educadoras nem gestoras.
- Dentre as questões de pesquisa recomendadas estão:
 - “Quais são os efeitos sociais da leitura?”
 - “Com a mídia eletrônica eclipsando a leitura para muitas pessoas, qual será o novo lugar da palavra impressa?”
 - “Como as características dos recursos de informação (formato, comprimento, idade) afetam sua utilidade?”
 - “Como o uso da informação varia de acordo com a disciplina? Como o acesso à informação impacta na eficácia dos grupos de ação cidadã?”
 - “Como as habilidades de gerenciamento de informações afetam o desempenho e a retenção dos alunos?”
 - “Que papel as habilidades de gestão da informação podem desempenhar no avanço econômico e social das minorias?” (ALA, 1989, *online*).

Ressalvamos que o uso dos tópicos foi um recurso para sintetizar as informações e auxiliar na análise, visto que verificamos a seguir como esses preceitos ecoaram no conceito de *letramento informacional*. O Relatório Final da ALA (1989) é o precursor de toda a ideologia que permeia a *information literacy*, estando seus princípios e definições presentes e influenciando os conceitos dele derivados e as traduções do termo.

Outro documento, já citado na seção anterior, é o *Information power: building partnerships for learning*. A publicação se constituiu num parâmetro que sistematizou e detalhou habilidades informacionais desejáveis para estudantes, passando a ser utilizado por diversas instituições. No documento, as nove normas gerais para a *Information Literacy* são, por sua vez, destrinchadas em habilidades específicas relacionadas aos conteúdos curriculares e apresentadas por níveis de desenvolvimento: básico, proficiente e exemplar (CAMPELLO, 2003).

O *Information Literacy Competency Standards for Higher Education*, por sua vez, retoma as justificativas para o conceito de *information literacy* do Relatório Final da ALA (1989), com a diferença de enfatizar, sobretudo, os desafios apresentados pela multimodalidade e pela dualidade entre quantidade crescente e qualidade incerta da informação. O documento também incorpora seis competências que caracterizam a pessoa *information literate*, que, por sua vez, estão relacionados aos padrões definidos no documento. Essas competências mantêm o mesmo padrão da definição dos dois documentos citados anteriormente (ALA, 1989; AASL, 1998).

A Association of College and Research Library traz, nesse documento, considerações sobre a importância de se devolver o conceito de *information literacy* em instituições de ensino superior, destacando seus benefícios para o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico em estudantes universitárias. Orienta que as estudantes de ensino a

distância devem ter as mesmas oportunidades dos estudantes dos *campi* tradicionais. Indica as responsabilidades que competem a pessoas docentes, bibliotecárias e administradoras de unidades educacionais para que desenvolvam um trabalho colaborativo em torno da *information literacy*. Por fim, o documento retoma os princípios pedagógicos declarados no Relatório Final (ALA, 1989), incluindo: “aprendizagem centrada no aluno”, “incentivo ao pensamento crítico para uma aprendizagem ainda mais autodirigida”, “aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem baseada em evidências e aprendizagem por investigação” (ACRL, 2000:5).

Ao final, o documento apresenta ainda mais três elementos: os cinco padrões, os indicadores de desempenho e os resultados que permitem a identificação de estudantes *information literate*. Abaixo listamos os cinco padrões:

Standards, Performance Indicators, and Outcomes

- *The information literate student determines the nature and extent of the information needed.*
- *The information literate student accesses needed information effectively and efficiently.*
- *The information literate student evaluates information and its sources critically and incorporates selected information into his or her knowledge base and value system.*
- *The information literate student, individually or as a member of a group, uses information effectively to accomplish a specific purpose.*
- *The information literate student understands many of the economic, legal, and social issues surrounding the use of information and accesses and uses information ethically and legally.* (ACRL, 2000:8-14).

Owusu-Ansah (2005:369) esclarece que a ACRL em 2000 “aprendeu com ALA, Doyle, Eisenberg e Berkowitz, Bruce, Kuhlthau, entre muitos outros” e apresentou uma “síntese bem-sucedida do pensamento dos proeminentes colaboradores da literatura” sobre *information literacy*. Este compilado constituiu para o autor “a tentativa mais elaborada e abrangente até hoje nos esforços para determinar o que constitui, de forma mensurável”, a *information literacy* (Owusu-Ansah, 2005:369).

Todas essas recomendações e normas que partem do movimento associativo da classe bibliotecária estadunidense constituíram uma forma de consolidar o trabalho que já era desenvolvido tradicionalmente nas bibliotecas públicas e escolares (serviço de referência e educação de usuários), desde meados do século passado. Elas surgem para reforçar a função educativa das bibliotecas que não foi reconhecida pelo governo daquele país e como forma de agregar esforços para a urgência de se fomentar ações para educar a população para o uso da informação e da tecnologia. A seguir iremos compreender alguns dos fundamentos que sustentaram essas recomendações.

3.3. Bases epistemológicas e empíricas de aplicação da *Information Literacy*

Para identificar os fundamentos teóricos da *Information Literacy*, recorreremos aos trabalhos recuperados no *corpus* inicial que tiveram como intenção desvendar as origens conceituais e ideológicas desses trabalhos e dos documentos fundantes da *Information Literacy*, quais sejam, Matos (2015), Reis (2016) e Nascimento (2018).

Já na década de 1970, após a publicação do Relatório de Zurkowski, uma série de outros trabalhos foram publicados e lançaram acepções essenciais para o que iria se tornar a *Information Literacy*, os quais, porém, são pouco explorados na produção científica brasileira. Iremos destacar aqui, a partir de Dudziak (2001) e Reis (2016), alguns pensamentos e autorias precursoras, para alertar que, embora o Relatório Final da ALA (1989) seja um documento emblemático em relação às citações da sua definição de *information literacy*, seus fundamentos foram formulados em décadas anteriores por diversos estudos.

O conceito de Lee Burchinal, por exemplo, acerca da *information literacy* antecipa alguns desses elementos-chave:

Segundo o autor, “Para ser *information literate* um conjunto de habilidades se faz necessário. Isso inclui como **localizar e usar as informações necessárias para solução de problemas** bem como para **tomada de decisões de forma eficiente e eficaz**” (BURCHINAL, 1976:11, *apud* REIS, 2016:64, *grifo nosso*).

Autores como Hamelink e Owens em 1976 vão destacar a dimensão emancipatória, libertadora e democrática da *information literacy* (*apud* DUDZIAK, 2001; REIS, 2016). Taylor, bibliotecário estadunidense, em 1979 estabelece a conexão inevitável entre pessoas bibliotecárias e a *information literacy*, mas alerta que o bibliotecário não pode se restringir ao espaço da biblioteca e que deve priorizar sua formação em *information literacy* enquanto profissional, em prol da democratização do conhecimento, seja na biblioteca ou em outros espaços (*apud* REIS, 2016).

Já a bibliotecária universitária estadunidense Patricia Breivik, em 1985, ao considerar que a *information literacy* “é um conjunto integrado de habilidades, conhecimentos e atitudes”, avança no conceito, ao destacar a atitude científica e a dimensão crítica e criativa, sendo uma das primeiras a evidenciar o trabalho necessário de integração entre bibliotecários e professores, conforme trouxe Dudziak (2001:28). Breivik, juntamente com Gordon Gee, reitor da Universidade do Colorado, EUA, em 1989, desenvolve um estudo defendendo a importância das bibliotecas acadêmicas para o aprendizado ao longo da vida (REIS, 2016) e introduz o conceito de *resource-based learning* (educação baseada em recursos) (DUDZIAK, 2001).

Carol Kuhlthau, por sua vez, em 1987, baliza as relações entre Educação e *Information Literacy*, lançando a *Information Literacy Education* por meio da integração ao currículo escolar e da apropriação das tecnologias da informação pelos estudantes, colocando em relevo o processo de aprendizagem (*apud* DUDZIAK, 2001:28). A pesquisadora associou a *information literacy* à *functional literacy*, no seguinte sentido:

Information literacy está intimamente ligada à definição de *functional literacy*. Envolve a capacidade de ler e usar informações essenciais para a vida cotidiana. Também envolve reconhecer uma necessidade de informação e buscar informações para tomar decisões informadas. *Information literacy* requer habilidades para gerenciar massas complexas de informações geradas por computadores e mídia de massa e aprender ao longo da vida, pois as mudanças técnicas e sociais exigem novas habilidades e conhecimentos³ (KUHHLTHAU, 1987:2, *apud* REIS, 2016:80).

Sobre o Relatório Final do *Presidential Committee on Information Literacy* (1989), Nascimento (2018) assinala que este documento:

[...] foi fortemente influenciado por Breivik (que era ligada aos **ambientes acadêmicos** e à aprendizagem por recursos) e por Kuhlthau, (que por sua vez era ligada ao **ambiente escolar**). Tal relatório procurou evidenciar o direito ao acesso à informação e, em seu discurso, buscou-se evidenciar que, devido às mudanças constantes da sociedade, somente o desenvolvimento da *Information Literacy* responderia a tais desafios, sugerindo, portanto, o uso da expressão cunhada por Zurkowski para quem possuísse as habilidades para lidar com a informação em seus mais variados aspectos (NASCIMENTO, 2018:70, *grifo nosso*).

Ao fazer um estudo sobre os fundamentos epistemológicos que subjazem o Relatório Final da ALA (1989), Matos (2015:2) identifica que o pensador John Dewey exerceu forte influência na fundamentação conceitual⁴ do Relatório, especialmente no que concerne aos conceitos de aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*), atitude científica e a “participação do indivíduo numa sociedade democrática”. Além de esse educador estadunidense ter sido amplamente reconhecido e utilizado nas propostas educacionais de seu país, sobretudo no século 20,

É neste autor que se observa a formulação original de conceitos como “aprender a aprender” [learn to learn] e especialmente “aprendizado ao longo da vida”, a que o *Relatório* faz diversas referências. Portanto, considera-se *Democracia e Educação* como um ancestral – ainda que não expressamente admitido – do espírito teórico que anima o *Relatório* e fornece a ele seus fundamentos (MATOS, 2015:3).

Além desse pensador, Matos (2015:3) também verifica a influência de William Kilpatrick⁵, pedagogo estadunidense e discípulo de Dewey, no que o “*Relatório* diagnostica como sendo a ‘Sociedade da Informação’, e no que diz respeito à necessidade constante de se adaptar a tal sociedade”. Sendo assim, as ideias de adaptação a ambientes de mudança e autonomia como uma ação reflexiva e consciente, possuem raízes claras no adaptacionismo deweyano (MATOS, 2015). Já a ideia do aprender a aprender relaciona-se diretamente à teoria do

³ Não utilizamos a tradução de Reis (2016). Como o autor incluiu em nota de rodapé o trecho original, fizemos a tradução a partir deste.

⁴ Principalmente a obra *Democracia e Educação* (inicialmente publicada em 1916) [...] (MATOS, 2015:2).

⁵ Matos (2015:1) menciona a obra *Educação para uma sociedade em transformação* (1926).

crescimento em Dewey (MATOS e FERREIRA, 2016). Além disso, o comportamento reflexivo conceituado por Dewey liga-se explicitamente à definição balizada pela ALA de que a pessoa deve ser capaz de reconhecer a necessidade da informação e identificar e usar a informação de forma eficiente (MATOS, 2015). O autor conclui que:

Destacam-se aqui a teoria da aprendizagem como crescimento, da noção de democracia, e a noção de cientificidade. Estas concepções, embora não tenham sido expressamente desenvolvidas no *Relatório*, pois naturalmente não era este seu objetivo, auxiliam na sua interpretação e na atribuição mais profunda de significado ao seu discurso (MATOS, 2015:15).

Ademais,

[...] detecta-se no *Relatório* um princípio moral e político, relacionado com a construção da democracia, e com a defesa da autonomia dos cidadãos em relação às alegações de conhecimento que podem ter algum efeito sobre suas vidas (MATOS, 2015:16).

A compreensão desses fundamentos se faz importante para identificarmos a quais bases teóricas o conceito de *information literacy* recorreu, bem como a forma pela qual esses elementos foram apropriados nas traduções brasileiras, sobretudo pelo conceito de *letramento informacional*.

Já no que tange às bases empíricas da *Information Literacy*, muitos modelos específicos sobre processos de busca e uso da informação, elaborados por pessoas educadoras e bibliotecárias, surgiram no final do século passado, destacando a dimensão cognitiva de tal processo, com fins de resolução de problemas e com vistas a alcançar o pensamento crítico e criativo (DUDZIAK, 2001). Para fins desta explanação, destacarei as características em comum apresentadas em propostas de modelos sobre *Information Literacy*, as quais podem ser sintetizadas a partir do modelo de Christina Doyle (1994):

Atributos: uma pessoa competente em informação é alguém que:

- reconhece a necessidade da informação;
- reconhece que a informação certa e completa é a base de qualquer processo de tomada de decisão;
- formula questões baseadas em suas necessidades de informação;
- identifica possíveis fontes de informação, não restritas ao ambiente da biblioteca;
- desenvolve estratégias de busca bem sucedidas;
- acessa fontes de informação, incluindo as eletrônicas e demais tecnologias;
- avalia a informação;
- organiza a informação para sua aplicação prática;
- integra novas informações ao conhecimento existente;
- usa a informação para a resolução de problemas, para o pensamento crítico e para a valorização pessoal

(DOYLE, 1994, *apud* DUDZIAK, 2001:36-37).

Construído no âmbito do National Forum on Information Literacy (NFIL), para o qual utilizou a técnica de Delph (CAMPELLO, 2009), esse estudo exerceu significativa influência em estudos posteriores, inclusive no *Information Power* de 1998. Para Doyle, *information literacy* é a “habilidade de acessar, avaliar e usar a informação a partir de uma variedade de fontes” (CAMPELLO, 2009). Owusu-Ansah (2005:368) afirma que a definição real do conceito de Doyle nada mais é do que “uma réplica virtual do conceito da ALA” (Relatório Final de 1989).

Por estar tradicionalmente envolvida com o processo de pesquisa escolar, a biblioteca sempre se preocupou em elaborar instrumentos que auxiliassem as estudantes a passar de forma sistemática pelas etapas da pesquisa (CAMPELLO, 2006). Assim, muitos modelos foram construídos e tiveram forte influência nos estudos brasileiros sobre *Information Literacy*. Todavia, este conceito não se reduz a esses modelos, já que almeja, para além da busca e uso da informação, a apropriação, com fins de aprendizado contínuo e pensamento crítico (DUDZIAK, 2001).

Um dos fundamentos que influenciou fortemente o conceito e os modelos de *information literacy* foram as teorias construtivistas da Educação. Com isso, o conceito passou a incluir noções como “*resource-based learning*, aprendizagem independente, aprender a aprender, aprendizagem ao longo da vida, aprendizagem por questionamento [*inquiry learning*], aprendizagem por solução de problemas, pensamento crítico” (CAMPELLO, 2009:73), já elencadas desde 1989 pela no Relatório Final da ALA.

Campello (2009a) destaca o modelo de Kuhlthau, que será descrito mais adiante, e *The Big6 Skills for Information Problem-Solving* (1998), desenvolvido pelos bibliotecários Eisenberg e Berkowitz, cuja estrutura funciona como andaime metacognitivo para resolução de problemas.

The Big6 Skills for Information Problem-Solving

1. Definição da tarefa/objetivo
 - Definir o problema
 - Definir a informação necessária
2. Estratégias de Busca de Informação
 - Determinar as fontes possíveis
 - Selecionar as melhores fontes
3. Localização e Acesso
 - Localizar as fontes
 - Localizar a informação dentro das fontes
4. Utilização da Informação
 - Consultar (ler, escutar, olhar, tocar)
 - Extrair as informações pertinentes

5. Síntese

- Reunir as informações vindas de diversas fontes
- Apresentar o resultado

6. Avaliação

- Avaliar o resultado (eficácia)
- Avaliar o processo (eficiência)

(HATSCHBACH, 2002:52)

Este modelo foi e ainda é utilizado em estudos brasileiros sobre Letramento Informacional para subsidiar os processos de aprendizagem da informação no âmbito escolar e não escolar (por exemplo: RIBEIRO, 2016; PACHECO, 2020; PINHEIRO, GASQUE e VITORIANO, 2019), podendo ser denominado ainda por “Modelos de Programas do Letramento Informacional” (SILVA, 2017) ou “programas de Letramento Informacional” (TINOCO, 2021).

Para construir seu modelo, o *Information Search Process* (ISP), Carol Kuhlthau baseou-se nos resultados de uma gama de estudos sobre processo de aprendizagem pela busca e uso da informação, sobretudo em bibliotecas, realizados por ela e relatados em seu livro *Seeking Meaning: a process approach to library and information services*, de 1996. Os estudos de Kuhlthau são baseados nas teorias construtivistas da aprendizagem⁶ (John Dewey e Jerome Bruner) e na dimensão afetiva da aprendizagem (George Kelly) (CAMPELLO, 2006). A pesquisadora estadunidense também afirmava a necessidade de formação dos estudantes para a pesquisa de informações, já que não é um processo intuitivo, portanto, precisava ser ensinado (HATSCHBACH, 2002).

O modelo de Kuhlthau define uma sequência de seis passos para a busca de informação e consequente construção do conhecimento, incluindo três domínios comuns a cada estágio: afetivo (sentimentos), cognitivo (pensamentos) e físico (ação). A preocupação da pesquisadora estadunidense, segundo Dudziak (2001), é com o uso da informação para o processo de aprendizagem, e não com a informação enquanto produto ou restrita à biblioteca. A noção de processo é essencial para a pesquisadora, visto que a construção de sentidos a partir da informação é dinâmica e constante, seja para a resolução de problemas ou para elaboração de pesquisas escolares e acadêmicas (DUDZIAK, 2001). A descrição breve de cada etapa do processo do modelo de Kuhlthau está descrita abaixo:

Iniciação, quando uma pessoa toma consciência de uma falta de conhecimento ou compreensão e sentimentos de incerteza e apreensão são comuns.

Seleção, quando uma área, tópico ou problema geral é identificado e a incerteza inicial geralmente dá lugar a uma breve sensação de otimismo e prontidão para iniciar a busca.

⁶ Kuhlthau (2004:13), logo na *Introdução* dessa obra, explica que os fundamentos de sua proposta advêm “especialmente dos estudos do psicólogo suíço Jean Piaget, que definiu estágios do desenvolvimento cognitivo de crianças e jovens”.

Exploração, quando informações inconsistentes e incompatíveis são encontradas e incerteza, confusão e dúvida aumentam frequentemente e as pessoas se encontram “no mergulho” de confiança.

Formulação, quando uma perspectiva focada é formada e a incerteza diminui à medida que a confiança começa a aumentar.

Coleta, quando as informações pertinentes à perspectiva focalizada são reunidas e a incerteza diminui à medida que o interesse e o envolvimento se aprofundam.

Apresentação, quando a busca é completada com um novo entendimento que permite que a pessoa explique seu aprendizado para outros ou de alguma forma coloque o aprendizado em uso (Kuhlthau, 2007, p. 34-35, grifo nosso).

Na tradução brasileira de *Teaching the Library Research Process*, publicada pela primeira vez em 1985, Kuhlthau (2010) declara que um dos maiores méritos da sua abordagem é que ela é baseada em estudo empírico do processo de realização de pesquisas solicitadas em situações concretas. A pesquisadora realizou estudos intensivos com estudantes da *High School* e seu modelo se mostrou válido entre diferentes populações e ao longo do tempo, sendo aplicado também em ambientes de trabalho, além de ter sido utilizado em diversas bibliotecas escolares e universitárias nos Estados Unidos e Canadá (KUHHLTHAU, 2010).

Muitos estudos brasileiros destacam a contribuição dessa pesquisadora e utilizam seu modelo para discorrer sobre o conceito de *information literacy* sob os distintos termos brasileiros (tais como MATA e SILVA, 2008; GONÇALVES e GODINHO, 2014; PELISSARO e MOURA, 2015; SILVA *et al.*, 2020⁷), assim como para tratar do Letramento Informacional (FELIX, 2014; MACEDO, 2015; SILVA, 2015; PEREIRA, 2018; SILVA, 2019; SANTOS, 2021).

Outro modelo de destaque comumente citado é o de Cristine Bruce em 1996, que mapeou as principais perspectivas australianas acerca da *Information Literacy* desenvolvendo um modelo relacional. Para ela, uma pessoa *information literate*, “está engajada num aprendizado independente; enfatiza os processos informacionais; usa uma variedade de sistemas e tecnologias informacionais; tem valores internalizados que promovem o uso da informação; tem um profundo conhecimento do mundo da informação” (DUDZIAK, 2001:47-48). Bruce estabelece sete concepções ou experiências que compreendem o fenômeno da *information literacy*:

1. Tecnologia da informação, em que o centro da experiência (*Information Literacy*) está na importância dada à tecnologia da informação e às formas de acesso à informação;
2. Fontes de informação, onde a *Information Literacy* é experimentada como o conhecimento das fontes de informação e sua estrutura;
3. Processo de informação, onde a *Information Literacy* é vista como a execução de um processo de busca e uso da informação;

⁷Mapeamento feito em busca na base de dados BRAPCI.

4. Controle da informação, onde a *Information Literacy* é experimentada como a capacidade de controlar a informação, sua organização para recuperação posterior;
5. Construção do conhecimento, onde a *Information Literacy* é experimentada como um processo de construção pessoal de conhecimento;
6. Extensão do conhecimento, onde a *Information Literacy* é experimentada como um conhecimento ampliado, incorporando a criatividade e/ou intuição, com a criação de sentido;
7. Inteligência, onde a *Information Literacy* é experimentada como o uso inteligente da informação produzida a partir do que se aprendeu, em benefício de outros; ou seja, incorporando a noção de ética, de valores pessoais e sociais no uso da informação (BRUCE, 1997, *apud* DUDZIAK, 2001).

Christine Bruce, nesse trabalho, traça um novo modelo para compreender a *information literacy* por meio da fenomenografia, concebendo-o como um fenômeno situacional, experienciado pelas pessoas e não apenas um conjunto limitado de competências, de acordo com as denominações recorrentes no campo (DUDZIAK, 2001; HATSCHBACH, 2002; CAMPELLO, 2009). Em seu modelo relacional, a autora se diferencia das outras abordagens por verificar que a aprendizagem da informação ocorre em estruturas de ensino específicas, numa determinada situação, a partir de necessidades pessoais e com objetivos variados. Os atributos individuais (conhecimentos, habilidades e atitudes) assumem posição secundária em detrimento das diferentes relações construídas entre usuário e informação (os modos como as pessoas interagem com a informação) (DUDZIAK, 2001; HATSCHBACH, 2002; CAMPELLO, 2009). Isso resulta em níveis diferentes de *information literacy*, estando o foco na situação e não nas habilidades ou valores por si mesmos. A construção do conhecimento nesse modelo depende de características individuais e do contexto sociocultural em que a pessoa se insere (DUDZIAK, 2001; HATSCHBACH, 2002; CAMPELLO, 2009).

Por fim, diante dos muitos modelos criados acerca da *information literacy*, não seria possível nem pertinente trazê-los, principalmente porque, como dito, eles compartilham elementos em comum⁸. É importante ressaltar que há o reconhecimento de que muitos desses modelos e abordagens sobre o tema se baseiam numa “enumeração de habilidades, isolamento de comportamentos e expectativas de processos” (OWUSU-ANSAH, 2005:372). Porém, também é sabido, conforme aponta Owusu-Ansah (2005:373), que os estudos recentes mostraram que a *information literacy* “não é um destino final fixo” e que existem “níveis variados” de *information literacy*.

Por último, é importante mencionar que, no Brasil, esses modelos também são utilizados como insumos para desenvolver ações e programas de Letramento Informacional (tais como SILVA, 2017; TINOCO, 2021, dentre outros).

⁸ Conforme reconhecido por Gasque (2013b:6) ao se referir aos modelos sobre *information literacy*: “Muitos modelos de LI são similares ou abrangem etapas do método científico”.

3.4. Apontamentos críticos acerca da *Information Literacy*

Um estudo que investigou os fundamentos da *Information Literacy*, desta vez a partir de um estudo analítico do discurso, foi o trabalho de Nascimento (2018:7), que analisou e descreveu de forma crítica e questionadora as bases epistemológicas, históricas e ideológicas que permearam o Relatório de Zurkowski (1974). Um dos apontamentos do autor, afirma que essa obra se valeu dos “postulados da chamada Sociedade da Informação”, cuja inclinação se voltou para uma “forte tendência economicista e instrumental”.

Considerando a posição e os interesses advindos do cargo ocupado por Zurkowski na Associação da Indústria da Informação, sua proposta “limitava-se ao desenvolvimento de aprendizagens operacionais de utilização dos recursos tecnológicos” (NASCIMENTO, 2018:7), não ultrapassando “o patamar instrumental e procedimental das relações entre Informação e Educação” [...] (NASCIMENTO, 2018:42).

Nascimento (2018:7) explica que a associação do termo *information* ao termo *literacy* representou uma “estratégia retórico-discursiva que, ao aproximar os dois termos, realizou a mimetização” da *information literacy* “com um valor social consolidado (*literacy*), buscando com tal identificação promover a adesão da sociedade norte-americana a suas propostas”. Mais do que isso, o uso da palavra *literacy* “[...] se tratava de formulação de estratégia de mimetização de práticas educativas, ligadas ao domínio da escrita, para que ganhasse destaque em um ambiente em que a aprendizagem da leitura e escrita era tratada como prioridade” (NASCIMENTO, 2018:82).

Em face dos argumentos de Nascimento (2018), inferimos que a concepção de *literacy* utilizada no Relatório de Zurkowski provavelmente foi a mais tradicional, baseada no modelo autônomo de *literacy*, em que as habilidades são tomadas como independentes do contexto de uso e em que há uma primazia pelo caráter funcionalista e salvacionista da informação.

No que se refere ao alastramento e à adesão mundial ao fenômeno da *Information Literacy*, Nascimento (2018) aponta a ausência de questionamentos críticos e pronta assimilação ao documento de Zurkowski, mesmo desconhecendo-se “[...] as razões que se justificariam ou explicariam sua circulação universal”. Nas palavras do autor:

[...] assistimos a um movimento educacional e cultural, que implica pesquisadores, profissionais, instituições científicas e sociais diversas, mobilizados, todos, em torno de um “discurso de autoridade”⁶, assimilado como “imperativo categórico”, se utilizarmos os termos kantianos, isto é, sem análise, conhecimento ou compreensão abrangente das bases e do sentido das propostas lançadas por Zurkowski (NASCIMENTO, 2018:18).

[Em nota de rodapé]

⁶Em sentido contrário, Bezerra, Schneider e Brisola (2017:9) dizem: “[...] primeiro dos princípios do método científico, de Descartes, a dúvida sistemática, que consiste, em primeiro lugar, em não tomarmos a autoridade de um autor como critério suficiente para a atribuição de credibilidade a um argumento qualquer” (NASCIMENTO, 2018:18).

Analisando o Relatório da ALA (1989), em conjunto com outras obras de Zurkowski, Nascimento (2018) identifica que há uma visão tecnológica e uma visão salvacionista associada ao conceito de *information literacy*:

[...] podemos compreender que existem duas vertentes da IL que o próprio Zurkowski apresenta: uma visão tecnológica, economicista, e redutora das questões informacionais, de acordo com o relatório de 1974 e os documentos que se seguiram (ZURKOWSKI 1977, 1979, 1981, 1987), e uma visão político-social salvacionista, afinada com o ideal da “sociedade da informação”, modalidade que teria o dom de redenção da espécie e seus conflitos políticos, sócio e culturais a partir de uma “boa” utilização da matéria que a constituiria, a informação (ZURKOWSKI, 2013 e 2014) (NASCIMENTO, 2018:110-111).

As considerações de Nascimento (2018) mostram que o surgimento do termo *information literacy* partiu de um lugar que visava, a partir do resultado da junção de *information* com *literacy*, redesenhar a estrutura informacional e tecnológica dos Estados Unidos, com fins econômicos e lucrativos.

Diferentemente dessa apropriação, feita pela Associação da Indústria da Informação, a apropriação feita pela Associação Americana de Bibliotecas e suas divisões vai priorizar os elementos educativos dessa junção semântica com foco em instituições educacionais e suas bibliotecas (mesmo que ainda mantenha uma visão salvacionista da informação e continue utilizando a *Information Literacy* como instrumento no avanço estratégico do país). Isso mostra que essas duas instituições partem de interesses diferentes, uma com finalidade empresarial mais saliente e outra com finalidade educativa mais marcante, além de este ser um movimento de classe de uma categoria profissional.

3.5. Discussão terminológica e traduções brasileiras para *information literacy*

Em sua análise sobre o debate conceitual em torno do conceito de *information literacy*, Campello (2009) com base em Rafael Capurro esclarece que as dificuldades em torno dessa definição são naturais, uma vez que a ampliação de uma área de conhecimento implica no aumento de sua interdisciplinaridade, e, assim, torna-se mais difícil alcançar consenso sobre determinadas questões.

Tendo surgido quase três décadas antes dos anos 2000 no contexto estadunidense, *information literacy* era um tema recém-chegado ao contexto brasileiro, cuja tradução não era algo tão simples, dada a complexidade de ambos os termos que formam a expressão.

Caregnato (2000) traduziu o termo *information literacy* como *alfabetização informacional*, mas optou no seu artigo pelo uso da expressão “habilidades informacionais”, para indicar as ações de acessar, localizar, avaliar e sintetizar as informações, advertindo que essa mudança respondia a uma necessidade demandada pelos avanços das mídias digitais na sociedade, mas que tal transição terminológica não poderia ser feita apenas de modo retórico nas bibliotecas, mas deveria se efetivar como uma ação real a ser exercida por elas.

Dudziak (2001) considerou o termo um neologismo que estava aparecendo com recorrência na Biblioteconomia e na Educação. Como a expressão *information literacy* ainda não possuía tradução para o português, na ocasião de sua dissertação (*A information literacy e*

o papel educacional das bibliotecas), a pesquisadora optou por não traduzi-la, por entender que essa ação deveria ser feita por linguistas. Também em 2001, Belluzzo publica um trabalho (*A information literacy como competência necessária à fluência científica e tecnológica na sociedade da informação: uma questão de educação*) em que destaca a “necessidade do desenvolvimento dessa competência na Sociedade da Informação” (BELLUZZO, 2001:5), mantendo o uso da expressão no idioma inglês.

Ainda que não tenha traduzido a expressão *information literacy* em seu trabalho, Dudziak (2001) se posiciona como discordante da tradução por *alfabetização*, ao julgar que a tradução de *literacy* para *alfabetização* não é adequada, já que representaria a redução do conceito. *Literacy*, para a autora é um termo mais abrangente, além disso, nem todos os grupos sociais utilizam o alfabeto (DUDZIAK, 2001).

De modo consonante, dentre as possibilidades encontradas para a tradução de *information literacy*, Hatschbach (2002), embora tenha mantido o uso do termo original, indica na dissertação (*Information Literacy: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior*) que não concorda com o termo *alfabetização informacional*, uma vez que ele reforça e se opõe ao analfabetismo: “aqueles que ainda estão à margem da sociedade, por não saberem ler e escrever, de agora em diante estarão duplamente excluídos do sistema se não souberem utilizar computadores. Serão, também, ‘analfabetos informacionais’” (HATSCHBACH, 2002:48)⁹. Aqui a pesquisadora reduziu a *information literacy* a uma dimensão instrumental de uso de computadores.

Dudziak (2001:55) traz uma definição que diz o seguinte a respeito do significado de *literacy*: “De acordo com o dicionário *Houaiss* (1982), a tradução corresponde à ‘capacidade de ler e escrever; alfabetização, instrução’”. A pesquisadora descreve também o processo de ampliação a que o significado desse termo foi submetido ao longo do tempo, tornando-se um “direito universal” e “uma meta educacional” (DUDZIAK, 2001:55). Isso fez com que *literacy* se transformasse em um conceito dinâmico, multifacetado e complexo. Nas palavras da pesquisadora:

Ainda segundo Lyman (1979), *literacy* é um conceito dinâmico, uma **parte do aprendizado continuado**. Inseparável da leitura, também engloba a fala, o escutar e a escrita. Difere de cultura para cultura e é influenciada pelas expectativas e valores dos grupos dominantes na sociedade. Os requisitos da sociedade e do ambiente nos quais os indivíduos estão inseridos determinam a necessidade dos indivíduos de possuírem **diferentes níveis de literacy** (DUDZIAK, 2001:56, *grifo nosso*).

Literacy, portanto, corresponderia não somente à capacitação para a leitura e a escrita, mas especialmente uma ligação com a **educação continuada e ao aprender a aprender, num continuum extensível desde a infância até o fim da vida do cidadão**, revelando ainda sua faceta política, afastando a visão dicotômica entre alfabetizado e analfabeto, reiterando o uso

⁹ No entanto, a mesma ideia é válida para o termo *competência*. Por isso, os estudos críticos sobre *information literacy* ou *competência em informação* questionam quem seriam as pessoas incompetentes em informação e os motivos mais profundos aos quais essa concepção se filia (BEZERRA, SCHNEIDER e SALDANHA, 2019).

do termo como um *processo* integrado à vida dos cidadãos (DUDZIAK, 2001:56, *grifo nosso*).

Modernamente o conceito de *literacy* é expandido, incluindo não só a leitura e compreensão de textos impressos ou eletrônicos, como também a habilidade de se comunicar oralmente e pela escrita, e a habilidade de utilizar vários *hardware e software*. Dadas tais dimensões, estabelecem-se níveis de *literacy*, variando de pessoa a pessoa, de grupo a grupo. O contexto também é importante, pois é ele que vai determinar **a natureza e a complexidade do aprendizado** (DUDZIAK, 2001, p. 56-57, *grifo nosso*).

Nesse sentido, a utilização do **termo competência talvez fosse mais adequado**. Segundo Fleury (2000, p. 21), a palavra competência pode ser definida como “um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor...” (Dudziak, 2001:57, *grifo nosso*).

O motivo de trazermos esse longo trecho de argumentação da autora é porque a menção à aprendizagem, frequentemente citada nos parágrafos acima para explicar o conceito de *literacy*, também será um dos argumentos reivindicados por todas as traduções brasileiras, tanto as que utilizam *competência*, como as que optaram por *letramento*.

Para Dudziak (2001:61), acima de tudo, a *information literacy* está inexoravelmente relacionada “ao aprendizado e à capacidade de criar significado a partir da informação”. Ainda assim, a dificuldade em escolher um termo adequado para traduzir a expressão para o português permanecia, posto que “A *information literacy* apresenta um significado que vai além da soma de suas partes (*information e literacy*)” (DUDZIAK, 2003:23). A pesquisadora explica que:

Se, por um lado, *literacy* liga-se predominantemente ao universo das palavras, a informação é mais abrangente, englobando todos os tipos de signos e símbolos. Desta forma, fica difícil determinar qual é o conceito mais abrangente. Portanto, se de um lado é evidente o significado essencial e histórico de *information* e de *literacy*, o mesmo não se aplica à *Information Literacy* (DUDZIAK, 2001:57, *grifo nosso*).

Os desafios impostos para o entendimento dessa expressão devido à junção desses dois termos também se manifestaram na própria língua inglesa:

Como uma metáfora, caprichosamente embalada — e imaginada — é uma frase descritiva que não é literalmente aplicável ou facilmente interpretável, implicando em algo mais qualitativo e difuso do que é evidente no significado histórico de ambos *literacy* e *information*. Simbolicamente, *Information Literacy* aparece para representar a habilidade de usar a informação ou, possivelmente é a posse do conhecimento acerca da informação (BEHRENS, 1994:309¹⁰, *apud* DUDZIAK, 2001:58, *grifo nosso*).

¹⁰ BEHRENS, S. J. (1994) A conceptual analysis and historical overview of information literacy. *College & Research Libraries*. 55:4 (1994) 309-323.

Reis (2016) explica o uso estratégico desse termo considerando sua polissemia e abrangência:

Possivelmente pelo ineditismo da missão, ou pela necessidade de abarcar o maior número de informações e conceitos dentro uma única expressão, o uso do termo *literacy* enquanto metáfora tenha sido escolhido. Destacam-se nessa época a criação das expressões como *Computer Literacy* MOLNAR (1972), *Health Literacy*, LUEHRMANN (1974) e *Information Literacy* por ZURKOWSKY (1974) (REIS, 2016:54).

Lori Arp (1990:2) já alertava: “Se quisermos ser associados à *literacy*, devemos reconhecer que o termo conota significados variantes para grupos fora do campo [da Biblioteconomia e da Ciência da Informação] e que há uma agenda política associada ao *literacy movement*”. Continua a autora:

Se abraçarmos o *information literacy movement*, devemos reconhecer essas questões e apoiar pesquisas extensas sobre conceitos e habilidades de busca de informações bem-sucedidas em diferentes disciplinas. Até lá, devemos ter o cuidado de usar cada termo dentro do quadro político em que vivemos e não fazer muitas afirmações sobre nossa capacidade de produzir aquilo que não podemos medir ou provar (ARP, 1990:3).

Nascimento (2018) também chama atenção para essas diferenças contextuais:

[...] se observa, com frequência, na maior parte da literatura brasileira sobre a *Information Literacy*, a repetição de argumentos vindos em sua maioria de contextos distintos dos nossos, sem a devida preocupação com a reflexão dos postulados epistêmicos que os informam, bem como com suas vinculações às realidades próprias dos diferentes cenários em que circulam (NASCIMENTO, 2018:19-20).

Porém, essas dificuldades na tradução e as diferenças entre os termos não estão só no fato de que no Brasil há distinções entre *alfabetização* e *letramento* em relação à *literacy*, vocábulo que também não possui significado unânime. Parte dos conflitos em relação à apropriação de *literacy* feita por Zurkowski para a elaboração do conceito de *information literacy*, por exemplo, reside, de acordo com Nascimento (2018), no seguinte ponto:

Zurkowski, com seu jogo semântico, criou um movimento que até hoje embaralha as relações entre informação e educação. Ao chamar de *information literacy* o processo de desenvolvimento de habilidades de manuseio dos recursos informacionais, esvaziou os sentidos próprios da informação e do letramento, apropriando-se de termos reconhecidos como fundamentais na constituição dos sujeitos e das sociedades (*literacy*, *information*), para induzir a criação de um mercado para os produtos da IIA da qual era o presidente. Esse processo de mimetização foi, portanto, além de uma estratégia retórica, estratégia ideológica que se serviu de um termo consagrado do universo letrado – *literacy* – e o aplicou aos objetos técnicos e tecnológicos, promovidos a bens imateriais de natureza simbólica – a informação (NASCIMENTO, 2018:125).

Talvez a apropriação desta consagração de *literacy* também tenha ocorrido com o termo letramento na elaboração do conceito de *letramento informacional*. Mais do que isso, a carga semântica que *literacy* representa na conjuntura escolar e a apropriação feita pela ALA, que apontou a contribuição que a profissional bibliotecária e a biblioteca podem oferecer para o desenvolvimento do letramento, foram fatores que cooperaram para essa elaboração.

Apesar dessa nebulosidade que dificultava uma compreensão precisa acerca do que a junção semântica de *literacy* e *information* pretendia solidificar, e das críticas sobre a impertinência dessa fusão, a expressão *information literacy* continuou a ser definida por meio de diversos enfoques.

No panorama apresentado até aqui, embora Dudziak (2001), Belluzzo (2001) e Hatschbach (2002), tenham utilizado o termo em inglês em seus trabalhos, estas autoras já sinalizaram a preferência pela expressão *competência em informação*.

Já Campello (2003; 2006) embora tenha utilizado o termo *competência informacional* para traduzir *information literacy* em ambos os artigos, a autora já indica o argumento de que a *competência informacional* deveria estar agregada nas ações de letramento. Dessa forma, dado que o letramento é um *continuum* isto ecoaria, para a autora, no *letramento informacional*. Nos anos seguintes a autora conceituará o termo *letramento informacional* (CAMPELLO, 2009, 2010) passando a adotá-lo, a partir de então. Kelley Gasque (2008; 2010), por sua vez, desde suas publicações iniciais, usa a expressão *letramento informacional* para traduzir *information literacy* tornando-se a autora referência nessa temática no Brasil.

4. Considerações finais

A trajetória apresentada neste artigo mostrou que o movimento da *Information Literacy* surge a partir da conjuntura político-social específica de um país que se encontrava em um momento de reestruturação social e econômica no pós-guerra, mas que já se constituía uma potência mundial que passou a ditar as regras globais e passaria a exercer influência em quase todos os âmbitos da geopolítica mundial, perpetuando assim seu poder de dominação.

Esse poderio estadunidense, expressivamente representado pela dominação científica e pelos avanços no desenvolvimento social e democrático do país, fez eclodir um movimento mercadológico e educacional que objetivava, do ponto de vista governamental, dar condições para que a população se mantivesse informada, visando, de um lado, fornecer o direito de acesso à informação para o bem-estar social e a prática cidadã e, de outro, manter, de forma estratégica, a capacidade competitiva do país.

O surgimento da *Information Literacy* representou a tentativa de concentrar em um nome os princípios educacionais de um projeto democrático que intencionava munir a população de ferramentas para enfrentar a explosão informacional e a chamada *Sociedade da Informação*. A capacidade de articulação e a consciência de sua função pedagógica levaram a classe bibliotecária dos Estados Unidos a se posicionar perante a contribuição já fornecida pelas bibliotecas, reivindicando o reconhecimento necessário e propondo medidas imediatas. Essas propostas ampliaram o escopo de atuação das profissionais bibliotecárias

para além do serviço de referência e da educação de usuários, gerando programas estruturados de *Information Literacy*. Tal mobilização adquiriu o engajamento necessário para que a ALA atuasse nas políticas do país e levou essa Associação a protagonizar e influenciar estudos e ações de outros países.

Porém, este movimento não é imune a críticas; pelo contrário, quando tomado a partir de uma visão questionadora, esse projeto nacional insere-se numa perspectiva ideológica composta de programas educacionais de cunho instrumental, pautada por uma visão mercadológica e neoliberal da educação, que busca instruir as pessoas de modo mais prescritivo do que relacional ou dialógico.

No Brasil, a *Information Literacy* chegou no início dos anos 2000 por meio do campo acadêmico. O poder de convencimento do conceito em questão atraiu bibliotecárias-pesquisadoras, que se debruçaram sobre essas pesquisas e propuseram iniciativas para o contexto brasileiro. Dentre os desafios enfrentados, além das dificuldades sociais e econômicas do Brasil, que são pouco semelhantes as do país que originou o conceito, há desafios no plano linguístico e epistemológico, especialmente na sua tradução e conceitualização.

O fato é que houve um forte engajamento da Biblioteconomia e da Ciência da Informação brasileira, sobretudo nos últimos dez anos, no âmbito científico e na proposição de ações empíricas sobre o tema em suas diferentes acepções. Entendemos que a diversidade de traduções tem suas virtudes e seus desafios, por isso acreditamos que oferecer um mapeamento sobre os conceitos e sobre os usos do conceito pelo campo pode ajudar no avanço das ações educacionais da área.

A partir do levantamento apresentado verificamos que o papel educacional da *Information Literacy* foi um dos atrativos para a chegada do conceito em solo brasileiro e para a sua apropriação pelos estudos sobre Biblioteca e Educação. Será possível notar nos anos seguintes que os elementos presentes no conceito de *information literacy*, sobretudo a questão da aprendizagem e da biblioteca escolar, serão mobilizados de forma peculiar a depender da terminologia defendida por cada autoria.

Por fim, concluímos que a *Information Literacy* surge em condições específicas para atender a necessidades de seu país de origem. Ao ser apropriada pelos estudos brasileiros as autorias deparam-se com um gargalo terminológico em sua tradução. Porém, mais do que um problema de tradução, os termos que representam o conceito de *information literacy* no país revelam disputas epistêmicas em torno da temática, conforme apresentamos em Alves, Macedo e Galindo (2023). Nossa intenção com essa discussão foi apresentar como surgiu e em que consiste o fenômeno da *Information Literacy*, bem como suas implicações terminológicas e conceituais no que se refere aos primeiros estudos das traduções brasileiras, a fim de fornecer um apanhado histórico-conceitual para subsidiar os estudos da área.

Referências bibliográficas

ALVES, Mariana de Souza

2023 *Apropriação do termo letramento pela Biblioteconomia e Ciência da Informação brasileira: tensões terminológico-conceituais em torno do letramento informacional*. [Em linha]. Recife, 2023. [Consult. 9 dez. 2023]. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/handle/123456789/53340>.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade Federal de Pernambuco.

ALVES, Mariana de Souza; MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes; GALINDO, Marcos

2023 O Debate terminológico-conceitual em torno do uso dos termos competência em informação, competência informacional e letramento informacional na primeira década dos anos 2000 no Brasil. *Liinc em Revista*. [Em linha]. 19:2 (2023) e6576. [Consult. 9 dez. 2023]. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6576>.

ARP, Lori

1990 Information literacy or bibliographic instruction: semantics or philosophy? *RQ*. 30:1 (1990) 46-49.

BEZERRA, Arthur Coelho

2019 Teoria crítica da informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. In BEZERRA, Arthur Coelho *et al.* - *iKRITIKA: estudos críticos em informação*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. [Consult. 24 jul. 2023]. Disponível em: <https://www.garamond.com.br/loja/ikritika-ebook>.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, M.; SALDANHA, Gustavo Silva

2019 Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 29:3 (2019). [Consult. 5 set. 2023]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/47337>.

FROHMANN, Bernd

2008 O Caráter social, material e público da informação. In *A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. Org. Mariângela Spotti Lopes Fujita, Regina Maria Marteleto, Marilda Lopes Ginez de Lara. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora; Marília: Fundepe Editora, 2008, p. 19-34.

FUCHS, Christian

2009 Towards a critical theory of information. *TripleC*. [Em linha]. 7:2 (2009) 243-292. [Consult. 24 jul. 2023]. Disponível em: <https://www.triple-c.at/index.php/tripleC/article/view/91>.

OWUSU-ANSAH, Edward K.

2005 Debating definitions of information literacy: enough is enough! *Library Review*. [Em linha]. 54:6 (2005) 366-374. [Consult. 18 nov. 2020]. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00242530510605494/full/html>.

Mariana de Souza Alves | mdsa24@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo | socorronunes@ufsj.edu.br

Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), Brasil

Marcos Galindo | galyndo@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

Apêndice A – Produções levantadas nos procedimentos de busca e analisadas no artigo

Estudos estadunidenses sobre Information Literacy

Referências
AASL American Association of School Librarians 1998 <i>Information literacy standards for student learning: standards and indicator</i> . [Em linha]. 1998. [Consult. 24 jul. 2023]. Disponível em: https://www.ala.org/ala/aasl/aaslproftools/informationpower/InformationLiteracyStandards_final.pdf .
AASL American Association of School Librarians 1988 <i>Information power: guidelines for school libraries media programs</i> . [Em linha]. 1988. [Consult. 24 jul. 2023]. Disponível em: https://www.ala.org/ala/aasl/aaslproftools/informationpower/informationpower.htm .
ACRL Association of College and Research Library 2015 <i>Framework for information literacy for higher education</i> . [Em linha]. 2015. [Consult. 24 jul. 2023]. Disponível em: http://www.ala.org/acrl/files/issues/infolit/framework.pdf .
ACRL Association of College and Research Library 2000 <i>Information literacy competency for higher education</i> . [Em linha]. Chicago: ALA, 2000. [Consult. 24 jul. 2023]. Disponível em: https://alair.ala.org/bitstream/handle/11213/7668/ACRL%20Information%20Literacy%20Competency%20Standards%20for%20Higher%20Education.pdf .
ALA American Library Association 1998 <i>A Progress report on Information Literacy: an update on the American Library Association, Presidential Committee on Information Literacy: final report</i> . [Em linha]. 1998. [Consult. 24 jul. 2023]. Disponível em: https://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/progressreport .
ALA American Library Association 1989 <i>Report of the Presidential Committee on Information Literacy: final report</i> . [Em linha]. 1989. [Consult. 24 jul. 2023]. Disponível em: https://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential .
KUHLTHAU, Carol Collier 2010 <i>Como orientar a pesquisa escolar: estratégias para o processo de aprendizagem</i> . Trad. E adapt. Bernadete Santos Campello, et al. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
KUHLTHAU, Carol Collier 2007 Reflections on the development of the model of the Information Search Process (ISP): excerpts from the Lazerow Lecture, University of Kentucky, April 2, 2007. <i>Bulletin of the American Society for Information Science and Technology</i> . 33 (Jun./Jul.) 32-37.
KUHLTHAU, Carol Collier 2004 <i>Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para o ensino fundamental</i> . Tradução e adaptação por Bernadete Campello et al. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
NATIONAL COMMISSION ON EXCELLENCE IN EDUCATION 1983 <i>A Nation at risk: the imperative for educational reform</i> . Washington, D.C, 1983.
ZURKOWSKI, P. G. 1974 <i>Information services environment relationships and priorities</i> . [Em linha]. Washington D.C.: National Commission on Libraries, 1974. [Consult. 24 jul. 2023]. Disponível em: http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED100391.pdf .

Estudos brasileiros sobre Information Literacy e suas traduções (até 2010)

Referências
<p>BELLUZZO, Regina Célia Baptista 2005 Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. <i>ETD: Educação Temática Digital</i>. [Em linha]. 6:2 (jun. 2005) 30-50. [Consult. 18 ago. 2021]. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/772.</p>
<p>BELLUZZO, Regina Célia Baptista 2004 Formação contínua de professores do ensino fundamental sob a ótica do desenvolvimento da information literacy, competência indispensável ao acesso à informação e geração do conhecimento. <i>Transinformação</i>. [Em linha]. 16:1 (jan./abr. 2004) 17-32. [Consult. 24 jul. 2023]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/qdWHG4kbdW8W7pkZRSb45Qv/abstract/?lang=pt.</p>
<p>BELLUZZO, Regina Célia Baptista; KOBAYASHI, Maria do Carmo Monteiro; FERES, Glória Georges 2004 Information literacy: um indicador de competência para a formação permanente de professores na sociedade do conhecimento. <i>ETD: Educação Temática Digital</i>. [Em linha]. 6:1 (dez. 2004) 81-99. [Consult. 18 ago. 2021]. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1004.</p>
<p>CAMPELLO, Bernadete Santos 2009 <i>Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico</i>. Belo Horizonte, 2009. Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais.</p>
<p>CAMPELLO, Bernadete dos Santos 2006 A Escolarização da competência informacional. <i>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</i>. Nova Série, 2:2 (dez. 2006) 63-77.</p>
<p>CAMPELLO, Bernadete dos Santos 2003 O Movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. <i>Ciência da Informação</i>. [Em linha]. 32:3 2003. [Consult. 21 ago. 2021]. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/17773.</p>
<p>CAREGNATO, Sônia Elisa 2000 O Desenvolvimento de habilidade informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. <i>Revista de Biblioteconomia & Comunicação</i>. [Em linha]. 8 (2000). 47-55. [Consult. 24 jul. 2023]. Disponível em: https://cedap.ufrgs.br/xmlui/bitstream/handle/20.500.11959/137/v8a3.pdf?sequence=4.</p>
<p>DUDZIAK, Elisabeth Adriana 2003 Information Literacy: princípios, filosofia e prática. <i>Ciência da Informação</i>. [Em linha]. 32:1 (jan./abr. 2003) 23-35. [Consult. 24 jul. 2023]. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016.</p>
<p>DUDZIAK, Elisabeth Adriana 2001 <i>Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas</i>. [Em linha]. São Paulo, 2001. [Consult. 24 jul. 2023]. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/ptbr.php. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes.</p>
<p>GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias 2010 Arcabouço conceitual do letramento informacional. <i>Ciência da Informação</i>. 39:3 (2010).</p>
<p>GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias 2008 <i>O Pensamento reflexivo na busca e no uso da informação na comunicação científica</i>. Brasília, 2008. Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade de Brasília.</p>
<p>GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; TESCAROLO, Ricardo 2010 Desafios para implementar o letramento informacional na educação básica. <i>Educação em Revista</i>. 26:1 (abr. 2010) 41-56.</p>

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima 2002 <i>Information Literacy: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior</i> . [Em linha]. Rio de Janeiro, 2002. [Consult. 21 jan. 2022]. Disponível em: http://tededep.ibict.br/tde_busca/arquivo.php?cod Arquivo=37 . Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
MASSENSINI, Rogério Luís 2010 <i>Inclusão digital no Centro Vocacional Tecnológico Henfil: uma leitura sob a ótica do capitalismo informacional</i> . Belo Horizonte, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais.

Estudos brasileiros sobre Information Literacy e suas traduções (após 2010)

Referência
MATOS, José Claudio Morelli 2015 Letramento informacional, crescimento e democracia: um estudo do relatório do Presidential Committee of Information Literacy(1989). In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16º, João Pessoa, 2015 - <i>Anais...</i> João Pessoa: UFPB, 2015.
MATOS, José Claudio Morelli; FERREIRA, Khaterin 2016 A Filosofia de Dewey e o letramento informacional: pensamento reflexivo e crescimento na conquista do “aprender a aprender”. <i>Ciência da Informação</i> . [Em linha]. 45:1 (2016). [Consult. 21 ago. 2021]. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/19102 .
NASCIMENTO, Leandro dos Santos 2018 <i>Informação e Educação: as origens da Information Literacy: um estudo do relatório "The Information Service Environment Relationships and Priorities", de Paul Zurkowski</i> . São Paulo, 2018. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade de São Paulo.
REIS, Giordani de Ávila 2016 <i>Leitura e letramento informacional: uma revisão de literatura</i> . Belo Horizonte, 2016. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais.

Estudos brasileiros citados que utilizam o modelo Big6 Skills

Referência
PACHECO, Maria Neuda de Carvalho Ramos 2020 <i>A Pesquisa escolar na biblioteca como instrumento potencializador no processo de ensino-aprendizagem: um olhar para o Ensino Fundamental I' 14/12/2020</i> . São Cristóvão, 2020. Dissertação de Mestrado Profissional em Ciência da Informação – Fundação Universidade Federal de Sergipe.
PINHEIRO, Maria Heldaiva Bezerra; GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; VITORIANO, Maria Albeti Vieira 2019 Comportamento informacional e letramento informacional: estudo de caso centro de informática da universidade de Brasília. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20º, Florianópolis, 2019 - <i>Anais...</i> [Em linha]. Florianópolis, 2019. [Consult. 21 ago. 2021]. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/122319 .
RIBEIRO, Leila Alves Medeiros 2016 <i>Curiouser Lab: uma experiência de letramento informacional e midiático na educação</i> . Brasília, 2016. Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade de Brasília.
SILVA, Fernanda Claudia Luckmann da 2017 <i>Letramento informacional na educação básica: percepção da direção escolar</i> . Florianópolis, 2017. Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão da Informação - Universidade do Estado de Santa Catarina.

TINOCO, Monica de Oliveira

2021 *Práticas de letramento informacional nas bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro: uma proposta de arcabouço*. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação de Mestrado Profissional em Biblioteconomia – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Estudos brasileiros citados que utilizam o modelo ISP

Referência
<p>FELIX, Andreza Ferreira 2014 <i>Práticas educativas em bibliotecas escolares: a perspectiva da cultura escolar: uma análise de múltiplos casos na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte</i>. Belo Horizonte, 2014. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais.</p>
<p>GONÇALVES, Renata Braz; GODINHO, Natalia Bermudez 2014 Práticas de pesquisa de estudantes de biblioteconomia e arquivologia: uma abordagem sobre os aspectos afetivos envolvidos e a competência informacional. <i>Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação</i>. [Em linha]. 1:1 (2014) 75-93. [Consult. 27 jun. 2023]. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72102.</p>
<p>MACEDO, Murillo de Melo 2015 <i>A Influência do letramento informacional na aprendizagem de estudantes do 9º ano do ensino fundamental</i>. Brasília, 2015. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade de Brasília.</p>
<p>MATA, Marta Leandro da; SILVA, Helen de Castro 2008 Biblioteca escolar e a aplicação da proposta da competência em informação no ensino fundamental. <i>CRB8 Digital</i>. [Em linha]. 1:3. [Consult. 27 jun. 2023]. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9241.</p>
<p>PELISSARO, Regina Dioga; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de 2015 Desenvolvimento de habilidades informacionais: um estudo das atividades de educação de usuários aplicadas na biblioteca do colégio israelita. <i>Informação & Informação</i>. [Em linha]. 20:1 (2015) 279-302. [Consult. 27 jun. 2023]. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33993.</p>
<p>PEREIRA, Patrícia Resende 2018 <i>Tomada de decisão do gestor escolar das escolas públicas de ensino médio no Distrito Federal e a interface com o letramento informacional</i>. Brasília, 2018. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade de Brasília.</p>
<p>SANTOS, France Mabel Fernandes Costa 2021 <i>Trilhhou : uma aventura gamificada com Maria Livrão no universo da pesquisa escolar no ensino fundamental I</i>. São Cristóvão, 2021. Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento - Universidade Federal de Sergipe.</p>
<p>SILVA, Carlos Robson Souza da [et al.] 2020 Contribuições do modelo de Carol Kuhlthau para a pesquisa sobre comportamento informacional e competência em informação no Brasil. <i>Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação</i>. [Em linha]. 25 (2020) 1-14. [Consult. 27 jun. 2023]. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019.e65234.</p>
<p>SILVA, Maria Raquel Gomes da 2015 <i>Letramento informacional e literário na educação básica</i>. Goiânia, 2015. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas - Pontifícia Universidade Católica de Goiás.</p>
<p>SILVA, Vania Ferreira da 2019 <i>Comportamento informacional: ações, emoções e atos no processo de busca da informação de discentes do ensino de ciências da UFRPE</i>. Porto Alegre, 2019. Tese de Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.</p>

DIREITOS DE IMAGEM: o uso de memes nas redes sociais e a sua apropriação enquanto ferramenta de *marketing* digital pelas indústrias criativas

THE RIGHT OF IMAGE: the use of memes on social networks and their appropriation as a digital marketing tool by creative industries

Icaro Machado Ribeiro

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a19>

Resumo: Neste estudo, pretende-se explorar a crescente influência das redes sociais enquanto plataformas de comunicação de massa, destacando a proliferação dos memes como prática comum de compartilhamento de imagens de terceiros para comunicar mensagens, muitas vezes envolvendo humor e deboche. Além do fenômeno como entretenimento digital, o texto destaca o uso estratégico de memes por empresas e marcas em campanhas de *marketing* digital, visando atrair a atenção do público e estabelecer uma conexão por meio do humor. A prática de utilizar memes para fins comerciais levanta questões éticas sobre a apropriação de imagens de terceiros e a possível violação dos direitos autorais e de imagem dos envolvidos. A análise reflexiva, bem como os exemplos trazidos neste estudo, visam contribuir para o entendimento desse fenômeno e de seus desdobramentos e impactos nas indústrias criativas.

Palavras-chave: Direitos de imagem; IA; *Marketing* digital; Meme; Redes sociais.

Abstract: In this study, we intend to explore the growing influence of social media as mass communication platforms, highlighting the proliferation of memes as a common practice of sharing images from third parties to communicate messages, often involving humor and mockery. In addition to the phenomenon as digital entertainment, the text highlights the strategic use of memes by companies and brands in digital marketing campaigns, aiming to attract the public's attention and establish a connection through humor. The practice of using memes for commercial purposes raises ethical questions about the appropriation of third-party images and the possible violation of the copyright and image rights of those involved. The reflective analysis, as well as the examples brought in this study, aim to contribute to the understanding of this phenomenon and its consequences and impacts on the creative industries.

Keywords: Right of image; AI; Digital marketing; Meme; Social media.

1. Introdução

Com o estabelecimento das redes sociais como uma das principais plataformas de comunicação na atualidade, a popularização dos memes, bem como o compartilhamento de vídeos, fotos, figurinhas e outros tipos de mídias que se utilizam da imagem de terceiros para comunicar, se tornou uma prática comum do universo cibernético. Esses pacotes de imagens, muitas vezes acompanhadas de uma pitada de humor ou deboche, além de comunicar, têm o poder de entreter, provocar risada e até mesmo despertar a nostalgia em seus espectadores e usuários em rede.

Contudo, o uso de memes vai além de um mero entretenimento digital. Empresas e marcas têm percebido o potencial do uso dessas imagens para atrair a atenção do público, passando assim a incorporá-las em suas campanhas de *marketing* digital. A associação de memes a produtos ou serviços busca estabelecer uma conexão com os consumidores, utilizando o

humor como estratégia persuasiva, validando o seu uso como uma técnica de comunicação criativa da atualidade.

Os memes, em sua essência, são uma forma de comunicação que se baseia na apropriação de imagens pré-existentes para gerar informações e mensagens, geralmente com um tom humorístico. Essas imagens podem ser retiradas de filmes, programas de televisão, fotografias icônicas e entre outros recursos visuais disponíveis na cibercultura digital. A sua ligeira disseminação nas redes sociais, devido a facilidade de compartilhamento, é a característica decisiva para que essas imagens sejam utilizadas para fins comerciais, por apresentar um impacto rápido, direto e significativo no público.

Imediatamente, é essencial que haja uma reflexão sobre as implicações legais e morais que envolvem o uso de memes e a propagação de imagens nas redes sociais. Por isso, este estudo pretende perceber se existe um equilíbrio entre a liberdade de expressão, o direito à imagem e a proteção dos direitos autorais diante dessa realidade cada vez mais presente na era digital.

Aqui, serão abordados os aspectos legais relacionados ao uso de memes na Internet e os direitos de imagem em Portugal. Essa prática tem levantado questionamentos éticos acerca da apropriação de imagens de terceiros para fins comerciais, bem como a violação dos direitos autorais e de imagem dos envolvidos. Por meio de uma análise crítica e reflexiva, busca-se contribuir para o entendimento desse fenômeno bem como entender os seus desdobramentos e impacto nas indústrias criativas.

2. O mundo tem preguiça de ler

Não há como fugir: a nossa sociedade está cada vez mais visual. E, com o advento das redes sociais, estamos em um processo contínuo de mudanças significativas que interferem diretamente na forma como as pessoas acessam, produzem e compartilham informação no mundo, principalmente o digital.

A verdade é que a preferência por consumir vídeos e fotos em detrimento de textos tornou-se uma tendência cada vez mais presente na sociedade contemporânea. E não é surpresa para ninguém que as redes sociais têm contribuído muito para tornar as pessoas mais preguiçosas e menos exigentes em relação ao consumo de informação. Basta analisar as primeiras redes sociais na Internet, *Orkut*¹ e *Facebook*, que se popularizaram por oferecer grupos onde as pessoas trocavam experiências participando de fóruns e comunidades, gerando assim uma grande rede de informação. Hoje, a maior rede social, o *Tik Tok*², tem como característica principal a informação visual e ligeira das *trends*³: 1 em cada 4 vídeos de melhor desempenho no *Tik Tok* tem menos de 34 segundos.

Estamos vivendo numa cultura do consumo do Eu e por isso as redes sociais desempenham um papel essencial na vida cotidiana das pessoas, oferecendo uma ampla gama de

¹ A primeira rede social a ganhar espaço em todo o mundo. Em 2014, a plataforma somava 66 milhões de usuários numa época onde os *smartphones* eram artigos de luxo.

² Mais informações sobre dados: <https://ecommerce-platforms.com/pt/articles/tiktok-statistics>.

³ Assuntos ou conteúdos em alta na plataforma e no mundo.

conteúdos que são facilmente acessíveis e rapidamente consumidos. E preciso ressaltar que esse caráter participativo da sociedade moderna digital não tem como característica o estímulo ao consumo crítico, mas sim a (re)produção fútil e individual em massa. Estamos sendo bombardeados por estímulos visuais o tempo todo e esse arsenal de conteúdos impacta a forma como nos relacionamos e, mais precisamente, como nos comportamos diante de situações cotidianas, principalmente nas reações fisiológicas na tangente sentimento.

Nesse contexto, observa-se uma preferência crescente por vídeos curtos e imagens cativantes em detrimento de textos mais longos e densos, os instintos “textões”⁴. Pode-se dizer que essa preferência está atribuída, em sua maior parte, à natureza visual e instantânea das redes sociais, que valorizam a rapidez e a praticidade no consumo da informação, estabelecendo uma narrativa de consumo do conteúdo sem abrir precedentes para interações mais profundas. No entanto, essa mudança de comportamento traz consigo algumas consequências.

Um dos efeitos notáveis neste arquétipo é a tendência à preguiça informacional. Com a alta facilidade de acesso a vídeos e imagens, muitas pessoas acabam por optar pelo consumo de conteúdos mais superficiais e menos exigentes cognitivamente. Essa preguiça se manifesta na falta de disposição para destinar tempo e esforço à leitura de textos longos e complexos, preferindo assimilar informações de forma rápida e visualmente atrativa e que o seu consumo não gere desgaste cognitivo.

Além disso, o bombardeio de informações nas redes sociais acaba por levar a uma menor exigência no processo de busca por conteúdo. Os usuários estão constantemente expostos a um grande fluxo contínuo de informações, criando uma cultura da satisfação superficial que está abrindo espaço para fenômenos comunicacionais como as *Fake News*⁵ e a *Pós-Verdade*⁶, advindos dessa sociedade digital que não questiona a veracidade das coisas e que não busca fontes confiáveis, mas que também se utiliza desses fenômenos para reforçar um pensamento ideológico ou não, por meio de mentiras e da disseminação de intolerâncias.

E mais, esses dois fenômenos são responsáveis pela propagação de notícias falsas e pela disseminação de informações imprecisas, pois muitos desses usuários não se sentem compelidos a verificar a veracidade das informações que consomem ou buscam fontes duvidosas para sustentar discursos de ódio e inverdades.

Por isso, em um mundo digital de constante expansão, onde a informação é rapidamente manipulada e disseminada, em tempos de inteligência artificial (ChatGPT e Google Bard) a imagem tornou-se ainda mais uma poderosa ferramenta de comunicação.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, embora a Internet tenha ampliado as possibilidades de expressão e criatividade, não devemos ignorar os direitos dos indivíduos

⁴ Como ficaram conhecidas as publicações no Facebook onde usuários expõem as suas opiniões utilizando-se de muitos caracteres, ou seja, textão.

⁵As *fakes news* são usadas para reforçar um pensamento ideológico ou não, por meio de mentiras e da disseminação de intolerâncias. Info: <https://ensina.rtp.pt/artigo/o-que-sao-fake-news/>.

⁶ Eleita a palavra do ano de 2016 pelo *Dicionário Oxford*, segundo o próprio dicionário britânico, o verbete significa "relativo a, ou que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influenciadores na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença pessoal".

em relação à sua própria imagem. O compartilhamento de vídeos, fotos, figurinhas e outros arquivos de mídia, que utilizam a imagem de terceiros para gerar informação, geralmente com tom de piada ou deboche, se tornou uma forma comum de comunicação digital. Essas imagens viralizam rapidamente, alcançando uma ampla audiência e, muitas vezes, ativando memórias nostálgicas coletivas.

O aspecto interessante dessa discussão se dá no fato de que não apenas indivíduos, mas também empresas e instituições têm se apropriado dessas imagens para promover e até mesmo produzir as suas campanhas de marketing digital.

Compreende-se que, diante dessa revolução comunicacional advinda pelo uso massivo da Internet, mais precisamente das redes sociais, o uso de *memes* pode ser uma estratégia eficaz para alcançar um público mais amplo e engajar os usuários nas plataformas *online*. No entanto, a utilização dessas imagens em campanhas publicitárias levanta preocupações sérias sobre a proteção dos direitos de imagem e a possibilidade de exploração intelectual indevida de terceiros.

Todavia, para se perceber mais sobre o uso dessa ferramenta, é importante que se compreenda sobre como se dar a construção de um meme e como as indústrias criativas se apropriaram desse formato digital de comunicação, passando a aplicá-lo estrategicamente em suas campanhas publicitárias e em seus canais de comunicação nas redes sociais.

3. A estrutura do meme: gatilhos e afetividade que geram nostalgia e engajam

Uma imagem vale mais que mil palavras. E essa capacidade abstrata de comunicar com recortes de imagens de cenas adulteradas é uma ferramenta muito poderosas quando falamos de estratégias de *marketing* digital aplicadas às redes sociais. Isso por que, diferentemente dos ícones que, simioticamente, estão associados apenas a uma representação social, ou seja, possuem sentido único e objetivo, o meme serve uma imensidão de possibilidades e o seu valor simbólico reflete, sistematicamente, uma representação cultural que pode estar presente na atualidade ou que traz nostalgia consigo.

Para Eliane Pawlowski de Araújo *et al.* (2020):

O meme se utiliza de jogos de linguagem, um uso intencional da língua articulado a ações que podem ser relacionadas a comentar notícias, criticar, emitir opinião, desabafar ou expressar um sentimento [...] O meme de internet normalmente é composto por uma imagem, tida como o principal agente de expressão da mensagem, muitas vezes sendo um suporte para o texto, por um contexto e pelo texto imediato que, quando presente, se trata de um texto geralmente curto que fecha a comunicação do meme.

Segundo os autores, “a velocidade de replicação e o número de réplicas por segundo” são elementos que caracterizam os memes de Internet, além do aspecto relacionado ao humor. Entretanto, o mais importante para o sentido comunicacional do meme enquanto estratégia de *marketing* digital é a sua relação com o agora, ou melhor, é a sua força de “gatilho” para trazer à tona lembranças, preceitos e contextos que agreguem sentido ao que se pretende comunicar.

Sem dúvidas, o compartilhamento, ou até mesmo a criação de novos memes é a estratégia mais aplicada nas redes sociais para se ter grande impacto empregando pouco esforço de interpretação da audiência. Logo, o elemento de imersão cultural, e até mesmo um hibridismo social, são fenômenos indispensáveis para que ações de *marketing* digital planeadas a partir de memes, e executadas pelos perfis do Instagram desses negócios criativos, alcancem os resultados esperados.

A imagem só fala por si própria quando quem vê a imagem já tem em mente o que ela se propõe a dizer. Comunicar com meme é jogar com o inconsciente coletivo e, para isso, deve-se ter conhecimento de como a consciência coletiva se intercrucza e se relaciona para mensurar causa-efeito.

Quando se vai subdividir o objeto categórico meme, ele se decompõe em várias possibilidades. O meme, na verdade, não é uma extensão de arquivo digital, ele é uma ação que se utiliza de várias extensões. Um meme pode ser uma foto (em todas as suas extensões), pode ser um frame de um vídeo, pode ser uma colagem, uma música, até mesmo uma figurinha a ser compartilhada no WhatsApp.

Habitualmente, estes são os formatos mais utilizados para difundir este tipo de informação. No entanto, para “fazer sentido”, o meme precisa de uma coisa muito importante, que podemos chamar de “gatilho” mnêmico⁷ e que muitas vezes está ligado ao inconsciente coletivo cravado na cultura do indivíduo.

Por exemplo, quando a gente vai contar uma piada numa roda de amigos, se alguém presente não tem todas as referências importantes para “acessar” a piada embutida na anedota contada, com certeza, vai ter dificuldade de entender a piada em si. Isso significa dizer que essa pessoa precisa ter uma ideia prévia do que aquilo quer significar, ou pelo menos ter uma referência de algo que esteja ligando a piada ao objeto-simbólico responsável por lhe dar sentido.

Na obra *O Gene Egoísta* (2007), Dawkins apresenta uma teoria que procura explicar a evolução das espécies na perspectiva do gene e não do organismo. No texto, o autor elenca determinadas características que podemos identificar no meme, como a longevidade (sua predominância no tempo), o seu caráter viral (rápida propagação) e a fidelidade (réplicas mais similares à unidade "original"). Vale pontuar que a característica viral nem sempre remete à longevidade, afinal, a imagem pode se propagar para muitas pessoas, mas o seu efeito e impacto pode ser *ligeiro*.

Estamos falando de semiótica, signos, significantes e significados. E que, na verdade, algumas vezes, a estrutura estética do meme em si pode não apresentar nenhuma relação imagética com a situação, mas a memória ligada a esta deve sempre carregar uma certa “carga cultural” que está associada ao que se quer fazer sentir ou dizer no momento.

Na maioria das vezes, o meme em imagem é carregado de um discurso textual que é responsável por dar o suporte “significante” aquela narrativa que se espera “*gatilhar*”

⁷ Relativo à memória, à ato de memorizar, de reter ideias, sensações, impressões.

significado. Ou seja, o acesso a memórias mnêmicas está passivamente associado ao sentido da informação em si.

Logo, podemos inferir que esse é uma das estruturas do efeito do meme na era da comunicação digital. Os memes, em todas as suas extensões de arquivos, exploram a consciência coletiva *online* — ou física —, e por isso podem ser descritos como folclore digital, ou [netlore](#)⁸.

4. O Meme enquanto estratégia de marketing digital

Numa sociedade visual, tudo o que é capaz de virar meme deve ser usado como estratégia de *marketing* digital. Não tem como perder a boleia: as pessoas compartilham figurinhas em massa. E se esse movimento for orgânico, melhor ainda. As redes sociais estão, cada vez mais, tomando uma maior fatia da “praça” de uma campanha de *marketing*. Segundo o estudo *Digital 2022: global overview report*, publicado pelo *site* Datareportal, o número de usuários ativos (os que acessam a rede regularmente) no mundo se aproximou da marca de 5 bilhões de pessoas em janeiro. Esse valor representa quase 63% da população em todo o mundo. É muita gente *online* e toda essa rede de conexões impacta em fenômenos que foram capazes de ressignificar a forma como as empresas fazem campanhas digitais eficazes.

No ano de 2018, o mercado cinematográfico se desdobrava para competir com o fluxo de lançamentos e produções criadas pela estreante no Oscar e uma das maiores plataformas de stream, a Netflix⁹. *Bird Box*¹⁰ se preparava para estrear no mercado meses depois de *A Quiet Place*. A primeira produção, na plataforma de *stream* Netflix, e a segunda já haviam passado nos cinemas. Mas, o que as duas tinham em comum?

Fig. 1 – Twitter [print]



⁸ Termo utilizado para representar cultura estilística folclórica na Internet.

⁹ Neste ano, a Netflix começou a investir pesado para ganhar espaço no Oscar. No ano seguinte, a produção *Roma* (Alfonso Cuarón) ganhou 9 estatuetas, incluindo a de melhor filme.

¹⁰ <https://www.netflix.com/pt/title/80196789>

Ambas as narrativas apresentavam histórias apocalípticas com enredos *survive*¹¹ muito próximos, mas com uma diferença de sentido: no *stream*, acompanhamos Sandra Bullock buscando sobreviver contra uma criatura que não se podia ver; e nos cinemas, Emily Blunt seguia toda a narrativa de sobrevivência calada sem poder fazer barulho. Com histórias muito verossímeis, de onde viria o sucesso estrondoso de *Bird Box* que chegou meses depois de *A Quiet Place*?

Números divulgados pela Netflix apontam que mais de 45 milhões de contas assistiram ao filme *Bird Box* nas duas primeiras semanas após a sua estreia. O sucesso estrondoso da produção se deu, em grande parte, à sua viralização nas redes sociais como X (antigo *twitter*) e *Reddit* através do compartilhamento de memes.

Percebe-se o fenômeno cibernético, a quantidade de pessoas que assistiram ao filme *Bird Box* na plataforma de *stream* Netflix foi crescendo de acordo com o compartilhamento de memes nas redes sociais. Ou seja, a massificação de imagens do filme com denotação “meme” foi responsável por criar *buzz* e despertar a curiosidade que levou as pessoas a assistirem ao filme na Netflix.

4.1. Marketing de oportunidade

Com o filme *Bird Box* da Netflix, temos um exemplo muito claro de apropriação de meme enquanto estratégia de *marketing* digital, mas tudo aconteceu de forma orgânica, ou seja, a viralização se deu de maneira espontânea, mas foi decisiva para despertar o interesse dos usuários dessas redes sociais pelo filme.

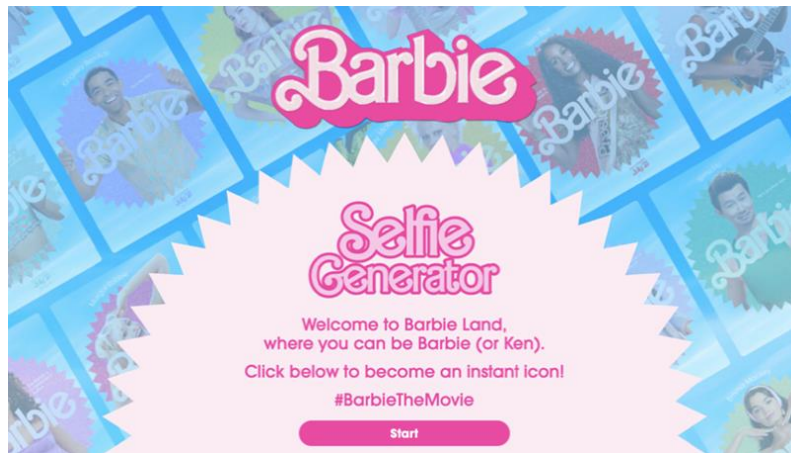
Agora é importante salientar que o meme é uma manifestação cultural espontânea, mas que devido ao seu poder de impacto e reprodução, muitas empresas estão se apropriando dessa ferramenta para criar e gerir estratégias de *marketing* digital cada vez mais eficazes.

Consideremos outra situação. Neste ano de 2023 tivemos a estreia do filme *live-action* da Barbie, uma super produção que quebrou recordes e levou todo mundo ao cinema. Este foi um grande desafio, se levarmos em consideração que Barbie é um universo totalmente focado em crianças. Mas estamos falando de estratégias de *marketing* atuais, gatilhos emocionais e nostalgia. E o filme foi bem feliz em suas ações.

Meses antes de ser lançado, a produção criou uma estratégia de *marketing* digital capaz de gerar interação com todas as pessoas de todas as idades, sexos e etnia. Cada um poderia criar a sua própria versão da Barbie. Como estratégia de *marketing* digital, a produção executiva do filme disponibilizou um gerador de meme onde todas as pessoas poderiam acessar a plataforma e criar a sua própria versão da Barbie. Melhor dizendo, o seu meme-figurinha para ser compartilhado nas redes sociais.

¹¹ Filmes de *suspense* onde a narrativa do filme gira em torno dos personagens principais lutando para sobreviver a algo (causa do horror).

Fig. 2 - Plataforma para gerar figurinhas [print]



O *Selfie Generator*¹² é uma plataforma oficial exclusivamente criada para as pessoas gerarem figurinhas de suas próprias versões da Barbie. É claro que essa estratégia viralizou e muitas pessoas entraram na brincadeira, mas também muitos artistas famosos e influenciadores digitais produziram a sua própria figurinha da Barbie e compartilharam nas redes sociais, gerando muito engajamento e criando uma grande conexão de divulgação do filme nas plataformas digitais de forma orgânica, mas não espontânea. E o filme que tinha data de estreia marcada para julho deste ano, ganhou o gosto do povo antes mesmo de ser lançado.

Fig. 3 - Imagem de reprodução



¹² <https://www.barbieselfie.ai/intl/>.

A estratégia utilizada pela equipe de divulgação do filme *Barbie* gerou uma rede de conteúdos visuais e muitos memes polonizaram as redes sociais por semanas. Mas não ficou por aí. Muitas empresas pegaram boleia no fenômeno e adaptaram a estratégia para o seu negócio e começaram a criar conteúdos em cima do fenômeno provocado pelo gerador de memes.

Estamos falando de *marketing* de oportunidade, um conceito que está muito ligado ao universo visual dos memes, e que também tem muitas implicações, não só nos direitos de imagens, mas também nos direitos de autor.

Marketing de oportunidade é quando uma empresa se apropria de uma situação em alta no mercado digital e transfere o “valor” dessa ocorrência para a sua marca ou produto, mesmo sem ter nenhuma correlação. Essa circunstância tem muita aproximação com o conceito de “prestígio” definido pela diretiva europeia e explicitado na cláusula anti-diluição de marcas. O que acontece é que, com o advento da Internet, o controle de publicidade, bem como a reprodução e compartilhamento de conteúdo se tornou mais difícil. Por isso, se tornou ainda mais comum grandes empresas se apropriarem de conceitos e ideias de outrem, passando a aplicá-las como estratégia de *marketing* em suas redes sociais. Vejam-se os casos a seguir:

Fig. 4 - Reprodução Instagram [print]



Como se pode ver nas imagens acima, algumas empresas se apropriaram da ideia de gerar figurinhas e criaram a sua própria versão da Barbie. A estratégia nessa situação é clara: além de criar conteúdo divertido e dinâmico, as empresas conseguem ranquear melhor as suas postagens por utilizarem conteúdos em alta.

Nesse exemplo do gerador de figurinhas da Barbie, temos um conflito de direitos de imagem em voga. A plataforma é disponibilizada para os usuários gerarem o seu próprio material visual ligado a identidade do filme. Mas, no caso de empresas que se apropriam

do gerador e pegam boleia na ideia, como neste caso da Paladin, por exemplo, foi gerado *marketing* digital utilizando a ideia visual, mas com a manipulação de signos para gerar uma comunicação ainda mais ligada ao seu produto.

Afinal, não é de hoje que o uso desordenado de imagens nas redes sociais tem levantado questões sérias que sempre apontam para a mesma reflexão: até que ponto é ético e legal utilizar a imagem de terceiros sem autorização?

5. Direitos de imagem: a lei existe para proteger, mas não consegue impedir o compartilhamento

Em primeiro lugar, é essencial compreender o contexto dos direitos de imagem em Portugal. O país possui legislação específica que protege os direitos autorais, incluindo os direitos de imagem.

Fig. 5 - [print]

Artigo 79.º - (Direito à imagem)

1. O retrato de uma pessoa não pode ser exposto, reproduzido ou lançado no comércio sem o consentimento dela; depois da morte da pessoa retratada, a autorização compete às pessoas designadas no n.º 2 do artigo 71.º, segundo a ordem nele indicada.
2. Não é necessário o consentimento da pessoa retratada quando assim o justificarem a sua notoriedade, o cargo que desempenhe, exigências de polícia ou de justiça, finalidades científicas, didácticas ou culturais, ou quando a reprodução da imagem vier enquadrada na de lugares públicos, ou na de factos de interesse público ou que hajam decorrido publicamente.
3. O retrato não pode, porém, ser reproduzido, exposto ou lançado no comércio, se do facto resultar prejuízo para a honra, reputação ou simples decore da pessoa retratada.

Início de Vigência: 01-06-1967

Seguindo o *Código dos Direitos do Autor e Direitos Conexos* (art. 79º), toda reprodução e divulgação de obras sem a devida autorização dos detentores desses direitos pode resultar em sanções legais. Ou seja, é considerado crime partilhar imagens de outrem em nas redes sociais sem a sua autorização prévia e principalmente como material publicitário.

Apesar disso, é importante salientar que o ambiente digital vem desafiando ainda mais a aplicação efetiva da lei devido à velocidade com que esse material é compartilhado, além da dificuldade de rastreamento que torna ainda mais complicada a identificação dos responsáveis pela disseminação de imagens não autorizadas. Isso tendo em vista que é necessário que o próprio indivíduo lesado acione a justiça nestes casos.

No contexto da apropriação dos memes enquanto ferramenta de *marketing digital*, a situação é ainda mais complexa. Neste caso, o uso de memes na Internet não se limita apenas ao entretenimento pessoal, mas persegue fins comerciais capitalizados.

Como vimos, muitas empresas e marcas têm adotado essa forma de comunicação para produzir as suas campanhas de *marketing* digital. Os memes possibilitam que as empresas atinjam públicos diversos e de maneira mais rápida e eficiente, valendo-se do humor compartilhado e da identificação provocada por essas imagens.

Entretanto, sabemos que a disseminação massiva de memes e o compartilhamento indiscriminado de conteúdos visuais é um assunto que tem levantado muitos questionamentos sobre o direito à privacidade e à proteção da imagem pessoal na tangente

dos limites da liberdade de expressão. Assim, podemos inferir que as estratégias adotadas pelas empresas ao incorporarem imagens sem autorização para gerar engajamento nas redes sociais é crime, mas a sua punição está passiva a questões em discussão.

6. Considerações

Mesmo sendo considerada uma ferramenta poderosa no *marketing* digital, a associação da imagem de terceiros a uma campanha pode gerar implicações legais, caso a autorização adequada não tenha sido obtida. Mas isso não significa que o uso de meme na Internet vai acabar, muito pelo contrário, estamos vivendo numa sociedade cada vez mais imagética e o uso de imagens é a potência do mercado digital na atualidade.

A apropriação do meme pelas indústrias criativas, pegando como exemplo a estratégia de divulgação do filme da Barbie, nos faz questionar se realmente haverá uma lei capaz de controlar o uso de imagem e a sua disseminação nas redes sociais. A própria plataforma *Generator*, onde os usuários podem criar a sua própria versão da Barbie, é, literalmente, uma máquina de criar memes. E neste caso, se alguém está cedendo a sua imagem junto a identidade do filme da Barbie, quer dizer que essa pessoa tem direito de compartilhar isso onde quiser? No caso de ser uma campanha interativa, quem é responsabilizado por conteúdos de ódio que podem chegar a ser gerados a partir dessa plataforma?

Em 2019, a União Europeia não conseguiu chegar a um acordo sobre o polêmico artigo 13.º, que trata especificamente dos direitos de autor na Internet, referente a “*utilização de conteúdos protegidos por prestadores de serviços da sociedade da informação que armazenam e permitem o acesso a grandes quantidades de obras e outro material protegido carregados pelos seus utilizadores*”. Pressionados por empresas como a Google e a Meta, essa diretiva segue sem resposta e longe de se tornar lei efetiva.

Um outro exemplo de ferramenta de geração de imagens que é também utilizado como vetor de comunicação nas redes sociais é o arquivo de extensão *.gif*¹³, *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *WhatsApp* e tantas outras redes sociais, todas estas oferecem em seus *chats*¹⁴ internos, a possibilidade de alguém compartilhar um arquivo de imagem em *gif* nas suas conversas. Neste caso, a própria plataforma oferece um pacote de imagens de pessoas famosas como Beyoncé, por exemplo, para ser usado em conversas e até mesmo compartilhar nos *stories*. Nesta situação, quem está infringindo a lei?

Esse cenário fica ainda mais complexo se formos discutir também o uso de IA (inteligência artificial) para produção e disseminação de imagens na Internet. Plataformas de geração de imagens para produção de campanhas digitais podem ter implicações sérias nos direitos de imagem na Internet. Por um lado, a IA possibilita automatizar tarefas realizadas manualmente, o que pode levar a um aumento significativo da produtividade. Por outro lado, a IA também pode ser usada para criar conteúdo falso ou manipulado, o que pode ter

¹³ Arquivo de extensão de imagem em *frames*. São muito usados nas redes sociais e geralmente são criados a partir recortes de filmes, séries, *shows*, cenas de novelas ou material audiovisual, alheios.

¹⁴ Espaço de conversa entre usuários dentro da própria plataforma/rede social.

implicações negativas nos direitos de imagem na Internet. Por exemplo, a IA pode ser usada para criar *deepfakes* como na campanha da Volkswagen.

Na peça publicitária de lançamento da nova Kombi¹⁵, a Volkswagen criou com ajuda da IA, uma cena onde a cantora Maria Rita canta com a mãe morta, Elis Regina, enquanto ambas dirigem uma *kombi*. Percebe-se que essa tecnologia é capaz de gerar vídeos e de criar imagens manipuladas para fazer com que uma pessoa diga ou faça algo que ela nunca disse ou fez e, neste caso, para trazer “alguém a vida”, mesmo que digitalmente, violando diretamente o direito de imagem das pessoas, mas se utilizando do seu prestígio para alcançar público ou gerar nostalgia/comoção agregando valor ao produto.

Além disso, é sabido que a IA é utilizada para coletar dados pessoais dos usuários, a fim de otimizar campanhas de *marketing* ainda mais personalizadas. Isso pode levantar preocupações sobre a privacidade dos usuários, por exemplo, pois eles podem não estar cientes de que seus dados estão sendo usados para fins de *marketing*.

O que sabemos é que o mundo digital é um terreno muito amplo e medir toda sua área é um desafio longe de estar acabado. Afinal, nada é capaz de parar o avanço da tecnologia e, por isso, a Internet segue sendo “terra de ninguém”.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, E. P. de O. [et al.]

2020 O Meme como estratégia de marketing institucional em redes sociais digitais. *Media & Jornalismo*. [Em linha]. 20:36 (2020) 73-91. [Consult. 22 dez. 2023]. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-5462_36_4.

CHAGAS, V., org.

2020 *A Cultura dos memes: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital*. Salvador: EDUFBA, 2020.

DAWKINS, R.

2007 *O Gene egoísta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ROSA, António Machuco

2014 *Do copyright às marcas registadas: história e fundamentos da propriedade intelectual*. Lisboa: Chiado Editora, 2014.

Ícaro Machado Ribeiro | icaro.nomad@gmail.com

Universidade do Porto - Faculdade de Letras, Portugal

¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=pjmrqKcopvo>.

O QUE UMA COMUNIDADE ACADÊMICA DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO GOSTARIA DE SABER SOBRE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE?

WHAT AN ACADEMIC COMMUNITY IN THE AREA OF INFORMATION TECHNOLOGY WOULD LIKE TO KNOW ABOUT INCLUSION AND ACCESSIBILITY?

Bruno Santana da Silva | Willian Talles Marcolino Dantas

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a20>

Resumo: O Instituto Metrópole Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil, oferece cursos técnicos, superiores e de p s-gradua o na área de Tecnologia da Informa o. Sua grande comunidade acad mica tem recebido cada vez mais estudantes com deficiência e outras necessidades específicas. Este trabalho teve por objetivo identificar as necessidades informacionais sobre inclusão e acessibilidade de docentes, servidores e estudantes desta comunidade acad mica. O método empregado foi o *survey*, com um questionário *online* distribuído de janeiro a março de 2021. Houve resposta de aproximadamente 10% da comunidade, com 194 respondentes num universo de aproximadamente 2,2 mil pessoas. Uma análise quantitativa dos dados revelou que as necessidades informacionais dos três perfis de participantes apresentam tendência geral similar, valorizando mais o suporte dentro da universidade do que fora dela. Contudo, foram observadas varia es na importância atribuída às informa es nos diferentes perfis, e entre estudantes com e sem necessidade específica. Os sistemas de informa o que atenderem a essas necessidades informacionais devem acomodar essas diferenças, priorizando as informa es de forma adequada a cada pessoa.

Palavras-chave: Acessibilidade; Inclusão; Necessidade informacional.

Abstract: The Instituto Metr pole Digital at Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brazil, offers technical, higher and postgraduate programmes in the area of Information Technology. Its large academic community has increasingly received students with disabilities and other specific needs. This work aimed to identify the informational needs on inclusion and accessibility of professors, public employees and students in this academic community. The method used was the survey, with an online questionnaire distributed from January to March 2021. There was a response from approximately 10% of the community, with 194 respondents in a universe of approximately 2.2 thousand people. The data quantitative analysis revealed that the informational needs of the three profiles of participants show a similar general trend, valuing support within the university more than outside it. However, variations were observed in the importance attributed to information in different profiles, and between students with and without specific needs. Information systems that meet these informational needs must accommodate these differences, prioritizing information appropriately for each person.

Keywords: Accessibility; Inclusion; Informational need.

1. Introdu o

Em vários países, a sociedade tem demandado a inclusão de pessoas com deficiência e outras necessidades específicas (ONU, 2023). Isso se evidencia nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (10 - Redu o das desigualdades e 4 - Educa o de qualidade) da ONU (2015). Esse movimento social tem evoluído ao ponto de alterar a legisla o dos países para garantir inclusão e acessibilidade, a exemplo da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

No âmbito da educação no Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e seus desdobramentos determinam que as instituições de ensino ofereçam condições para ingresso, permanência e conclusão em cursos de todos os níveis de ensino a pessoas com necessidades específicas. A educação inclusiva tem avançado aos poucos na realidade brasileira, chegando até as instituições de ensino superior (CABRAL, 2017; CABRAL e MELO, 2017; MACIEL *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, 2020; MARTINS *et al.*, 2021; VIEIRA *et al.*, 2018). Observa-se movimento similar nas instituições de ensino superior de Portugal (SANTOS *et al.*, 2015; BORGES *et al.*, 2017; PINHEIRO, 2019; SOUZA, 2021).

A atitude das pessoas, geralmente caracterizada por suas crenças, posições, valores, posturas e vontades, costuma influenciar e até orientar seus comportamentos e ações no ambiente e na sociedade em que vivem. Atitudes contrárias ou indiferentes dificultam a ocorrência de comportamentos favoráveis sobre determinado assunto. Quando se trata da inclusão de pessoas com necessidades específicas, as barreiras atitudinais são um dos desafios enfrentados pelos estudantes de instituições de ensino superior (RIBEIRO e GOMES, 2017; SCHMIT e ROMANINI, 2020). Estas barreiras trazem impactos significativos para estes estudantes, porque dificultam que os atores da comunidade acadêmica possam promover ações de inclusão e acessibilidade na sua instituição de ensino. Diminuir ou remover barreiras atitudinais da comunidade acadêmica abrirá espaço para que comportamentos inclusivos possam acontecer com frequência e tornem comum a convivência adequada com a diversidade humana.

Silva e Andrade (2019) sugerem que a colaboração em projetos de pesquisa e extensão sobre pessoas com necessidades específicas poderia contribuir para diminuir as barreiras atitudinais dos envolvidos. Este trabalho explora outra estratégia para auxiliar na remoção dessas barreiras. A disponibilidade de informações sobre inclusão e acessibilidade poderia estimular e apoiar a ressignificação da comunidade acadêmica sobre a participação plena e efetiva de pessoas com necessidades específicas nela. Assim, a postura ou atitude dessa comunidade poderia aos poucos diminuir a aversão e se tornar mais favorável à inclusão. Até onde se saiba, esta estratégia ainda não tem sido explorada em profundidade, nem mesmo pelos setores das universidades que buscam oferecer as condições necessárias para os estudantes participarem da comunidade acadêmica (CIANTELLI e LEITE, 2016; CABRAL e MELO, 2017).

Para contribuir com o início das pesquisas sobre esta estratégia de enfrentamento das barreiras atitudinais, este trabalho investigou as necessidades informacionais (WILSON, 1981; 2000; ROCHA *et al.*, 2017) sobre inclusão e acessibilidade de uma comunidade acadêmica da área de Tecnologia da Informação, vinculada ao Instituto MetrÓpole Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. Essas necessidades informacionais podem guiar o comportamento desta comunidade em busca de informações que estimulem a reflexão e ressignificação da inclusão e da acessibilidade em seu meio. Esse entendimento servirá de base para o desenvolvimento futuro de sistemas de informação adequados à promoção da inclusão de pessoas com deficiência nesta e em outras comunidades acadêmicas em instituições de ensino superior.

2. Necessidades informacionais

A informação é um insumo importante para a cognição humana. Desse modo, as pessoas empregam esforços e recursos em busca de informações necessárias para satisfazerem suas necessidades (WILSON, 1981; 2000). Sistemas de informação bem projetados, construídos e mantidos podem auxiliar as pessoas a satisfazerem suas necessidades informacionais (MATTOS, 2017; CASSARRO, 2018). Um bom ponto de partida para desenvolver e aprimorar sistemas de informação é investigar as necessidades informacionais dos sujeitos (MARTÍNEZ-SILVEIRA *et al.*, 2007; ROCHA *et al.*, 2017). A literatura apresenta investigações das necessidades informacionais e comportamentos adjacentes em vários assuntos e contextos (SANTOS e MARTINS, 2016; FARIAS e GALINDO, 2017; SILVA e SILVA, 2021; 2022).

As pesquisas que investigam as necessidades informacionais sobre inclusão e acessibilidade geralmente se concentram em demandas de pessoas com deficiência (SANTOS, 2002; 2020) ou no uso de bibliotecas por este público (DINIZ *et al.*, 2017; MARINHO, 2021; BOTELHO e MENEZES, 2022; COSTA, 2023). O único trabalho encontrado que buscou desenvolver um sistema de informação sobre o tema também foi direcionado a pessoas com deficiência (SILVA, 2014). Ainda há muito espaço para investigar a necessidade informacional da população em geral sobre a inclusão e acessibilidade, em particular em contextos onde se pretende promover a inclusão de pessoas com deficiência.

3. O contexto educacional investigado

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no Brasil, é uma das instituições de ensino superior que tem recebido uma quantidade crescente de estudantes com diversas necessidades específicas. Para acompanhar e se preparar para oferecer condições adequadas aos seus estudantes com necessidades educacionais específicas, há mais de uma década a UFRN tem empreendido esforços de inclusão em diferentes dimensões: arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, dentre outras (MELO *et al.*, 2020). Recentemente, a universidade atualizou sua Política de Inclusão e Acessibilidade (Resolução nº 002/2022- CONSEPE/CONSAD, de 10 de maio de 2022) para aprimorar as condições de oferta de serviços de qualidade para estudantes com necessidades específicas.

O Instituto Metrópole Digital (IMD)   uma unidade acad mica da UFRN dedicada a ofertar cursos técnicos, de gradua o e p s-gradua o na área de Tecnologia da Informa o. Sua comunidade acad mica   da ordem de 2,2 mil pessoas, somando aproximadamente mil estudantes de cursos técnicos, quase mil estudantes de gradua o, cerca de 100 estudantes de p s-gradua o, 44 docentes e 48 colaboradores técnico-administrativos. Assim como o restante da universidade, o IMD tem recebido um número crescente de estudantes com necessidades específicas de diferentes naturezas. Para grande parte desta comunidade acad mica, os ingressos recentes de estudantes com necessidades específicas têm sido as primeiras experiências de convivência com a diversidade desse público. Como o objeto de estudo nesta unidade acad mica são sistemas computacionais (tecnologia da informa o), não   comum considerar nem estudar aspectos humanos nessa unidade. Assim,   muito provável que os participantes dessa comunidade desconheçam informa es e outros

aspectos importantes para a inclusão e a acessibilidade de estudantes com necessidades específicas.

Em 2019, estimulado pela Política de Inclusão e Acessibilidade da universidade, o IMD instituiu uma comissão permanente para identificar demandas e articular soluções para as pessoas com necessidades específicas nesta comunidade, principalmente dos estudantes. Esta comissão é chamada internamente de CPIA – Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade. Dentre as várias demandas identificadas, esta comissão observou que algumas pessoas manifestavam necessidades informacionais a respeito da inclusão e acessibilidade. Era comum essas manifestações informais ocorrerem de forma explícita, com questionamentos diretos, ou de forma implícita, quando a falta de informação acarretava algum prejuízo aos sujeitos envolvidos. Então, esta comissão permanente compreendeu como era importante investigar mais profundamente as necessidades informacionais (WILSON, 1981; 2000) desta comunidade sobre este tema.

Assim, este trabalho se enquadra dentro de uma pesquisa maior que busca conhecer como está ocorrendo o processo de inclusão de estudantes com deficiência e outras necessidades específicas na comunidade acadêmica do IMD. Em particular, seu objetivo foi identificar quais informações sobre inclusão e acessibilidade os docentes, técnico-administrativos e estudantes do IMD gostariam de saber. A identificação das necessidades informacionais desta comunidade acadêmica configura-se como um passo inicial fundamental para que ela tenha acesso a informações que vão subsidiar a inclusão dos estudantes com necessidades específicas nas diferentes ações dessa comunidade.

4. Metodologia

Realizou-se uma pesquisa exploratória descritiva quantitativa (GIL, 2022) para se ter acesso às necessidades informacionais sobre inclusão e acessibilidade da comunidade acadêmica do IMD. O método *survey* (FINK, 2003) foi aplicado com questionários *online* compostos por perguntas fechadas e abertas. Docentes, técnico-administrativos e estudantes receberam questionários diferentes, que compartilharam grande parte das perguntas com enunciados apropriados para cada perfil de participante. Para este trabalho foram consideradas apenas 4 perguntas fechadas. Os participantes dos 3 perfis responderam às seguintes perguntas com as respectivas opções de respostas:

1. Você tem alguma deficiência ou necessidade educacional específica?

- eu não possuo
- deficiência visual - baixa visão
- cegueira
- deficiência auditiva
- surdez
- deficiência física
- transtorno do déficit de atenção/hiperatividade
- transtorno do espectro autista

- transtornos específicos de aprendizagem (dislexia, discalculia, etc.)
- altas habilidades/superdotação
- outra: _____

2. Quais dessas informações abaixo você considera importante saber sobre?

- legislação sobre pessoas com deficiência o Brasil
- normas da UFRN sobre pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas
- quais unidades da UFRN apóiam estudantes (PROAE, PROGRAD, SIA etc.)
- serviços prestados pelas unidades
- deficiências e suas barreiras (dificuldades)
- acessibilidade e inclusão
- tecnologias assistivas
- inclusão de pessoas com deficiência na sociedade em geral
- pessoas com deficiência que inspiram
- diagnóstico e aquisição de tecnologias assistivas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- grupos de apoio da sociedade: ONGs, Projetos Sociais, associações etc.
- outra: _____

Além dessas perguntas, os estudantes também responderam às seguintes perguntas:

3. A quais cursos do IMD você está vinculado?

- Curso técnico
- Bacharelado em Tecnologia da Informação
- Curso de graduação de segundo ciclo (Bacharelado em Ciência da Computação ou Engenharia de Software)
- Curso de pós-graduação

4. Qual seu semestre de ingresso no IMD?

- opções resposta variando de 2013.1, 2013.2, até 2020.1 e 2020.2

É importante notar que estes questionários não solicitaram informações de identificação explícita do respondente, como nome ou matrícula, por exemplo. Suas respostas foram anônimas. O início de cada questionário informou ao participante os objetivos da pesquisa e que os dados coletados seriam utilizados em publicações científicas de forma anônima e confidencial. O preenchimento dos questionários foi uma escolha livre do participante, sem nenhum tipo de incentivo positivo ou negativo dos seus idealizadores, nem do IMD.

Com a colaboração dos autores deste trabalho, estes questionários foram elaborados pela comissão permanente da comunidade acadêmica abordada, a CPIA do IMD, responsável por promover ações de inclusão de pessoas com necessidades específicas nesta comunidade. Estes questionários refletiram as experiências, discussões e expectativas desta comissão sobre quais informações poderiam ser importantes para a comunidade acadêmica do IMD. Buscou-se com esta pesquisa verificar se as informações que esta comissão considerava relevantes faziam ou não parte das necessidades informacionais dos sujeitos desta comunidade acadêmica.

Os questionários foram distribuídos pela CPIA de janeiro a março de 2021, no período de isolamento social da pandemia de Covid-19. Ele foi enviado por *e-mail* para docentes, técnico-administrativos e estudantes de todo o IMD. A CPIA não chegou a analisar os dados coletados, encaminhando esta tarefa aos autores deste trabalho. As respostas das perguntas fechadas de interesse neste trabalho foram analisadas de forma quantitativa em planilhas eletrônicas, com cálculos de totais e porcentagens das respostas fornecidas por cada grupo abordado.

Apesar de as perguntas consideradas tratarem de características sociodemográficas e da opinião dos participantes sobre suas necessidades informacionais, a análise realizada pelos pesquisadores se limitou a uma contabilização numérica dos dados obtidos. Os resultados desta pesquisa não foram obtidos pela interpretação pessoal dos pesquisadores a partir dos dados fornecidos pelos participantes, como tipicamente acontece na interpretação das falas dos sujeitos em uma entrevista de pesquisa qualitativa. Assim, a análise puramente numérica dos dados coletados condiz com o caráter quantitativo desta pesquisa.

Como a amostra obtida neste trabalho não permite inferências com significância estatística, os cálculos realizados na análise desta pesquisa foram típicos da estatística descritiva, com somas e porcentagens que buscam organizar e descrever um conjunto de dados. Portanto, esta pesquisa se caracteriza como descritiva das necessidades informacionais identificadas por usar estatística descritiva para descrever seus resultados, diferenciando-se de uma pesquisa que busca explicar tais necessidades e os comportamentos envolvidos com estatística inferencial.

5. Resultados

Obteve-se um total de 194 respostas, sendo 151 de estudantes, 22 de docentes e 21 de técnico-administrativos do IMD. Esse total corresponde a aproximadamente 10% de toda a comunidade acadêmica desta unidade, sendo próximo de 7% do total de estudantes, 50% do total de docentes e 43% do total de técnico-administrativos. Os estudantes se dividiram em todos os níveis de ensino previstos. Responderam 56 estudantes dos cursos técnicos (menos de 5% do total de estudantes de nível técnico), 88 do Bacharelado em Tecnologia da Informação, 7 do Bacharelado em Ciência da Computação ou Engenharia de *Software* (menos de 9% do total de estudantes de graduação) e 11 estudantes de pós-graduação (quase 10% do total de alunos de pós-graduação). A grande maioria deles (85%) afirmou não possuir nenhuma necessidade educacional específica; 23 estudantes (15%) afirmaram ter alguma necessidade educacional específica. Destes, 11 afirmaram ter o transtorno do *déficit* de atenção ou hiperatividade (TDAH), 3 com transtorno específico de aprendizagem (dislexia, discalculia, etc.), 3 com deficiência física, 3 com transtorno do espectro autista, 2

com baixa visão, 1 com surdez, 1 com deficiência auditiva, 1 com altas habilidades ou superdotação e 8 estudantes indicaram possuir outro tipo de necessidade específica. Os anos de ingresso cobriram todos os anos entre 2013 até 2020, com maior concentração nos 4 últimos anos. Nenhum docente e funcionário afirmou ser uma pessoa com deficiência ou necessidade específica.

A Tabela 1 apresenta a quantidade de estudantes do IMD que consideraram importante saber sobre inclusão e acessibilidade. Como os estudantes de cada nível de ensino tendem a (1) almejar conhecimentos diferentes, (2) a se concentrar em faixas etárias diferentes e (3) a ter interações diferentes com os seus colegas, cursos e instituição de ensino, eles podem ter necessidades informacionais distintas. Então, suas respostas foram analisadas em conjunto e também estratificadas por nível de ensino para verificar eventuais diferenças nas necessidades informacionais desses diferentes grupos de estudantes.

Tabela 1 – Quantidade de estudantes do IMD que consideram importante saber certas informações sobre inclusão e acessibilidade

informações que o estudante considera importante saber	total	técnico	graduação	pós-graduação
grupos de apoio da sociedade: ONGs, Projetos Sociais, associações etc.	54	23	33	2
pessoas com deficiência que inspiram	56	23	35	2
diagnóstico e aquisição de tecnologias assistivas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	70	28	45	3
deficiências e suas barreiras (dificuldades)	77	24	52	5
legislação sobre pessoas com deficiência o Brasil	81	30	52	6
inclusão de pessoas com deficiência na sociedade em geral	83	34	48	7
serviços prestados pelas unidades	96	37	58	7
quais unidades da universidade apóiam estudantes	99	32	68	7
tecnologias assistivas	101	44	69	9
normas da universidade sobre pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas	103	42	61	10
acessibilidade e inclusão	108	42	67	8

Fonte: Dados coletados nesta pesquisa.

As informações mais citadas como importantes pelos estudantes foram: (a) informações gerais sobre acessibilidade e inclusão, (b) normas da universidade, (c) tecnologias assistivas, (d) unidades da universidade que apoiam os estudantes e (e) os serviços prestados por essas unidades. Elas foram citadas por pelo menos 63% dos estudantes. Quando se estratificam os estudantes pelos níveis de ensino (técnico, graduação e pós-graduação), as ordens permanecem bem parecidas. A notável diferença é que menos estudantes dos cursos técnicos consideram relevante saber sobre as unidades da universidade. Isso talvez esteja relacionado com a modalidade dos cursos técnicos que são a distância, com apenas um encontro presencial por semana. Os demais cursos são presenciais.

Tabela 2 - Quantidade de estudantes com e sem deficiência do IMD que consideram importante saber certas informações sobre inclusão e acessibilidade

informações que o estudante considera importante saber	deficiência / necessidade específica			
	com	% com	sem	% sem
grupos de apoio da sociedade: ONGs, Projetos Sociais, associações etc.	8	34,8%	46	35,9%
pessoas com deficiência que inspiram	8	34,8%	48	37,5%
diagnóstico e aquisição de tecnologias assistivas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	7	30,4%	63	49,2%
deficiências e suas barreiras (dificuldades)	14	60,9%	63	49,2%
legislação sobre pessoas com deficiência o Brasil	13	56,5%	68	53,1%
inclusão de pessoas com deficiência na sociedade em geral	12	52,2%	71	55,5%
serviços prestados pelas unidades	14	60,9%	82	64,1%
quais unidades da universidade apoiam estudantes	20	87,0%	79	61,7%
tecnologias assistivas	14	60,9%	99	77,3%
normas da universidade sobre pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas	16	69,6%	87	68,0%
acessibilidade e inclusão	15	65,2%	93	72,7%

Fonte: Dados coletados nesta pesquisa.

A Tabela 2 indica a quantidade de estudantes com e sem deficiência ou necessidades específicas que indicaram como importante saber determinadas informações sobre inclusão e acessibilidade. No geral, é possível observar uma proximidade na proporção de estudantes que indicaram cada informação investigada como importante. Entretanto, mais de 25% dos estudantes com deficiência indicaram como importante conhecer as unidades da universidade que apoiam os estudantes, quando comparados com os estudantes sem deficiência. Mais de 11% dos estudantes com deficiência indicaram importante saber sobre as deficiências e suas barreiras, comparado aos estudantes sem deficiência. Por outro lado, mais de 18% dos estudantes sem deficiência acham importante saber como realizar diagnóstico de necessidades específicas e adquirir tecnologias assistivas pelo SUS (Serviço Único de Saúde) ou SUAS (Serviço Único de Assistência Social), quando comparado aos estudantes com deficiência. Mais de 16% dos estudantes sem deficiência também consideram importante conhecer sobre tecnologias assistivas, quando comparado a estudantes com deficiência.

Tabela 3 - Quantidade de estudantes, docentes e técnico-administrativos do IMD que consideram importante saber certas informações sobre inclusão e acessibilidade

informações que considera importante saber	estudante		docente		técnico-administrativo	
	total	%	total	%	total	%
grupos de apoio da sociedade: ONGs, Projetos Sociais, associações etc.	54	36%	8	36%	8	38%
pessoas com deficiência que inspiram	56	37%	9	41%	4	19%
diagnóstico e aquisição de tecnologias assistivas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	70	46%	10	45%	7	33%
deficiências e suas barreiras (dificuldades)	77	51%	18	82%	11	52%
legislação sobre pessoas com deficiência o Brasil	81	54%	11	50%	12	57%
inclusão de pessoas com deficiência na sociedade em geral	83	55%	10	45%	11	52%
serviços prestados pelas unidades	96	64%	18	82%	18	86%
quais unidades da universidade apoiam estudantes	99	66%	16	73%	15	71%
tecnologias assistivas	101	67%	15	68%	15	71%
normas da universidade sobre pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas	103	68%	18	82%	17	81%
acessibilidade e inclusão	108	72%	11	50%	15	71%
total	151	100%	22	100%	21	100%

Fonte: Dados coletados nesta pesquisa

A Tabela 3 compara a quantidade de estudantes, docentes e técnico-administrativos do IMD que consideram como importante conhecer determinadas informações sobre inclusão e acessibilidade. É possível observar que a visão do docente se aproxima da visão do técnico-administrativo. Porém, proporcionalmente, menos técnico-administrativos valorizam as informações sobre pessoas com deficiência que inspiram; mais docentes valorizam informações sobre as deficiências e suas barreiras; e menos docentes valorizam as informações sobre inclusão e acessibilidade de um modo geral. Quando se comparam as necessidades informacionais de estudantes e docentes, identifica-se que, proporcionalmente, mais docentes valorizam informações sobre (1) deficiências e suas barreiras, (2) serviços prestados pelas unidades da universidade e (3) normas da universidade. Por outro lado, mais estudantes valorizam informações sobre inclusão e acessibilidade de uma forma geral e inclusão de pessoas com deficiência na sociedade em geral. Nenhuma informação indicada livremente no campo 'outros' teve recorrência relevante nos resultados.

Os três perfis de participantes apresentaram uma tendência geral similar na proporção de pessoas que indicaram cada informação como importante. Mais participantes consideraram como importante as informações relacionadas ao suporte direto às pessoas com necessidades específicas dentro da universidade, tal como normas, setores e serviços da universidade para suporte aos estudantes e tecnologias assistivas. As informações mais gerais sobre inclusão e acessibilidade, que também abrangiam questões fora da universidade, receberam menos indicações de importância, como diagnóstico e tecnologias assistiva fornecidas pelos SUS e SUAS, pessoas com deficiência que inspiram e grupos de apoio na sociedade.

Entretanto, a variação de importância entre esses grupos não pode ser desprezada. Os estudantes com necessidades específicas parecem valorizar mais informações sobre suporte na universidade, como as unidades e normas de apoio na universidade. Já os estudantes sem deficiência parecem estar mais interessados em compreender questões mais gerais, como as tecnologias assistivas disponíveis e informações gerais sobre acessibilidade e inclusão. Essa diferença pode refletir o fato de que os estudantes com deficiência já passaram pela fase de conhecimento geral sobre inclusão e acessibilidade e agora buscam se inserir na comunidade acadêmica especificamente. Diferença parecida ocorreu entre estudantes e docentes. Enquanto estudantes manifestaram interesses distribuídos de modo similar entre questões mais gerais e específicas de suporte à acessibilidade e inclusão, uma proporção maior de docentes indicou como importantes as informações que podem impactar diretamente sua atuação profissional, destacando normas e serviços da universidade e deficiências e suas barreiras. As informações mais gerais sobre inclusão e acessibilidade receberam menos 30% de indicação de importância dos docentes.

3. Considerações finais

Este trabalho apresentou uma pesquisa quantitativa descritiva que investigou a opinião da comunidade acadêmica do Instituto Metrópole Digital da UFRN, Brasil, em rela o a informa es importantes sobre inclusão e acessibilidade. A amostra incluiu estudantes, docentes e técnico-administrativos, abrangendo aproximadamente 10% dessa comunidade. Todas as informa es enunciadas pela CPIA-IMD (comissão que trabalha para promover a inclusão nesta unidade acad mica) como importantes foram confirmadas

como relevantes por pelo menos 30% dos estudantes e docentes e 19% dos técnico-administrativos consultados. Entretanto, houve variação significativa entre os perfis investigados na proporção de participantes que consideram cada informação importante. Isso provavelmente tem relação com a priorização que cada grupo atribui a essas informações. As necessidades informacionais sobre inclusão e acessibilidade identificadas neste trabalho são uma boa oportunidade a ser explorada para auxiliar a comunidade acadêmica a ressignificar a inclusão de pessoas com necessidades específicas. Essa ressignificação pode estimular mudanças nas atitudes dessa comunidade, de modo a criar melhores condições para tornar a inclusão efetiva nela, similar à ressignificação defendida por Souza e colegas (2022).

Nesse contexto, torna-se imperativo que os sistemas de informação, independentemente de serem analógicos, digitais ou híbridos, sejam capazes de coletar, preservar e dar acesso a todas as informações sobre inclusão e acessibilidade consideradas como necessárias pela comunidade acadêmica investigada. Além disso, tais sistemas devem ser flexíveis o suficiente para atender às distintas demandas informacionais de estudantes, docentes e técnico-administrativos, bem como a outras nuances presentes entre os diferentes grupos.

Olhando para o futuro, é recomendado que pesquisas subsequentes direcionem seus esforços para o planejamento, desenvolvimento e avaliação de sistemas de informação que simplifiquem o acesso a informações sobre inclusão e acessibilidade na comunidade acadêmica do IMD e da UFRN. Vale a pena investigar se e de que maneira a disponibilidade dessas informações impacta a efetividade da inclusão de pessoas com necessidades específicas nesse contexto educacional.

Referências bibliográficas

BORGES, M. L. {et al.}

2017 Desafios institucionais à inclusão de estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior. *Revista Portuguesa de Educação*. 30:2 (2017) 7-31.

BOTELHO, M. F. C.; MENEZES, N. C.

2022 Acessibilidade nas bibliotecas da Universidade Federal da Bahia. *Revista Informação na Sociedade Contemporânea*. 6:1 (2022) e27519.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial

2008 Política Nacional de Educação Inclusiva. [Em linha]. 2008. [Consult. 15 ago. 2023]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2015 *Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. [Em linha]. 2015. [Consult. 15 ago. 2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

CABRAL, L. S. A.

2017 Inclusão do público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior brasileiro: histórico, políticas e práticas. *Revista de Educação PUC-Campinas*. 22:3 (2017) 371-387.

CABRAL, L. S. A.; MELO, F. R. L. V.

2017 Entre a normatização e a legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras. *Educar em Revista. spe.3* (2017) 55-70.

CASSARRO, A. C.

2018 *Sistemas de informações para tomada de decisões*. 4ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P.

2016 Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 22:3 (2016) 413-428.

COSTA, A. C. A.

2023 Mediação na biblioteca da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA). *Informação em Pauta*. 8: Especial (2023) 69-84.

DINIZ, I. C.; ALMEIDA, A. M.; FURTADO, C. C.

2017 Os Desafios e as Barreiras das Bibliotecas Universitárias Brasileiras e Portuguesas no Processo de Inclusão e Acessibilidade. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. 3ª série, nº especial (2017) 53-74.

FARIAS, R. A. N.; GALINDO, M. L.

2017 Análise de Comportamento do Uso de Repositórios Digitais de Universidades Federais Brasileiras. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. 3ª série, 6 (2017) 3-18.

FINK, A.

2003 *The Survey Handbook*. 2nd ed. London: SAGE, 2003.

GIL, A. C.

2022 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MACIEL, C. E.; BUYTENDORP, A. A. B. M.; MENESES, S. Q.

2018 Políticas de Educação Especial e Educação Superior: acesso e permanência para estudantes com deficiência em uma universidade federal. *Phurais: revista multidisciplinar*. 3:3 (2018) 114-135.

MARINHO, M. M. M.

2021 *Acessibilidade informacional para músicos com deficiência visual*. Fortaleza, 2021. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Ceará.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, M.; ODDONE, N.

2007 Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. *Ciência da Informação*. 36:2 (2007) 118-127.

MARTINS, M. H. V.; MELO, F. R. L. V.; MARTINS, C.

2021 Serviços para estudantes com deficiência nas Universidades: dificuldades e desafios. *Educação em Revista*. 37 (2021) e27022.

MATTOS, A. C. M.

2017 *Sistemas de informação*. São Paulo: Saraiva Educação, 2017.

MELO, F. R. L. V.; SILVA, B. S.; ANDRADE, A. F.

2020 Direito à Acessibilidade: avanços e desafios da UFRN. In COSTA, A. D. L.; SARMENTO, B. R. - *Tecendo pontes: interfaces e lugares de acessibilidade*. 1ª ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2020, p. 120-132.

ONU

2015 *2030 Agenda for Sustainable Development*. [Em linha]. 2015. [Consult. 15 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/>.

ONU

2023 *Convention on the Rights of Persons with Disabilities*. [Em linha]. 2023. [Consult. 15 ago. 2023]. Disponível em: <https://social.desa.un.org/issues/disability/crpd/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities-crpd>.

PINHEIRO, L. N. G.

2019 *Políticas, perspectivas e práticas para a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior*. Porto, 2019.
Dissertação de mestrado - Universidade do Porto.

RIBEIRO, D. M.; GOMES, A. M.

2017 Barreiras atitudinais sob a ótica de estudantes com deficiência no ensino superior. *Práxis Educacional*. 13:24 (2017) 13-31.

ROCHA, J. A. P.; DUARTE, A. B. S.; PAULA, C. P. A.

2017 Modelos de práticas informacionais. *Em Questão*. 23:1 (2017) 36-61.

SANTOS, E. [et al.]

2015 Inclusão no Ensino Superior: percepções dos estudantes com Necessidades Educativas Especiais sobre o ingresso à universidade. *Revista Portuguesa de Educação*. 28:2 (2015) 251-270.

SANTOS, F. B.; MARTINS, M. F. S.

2016 Comportamento Informacional de Profissionais da Área de Meteorologia do Brasil e de Portugal: um estudo exploratório. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. 3ª série, nº especial (2016) 73-86.

SANTOS, S. K. S. L.

2022 Práticas informacionais de pessoas surdas. *Revista Informação na Sociedade Contemporânea*. 6:1 (2022) e27662.

SANTOS, S. K. S. L.

2020 Usuários surdos e acessibilidade à informação em sítios web do governo brasileiro. *Informação em Pauta*. 5:1 (2020) 219-220.

SCHMIT, M. R.; ROMANINI, M.

2020 Percepções de docentes do ensino superior sobre a inclusão de acadêmicos com deficiência. *Aprender: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*. 23 (2020) 133-152.

SILVA, B. S.; ANDRADE, A. F.

2019 Como docentes da UFRN abordaram o tema deficiência em pesquisa e extensão dez anos antes das cotas? *Educação*. 44 (2019) e35/1-35.

SILVA, B. S.; SILVA, P. V. M.

2021. O comportamento informacional no tratamento de feridas é o mesmo em todo o Brasil? *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. 3ª série, 16 (2021) 218-235.

SILVA, B. S.; SILVA, P. V. M.

2022. O Comportamento informacional no tratamento de feridas varia conforme a formação em enfermagem? *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. 3ª série, 18 (2022) 83-98.

SILVA, F. S. [et al.]

2020 Educação profissional e a inclusão de pessoas com deficiência: um mapeamento sistemático. *Revista brasileira da educação profissional e tecnológica*. 1:18 (2020) e8199-e8199.

SILVA, H. O.

2014 *Construção do sítio virtual para democratização da informação para pessoas com deficiência no Estado da Paraíba*. João Pessoa, 2014.
Dissertação de Mestrado - Universidade Federal da Paraíba.

SOUSA, F. M. N.

2021 *A Inclusão de alunos com necessidades educativas especiais: recorte panorâmico no ensino superior português*. Madeira, 2021.
Dissertação de Mestrado - Universidade da Madeira.

SOUZA, M. P. [et al.]

2022. Docentes no ensino superior: resignificando as diferenças. *Revista Educação Especial*. 35 (2022), e34/1-22.

VIEIRA, E. R.; GOMES, M. R. O.; HAIASHIDA, K. A.

2022 Deficiência e Ensino Superior: integração e inclusão na FECLESC. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*. 8:28 (2022).

WILSON, T. D.

2000 Human information behavior. *Informing science*. 3:2 (2000) 49-56.

WILSON, T. D.

1981 On user studies and information needs. *Journal of documentation*. (1981).

Bruno Santana da Silva | bruno@imd.ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil

Willian Talles Marcolino Dantas | willian.dantas.078@ufrn.edu.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil